EXEMPLAR ÚNICO

SENADO FEDERAL
Subsecretaria do Arquivo

República Federativa do Brasil

EXEMPLAR ÚNICO

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LII - Nº 102 SÁBADO, 14 DE JUNHO DE 1997 BRASÍLIA - DF

EXEMPLAR ÚNICO

MESA
Presidente
Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA

1º Vice-Presidente
Geraldo Melo – PSDB – RN

2º Vice-Presidente
Júnia Marise – Bloco – MG

1º Secretário
Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB

2º Secretário
Carlos Patrocínio – PFL – TO

3º Secretário
Flaviano Melo – PMDB – AC

4º Secretário
Lucídio Portella – PPB – PI

Suplentes de Secretário

1ª – Emília Fernandes – PTB – RS
2º – Lúdio Coelho – PSDB – MS
3º – Joel de Hollanda – PFL – PE
4ª – Marluce Pinto – PMDB – RR

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
Corregedor
(Reeleito em 2-4-97)
Romeu Tuma – PFL – SP

Corregedores – Substitutos
(Reeleitos em 2-4-97)
1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS
2º Senador Joel de Hollanda – PFL – PE
3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Designação: 16 e 23-11-95)
Nabor Júnior – PMDB – AC
Waldeck Ornelas – PFL – BA
Emília Fernandes – PTB – RS
José Ignácio Ferreira – PSDB – ES
Lauro Campos – Bloco – DF

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder
Elcio Alvares – PFL – ES

Vice-Líderes
José Roberto Arruda – PSDB – DF
Vilson Kleinübing – PFL – SC
Ramez Tebet – PMDB – MS

LIDERANÇA DO PFL
Líder
Hugo Napoleão

Vice-Líderes
Edison Lobão
Francelino Pereira
Gilberto Miranda
Romero Jucá
Romeu Tuma

LIDERANÇA DO PMDB
Líder
Jáder Barbalho

Vice-Líderes
Nabor Júnior
Gerson Camata
Carlos Bezerra
Ney Suassuna
Gilvam Borges
Fernando Bezerra

LIDERANÇA DO PSDB

Líder
Sérgio Machado

Vice-Líderes
Osmar Dias
Jefferson Peres
José Ignácio Ferreira
Coutinho Jorge

LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO

Líder
José Eduardo Dutra

Vice-Líderes
Sebastião Rocha
Antônio Carlos Valadares
Roberto Freire

LIDERANÇA DO PPB

Líder

Epitácio Cafeteira

Vice-Líderes

Leomar Quintanilha
Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PTB

Líder
Valmir Campelo

Vice-Líder
Regina Assumpção

Atualizada em 2-4-97.

EXPEDIENTE

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

CLAUDIONOR MOURA NUNES
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações

JÚLIO WERNER PEDROSA
Diretor da Subsecretaria Industrial

RAIMUNDO CARREIRO SILVA
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

MANOEL MENDES ROCHA
Diretor da Subsecretaria de Ata

DENISE ORTEGA DE BAERE
Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal
(Art. 48, nº 31 RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 80ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 13 DE JUNHO DE 1997

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 109, de 1997, de autoria da Senadora Benedita da Silva, que dispõe sobre vedações à concessão de isenções, incentivos e benefícios fiscais, financiamentos e contratação de empresas que, direta ou indiretamente, utilizem trabalho infantil, e dá outras providências. 11445

Projeto de Lei do Senado nº 110, de 1997, de autoria da Senadora Marina Silva, que acrescenta parágrafo ao art. 161 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 e dá outras providências..... 11448

1.2.2 – Requerimento

Nº 412, de 1997, do Senador Ney Suassuna, solicitando a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 188, de 1996, de sua autoria, que dispõe sobre o contrato individual do trabalho em regime especial e dá outras providências. 11450

1.2.3 – Comunicações da Presidência

Recebimento do Ofício nº S/48, de 1997 (nº 1.644/97, na origem), do Banco Central do Brasil, encaminhando parecer daquele órgão relativo à solicitação do Governo do Estado de Santa Catarina para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina _ LFTSC, cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária vencível no 2º semestre de 1997..... 11450

Recebimento da Mensagem nº 109, de 1997 (nº 672/97, na origem), de 11 do corrente, através da qual o Senhor Presidente da República encaminha contrato celebrado entre a Caixa Econômica Federal e o Estado do Rio de Janeiro, com garantia da União, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados. Fixação do prazo de quinze dias para que a matéria, anexada ao Projeto de Resolução nº 15, de 1997, seja apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos. 11450

1.2.4 – Discursos do Expediente

SENADOR JEFFERSON PÉRES – Artigo do semanário **The Economist**, que analisa as vantagens governativas do regime parlamentarista no contrapondo com o presidencialismo americano. Vantagens do regime parlamentarista para o Brasil, diante do recente escândalo da compra de votos pró-reeleição. Apelo ao Senado em favor da discussão da opção parlamentarista..... 11451

SENADOR *FRANCELINO PEREIRA* – Exaltando a vida exemplar do ex-Presidente Itamar Franco. Possível candidatura de Itamar Franco à presidência da república ou ao governo de Minas Gerais..... 11453

SENADOR *EDISON LOBÃO* – Considerações a respeito do pronunciamento do Senador Jefferson Péres no dia de hoje. Estudo de S. Exª., visando a apresentação de dois projetos de lei: o primeiro criando as bolsas de aprendizagem e o segundo regulamenta as doações, objetivando reequipar as instituições dedicadas ao ensino técnico. Preocupação com o anúncio do governo, de que o novo ensino técnico de nível médio estará divorciado do currículo de 2º grau..... 11454

SENADOR *GERALDO MELO* – Comentando pronunciamento do Senador Jefferson Péres. Exclusão de conexão do episódio da compra de votos pró-reeleição da figura do Presidente da República e do regime presidencialista. Desconhecimento das razões que levaram o Banco Central a decretar a liquidação do Banco do Estado do Rio Grande do Norte, em 1990. Apelo em favor de uma solução para os depositantes e devedores do Banco do Estado do Rio Grande do Norte, e que, ao menos, seja parecida com a que o Banco Central deu aos depositantes do Banco Vetor, também liquidado..... 11457

SENADOR *ROBERTO REQUIÃO* – Questionando a indenização paga aos sócios do Banco Bamerindus à época da negociação com o Hong Kong and Shangai Bank, pois, de acordo com declaração do Ministro Pedro Malan durante seu comparecimento ao Senado Federal no último dia 11, este valor seria nulo. Decisão da Comissão de Assuntos Econômicos de devolver processos de pedidos de financiamentos do Estado do Paraná, para complementação de dados referentes a balanço, balancetes e contratos, a despeito da pressão de grupos empresariais em favor da aprovação destes empréstimos. Denúncia de corrupção na administração do Porto de Paranaguá, com a dispensa de licitação para favorecer empresa contratada para remoção de en-

tulho que atrapalha o funcionamento daquele porto. 11461

SENADOR *NABOR JÚNIOR* – Anunciando para breve, a apresentação de uma proposta de emenda à Constituição limitando as despesas com o funcionamento das câmaras municipais a 10% da receita tributária dos respectivos municípios. 11462

1.2.5 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *JÚLIO CAMPOS* – Índices ainda altos de sarampo e tétano neonatal em nosso País, doenças estas que seriam facilmente erradicadas através da vacinação. 11464

SENADORA *BENEDITA DA SILVA* – Prostituição infanto-juvenil. 11466

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – EMENDAS

Oferecidas à Medida Provisória nº 1.576, de 1997, que dispõe sobre a extinção dos órgãos que menciona e dá outras providências. 11469

3 _ ATAS DE COMISSÕES

5ª, 6ª e 7ª Reuniões da Comissão Temporária, criada através do Requerimento nº 475, de 1996 _ SF, destinada a definir uma política para o desenvolvimento econômico e social da Amazônia, realizadas em 21 e 28 de novembro e 12 de dezembro de 1996, respectivamente. 11484

1ª, 2ª e 3ª Reuniões da Comissão Temporária, criada através do Requerimento nº 475, de 1996 _ SF, destinada a definir uma política para o desenvolvimento econômico e social da Amazônia, realizadas em 6 e 20 de março e 3 de abril de 1997, respectivamente. 11499

5ª e 6ª Reuniões da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 1, de 1996 _ CN, com a finalidade de apurar as denúncias contidas na reportagem da revista Veja do dia 30 de agosto de 1995, sobre o trabalho de crianças e adolescentes no Brasil, realizadas em 15 e 24 de abril de 1997, respectivamente. 11552

4ª Reunião (ordinária) da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada em 23 de abril de 1997. 11589

13ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 3 de junho de 1997. ... 11605

27ª e 28ª Reuniões da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 1.101, de 1996 – SF, destinada a apurar irregularidades relacionadas à autorização, emissão e negociação de títulos públicos, estaduais e municipais, nos exercícios de 1995 e 1996, realizadas em 3 e 4 de junho de 1997, respectivamente. 11623

1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.565-5, de 1997, que altera a legislação que rege o salário-educação, e dá outras providências, realizada em 10 de junho de 1997..... 11698

1ª Reunião (instalação) da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.507-20, de 1997, que dispõe sobre medidas de fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional, e dá outras providências, realizada em 10 de junho de 1997. 11699

4 _ ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 1.534 a 1.538, de 1997. 11700

5 _ MESA DIRETORA

6 _ CORREGEDORIA PARLAMENTAR

7 _ PROCURADORIA PARLAMENTAR

8 _ LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

9 _ CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

10 _ COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

11 _ COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 80ª Sessão Não Deliberativa em 13 de Junho de 1997

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 50ª Legislatura

Presidência dos Srs.: Geraldo Melo, Carlos Patrocínio e Nabor Júnior.

(Inicia-se a sessão às 9h)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, projetos de lei que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 109, DE 1997

Dispõe sobre vedações à concessão de isenções, incentivos e benefícios fiscais, financiamentos e contratação de empresas que, direta ou indiretamente, utilizem trabalho infantil, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece as vedações a que estão sujeitas as empresas que utilizem em seu processo produtivo, ou no de seus fornecedores diretos, mão-de-obra baseada no trabalho infantil.

§ 1º Considera-se trabalho infantil, para os efeitos desta Lei, aquele em desacordo com o disposto nos arts. 7º, inciso XXXIII, e 227, § 3º, inciso I, da Constituição Federal.

§ 2º As vedações a que se refere esta Lei não se aplicam à utilização do trabalho do menor na condição de aprendiz, desde que atendidas as disposições legais pertinentes, em especial os arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Art. 2º As empresas que se enquadrarem na vedação a que se refere o art. 1º desta lei não poderão receber isenções, incentivos e benefícios fiscais relativos a tributos, inclusive contribuições sociais, e financiamentos de qualquer espécie por parte da União ou de entidade por ela controlada, direta ou indiretamente.

§ 1º São incentivos e benefícios fiscais:

I – a redução de base de cálculo;

II – a devolução total ou parcial, direta ou indireta, condicionada ou não, do tributo ou contribuição ao contribuinte, a responsável ou a terceiros;

III – o crédito presumido;

IV – quaisquer outros favores ou benefícios de que resulte redução ou eliminação, direta ou indireta, do ônus do tributo ou contribuição;

V – a anistia, a remissão, a transação, a moratória e o parcelamento;

VI – a ampliação de prazo de recolhimento do tributo ou contribuição.

§ 2º O Poder Executivo poderá suspender o gozo de isenção, incentivo ou benefício fiscal por parte de empresa que se enquadrar na vedação deste artigo.

§ 3º As empresas interessadas na obtenção dos benefícios, incentivos e financiamentos a que se refere o **caput** deste artigo deverão apresentar certificado de regularidade expedido pelo Ministério do Trabalho.

Art. 3º Os arts. 27 e 55 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passam a vigorar acrescidos dos seguintes incisos:

"Art. 27. .....

.....

V – inexistência de trabalho infantil em seu processo produtivo e no de seus fornecedores diretos, de acordo com os arts. 7º, XXXIII, e 227, § 3º, I, da Constituição Federal.

.....

Art. 55. .....

.....

XIV – a obrigação de o contratado observar, durante toda a execução do contrato, a vedação de utilização de trabalho infantil, inclusive no processo produtivo de seus fornecedores diretos.

....."

Art. 4º O art. 32 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação dada pela Lei nº 8.883, de 8 de junho de 1994, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

"Art. 32 .....

.....

§ 7º A documentação relativa à comprovação do disposto no inciso V do artigo 27 consistirá de prova de situação regular perante o Ministério do Trabalho."

Art. 5º Caso seja constatada irregularidade na emissão do certificado de regularidade de situação a

que se refere o § 3º do art. 2º desta Lei, a empresa envolvida ficará inabilitada, pelo prazo de 5 (cinco) anos, a participar de licitações e obter financiamentos de entidades de crédito controladas direta ou indiretamente pela União.

Parágrafo único. Ao agente público responsável pela emissão do certificado serão aplicadas as sanções administrativas e penais cabíveis.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Um dos mais alarmantes e ultrajantes problemas sociais com que se defronta a sociedade brasileira é o da exploração do trabalho infantil. Segundo informações contidas na última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD, o contigente de crianças de 10 a 14 anos de idade exploradas no mercado de trabalho é de 3 milhões 289 mil, o que corresponde a 5,2% da população ocupada do País ou cerca de 16% da respectiva faixa etária. Desses, contam-se 3 milhões na agricultura.

Segundo o *Year Book of Labour Statistics,* publicado pela Organização Internacional do Trabalho em 1992, o Brasil apresenta o mais elevado índice de emprego de menores de quatorze anos das Américas, perdendo apenas para alguns países da África e da Ásia. Pesquisa patrocinada pelo Unicef, no início de 1996, situou o Brasil no sexto lugar no **ranking** dos países que utilizam menores de quatorze anos como força de trabalho.

Segundo dados do Ministério do Trabalho, o problema assumiu dimensão nacional, a julgar pela difusão geográfica e variedade das atividades econômicas envolvidas: canaviais (PE, AL e RJ); beneficiamento do sisal (BA), carvoarias (MT e MG); indústrias de suco de laranja (SP); fabricantes de calçados (SP e RS); plantação de eucaliptos (MG); e serrarias (RO), para citar apenas os mais conhecidos.

Trata-se de questão que constitui verdadeiro desafio, tanto para as instituições estatais como para os setores mais lúcidos da sociedade organizada, envolvendo mazela social que agride a consciência civilizada e que urge combater e erradicar em nome de um padrão mínimo de moralidade e justiça social. Constitui, de fato, mais uma dimensão do "círculo vicioso da pobreza" típico de países do Terceiro Mundo: ao se transformar precocemente em força de trabalho, a criança se submete a condições de trabalho incompatíveis com seu grau de desenvolvimento psicofísico, recebe remuneração inferior à do trabalhador adulto, deixa de estudar – bloqueando todo canal de mobilidade social – e ocupa o posto de trabalho de um adulto, com a óbvia resultante de degradação de renda e desemprego.

Os programas governamentais e interinstitucionais para enfrentamento do problema – como o Pacto Nacional para Erradicação do Trabalho Infantil – têm-se revelado, até agora, tímidos em seus resultados, o mesmo acontecendo com as ações de fiscalização do Ministério do Trabalho.

Assim sendo, como contribuição para a solução de tão magna questão social, estamos submetendo à discussão e deliberação dos ilustres Pares nesta Casa o presente projeto de lei, que estabelece vedações de concessão de financiamentos, isenções, incentivos e benefícios fiscais às empresas que incorrem em afronta à Constituição e às leis, ao manterem em seu processo produtivo, direta ou indiretamente – isto é, no âmbito de seus fornecedores diretos –, mão-de-obra baseada no trabalho infantil. A proposição pretende, outrossim, vedar a participação dessas empresas em licitações públicas na esfera da União e suas entidades.

Esperamos que tais medidas, duras como exige a magnitude do problema a enfrentar, operem como elementos efetivos de dissuasão ou repressão, contribuindo para alcançar os objetivos pretendidos por todos os que aspiram a conquista de um padrão mínimo de dignidade, bem-estar e justiça social em nosso País.

Sala das Sessões, 13 de junho de 1997. – Senadora **Benedita da Silva**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais além de outros que visem à melhoria de sua condição social.

.....

XXXIII – proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz.

.....

Art. 227 É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde à alimentação, à educação ao lazer à profissionalização à cultura à dignidade ao respeito à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

.....

§ 3º O direito a proteção especial abrangerá os seguintes aspectos:

I – idade mínima de quatorze anos para admissão ao trabalho, observado o disposto no art. 7º, XXXIII;

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

.....

Art. 60. É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.

Art. 61. A proteção ao trabalho dos adolescentes é regulada por legislação especial, sem prejuízo do disposto nesta lei.

Art. 62. Considera-se aprendizagem a formação técnico-profissional ministrada segundo as diretrizes e bases da legislação da educação em vigor.

Art. 63. A formação técnico-profissional obedecerá aos seguintes princípios:

I – garantia de acesso e freqüência obrigatória ao ensino regular;

II – atividade compatível com o desenvolvimento do adolescente;

III – horário especial para o exercício das atividades.

Art. 64. Ao adolescente até quatorze anos de idade é assegurada bolsa de aprendizagem;

Art. 65. Ao adolescente aprendiz, maior de quatorze anos, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários.

Art. 66. Ao adolescente portador de deficiência é assegurado trabalho protegido.

Art. 67. Ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não-governamental, é vedado o trabalho:

I – noturno, realizado entre as vinte e duas horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte;

II – perigoso, insalubre ou penoso;

III – realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social;

IV – realizado em horários e locais que não permitam a freqüência à escola.

Art. 68. O programa social que tenha por base do trabalho, educativo, sob responsabilidade de entidade governamental ou não-governamental sem fins lucrativos, deverá assegurar ao adolescente que dele participe condições de capacitação para o exercício de atividade regular remunerada.

§ 1º Entende-se por trabalho educativo a atividade laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevalecem sobre o aspecto produtivo.

§ 2º A remuneração que o adolescente recebe do trabalho efetuado com a participação na venda de produtos de seu trabalho não desfigura o caráter criativo.

Art. 69. O adolescente tem direito à profissionalização e à proteção no trabalho, observados os seguintes aspectos, entre outros:

I – respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento;

II – capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho.

LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993

(Com as alterações introduzidas pela Lei nº 8.883, de 8 de junho de 1994 – **DOU**, 9-6-94)

Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

.....

SEÇÃO II
Da Habilitação

Art. 27. Para a habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:

I – habilitação jurídica;

II – qualificação técnica;

III – qualificação econômico-financeira;

IV – regularidade fiscal.

.....

Art. 32. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou publicação em orgão da imprensa oficial.

§ 1º A documentação de que tratam os arts. 28 a 31 desta lei poderá ser dispensada, no todo ou em parte, nos casos de convite, concurso, fornecimento de bens para pronta entrega e leilão.

§ 2º O certificado de registro cadastral a que se refere o § 1º do art. 36 substitui os documentos enumerados nos arts. 28 e 29, exclusive aqueles de que tratam os incisos III e IV do art. 29, obrigada a parte a declarar, sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo da habilitação, e a apresentar o restante da documentação prevista nos arts. 30 e 31 desta lei.

§ 3º A documentação referida neste artigo poderá ser substituída por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que previsto

no edital e o registro tenha sido feito em obediência ao disposto nesta lei.

§ 4º As empresas estrangeiras que não funcionem no País tanto quanto possível atenderão, nas licitações internacionais, às exigências dos parágrafos anteriores mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por tradutor juramentado, devendo ter representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

§ 5º Não se exigirá, para a habilitação de que trata este artigo, prévio recolhimento de taxas ou emolumentos, salvo os referentes a fornecimento de edital, quando solicitado, com os seus elementos constitutivos, limitados ao valor do custo efetivo de reprodução gráfica da documentação fornecida.

§ 6º O disposto no § 4º deste artigo, no § 1º do art. 33 e no § 2º do art. 55 não se aplica às licitações internacionais para a aquisição de bens e serviços cujo pagamento seja feito com o produto de financiamento concedido por organismo financeiro internacional de que o Brasil faça parte, ou por agência estrangeira de cooperação, nem nos casos de contratação com empresa estrangeira, para a compra de equipamentos fabricados e entregues no exterior, desde que para este caso tenha havido prévia autorização do Chefe do Poder Executivo, nem nos casos de aquisição de bens e serviços realizada por unidades administrativas com sede no exterior.

.....

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

I – o objeto e seus elementos característicos;

II – o regime de execução ou a forma de fornecimento;

III – o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

IV – os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;

V – o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;

VI – as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;

VII – os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;

VIII – os casos de rescisão;

IX – o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta lei;

X – as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para converção, quando for o caso;

XI – a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;

XII – a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;

XIII – a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

§ 1º (Vetado).

§ 2º Nos contratos celebrados pela Administração pública com pessoas físicas ou jurídicas, inclusive aquelas domiciliadas no estrangeiro, deverá constar necessariamente cláusula que declare competente o foro da sede da Administração para dirimir qualquer questão contratual, salvo o disposto no § 6º do art. 32 desta lei.

§ 3º No ato da liquidação da despesa, os serviços de contabilidade comunicarão, aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União, Estado ou Município, as características e os valores pagos, segundo o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320(•), de 17 de março de 1964.

.....

(À Comissão de Assuntos Econômicos – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 110, DE 1997

Acrescenta parágrafo ao art. 161 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 161 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

"Art. 161. .....

§ 4º O juiz pode deixar de aplicar a pena se o imóvel rural invadido não atende aos requisitos do art. 186 da Constituição Federal e se o agente não é proprietário ou possuidor de coisa imóvel, nem usa de violência ou grave ameaça."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Propuséramos anteriormente uma alteração no Código Penal no sentido de que fosse disposto como "excludente de antijuridicidade" a invasão de imóvel rural que não atendesse aos requisitos do art. 186 da Constituição Federal "licitude excepcional" ou "causa descriminante". Apesar de típico (enquadramento na letra da lei) o fato de alguém invadir uma propriedade, nas circunstâncias descritas – entendíamos – não deveria ser considerado crime, porque não haveria violação de um bem tutelado pelo Estado, já que a Constituição só protege a propriedade que esteja a exercer função social (art. 5º, inciso XXIII, CF) e, no caso específico da propriedade rural, que preencha os requisitos estabelecidos no art. 186 do texto constitucional.

Por isso acreditávamos procedente a introdução de uma licitude excepcional (causa descriminante) com mescla de elementos constitutivos de estado de necessidade (sacrifício de bem ou interesse alheio em prol de outro bem ou interesse de maior valor, isto é, luta pela terra como luta pela vida) e de realização de dever imposto por norma legal, ou seja, o atendimento de função social da propriedade.

Obviamente, a excludente de antijuridicidade não dependeria da opinião do agente "invasor". Como ensina Nelson Hungria, "a causa de exclusão de injuridicidade teria que ser apreciada objetivamente" (**Comentários ao Código Penal**, Rio de Janeiro, Forense, 1949, p. 199). Na hipótese, o critério objetivo de aferição da ocorrência, ou não, de injuridicidade, seria a existência ou não de decreto presidencial declaratório de interesse social para fins de reforma agrária, ensejador de desapropriação do imóvel rural. Inexistindo o edito presidencial, naturalmente, não haveria descriminante da invasão.

Infelizmente, nossa proposição, em que pese parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, não encontrou eco no Senado Federal, o que nos motivou requerer a retirada, em caráter definitivo, do PLS nº 45, de 1996.

Nesse sentido, optamos, agora, por substituir a "exclusão de injuridicidade" por uma "extinção de punibilidade" de "perdão judicial". Como se sabe, a diferença entre a exclusão de injuridicidade e a extinção de punibilidade reside em que, nessa última, distintamente da primeira, há crime, mas, excepcionalmente deixa de acarretar efetiva imposição de pena por considerações de oportunidade ou de política criminal: a lei, não obstante a existência de um crime, determina a não aplicação da pena. Ou, como ensina o já citado Ministro Nelson Hungria "o crime não deixaria de existir: o que se dá, por motivos de conveniência ou critérios político-criminais, ligados a acontecimentos ulteriores ao crime é uma renúncia do Estado ao **jus puniendi**".

Acreditamos que, doravante, não há motivos para que o Estado deixe de dar um tratamento mais justo a ocupações de terras improdutivas e mais liberal com o despossuído que invade uma propriedade improdutiva, por razões de sua sobrevivência e de sua família. Confiamos, destarte, no acolhimento da presente proposição por nossos nobres Pares.

Sala das Sessões, 13 de junho de 1997. – Senadora **Marina Silva**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

.....

CAPÍTULO III
Da Usurpação

Alteração de limites

Art. 161. Suprimir ou deslocar tapume, marco, ou qualquer outro sinal indicativo de linha divisória, para apropriar-se, no todo ou em parte, de coisa imóvel alheia:

Pena – detenção, de 1 (um) a 6 (seis) meses, e multa.

§ 1º Na mesma pena incorre quem:

Usurpação de águas

I – desvia ou represa, em proveito próprio ou de outrem, água alheias;

Esbulho possessório;

II – invade, com violência a pessoa ou grave ameaça, ou mediante concurso de mais de duas pessoas, terreno ou edifício alheio, para o fim de esbulho possessório.

§ 2º Se o agente usa de violência, incorre também na pena a esta cominada.

§ 3º Se a propriedade é particular, e não há emprego de violência, somente se procede mediante queixa.

.....

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....

Art. 5º Todos são iguais perente a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a in-

violabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

.....

XXIII – a propriedade atenderá a sua função social;

.....

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I – aproveitamento racional e adequado:

II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

.....

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA GERAL DA MESA

CÓDIGO PENAL

Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, atualizado e acompanhado de Legislação Complementar, também atualizada, de Súmulas e de Índices: Sistemático e Alfabético-Remissivo do Código Penal, Cronológico da Legislação e Alfabético da Legislação Complementar, da Lei de Introdução, da Lei das Contravenções Penais e das Súmulas.

.....

CAPÍTULO III
Da Usurpação

Alteração de limites

Art. 161. Suprimir ou deslocar tapume, marco, ou qualquer outro sinal indicativo de linha divisória, para apropriar-se, no todo ou em parte, de coisa imóvel alheia:

Pena – detenção, de 1 (um) a 6 (seis) meses, e multa.

§ 1º Na mesma pena incorre quem:

Usurpação de águas

I – desvia ou represa, em proveito próprio ou de outrem, águas alheias:

Esbulho possessório

II – invade, com violência a pessoa ou grave ameaça, ou mediante concurso de mais de duas pessoas, terreno ou edifício alheio, para o fim de esbulho possessório.

• Vide art. 9º da Lei nº 5.741, de 1º de dezembro de 1971 (esbulho possessório – crime de ação pública).

§ 2º Se o agente usa de violência, incorre também na pena a esta cominada.

§ 3º Se a propriedade é particular, e não há emprego de violência, somente se procede mediante queixa.

Supressão ou alteração de marca em animais.

.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – Decisão Terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Os projetos serão publicados e remetidos às comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 412, DE 1997

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 188, de 1996, de minha autoria.

Sala das Sessões, 13 de junho de 1997. – Senador **Ney Suassuna.**

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O requerimento será publicado e incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 256, § 2º, **b**, II, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência recebeu, do Banco Central do Brasil, o Ofício nº S/48, de 1997 (nº 1.644/97, na origem), encaminhando, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, parecer daquele órgão relativo à solicitação do Governo do Estado de Santa Catarina para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina – LFTSC, cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária vencível no 2º semestre de 1997.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência recebeu a Mensagem nº 109, de 1997 (nº 672/97, na origem), de 11 do corrente, através da qual o Presidente da República encaminha, nos termos do art. 52 da Constituição Federal, contrato celebrado entre a Caixa Econômica Federal e o Estado do Rio de Janeiro, com garantia da União, no âmbito

do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.

A matéria, anexada ao processado do Projeto de Resolução nº 15, de 1997, vai à Comissão de Assuntos Econômicos, que terá o prazo de 15 dias para sua apreciação, nos termos da Resolução nº 70, de 1995, com a redação dada pela Resolução nº 12, de 1997.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao eminente Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PSDB-AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente – e nem posso dizer Srs. Senadores, porque, além de mim e de V. Exª, só se encontra em plenário o nobre Senador Gilvam Borges; mas, enfim, falo para a **TV Senado** e para os Anais da Casa -, Sr. Senador, a imprensa mundial enfatizou a rapidez com que se processou a "troca de guarda" no governo britânico conseqüente à esmagadora vitória trabalhista no pleito de 1º de maio último.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Senador Jefferson Péres, em favor da exatidão dos registros, peço a V. Exª que não seja injusto com o Senador Francelino Pereira.

O SR. JEFFERSON PÉRES – S. Exª adentrou o plenário um pouco depois de eu haver iniciado o meu pronunciamento, mas, com muita satisfação, registro a presença do ilustre colega Francelino Pereira.

Três dias depois do anúncio dos resultados, o novo gabinete, comandado por Tony Blair, já demonstrava tão pleno e tranqüilo domínio de uma máquina administrativa controlada pelos conservadores havia 18 longos anos, que Gordon Brown, o Ministro do Tesouro, pôde anunciar a importante decisão de conceder independência ao banco central, o Bank of England.

Assim é o parlamentarismo. A despeito do extenso jejum de poder, o Partido Trabalhista não teve dificuldade nenhuma em se assenhorear de todos os detalhes da administração pública em razão da notável instituição do **shadow cabinet**, mediante o qual a oposição acompanha, monitora e critica o desempenho governamental, dia a dia. A transparência do procedimento garante o acesso a todos os dados e informações relevantes para a formulação de uma plataforma baseada em políticas alternativas consistentes e realistas. E a rotatividade do poder é administrada sem traumas, sem sustos, sem incertezas para quaisquer dos agentes sócio-econômicos.

O semanário **The Economist**, prestigioso baluarte da mídia conservadora, em artigo recente, analisou as vantagens governativas do regime de gabinete no contraponto com o presidencialismo americano. Graças à coerência partidária exigida por um processo de formação do poder que se dá todo ele no interior do parlamento, a existência de maiorias sólidas e claras que sustentam a governabilidade é um problema resolvido de antemão, ao passo que, no presidencialismo, esta tende a ser uma questão a desafiar com freqüência os dotes retóricos e demais recursos de persuasão manejados pelos chefes do governo. Conforme o articulista,

> ...o resultado da eleição geral de 1997 coloca o Sr. Blair numa posição de poder com a qual o Presidente Bill Clinton poderia apenas sonhar. [Blair] tem maioria de 179 [votos] na Câmara dos Comuns. Os rebeldes podem ser manejados à vontade. A oposição jamais vencerá uma votação importante. Um desastre como aquele que destruiu a reforma do sistema de saúde no primeiro mandato do Sr. Clinton não poderia acontecer na Grã-Bretanha. Para o bem ou para o mal, o Governo pode decretar a legislação que quiser.

E prossegue a comparação:

O Sr. Clinton venceu sem jamais equacionar as divisões organizacionais e ideológicas do Partido Democrata, as quais ainda o atormentam. Já o Sr. Blair usou sua vitória na disputa pela liderança interna, em 1994, para reformular seu partido, conquistando novos membros, livrando-se da bagagem ideológica e modernizando a máquina partidária. A maioria dos novos membros do Parlamento sabe disso; na verdade, muitos deles devem sua eleição ao Sr. Blair pessoalmente.

Concluindo, o articulista prevê:

O Governo do Sr. Blair pode ser bem ou mal sucedido. Isso depende da maior ou menor capacidade de suas políticas para realizar aquilo que prometeu; das habilidades de seus ministros; das qualidades de sua bancada parlamentar; e da perícia do primeiro-ministro enquanto comunicador. O que está fora de questão, no entanto, mas permanece em dúvida no caso do Sr. Clinton, é que [o chefe de governo britânico] tem poder para dar certo. Mandato popular; hegemonia partidária; maioria parlamentar: eis

o tripé sobre o qual o Sr. Blair pode apoiar-se com total segurança. O Presidente Clinton lidera a mais poderosa nação da Terra, mas o Premiê Blair, por enquanto, comanda um governo com um poder muito maior do que este ou qualquer presidente americano jamais terá.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, estas reflexões foram provocadas pela mais recente crise em que se enredou o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, com a revelação do grotesco episódio da compra e venda de votos parlamentares pró-reeleição. Ora, mais de um século de República permite-nos asseverar, com o rigor de um axioma matemático, que o presidencialismo no Brasil foi, é e sempre será uma fábrica de crises e escândalos que volta e meia paralisam o processo decisório governamental, comprometendo a capacidade administrativa de atender às prioridades nacionais e cuidar do progresso e do bem-estar do povo.

Desgraçadamente, o vezo autoritário, centralizador e patrimonialista de nossa cultura política sempre se valeu de um arremedo perverso do sistema presidencialista americano para manter o Congresso e os partidos políticos na humilhante posição de vassalos do Executivo, no máximo de trampolim para que sucessivas gerações de oportunistas nas repúblicas de sempre conquistem cargos, vantagens escusas, posições de poder e nada mais!

Vozes honradas e lúcidas em prol do parlamentarismo, como as de Raul Pilla, no passado, e de Franco Montoro, no presente, estiveram e parecem continuar fadadas a pregar neste "deserto de homens e idéias", como Osvaldo Aranha um dia definiu o Brasil.

A persistente coalizão entre oligarquias conservadoras e aquilo que Raymundo Faoro denominou de estamento burocrático até hoje impede que a alternativa parlamentarista seja tentada a sério entre nós. Desmoralizada pelo plebiscito de 06 de janeiro de 1963, surrada por nova consulta popular em 12 de abril de 1993 – aliás, Sr. Presidente, surrada porque líderes de partido, inclusive de Esquerda, por oportunismo, que julgavam naquela altura que seriam imbatíveis para à Presidência da República contra as suas próprias convicções, fizeram campanhas a favor do Presidencialismo -, tudo levaria a crer no fracasso definitivo e no descrédito inapelável dessa solução no Brasil, não obstante ser ela adotada, com as óbvias adaptações nacionais, pela maioria esmagadora dos principais países do Globo, da Escandinávia ao Japão. No entanto, como por milagre de sobrevivência política, a proposta parlamentarista ressurge no horizonte brasileiro alimentada pelo caldo de cultura da decomposição institucional. Parafraseando o grande Alexis de Tocqueville ao avaliar a herança de crônica instabilidade legada pela Revolução Francesa, também em nosso País vivenciamos sempre a mesma crise; a crise chamada presidencialismo.

Sr. Presidente, quando atentamos, de um lado, para as danosas conseqüências desse enxerto descabido do instituto das medidas provisórias em nossa ordem constitucional de 1988 e, de outro, para os sentimentos de incerteza decorrentes do último escândalo, imediatamente registrados pelos mercados financeiros aqui e lá fora, chegamos a uma conclusão aparentemente paradoxal. O presidencialismo afigura-se-nos um frágil sistema forte. Frágil para empreender o que é economicamente necessário e socialmente justo; forte para perpetrar o que é politicamente nocivo e moralmente condenável. Essa contradição que, como acabo de afirmar, tende a debilitar a credibilidade e a legitimidade do presidencialismo, evidencia-se a cada tropeço ético toda vez que o Executivo falha em sua missão de fornecer liderança à sociedade brasileira, ou seja, quase sempre.

Por essa razão, tão logo a opinião pública se deu conta da seriedade dos estragos produzidos no até então impecável revestimento de teflon da imagem governamental pelas gravações do "Senhor X", imediatamente um novo alento animou os entusiastas do regime de gabinete em todos os partidos e quadrantes do espectro político-ideológico. Velhos estandartes parlamentaristas estão sendo desenrolados e voltam a ser agitados com esperança. Claro está que a CPI da reeleição é indispensável para apurar a fundo todas as responsabilidades e punir corruptos e corruptores. Mas só isso não basta: há que se fazer uma vigorosa reengenharia do nosso sistema partidário e eleitoral a fim de cortar o mal pela raiz e para sempre. E o parlamentarismo parece-me a um tempo condição de sucesso e coroamento do êxito desse relevante e urgente esforço de reinventar a cidadania e a política.

Aqui, faço um parêntese para lembrar aos Srs. Senadores que o povo brasileiro foi induzido, a meu ver, a um erro, exatamente pelo desprestigio do Congresso. Em 1993, induzido pela campanha feita pelos adversários do parlamentarismo, o povo pensou que o Governo seria um refém do Congresso, quando, ao contrário, no parlamentarismo, o Presidente é que um refém do fisiologismo do Congresso,

uma vez que, no Parlamentarismo, jamais Governo algum será refém do Parlamento, porque tem o poder de dissolver o Congresso. Qualquer parlamentar fisiologista pensa não dez, mas cem vezes para fazer chantagem com o Governo antes de arriscar o seu mandato.

No momento em que eu, em fidelidade aos princípios programáticos do Partido da Socialdemocracia brasileira e também às convicções de toda a minha vida, empenho total apoio a esse redespertar da consciência democrática, aproveito para lançar aqui um convite e um apelo aos integrantes desta Casa: vamos discutir com serenidade e seriedade a opção parlamentarista que, com todas as suas evidentes vantagens técnicas, processuais e institucionais sobre o presidencialismo, só não vingou até hoje, repito, pelo simples fato de que nunca foi tentada a sério pelas nossas elites. Não vamos permitir que, por omissão, diante dessa imensa responsabilidade histórica, o Brasil ingresse no terceiro milênio arrastando a desditosa fama de País das oportunidades perdidas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Para uma comunicação inadiável, pelo prazo de 5 minutos, na forma regimental, concedo a palavra ao nobre Senador Francelino Pereira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, não há de findar-se a semana antes que eu retorne à capital do meu Estado, Belo Horizonte, no coração de Minas, sem manifestar, perante esta Casa, um testemunho que considero indispensável para o exercício da minha vida pública e para a representação que desempenho, em nome de Minas e dos mineiros.

Quero trazer aqui o testemunho de que sou inteiramente partidário do debate, da controvérsia, das disputas, do diálogo e, conseqüentemente, dos entendimentos quando chegamos às soluções consensuais. Porém, não posso deixar de dizer que esse debate é essencial para a vida parlamentar na Câmara e no Senado. O debate vai-se esgotando, o trabalho parlamentar vai-se exercitando nas comissões técnicas, e o Plenário nem sempre corresponde às expectativas da sociedade brasileira neste momento em que vivemos uma plena democracia.

Por isso mesmo, Sr. Presidente, cito o meu testemunho sobre a vida exemplar de um mineiro que merece sempre de nós todos uma palavra de carinho, de respeito e de admiração. Essa palavra dirijo ao mineiro Itamar Franco, ex-Prefeito de Juiz de Fora, ex-Presidente da República, atual embaixador da OEA, onde representa o Brasil por indicação do seu amigo Presidente Fernando Henrique Cardoso e por plena aprovação do Senado da República.

Itamar Franco é um mineiro de caráter, exemplar no comportamento, na conduta e no exercício político. Prefeito duas vezes de Juiz de Fora, um dos centros mais importantes da vida econômica, social, política e cultural de Minas e do Brasil. A nossa Juiz de Fora tem na pessoa de Itamar Franco um líder, um representante, e por S. Exª tem uma profunda admiração e um grande respeito.

Prefeito oito anos, teve um excelente desempenho à frente da Administração Pública de uma das maiores cidades de Minas e do Brasil.

Disputamos juntos – eu ao seu lado – o Governo de Minas. E S. Exª perdeu. Mas os homens públicos mineiros também se engrandecem na derrota, e essa derrota de Itamar Franco contribuiu ainda mais para o exercício da vida pública numa linha de correção, sempre preocupado com a alma, o espírito, o sentimento de Minas e com a vocação do Brasil.

Sr. Presidente, por volta de 1973, poucas foram as lideranças do seu então Partido, o PMDB, que aceitaram disputar uma eleição para o Senado da República. S. Exª abandona a Prefeitura de Juiz de Fora e, com coragem e determinação, disputa o Senado da República para representar Minas nesta Casa.

Foi surpreendentemente eleito, como surpreendente foi a eleição de vários colegas seu no Estado, quando outros colegas seu de Partido não tiveram a coragem ou a visão de disputar uma eleição de tanta importância para o País naquele momento, já buscando o caminho da devolução constitucional.

De lá para cá, quando estava no Governo de Minas, ele foi um companheiro exemplar. Jamais deixei de ir a Belo Horizonte, quando Governador de Minas Gerais, sem freqüentar o seu gabinete, para trocarmos idéias sobre os interesses públicos do meu Estado e a destinação política do meu País.

Nesta hora, portanto, Sr. Presidente, quero transmitir a informação divulgada no sentido de que mantive encontro com o ex-Presidente Itamar Franco, no Hotel Nacional, em Brasília, horas após ter participado de jantar que entrou pela madrugada, ao lado de Fernando Henrique Cardoso, no Palácio da

Alvorada. Na oportunidade, S. Exª me disse que havia comunicado ao seu amigo, Presidente Fernando Henrique Cardoso, que estava sendo instado pelas lideranças políticas do País a concorrer a Presidência da República. Dizia ele então que iria consultar essas lideranças, conversar com os partidos políticos e que naturalmente deixaria a sua representação na OEA para possivelmente disputar o Governo do Brasil.

Em resposta, eu disse a S. Exª que ele mereceria sempre de nós uma palavra de estímulo e que ele seria, sem dúvida, um nome significativo como alternativa diante de Fernando Henrique Cardoso para disputar o Governo do País. Eu disse também a S. Exª – e o fiz em meu nome e dos mineiros – que, se porventura não disputasse o Governo da República, ele poderia disputar, inclusive pelo meu Partido, o Governo de Minas Gerais, um dos Estados mais importantes econômica, social, cultural e politicamente neste País. E disse mais a S. Exª, o Embaixador Itamar Franco, na nossa conversa no Hotel Nacional: se porventura ele não fosse candidato ao Governo de Minas, não seria apenas o Governador de Minas Gerais; seria, sem qualquer dúvida, o Presidente de Minas, como foi no passado Antonio Carlos Ribeiro de Andrada. S. Exª ficou emocionado diante da nossa conversa e da nossa convocação, e prometeu refletir sobre ela. Assegurou-me de que não tomaria qualquer posição, inclusive a de filiar-se a um partido político, sem antes conversar com seu companheiro, seu amigo, seu coestaduano, o Senador que está falando nesta tribuna.

De lá para cá, encontramo-nos uma vez em Belo Horizonte, num encontro social, e pouco conversamos. Ainda na semana passada, durante um almoço que me foi oferecido na praia do Flamengo, no Rio de Janeiro, na residência de um amigo comum, telefonei para S. Exª para dizer que eu desejaria conversar sobre o tema do nosso encontro em Belo Horizonte. Uma vez que os dias se passavam rapidamente e o processo político se desenvolvia com celeridade, precisávamos conversar sobre os nossos posicionamentos, sobretudo, sobre a sua possível vocação de disputar o Governo de Minas, caso não o fizesse para a Presidência da República.

Quero aqui, portanto, Sr. Presidente, manifestar ao amigo Itamar Franco, ao mineiro respeitado e admirado por todos nós, a nossa palavra de consideração, dizendo tratar-se de um homem de bem, correto, de caráter, semelhante a homens como Newton Campos, que fizeram do Governo de Minas uma vocação para que aquele Estado servisse mais ao Brasil.

Com estas palavras, Sr. Presidente, e antes de chegar ao coração do meu Estado, Minas Gerais, a nossa Belo Horizonte, deixo estas palavras de carinho e respeito a um cidadão que merece sempre o nosso abraço e a nossa solidariedade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, antes de ingressar propriamente no tema do meu discurso desta manhã, desejo fazer uma referência ligeira ao pronunciamento que acaba de fazer o eminente representante do Amazonas, Senador Jefferson Péres.

É verdade, o parlamentarismo neste País não foi compreendido em nenhum de seus momentos. Ele veio para salvar o País de uma ditadura em 1961. No entanto, ao assumir a Chefia do Governo, já o Primeiro-Ministro dizia tratar-se de um regime híbrido e, em lugar de prestigiá-lo, tratou de desprestigiá-lo.

Vieram, em seguida, a campanha contra o parlamentarismo e o plebiscito. Lembro-me bem de que o Governo fez publicar àquela ocasião em todas as televisões, rádios e jornais indagações como estas que considero insidiosas: "Se você é contra o desemprego, vote contra o parlamentarismo; se é contra o alto custo de vida, vote contra o parlamentarismo". E outras coisas desse tipo foram publicadas, como se o parlamentarismo fosse o responsável por aquelas mazelas que tanto atormentavam o Brasil naquele momento.

Em 1988, o Constituinte também não foi capaz de perceber com nitidez a importância do sistema parlamentarista de governo. E na Revisão Constitucional, de novo perdeu-se uma excelente oportunidade. Por conseguinte, trago aqui a minha palavra de solidariedade ao pronunciamento do Senador Jefferson Péres que desejei apartear, mas cheguei ao final do seu discurso, estimulando-o a que o faça outras vezes, a fim de que o Plenário do Senado Federal possa ter uma consciência mais transparente e presente da importância do sistema parlamentarista de governo para nós.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, desta tribuna, já tive a honrosa oportunidade de proferir dois recentes discursos sobre ensino profissionalizante, enfatizando a grande importância que dou ao aprendiza-

do, pelos nossos jovens, de uma profissão que os qualifique para o mercado de trabalho.

Além dos discursos, estou ultimando um projeto que cria as bolsas de aprendizagem e uma segunda proposição que procura soluções para estimular as doações, visando o reequipamento de instituições dedicadas ao ensino técnico.

Em todas essas atuações, deixo bem claro que o aprendizado de uma profissão, notadamente no período do 2º Grau, será um acréscimo ao currículo normal do estudante.

Num dos meus pronunciamentos, rejubilei-me com a informação de que o Governo Federal faria investimentos iniciais de R$500 milhões para a implantação, em todos os Estados brasileiros, de escolas técnicas que sirvam, de fato, ao nosso povo e aos nossos jovens. Esses recursos viriam de um empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de R$250 milhões, e de uma contrapartida de igual montante – a fundo perdido – do Ministério da Educação.

E, baseado no noticiário dos jornais, colhido junto ao Ministério da Educação, registrei nessa oportunidade:

> Acrescente-se à nova iniciativa a excelente idéia de mudar-se o currículo do 2º Grau, a fim de poupar de algumas matérias, e encarregando-se em outras, o estudante dos cursos técnicos. Os vestibulares para o ensino superior sofrerão também alterações para se adequarem ao ensino ministrado a esses estudantes.
>
> Aduzi em outro trecho:
>
> Os cursos técnicos, segundo informou o Ministro Paulo Renato, serão terceirizados. Isto é, surgirão de convênios entre o Ministério e Prefeituras, Associações e Sindicatos interessados, os quais, oferecendo as salas de aula, gerenciarão as escolas e receberão do Ministério os equipamentos para tais cursos. O Governo quer atender a todos os Estados. Tais cursos terão início em 1998, mas, a partir de maio próximo, o Ministério já estará recebendo as propostas dos interessados.

Qual não é a minha surpresa, agora, ao deparar-me com uma segunda informação, também amplamente divulgada pela imprensa, de que o ensino técnico de nível médio, em texto de regulamentação em elaboração no Ministério da Educação, estará divorciado do currículo do 2º Grau!

Inverteu-se completamente a estratégia anteriormente equacionada pelo próprio Governo!

Em síntese: o aluno de curso profissionalizante, se pretender ingressar numa faculdade superior, terá de cursar, além do ensino técnico, também o 2º Grau regular. Essa decisão, a ser efetivada, representará um gravíssimo passo atrás em relação aos objetivos da pretendida profissionalização dos nossos jovens.

Ora, ninguém duvide que estarão matando no nascedouro vocações profissionais da maior importância para a economia brasileira. Raros serão os que terão condições de fazer simultaneamente dois cursos, enfrentando os currículos de técnico de nível médio e do 2º Grau. De outro lado, poucos terão paciência para, ao término do curso profissionalizante, iniciar-se do no 2º Grau.

Em nosso País, cumprindo-se uma tradição que não sei certa ou errada, sabe-se que os jovens habitualmente aspiram ao canudo de doutor. Quando menos, pelas vantagens salariais estimuladas pela nossa própria estrutura do serviço público. Quem possui o diploma de nível superior, na carreira de funcionário público, usufrui benefícios negados aos que não os têm. Pela nossa legislação penal, ganham o privilégio da prisão especial os diplomados no 3º Grau.

Portanto, as leis brasileiras são o reflexo de uma conhecida tradição, herdada dos nossos colonizadores, que vocaciona os jovens para o ensino superior.

A anunciada regulamentação do Ministério da Educação à Lei de Diretrizes e Bases, por conseguinte, terá um efeito gravemente negativo. Vai mesmo criar uma discriminação entre ricos e pobres. Os ricos, mesmo que possuidores de talento para assuntos técnicos, evidentemente abandonarão os cursos profissionalizantes. Deixarão as vagas para os seus colegas de menores recursos, os quais jamais se conformarão com o impedimento que lhes imporá de ascenderem ao ensino superior.

Tomemos a hipótese de um jovem talentoso que, embora tenha feito com sucesso um curso profissionalizante de informática – ou qualquer outro -, deseje prosseguir adiante nos conhecimentos só proporcionados por uma faculdade. Não poderá fazê-lo de imediato; terá de voltar ao colégio regular para, formalmente, começar tudo de novo no 1º ano do 2º Grau. Estaria consumada, neste caso, uma perda de tempo – existencial e econômica – para o estudante e para o País.

Srªs e Srs. Senadores, o Brasil não pode ser vítima de tais perdas de tempo. A ampliação priorizada do ensino técnico é necessária exatamente para buscarmos o tempo perdido, além do aprimoramento intelectual e profissional dos nossos jovens. Não o contrário, desestimulando a formação de mão-de-obra tão reclamada pelo País.

O que me deixa perplexo, Sr. Presidente, é a mudança de orientação do Ministério da Educação em torno do assunto. Antes, pensava-se até mesmo em alterarem-se currículos para se estimular a maior procura do ensino técnico; agora, pensa-se em restrições aos alunos dos cursos profissionalizantes.

Qual das informações é a verdadeira, embora nenhuma das duas, que ganharam farto noticiário da imprensa, tivesse sido desmentida ou corrigida?

Já opinei, desta tribuna e através de artigos publicados na imprensa, sobre o nosso atraso, frente aos países desenvolvidos, em relação ao ensino profissionalizante. Disse e repito: ainda não se conseguiu oferecer aos nossos jovens, como acontece alhures, as condições para que, simultaneamente ao seu curso secundário, lhes seja ensinada uma profissão.

Permito-me renovar, nesta oportunidade, trechos de artigo que registrei há cerca de um ano:

> Em nosso País, o jovem estudante, ao terminar o 2º Grau, defronta-se com alguns dilemas. O primeiro deles é o de que, em termos profissionais, não recebeu os ensinamentos para o aprendizado de uma atividade; o segundo, o de que, quando pode ou não pode, sente necessidade de ingressar numa universidade, a fim de se preparar para exercer, no futuro, uma profissão rendosa.
>
> Chama-se a isso de uma educação elitista, que nos foi legada provavelmente pelos antigos colonizadores, herança que, em muitos países desenvolvidos, já foi de muito superada.
>
> O concluinte do 2º Grau, especialmente numa Nação como a nossa, jovem e ansiosa por crescer, devia ter recebido, no correr do seu currículo escolar, uma educação profissional. No Brasil, os muitos pais que se preocupam com essa falha do nosso ensino, mesmo que queiram não encontrarão para seus filhos os cursos profissionalizantes que gostariam de encontrar. São raríssimos e existem apenas em determinadas metrópoles. O que se chama de profissionalizante em nossas escolas tradicionais não passa de fantasias bem-intencionadas e absolutamente inúteis. O aluno aprende noções elementares de patologia, por exemplo, que não o capacitam a nada. Alguns aprendem a dar injeções, através de eventuais práticas, esquecidas nas semanas seguintes. Não é a isto que chamo de cursos profissionalizantes.
>
> Nos cursos autenticamente profissionalizantes, o aluno conclui seu período plenamente capacitado a exercer profissões como as de marceneiro, mecânico, metalúrgico, enfermeiro, paramédico e outras. Não precisarão cursar uma Faculdade para se integrarem à vida profissional. A Faculdade seria um complemento, que daria melhor qualificação ou especialização para os que pudessem cursá-la, mas não seria indispensável para o início de uma atividade econômica como vem ocorrendo no Brasil".

Mais adiante acrescentei:

> "Os cursos profissionalizantes deveriam merecer absoluta prioridade no Brasil. No entanto, não é isso que ocorre. Não basta que se os criem nas leis. É preciso vontade política para implantá-los com a plena consciência da sua essencialidade.
>
> Em cada escola brasileira deveriam existir os cursos profissionalizantes, mas é inviável que isso ocorra sem a substancial ajuda do poder federal. Os Estados, principalmente os nordestinos, não têm condições de manter tais cursos, que exigem equipamentos e professores que superam as possibilidades dos erários estaduais e municipais. No entanto, são absolutamente necessários em nosso País e vinculam-se umbilicalmente aos nossos propósitos de desenvolvimento. Não podemos nos dar ao luxo de manter nossos jovens despreparados profissionalmente em idade que lhes possibilitaria plena integração na atividade econômica.
>
> Esta é uma realidade sentida por todos e, no entanto, ainda não se conseguiu dar efetividade à idéia prioritária dos cursos profissionalizantes, um ponto crucial para o nosso desenvolvimento e a melhoria na qualidade de vida do brasileiro.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso deveria incluir essa idéia nas cinqüenta

metas que elabora para os últimos anos do seu mandato."

Por tais razões, Sr. Presidente, prefiro acreditar que a última informação colhida no Ministério da Educação, sobre as restrições pretendidas para o ensino técnico, esteja equivocada.

Temos, nesse Ministério, técnicos educacionais altamente qualificados e de experimentada vivência em todos os nossos estamentos sociais, a começar pela figura culta e de rara sensibilidade do próprio Ministro Paulo Renato.

Sabem eles, portanto – muitas vezes mais do que eu -, que minhas ponderações não são mera retórica, mas o testemunho de uma realidade social conhecida por quantos têm a convivência comungada com os problemas do nosso País.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Edison Lobão, o Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Nabor Junior.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra ao nobre Senador Geraldo Melo.

V. Exª dispõe de 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. GERALDO MELO (PSDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o instigante discurso do Senador Jefferson Péres, seguido das palavras introdutórias do Senador Edison Lobão, ambos fazendo referência à possibilidade ou à dificuldade de introdução do parlamentarismo no Brasil, levaram–me a incorporar, a essas modestas palavras que pretendo dizer esta manhã, um pouco do tema que ambos discutiram. Muito embora o objetivo principal da minha presença na tribuna no dia de hoje seja o de tratar de um assunto de interesse direto do Rio Grande do Norte, e tem a ver com um processo incompreensível e injusto de liquidação do banco do meu Estado, que se arrasta por sete anos, incompreensível e injustificadamente.

Mas, sabendo que o Senador Jefferson Péres precisa retirar–se, começaria pelo que seria o fim do meu discurso.

Na realidade, não pretendo discutir as vantagens e desvantagens do parlamentarismo. Nem mesmo expor as razões pelas quais sempre me filiei ao grupo daqueles que defendem o presidencialismo. O que pretendo é colocar uma outra questão.

Em primeiro lugar, o ponto de partida do Senador Jefferson Péres foi a associação que fez entre o escândalo ocorrido na Câmara dos Deputados, no decorrer do processo de votação da reeleição, e o peso do presidencialismo e a sua conexão com os problemas que decorrem da necessidade de manter maiorias parlamentares. Mazela que, segundo S. Exª, o parlamentarismo não está sujeito.

Desejo assinalar, mesmo de passagem, que considero que aquele episódio não tem nada a ver com presidencialismo e muito menos com o Presidente Fernando Henrique Cardoso. É preciso assumirmos a realidade daquele episódio e é preciso não nos esquecermos de que no momento em que se travava, no Congresso Nacional, o processo de discussão, de debate, de decisão em torno da reeleição, se a reeleição interessa aos atuais ocupantes dos cargos executivos, interessava a todos os governadores de Estado, a todos os prefeitos. E não há razão para se entender que qualquer tipo de movimento feito no Parlamento nacional em torno dessa questão seja um movimento que tenha a ver com o Presidente da República, e, na verdade, todos os fatos revelados à Nação indicam que não tem. Portanto, preliminarmente, gostaria de excluir qualquer conexão entre o episódio e a Presidência da República e o Presidente Fernando Henrique Cardoso, pois quem o conhece, correligionário ou adversário, sabe que Sua Excelência não apenas não participou, mas que a Sua Excelência repugna, tanto quanto a qualquer um de nós, a qualquer homem de bem deste País, esse tipo de procedimento.

Sei que a intenção do Senador Jefferson Péres não foi, em nenhum momento, a de atribuir participação ao Presidente Fernando Henrique Cardoso nesse processo. Entendi perfeitamente. Longe de mim pretender que V. Exª tenha tido esse propósito. S. Exª colocou em um plano muito mais acadêmico a questão da conexão do estado presidencial com o gerenciamento da base congressual do Presidente.

O Sr. Jefferson Péres – Foi exatamente isso.

O SR. GERALDO MELO – Entendo o argumento, as intenções e os propósitos de V. Exª – somos correligionários do Presidente da República e sei do respeito e do apreço que V. Exª tem por Sua Excelência. Quis apenas assinalar, de passagem, esse aspecto, deixando muito claro que entendi muito bem as intenções e os propósitos de V. Exª, para dizer que não participo da tese de V. Exª de que o parlamentarismo, principalmente em sua última tentativa, tenha sido derrotado porque as importantes Lideranças políticas, sonhando com a Presidência

da República, tenham apoiado o presidencialismo. Muito pelo contrário. Não me recordo de nenhum político realmente eminente, de real projeção política no País, naquele momento, a não ser o grupo do PT; fora dele não me recordo de ninguém, porque no PMDB o Governador Orestes Quércia apoiava o presidencialismo, mas não me lembro de mais ninguém. Lembro–me, sim, de Mário Covas, de Ulysses Guimarães, de Fernando Henrique Cardoso, de todos os políticos de repercussão deste País defendendo, pelo contrário, o parlamentarismo.

É preciso reconhecermos o seguinte: o povo brasileiro, por duas vezes, numa consulta plebiscitária, manifestou–se de forma esmagadora contra a idéia do parlamentarismo.

Acho, portanto, que não há muito o que discutir. O Brasil estava sendo governado por um governo parlamentarista quando se fez o primeiro plebiscito, nos idos, creio eu, de 1962, por aí. O povo brasileiro respondeu que desejava um governo presidencialista.

Recentemente, tivemos um segundo plebiscito, e o povo brasileiro, apesar da imensa maioria das lideranças políticas ter participado de uma campanha em favor do parlamentarismo, o rejeitou, num plebiscito de maciço comparecimento popular, sem virtualmente nenhuma participação das estruturas políticas para fazer o tradicional transporte de eleitor ou para criar as condições que facilitassem esse comparecimento. Foi algo firmemente decidido pelo povo brasileiro.

Finalmente, quero chegar ao ponto que mais me preocupa e que a meu ver, Senador Jefferson Péres, é a grande razão; ou seja, o povo brasileiro não confia no Parlamento que tem. O povo brasileiro não poderia ao mesmo tempo dizer que não confia no Parlamento e uma vez consultado dizer que quer um governo comandado pelo Parlamento.

V. Exª é parlamentarista sincero, pois conheço sua posição. Acredito que todos, como V. Exª, que estão sinceramente convencidos da importância do parlamentarismo neste País, têm uma tarefa muito importante. A primeira delas é fazer tudo que seja necessário para restaurar perante a sociedade brasileira o respeito pelo Congresso Nacional.

Não podemos permitir, Senador Jefferson Péres, que o fato de três ou quatro Deputados terem vendido o seu voto seja apresentado sem o nosso protesto, sem a indignação daqueles que como eu e V. Exª não venderam voto nenhum. Não podemos contribuir para que todo o povo brasileiro pense que todo Parlamentar brasileiro vende o seu voto.

O Sr. Jefferson Péres – Permite–me V. Exª um aparte?

O SR. GERALDO MELO – Com muito prazer, Senador.

O Sr. Jefferson Péres – Sei que V. Exª vai abordar outro assunto e seu tempo é curto. Vou ter que sair para ir ao aeroporto, mas sou obrigado a aparteá–lo. Em primeiro lugar, Senador Geraldo Melo, o fato de se ter realizado o plebiscito em 1993 não tornaria inoportuno, creio eu, nem descabido um plebiscito cinco anos depois, em 1998, por exemplo, porque a realidade política é dinâmica, como V. Exª sabe, e o povo pode muito bem mudar de opinião em cinco, seis, sete anos, quanto seja. De forma que não sei o que o povo brasileiro pensaria hoje a respeito do parlamentarismo com uma campanha bem conduzida.

O SR. GERALDO MELO – Talvez esteja mais contra do que antes.

O Sr. Jefferson Péres – Não sei, porque aí V. Exª se referiu às lideranças que apoiaram o presidencialismo. Quando eu disse que houve oportunismo referi–me principalmente ao PT – dou nome aos bois – e lamento que não tenha nenhum petista aqui presente. O PT era esmagadoramente, talvez 100%, parlamentarista, mas como tinha certeza àquela altura de que o Lula ganharia a eleição e de que era imbatível nas urnas, defendeu o presidencialismo.

O SR. GERALDO MELO – É verdade.

O Sr. Jefferson Péres – Isto é fato notório, não estou especulando. Quanto ao prestígio do Legislativo, do Congresso, Senador Geraldo Melo, jamais iremos restabelecer, restaurar ou recuperar o prestígio do Congresso com discursos. E não são discursos de crítica ao Congresso, Senador – aí discordamos frontalmente, V. Exª e eu –, como os que faz o Senador Pedro Simon, que abalam o prestígio do Congresso, não. São atos praticados pelos congressistas, Senador Geraldo Melo; não é só a compra de votos, não. Ontem, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara rejeitou esmagadoramente pedido para processar Deputados por crimes comuns. Um deles – já nem falo no caso do Deputado Moreira Franco, que é um pouco diferente – é acusado de peculato, e na semana passada recusou mais dois pedidos. Isso mostra que Deputados são improcessáveis neste País. É isto, Senador, é este corporativismo que desmoraliza o Congresso, não são discursos, não. Só poderemos recuperar o nosso prestígio com atos e não com palavras.

O SR. GERALDO MELO – V. Exª, por favor, não conduza o seu aparte dando a impressão a quem quer que seja que eu entenda o contrário. Essa veemência que V. Exª aplicou à sua última intervenção parece sugerir que eu esteja dizendo alguma coisa diferente. Não estou.

O Sr. Jefferson Péres – Não, jamais!

O SR. GERALDO MELO – O que estou dizendo é que isso que indignou V. Exª, ontem, é que é motivo para que o povo brasileiro não queira um regime em que um Parlamento que assim procede assuma o Governo. É isto que estou dizendo!

O Sr. Jefferson Péres – Que o Parlamento pode ser dissolvido a qualquer momento.

O SR. GERALDO MELO – O que estou dizendo é que um governo parlamentar, para ser aceito pelo povo brasileiro, exige, em primeiro lugar, que o povo respeite o Congresso que tem. Agora, o fato de que uma minoria instalada dentro deste Parlamento, ou de qualquer outro, exista, não dá nem a mim nem a V. Exª o direito de dizer ao povo brasileiro que o Parlamento não presta.

Quando, há 10 ou 15 anos, três membros da Câmara dos Comuns, na Inglaterra, foram flagrados participando de uma verdadeira quadrilha que, organizadamente, assaltava o sistema bancário inglês, esses parlamentares foram apresentados, a verdade foi contada à opinião pública. O parlamento inglês não cassou o mandato de nenhum deles, não se fez nenhuma CPI; eles simplesmente não foram reconduzidos pelo voto do eleitorado da Inglaterra ao parlamento, e ninguém disse jamais que o parlamento da Inglaterra estava podre por causa daqueles três ladrões que estavam lá dentro. Quando, há menos de dez anos, descobriu–se o corpo de um parlamentar inglês vestido de mulher, com o rosto maquiado, assassinado pelo seu amante, numa noite de sofrimento de um homossexual, ninguém disse no dia seguinte que o parlamento inglês era uma casa de homossexuais.

No entanto, se aqui três ou quatro Deputados vendem o seu voto, o que acontece? O que V. Exª tem visto no aeroporto de Brasília? Movimentos organizados esperando por Parlamentares que, como V. Exª, como eu e como tantos que constituem a maioria desta Casa, merecem o respeito do povo brasileiro e que são incomodados, no aeroporto, como se todos nós tivéssemos vendido o nosso voto.

O Sr. Jefferson Péres – Poderia V. Exª me conceder apenas mais um minuto para fazer uma observação?

O SR. GERALDO MELO – Pois não, Senador.

O Sr. Jefferson Péres – Acredito que apenas meia dúzia de Deputados realmente vendam os seus votos por dinheiro. Realmente, são minorias insignificantes. Mas há um número muito maior que vende votos por benesses governamentais, em primeiro lugar. Em segundo lugar, quem recusou licença para processar Deputados por crimes comuns foi a esmagadora maioria da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. Eles são coniventes com essa situação.

O SR. GERALDO MELO – Agradeço a reiteração da contribuição de V. Exª, que serve apenas para reforçar o argumento que estou apresentando. Enquanto nós, que não estamos vendendo voto por nenhum tipo de moeda, enquanto nós, que sinceramente desejamos que a democracia brasileira tenha e garanta ao seu povo um Congresso digno, competente, idôneo, enquanto contribuirmos com nossa omissão, ou com os nossos discursos, ou com a nossa demagogia para desprestigiar o Congresso Nacional, nenhum daqueles que defendem o parlamentarismo deve perder tempo esperando por ele. Porque o parlamentarismo só virá, seja bom ou não, quando o povo brasileiro respeitar o Congresso Nacional. Era essa a intervenção que desejava fazer sobre o assunto.

Mas, como disse, Sr. Presidente, vim à tribuna, hoje, principalmente porque desejava registrar um assunto de interesse do meu Estado.

Em 1990, o Banco Central, por razões que até hoje ele próprio não conseguiu explicar, decidiu liquidar o Banco do Estado do Rio Grande do Norte. As razões que alegou para essa liquidação, na época, eram a da existência de uma situação que até poderia haver nos outros dois Bancos liquidados – não sei, não conheço a situação do Banco do Estado da Paraíba, nem a do Banco do Estado do Piauí, que foram liquidados naquela mesma data. Sei que nenhuma das razões alegadas pelo Banco Central aplicava–se ao Banco do Estado do Rio Grande do Norte, que nem sequer devia ao Banco Central, que nem sequer tinha financiamentos a órgãos do Poder Executivo – tinha somente dois ou três realizados há mais de dez anos, e desses dois ou três, dois eram com órgãos federais. Não tinha prejuízos acumulados na sua contabilidade porque estava dando lucro. Mas, mesmo assim, foi liquidado.

Esse é um episódio que pertence ao passado, que causou um grande sofrimento a todo o Rio Grande do Norte e a mim pessoalmente, porque era Governador do Estado naquele dia. Mas ainda hoje me convenço de que, naquele dia, o Banco Central foi apenas um instrumento de ação política, de interesses eleitorais. Ele não teve, até hoje, um argumento para convencer ninguém de que obedeceu a razões técnicas no fechamento do Banco do Estado do Rio Grande do Norte. Apesar disso, fez a liquidação, ou melhor, decretou–a, fechou as portas do Banco, proibiu–o de funcionar, de ganhar dinheiro, levou sofrimento à casa de todos os funcionários e criou aquela situação que conhecemos para os depositantes e devedores do Banco.

Sete anos depois de a liquidação ter sido decretada, o Banco do Estado do Rio Grande do Norte continua como liquidante do Banco Central. Parece que se está liquidando uma instituição bancária do tamanho interplanetário, porque, em sete anos, o Banco Central não conseguiu concluir sua liquidação. Está sendo administrado pelo Banco Central desde a data em que foi decretada sua liquidação e, naquela época, não devia nada ao Banco Central. E, hoje, deve algumas centenas de milhões de reais. Esse débito nasceu – não quero entrar na discussão sobre o assunto, pois se trata de matéria da competência do Governador de Estado – nestes sete anos em que o Banco está sendo gerido pelo Banco Central; ele existe e é grande, mas não existia quando o Banco foi liquidado.

Estou aqui mais para me referir a duas situações.

Quando o Governo Federal tomou a decisão de instituir o Proer, em boa hora, no sentido de dispor de um instrumento vigoroso para enfrentar, como tem enfrentado a crise do sistema financeiro, e que é um braço fundamental na atividade econômica, num País cuja vitalidade econômica é fundamental à nossa sobrevivência, recordo–me de um café da manhã, do qual tive a honra de participar, com a presença do Ministro Malan, do Presidente Gustavo Loyola e de outros Srs. Senadores. Naquele momento, quando nos foi informada a estrutura geral, a concepção do Proer, defendi, perante todos, uma questão que para o Brasil não teria qualquer significação, mas que para o Rio Grande do Norte seria muito importante, ou seja, que o Proer, daquela data em diante, socorresse os depositantes dos bancos cuja liquidação ainda não tivesse sido concluída pelo Banco Central, porque, se concluída, a situação dos depositantes, que tinham seu dinheiro preso, já teria sido resolvida.

Recordo–me de que o Sr. Ministro Pedro Malan reagiu favoravelmente à idéia, apesar de algumas restrições do Presidente Gustavo Loyola. E não posso deixar de registrar que muito me magoou o fato de S. Exª, apesar da reação favorável que teve naquele momento e de me haver prometido dar um retorno em dois dias no máximo, até hoje não ter retornado; não se lembrou sequer de me dar notícia daquilo que já sei: que meu pedido não foi atendido.

O estranho é que, há poucos dias, participando de uma reunião da CPI dos Títulos Públicos, da qual sou Vice–Presidente e que tem como Relator o nobre Senador Roberto Requião, cuja atenção, neste momento, comove–me, ouvi o depoimento do liquidante do Banco Vetor. Para minha surpresa, fiquei sabendo que, quando o Banco Central decidiu liquidar o Banco Vetor, os investidores estrangeiros depositantes daquele Banco Vetor dirigiram–se ao liquidante, funcionário do Banco Central, solicitando–lhe a gentileza de transferir os seus depósitos para outras instituições que não estivessem sendo liquidadas, e isso foi feito – Senador Roberto Requião, se eu estiver informando errado, V. Exª me corrija, por favor. Na ocasião, até perguntei se aquilo era fruto de algum tipo de acordo internacional, acordo de reciprocidade que tínhamos com as Bahamas ou com os Estados Unidos, ou seja, se algum brasileiro depositante de um banco americano que viesse a quebrar, poderia pedir que transferissem o seu dinheiro para outro banco. Parece–me que isso não existe. Mas os depositantes internacionais tiveram seu dinheiro transferido para outras instituições, e isso foi confirmado à CPI pelo liquidante do Banco Central.

Mas, os pequenos depositantes brasileiros de um banco público, do Banco do Estado do Rio Grande do Norte, em 1970, não tiveram a quem pedir que liberassem os seus depósitos, nem que os transferissem para outras instituições. E eles não têm ninguém, a não ser a voz solitária de um Senador, de um Deputado Federal, de algum político que vem aqui sem qualquer esperança de que isso desperte, pelo menos, uma atenciosa reação por parte das autoridades. Não contam com ninguém que possa chegar aqui e dar–lhes uma solução que seja ao menos parecida com a que se deu aos depositantes do Banco Vetor.

Por outro lado, vejam V. Exªs a situação dos devedores. No Banco do Estado do Rio Grande do Norte, existem 1.581 operações de crédito. São débitos de mutuários, devedores do banco que estão lutando para obter algum tipo de negociação, de

composição. Esses mutuários desejam ser enquadrados em algumas dessas soluções de reposição, como agora acaba de sair permitindo a composição em 10 anos para o pagamento das operações de mutuários de bancos que estejam em situação semelhante, mas não conseguem. Agora o Banco Central está exigindo que, para que isso seja feito, a liquidação deixe de ser extrajudicial e passe a ser liquidação ordinária feita pelo acionista majoritário. E, para tanto, o Estado do Rio Grande do Norte, que é o acionista majoritário, terá que aceitar, evidentemente, uma série de exigências e condições que lá estão.

Mas vejam bem! Não há solução para um problema do tamanho que vou apresentar aqui. Veja, V. Exª, são 1.581 mutuários na Carteira Rural do Estado do Rio Grande do Norte que devem, conjuntamente, mais ou menos R$20 milhões. Estou falando em milhões e nós aqui conhecemos que a escala de números com que lidamos é outra, ou seja, que nos recentes processos de liquidação de bancos a unidade não são milhões, são bilhões.

Desse montante de mutuários devedores, 1.539 deles, contando–se o saldo devedor de suas contas e já incluída a correção monetária, os juros e as multas contratuais, nenhum deles deve mais de R$25 mil.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – (Fazendo soar a campainha)

O SR. GERALDO MELO – Vou concluir, Sr. Presidente. Apenas 11 devem mais de RS$100 mil. Um deles é uma cooperativa de eletrificação rural que repassou o financiamento para mais de 600 mutuários, então, não se trata de apenas um devedor, mas de 600. O outro, é uma empresa exportadora de frutas que, na data da liquidação do banco, devia uma quantia superior a RS$100 mil, mas tinha um depósito em conta corrente superior a esse valor.

Então, o objetivo da minha presença aqui é o de pedir um pouco mais de atenção, um pouco mais de respeito com um Estado pequeno, é verdade, mas um Estado de gente séria, de gente trabalhadora, que vê a situação de seu banco pequeno, que, pelo perfil dos devedores que acabo de mostrar, servia ao pequeno, ao pequeníssimo, ao miniprodutor. Depois de tantos anos de liquidação, a dívida de 90% deles, 1.539, todos eles juntos devem R$20 milhões.

Peço que esse problema seja considerado com atenção, com seriedade, com a mesma integridade, a mesma correção e o mesmo patriotismo com que foram tratados os problemas dos bancos grandes dos Estados grandes.

É o que vim pedir, como representante do pequeno Estado do Rio Grande do Norte.

Durante o discurso do Sr. Geraldo Melo, o Sr. Nabor Junior deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Requião, para comunicação inadiável, pelo prazo de cinco minutos, nos termos do art. 14, inciso VII, do Regimento Interno.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR. Para comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a minha intenção é a analisar, rapidamente, duas contradições que chegaram ao meu conhecimento nos últimos dias.

A primeira delas, e sem sombra de dúvidas a mais séria, é a contradição exposta pelo Ministro Malan na sabatina que se submeteu no Senado da República. O Ministro Malan afirmou que o Banco Bamerindus, Senador Geraldo Melo, valia qualquer coisa entre zero e um número menor que zero, para justificar o presente dado pelo Banco Central ao HSBC, o banco inglês de Shangai.

Muito bem, se o Bamerindus valia zero e o Ministro assim afirmou neste Senado, com a sua autoridade de Ministro, por que então os sócios do Bamerindus foram indenizados com US$500 milhões? Se o banco valia zero, se a afirmação do Ministro é verdadeira, ele está a dever para o Erário US$500 milhões; se não é verdadeira, como pretende demonstrar o ex-presidente do Bamerindus, nosso colega, Senador Andrade Vieira, ele deu de presente para um banco estrangeiro 1.300 agências de um banco brasileiro e ainda fez com que o Banco Central ficasse com a parte questionável da herança patrimonial do antigo Bamerindus. Essa é uma questão a ser analisada com cuidado, pois tive hoje notícia, pelos jornais, que o Senador José Eduardo Andrade Vieira vai processar o Governo pelos atos que levaram à alienação do Bamerindus a um banco estrangeiro.

O segundo aspecto é uma outra contradição menor, em face ao escândalo da doação de um banco brasileiro a um grupo estrangeiro, mas nem por isso menos importante. É um escândalo paranaense, de proporções não tão grandes, mas, para nós,

paranaenses, de extrema seriedade. Esta semana, o plenário do Senado foi invadido por um grupo de empresários sem contrato, que queriam pressionar a Comissão de Assuntos Econômicos para que aprovasse três financiamentos para o Estado do Paraná, sem que o Governo do Estado prestasse contas ao Senado e apresentasse ao Senado a documentação exigida há quase 8 meses pela Comissão de Assuntos Econômicos. Empreiteiros sem contrato, no afã de ganhar alguns reais, comprometendo ou pretendendo comprometer a própria estabilidade financeira do Estado.

A CAE devolveu o processo ao Governo do Paraná e, enquanto não voltar informado com o balanço de 96, os balancetes de 97 e os contratos que implicam em disposição de receita tributária e que beneficiam a Renault, a Chrysler e a Audi, a CAE não mais examinará a concessão, a autorização dos financiamentos. O Senado não pode dar um parecer desinformado, e a irresponsabilidade do Governo do Paraná e de empresários ligados ao Governo, que tiveram a presunção de tentar pressionar o Senado da República, foi espancada pela posição firma da Comissão de Assuntos Econômicos.

Mas, Presidente, chega às minhas mãos uma denúncia sobre a administração do porto de Paranaguá. Recentemente foi substituído o Secretário de Transporte do Estado do Paraná, e no discurso em que transmitia o cargo afirmou com todas as letras que tinha sido obrigado a sujar as suas mãos. E sujou mesmo, porque até assinaturas do Governador foram falsificadas no âmbito da administração do porto de Paranaguá, administrado por um certo Sr. Petráglia. A assinatura do Governador foi falsificada para prorrogar um contrato com uma determinada empreiteira que construía um terminal de contêineres.

Mas a coisa não fica por aí. A denúncia que me chega às mãos é exemplar da corrupção que grassa no Paraná e demonstrativa da ousadia da quadrilha que cerca o Governador.

Durante uma tempestade, a ausência de precauções adequadas fez com que um **portainer** tombasse em cima de uma cábrea flutuante, e o **portainer** e a cábrea afundaram, impedindo a utilização de um dos berços do porto. O **portainer**, de grande porte, e a cábrea, das maiores que operam no litoral brasileiro, causaram um problema razoável para o porto. Equipamentos pesados são necessários para a remoção do entulho e o Porto de Paranaguá abriu a perspectiva de várias empresas se habilitarem para esse serviço. Uma delas, Montagens e Equipamentos Paranaguá Ltda., fez uma proposta para realizar o trabalho por R$140 mil; uma segunda fez a proposta por R$140 mil; e uma terceira – a Diver Santos -, fez a proposta para executar o serviço por R$150 mil.

O Superintendente do Porto de Paranaguá não teve dúvidas, afastou essas três propostas e, por decreto, dispensou a licitação e contratou uma quarta empresa, a Enavi – Reparos Navais Ltda. -, por R$545 mil, assumindo o Porto ainda a obrigação de pagar o INSS.

Um roubo flagrante, demonstrado pelos documentos, que dá ao Brasil um quadro do que é a administração do Governador Jaime Lerner. Falsificam a sua assinatura, superfaturam serviços no Porto de Paranaguá e o Governador, preguiçoso, distraído e co-responsável por isso tudo, mantém o superintendente do Porto no seu cargo, apesar de todos os desvios.

O Paraná vai mal. A folha de pagamento já pesa, em abril, 96% da receita líquida disponível. A par dessa crise, o Estado do Paraná oferece financiamento para multinacionais com dez anos de carência e pagamento sem juros ou correção monetária. Não há um governo no meu Estado, há uma quadrilha cercando o Governador e dilapidando o patrimônio público. Isso tudo tem que ter um paradeiro. E andou bem o Senado da República ao devolver os processos de um governo opaco, que se recusa a ser transparente e insiste em não prestar contas.

Era esta a informação, Sr. Presidente. Agradeço a V. Exª pela oportunidade que tive em fazê-la.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Senador Nabor Júnior.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, desejo comunicar à Casa que estou realizando estudos para apresentar, nos próximos dias, projeto de emenda constitucional limitando os gastos com o funcionamento de câmaras municipais, em todo o País, a 10% da receita tributária dos respectivos municípios.

Essa medida visa a coibir os abusos que estão se verificando, principalmente nos pequenos municípios brasileiros, onde as câmaras municipais absorvem despesas que, às vezes, superam a cifra de

20% da receita do município, criando, assim, enormes dificuldades para a execução dos serviços essenciais à população.

Recentemente tive a oportunidade de visitar o Acre e, em contato com vários prefeitos municipais, no interior do Estado, tomei conhecimento do exagero em que se constitui a manutenção de suas câmaras municipais. Para se ter uma idéia exata do exagero, Sr. Presidente, Srs. Senadores, basta dizer que a Câmara Municipal de Rodrigues Alves, no meu Estado, tem apenas nove vereadores, mas está consumindo 22% da receita tributária do Município. Cada Vereador, através de resolução interna adotada pela Câmara, tem o direito de nomear um assessor que, em alguns casos, percebe salário duas ou três vezes superior ao subsídio do próprio Vereador. E mais ainda: o Presidente da Câmara, Secretário e Tesoureiro recebem uma gratificação pelo exercício de suas funções, fato que não acontece, por exemplo, aqui no Senado Federal ou na Câmara dos Deputados, onde os Presidentes e demais membros da Mesa não recebem qualquer pagamento adicional pelo exercício dessas funções de Direção. Está havendo, portanto, excesso de gastos que precisam ser corrigidos.

O Congresso Nacional já aprovou emenda constitucional, proposta pela Mesa quando presidida pelo Senador Nelson Carneiro e da qual eu fazia parte , fixando em 5% a remuneração dos Vereadores. Mas, naquela oportunidade, não se atentou para o limite dos gastos com o funcionamento das Câmaras que, hoje, pelo Brasil afora, consomem até 30% da receita municipal. De acordo com a legislação vigente, oriunda de projeto da Deputada Rita Camata, Estados e Municípios podem gastar com o pagamento de sua folha de pessoal até 60% da receita. Se a Câmara absorve 20 ou 30%, não resta mais nada para aplicar em benefício da população, nas áreas de saúde, educação, saneamento, transporte etc.

Estou fazendo estudos para apresentar nos próximos dias proposta de emenda constitucional, limitando, no máximo, em 10% as despesas com funcionamento de câmaras municipais, incluindo-se aí os subsídios dos Vereadores. E creio que seria conveniente, Sr. Presidente, estender essa proposta também às Assembléias Legislativas, já que muitas delas absorvem 15 ou 20% das receitas do estado.

Recordo-me de que, quando exercia o Governo do Estado de São Paulo, o Governador Franco Montoro celebrou acordo para repassar mensalmente 5% da receita do Estado para a manutenção da Assembléia Legislativa. Com esse percentual, cobriram-se perfeitamente todas as despesas daquela Casa de representação do povo paulista, incluindo pagamento dos Deputados, funcionários e despesas necessárias e indispensáveis ao seu funcionamento. Enquanto isso, em outros estados há assembléias legislativas que consomem de 15 a 20% da receita.

O Sr. Roberto Requião – Permite V. Exª um aparte?

O SR. NABOR JÚNIOR – Ouço V. Exª com prazer.

Sr. Roberto Requião – Senador Nabor Júnior, estou estupefato com os dados que V. Exª está me dando. Fui Governador do Paraná e a participação da Assembléia Legislativa do meu Estado no orçamento fica em um número ao redor de 1.2%. Os Deputados são muito bem remunerados e a Assembléia Legislativa tem, no nosso entender e no entender inclusive dos Deputados que lá estão hoje, excesso de funcionários. Mas a despesa da Assembléia nunca excedeu 1.2%, 1.3%. Talvez, hoje, com o Governo perdulário de Jaime Lerner, esteja por volta de 1.6% Mas, certamente, não chegou a 2%; não passará de 3% se incorporadas as despesas do Tribunal de Contas, que é um órgão auxiliar da Assembléia.

O SR. NABOR JÚNIOR – Muito obrigado a V. Exª pela informação, que vem reforçar a minha intenção de apresentar emenda limitando esses gastos. Estados ricos, como Paraná e São Paulo, não gastam nem 5% com o funcionamento do Poder Legislativo estadual. Mas estados pobres, como o Acre, Roraima e Rondônia, certamente estão gastando mais do que 10%. E quanto mais pobre o Município, Sr. Presidente, maior o percentual gasto, como é caso do distante Município de Rodrigues Alves, no meu Estado, cuja Câmara está consumindo 22% da receita.

No Município de Tarauacá, de onde sou originário, houve época em que a Câmara absorvia mais de 25% da receita, o que é um absurdo, porque os vereadores, além do desempenho da atividade legislativa, podem acumular e exercer livremente outras funções. A situação deles é diferente das de Deputado Estadual, Deputado Federal e de Senador, que são obrigados a se afastar do exercício de outro cargo. O Vereador, não. Se for funcionário da Prefeitura, continua sendo funcionário da Prefeitura. Pode

compatibilizar perfeitamente as suas funções de funcionário e de Vereador.

Por outro lado, as Câmaras Municipais do interior reúnem-se apenas uma vez por semana, geralmente no período noturno. Não se justifica o consumo de recursos que seriam suficientes para promover a melhoria da condição de vida da população, se aplicados em estradas vicinais, na recuperação da rede escolar, no pagamento condigno dos professores, e assim por diante. Por isso, estou empenhado no estudo dessa proposição, que espero venha a merecer do Senado Federal e, posteriormente, da Câmara dos Deputados o necessário apoiamento para sua aprovação.

O aparte do Senador Roberto Requião ensejou-me também, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a oportunidade de esclarecer à opinião pública brasileira, que o Senado Federal e a Câmara dos Deputados não consomem sequer 1% do Orçamento da União. Incluindo o Tribunal de Contas da União, que é órgão auxiliar do Poder Legislativo, talvez ultrapassem 1% é só verificar no Orçamento que está em vigor no presente exercício, e vamos constatar que, apesar de todas as denúncias, de todas as acusaçõ-es que se fazem contra o Congresso Nacional, o Poder Legislativo não consome 1% sequer do Orçamento da União, enquanto Câmaras de Vereadores, nos municípios mais pobres, como os do meu Estado, estão gastando de 20 a 25% da receita municipal.

É preciso coibir esse abuso e tenho certeza de que a emenda que vou apresentar vai merecer o apoio dos nobres Parlamentares para que possamos oferecer à população brasileira, principalmente a dos pequenos municípios, a oportunidade de ser beneficiada pelos recursos públicos arrecadados.

O Sr. Roberto Requião - V. Exª me permitiria mais um aparte?

O SR. NABOR JÚNIOR – Com muito prazer.

O Sr. Roberto Requião – Senador, esta nossa conversa, numa sexta-feira de manhã, no plenário vazio do Senado, ensejou a revelação de alguns abusos e deu-me oportunidade de defender a Assembléia Legislativa do meu Estado. Mas estabelece também um gancho para que eu possa acrescentar, ao nosso debate, à nossa conversa, um dado interessante. Desde que cheguei em Brasília, como Senador, tenho lido na imprensa acusações pesadas contra o Superior Tribunal de Justiça, contra o custo de seu novo prédio, cerca de R$170 milhões. Esse custo realmente é um exagero: 170 e tantos milhões de reais para a construção de um prédio! No entanto, para minha surpresa, conversando com alguns Ministros esta semana, eu soube que esse prédio não foi construído pelo STJ. Ele é um projeto do Executivo, licitado pelo Executivo, com recursos aportados ao Orçamento pelo Executivo. Os juízes do STJ entram nessa discussão como Pilatos no credo, ou, de maneira mais simples: eles não se chamam Manuel e não moram em Niterói. Eles receberam o prédio do Executivo. A situação da construção desse prédio foi muito interessante. Nunca faltou um tostão para a sua construção, embora ele seja evidentemente superfaturado. Os Ministros do STJ apenas ocuparam o prédio, que foi projetado sem licitação, na época do Governo Collor, pelo Sr. Oscar Niemeyer. É um prédio belíssimo do ponto de vista da sua concepção de massa, mas que, internamente, deixa muito a desejar, tem pouca funcionalidade. E no momento em que V. Exª desmistifica a situação de Câmaras e Assembléias que exageram nas despesas, eu acho que caberia desmistificar uma coisa que, pela repetição, vai se tornando verdade. O Superior Tribunal de Justiça não tem nenhum compromisso e nenhuma relação direta com a construção do tal edifício inteligente, evidentemente superfaturado. Ele foi concebido, autorizado, alimentado, inclusive do ponto de vista orçamentário, pelo Poder Executivo.

O SR. NABOR JÚNIOR - Nobre Senador Roberto Requião, agradeço a informação de V. Exª.

Concluo, Sr. Presidente, reafirmando, mais uma vez, minha intenção de apresentar, oportunamente, projeto de emenda constitucional para limitar os excessivos gastos que estão sendo dispendidos com o funcionamento das Câmaras Municipais em todo o País, principalmente nos pequenos municípios brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Os Srs. Senadores Júlio Campos e Benedita da Silva enviaram discursos à Mesa para serem publicados, na forma do disposto do art. 203 do Regimento Interno.

S. Exªs serão atendidos.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nos últimos anos, a presença de doenças de fácil erradicação através de medidas preventivas em qualquer país tornou-se um indicador de prioridades equivocadas e de desatenção com a área da saúde nos planejamentos nacionais.

As administrações públicas, de todas as esferas de poder, estão cada vez mais conscientes de que devem priorizar a melhoria dos serviços de saúde, empenhando-se em garantir à totalidade dos cidadãos a oportunidade de sobreviver, desenvolver-se e ter uma vida saudável.

Nessa perspectiva, a criança é considerada prioridade absoluta, e a ela devem ser garantidas essas oportunidades.

Estamos no liminar de uma nova era, que pretende dar um basta definitivo à tragédia silenciosa e invisível que a pobreza inflige às crianças de hoje e ao mundo de amanhã. Nenhuma epidemia, nenhuma inundação, nenhum terremoto ou guerra faz mais vítimas do que a desnutrição e as doenças que atingem as crianças nos países em desenvolvimento. E para cada criança que morre, muitas outras continuam vivendo tão doentes e com o crescimento tão comprometido, que jamais atingirão o potencial físico e mental que tinham ao nascer.

Sem dúvida, o início dos anos 90 trouxe novas esperanças para as crianças, em todo o mundo. *O Encontro Mundial de Cúpula pela Criança,* realizado nos Estados Unidos em setembro de 1990, resultou em um conjunto de compromissos específicos que deram início a uma era certamente mais promissora para todos os pequeninos.

Tornou-se ponto pacífico a necessidade de se priorizar e ampliar a proteção básica à criança contra os aspectos mais prejudiciais da pobreza, durante o período mais vulnerável de sua vida, durante seu período de crescimento físico e mental mais intenso.

A vacinação é a mais óbvia das ações a serem garantidas. Há mais de 25 anos, existem no mundo vacinas capazes de evitar cinco doenças graves e freqüentes: a difteria, o tétano, a coqueluche, o sarampo e a poliomielite. Essas cinco doenças dstacam-se dentre as principais ameaças à saúde e à nutrição das crianças das faixas mais pobres da população, em todos os países.

A situação poderia ser ainda mais grave se providências não tivessem sido tomadas nos últimos quinze anos. Desde a década de 80, o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF vinha liderando uma campanha mundial para alcançar a meta de 80% de imunização, com resultados altamente encorajadores, que possibilitaram não só a preservação da vida de milhões de crianças, mas também a proteção de muitos outros milhões contra a desnutrição e as doenças.

É da maior importância a contribuição da imunização para a maioria da qualidade de nutrição das crianças, pois as vacinas não servem apenas para prevenir doenças específicas ou abrandar sua virulência. Doenças freqüentes reduzem o apetite, inibem a absorção dos alimentos, consomem calorias no processo de recuperação e roubam nutrientes do organismo através do vômito e da diarréia. Quando essas doenças atacam com freqüência uma mesma criança, esta vê-se fortemente envolvida por uma espiral de desnutrição e de falta de saúde, que compromete todo o seu desenvolvimento posterior.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, no Brasil desde o início da década de 80, o Governo Federal vem conseguindo importar ou fabricar quantidades de vacinas suficientes para imunizar, contra as principais doenças conhecidas, a totalidade das crianças com idade até cinco anos. Apesar das dificuldades de toda ordem amplamente divulgadas pela imprensa, o Ministério da Saúde, juntamente com as Secretarias estaduais e municipais de Saúde, tem conseguido dominar várias doenças por vacinação mantendo bons níveis de cobertura vacinal em algumas doenças infecto-contagiosas como a difteria, o sarampo, o tétano e a coqueluche, e eliminando outras, como poliomielite, que, graças às múltiplas e freqüentes campanhas de vacinação não apresentou registro de nenhum caso no País nesta década.

A erradicação da poliomielite é a melhor prova da eficiência das vacinas no controle das doenças. O êxito alcançado no combate à pólio, infelizmente, não se repete no combate a outras doenças que acomete, as crianças brasileiras.

Se tomamos como exemplo o sarampo, uma das doenças mais graves que acometem as crianças veremos que ainda há muita coisa a ser feita. Essa doença ainda constitui um grave problema de saúde pública no País e sua eliminação faz-se urgente e necessária. As evidências mostram que as crianças que tiveram sarampo têm maior probabilidade de sucumbir a outras enfermidades e á desnutrição. O sarampo é um importante fator de mortalidade infantil pelas complicações que acarreta, pois deprime o sistema imunológico da criança. Quando atinge crianças desnutridas, pode levar facilmente ao óbito ou propiciar o aparecimento de pneumonia, diarréia, encefalite ou outras complicações. Seu controle só pode ser alcançado mediante elevados índices de cobertura vacinal.

Há, atualmente uma grande preocupação dos serviços públicos de saúde com os casos de tétano neonatal, conhecido popularmente como "mal dos sete dias". Essa doença atinge principalmente crianças de baixa renda, e sua erradicação prevista para até 1995 não foi cumprida pelo País como parte das metas das nações que assinaram o *Pacto pela Infância.* A vacina toxóide contra o tétano está disponível há mais de 30 anos, mas apesar disso, essa enfermidade vem matando milhares de recém-nascidos em nosso País, sobretudo nas regiões menos desenvolvidas.

Senhoras e Senhores Senadores, o ideal seria que a vacinação de rotina atingisse índices de cobertura superiores a 90%. Como tal fato não vem ocorrendo, foram criadas no País, campanhas de multivacinação, que ocorrem duas vezes por ano, já há algum tempo.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, não é mais admissível, às vésperas do novo milênio, que milhares de famílias brasileiras suportem doenças evitáveis e desnutrição, e que milhares de crianças estejam expostas a doenças freqüentes, crescimento deficiente e morte prematura. É ultrajante que algo tão simples, evitável e tratável, como as doenças diarréicas comuns, ainda provoquem tantos óbitos em nosso País.

A vacinação é crucial para o Brasil sob todos os aspectos, especialmente neste período em que a situação social do País atinge níveis gravíssimos, em conseqüência da prolongada crise econômica que atravessamos. A vacinação é a maneira mais segura de garantir uma vida mais saudável e feliz para as 18 milhões de crianças brasileiras menores de cinco anos e de dar um basta definitivo à tragédia silenciosa e invisível que a pobreza inflige às nossas crianças de hoje e ao Brasil de amanhã.

É hora, também, de darmos um basta às nossas desigualdades sociais. É hora de dedicarmos todos os esforços para assegurar a imunização de nossas crianças, garantindo uma proteção especial ao crescimento físico e mental de nossos pequeninos antes de seu nascimento e durante seus primeiros anos de vida, evitando que os piores aspectos da pobreza afetem seu crescimento e seu desenvolvimento normais.

Senhor Presidente, nós, homens públicos deste País, não podemos permitir a reversão dos progressos conseguidos no campo da imunização. Temos a obrigação de acompanhar de perto todos os esforços do Governo Federal e dos Governos estaduais e municipais para erradicar as doenças passíveis de prevenção e que ainda vitimam nossas crianças e denunciar, aqui do Congresso Nacional, tudo o que prejudicar o alcance desse objetivo. Só assim conseguiremos romper com o círculo vicioso que entrava o nosso crescimento e erradicar não apenas os sintomas, mas também as causas da pobreza e do subdesenvolvimento. Só assim conseguiremos dar passos fundamentais em direção ao desenvolvimento econômico e social que tanto almejamos para o Brasil.

Era o que tinha a dizer, Senhor Presidente.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (Bloco/PT – RJ.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, os caminhos para o comércio da prostituição infanto juvenil começam muito cedo no Brasil. Os números não são exatos, mas dados revelam que mais de 500 mil crianças e adolescentes estão inseridas, hoje no comércio do sexo. Isto faz com que o Brasil ocupe o segundo lugar do "rankin" mundial, perdendo apenas para a Taílândia. Em nosso País, milhares de crianças e adolescentes, de ambos os sexos, se prostituem, alimentando uma verdadeira máfia especializada nesse tipo de exploração. Os jovens são comprados e vendidos como animais ou objetos, muitas vezes pelo preço de um almoço, de um lanche.

Infelizmente, a face desta dramática realidade já não é só da criança pobre. Os meios de comunicação tem papel preponderante, quando incitam a prática do sexo muito cedo entre adolescentes de classe média, através da inserção do apelo sexual e da banalização do sexo, veiculados a todo momento em campanhas publicitárias e em programações. Já nas faixas mais pobres, a mão que conduz a criança em sempre é do cafetão ou cafetina, mas da mãe ou pai, que vêem no filho um meio de "render dinheiro", uma necessidade de sobrevivência.

A prostituição não é um mal necessário e, quando envolve crianças é uma perversão, um desrespeito aos direitos humanos e uma violação da legislação brasileira em vigor.

Instaurado em 29 de abril de 1993, a Comissão Parlamentar de inquérito da Câmara dos Deputados, destinada a apurar responsabilidade pela exploração e prostituição infanto-juvenil, encerrou seus trabalhos em junho de 1994, com a apresentação de um relatório onde constava que a CPI realizou 36 reuniões e fez diversas viagens e diligências para ouvir depoimentos. As cidades visitadas foram Rio de janeiro, São Paulo, Recife, João

Pessoa, Natal, Rio Branco, Porto Velho, Porto Alegre e três cidades do Pará, Belém, Itaituba e Altamira.

As principais conclusões da CPI indicam que é uma realidade disseminada por todo o território nacional, que atinge todas as classes sociais e que as autoridades não estão preocupadas com a análise, o controle e o combate á prostituição infanto-juvenil.

Passados três anos da conclusão desta CPI, o problema continua. Nos vemos diante das mesmas denúncias e podemos constatar que pouco ou quase nada mudou em relação à situação das crianças vitimadas pela miséria. A região Norte do País continua sendo o cenário mais violento e brutal da prostituição envolvendo crianças. O Nordeste ainda está na rota do turismo sexual e o Sul e Sudeste continuam caracterizados pelo tráfico internacional de jovens e como a região onde o esquema de exploração do sexo se especializa. Nas manchetes dos jornais, as denúncias indicam as mesmas cidades visitadas pela CPI em 1993, especialmente: Rio Branco, Belém, Itaituba, Natal, Recife.

Recentemente o jornal **O Globo** deixou estarrecida a opinião pública divulgando reportagens que faz uma radiografia da exploração de crianças em Manaus, Amazonas, através do relato de uma ex-prostituta nascida naquela cidade, hoje empregada doméstica e morando em Copacabana, Rio de Janeiro, revelando que a exploração de meninas na região é bastante antiga, que a prostituição infantil é um pesadelo de quase 40 anos.

Jane Júlia Machado, hoje com 44 anos, foi estuprada aos sete anos de idade pelo padrasto, no quintal de sua casa, num bairro periférico de Manaus. Fugiu de casa e, dormindo sob marquises, passou a oferecer o corpo franzino a qualquer homem que lhe pagasse um sanduíche ou um copo de leite em bares insalubres a beira do Rio Negro. Na rua, fez amizades com várias meninas e meninos que se prostituiam. Esta história se repete hoje em dia pelas ruas e boates de Manaus, mas foi vivida há 37 anos atrás.

"Há 37 anos éramos milhares pelas ruas. Várias boates pagavam os táxis para a gente chegar lá e servir os homens. Sempre tudo foi escancarado em bares, ruas, praças. Eu precisava comer e dormir e tinha de ser pelas leis das ruas. Me parecia tudo normal como até hoje deve ser normal para as crianças de lá. Aquilo tudo era uma guerra. Eu venci porque sobrevivi, superei aquele tempo de guerra e hoje estou inteira. Fico triste, porque, mesmo com todas as denúncias, o problema não tem solução", afirma Jane.

Explorar sexualmente crianças e adolescentes é um crime. E o Brasil dispõe de legislação para punir esta violação de direitos:

Constituição Federal:

Art. 227, Parágrafo VII, 4 – "A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente".

Estatuto da Criança e do Adolescente:

Art. 5º "Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais".

Código Penal Brasileiro:

Art. 218. Corrupção de Menores: Corromper ou facilitar a corrupção de pessoa maior de 14 e menor de 18 anos, com ela praticando ato de libidinagem, ou induzindo-a a praticá-lo ou presenciá-lo. Pena: reclusão de 1 a 4 anos.

Art. 228. Favorecimento da Prostituição: Induzir ou atrair alguém à prostituição, facilitá-la ou impedir que alguém a abandone. Pena: reclusão, de 2 a 5 anos.

Diante desta realidade foi lançada, em 1994, a pioneira Campanha Nacional pelo Fim da Exploração, Violência e Turismo Sexual contra Crianças e Adolescentes, com o título: "Exploração Sexual Infanto-Juvenil: Não dá pra Engolir". A abordagem da Campanha refere-se ao crime de exploração e comércio sexual de crianças e adolescentes, e não apenas à prostituição infanto-juvenil. Entende-se que crianças e adolescentes não optam por entrar na prostituição, mas são induzidas, por uma série de motivos, a prostituir-se. O papel da Campanha, portanto, é proteger as crianças, e o foco da ação repressiva está no adulto.

Da Campanha fazem parte várias entidades ligadas aos movimentos sociais brasileiros, que decidiram unir-se para elaborar estratégias articuladas nacionalmente, com um objetivo comum: o fim da exploração e violência sexual de nossas crianças. Dentre elas: Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, Central Única dos Trabalhadores, Fórum DCA (em Defesa da Criança e do Adolescente), Movimento Nacional dos Direitos Humanos, INESC (Instituto de Pesquisas Sócio-Econômicas), Serviço de Paz e Justiça (SERPAJ),

Visão Mundial e Movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra.

A Campanha está presente em todos os estados brasileiros e tem congregado instituições e entidades das diversas frentes de luta pelos direitos humanos. Em três anos de existência, consegui estabelecer um canal de comunicação entre entidades que abordam o problema, repassando experiências e discutindo novas estratégias, contribuindo para dar visibilidade à situação de milhares de crianças envolvidas com o problema no Brasil. Esta incansável militância provocou o Governo Federal a colocar em prática outra campanha: a Campanha Contra o Turismo Sexual, promovida pela Embratur, demonstrando que, agora, a luta é coletiva.

Uma campanha só se torna realidade, só se concretiza se somarmos esforços. A Campanha Nacional pelo fim da exploração, Violência e Turismo Sexual contra crianças e Adolescentes compõe-se, hoje, de um amplo movimento de cidadania, com visibilidade internacional, disposta a fiscalizar, monitorar e propor a implementação de políticas públicas para a infância e juventude.

Propondo uma parceria com o Congresso Nacional, representantes da Campanha estiveram recentemente no Senado Federal para levar ao conhecimento dos parlamentares um dossiê sobre exploração de crianças no Brasil, contendo novas denúncias comprovadas em todas as regiões brasileiras.

No Nordeste, vem sendo utilizado um esquema para legalizar a prostituição infantil, que permite o funcionamento do turismo sexual, onde redes de falsificadores fornecem documentos, vendidos por um preço entre R$60,00 e R$200,00, para que as meninas consigam "trabalhar" sem serem impedidas pela polícia.

Na região Norte a prostituição de meninas nos garimpos é fato corriqueiro, provocando, inclusive, evasão de prostitutas adultas.

Na região Sul, meninas brasileiras vão ao Paraguai para se prostituírem em bordéis da fronteira. O Unicef (Fundo da ONU para a Infância) contabilizou 2.400 prostitutas em Ciudad del Este (Paraguai), com idades entre 9 e 20 anos. Cerca de 200 são brasileiras. De Foz do Iguaçu nos chegam denúncias de menores vivendo em cárcere privado, sendo obrigadas a se prostituir.

Além do dossiê, foi encaminhado uma "Proposta de Ação", onde são cobrados das autoridades providências para punir as pessoas acusadas de envolvimento com a exploração de crianças em todo País.

A parceria com o Congresso se dará através de propostas legislativas com o objetivo de aperfeiçoar a legislação vigente. Sugere-se a apresentação de proposições com o objetivo de:

* alterar o Código Penal, para coibir a exploração de criança e adolescente em casa de prostituição.

* tornar obrigatório, pelas embaixadas brasileiras, o registro em ficha cadastral das adoções de brasileiros por estrangeiros.

Portanto, se uma das metas da Campanha é complementar a legislação brasileira no combate à exploração de crianças e adolescentes, comunico a apresentação desses dois projetos de lei mencionados. O primeiro, modifica o Código Penal Brasileiro, preenchendo lacuna da lei, para punir a exploração sexual de crianças e adolescentes, agravando a pena do explorador quando a criança ou adolescente for explorado em casa de prostituição. O segundo, modifica o Estatuto da Criança e do Adolescente, para que as embaixadas, consulados ou serviços diplomáticos brasileiros, com sede no País de destino da criança adotada, fiquem obrigadas a registrar, em ficha cadastral própria, todas as adoções internacionais de brasileiros por estrangeiros, oferecendo às autoridades diplomáticas mecanismos de controle em relação ao destino das crianças adotadas por estrangeiros. O objetivo é resguardar, ao máximo, a integridade das crianças brasileiras, bem como acautelar-se em relação à adoção ilegal, ou a compra e venda, pura e simples, de crianças, combatendo a atuação das quadrilhas de traficantes de crianças em todo o mundo.

A exploração de crianças e adolescentes é um crime. Além da complementação da legislação, é urgente e necessário tirar do papel as leis de proteção à nossa infância e adolescência e fazer cumprir os direitos ali assegurados. Só assim teremos assegurados o respeito à dignidade de nossas crianças e adolescentes.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 10h40min.)

(O.S. 13533/97)

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.576,** DE 05 DE JUNHO DE 1997, QUE "DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DOS ÓRGÃOS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS	EMENDAS Nºs
Deputado ÁLVARO GAUDÊNCIO NETO...	009.
Deputado ARMANDO COSTA.....	010.
Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ.....	008.
Deputado CHICO VIGILANTE.....	001 002 003 004.
Deputado CIPRIANO CORREIA.....	007.
Deputado EULER RIBEIRO.....	006.
Senador FERNANDO BEZERRA e outros.	011.
Deputado JAIR SOARES.....	005.

TOTAL DE EMENDAS: 011

MP 1.576
000001

MEDIDA PROVISÓRIA n° 1.576, de 5 de junho de 1997.

EMENDA MODIFICATIVA

Altere-se o "caput" do artigo 2° da Medida Provisória, acrescentado-se, ainda, parágrafo único ao artigo:

"Art. 2°. Ficam transferidas da SUNAB para a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, com a finalidade e instruir os procedimentos no contexto da Lei n° 8.884, de 11 de junho de 1994, e assegurar o cumprimento da Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990, as competências para:

...

Parágrafo único. Caberá à SDE exercer as competências referidas no art. 55, § 1° da Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990, relativas à fiscalização e controle da distribuição de produtos e o mercado de consumo de produtos e serviços, baixando as normas que se fizerem necessarias."

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória, ao extinguir a SUNAB, não dá solução satisfatória à destinação de suas competências.

A SUNAB, como órgão auxiliar do sistema de apurações e repressão às ofensas à ordem econômica, tinha como competência a fiscalização do abastecimento e preços, dentre outras, além de coletar informações acerca do mercado e do comportamento dos preços. Sua extinção não pode ser acompanhada pela mera transferência de parte dessas competências para o Ministério da Fazenda, órgão que tem em relação à questão competência de formulação de políticas.

Por outro lado, a Lei n° Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990, determina à União papel relevante nessas funções, na forma do art. 55:

> Art. 55. A União, os Estados e o Distrito Federal, em carater concorrente e nas suas respectivas áreas de atuação administrativa, baixarão normas relativas à produção, industrialização, distribuição e consumo de produtos e serviços.
>
> § 1° A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municipios fiscalizarão e controlarão a produção, industrialização, distribuição, a publicidade de produtos e serviços e o mercado de consumo, no interesse da preservação da vida, da saúde, da segurança, da informação e do bem-estar do consumidor, baixando as normas que se fizerem necessárias.

Já a Lei n° 8.884, de 11 de junho de 1994, atribuiu à Secretaria de Direito Econômico do MJ competências afins, nos seguintes termos:

> Art. 14. Compete à SDE:
>
> I - zelar pelo cumprimento desta lei, monitorando e acompanhando as praticas de mercado;
>
> II - acompanhar, permanentemente, as atividades e práticas comerciais de pessoas físicas ou

jurídicas que detiverem posição dominante em mercado relevante de bens ou serviços, para
prevenir infrações da ordem econômica, podendo, para tanto, requisitar as informações e documentos necessários, mantendo o sigilo legal, quando for o caso;

III - proceder, em face de indícios de infração da ordem econômica, a averiguações preliminares para instauração de processo administrativo;

IV - decidir pela insubsistência dos indícios, arquivando os autos das averiguações preliminares;
V - requisitar informações de quaisquer pessoas, órgãos, autoridades e entidades públicas ou
privadas, mantendo o sigilo legal quando for o caso, bem como determinar as diligências que se fizerem necessárias ao exercício das suas funções;

VI - instaurar processo administrativo para apuração e repressão de infrações da ordem econômica;
VII - recorrer de ofício ao Cade, quando decidir pelo arquivamento das averiguações preliminares ou do processo administrativo;

VIII - remeter ao Cade, para julgamento, os processos que instaurar, quando entender configurada infração da ordem econômica;
IX - celebrar, nas condições que estabelecer, compromisso de cessação, submetendo-o ao Cade, e fiscalizar o seu cumprimento;

X - sugerir ao Cade condições para a celebração de compromisso de desempenho, e fiscalizar o seu cumprimento;
XI - adotar medidas preventivas que conduzam à cessação de prática que constitua infração da ordem econômica, fixando prazo para seu cumprimento e o valor da multa diária a ser aplicada, no caso de descumprimento;

XII - receber e instruir os processos a serem julgados pelo Cade, inclusive consultas, e fiscalizar o cumprimento das decisões do Cade;
XIII - orientar os órgãos da administração pública quanto à adoção de medidas necessárias ao
cumprimento desta lei;

XIV - desenvolver estudos e pesquisas objetivando orientar a política de prevenção de infrações da ordem econômica;
XV - instruir o público sobre as diversas formas de infração da ordem econômica, e os modos de sua prevenção e repressão;
XVI - exercer outras atribuições previstas em lei."

Assim, entedemos que as competências da SUNAB, assim como os servidores que a ela pertencem, estarão melhor alocados na SDE do que no Ministério da Fazenda, dada a afinidade de competências entre a extinta autarquia e a Secretaria. Portanto, propomos a presente Emenda, fixando as competências referidas neste órgão.

Sala das Sessões, 11/6/97

DEP. CHICO VIGILANTE
PT/DF

MP 1.576
000002

MEDIDA PROVISÓRIA nº 1.576, de 5 de junho de 1997.

EMENDA MODIFICATIVA

Altere-se o inciso II do art. 3º:

"Art. 3º. ...

...

II - transferir, após inventário, o acervo patrimonial do INAN para o Ministério da Saúde e o da SUNAB para o Ministério da Justiça."

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa adequar o artigo 3º à nossa anterior proposta de transferir-se as competências da SUNAB para a SDE do Ministério da Justiça.

Sala das Sessões, 11/5/97

DEP. CHICO VIGILANTE
PT/DF

MP 1.576
000003

MEDIDA PROVISÓRIA nº 1.576, de 5 de junho de 1997.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o artigo 5º da Medida Provisória.

JUSTIFICAÇÃO

O artigo 5º da Medida Provisória determna a **desativação** da Central de Medicamentos, devendo suas atividades ser assumidas pelos órgãos integrantes da estrutura do Ministério da Saúde.

Esta medida revela, na verdade, intenção de desativar as próprias funções da CEME, à medida que as funções deste órgão relativas à produção e distribuição de medicamentos à população carente, por meio dos laboratórios oficiais, ficarão prejudicadas se diluídas numa estrutura maior e voltada à formulação de políticas na área da saúde.

É vom recordar que as conclusões da Comissão Parlamantar de Inquérito destinada a investigar a ocorrência de possíveis irregularidades na fabricação de medicamentos concluir em linha exatamente oposta à que é proposta pela MP, à medida que recomendou exatamente que a recuperação da capacidade da CEME foisse considerada prioritária no âmbito das medidas a serem adotadas pelo Poder Executivo. O desvirtuamento das finalidades da CEME, diagnosticado pela CPI, deveria ser corrigido por meio da sua recuperação, mas nunca pela sua **desativação,** a qual somente torna suas funções cada vez mais passíveis de serem também **desativadas,** em prejuízo da nossa população e da própria soberania nacional na área de medicamentos.

Sala das Sessões, 11/6/97

DEP. CHICO VIGILANTE
PT/DF

MP 1.576
000004

MEDIDA PROVISÓRIA nº 1.576, de 5 de junho de 1997.

EMENDA MODIFICATIVA

Altere-se o art. 7º:

"Art. 7º. O Poder Executivo poderá remanejar, transferir ou utilizar as dotações orçamentárias do INAN e da SUNAB, observados os mesmos subprojetos, subatividades e grupos de despesa previstos na Lei Orçamentária Anual."

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa adequar o artigo 3º à nossa anterior proposta de manter-se a CEME em sua configuração atual, a fim de que se possa, a partir daí, promover a sua recuperação e fortalecimento.

Sala das Sessões, 11/6/97

DEP. CHICO VIGILANTE
PT/DF

MP 1.576
000005

DATA 10/06/97

PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1576 de 05.06.97

AUTOR DEPUTADO JAIR SOARES

Nº PRONTUÁRIO

TIPO 1 ( ) - SUPRESSIVA 2 ( ) - SUBSTITUTIVA 3 ( ) - MODIFICATIVA 4 (X) - ADITIVA 9 ( ) - SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA | ARTIGO | PARÁGRAFO | INCISO | ALÍNEA

TEXTO

EMENDA ADITIVA À PROVISÓRIA Nº 1.576, de 05 de junho de 1997

Art. É criada a Secretaria Nacional de Alimentação e Nutrição, órgão administrativamente subordinado ao Ministro de Estado da Saúde, a qual compete especialmente:

I - coordenação, supervisão, avaliação e apoio das ações de alimentação e nutrição;
II - participação na formulação e implementação das políticas de alimentação nutrição e vigilância epdemiologica;
III - prevenção e recuperação da desnutrição e carências específicas;
IV - orientação alimentar e nutricional para os diversos grupos populacionais: do recém-nascido ao idoso;
V - educação da população para questões de higiene, saúde, alimentação e nutrição;
VI - vigilância nutricional;
VII - prevenção e tratamento nutricional das doenças crônico-degenerativas;
VIII - incentivo à pesquisa na área de alimentação e nutrição;
IX - formação e capacitação profissional na área de saúde e nutrição, incluindo reciclagem e programas de educação continuada:

Art. O Poder Executivo disporá sobre a organização e funcionamento e demais competências da Secretaria Nacional de Alimentação e Nutrição.

Art. São transpostos preferencialmente para o Ministério da Saúde, com lotação na Secretaria Nacional de Alimentação e Nutrição os cargos e funções com os respectivos integrantes e servidores e, ainda, dotações, orçamentarias, saldos financeiros e o acervo patrimonial do INAN.

JUSTIFICATIVA

Em 1993, discutia-se a extinção do INAN e sua substituição, no mesmo nível hierárquico, por uma Secretaria de Nutrição e Saúde, subordinada ao Ministério da Saúde, integrada à Administração Direta e não apenas vinculada como a atual Autarquia.

Com a missão histórica impostergável de enfrentar a fome endêmica, o Governo Federal criou a Comissão Nacional de Alimentação - C.N.A., através do Decreto-Lei 7.328 de 17 de fevereiro de 1945.

A C.N.A - foi instituída no Conselho Federal do Comércio Exterior, transferido para o Ministério da Educação e Saúde pela Lei n. 970, de 16.12.1949. Posteriormente, passou para o Ministério da Saúde com sua criação pela Lei n. 34.596, de 16.12.1953 que regulamentou a Comissão Nacional de Alimentação.

A C.N.A. abrangia todos os aspectos relacionados com a assistência à população. Mantinha a integração e a articulação de todos os organismos ligados à alimentação e nutrição no Brasil.

Em 1972, após Reforma Administrativa do Ministério da Saúde, surgira o INAN em 30 de novembro por força da Lei nº 5.829, vigente até hoje.

A missão do INAN é de assistir o Governo na formulação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição inclusive educação nutricional; elaborar o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição - PRONAN e funcionar como órgão central de alimentação e nutrição.

É certa a necessidade de restruturação do INAN, para transforma-lo num órgão mais ágil e flexível, com recursos humanos bem qualificados e com apoio decidido e concreto do Governo Federal para o fiel cumprimento da elevada missão de vencer a **fome endêmica no Brasil.** Tornar realidade os sonhos de Josué de Castro, do escritor Fernando Henrique Cardoso e de tantos nutrólogos, nutricionistas e sanitaristas brasileiros.

Ações eficazes da estrita competência do setor saúde, incluindo o dignóstico, a vigilância, a prevenção e o tratamento dos distúrbios nutricionais, devem compor parte destacada de políticas em alimentação e nutrição, conforme compromissos internacionais assumidos pelo Brasil e outros 158 países perante as Nações Unidas.

Neste contexto, impõe-se a criação da Secretaria Nacional de Alimentação e Nutrição para formular com eficiência a Política Nacional de Alimentação e Nutrição, o incentivo à pesquisa na área de alimentação e nutrição e a coordenação, monitoramento e avaliação das ações desenvolvidas pelas

diversas instâncias governamentais envolvidas com questão alimentar e nutricional. É a proposta consagrada, inclusive, pela Associação Brasileira de Nutrição - ASBRAN.

Solução idêntica a presente proposição foi adotada pelo Governo Federal quando da extinção da ex LBA, hoje, Secretaria Nacional de Assistência Social subordinada ao Ministério da Previdência e Assistência Social, com excelentes resultados.

ASSINATURA

MP 1.576

000006

DATA: 10/ 06/ 97

PROPOSIÇÃO: MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1576 de 05.06.97

AUTOR: DEPUTADO EULER RIBEIRO

Nº PRONTUÁRIO:

TIPO: 1 [ ] - SUPRESSIVA 2 [ ] - SUBSTITUTIVA 3 [ ] - MODIFICATIVA 4 [X] - ADITIVA 9 [ ] - SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA: ARTIGO: PARÁGRAFO: INCISO: ALÍNEA:

TEXTO

EMENDA ADITIVA À PROVISÓRIA Nº 1.576, de 05 de junho de 1997

Art. É criada a Secretaria Nacional de Alimentação e Nutrição, órgão administrativamente subordinado ao Ministro de Estado da Saúde, a qual compete especialmente:

I - coordenação, supervisão, avaliação e apoio das ações de alimentação e nutrição;
II - participação na formulação e implementação das políticas de alimentação nutrição e vigilância epdemiologica:
III - prevenção e recuperação da desnutrição e carências específicas:
IV - orientação alimentar e nutricional para os diversos grupos populacionais: do recém-nascido ao idoso;
V - educação da população para questões de higiene, saúde, alimentação e nutrição:
VI - vigilância nutricional:
VII - prevenção e tratamento nutricional das doenças crônico-degenerativas;
VIII - incentivo à pesquisa na área de alimentação e nutrição;
IX - formação e capacitação profissional na área de saúde e nutrição, incluindo reciclagem e programas de educação continuada;

Art. O Poder Executivo disporá sobre a organização e funcionamento e demais competências da Secretaria Nacional de Alimentação e Nutrição.

Art. São transpostos preferencialmente para o Ministério da Saúde, com lotação na Secretaria Nacional de Alimentação e Nutrição os cargos e funções com os respectivos integrantes e servidores e, ainda, dotações, orçamentárias, saldos financeiros e o acervo patrimonial do INAN.

JUSTIFICATIVA

Em 1993, discutia-se a extinção do INAN e sua substituição, no mesmo nível hierárquico, por uma Secretaria de Nutrição e Saúde, subordinada ao Ministério da Saúde, integrada à Administração Direta e não apenas vinculada como a atual Autarquia.

Com a missão histórica impostergável de enfrentar a fome endêmica, o Governo Federal criou a Comissão Nacional de Alimentação - C.N.A., através do Decreto-Lei 7.328 de 17 de fevereiro de 1945.

A C.N.A - foi instituída no Conselho Federal do Comércio Exterior, transferido para o Ministério da Educação e Saúde pela Lei n. 970, de 16.12.1949. Posteriormente, passou para o Ministério da Saúde com sua criação pela Lei n. 34.596, de 16.12.1953 que regulamentou a Comissão Nacional de Alimentação.

A C.N.A. abrangia todos os aspectos relacionados com a assistência à população. Mantinha a integração e a articulação de todos os organismos ligados à alimentação e nutrição no Brasil.

Em 1972, após Reforma Administrativa do Ministério da Saúde, surgira o INAN em 30 de novembro por força da Lei nº 5.829, vigente até hoje.

A missão do INAN é de assistir o Governo na formulação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição inclusive educação nutricional; elaborar o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição - PRONAN e funcionar como órgão central de alimentação e nutrição.

É certa a necessidade de restruturação do INAN, para transforma-lo num órgão mais ágil e flexível, com recursos humanos bem qualificados e com apoio decidido e concreto do Governo Federal para o fiel cumprimento da elevada missão de vencer a **fome endêmica no Brasil.** Tornar realidade os sonhos de Josué de Castro, do escritor Fernando Henrique Cardoso e de tantos nutrólogos, nutricionistas e sanitaristas brasileiros.

Ações eficazes da estrita competência do setor saúde, incluindo o dignóstico, a vigilância, a prevenção e o tratamento dos distúrbios nutricionais, devem compor parte destacada de políticas em alimentação e nutrição, conforme compromissos internacionais assumidos pelo Brasil e outros 158 países perante as Nações Unidas.

Neste contexto, impõe-se a criação da Secretaria Nacional de Alimentação e Nutrição para formular com eficiência a Política Nacional de Alimentação e Nutrição, o incentivo à pesquisa na área de alimentação e nutrição e a coordenação, monitoramento e avaliação das ações desenvolvidas pelas diversas instâncias governamentais envolvidas com questão alimentar e nutricional. É a proposta consagrada, inclusive, pela Associação Brasileira de Nutrição - ASBRAN.

Solução idêntica a presente proposição foi adotada pelo Governo Federal quando da extinção da ex LBA, hoje, Secretaria Nacional de Assistência Social subordinada ao Ministério da Previdência e Assistência Social, com excelentes resultados.

ASSINATURA

MP 1.576

000007

2 DATA	3 PROPOSIÇÃO
10/ 06/ 97	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1576 de 05.06.97

4 AUTOR	5 Nº PRONTUÁRIO
DEPUTADO CIPRIANO CORREIA	

6 TIPO: 1 ☐ - SUPRESSIVA 2 ☐ - SUBSTITUTIVA 3 ☐ - MODIFICATIVA 4 ☒ - ADITIVA 9 ☐ - SUBSTITUTIVO GLOBAL

7 PÁGINA	8 ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

9 TEXTO

EMENDA ADITIVA À PROVISÓRIA Nº 1.576, de 05 de junho de 1997

Art. É criada a Secretaria Nacional de Alimentação e Nutrição, órgão administrativamente subordinado ao Ministro de Estado da Saúde, a qual compete especialmente:

I - coordenação, supervisão, avaliação e apoio das ações de alimentação e nutrição;
II - participação na formulação e implementação das políticas de alimentação nutrição e vigilância epdemiologica;
III - prevenção e recuperação da desnutrição e carências específicas;
IV - orientação alimentar e nutricional para os diversos grupos populacionais: do recém-nascido ao idoso;
V - educação da população para questões de higiene, saúde, alimentação e nutrição;
VI - vigilância nutricional;
VII - prevenção e tratamento nutricional das doenças crônico-degenerativas;
VIII - incentivo à pesquisa na área de alimentação e nutrição;
IX - formação e capacitação profissional na área de saúde e nutrição, incluindo reciclagem e programas de educação continuada;

Art. O Poder Executivo disporá sobre a organização e funcionamento e demais competências da Secretaria Nacional de Alimentação e Nutrição.

Art. São transpostos preferencialmente para o Ministério da Saúde, com lotação na Secretaria Nacional de Alimentação e Nutrição os cargos e funções com os respectivos integrantes e servidores e, ainda, dotações, orçamentárias, saldos financeiros e o acervo patrimonial do INAN.

JUSTIFICATIVA

Em 1993, discutia-se a extinção do INAN e sua substituição, no mesmo nível hierárquico, por uma Secretaria de Nutrição e Saúde, subordinada ao Ministério da Saúde, integrada à Administração Direta e não apenas vinculada como a atual Autarquia.

Com a missão histórica impostergável de enfrentar a fome endêmica, o Governo Federal criou a Comissão Nacional de Alimentação - C.N.A., através do Decreto-Lei 7.328 de 17 de fevereiro de 1945.

A C.N.A - foi instituída no Conselho Federal do Comércio Exterior, transferido para o Ministério da Educação e Saúde pela Lei n. 970, de 16.12.1949. Posteriormente, passou para o Ministério da Saúde com sua criação pela Lei n. 34.596, de 16.12.1953 que regulamentou a Comissão Nacional de Alimentação.

A C.N.A. abrangia todos os aspectos relacionados com a assistência à população. Mantinha a integração e a articulação de todos os organismos ligados à alimentação e nutrição no Brasil.

Em 1972, após Reforma Administrativa do Ministério da Saúde, surgira o INAN em 30 de novembro por força da Lei nº 5.829, vigente até hoje.

A missão do INAN é de assistir o Governo na formulação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição inclusive educação nutricional; elaborar o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição - PRONAN e funcionar como órgão central de alimentação e nutrição.

É certa a necessidade de restruturação do INAN, para transforma-lo num órgão mais ágil e flexível, com recursos humanos bem qualificados e com apoio decidido e concreto do Governo Federal para o fiel cumprimento da elevada missão de vencer a **fome endêmica no Brasil.** Tornar realidade os sonhos de Josué de Castro, do escritor Fernando Henrique Cardoso e de tantos nutrólogos, nutricionistas e sanitaristas brasileiros.

Ações eficazes da estrita competência do setor saúde, incluindo o dignóstico, a vigilância, a prevenção e o tratamento dos distúrbios nutricionais, devem compor parte destacada de políticas em alimentação e nutrição, conforme compromissos internacionais assumidos pelo Brasil e outros 158 países perante as Nações Unidas.

Neste contexto, impõe-se a criação da Secretaria Nacional de Alimentação e Nutrição para formular com eficiência a Política Nacional de Alimentação e Nutrição, o incentivo à pesquisa na área de alimentação e nutrição e a coordenação, monitoramento e avaliação das ações desenvolvidas pelas diversas instâncias governamentais envolvidas com questão alimentar e nutricional. É a proposta consagrada, inclusive, pela Associação Brasileira de Nutrição - ASBRAN.

Solução idêntica a presente proposição foi adotada pelo Governo Federal quando da extinção da ex LBA. hoje. Secretaria Nacional de Assistência Social subordinada ao Ministério da Previdência e Assistência Social. com excelentes resultados.

10 ASSINATURA

MP 1.576

000008

2 DATA: 10/ 06/ 97

3 PROPOSIÇÃO: MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1576 de 05.06.97

4 AUTOR: DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ —

5 Nº PRONTUÁRIO:

6 TIPO: 1 [ ] - SUPRESSIVA 2 [ ] - SUBSTITUTIVA 3 [ ] - MODIFICATIVA 4 [X] - ADITIVA 9 [ ] - SUBSTITUTIVO GLOBAL

7 PÁGINA:

8 ARTIGO: PARÁGRAFO: INCISO: ALÍNEA:

EMENDA ADITIVA À PROVISÓRIA Nº 1.576, de 05 de junho de 1997

Art. É criada a Secretaria Nacional de Alimentação e Nutrição, órgão administrativamente subordinado ao Ministro de Estado da Saúde, a qual compete especialmente:

I - coordenação, supervisão, avaliação e apoio das ações de alimentação e nutrição;
II - participação na formulação e implementação das políticas de alimentação nutrição e vigilância epdemiologica;
III - prevenção e recuperação da desnutrição e carências específicas;
IV - orientação alimentar e nutricional para os diversos grupos populacionais: do recém-nascido ao idoso;
V - educação da população para questões de higiene, saúde, alimentação e nutrição:
VI - vigilância nutricional:
VII - prevenção e tratamento nutricional das doenças crônico-degenerativas;
VIII - incentivo à pesquisa na área de alimentação e nutrição;
IX - formação e capacitação profissional na área de saúde e nutrição, incluindo reciclagem e programas de educação continuada;

Art. O Poder Executivo disporá sobre a organização e funcionamento e demais competências da Secretaria Nacional de Alimentação e Nutrição.

Art. São transpostos preferencialmente para o Ministério da Saúde, com lotação na Secretaria Nacional de Alimentação e Nutrição os cargos e funções com os respectivos integrantes e servidores e, ainda, dotações, orçamentárias, saldos financeiros e o acervo patrimonial do INAN.

JUSTIFICATIVA

Em 1993, discutia-se a extinção do INAN e sua substituição, no mesmo nível hierárquico, por uma Secretaria de Nutrição e Saúde, subordinada ao Ministério da Saúde, integrada à Administração Direta e não apenas vinculada como a atual Autarquia.

Com a missão histórica impostergável de enfrentar a fome endêmica, o Governo Federal criou a Comissão Nacional de Alimentação - C.N.A., através do Decreto-Lei 7.328 de 17 de fevereiro de 1945.

A C.N.A - foi instituída no Conselho Federal do Comércio Exterior, transferido para o Ministério da Educação e Saúde pela Lei n. 970, de 16.12.1949. Posteriormente, passou para o Ministério da Saúde com sua criação pela Lei n. 34.596, de 16.12.1953 que regulamentou a Comissão Nacional de Alimentação.

A C.N.A. abrangia todos os aspectos relacionados com a assistência à população. Mantinha a integração e a articulação de todos os organismos ligados à alimentação e nutrição no Brasil.

Em 1972. após Reforma Administrativa do Ministério da Saúde. surgira o INAN em 30 de novembro por força da Lei nº 5.829, vigente até hoje.

A missão do INAN é de assistir o Governo na formulação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição inclusive educação nutricional; elaborar o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição - PRONAN e funcionar como órgão central de alimentação e nutrição.

É certa a necessidade de restruturação do INAN, para transforma-lo num órgão mais ágil e flexível. com recursos humanos bem qualificados e com apoio decidido e concreto do Governo Federal para o fiel cumprimento da elevada missão de vencer a **fome endêmica no Brasil.** Tornar realidade os sonhos de Josué de Castro, do escritor Fernando Henrique Cardoso e de tantos nutrólogos. nutricionistas e sanitaristas brasileiros.

Ações eficazes da estrita competência do setor saúde, incluindo o dignóstico. a vigilância. a prevenção e o tratamento dos distúrbios nutricionais. devem compor parte destacada de políticas em alimentação e nutrição. conforme compromissos internacionais assumidos pelo Brasil e outros 158 países perante as Nações Unidas.

Neste contexto, impõe-se a criação da Secretaria Nacional de Alimentação e Nutrição para formular com eficiência a Política Nacional de Alimentação e Nutrição, o incentivo à pesquisa na área de alimentação e nutrição e a coordenação. monitoramento e avaliação das ações desenvolvidas pelas diversas instâncias governamentais envolvidas com questão alimentar e nutricional. É a proposta consagrada. inclusive, pela Associação Brasileira de Nutrição - ASBRAN.

Solução idêntica a presente proposição foi adotada pelo Governo Federal quando da extinção da ex LBA. hoje. Secretaria Nacional de Assistência Social subordinada ao Ministério da Previdência e Assistência Social. com excelentes resultados.

ASSINATURA

MP 1.576

000009

2 DATA	3 PROPOSIÇÃO
10/ 06/ 97	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1576 de 05.06.97

4 AUTOR	5 Nº PRONTUÁRIO
DEPUTADO ÁLVARO GAUDÊNCIO NETO	

6 TIPO

1 ( ) - SUPRESSIVA 2 ( ) - SUBSTITUTIVA 3 ( ) - MODIFICATIVA 4 (X) - ADITIVA 9 ( ) - SUBSTITUTIVO GLOBAL

7 PÁGINA	8 ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

EMENDA ADITIVA À PROVISÓRIA Nº 1.576, de 05 de junho de 1997

Art. É criada a Secretaria Nacional de Alimentação e Nutrição. órgão administrativamente subordinado ao Ministro de Estado da Saúde, a qual compete especialmente:

I - coordenação. supervisão. avaliação e apoio das ações de alimentação e nutrição:
II - participação na formulação e implementação das políticas de alimentação nutrição e vigilância epdemiologica:
III - prevenção e recuperação da desnutrição e carências específicas:
IV - orientação alimentar e nutricional para os diversos grupos populacionais: do recém-nascido ao idoso:
V - educação da população para questões de higiene. saúde. alimentação e nutrição:

VI - vigilância nutricional:
VII - prevenção e tratamento nutricional das doenças crônico-degenerativas:
VIII - incentivo à pesquisa na área de alimentação e nutrição:
IX - formação e capacitação profissional na área de saúde e nutrição. incluindo reciclagem e programas de educação continuada:

Art. O Poder Executivo disporá sobre a organização e funcionamento e demais competências da Secretaria Nacional de Alimentação e Nutrição.

Art. São transpostos preferencialmente para o Ministério da Saúde. com lotação na Secretaria Nacional de Alimentação e Nutrição os cargos e funções com os respectivos integrantes e servidores e, ainda. dotações, orçamentárias. saldos financeiros e o acervo patrimonial do INAN.

JUSTIFICATIVA

Em 1993. discutia-se a extinção do INAN e sua substituição. no mesmo nível hierárquico, por uma Secretaria de Nutrição e Saúde. subordinada ao Ministério da Saúde. integrada à Administração Direta e não apenas vinculada como a atual Autarquia.

Com a missão histórica impostergável de enfrentar a fome endêmica. o Governo Federal criou a Comissão Nacional de Alimentação - C.N.A., através do Decreto-Lei 7.328 de 17 de fevereiro de 1945.

A C.N.A - foi instituída no Conselho Federal do Comércio Exterior. transferido para o Ministério da Educação e Saúde pela Lei n. 970. de 16.12.1949. Posteriormente. passou para o Ministério da Saúde com sua criação pela Lei n. 34.596. de 16.12.1953 que regulamentou a Comissão Nacional de Alimentação.

A C.N.A. abrangia todos os aspectos relacionados com a assistência à população. Mantinha a integração e a articulação de todos os organismos ligados à alimentação e nutrição no Brasil.

Em 1972. após Reforma Administrativa do Ministério da Saúde. surgira o INAN em 30 de novembro por força da Lei nº 5.829. vigente até hoje.

A missão do INAN é de assistir o Governo na formulação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição inclusive educação nutricional: elaborar o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição - PRONAN e funcionar como órgão central de alimentação e nutrição.

É certa a necessidade de restruturação do INAN, para transforma-lo num órgão mais ágil e flexível. com recursos humanos bem qualificados e com apoio decidido e concreto do Governo Federal para o fiel cumprimento da elevada missão de vencer a **fome endêmica no Brasil.** Tornar realidade os sonhos de Josué de Castro. do escritor Fernando Henrique Cardoso e de tantos nutrólogos. nutricionistas e sanitaristas brasileiros.

Ações eficazes da estrita competência do setor saúde, incluindo o dignóstico. a vigilância. a prevenção e o tratamento dos distúrbios nutricionais. devem compor parte destacada de políticas em alimentação e nutrição. conforme compromissos internacionais assumidos pelo Brasil e outros 158 países perante as Nações Unidas.

Neste contexto. impõe-se a criação da Secretaria Nacional de Alimentação e Nutrição para formular com eficiência a Política Nacional de Alimentação e Nutrição. o incentivo à pesquisa na área de alimentação e nutrição e a coordenação. monitoramento e avaliação das ações desenvolvidas pelas diversas instâncias governamentais envolvidas com questão alimentar e nutricional. É a proposta consagrada. inclusive. pela Associação Brasileira de Nutrição - ASBRAN.

Solução idêntica a presente proposição foi adotada pelo Governo Federal quando da extinção da ex LBA. hoje. Secretaria Nacional de Assistência Social subordinada ao Ministério da Previdência e Assistência Social. com excelentes resultados.

ASSINATURA

MP 1.576

000010

2 DATA	3 PROPOSIÇÃO
10/ 06/ 97	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1576 de 05.06.

4 AUTOR	5 Nº PRONTUÁRIO
DEPUTADO ARMANDO COSTA	

6 TIPO

1 ☐ - SUPRESSIVA 2 ☐ - SUBSTITUTIVA 3 ☐ - MODIFICATIVA 4 [X] - ADITIVA 9 ☐ - SUBSTITUTIVO GLOBAL

7 PÁGINA	8 ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

EMENDA ADITIVA À PROVISÓRIA Nº 1.576, de 05 de junho de 1997

Art. É criada a Secretaria Nacional de Alimentação e Nutrição, órgão administrativamente subordinado ao Ministro de Estado da Saúde, a qual compete especialmente:

I - coordenação, supervisão, avaliação e apoio das ações de alimentação e nutrição;
II - participação na formulação e implementação das políticas de alimentação nutrição e vigilância epdemiologica;
III - prevenção e recuperação da desnutrição e carências especificas;
IV - orientação alimentar e nutricional para os diversos grupos populacionais: do recém-nascido ao idoso;
V - educação da população para questões de higiene, saúde, alimentação e nutrição;
VI - vigilância nutricional;
VII - prevenção e tratamento nutricional das doenças crônico-degenerativas;
VIII - incentivo à pesquisa na área de alimentação e nutrição;
IX - formação e capacitação profissional na área de saúde e nutrição, incluindo reciclagem e programas de educação continuada;

Art. O Poder Executivo disporá sobre a organização e funcionamento e demais competências da Secretaria Nacional de Alimentação e Nutrição.

Art. São transpostos preferencialmente para o Ministério da Saúde, com lotação na Secretaria Nacional de Alimentação e Nutrição os cargos e funções com os respectivos integrantes e servidores e, ainda, dotações, orçamentárias, saldos financeiros e o acervo patrimonial do INAN.

JUSTIFICATIVA

Em 1993, discutia-se a extinção do INAN e sua substituição, no mesmo nível hierárquico, por uma Secretaria de Nutrição e Saúde, subordinada ao Ministério da Saúde, integrada à Administração Direta e não apenas vinculada como a atual Autarquia.

Com a missão histórica impostergável de enfrentar a fome endêmica, o Governo Federal criou a Comissão Nacional de Alimentação - C.N.A., através do Decreto-Lei 7.328 de 17 de fevereiro de 1945.

A C.N.A - foi instituída no Conselho Federal do Comércio Exterior, transferido para o Ministério da Educação e Saúde pela Lei n. 970, de 16.12.1949. Posteriormente, passou para o Ministério da Saúde com sua criação pela Lei n. 34.596, de 16.12.1953 que regulamentou a Comissão Nacional de Alimentação.

A C.N.A. abrangia todos os aspectos relacionados com a assistência à população. Mantinha a integração e a articulação de todos os organismos ligados à alimentação e nutrição no Brasil.

Em 1972, após Reforma Administrativa do Ministério da Saúde, surgira o INAN em 30 de novembro por força da Lei nº 5.829, vigente até hoje.

A missão do INAN é de assistir o Governo na formulação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição inclusive educação nutricional; elaborar o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição - PRONAN e funcionar como órgão central de alimentação e nutrição.

É certa a necessidade de restruturação do INAN, para transforma-lo num órgão mais ágil e flexível, com recursos humanos bem qualificados e com apoio decidido e concreto do Governo Federal para o fiel cumprimento da elevada missão de vencer a **fome endêmica no Brasil.** Tornar realidade os

sonhos de Josué de Castro, do escritor Fernando Henrique Cardoso e de tantos nutrólogos, nutricionistas e sanitaristas brasileiros.

Ações eficazes da estrita competência do setor saúde, incluindo o dignóstico, a vigilância, a prevenção e o tratamento dos distúrbios nutricionais, devem compor parte destacada de políticas em alimentação e nutrição, conforme compromissos internacionais assumidos pelo Brasil e outros 158 países perante as Nações Unidas.

Neste contexto, impõe-se a criação da Secretaria Nacional de Alimentação e Nutrição para formular com eficiência a Política Nacional de Alimentação e Nutrição, o incentivo à pesquisa na área de alimentação e nutrição e a coordenação, monitoramento e avaliação das ações desenvolvidas pelas diversas instâncias governamentais envolvidas com questão alimentar e nutricional. É a proposta consagrada, inclusive, pela Associação Brasileira de Nutrição - ASBRAN.

Solução idêntica a presente proposição foi adotada pelo Governo Federal quando da extinção da ex LBA, hoje, Secretaria Nacional de Assistência Social subordinada ao Ministério da Previdência e Assistência Social, com excelentes resultados.

ASSINATURA

MP 1.576

000011

2 DATA	3 PROPOSIÇÃO
11 / 06 / 97	Medida Provisória nº 1.576, de 05 de junho de 1997

4 AUTOR	5 Nº PRONTUÁRIO
Senador Fernando Bezerra e outros	16

6 TIPO: 1 ☐ SUPRESSIVA 2 ☐ - SUBSTITUTIVA 3 ☐ MODIFICATIVA 4 [X] - ADITIVA 9 ☐ - SUBSTITUTIVO GLOBAL

7 PÁGINA	8 ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
1/3				

9 TEXTO

EMENDA ADITIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.576, de 05 de junho de 1997

Acrescentem-se, onde couber, os seguintes artigos:

Art. É criada à Secretaria Nacional de Alimentação e Nutrição, órgão administrativamente subordinado ao Ministro de Estado da Saúde, a qual compete especialmente:

I - coordenação, supervisão, avaliação e apoio das ações de alimentação e nutrição;
II - participação na formulação e implementação das políticas de alimentação, nutrição e vigilância epidemiológica;
III - prevenção e recuperação das desnutrição e carencias específicas;
IV - orientação alimentar e nutricional para os diversos grupos populacionais: do recém-nascido ao idoso;
V - educação da população para questões de higiene, saúde, alimentação e nutrição;
VI - vigilância nutricional;
VII - prevenção e tratamento nutricional das doenças crônico-degenerativas;
VIII - incentivo à pesquisa na área de alimentação e nutrição;
IX - formação e capacitação profissional na área de saúde e nutrição, incluindo reciclagem e programas de educação continuada.

Art. O Poder Executivo disporá sobre a organização e funcionamento e demais competências da Secretaria Nacional de Alimentação e Nutrição.

Art. São transpostos preferencialmente para o Ministério da saúde, com lotação na Secretaria Nacional de Alimentação e Nutrição os cargos e funções com os respectivos integrantes e servidores e, ainda, dotações orçamentárias, saldos financeiros e o acervo patrimonial do INAN.

JUSTIFICAÇÃO

Em 1993, discutia-se a extinção do INAN e sua substituição, no mesmo nível hierárquico, por uma Secretaria de Nutrição e Saúde, subordinada ao Ministério da Saúde, integrada à Administração Direta e não apenas vinculada como a atual Autarquia.

Com a missão histórica impostergável de enfrentar a fome endêmica, o Governo Federal criou a Comissão Nacional de Alimentação-CNA, através do Decreto-Lei nº 7.328, de 17 de fevereiro de 1945.

A CNA foi instituída no Conselho Federal do Comércio Exterior, transferido para o Ministério da Educação e Saúde pela Lei nº 970, de 16.12.49. Posteriormente, passou para o Ministério da Saúde com a criação pela Lei nº 34.596, de 16.12.53, que regulamentou a Comissão Nacional de Alimentação.

A CNA abrangia todos os aspectos relacionados com a assistência à população. Mantinha a integração e a articulação de todos os organismos ligados à alimentação e nutrição no Brasil.

Em 1972, após Reforma Administrativa do Ministério da Saúde, surgira o INAN em 30 de novembro por força da Lei nº 5.829, vigente até hoje.

A missão do INAN é de assistir o Governo na formulação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição inclusive educação nutricional; elaborar o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição-PRONAN e funcionar como órgão central de alimentação e nutrição.

É certa a necessidade de restruturação do INAN, para transformá-lo num órgão mais ágil e flexível, com recursos humanos bem qualificados e com apoio decidido e concreto do Governo Federal para o fiel cumprimento da elevada missão de vencer a fome endêmica no Brasil. Tomar realidade os sonhos de Josué de Castro, do escritor Fernando Henrique Cardoso e de tantos nutrólogos, nutricionistas e sanitaristas brasileiros.

Ações eficazes da estrita competência do setor saúde, incluindo o diagnóstico, a vigilância, a prevenção e o tratamento dos distúrbios nutricionais, devem compor parte destacada de políticas em alimentação e nutrição, conforme os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil e outros 158 países perante as Nações Unidas.

Neste contexto, impõe-se a criação da criação da Secretaria Nacional de alimentação e Nutrição para formular com eficiência a Política Nacional de Alimentação e Nutrição e a coordenação, monitoramento e avaliação das ações desenvolvidas pelas diversas instâncias governamentais envolvidas com a questão alimentar e nutricional. É a proposta consagrada, inclusive, pela Associação Brasileira de Nutrição-ASBRAN.

Solução idêntica a presente proposição foi adotada pelo Governo Federal quando da extinção da ex-LBA, hoje, Secretaria Nacional de Assistência Social subordinada ao Ministério da Previdência e Assistência Social, com excelentes resultados.

IBERÊ FERREIRA

ASSINATURA

ATAS DE COMISSÕES

COMISSÃO TEMPORÁRIA

Criada através do Requerimento nº 475, de 1996-SF, destinada a "definir uma política para o desenvolvimento econômico e social da Amazônia".

5ª Reunião realizada em 21 de novembro de 1996.

Aos vinte e um dias do mês de novembro de um mil novecentos e noventa e seis, às dez horas e vinte e oito minutos, na Sala 04, da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II do Senado Federal, reúnem-se os Senhores Senadores Nabor Júnior, Ademir Andrade, Valmir Campelo, Emilia Fernandes, Jefferson Péres, Marina Silva e José Bianco, membros da Comissão Especial "Amazônia Urgente". Abertos os trabalhos, o Senhor Presidente, Senador Nabor Júnior, discorreu sobre a finalidade da reunião, que era para a apresentação do plano de trabalho para a Comissão que ficou a cargo do Senador Ademir Andrade e da Senadora Marina Silva, a quem foi concedida a palavra tendo a mesma apresentado uma relação com vários nomes a serem convidados para exporem suas idéias e planos sobre a política para o desenvolvimento da Amazônia, o que foi aprovado por todos os presentes. A seguir usou da palavra o Senador Valmir Campelo que também fez sugestões para serem acrescidas ao calendário ora proposto, o que foi aprovado, também foram apresentados nomes pelo Senador Jefferson Péres, ficando então estabelecido que seriam convidados, entre outros, representantes da Fundação Vitória Amazônia, Fase, CUT, CGT, CTA, Sudam, Suframa, Fundação Getúlio Vargas, Instituto Emílio Goeldi, INPA e UFPA e complementando o Senhor Senador Valmir Campelo sugeriu que fosse organizado um seminário e com a complementação do Relator foi sugerida a inclusão de Ministros e os Governadores dos nove estados da Amazônia Legal, havendo manifestação do Senador José Bianco e da Senadora Marina Silva apoiando a idéia. Pelo Senhor Senador Bianco, com apoiamento do Sr. Presidente, ficou estabelecido que a próxima reunião será para ouvir o Dr. José Seixas Lourenço, Secretário de Coordenação dos Assuntos da Amazônia Legal. Foi pedido pelo Sr. Relator que a Presidência solicite um assessor para acompanhar os trabalhos da Relatoria, e como não havia nada mais a tratar, encerra-se a reunião, e, para constar, eu, Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte da mesma. – **Nabor Júnior.**

Presidente: Senador **Nabor Júnio**
Relator: Senador **Ademir Andrade**

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Declaro aberta a reunião da Comissão Temporária, criada através do Requerimento nº 475, de 1996, destinada a definir uma política para o desenvolvimento econômico e social da Amazônia.

Convido o Relator da Comissão, Senador Ademir Andrade, a tomar assento à mesa.

Ficou estabelecido, na última reunião realizada pela Comissão, que o Relator Senador Ademir Andrade, juntamente com a Senadora Marina Silva, apresentariam um plano de trabalho para a realização dos trabalhos desta Comissão. Consulto-os no sentido de saber se estão em condições de apresentar o referido plano de trabalho.

O SR. RELATOR (Ademir Andrade) – Estamos, Sr. Presidente. Estivemos discutindo e o trabalho foi elaborado pela nobre Senadora, que teve a nossa colaboração em alguns aspectos. Gostaria que a colega apresentasse a idéia.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra à Senadora Marina Silva.

A SRA. MARINA SILVA – De acordo com o que já relatou o Senador Nabor Júnior, tínhamos ficado com a incumbência de apresentar um plano de trabalho para que a nossa Comissão tenha passos a seguir, com o objetivo de termos um produto final. Esta foi mais ou menos a proposta discutida com o Senador Ademir Andrade:

Realização de audiências como um dos primeiros tópicos, tendo como tema: "Programas e Política de Desenvolvimento e Implantação na Região", ou seja, aquelas políticas que já estão sendo implementadas. Citamos quatro tópicos, com possibilidades de ouvirmos, nesta Comissão, pessoas ligadas aos assuntos.

Com relação à política integrada de desenvolvimento da Amazônia Legal, convidaríamos o Sr. Ministro do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal.

O outro tópico seria: "Programas e Ações de Governo de Estados e Municípios da Região", sendo chamados os Governadores dos Estados, os Prefeitos das Capitais e outros municípios que a Comissão identifique como tendo alguma contribuição a dar.

Um terceiro tópico seria: "Programas de Centros de Excelências e Universidades", tendo como depoentes o Instituto Emílio Goeldi, o INPA, a Uni-

versidade Federal do Pará e outros que possam ser identificados. Colocamos os centros de excelência porque sabemos que já existe uma série de elaborações feita por cientistas, pesquisadores... Enfim, que podem ser de muita valia à nossa Comissão.

O último tópico dessa audiência seria: "Propostas de Organizações Não-Governamentais e Movimentos Sociais", citando a Fundação Vitória Amazônia, do Estado do Amazonas, a FASE, a CUT, a CGT, o CTA e o fórum de Rondônia, como entidades, e outras podendo ser acrescentadas.

Essa primeira rodada não precisaria seguir exatamente essa ordem cronológica. Sabemos que há a questão da disponibilidade da vinda dos governadores. Então, se formos nos prender rigidamente a esse cronograma, poderemos emperrar o trabalho. Por que isso é importante? Porque a Comissão precisa ter o resultado de um trabalho com o mínimo de legitimidade.

De um lado, não podemos desconhecer aquilo que já foi elaborado, que já está em curso, até porque seríamos acusados de estar repetindo coisas. Precisamos, inclusive, valorizar as políticas que estão sendo implementadas e elaboradas. Essas propostas dariam uma configuração heterogênea, envolvendo o Poder Executivo, a comunidade científica, o Legislativo e, é claro, as organizações não-governamentais e entidades de classe.

A segunda proposta e o outro tema seria com relação à política de incentivos fiscais na Amazônia. Por que é importante a nossa Comissão tratar deste assunto? Primeiro, porque, daqui a 4 anos, vai acabar o que temos em vigor, que é a política de incentivos fiscais. O Governo, com certeza, vai apresentar alguma outra proposta, ou os próprios Parlamentares e Governadores. É fundamental que o Senado e nós, desta Comissão, chamemos para nós essa discussão; caso contrário, começaremos a ter propostas que não reavaliam os erros do passado e, quem sabe, poderemos ser atropelados pelo futuro. Para essa audiência, pensamos na Sudam e entidades empresariais e sindicatos.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Se V. Exª me permite, eu sugeriria que se acrescentasse, além da Sudam, a Suframa, que não atinge toda a Amazônia, mas boa parte desta Região, que engloba o meu Estado, o Acre.

A SRA. MARINA SILVA – Aqui, há uma observação que é exatamente esta: o calendário dessas audiências deve ser definido de acordo com a disponibilidade de agenda dos convidados.

O item **b** também observa outros temas possíveis: o impacto sobre o desenvolvimento regional em função de medidas do Governo e a medida provisória que debatemos ainda há pouco, também podem ser motivo de discussão por parte desta Comissão. Atividades externas da Comissão. O tema seria: "Visita a Projetos e Iniciativas que Colaboram ou não para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Hoje."

Por que visitar experiências positivas? A fim de que a nossa Comissão tenha referenciais positivos. Há muita coisa dando certo, tanto de iniciativa da sociedade quanto de iniciativa do Poder Público. Algumas estão sendo bem sucedidas, mas há também aquelas que são fracassos. Devemos ter os dois exemplos.

No caso do Acre, temos, por exemplo, a Alcobrás – que o Senador Nabor Júnior conhece -, que é um exemplo que não deve ser seguido, e muitos outros devem existir. Mas temos, também, experiências muitos boas que precisam ser de conhecimento desta Comissão.

As visitas a iniciativas na área de transporte e energia; visitas a áreas de extração mineral e vegetal, experiência de agressão de valor e verticalização da produção; visitas a cooperativas e associações de agricultores extrativistas com experiências bem sucedidas – temos, no Acre, várias delas -; visita a grandes projetos regionais; visita a madeireiras; visitas a áreas de exploração com e sem plano de manejo regular. Temos, inclusive, agora, aquele problema sobre o qual o Senador Jefferson Péres tem falado bastante, que é o das madeireiras asiáticas.

O terceiro ponto seria: "Levantamento Simultâneo de Projetos de Lei em Tramitação no Senado." Isso é um desafio desta Comissão, porque sabemos que há muita coisa referente à Amazônia que está tramitando no Senado e que está disperso. São iniciativas dispersas de Parlamentares. Se a nossa Comissão fizer um levantamento – e isso depende de um trabalho interno, não demanda outras pessoas, não demanda convite de ninguém de fora, é um trabalho nosso mesmo -, identificando esses projetos, podemos elaborar uma lista de prioridades e nos empenhar aqui, no Senado e também na Câmara dos Deputados, para que esses projetos tramitem. Seria uma contribuição da nossa Comissão nesse processo de agilização.

Este seria mais um tópico: "Definição de projetos prioritários para tramitação e negociação com a Mesa da Casa para pautá-los com urgência".

O Item nº 4 é: "Orçamento participativo". Essa foi uma tentativa que o Senador Ademir Andrade quis levar a cabo neste ano, que seria uma influência por parte da Amazônia na elaboração do Orçamento, ainda quando isso estivesse no Ministério do Planejamento. Lamentavelmente, não foi possível, mas já que vamos ter a prorrogação dos trabalhos da Comissão para o ano que vem, seria fundamental que conseguíssemos essa antecipação. Então, promoveríamos uma série de atividades, debates e consultas junto aos Governos de Estados, Municípios e entidades sociais, com a finalidade de definir metas e propostas para o Orçamento. Penso que essa seria uma grande contribuição da nossa Comissão; daria um outro aspecto para o Congresso, inclusive, abriria um canal direto com esses segmentos para que nós, como Parlamentares, realmente oferecêssemos uma grande contribuição a Governadores, Prefeitos e entidades interessadas. Seria uma tentativa de orçamento participativo, sendo levado a cabo com o apoio da nossa Comissão.

O Item nº 5 seria: "Produtos a serem alcançados pela Comissão". Porque, não podemos começar a trabalhar alhures, sem que queiramos um produto final. Como não temos a estrela de Davi a seguir, então, estamos propondo uma, para nos orientar. E o nosso objetivo seria: lançamento de uma plataforma mínima de ações emergenciais para o desenvolvimento regional sustentado da Amazônia – e a possível publicação disso é fundamental.

Sugestões para a reformulação da política de incentivos fiscais e subsídios na Amazônia, cuja legislação vai expirar em 99.

E, por último: Proposta para o Orçamento de 98.

Então, seria esse o objetivo, o produto final do nosso trabalho até o fim do prazo que vamos propor.

Para realizar essas atividades, a Comissão terá que adiar o seu prazo de funcionamento até o final do primeiro semestre de 97.

Esta proposta foi elaborada, conforme compromisso assumido com o Senador Ademir Andrade, em consonância com o seu gabinete, para que pudéssemos seguir o nosso trabalho. Esta é a contribuição que trazemos para que os colegas possam avaliar.

O SR. VALMIR CAMPELO – Sr. Presidente, peço a palavra apenas para fazer uma sugestão, se V. Exª me permite.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Pois não. Tem a palavra V. Exª, Senador Valmir Campelo.

O SR. VALMIR CAMPELO – Quero parabenizar os nobres Senadores. A proposta realmente é séria, está bem delineada, e penso que podemos cumprir esse programa aqui.

Gostaria apenas de propor que se fizessem dois encaixes: primeiro, no que diz respeito aos programas de centro de excelência e universidades. Entendo que deveríamos colocar também como sugestão – já que a Senadora abre a perspectiva de outras entidades -, a Fundação Getúlio Vargas. Entendo que a Fundação tem trabalhos sobre a Amazônia e poderá nos fornecer coisas sérias.

O SR. (Não *Identificado)* – (Inaudível. *Fora do microfone.)*

O SR. VALMIR CAMPELO – Exatamente. É apenas para colocarmos dentro de "outros", deixar bem claro e lembrar também a Fundação Getúlio Vargas. Como também, neste "etc", queria lembrar não apenas a CUT, mas também devemos abrir um pouco mais, por exemplo, para a Força Sindical e alguns outros sindicatos. Penso que não devemos deixar apenas a CUT, no sentido de que apresentasse propostas de organização não-governamental e movimentos sociais.

São sugestões que queria dar para que ficassem já delineadas na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Continua em discussão o documento apresentado pelo Relator e pela Senadora Marina Silva.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Sr. Presidente, não tenho reparos a fazer, penso que está a bom termo. Pode até ser acrescido, vou refletir melhor sobre ele, mas, de início, parece-me muito bom. Apenas para evitar ciumeiras regionais – que sei que existem, infelizmente -, onde está programa de centros de excelência, consta o Instituto Emílio Goeldi, INPA e UFPA – Universidade Federal do Pará. Penso que deveria ser somente universidades, sem especificar a do Pará, para que não se tenha problemas com a Universidade do Amazonas, por exemplo. Não sei, trata-se de uma questão mínima, mas a que devemos dar atenção.

O SR. RELATOR (Ademir Andrade) - É verdade, até porque está escrito universidades aqui. A idéia foi de abranger todas elas.

A SRª MARINA SILVA – Exatamente. estamos apenas citando exemplos.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Gostaria de apresentar uma sugestão à Comissão: que este documento fosse analisado por todos os membros da Comissão e, se houvesse necessidade de apresentar sugestões, analisaríamos, em caráter definitivo, na próxima semana. Poderiam surgir, no decorrer desta semana, sugestões para se ampliar mais o

rol das entidades que possam ser ouvidas pela Comissão ou alguma alteração que se pretenda fazer nessa proposta de trabalho.

Então, sugiro à Comissão que não decidamos hoje sobre esse documento; que façamos isso na próxima reunião, ficando aberta a possibilidade da contribuição dos Senadores para a aprovação da proposta.

O SR. RELATOR (Ademir Andrade) – Sr. Presidente, queria fazer uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Pois não.

O SR. RELATOR (Ademir Andrade) – A idéia inicial sempre foi a de que tivéssemos uma interferência efetiva, principalmente no processo de elaboração do Orçamento. Infelizmente, não fomos atendidos pelo Ministro.

Esse é um plano de longo prazo. Gostaria de dizer à Senadora Marina Silva que o correto seria prorrogar os trabalhos da Comissão até 31 de dezembro. Creio que devamos ter tempo suficiente para trabalhar bastante essa proposta.

Eu queria, com a anuência do Presidente, tecer algumas considerações. Vamos ouvir muitas pessoas. Nessa primeira parte, tentaremos juntar todos os programas para o desenvolvimento da Amazônia, ou seja, as posições do Governo Federal, das Prefeituras e dos Governos dos Estados, das entidades não-governamentais, das entidades da ciência, das universidades... enfim, reunir todos os programas existentes para apresentar uma proposta no final do nosso trabalho.

Creio que não haverá restrição de V. Exª para a minha proposta. Gostaria que a Presidência já convocasse essas pessoas. Por exemplo: sugiro que façamos contato com os Governadores da Amazônia, para saber da disponibilidade de eles virem aqui.

Parece-me que ficou acertado, no passado, que todas as nossas reuniões seriam às quintas-feiras, às 10 horas. Poderíamos rediscutir isso, receber as contribuições, conforme V. Exª sugere, mas já adiantaríamos o trabalho se pudéssemos ouvir alguém que se dispusesse a estar aqui na quinta-feira.

Em resumo, queria sugerir que fosse feito o convite ao Ministro do Meio Ambiente, para que S. Exª, juntamente com o Seixas Lourenço, fosse ouvido numa mesma audiência na próxima quinta-feira. Proponho que já se fizesse o convite aos oito Governadores, explicando que as reuniões são realizadas todas às quintas-feiras. Eles, então, definiriam a data que poderiam estar presentes aqui. Isso não prejudica a sugestão de que rediscutamos, ampliemos, melhoremos agora esta proposta que está aqui.

Era essa a sugestão.

Nós dependemos da boa vontade dos convidados. Então, já faríamos o convite pelo menos ao Ministro, ao Seixas Lourenço e aos oito Governadores, explicando-lhes que as reuniões são realizadas às quintas-feiras para que eles pudessem responder em que dia poderiam estar aqui. Assim, começaríamos a trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Em discussão a proposta do Relator, Senador Ademir Andrade.

Com a palavra o Senador Valmir Campelo.

O SR. VALMIR CAMPELO – Sr. Presidente, a proposta do nobre Senador Ademir Andrade é justíssima. Queria apenas deixar aqui uma reflexão. Talvez pudéssemos convocar não os Ministros e os Governadores já a partir da próxima quinta-feira, mas alguma outra autoridade do segundo ou terceiro escalão, dentro dessa prioridade. E talvez pudéssemos até copiar – o que acho louvável – a iniciativa da Comissão de Infra-Estrutura. Vou até deixar este **folder** com a nossa Comissão – uma sugestão que poderíamos adotar. Talvez nesse ínterim, Senador Ademir Andrade, o nosso Presidente, Senador Nabor Júnior, pudesse entrar em contato com os Ministros e os Governadores, dentro de um prazo mais elástico, e nós faríamos um calendário...

O SR. *(Não Identificado)* – Um seminário.

O SR. VALMIR CAMPELO – Perfeitamente, um seminário, com a presença dos Governadores. Dia tal, o Governador tal, na parte da manhã. À tarde, outro Governador ou Ministro. Faríamos, assim, uma espécie de seminário, com ampla divulgação na imprensa para o Brasil inteiro, e talvez pudéssemos obter frutos melhores do que obteríamos se convidássemos em cima da hora Ministros ou Governadores.

Não descarto a possibilidade de começarmos a trabalhar a partir de quinta-feira. Mas as audiências com integrantes do primeiro escalão do Governo, ou seja, com Governadores e Ministros, poderíamos fazê-las a exemplo do que está fazendo a Comissão de Infra-Estrutura, que está colhendo bons resultados.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Continua em discussão a proposta do Senador Ademir Andrade.

A SRA. MARINA SILVA – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Tem a palavra a Senadora Marina Silva.

A SRA. MARINA SILVA – Sr. Presidente, concordo com a proposta do Senador Valmir Campelo. Se conseguíssemos fixar uma data para a realização de um seminário, com a duração de talvez um dia e meio, para convidarmos o Ministro e os oito Governadores, isso seria mais proveitoso. Teríamos uma seqüência de tempo e de assuntos na mesma data, o que facilitaria o trabalho de sistematização da Comissão.

Então, sugiro que façamos o seminário com a participação dos Governadores e o Ministro e, em uma outra bateria, convidaríamos os centros de excelência e as entidades da sociedade civil.

Assim, teríamos dois blocos de ação que estariam coerentes entre si, para que o nosso trabalho pudesse deslanchar. A partir daí, discutiríamos a dinâmica dos demais itens.

Talvez seja uma boa sugestão para o relator e para o Presidente – e eu me disponho a ajudar – verificarmos se, na quinta-feira, haveria alguma atividade que pudéssemos antecipar para que a nossa Comissão não perdesse uma semana. Poderíamos talvez convidar o Sr. Seixas Lourenço, alguém da Sudam ou da Suframa, alguém que estivesse disponível.

Ou, então, poderíamos criar uma comissão de trabalho para dividir as tarefas referentes aos projetos em tramitação. Já poderia haver, na quinta-feira, um levantamento prévio dos projetos em tramitação, para que tomássemos algumas decisões. Seria um dever de casa interno da Comissão, enquanto preparamos o seminário.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Como o Dr. José Seixas Lourenço já se dispôs a vir prestar informações à Comissão sobre os trabalhos que estão sendo realizados pelo setor que ele dirige, acho que, na próxima quinta-feira, poderemos votar, em caráter definitivo, esse programa com as alterações que forem sugeridas e ouvir S. Sª. Já há um material bastante expressivo que ele pode trazer para orientar os trabalhos da Comissão. Não perderíamos, assim, a oportunidade de já ouvir, na próxima quinta-feira, um desses depoentes aqui.

Sugiro que convidemos o Dr. Seixas Lourenço para vir depor na próxima quinta-feira.

O SR. JOSÉ BIANCO – Peço a palavra, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Pois não.

O SR. JOSÉ BIANCO – Sr. Presidente, acho que a proposta mais adequada é a que V. Exª fez agora, para que aproveitemos a próxima quinta-feira. Se o Dr. Seixas já está disposto a comparecer aqui, será bom, porque ele tem muito material para apresentar a esta Comissão com toda a certeza.

Quanto à proposta do Senador Valmir Campelo, que tem a concordância da Senadora Marina Silva, eu também creio que o seminário produzirá mais efeito, desde que consigamos fazer um verdadeiro seminário. Teria que haver, da parte de V. Exª, um investimento. Em outras palavras, sugiro que V. Exª converse com os Ministros e com os Governadores, preparando-os para o tema. Assim, eles viriam com algum material, o que possibilitaria ao relator realizar um trabalho de maior profundidade e atingir o objetivo proposto pela Comissão, que é o de elaborar, no final, uma política de desenvolvimento da Amazônia.

Precisaria haver uma atenção do Presidente no sentido de buscar o interesse dessas autoridades em comparecer, conforme disse a Senadora Marina Silva. Se pretendemos ouvir oito Governadores e dois ou três Ministros, deveremos nos reunir, no mínimo, duas vezes.

O SR. RELATOR (Ademir Andrade) – Sr. Presidente, gostaria de acrescentar que ontem eu a Senadora Marina Silva discutimos muito profundamente a idéia do seminário. Tivemos essa preocupação, porque às vezes um seminário é realizado rapidamente ou de forma atabalhoada e, em assim sendo, não se consegue tirar proveito dele. Por isso chegamos à conclusão, na discussão de ontem, que deveríamos ouvir as autoridades passo a passo, pois assim aproveitaríamos melhor a presença delas aqui.

A idéia do seminário repercute melhor publicamente, dá ao evento uma conotação pública. Mas será necessário que a Comissão inteira tenha responsabilidades. Somos nove membros efetivos e, salvo engano, nove suplentes. Todos conhecemos as tarefas de Senador. Temo que se organize um evento tão importante como esse e, de repente, cada um com suas ocupações deixe de comparecer, ficando os Ministros e Governadores a falar apenas para dois ou três membros da Comissão. É uma questão de muita responsabilidade. Creio que é possível organizar o seminário, mas deve ser feito com muita responsabilidade. É necessário acertar um período em que seja possível o comparecimento dessas autoridades para que realmente tenhamos um resultado positivo.

Ontem, ao analisarmos isso, eu e a Senadora Marina Silva, percebemos algumas dificuldades e,

por isso, não optamos por essa sugestão de início. Já tínhamos discutido essa questão.

Creio que a proposta seja interessante. Reconhecemos que dá um respaldo maior à Comissão, dá uma divulgação maior ao nosso trabalho, mas é preciso que façamos tudo com muito critério e cuidado. Precisamos do apoio dos nove integrantes da Comissão, o apoio dos suplentes e a garantia da presença dos Governadores e dos Ministros convidados. É preciso que seja muito bem organizado para que obtenhamos um bom resultado.

O SR. JOSÉ BIANCO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. JOSÉ BIANCO – Sr. Presidente, veio-me a preocupação depois da explanação do Senador Ademir Andrade, pois já por diversas vezes isso ocorreu aqui. Aliás, ocorre quase todos os dias, comparecer aqui Ministros, Governadores e a reunião nem ser realizada por falta de Senadores, ou de ficarmos ouvindo os convidados com a presença de um ou dois Senadores. Realmente, isso é preocupante.

Por esse motivo, quero concordar com a proposta do Presidente de tomarmos as decisões finais na próxima quinta-feira, quando ouviremos aqui o Dr. Seixas.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Era exatamente o que a Presidência iria propor. O Senador José Bianco já se antecipou.

Referendando a proposta do Senador José Bianco, quero colocar à apreciação dos Senadores a proposta da realização, na próxima quinta-feira, de uma nova reunião para aprovação, em caráter definitivo, dessa programação da Comissão. Entraríamos em contato com o Dr. Seixas Lourenço, para ver se ele pode comparecer na quinta-feira.

Na próxima quinta-feira, também deliberaremos sobre a realização ou não do seminário. Vamos amadurecer melhor a idéia. Se a sugestão for aprovada, o seminário terá que ser preparado com bastante antecedência, mesmo porque importa em despesas. Há algumas autoridades que temos que convocar. E o Senado poderá alegar falta de verba para a aquisição de passagens. O Senado terá que se dispor a custear a vinda de algumas autoridades ou entidades que certamente vão exigir o pagamento de despesas de passagem, de estada etc.

Então vamos deixar essa questão para ser decidida na próxima quinta-feira, quando traríamos sugestões para serem discutidas e votadas. Senador Ademir Andrade, V. Exª concorda?

O SR. JOSÉ BIANCO – Sr. Presidente, gostaria que V. Exª pedisse ao Relator que fosse formando, por intermédio de sua assessoria, esse levantamento simultâneo dos projetos que tramitam na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – S. Exª poderá ir adiantando esse trabalho.

Então fica combinado – acredito que seja consenso – realizarmos na próxima quinta-feira a reunião para aprovarmos essa proposta de trabalho apresentada pelo Relator e pela Senadora Marina Silva; ao mesmo tempo, esta Presidência entrará em contato com o Dr. Seixas Lourenço para saber se ele poderá vir na quinta-feira. Se ele puder, teremos o primeiro depoimento.

O SR. RELATOR (Ademir Andrade) – Sr. Presidente, gostaria que, além do Secretário da Comissão, pudéssemos ter uma pessoa da assessoria do Senado, com conhecimentos sobre a Amazônia, a nossa disposição. Estamos trabalhando sem assessoria. Esse assessor iria juntar os projetos, discutir as matérias e nos ajudaria em nosso trabalho, o que, aliás, é praxe em toda Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Vou entrar em contato com o Chefe da Assessoria Legislativa do Senado para solicitar seja designado um funcionário para assessorar a Comissão.

Em votação as Atas das reuniões dos dias 11 de julho e 8 de agosto, respectivamente.

Os Srs. Senadores que as aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovadas.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar a presente reunião.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h.)

6ª Reunião realizada em 28 de novembro de 1996.

Aos vinte e oito dias do mês de novembro de um mil novecentos e noventa e seis, às dez horas, e quinze minutos na Sala 4 da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, do Senado Federal, presente os Senhores Senadores Nabor Júnior, Ademir Andrade, Jefferson Peres, Valmir Campelo, Jonas Pinheiro e Romero Jucá, reune-se a Comissão "Amazônia Urgente". Abertos os trabalhos o Senhor Presidente explicou que não foi possível a vinda do Dr. Seixas Lourenço para fazer sua explanação no dia de hoje, em razão do mesmo estar representando o Sr. Mi-

nistro do Meio Ambiente em um Seminário no Estado do Pará, mas que o mesmo se prontificou a comparecer no próximo dia 12 de dezembro vindouro. Pelos presentes foram discutidas idéias para serem amadurecidas com vistas a realização do seminário no ano que vem. E como não havia nada mais a tratar, encerra-se a reunião, e para constar, eu, Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, e irá a publicação. – **Nabor Júnior**.

7ª Reunião realizada em 12 de dezembro de 1996.

Aos doze dias do mês de dezembro de um mil novecentos e noventa e seis, às onze horas e treze minutos na Sala 9 da Ala Senador Alexandre Costa Anexo II, do Senado Federal, reúnem-se os Senhores Senadores Nabor Júnior, Ademir Andrade, Sebastião Rocha e Marina Silva, membro da Comissão Especial "Amazônia Urgente". Abertos os trabalhos, o Senhor Presidente, Senador Nabor Júnior, convidou o expositor do dia, Dr. José Seixas Lourenço para fazer suas considerações. Iniciando, agradeceu a deferência do convite e passou a fazer uma longa explanação sobre os trabalhos desenvolvidos pela sua Secretaria, que vem elaborando e executando uma Política Nacional Integrada para a Amazônia Legal, bem como sobre os projetos desenvolvidos. Questionado pelo Senhor Presidente, pelo Senhor Relator e pela Senadora Marina Silva o expositor se prontificou a voltar a presença desta Comissão em outra oportunidade para discorrer sobre outros projetos ligados à sua Secretaria. Presente à reunião o Professor Marcos Ximenes, Reitor da Universidade do Pará, a quem foi conferida a palavra, tendo o mesmo feito a apresentação de uma obra literária que foi oferecida a todos os membros da Comissão e que trata da questão energética da Amazônia e que foi organizada pelas Professoras Edna Castro e Sônia Magalhães sob os auspícios do Museu Goeldi do Pará, e não havendo nada mais a tratar, encerra-se a reunião, e para constar, eu, Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, e irá a publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte da mesma.

Presidente: **Senador Nabor Júnior**
Relator: Senador **Ademir Andrade**
Convidado: Sr. **José Seixas Lourenço**

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da comissão temporária, constituída por meio do Requerimento nº 475, de 1996, do Senado Federal, destinada a definir uma política para o desenvolvimento econômico e social da Amazônia.

A pauta de hoje está prevendo a exposição do Dr. José Seixas Lourenço, Secretário de Coordenação dos Assuntos da Amazônia Legal, do Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal.

Convido o Dr. José Seixas Lourenço para tomar assento à mesa, bem como o Senador Ademir Andrade, na condição de Relator da Comissão.

Concedo a palavra ao Dr. José Seixas Lourenço para fazer as suas considerações.

O SR. JOSÉ SEIXAS LOURENÇO – Bom dia a todos.

Eu gostaria, inicialmente, de agradecer o convite para vir a esta Comissão falar sobre a Política Nacional Integrada para a Amazônia. Na realidade, eu havia preparado uma longa exposição por meio de transparências, mas, como comentávamos há pouco com o Presidente, Senador Nabor Júnior, com a Senadora Marina Silva e com o Senador Ademir, talvez fosse mais conveniente deixar essa ampla exposição e a discussão para uma outra oportunidade, que poderia ocorrer logo após o dia 15 de fevereiro, depois de reiniciados os trabalhos legislativos.

Aliás, alguns Senadores solicitaram-me isso porque não poderiam estar presentes em função de uma série de outras atividades aqui no Senado. De modo que seria mais oportuna uma exposição e uma discussão em outra oportunidade.

De qualquer forma, estamos distribuindo aos presentes uma pasta do Conselho Nacional da Amazônia com uma série de relatórios sobre ações em desenvolvimento na Amazônia, executadas por diversos Ministérios. Aproveito essa oportunidade para, talvez em 10 ou 15 minutos, dar uma idéia do conteúdo desse material.

Nessas pastas, V. Exªs encontrarão a Política Nacional Integrada para a Amazônia Legal, material que havia sido distribuído no ano passado, por volta de agosto ou setembro.

A elaboração da Política Nacional Integrada para a Amazônia Legal foi iniciada no Governo passado, ao longo de 1994, por determinação do Conselho Nacional da Amazônia Legal, criado no final de 1993. Nós consideramos o Conselho um instrumento importantíssimo para a elaboração, formulação e do acompanhamento de políticas para Amazônia, na medida em que ele é presidido pelo próprio Presidente da República e formado por todos os titulares

dos Ministérios, bem como pelos Governadores dos nove Estados da Amazônia Legal.

Coube, então, ao Conselho solicitar que a Secretaria de Coordenação dos Assuntos da Amazônia conduzisse os trabalhos no sentido de formular a política.

Assim que assumimos a Secretaria, em março, iniciamos um amplo processo de discussão junto à sociedade regional e mesmo nacional, com base em documento que tinha sido produzido no final do Governo passado. Realizamos uma série de reuniões, inclusive uma delas, com os próprios Governadores da Amazônia, culminando com a Carta da Amazônia, entregue ao Presidente da República, no dia 31 de março do ano passado, em Carajás, onde estabelecemos uma série de interlocutores.

Um dos interlocutores importantes nesse processo tem sido o fórum, que agora se reúne em caráter permanente – Fórum dos Secretários de Planejamento Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia dos nove Estados da Região Amazônica. Por outro lado, uma interlocução com a sociedade civil organizada vem sendo estabelecida por intermédio do chamado Grupo de Trabalho Amazônico, que congrega mais de 300 associações comunitárias, sindicatos, organizações não-governamentais.

Depois de uma ampla discussão, o documento básico da política foi aperfeiçoado e finalmente aprovado em uma reunião realizada no ano passado, dia 14 de julho, presidida pelo Presidente da República, com a presença de praticamente todos os Governadores e grande parte dos Ministros. Reunião essa para qual foram convidados, inclusive, representantes do Senado e da Câmara.

Houve a aprovação, por consenso, das diretrizes gerais de uma política integrada para a região Amazônica. Eu gostaria de destacar – está na pasta de V. Exªs -, o que se refere às diretrizes gerais. Elas se baseiam em três grandes vertentes: uma delas é o que chamamos de reorientação do crescimento econômico que, fundamentalmente, implica em modernização, dinamização de atividades tradicionais, como é o caso da pesca, do extrativismo ou da agricultura familiar, bem como a implementação de novos ramos de atividade de grande potencial econômico e de sustentabilidade ambiental, como é o caso do ecoturismo, da bioindústria e da silvicultura e manejo florestal.

Outra grande vertente de diretrizes refere-se à integração interna e externa, iniciando pela necessidade de uma gestão territorial efetiva para a qual o zoneamento ecológico e econômico é um instrumento fundamental de planejamento.

Esse capítulo discute a questão dos corredores de integração nacional, intra-regionais e continentais; enfatiza a necessidade de se dar ênfase para a viabilização das hidrovias, aproveitando essa extraordinária vocação da Amazônia, por meio de uma conexão com as demais vias de superfície, como ferrovias e rodovias; bem como menciona a possibilidade de se estabelecer um eixo de acesso ao Caribe e ao Pacífico para atingirmos os mercados mundiais.

Enfatiza-se, também, a necessidade de se aproveitar fontes de energia limpa, alternativa, inclusive já mencionava, desde essa ocasião, a necessidade de viabilizar o gás natural abundante na Região Amazônica, bem como, mencionava a necessidade de se buscar outras alternativas energéticas, principalmente, utilizando a nossa extraordinária biomassa.

A vertente terceira e fundamental – a finalidade maior da política – é a questão relacionada com a valorização humana, a necessidade de implementar a regularização fundiária, a capacitação para a produção, também, salientando a necessidade de se dar uma atenção especial para os núcleos urbanos, na medida em que, hoje, grande parte da população amazônica se concentra nesses núcleos.

Em seguida, no Capítulo III, "Da Política", mencionamos a questão dos instrumentos de ação, não só o Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Norte como o próprio orçamento federal anual.

Nessa mesma ocasião em que aprovávamos a política, iniciamos uma ampla discussão conduzida pela Sudam – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, com a nossa participação, juntamente com a dos Estados, no sentido da elaboração de um plano plurianual que contemplasse, especificamente, os aspectos da Amazônia que representasse, de certa forma, um rebatimento das diretrizes para a Amazônia. Junto a essa documentação e na exposição que farei oportunamente, mostraremos os avanços que tivemos após um ano de execução da política.

Em agosto passado, ou seja, ao completar um ano, realizamos uma reunião para a qual convocamos vários representantes dos Ministérios e dos Estados. Novamente, convidamos todos os componentes desta Comissão Especial – aliás, contamos com a participação de alguns assessores do Senado Federal. A reunião teve por objetivo fazer um balanço avaliativo da implementação da política nacional in-

tegrada para a Amazônia ao longo desse primeiro ano, bem como, o encaminhamento dos trabalhos a serem desenvolvidos no ano subseqüente.

Temos uma quantidade significativa de informações e os relatórios provenientes de cada um dos Ministérios e de cada um dos governos dos Estados, que respeitam um roteiro por nós traçado, porque busca identificar as ações relativas à reorientação do crescimento econômico, as ações relativas à integração interna e externa e as ações voltadas para a valorização do homem.

Esses relatórios não estão nas pastas. São quatro grandes volumes que estamos tentando editá-los e representam um imenso esforço de harmonizar as políticas públicas para a Região Amazônica. Esse material está sendo analisado no âmbito da nossa Secretaria.

Na medida que a Secretaria de Coordenação da Amazônia é a secretaria definida pelo decreto que criou o Conamaz, é a Secretaria Executiva do Conselho da Amazônia, agora estamos organizando e consolidando um núcleo que chamamos "Gestão, Monitoramento e Políticas para a Amazônia". Além de ser constituído de pessoas do nosso próprio **staff**, recorremos à capacitação da própria Região Amazônica, como as nossas universidades, enfim, os nossos pesquisadores.

Entrego aqui os volumes que constituem esse relatório dos Ministérios e Estados; um balanço e avaliação desse período.

É importante destacarmos – fiz questão de colocar nas pastas de V. Exªs – os pontos que reputamos como importantes sobre os avanços desse período. Gostaria particularmente de me reportar à reorientação do sistema produtivo, algumas ações concretas empreendidas, uma das quais se refere aos projetos demonstrativos, conduzidos por nosso próprio Ministério.

Já temos em andamento na região Amazônica exatamente 69 projetos, a maioria em plena execução, com a orientação de apoiar os setores produtivos tradicionais. Para atendê-los, em um ano, foi feito um investimento de cerca de R$10 milhões – quinze projetos estão no Acre.

Gostaria de destacar alguns, como o Conselho Nacional dos Seringueiros; a execução de um projeto de proteção de recursos florestais nativos utilizados para fins econômicos; o Centro de Trabalhadores da Amazônia – estou mencionando alguns do Acre porque temos aqui dois senadores da região, e creio que a Senadora Marina Silva inclusive tem conhecimento dos projetos em execução -; o Projeto Reca, uma associação de pequenos agrosericultores da região; um projeto interessantíssimo na linha da piscicultura semi-intensiva tambaqui-curimatã, pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia; enfim, um conjunto significativo de projetos cobrindo os Estados da região Amazônica.

Prezado Senador Ademir Andrade, há um conjunto de 15 projetos também no Pará, todos eles no interior, pequenos núcleos populacionais, como é o caso, em Marabá, do Grupo de Apoio à Agricultura Familiar da Região de Marabá, Sindicato de Trabalhadores Rurais de Afuá, produção de remédios fitoterápicos, produção e comercialização da pesca na região das ilhas do Tucuruí.

Enfim, existe hoje um conjunto significativo de ações e projetos demonstrativos. E tem havido, por parte da nossa Secretaria, uma preocupação em divulgá-los. V. Exªs encontrarão em suas pastas o que chamamos de "Série – seleção tropical", documentando quatro dessas experiências: o Projeto Reca, a aldeia Kaxinawá, o projeto Mambirawá, no Amazonas, e uma experiência na Mata Atlântica, para efeito comparativo.

Na realidade, a idéia desses projetos demonstrativos é fazer com que sirvam de lição para que outras áreas da Amazônia possam replicá-las e multiplicá-las, na medida em que as condições sejam semelhantes.

Junto ao vídeo anexamos uma espécie de cartilha, muito bem ilustrada, que documenta como as experiências estão se dando, de tal maneira a facilitar que outras experiências venham a ter desdobramento na Amazônia.

Outra ação que reputo interessante ainda, dentro da linha de apoio às populações tradicionais, que também anexamos, é o Prodex, um projeto de desenvolvimento do extrativismo na Amazônia, uma linha de crédito especial para os extrativistas, cujo principal objetivo é apoiar o desenvolvimento das atividades extrativistas de forma sustentável com tecnologias eficazes a fim de melhorar a produtividade, incentivar a diversificação das atividades extrativistas e apoiar a consolidação inclusive de algumas dessas atividades.

A Senadora inclusive teve um papel importante na mobilização das lideranças regionais e na negociação com o Sudam e com o BASA, de tal maneira que o projeto acabou sendo aprovado no plenário do Conselho Deliberativo da Sudam. Foram criados alguns mecanismos, inclusive com a participação efetiva da nossa Secretaria, de forma a poder transformar em realidade essa linha de crédito.

Obviamente, encontramos – e ainda as temos – algumas dificuldades operacionais na medida em que o banco não estava muito habituado a trabalhar com esse tipo de apoio. Mas estamos montando toda uma estrutura de apoio técnico, de maneira que a população dos mini e pequenos produtores possa ter acesso a essa linha de crédito.

Algo que também coloquei nas pastas é a experiência que também vem sendo desenvolvida no âmbito do nosso Ministério, com apoio do Programa Nacional do Meio Ambiente, são os chamados Projetos de Execução Descentralizada.

Eu tenho o conjunto dos projetos que estão sendo executados na Região Amazônica desde o ano passado envolvendo, no momento, não todos os Estados, porque nem todos eles se credenciaram. Mas cinco Estados da Região Amazônica já vêm sendo beneficiados por esse apoio, que se destina fundamentalmente às prefeituras, através de uma articulação com os próprios Estados. Isso também envolve uma mobilização de cerca de US$10 milhões. Tenho aqui uma descrição de todos esses projetos, como é o caso do Acre, na Prefeitura Municipal de Bujari, a Prefeitura Municipal do Rio Branco, Acrelândia.

Por exemplo, em Acrelândia, recuperar e incorporar ao sistema produtivo 400 hectares de áreas degradadas de forma econômica e ambientalmente sustentável; na Prefeitura de Senador Guiomar Santos; na Prefeitura Municipal de Xapuri, um programa na área de ecoturismo e sistemas agroflorestais; um conjunto também importante de projetos no Pará, envolvendo a Prefeitura Municipal de Uará, Santa Bárbara do Pará, Marabá e Irituia, Abaetetuba; implantar sistemas agroflorestais e beneficiamento de produtos naturais, em pontas de pedras, também o uso de produtos naturais, Rondônia e Amapá.

Esse é um outro conjunto importante de possibilidades. Esses programas continuam em execução, tanto o PDA quanto o PED. E mesmo o PDA, a que me referi agora há pouco, que vem apoiando iniciativas emanadas da sociedade civil organizada, pode apoiar também, e já vem fazendo, algumas iniciativas das prefeituras, principalmente daqueles municípios de menor porte.

Coloquei também nas pastas, ainda dentro dessa linha de apoio às populações tradicionais, algumas informações sobre o PRONAF, Programa Nacional de Agricultura Familiar. Esse programa foi lançado recentemente, tem uma seleção portfólio de municípios da Região Amazônica em que haverá uma ação particular do Programa Nacional de Agricultura Familiar, que vem sendo conduzido pelo Ministério da Agricultura já com um grande elenco de municípios selecionados na Região Amazônica.

Fora isso, também estamos deixando informações referentes à diretriz de integração interna-externa, ou seja, a segunda grande vertente da política integrada refere-se a toda questão voltada ao transporte, energia e telecomunicações. Então temos informações aqui atualizadas sobre as ações que vêm sendo tomadas nesse sentido, particularmente no que se refere à energia, não só o projeto de viabilização do gás do Urucum, que vai mudar significativamente o quadro da Região Amazônica, reforçando inclusive a opção que se começa a fazer sobre a utilização das hidrovias, na medida em que o transporte do gás será feito através de barcaças criogênicas, utilizando então todo o nosso sistema hidroviário.

Fora isso, também deixamos aqui uma informação sobre um programa extremamente interessante que vem sendo conduzido nesses dois últimos anos, que é o PRODEEM – Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios. É um programa coordenado pelo Departamento Nacional de Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, que visa, na realidade, dotar aquelas populações mais distantes, mais isoladas, que não serão atendidas por nenhum desses mecanismos macroenergéticos.

Eu diria que, até mesmo pelo gás, haveria dificuldade de fazer chegar um microssistema energético a algumas populações, para as quais está-se buscando soluções engenhosas, uma tecnologia de baixo custo, de um modo geral a unidade na qual você investe US$30 mil ou US$50 mil e chega a atender a 500 pessoas.

Esse projeto já tem talvez 200 ou 300 unidades em andamento, mas muito poucas na Região Amazônica. Então, estamos celebrando agora ainda nesse mês um convênio da nossa secretaria com o Departamento Nacional de Desenvolvimento Energético, de tal forma a desenvolvermos de uma maneira associada os dois Ministérios e uma participação dos Estados da Região Amazônica, e mesmo daqueles municípios que estejam interessados, de tal maneira que possamos viabilizar um conjunto grande desses microssistemas energéticos que têm por objetivo fundamental o desenvolvimento social e o desenvolvimento econômico, com a utilização de células fotovoltaicas, ou seja, a utilização da energia solar, em algumas situações, da energia eólica, como já vem sendo utilizada em algumas localidades da costa amazônica, como é o caso da Ilha de

Marajó, e ainda, a utilização da biomassa, muitas vezes utilizando até o rejeito, a sobra de alguns produtos florestais. Para isso, já existe tecnologia disponível, quer dizer, trata-se de uma questão realmente de decisão política no sentido de implementar algumas dessas unidades.

Estamos analisando o conjunto dos projetos demonstrativos, uma vez que muitos deles demandam, para que possam ser bem sucedidos, unidades energéticas. Esses projetos, inclusive, estão sendo analisados de tal maneira a poderem vir a ser atendidos a curto prazo.

No que se refere à questão dos transportes, estamos deixando também uma informação, aliás há uma publicação da Presidência da República sobre o Projeto Brasil em Ação, de que destacamos aquelas ações que se referem especificamente à região amazônica. Este era um assunto sobre o qual eu iria realmente discorrer, dizendo quais são as ações previstas para a região amazônica, como é o caso do próprio Gás Urucu; a viabilização da pavimentação da BR-174; a hidrovia do rio Madeira, etc.

Essas ações implicam, na realidade, a definição de um certo macrozoneamento da região amazônica. São verdadeiros eixos de desenvolvimento aos quais gostaríamos de dedicar oportunamente algum tempo, discutindo esse aspecto todo de infra-estrutura e de articulação interna e externa.

Outro material que estamos deixando para os senhores diz respeito ao esforço que está sendo feito no que se refere à implantação de novos ramos importantes do ponto de vista econômico da região amazônica, ou seja, oportunidades de investimentos nessa região, mas que tenham repercussão social e que não sejam danosos ao meio ambiente.

No próprio documento de política, já sinalizávamos algumas delas. Mencionávamos o aproveitamento dessa fantástica riqueza da biodiversidade, ou seja, de nossos produtos naturais. Nesse sentido, vimos discutindo, desde o ano passado, inclusive com a própria Federação das Indústrias da Amazônia, a possibilidade de começar a criar realmente empreendimentos envolvendo principalmente micros e pequenas empresas no aproveitamento de produtos potenciais da Amazônia. Também está na pasta dos senhores essa publicação - Produtos potenciais da Amazônia: Opções de Investimentos em Produtos Florestais não madeireiros. Esse é um trabalho que se originou no Sebrae/Acre, a que nos associamos de tal maneira a fazer um levantamento de um número maior de produtos que possam ser utilizados. Isto aqui na realidade é uma síntese. O Sebrae do Acre publicou 12 portfólios, ou seja, para cada um desses produtos temos uma publicação que engloba desde o cultivo até a implantação de empreendimento e a especificação dos financiamentos que esses produtos poderiam ter. Aqui relacionamos andiroba, copaíba, urucu, acerola, guaraná, plantas ornamentais, açaí, cupuaçu, pupunha, a castanha-do-brasil – agora não é mais a castanha-do-pará nem da Amazônia – o camo-camo e couro vegetal.

Então, está à disposição dos senhores essa publicação já com alguns desdobramentos interessantes. Já há iniciativas no Pará, por exemplo, da criação de uma fundação de aproveitamento de produtos naturais. Trata-se de uma iniciativa do Governo do Estado com a Cia. Vale do Rio Doce, de tal maneira a estimular não só as atividades de pesquisa como realmente de empreendimentos pequenos na área de aproveitamento de produtos da Amazônia.

Há muita gente ganhando dinheiro com nossos produtos. Então, a grande preocupação é a internalização dessas atividades na própria região. Aqui está, inclusive, o couro vegetal, que é também uma experiência interessante que está sendo desenvolvida no Acre.

Ainda dentro dessa linha de implantação de novas áreas, temos trabalhado de maneira bastante dura no fundo em uma questão relacionada ao eco-turismo. Inclusive, durante a visita do Presidente a Manaus, no ano passado, lançamos aquele documento da política nacional para o eco-turismo.

A partir daquele momento, a nossa Secretaria recebeu uma delegação do próprio Governo, a fim de conduzir e de dar desdobramentos àquela política de eco-turismo, ação que nós temos desenvolvido em articulação com a Embratur, com a participação também da Sudam, de tal maneira que deixamos na pasta dos senhores ampla informação sobre as ações que vêm sendo desenvolvidas na área do eco-turismo, inclusive com a realização de um grande número de oficinas de capacitação em eco-turismo.

No ano passado realizamos nove oficinas. O Sr. Paraguassu é nosso diretor nessa área de turismo e vem coordenando essas ações. Realizamos ano passado, em cada Estado, oficinas para capacitação em eco-turismo abertas a empreendedores, planejadores, consultores, hoteleiros organizações não-governamentais, população em geral, etc. A aceitação foi tão grande que, neste ano, resolvemos ampliar a oferta para 15 por Estado começando a oferecê-la em vários Municípios que os próprios Estados selecionaram como importantes para o desen-

volvimento de atividades de eco-turismo. E mais: estendendo-se este ano a áreas indígenas por solicitação de algumas lideranças indígenas, que vislumbram o eco-turismo como uma das possibilidades interessantes a serem conduzidas por eles mesmos também em reservas extrativistas.

Segunda-feira próxima, inicia-se em Xapuri uma oficina de capacitação, tendo em vista a possibilidade de essa reserva extrativista agregar-se à atividade como forma geradora de renda e ampliadora de possibilidades de emprego.

Realmente, essas ações na área de eco-turismo avançaram significativamente. Apresentamos no mês passado uma carta-consulta ao Banco Interamericano de Desenvolvimento solicitando recursos da ordem de R$230 milhões, ou seja, R$30 milhões seriam recursos que solicitávamos para 1997 de tal maneira a nos possibilitar a elaboração dos planos de eco-turismo para cada um dos Estados da região amazônica. Obviamente isso vem sendo conduzido de forma absolutamente participativa, em parceria com os Governos dos Estados e com a participação do setor empresarial. Vislumbramos o eco-turismo como uma possibilidade extremamente interessante, se bem conduzido, se bem planejado. Temos exemplo do eco-turismo como atividade predatória em locais onde não foi desenvolvida com o devido planejamento, de modo que estamos conduzindo esse processo de maneira bastante cuidadosa, cercando-nos do que há de mais competente nessa área. Juntamos também algumas informações nas pastas referentes ao manejo florestal. Estamos com instrumento no âmbito do programa piloto do chamado PPG-7, uma ajuda dos sete países desenvolvidos, consolidando agora um projeto de apoio ao manejo florestal na Amazônia. Sabemos que temos uma vocação florestal extraordinária e que a madeira será cada vez mais um dos produtos importantes. Começa a haver uma demanda maior em função da própria exaustão da madeira em nível mundial principalmente na Ásia.

Então, a Amazônia certamente será uma produtora importante da madeira. Se soubermos utilizar a madeira de uma forma inteligente, por meio de um manejo florestal sustentável, essa, sem dúvida, deverá ser uma atividade de grande envergadura na Região Amazônica. Estamos concluindo um projeto nessa área de manejo florestal com apoio a algumas iniciativas promissoras na região. Fizemos uma seleção. Depois de ampla análise das atividades de manejo, selecionamos 23 experiências, que estão relatadas. São vários Estados; cobrimos praticamente todos os Estados da região amazônica. Trata-se de uma experiência que acreditamos valer a pena apoiar e reproduzir. Indica a sinalização: "Sabendo usar não vai faltar".

Essa publicação colorida é uma informação atualizada sobre esse programa piloto para proteção das florestas tropicais. Esse é um programa que eu gostaria de mencionar, porque tem sido alvo de muitas críticas e de desinformações. Trata-se de uma iniciativa dos Governos dos sete países desenvolvidos, numa reunião de cúpula realizada em junho, ou julho, de 1990 em Houston. Falavam, naquela ocasião, de uma recurso, sob a forma de doação, de cerca de U$1,6 bilhão e de uma série de ações a serem desenvolvidas na região amazônica visando principalmente à proteção da floresta.

O Governo brasileiro aceitou o desafio e começou a montagem de projetos ao longo dos anos de 1991 e 1992, com muita dificuldade. Foi aquela fase de muita conturbação política que levou ao **impeachment** do Presidente Fernando Collor. Nesse período o Ministério do Meio Ambiente teve, pelo menos, seis Ministros. Era muito difícil consolidar um programa.

Esse programa finalmente foi consolidado e é importante para a região. Procuramos evitar aquele viés que no início parecia ter, ou seja, um programa que pretendia apenas se preocupar com a questão da preservação, imaginando a Amazônia como floresta e esquecendo as pessoas. Não diria que esse programa está em pleno funcionamento, mas dois terços dele está em andamento. Os projetos demonstrativos, a que me referi ainda há pouco, têm financiamento por essa via.

Outro subprograma importante, que está sendo desenvolvido com esse apoio, é o fortalecimento dos Estados da região amazônica no que se refere à sua capacidade de planejamento e de gestão, particularmente a gestão ambiental, uma gestão que leve ao desenvolvimento sustentável.

Os Estados já vêm recebendo apoio para ampliar sua capacidade de planejamento e para equipar-se melhor, inclusive para que os próprios Estados possam fazer o zoneamento econômico e ecológico.

Outro componente também importante do programa piloto é o fortalecimento das instituições de ciência e tecnologia da Região Amazônica, particularmente o INPE em Manaus e o Museu Goeldi estão recebendo um aporte considerável de recursos para permitir a melhoria da sua infra-estrutura. Afora isso temos um sistema competitivo por meio de edi-

tais públicos em que as instituições de pesquisa da Região Amazônica concorrem a financiamentos em áreas que consideramos importantes, áreas socioeconômicas, de estudo de ecossistema e aproveitamento de sustentável de recursos naturais. Temos já 23 projetos sendo apoiados envolvendo o Sistema Embrapa, envolvendo as universidade, enfim, envolvendo algumas vezes até organizações não-governamentais que desenvolvem pesquisa, como é o caso, por exemplo, no Pará, do Imazon, também aprovou projetos. Ou seja, reputamos que esse apoio à ciência e tecnologia fundamental, porque o desenvolvimento sustentável vai depender em grande parte desse conhecimento que é gerado nas nossas instituições.

Então, diria que, em linhas gerais, é esse o material que estamos trazendo e colocando à disposição, obviamente gostaríamos de ter uma oportunidade para discutir esse portfólio grande e projetos, as dificuldades que estamos encontrando em implementar, do ponto de vista inclusive orçamentário, quer dizer, hoje, em grande parte os recursos que estamos mobilizando são externos. O nosso orçamento nos permite apenas algumas ações específicas, complementares, onde vamos buscar parcerias. Exemplificaria algumas delas, no Acre, no ano passado, inauguramos o Parque Chico Mendes numa parceria com a Prefeitura de Rio Branco. Esses recursos são externos, esse portfólio do PDA faz parte desse conjunto do programa piloto, são 22 milhões que temos para esse período de 95 a 97, que está nos dando um fluxo por ano da ordem de 8 milhões, já gastamos 10 milhões agora.

São recursos que vêm do grupo dos sete países desenvolvidos, agora, por meio de um processo, antes estava passando pelo Banco Mundial, que foi escolhido pelo grupo dos sete países para ser o operacionalizador desses recursos. O que diria, aliás tenho insistido nesse ponto, foi um erro do Governo brasileiro ter aceito esse tipo de interveniência, porque o Banco não está colocando dinheiro dele, pelo contrário, tira para administração desses recursos. Então, as operações novas, um novo fluxo de recursos da União Européia para o projeto demonstrativo, estamos fazendo uma operações direta com o Banco do Brasil, que é o agente financeiro que celebra o contrato com as associações. Se recebemos uma demanda de projetos de fluxo contínuo provenientes ou das prefeituras ou dos sindicatos ou das associações, temos uma comissão de projetos, nessa comissão tem assento a sociedade civil organizada, ou seja, o próprio grupo de trabalho amazônico que escolhe três de seus membros para fazer parte da comissão do projeto, o Governo também entra com três representantes e esses projetos são analisados. Por exemplo, já tivemos uma demanda de mais de 200 projetos dos quais aprovamos os primeiros 69 projetos para a Região Amazônica. Assim que é aprovado, repassamos os recursos para o Banco do Brasil, que faz um contrato com essa associação comunitária. Inclusive são recursos a fundo perdido, fundo perdido é modo de dizer, são recursos concessionários, mas que começam a ter um impacto importante na Região Amazônica. A razão pela qual estamos acionando, principalmente o Banco da Amazônia ou mesmo o Banco do Brasil, é porque gostaríamos que esses bancos começassem a ter uma política para a Amazônia, uma política pública que desse apoio a essas iniciativas. O Prodex já vem nessa direção, ou seja, fornecer crédito para o pequeno, para aqueles que efetivamente precisam. Então, esses 69 projetos já sinalizamos para o Banco que eles vão precisar de apoio durante dois, três anos. Para dar sustentabilidade a esses projetos é preciso que o setor dos bancos oficiais defina linhas de crédito que possam dar suporte a essas atividades que, conforme viram, cobre desde utilização, beneficiamento de produtos naturais, castanha, borracha, pupunha, cupuaçu, como a questão da pesca, a pesca artesanal, piscicultura, apicultura, quer dizer, tem um portfólio imenso de ações que estão lá, a população está desenvolvendo a duras penas na ponta. Como fazer chegar esses recursos na ponta? Essa, diria, é uma primeira experiência interessante de fazer esses recursos chegarem na ponta.

Queria relatar para V. Exªs uma das dificuldades que tivemos ano passado. A primeira rodada de análise de projetos, tínhamos 20 e poucos projetos e não aprovamos nenhum. Os projetos eram ruins – primeiro porque eram poucos – e de baixa qualidade. De baixa qualidade não porque o indivíduo não estivesse fazendo seu trabalho de piscicultura; mas porque ele tinha dificuldades inclusive de formular a sua proposta para poder solicitar recursos do Fundo.

Isso envolveu da nossa parte imenso esforço. Fizemos cerca de oitenta treinamentos na região, não na cidades, mas lá no interior, onde as experiências estão acontecendo. O resultado disso é que, nos meses seguintes, passamos a ter uma demanda significativa de propostas de muito bom nível. Hoje estamos convencidos de que o setor público – Governo federal e estadual -- precisa fazer imenso esforço de capacitação da sociedade civil, para que ela possa até mesmo concorrer. É o mesmo fenômeno

que está ocorrendo com o Prodex. Se não fizermos um esforço grande no sentido de capacitar as próprias associações comunitárias, elas vão ter imensa dificuldade em concorrer com recursos. É isso que estamos fazendo. Criamos uma comissão de acompanhamento, que presido, e há um grupo técnico, do qual faz parte a própria sociedade civil organizada, o Conselho Nacional dos Seringueiros, o CNPT – Conselho Nacional de Populações Tradicionais -, além de nós mesmos, de tal maneira a dotarmos realmente essas associações de meios de disputa.

Em linhas gerais, eram essas as informações, todas absolutamente documentadas. Espero na próxima oportunidade trazer, já editado esse conjunto de informações, que é extremamente rico, proveniente dos Ministérios e dos Estados. todos os Estados da região amazônica fizeram um trabalho exaustivo de definir as suas ações e compatibilizá-las com a política. Temos ainda algumas deficiências em Ministérios, pois leva tempo até que eles respondam e se preocupem em termos de definir realmente políticas públicas coerentes. De alguns estamos cobrando que os dados ainda são insuficientes e ao mesmo tempo solicitando uma ação mais efetiva em termos da região.

Também temos informações interessantes na pasta sobre telecomunicações. Elas mostram o quanto está avançando essa área. Juntamos também alguns dados sobre o programa educação a distância. Quanto ao Projeto TV-Escola, também juntamos algumas informações sobre o que vem sendo feito para equipar as escolas. É um projeto de âmbito nacional e que tem uma ação interessante na região amazônica.

Agradeço a atenção.

Fico à disposição de V. Exªs em qualquer momento que julgarem oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Agradeço ao Dr. José Seixas Lourenço a exposição que acabou de fazer. Vamos reservar-nos para, no início da próxima sessão legislativa, assistir à exposição mais detalhada que pretende fazer perante esta Comissão.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Ademir Andrade, para suas considerações a respeito do que acaba de ser exposto pelo Dr. Seixas Lourenço.

O SR. ADEMIR ANDRADE – Agradecemos a presença do Dr. Seixas Lourenço.

O que percebemos é que o Conselho está criado, está funcionando, tem uma formulação política, que combina muito com o que pensamos, está muito associado à questão do desenvolvimento auto-sustentado. No entanto, percebemos que entre essa formulação política feita pelo Conselho e a realidade prática do próprio Governo, do próprio Poder Executivo, seja em âmbito federal, seja em âmbito dos Governos Estaduais, há uma distância enorme. Creio que devemos trabalhar – talvez seja essa uma função importante desta Comissão – para ressaltar esse trabalho que está sendo feito. Julgo que devemos dedicar um pouco do nosso pequeno recesso para leitura e análise desses documentos e nos somar, pois as idéias apresentadas coincidem com as nossas, pelo menos com o que a maioria dos membros desta Comissão entendem de uma política para a Amazônia.

Então, vamos analisar profundamente esses documentos. Penso que deve ser um trabalho nosso -- repito – fazer com que essa vontade estabelecida passe a ser uma prática por quem de fato tem que agir no processo, que é o Poder Executivo em nível federal e, principalmente, em nível dos Estados e dos Municípios da Amazônia.

Agradeço a presença de V. Sª. Considero que deve ser uma das primeiras exposições da próxima legislatura, e talvez estejamos mais embasados para aproveitar melhor ainda o trabalho que vem sendo desenvolvido pelos senhores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Tem a palavra a Senadora Marina Silva.

A SRA. MARINA SILVA – Na próxima vinda do Dr. Lourenço, formularemos alguns questionamentos, para que os demais colegas que hoje não puderam estar presentes possam partilhar.

Tenho dito que há um processo diferente acontecendo no Brasil. Concordo inteiramente com o Senador Ademir Andrade quando diz que existem programas, existem propostas e ainda não conseguimos, sequer, esboçar o aflorar dessas propostas, até porque são piloto, são experiências iniciais. Mas tenho percebido e registrado que, se antes essas propostas pareciam discurso de ecologistas, de grupos marginais da sociedade, que eram contra o progresso, como éramos taxados, hoje elas fazem parte dos programas, das políticas oficiais do Governo. Isso é um avanço que não posso deixar de registrar.

Hoje há um esforço muito grande no sentido de fazer os segmentos organizados da sociedade entenderem. Os movimentos sociais já o entenderam, boa parte de técnicos do governo, de pessoas que se constituem aliados dessas propostas também entenderam. O nosso grande desafio é fazer com que os setores de mando do Governo Federal, aqueles

que têm possibilidade de colocar nas políticas públicas, em termos de planejamento macro, aqueles que fazem as dotações orçamentárias, entendam essas propostas, para que sejam viabilizadas, não mais em nível do alternativo, do marginal, mas como políticas oficiais de governo, com recursos e com atenção para que aquilo que se produz com muito esforço não seja apenas volume que não conseguimos tirar das prateleiras.

Há um esforço também para convencer os setores empresariais da nossa região. Esse portfólio produzido no Sebrae do Acre, agora reproduzido nesta versão resumida, é um grande trabalho do Dr. Gilberto Siqueira quando coordenou essa equipe, para que pudéssemos mostrar às pessoas que é possível ter algum tipo de retorno econômico praticando atividades não danosas ao meio ambiente. Temos a concepção de que a floresta da Amazônia deve ser potencializada, porque é como se fosse um presente de Deus. É um roçado que não precisamos plantar. Já foi plantado por Deus, e caberia a nós, inteligentemente, tirar dele o necessário para sobreviver e viver com dignidade.

Quero parabenizar o esforço da coordenadoria, bem como o de todos que trabalharam para viabilizar essas propostas, para sistematizá-las.

De minha parte, tenho feito de tudo para que possamos colocar coisas em três dimensões na Amazônia, dizendo: isso aqui dá certo dessa forma, porque lá, naquele canto, no RECA está dando certo, no Poema(?)está dando certo, nos sistemas agroflorestais está dando certo.

O Prodex requereu um esforço muito grande, envolveu minha atuação aqui no ano passado e também a atuação do Governador do Amapá, do Governo de Rondônia, do Dr. Seixas Lourenço, a sensibilidade da Drª Flora Valadares, porque não foi fácil convencermos os técnicos. Agora, estamos tentando simplificar as normas operacionais do Prodex, para que as pessoas possam ter acesso ao crédito. Parece que não é nada, mas são R$24 milhões para essas atividades, enquanto que os sete países ricos só estão alocando, por ano, R$8 milhões. É uma conquista muito grande. Tenho assumido como um trabalho, além do processo legislativo, fazer coisas para que possamos dizer: a Amazônia não é um problema; é uma solução, e possamos apresentar essa solução não apenas para a Amazônia, mas para o Brasil.

Sempre digo que somos o cartão de visita do Brasil no Primeiro Mundo. A partir de iniciativas como essas, poderemos mostrar nossa cara no Primeiro Mundo, fazendo o que eles não foram capazes de fazer: desenvolver sem causar danos ao meio ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Desejo registrar a presença do professor Marcos Ximenes, Reitor da Universidade Federal do Pará, a quem saudamos e desejamos boa estada em nossa Comissão e no Congresso Nacional.

Passo a palavra ao Dr. José Seixas Lourenço para suas considerações finais.

O SR. JOSÉ SEIXAS LOURENÇO – Para finalizar, gostaria de destacar a importância do trabalho em parceria. Desde que assumimos procuramos desenvolver essas parcerias, seja em nível de Governo dos Estados, seja em nível da sociedade civil organizada, seja em termos da comunidade científica. É fundamental contarmos com esse trabalho conjunto com o Congresso Nacional.

Tive oportunidade de participar, desde a primeira reunião, da Bancada Parlamentar da Amazônia no final de 1994 e início de 1995, em Belém.

Por ocasião do II Encontro da Bancada Parlamentar, ocorrido em Porto Velho em junho último, foi elaborado um documento denominado "Carta de Porto Velho", assinado por todos os Parlamentares da região que destacavam, inclusive, a necessidade de prever-se uma política nacional integrada para a Amazônia.

Grande parte das sugestões e recomendações feitas foram incorporadas em nossa política federal com vista ao que fora solicitado naquele encontro. É de extrema importância uma Comissão para a Amazônia no âmbito do Senado Federal; melhor, ainda, se o fosse em caráter permanente. Ontem, tivemos a notícia de que a Câmara dos Deputados já possui a sua. A criação desses fóruns é de grande relevância.

Estaremos sempre à disposição de todos. Ressalte-se, inclusive, que nossa Secretaria de Coordenação da Amazônia é constituída por um grande número de pessoas do próprio lugar, o que a deixa mais sensível às questões que nos são entregues. Não é à toa que, em nosso meio, elas afloram com enorme vigor, auxiliar do-nos a todos em nosso desenvolvimento social e econômico.

Para finalizar, aproveito esta oportunidade para convidar o reitor e outras pessoas da universidade para o lançamento de um livro que reputo de grande importância. São dois volumes que tratam da energia desta nossa região, que reuniu um grande número de especialistas nas áreas social, tecnológica e ambiental.

Desta forma, peço ao Professor Marcos Ximenes, um dos responsáveis pela coordenação desse trabalho, que venha à mesa para apresentar suas considerações sobre esta obra e sua importância para o meio científico e para a comunidade amazônida.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra ao Professor Marcos Ximenes, Reitor da Universidade do Pará.

O SR. MARCOS XIMENES – Bom dia a todos. Quero cumprimentar o nobre Presidente desta Comissão, Senador Nabor Júnior, os Srs. Senadores, o professor José Seixas Lourenço, Secretário de Assuntos da Amazônia, ex-Reitor da Universidade Federal do Pará.

É oportuno dizer que o lançamento desta obra sobre energia na Amazônia decorre de um seminário internacional, promovido pela Universidade Federal do Pará, tendo a participação de várias instituições de pesquisa do Brasil e de outros países. Um trabalho em que há também a participação Associação das Universidades da Amazônia, entidade que congrega todas as instituições de pesquisa da pan-amazônia, fundada e dirigida pelo professor Seixas Lourenço. Não se pode esquecer, evidentemente, a participações da Universidade Federal do Pará, do museu paraense Emílio Goeldi e da Unamaz. Estas são as instituições responsáveis pela edição desta obra.

É uma obra que trata da questão energética da Amazônia em seu aspecto mais amplo: dos sistemas energéticos alternativos até às implicações dos grandes sistemas instalados para as populações locais. É uma obra volumosa que abarca a temática da energia por diversos ângulos. Creio que será de uma grande contribuição a todos que se interessem por esse problema.

Aqui há uma contradição muito grande entre a enorme disponibilidade energética, tanto do ponto de vista mais explícito – como a que trata do trabalho nos seus recursos hidráulicos – até às energias implícitas, oriundas de seus rios, mananciais, florestas e solo. Essas questões estão aqui tratadas por grandes especialistas brasileiros e internacionais.

Louvo o esforço da Unamaz, do Museu Goeldi e de tantos outros no esforço desta publicação, inclusive tendo sido sua organização feita pela professora Sônia Magalhães, proveniente daquela instituição e da professora Edna Castro, da Universidade Federal do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Professor, gostaríamos de agradecer a sua presença aqui, assim como o lançamento do livro aqui na nossa Comissão, que trata da energia na Amazônia.

Agradecemos ainda ao Dr. José Seixas Lourenço pela, embora breve, muito substanciosa exposição que acaba de fazer à Comissão. Nos reservamos para convidá-lo em outra oportunidade, a fim de que possa expor, com mais disponibilidade de tempo, as atividades do órgão que V. Sª dirige, o Ministério do Meio-Ambiente e da Amazônia Legal.

Muito obrigado a todos. Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h13min.)

1ª Reunião realizada em 6 de março de 1997.

Aos seis dias do mês de março de um mil novecentos e noventa e sete, às dez horas e vinte e nove minutos, na Sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, do Senado Federal, reúnem-se os Senhores Senadores Ademir Andrade, Jefferson Péres, José Bianco, Nabor Júnior, Sebastião Rocha, e Coutinho Jorge, membros da Comissão "Amazônia Urgente". Abertos os trabalhos, o Senhor Presidente, Senador Nabor Júnior, passou a palavra ao depoente Dr. Eduardo Martins, Presidente do Ibama, para fazer uma exposição sobre o acesso às florestas tropicais da Amazônia. O expositor teceu comentários, mostrando vários aspectos, inclusive comparativos, com outras regiões de outros países, discernindo sobre o abastecimento de matéria-prima, sobre o beneficiamento, como funcionam as exportações etc. A seguir a Presidência passou a palavra ao Relator Ademir Andrade que questionou o expositor em vários aspectos, sendo que suas perguntas foram respondidas com clareza, demonstrando o ponto de vista do Ibama na atualidade. Em prosseguimento questionou ao expositor os Senhores Senadores Jefferson Péres, Flaviano Melo, Coutinho Jorge e José Bianco que discorreram sobre o que pensam e quais são suas preocupações com relação ao tema, com indagações objetivas, que foram respondidas paulatinamente. Presente à reunião o Deputado Antônio Feijão, a quem foi dada a deferência de questionar o expositor no que tange à questão ambiental na Amazônia, obtendo respostas convincentes. Voltou a questionar o expositor o Sr. Relator sobre aspectos que não ficaram bem elucidados, inclusive sobre a questão da privatização da Companhia Vale do Rio Doce, de como ficaria um convênio que o Ibama tem com aquela Companhia, sendo respondido que não sabia explicar com precisão. Pelo Sr. Relator foi sugerido para a próxima reunião que fos-

sem convidadas as pessoas indicadas pelo falecido Senador Darcy Ribeiro para dirigirem o Projeto Caboclo, o que foi aprovado por unanimidade e não havendo mais a tratar, encerra-se a presente reunião, e para constar, eu, Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte da mesma. – **Nabor Júnior.**

Presidente: Senador **Nabor Júnior**
Relator: Senador **Ademir Andrade**

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Declaramos instalados os trabalhos desta reunião, que é a primeira reunião da nossa Comissão neste ano legislativo de 1997.

Temos a satisfação de contar com a presença aqui do Dr. Eduardo Martins, Presidente do Ibama, que vai fazer uma exposição sobre o acesso às florestas tropicais da Amazônia.

O Dr. Eduardo, gentilmente, atendeu ao nosso convite e tenho a honra de passar a palavra à S. Exª, para que faça a sua exposição a respeito deste importante tema para a nossa Região.

O SR. EDUARDO MARTINS – Muito obrigado, Senador Nabor Júnior, que preside esta Comissão, Srs. Senadores, Senador Ademir Andrade, este tema é extremamente relevante, uma vez que a atividade madeireira na Amazônia alcança uma importância econômica cada vez maior.

Essa importância econômica diz respeito, primeiro, à contribuição que a Amazônia dá hoje ao consumo madeireiro de florestas tropicais no Brasil. A estimativa – e aí começam os nossos problemas; existem poucas estatísticas organizadas neste setor -, é que 90% da madeira de origem nativa, a madeira dura, a madeira nobre consumida no Brasil provém daquela região. É fácil testar isso; se consultamos qualquer madeireira, desde de Porto Alegre ou qualquer cidade do Centro-Sul, vamos ver que o universo das espécies disponíveis são da Amazônia.

Ao mesmo tempo que a atividade madeireira na Amazônia já supre o Brasil com essa matéria-prima, temos uma contribuição crescente da madeira da Amazônia para o mercado internacional. Essa contribuição crescente sinaliza para um cenário onde a grande possibilidade que temos, a grande alternativa que temos para manutenção da produção de madeira no mundo é a Amazônia não só brasileira, mas a pan-amazônica. Se reunimos a Amazônia brasileira mais a Amazônia dos outros países da América do Sul teremos aí dois terços dos remanescentes de florestas tropicais do mundo.

Ao mesmo tempo em que temos esse quadro de cenário internacional de disponibilidade de matéria-prima, temos um quadro onde as florestas do Sudoeste da Ásia, as florestas africanas e da América Central vêm num processo de esgotamento. As florestas da América Central já sofreram uma diminuição bastante larga, bastante ampla, no passado. As florestas africanas, até em razão da fragilidade das economias desses países, têm feito com que os países vendam as suas florestas inclusive com preços aviltados.

E os países do Sudeste da Ásia, com bastante destaque para a Malásia, que controlam 80% do mercado internacional dessa matéria-prima, o que envolve aí em torno de US$12 bilhões por ano, hoje conseguem abastecer o mercado mundial somente em 50% com seus estoques. Isso envolve em torno de 18 milhões de metros cúbicos de madeira. E essa outra metade vem sendo buscada por esses países, por essas empresas, na África, na América Central e na América do Sul no sentido de atender aos contratos de longo prazo que eles mantém com os países desenvolvidos. Então, temos um cenário onde a pressão por florestas na Amazônia deve crescer e deve também aumentar a contribuição da Amazônia em termos de abastecimento no mercado internacional.

Esse cenário é bastante preocupante, quando examinamos o funcionamento da atividade madeireira na Região. Obedecendo a diferentes circunstâncias, mas a atividade madeireira na Região se estabeleceu vinda de um processo de exploração madeireira, que aconteceu em outras regiões do País, como no Paraná, no Espírito Santo, na região de Mata Atlântica. Esses madeireiros se estabeleceram na região e se serviram, sobretudo, da madeira proveniente da abertura e do processo de colonização da Região.

O abastecimento de matéria-prima, portanto, sempre acompanhou a abertura de infra-estrutura, a abertura de estrada principalmente e os assentamentos humanos, seja os implementados pelo Incra ou seja por atividades de conversão para pastagens, muitas vezes, fazendo um aproveitamento de madeira, pequeno, baixo, com poucas espécies, com alto desperdício etc.

Essa atividade, ainda, se caracteriza por um índice de desperdício que, na floresta, envolve mais ou menos o seguinte desenho – isso para condições, por exemplo, de Paragominas: para cada árvore co-

mercial adulta, efetivamente explorada, são destruídas outras 30 árvores que teriam potencial comercial. Ou seja, a extração da madeira se faz com grande desperdício e com grandes problemas para a Floresta Amazônica; o que fica, normalmente, é uma floresta descapitalizada do ponto de vista florestal.

Se analisarmos o beneficiamento na indústria – aqui está o Senador Flaviano Melo, que, quando Governador do Acre, fez um grande esforço no sentido de redução de desperdício das serrarias que existiam no pólo industrial de Rio Branco -, verificaremos que ali foram encontrados índices de desperdício da ordem de 50% a 70%, ou seja, a tora que entra, o que é aproveitado efetivamente, é em torno de 30% a 50%.

Além disso, o setor se caracteriza por ser um exportador – aí não só para fora do País, mas para dentro do País também – de uma matéria-prima com beneficiamento primário, sendo que a agregação de valor a essa matéria-prima fora da Amazônia se dá, muitas vezes, na ordem de fator de 10, 20 vezes. Ou seja, o dinheiro que fica na Amazônia é muito pequeno no sentido da riqueza gerada por este bem, por essa matéria-prima.

Esse é um cenário que é preocupante porque a possibilidade de investimento na área florestal na Amazônia nos parece ser algo que é inevitável. Não é possível criar barreiras a fluxos financeiros em sistemas de economia aberta como operamos. Há uma demanda de mercado mundial crescente, do ponto de vista de volume, e que tem preços também que são crescentes. Então, todos esses indícios significam que o País precisa se preparar. E é uma preparação que precisa ser organizada, estruturada em médio e longo prazo, porque é assim que funciona a questão temporal quando se trata de assuntos florestais. Quer dizer, precisamos pensar em médio e longo prazo.

O tema que estamos levantando é tentar fazer com que essa atividade, primeiro, tenha possibilidade de deixar mais recursos na Região. Para isso, é fundamental que a matéria-prima seja processada na Região; que, na Região, nos aproximemos tanto quanto possível dos produtos finais. Segundo, é óbvio que isso envolve uma série de investimentos de caráter industrial, orientação dos incentivos e subsídios disponíveis para uma política da indústria de base florestal nesse sentido, para um esforço de comercialização que desloque esse controle do Sudoeste da Ásia, do ponto de vista do mercado. Envolve uma série de iniciativas. Mas envolve também disciplinarmos o acesso à madeira. Um dos fatores que fazem com que o preço da madeira seja aviltado é a existência de uma oferta muito grande, seja pela geração pelas facilidades de acesso às florestas, seja porque existe ainda um volume razoável de conversão que disponibiliza árvores a custo relativamente baixo.

Umas das possibilidades de interferir nisso é criando o que estamos chamando de escassez relativa, que, em termos econômicos, significa restringir o acesso, fazendo com que o mercado mundial compreenda que esse acesso vai ser organizado para maximizar o valor da matéria-prima na Região.

Uma possibilidade de fazer isso seria fazendo com que as terras públicas na Região, que abrangem uma quantidade significativa de terras na Amazônia, possam ter destinação para exploração florestal. Há uma série de vantagens para isso e uma série de pressupostos que o Brasil terá que organizar para que funcione.

Em primeiro lugar, precisamos ter um fortalecimento da capacidade gerencial do setor florestal na Região – e aí temos um grande trabalho a fazer no âmbito dos Governos Estaduais. Os Estados necessitam de uma boa base, do ponto de vista de norma florestal, e os Estados precisam ter gestores florestais organizados e estruturados.

Cabe também ao Governo Federal um fortalecimento na sua gestão florestal; e aí não é mais a ênfase que vem sendo dada, desde 1989, em torno da questão de controle e fiscalização somente. O controle e a fiscalização precisam ser mais efetivos, mas precisamos, sobretudo, ter uma possibilidade de acesso que discipline a atividade.

A maneira de se fazer isso, a nosso ver, e que estamos propondo, inclusive conduzindo estudos, é no sentido de: primeiro, estabelecer quais seriam as áreas que têm acesso econômico para atividade florestal que acontece hoje na Região, seja de várzea, seja de terra firme. Normalmente, isso é muito complicado porque qualquer acesso à floresta, com mais de 100 quilômetros na unidade processadora, passa a ter dificuldades de raio econômico, do ponto de vista de rendimento, sobretudo quando os custos de acesso na Amazônia são tão caros e complicados devido a fatores climáticos.

Segundo, essas terras precisam ter disponibilidade pública, precisam ser públicas, e precisamos transformar essas áreas, com uma destinação florestal, induzindo que a atividade madeireira, ao invés de fazer uma busca difusa e informal da madeira, se oriente para áreas que estão preparadas e organizadas para essa finalidade.

Esse esforço, inclusive, permitiria que disciplinássemos o capital disponível em nível mundial para acessar esse recurso, porque hoje esse capital tende a reproduzir o mesmo sistema de informalidade que a atividade florestal hoje vivência. Para os senhores terem uma idéia, no ano passado, fazendo uma avaliação dos documentos oficiais que o Ibama disponibiliza para a atividade, cancelamos ou suspendemos 71% dos planos de manejo. Entendo que esse percentual só não foi maior por ineficiência do Ibama, ou seja, a atividade se faz de maneira ampla, em bases informais, e muitas vezes distorcidas.

Há uma dificuldade que agrava o diagnóstico desse problema, que é o comportamento dos preços das terras na Região. Em função do plano econômico e, agora, em função da lei do Imposto Territorial Rural, a nossa expectativa, confirmada já com os preços de terra que temos verificado, é de que a terra vem sofrendo um decréscimo sistemático e consistente e deve alcançar os menores níveis.

É óbvio que a terra disponível para aquisição passa a ser objeto bastante fácil de ser mantido como reserva. Se essas reservas de florestas na Amazônia ficarem, de forma direta ou indireta, na mão do capital que hoje controla o mercado, quem vai fazer a regulação de preços – e o interesse deles é fazer uma regulação de preços da matéria-prima para baixo – são essas indústrias que controlam hoje o mercado.

Então, precisamos ter uma orientação que possibilite a esse capital encontrar um caminho e que isso se dê de uma forma onde a riqueza passiva de ser produzida na Região fique mais na Região.

Portanto, a questão do acesso privado às terras públicas para finalidade florestal é somente um dos elementos que seriam necessários para compor uma política florestal para a Amazônia, cuja tentativa de discussão já houve inúmeras vezes e que agora não tem como mais adiar. Temos que superar uma relação com o setor, sobretudo com o setor nacional da atividade florestal na Região, superar uma relação hipócrita, onde o Ibama oferece documentação, sabendo que essa documentação não está sendo efetivamente cumprida, do ponto de vista da legislação disponível, precisamos atualizar a base normativa da gestão florestal. Para que V. Exªs tenham uma idéia, o chamado Código Florestal, da década de 60, exige um plano de manejo com um grau de complexidade que não é possível de ser realizado na Região – é uma obra mais de ficção do que realidade -; precisamos simplificar os chamados planos de manejo, fazendo com que o conceito de plano de manejo não seja o conceito do manual ideal de engenharia florestal, mas seja aquele esforço de extração que reduz o dano da floresta. Isso é possível com as tecnologias disponíveis, isso é viável do ponto de vista econômico, já demonstrado em mais de dez exemplos que temos na Região; e precisamos preparar a mão-de-obra. Reproduzo aqui um triste exemplo da quantidade de pessoas que faleceram operando motosserra, no último ano, em Rondônia, no total de 30 pessoas, que é um número incrível – não há registro de pessoas que foram mutiladas, mas é um número assustador e precisamos preparar a mão-de-obra – nem o lenhador, para operar uma motosserra, possui preparo hoje. Precisamos preparar desde o motosserrista até o engenheiro florestal que organiza as explorações florestais na Região, e precisamos, sobretudo, de uma política para a indústria de base florestal que agregue mais valor à matéria-prima florestal na Região.

Entendo que isso já foi reproduzido em um artigo que tivemos oportunidade de publicar na **Gazeta Mercantil** e entendemos que essas iniciativas são perfeitamente viáveis se as forças de Governo, nos vários níveis do Poder Executivo e Legislativo se organizarem e se unirem e tiverem uma compreensão comum do que é necessário ser feito.

Era o que tinha a dizer e me coloco à disposição para debates e questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – A Presidência agradece a exposição que acaba de ser feita à Comissão pelo Dr. Eduardo Martins, Presidente do Ibama. Antes de conceder a palavra aos oradores inscritos para intervenções, concedo a palavra ao Relator da Comissão, Senador Ademir Andrade.

O SR. RELATOR (Ademir Andrade) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Dr. Eduardo Martins, tenho acompanhado as idéias do Governo neste setor, inclusive com as posições assumidas pelo Professor José Seixas de Lourenço. Agora, preocupo-me, Dr. Eduardo, com a forma de concretizar essa vontade. A idéia me parece boa, embora não esteja completa, mas a nossa realidade dá a impressão de que essa idéia que se tem é quase impossível de acontecer, ou talvez daqui a 10 ou 15 anos possamos começar a fazer acontecer.

O senhor disse que a atividade madeireira vem acompanhando a ocupação da Região, só que ela vem muito atrás. A ocupação se dá na frente. E, ainda nos dias de hoje, o que observamos é que matas são destruídas e queimadas sem nenhum aproveitamento econômico. O proprietário quer fazer o pasto, derruba a mata completamente, com madeiras no-

bres, e simplesmente toca fogo nelas, porque não é econômico ainda, não há como o caminhão das madeireiras chegar à área para retirar aquela madeira.

Então, a atividade madeireira vem um pouco atrás; ela deveria vir no mesmo patamar, conjuntamente; a sua proposição é no sentido de que ela se adiante ao processo e que reservemos as áreas públicas, que são muitas ainda, para que o Estado seja dono delas, vigie a forma de exploração e permita a exploração, que é totalmente válido, mas as mantenha com suas características básicas e fundamentais.

O que vemos acontecer, agora mesmo na região Sul do Pará, do lado Oeste do Pará, são terras públicas, terras devolutas que pertencem ao Estado do Pará, mas já há a idéia de um projeto de colonização, um estudo, que é o projeto da hidrovia Tapajós e uma cooperativa que já está ocupando essa e a atividade madeireira está vindo atrasada. Muito pior do que o que idealizamos – porque nós também concordamos com essa proposta que está colocada – é alcançar essa realidade, é fazer com que isso se concretize, na medida em que não conseguimos nem aproveitar economicamente o que está sendo destruído para transformar as áreas em pastos ou agricultura.

O que podemos fazer? Como o Governo pode avançar nisso? Da mesma forma que o Governo tem a Secretaria da Amazônia, que idealiza projetos de ocupação com o desenvolvimento auto-sustentado, com exploração dos recursos naturais mas sem danificar o meio ambiente, esse setor do Governo, que tem belíssimos projetos, não tem nenhum apoio financeiro do Governo. Os recursos que são aplicados são em pontos isolados da Amazônia e, normalmente, com recursos de entidades estrangeiras. É como atua o José Seixas Lourenço na Secretaria Executiva da Amazônia.

Então, como é que V. Sª enxerga a possibilidade de o Governo concretizar essa vontade? Essa é uma das questões.

Outra questão é que a exploração está muito associada à propriedade. Quer dizer, como é que o Governo vai conseguir desvincular isso? Como é que o Governo vai chegar agora e dizer: Não, agora essa propriedade é do Estado, ninguém mais entra, ninguém mais ocupa e só vamos entregar essa área à exploração madeireira... E não vi V. Sª falar na exploração do seringueiro, na exploração do castanheiro, na exploração extrativista. Não vi essa colocação.

Essas reservas, essas terras públicas do Estado ou da União vão ser usadas apenas para a exploração madeireira ou também haverá exploração extrativista? Concordo plenamente que se deva agregar mão-de-obra ao produto dessa madeira. Como é que o Governo vai proceder para conseguir isso? O Governo vive incentivando e estimulando a exportação por todas as formas e todos os meios possíveis. Só o Pará, meu Estado, ano passado, exportou 400 milhões de dólares em madeira. Só o Pará. Quase 400, 380 e poucos milhões de reais em madeira bruta, quando muito serrada, mas nada em material acabado.

Quando o próprio Governo estimula esse tipo de coisa, qual é a ação que o Ibama ou o Governo propõe para que se faça com que essa madeira seja industrializada na nossa região? O Ministro Gustavo Krause esteve aqui há poucos dias e, fazendo uma comparação, em termos numéricos, ele disse que pela madeira apanhada na Amazônia, o caboclo dono dela recebe, digamos, um valor exponencial 1; essa madeira chega acabada na Europa, no mercado consumidor ao valor de – gravei bem esse número – 186. Quer dizer, a madeira é tirada e o dono da terra recebe 1; já o cidadão na Europa, pelo produto acabado, recebe 186 x 1, na venda dessa peça originária dessa madeira.

Qual será a ação do Governo? Vemos muita filosofia, muita conversa, muito ideal, muito sonho, mas não percebemos nada para concretizar o sonho, nada. Quero saber como fazer isso.

Finalmente, um esclarecimento de como seria essa entrega ao explorador. As áreas que são públicas, Dr. Eduardo Martins, todas elas estão ocupadas, se existe acesso. Toda área pública para a qual exista acesso, está ocupada; não existe área pública, com acesso rodoviário ou hidroviário – com acesso hidroviário, nos lugares muito distantes, ainda se encontra -, onde exista estrada, que não esteja ocupada. E, às vezes ocupação de décadas. Só existe terra pública não ocupada em área onde ainda não existe acesso.

Qual é a idéia do Governo e do Ibama no sentido de fazer com que a exploração madeireira possa ocorrer nessas áreas? Quem vai fazer o acesso a essas áreas? O Governo vai pagar?

Outra questão que aumenta o custo da exploração madeireira é que não há energia nessas áreas. Em toda essa região, onde existe terra pública não explorada, não há energia nem há a mínima possibilidade de haver, seja hidrelétrica, seja termoelétrica. Como resolver essa questão também?

São as perguntas iniciais que eu gostaria de ouvir de V. Sª.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra ao Dr. Eduardo Martins para responder as interpelações do Senador Ademir Andrade, Relator desta Comissão.

O SR. EDUARDO MARTINS – Muito obrigado.

Temos discutido isso com o setor madeireiro na região. Existe, de certa forma, um consenso no sentido de que organizar as terras públicas seria fundamental para a atividade. A maneira de concretizar passa por várias etapas e vai necessitar de um esforço bastante convergente do Governo e do Legislativo.

A primeira coisa que, no nosso entendimento, é fundamental é que exista um esforço de controle de fiscalização que seja mais eficiente e que reduza a percepção de impunidade de quem faz uma exploração que gera, muitas vezes, no mercado, uma apropriação de madeira, com a qual se tem vantagem; aí haverá uma vantagem competitiva por parte de quem está trabalhando regularmente.

Isso deve acontecer, na nossa avaliação, com um esforço muito grande – na Amazônia, não temos outra solução -, utilizando-se o sensoriamento remoto, e a contribuição que o Sivam dará é fundamental. O Sivam deve trabalhar com uma tecnologia bastante sensível, com uma capacidade de resolução, podendo inclusive identificar a exploração madeireira seletiva. Tivemos oportunidade de testar essa tecnologia, nós a usamos amplamente ano passado. Isso permite um processo de controle macro. É óbvio que a esse controle será necessário ter uma série de iniciativas com capacidade de intervenção no campo e, ao mesmo tempo, reestruturar as autorizações de exploração florestal, que passarão a exigir as chamadas coordenadas geográficas, que permitem uma verificação à distância para vencermos a dimensão amazônica. Se não tivermos essa tecnologia, será muito difícil.

É óbvio que isso envolve o fortalecimento institucional dos gestores florestais. Isso precisa do esforço dos governos estaduais e do Governo Federal. Rondônia tem hoje uma iniciativa nesse sentido, que entendo bastante positiva. Há uma motivação, no mesmo sentido, do Governo do Amazonas e também do Governo do Pará; inclusive assumindo atribuições que tradicionalmente eram entendidas como atribuições do Ibama, que não tem capacidade institucional para dar uma resposta ao desafio que isso envolve.

Precisamos também começar a disponibilizar as florestas passíveis de serem acessadas. O Ibama retém cerca de 13 milhões de hectares na forma de florestas nacionais. É claro que essas florestas nacionais foram criadas com diferentes propósitos: algumas florestas nacionais foram criadas como área tampão de área indígena; outras foram criadas para proteger interesses minerários. Não tinham nada a ver com exploração florestal – aliás, é um erro do passado que já estamos pagando.

Existem cinco dessas unidades que são passíveis de serem acessadas; estão dentro de raio econômico, possuem disponibilidade de madeira de qualidade. Vamos organizar, a partir deste ano, o acesso a essas áreas.

A maneira que tem sido adotada pelo Ibama para se fazer esse acesso, fora da Amazônia – temos várias florestas nacionais que operam, funcionam e atendem o mercado, dinamizam as economias dos lugares onde estão inseridas -, é através de processo licitatório, que permite o acesso à madeira somente uma vez.

Vamos aperfeiçoar esse mecanismo, porque o investidor madeireiro tem o tempo de amadurecimento do seu investimento. A expectativa do amadurecimento do investimento nesse setor, dependendo da sua natureza, vai de três anos e meio até cinco, seis anos. Vamos ter que examinar o tempo de retorno do investimento, estabelecer um prazo do processo de concessão que atenda a esse tempo e fazer com que o bom comportamento do empresário, naquela floresta pública valha ou haja a possibilidade de ele pontuar para um segundo ciclo licitatório. Quer dizer, o bom antecedente vai criar a perspectiva de ele ficar permanentemente naquela área. Isso é muito importante. Nos outros países, onde a concessão, muitas vezes, é de 50, 30, 100 anos, e a justificativa é por causa do ciclo total de renovação da floresta, essa tem sido uma abordagem que, em muitos lugares, fracassou. Nossa abordagem, então, a nossa proposta – é óbvio que isso vai depender de regulamentação e, segundo a nossa interpretação, até o momento, é uma regulamentação que pode ser feita mediante decreto – envolve uma abordagem diferente, no sentido de se saber em quanto tempo se paga o investimento.

Neste ano, pretendemos ainda, num modelo antigo, acessar Tefé, no Amazonas, que tem interesse empresarial; Jamari, em Rondônia, onde temos uma crise muito séria de abastecimento. Pretendemos trabalhar com Caxiuanã, no Pará...

O SR. *(Não Identificado)* - Onde fica Caxiuanã?

O SR. EDUARDO MARTINS – Na região das ilhas. É uma área com um grande potencial para virola.

Então, são áreas que vamos colocar à disposição e estamos assumindo que vamos aprender com isso.

A maneira que entendo que seria extremamente oportuna de disciplinar e orientar esses investimentos é aproveitar a crise que o setor tem hoje de abastecimento.

Paragominas, hoje, já tem um raio econômico para buscar boa parte da madeira que está inviabilizando aquele parque. Então, temos que tentar atrair a remontagem daquela estrutura já no sentido de facilitar a vida do madeireiro. Nesse sentido, a idéia é fazer isso com esses empresários, com o investimento disponível no mundo que hoje busca a floresta para discipliná-lo. É claro que essa indução precisa ser feita passo a passo, mas um passo que seria, no nosso entendimento, fundamental é o da oferta de condições de infra-estrutura de acesso. Já existe uma área do Governo que está relativamente íntegra para resolver. Tapajós também incluiremos este ano.

Temos aí um problema que, em algumas circunstâncias, pode ser uma solução, que é a questão da população tradicional moradora. Algumas dessas populações podem ser produtoras de madeira. Quem produz a matéria-prima para a indústria de compensado em toda a Amazônia, seja nas ilhas, seja na região dos Solimões, é um morador, é um ribeirinho; e trata-se de uma extração de madeira que exige baixo capital.

Entendemos que essa é uma oportunidade incrível. Por exemplo, envolvendo a questão da virola, estamos estudando, com o setor industrial, um processo de estabelecer uma loja com as comunidades para que eles sejam fornecedores de madeira, respeitando um conjunto de regras que envolve principalmente a definição do tamanho do diâmetro da virola, que pode ser cortada e superar um problema. Da forma como vinha sendo explorada na região das ilhas, depois de quatro anos, você não encontrava mais um indivíduo com virola na floresta.

É possível fazer isso abastecendo a indústria; a indústria terá que negociar preços melhores com a comunidade que, em muitas circunstâncias, paga menos de R$2,00 por metro cúbico de madeira ao explorador – esse é o número referido pelo Ministro.

Temos que melhorar essa relação, mas essa é uma exploração e uma articulação de comunidade e de indústria que podemos organizar imediatamente. É claro que a questão de terra firme é outra história. A demanda de capital e a exploração de terra firme são muito maiores. O envolvimento das comunidades terá de ser orientado e disciplinado de uma forma mais cuidadosa. Entendo que, no caso do extrativismo, devemos sustentar um processo, inclusive apoiado por este Governo -, que é o de criar um mecanismo de incentivo e subsídio ao extrativista, trabalhando com os seus produtos. É o caso da recente iniciativa do Governo, no sentido de criar um mecanismo para que a família do seringueiro tenha uma compensação no preço da borracha. Possivelmente, parte desse extrativismo, inclusive das reservas extrativistas, no futuro, será orientada também para a exploração florestal madeireira, até porque essa é uma matéria-prima que tem possibilidade de ser colocada no mercado.

Essa não é uma discussão fácil. Há a percepção da atividade madeireira como atividade ruim, negativa. Creio que não temos razão em enfrentar e lidar com isso, com esse tipo de preconceito. É um recurso que está lá e que precisa gerar benefício para a sociedade.

Hoje, já temos cinco experiências para testar a exploração florestal de pequenos. Entendo que o extrativismo tem que percorrer um caminho que é o da sociedade brasileira reconhecer que precisa subsidiá-lo, porque ele cumpre um papel fundamental, e precisamos envolvê-lo na atividade madeireira, dentro das condições possíveis.

Na área de várzea, as possibilidades são todas com baixo capital, o que oportuniza, talvez, um dos melhores dos modelos. Nesse caso, temos um problema, porque as áreas de várzea são terras públicas, mas, muitas vezes, há um conflito de uso, envolvendo a questão da pecuária, que tem que ser ampliada nas áreas de várzeas.

Temos ainda um remanescente de população bastante amplo, que poderia ser beneficiário de um esforço dessa natureza. Queremos começar testando com a virola, na região das ilhas; organizando com o empresário, com a comunidade, um processo de acesso que tenha disciplina e que seja mais justo do que acontecia anteriormente, seja do ponto de vista de sustentabilidade, seja do ponto de vista da remuneração de quem produz a matéria-prima.

A exportação é de 400 milhões, e temos a expectativa de que ela vai crescer. Diminuiu um pouco no ano passado, comparativamente ao ano retrasado, mas isso se deveu, em parte, ao esforço restritivo e também porque lá fora alguns mercados não compram madeira brasileira por causa dos problemas ambientais. Isso é algo que temos que enfrentar e resolver, inclusive, mudar a percepção de como as coisas acontecem aqui.

Sobre a questão energética, estamos entendendo que ela é importante e significativa. Os resíduos florestais têm grande possibilidade de equacionar isso em unidades pequenas, na própria indústria, para fazer a conversão energética necessária a fim de operar os procedimentos. Em Paragominas, em algumas circunstâncias, esse sistema já foi adotado e utilizado com algum sucesso, mas, efetivamente, a infra-estrutura disponível é um aspecto limitante para organizarmos esse acesso.

Entendo que alguns fatores e algumas decisões recentes do Governo e do Congresso contribuem muito para uma política como a que se está pensando. Por exemplo: a Lei do ITR. Se os senhores examinarem com detalhe, o ITR estabelece, para as finalidades florestais, a seguinte previsão: sobre área de preservação permanente, reserva legal ou área que o proprietário entenda de declarar como de proteção não incide imposto, mas sobre a floresta, seja nativa, em regime de manejo, ou plantada em produção, não há oneração do imposto. Nesse caso, admite-se inclusive que exista latifúndio florestal desde que seja produtivo; e, aliás, para ser produtivo e sustentável, em termos florestais, muitas vezes o latifúndio é necessário.

Entendemos que a atividade privada, nesse sentido, pode, inclusive, ter um incentivo em cima das normas disponíveis. É claro que, normalmente, o latifundiário na Amazônia não quer se envolver na atividade madeireira legal. Muitas vezes, ele organiza um processo de caráter informal, mas tem dificuldade de legalizá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra ao nobre Senador Jefferson Péres, representante do Estado do Amazonas no Senado Federal.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Dr. Eduardo Martins, será sempre um erro se falar em Amazônia globalmente. O senhor sabe que há muitas Amazônias, há peculiaridades sub-regionais. Os problemas do Amazonas não são iguais aos do Estado do Pará, nem aos de Rondônia. A realidade do rio Negro não é igual à realidade do Juruá. Enfim, falo apenas pelo meu Estado, o Amazonas. Não conheço os problemas do Pará, nem de Rondônia e nem de Roraima. E não tenho a pretensão de falar por todo o Estado do Amazonas. O senhor sabe que os interesses e os pontos de vista são muito divergentes; o senhor vai encontrar no meu Estado desde o ecologista xiita, que gostaria de ter um museu botânico, até o desenvolvimentista desvairado, que acha que o fator econômico deve prevalecer sobre o ecológico.

O Estado do Amazonas, como o senhor sabe talvez até melhor do que eu, tem 97% da sua floresta preservada. Apenas cerca de 3% ou, no máximo, 4% foram até hoje desmatados, apesar de séculos de exploração.

Como o senhor sabe, a exploração da madeira hoje é artesanal, é primitiva até. No período da vazante, o mateiro se interna no mato. Vão marcando as árvores de valor comercial; quando as águas do rio enchem, vêm os tratores para abatê-las, arrastá-las até o rio e formar a jangada. É um corte seletivo, portanto; só cortam madeiras que têm valor comercial, quando muito, algumas árvores que estão atrapalhando a abertura da trilha para arrastar a tora. Mais de um século de serraria no Amazonas, e temos 97% da mata preservada.

Tenho muito medo da implantação de grandes projetos florestais no meu Estado. Por melhor que sejam as boas intenções, por mais amarrado que eles estejam em termo de custo/benefício, tenho minhas sérias dúvidas. Em primeiro lugar, não sei se os planos de manejo aprovados serão os adequados; em segundo, não sei se os planos de manejo serão cumpridos. Há um abismo entre o País, Brasil legal e o Brasil real, o senhor sabe. Lembro-me de que, quando no antigo IBDF havia incentivos fiscais para reflorestamento, podiam ser abatidos 8% do Imposto de Renda desde que aplicados em reflorestamento. Foi uma vastíssima maracutaia. Reflorestamento só existiu no papel, nunca foi cumprido.

O Estado brasileiro é um Estado despreparado para cumprir a sua função reguladora e fiscalizadora, o senhor sabe disso. Tenho receio de que esses grandes projetos impliquem, de fato, desmatamento ou planos de manejo inadequados, ou descumpridos com grandes desmatamentos. O custo, portanto, é o dano ecológico, e o benefício é muito pouco, muito pequeno. Tenho muito receio de que se instalem economias de enclave. Os grandes projetos muito rentáveis vão gerar, talvez, impostos estaduais que o Estado vai arrecadar; vão gerar talvez divisa para o País, já que o mercado é muito favorável à exportação de madeira, é até faminto de madeira. Temos um potencial enorme, suficiente para gerar emprego para duzentas ou trezentas pessoas. Não sei nem que tipo de emprego, mas para as populações locais talvez fique muito pouco ou quase nada.

Creio que, no meu Estado, embora eu tenha muito o pé no chão – nunca fui utopista, embora, por um lado, seja até bom ter uma utopia, uma utopia viável –, o Projeto Caboclo do Darcy Ribeiro é uma utopia viável. Penso que a Senadora Marina Silva

não está sonhando quando insiste na implantação de projetos agroflorestais. A utilização realmente, a exploração da mata, por que hoje o extrativismo está em decadência agonizante, quase extinto?

Desculpe-me estar fazendo uma exposição. Nem vou fazer uma pergunta, quero colocar meu ponto de vista e pedir sua reflexão e de sua equipe.

Evidentemente, é porque a floresta é mal explorada, o custo é muito alto e não há diversificação nem forma de associativismo. Na medida em que essas populações forem associadas, que o Poder Público se faça presente, tanto garantindo o descobrimento quanto levando os equipamentos de educação, saúde, etc, que se faça diversificação de exploração de todas as potencialidades que a floresta oferece, associada à exploração da agricultura de várzea, com criação de peixes não em açudes, mas em gaiolas e etc., poderemos perfeitamente – é este o caminho – compatibilizar a preservação ambiental e a exploração econômica com implicações de benefícios sociais.

Desenvolvimento, o senhor sabe, não existe desenvolvimento que não resulte em elevação de renda e qualidade de vida.

No Estado do Amazonas estamos pretendendo que a população cabocla, tão pequena, pois no interior existe um milhão e quinhentas mil pessoas no máximo... Sempre digo que não queremos desenvolver dois milhões e 500 mil quilômetros quadrados do Amazonas, queremos desenvolver um milhão e 500 mil pessoas, é isto. Quando se olha para o Estado do Amazonas parece um desafio, não é isto, deixa a mata lá, não queremos ocupar o Amazonas, queremos desenvolver a população que está no Amazonas, o que não é difícil através de projetos agroflorestais. Não pretendemos que sejam pessoas de elevadíssima renda, e sim que tenham ocupação e condições de vida adequada.

Senador Ademir Andrade, nesse projeto agroflorestal entraria extração de madeira na forma tradicional, só que com muito mais benefício.

Creio que a proposta do Ibama com relação à criação das ?? de exploração deve ser feita com projetos experimentais pilotos, paulatinamente, na medida em que a experiência se revelar vitoriosa vá sendo criada, mas devagar com o andor que o santo é de barro. A floresta, os alicerces são de barro.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Com a palavra o Dr. Eduardo Martins.

O SR. EDUARDO MARTINS - Muito obrigado, Senador Jefferson Péres. Iniciaria tentando fazer uma distinção de dois conceitos que tem a ver com a questão da integridade da floresta.

Convencionou-se entender que a floresta diminui em função do corte raso, sobretudo em função de uma verificação passível de ser analisada e contabilizada em função de satélites especificamente, a tecnologia do satélite **Lam sat** que é utilizada pelo INPI. Isto mostra quanto é de floresta que deixa de ter cobertura florestal.

Existe uma outra intervenção na floresta, essa não ainda passível de ser contabilizada e de uma contabilidade sistemática que é o corte seletivo de árvores. A exploração madeireira na Amazônia de várzea baseado em baixo capital e feita pela população local e que supre uma indústria ainda relativamente pequena, principalmente compensados, levou praticamente a uma redução drástica de uma espécie, que foi a virola. Essa redução da virola fica evidente quando analisamos a distância que essas laminadoras, em fábrica de compensados, estão buscando a matéria-prima hoje. Muitas vezes 1.500, 1.600 quilômetros de distância.

A sumaúma, que veio a substituir o **top** das espécies desejadas, que é uma árvore com papel fundamental na várzea pelo alimento que ela gera, inclusive para peixe, etc, já está no mesmo rumo da virola. A intervenção florestal, que é a mais longa, mas que nos anos recentes tem sido feita numa escala, mesmo na várzea, que é um lugar onde o manejo é mais fácil, a produtividade é maior, tem gerado problemas, tem faltado disciplina, tem faltado controle, e como o senhor disse, são planos de manejo existentes, mas que não são praticados.

Temos uma realidade e, ao mesmo tempo, se comparar a renda tradicional de uma família como essa a renda que vem da madeira, para uma família que mora na várzea do Amazonas é pequena relativamente, a grande renda vem do peixe, ou que vende para a geleira ou que coloca hoje no barco do recreio, sem falar no papel que o peixe tem para a subsistência dessas comunidades. É lógico que, se formos analisar essas comunidades, temos que priorizar o peixe. O peixe vai existir se houver floresta de várzea.

Até nesse sentido, seria fundamental um esforço disciplinar, o acesso à madeira que mesmo hoje é praticado. A questão se dá porque o corte é seletivo, não se deixam algumas árvores da espécie, que é buscada como testemunha e como fonte para renovação. E isso vai criando um processo de exclusão de espécie por espécie, que o mercado passa a consumir. Acabou a virola, a samaúma naturalmente entrou para substituí-la.

Mesmo sem iniciarmos nenhuma outra medida, o que hoje acontece merece correção, merece ajuste. Nós, além das florestas nacionais, temos hoje cerca de três milhões de hectares de reservas extrativistas em diferenças circunstâncias – em várzea, terra firme, etc.

Há um esforço para que modelos agroextrativistas ou agroflorestais sejam implantados e funcionem. Temos encontrado uma dificuldade imensa, não na concepção das coisas, mas fazer com que exista capacidade gerencial de pessoas que obedeceram e trabalharam, em lógicas de patrão e empregado, para assumir relações econômicas, como a que os sistemas agroflorestais exigem. Porque não é só criar a capacidade de produzir os frutos; mas é a capacidade de processar e comercializar esses frutos.

Acho que temos muita derrota nisso, mas também tem alguns sinais de avanço que, inclusive, demonstram, em caráter local e experimental, a viabilidade da proposta do Senador Darcy Ribeiro.

É claro que a madeira não pode e nem deve ser tratada de uma maneira preconceituosa nesse sistema, e o que já existe hoje merece incentivo. Tenho receio de certas lógicas, quando lidamos com realidade, que é uma lógica econômica. A lógica econômica, que temos avaliado, tem sinalizado para uma tendência com o capital nacional ou capital estrangeiro de ter um acesso à matéria-prima florestal da Amazônia mais massiva, mais intensa, o que deve acontecer nos próximos dez anos. Todos os analistas internacionais e estudiosos da área florestal interpretam que a Amazônia vai passar a ser o grande produtor de floresta nos próximos dez anos.

Não sei qual a possibilidade de se evitar isso, e o que entendemos é precisamos preparar um cenário apropriado para tal, para que não se repita na Amazônia o que os ciclos econômicos sempre reproduziram. Um processo onde poucos ganham, fica pouco na região, e um processo que sempre deixa um rastro de destruição da natureza e de pobreza social.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Uma intervenção final, como réplica, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – V. Exª tem a palavra para novas considerações.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Evidentemente que, nesses projetos agroflorestais, o poder público estaria presente, tanto na educação, fazendo que as comunidades entendessem a necessidade de fazer o replantio, quanto no fornecimento, por exemplo, de mudas para que fossem replantando dentro da própria reserva. Elas teriam que ser educadas também para isso.

Finalmente, podem as pessoas do Sul aqui olhar para o Estado do Amazonas, com 98% de florestas, e lamentarem, chorarem uma riqueza enorme inexplorada. Mas nós não, achamos que é uma riqueza enorme preservada.

Penhorados, agradecemos esse tipo de desenvolvimento.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Com a palavra o Senador Flaviano Melo.

O SR. FLAVIANO MELO — Sr. Presidente, faço uma permuta com o Senador Coutinho Jorge, que gostaria de interceder primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Com a palavra o Senador Coutinho Jorge, por permuta com o Senador Flaviano Melo.

O SR. COUTINHO JORGE – É claro que eu, talvez por um pouco de experiência que tenho da Amazônia e, sobretudo, na fase em que fui o Ministro responsável pela implantação do Ministério do Meio Ambiente, não tenho dúvida, e o senhor sabe muito bem disso, que o problema relacionado a uma política florestal brasileira é muito complicado, muito sério. Nesse ano que passei no Ministério, foi o setor mais difícil que enfrentamos. O problema pesqueiro tinha encaminhamento, por exemplo – para fazer uma comparação – mas o problema florestal é complicadíssimo. Com diferentes ecossistemas, como é o caso da Mata Atlântica, que exigia políticas até a nível de microbacias, como se discutiu muito.

Mas eu, sendo da Amazônia, tinha realmente uma questão de princípio de tender, de lutar pela implantação dessa política florestal. Digo ao senhor que não tenho dúvida de que é muito difícil, porque a Amazônia tem duas alternativas genéricas. Primeiro, ou defende-se a tese que a Amazônia deve ser preservada como uma virgem vestal, ou aceita-se o extremo segundo o qual a Amazônia deve ser desenvolvida a qualquer preço. Esses dois extremos são absolutamente utópicos, irreais dentro do mundo atual.

A outra alternativa é a tese do desenvolvimento sustentável, a de que se tem que explorar a região de forma racional, mantendo a sua sustentabilidade, gerando realmente renda. Mas o problema florestal é complicado. O próprio Senador Jefferson falou há pouco – queria que S. Exª estivesse aqui, mas já saiu – que a Amazônia são várias Regiões Amazônicas.

O problema do Amazonas é um problema de estratégia a médio e longo prazo. O Amazonas concentrou toda a sua atividade em Manaus, e o interior

foi absolutamente esvaziado. Hoje, há florestas realmente intocadas, o que é verdade.

Não posso dizer: o próprio Senador Ademir falou que o mesmo ocorre com o meu Estado, ou com Rondônia, por exemplo. No meu Estado, por exemplo, há áreas – e o senhor sabe muito bem disso – que foram exploradas de forma equivocada. Pode-se discutir o caso do sul do Pará, onde se destruiu uma floresta de mogno de forma irresponsável, queimando-a para colocar capim.

Ora, destruiu-se toda a região das várzeas próximo a Belém, acabando com a virola, de forma irresponsável. Não ficou praticamente, em certas áreas, nenhum pé. Paragominas também é outro exemplo de exploração um pouco equivocada.

Nós – concordo com o que V. Exª falou – temos que tentar uma intervenção através de uma política que não proíba. Como o senhor falou – e eu mesmo, como Ministro, sentia isso – a grande política do Ibama era proibir. Proibir não é o caso. Não podemos proibir; temos que regular, definir regras lógicas, de pé no chão, que sejam possíveis de ser obedecidas.

É um setor que me fascina. Inclusive, faço experiências pessoais há muito tempo sobre isso. Posso dizer que a Amazônia, por exemplo, na década de 50, exportava navios inteiros de toras de madeira. Isso foi proibido. Hoje, há outros tipos de corte de madeira, como prancha, lambreta. Mas ainda – como o senhor falou – trata-se de uma exploração equivocada, porque não conseguimos industrializar ao máximo, quer dizer, não conseguimos gerar valor agregado.

Portanto, a primeira condição é muito importante: temos que verticalizar o setor e industrializar ao máximo, gerar valores agregados. Penso que, dessa forma, fica a renda na região. Mas o grande problema é o acesso à matéria-prima, o que acho mais difícil, meu caro Eduardo – muito difícil.

Agora, pela complexidade e grandeza da Amazônia, acho que o Governo e o Ibama hoje têm uma proposta de pé no chão. Concordo com a tese de que devemos fortalecer, sim, as florestas nacionais, racionalizando a sua exploração, mas devemos evitar, ao máximo, a exploração difusa.

Na minha opinião, devíamos ser um pouco mais duros, definindo florestas de rendimento, como é o caso de Tapajós, e outras. Acho que o Governo deveria agora criar na Amazônia novas florestas, baseado é claro no levantamento dos elementos econômico-ecológicos. Já há disponibilidade de informações gerais.

Sabemos que, em relação aos grandes maciços da Amazônia, quer de terra firme, quer das áreas de várzea, devem-se definir outras áreas. As atuais já estão definidas por lei, e V. Sª falou exatamente que algumas foram criadas não com esse objetivo, mas que as próximas o seriam.

Acho que o Congresso deve ajudar nisso. Cada Estado deve ter novas áreas de florestas de rendimento para fins de exploração. Não só as que tem, mas outras. Mas deve definir regras claras. Aquilo que o Senador Ademir falou realmente é verdade: a infra-estrutura é fundamental.

E o que é importante: por que o Amazonas tem florestas intocadas? Simplesmente porque abrimos a terra a cento e cinqüenta e chegamos ao sul do Pará. Isso atraiu realmente os madeireiros e derrubou-se o mogno e plantou-se a pata do boi, ou o boi através do capim.

Ora, a mesma coisa em Paragominas. Se tivesse o acesso por rodovia ou outro acesso, evidentemente que essas florestas não seriam intocadas como estão hoje no Estado do Amazonas. Mas não queremos manter a Amazônia intocada; queremos explorá-la de forma sustentável. E essa estratégia de uma política de florestas nacionais de rendimentos, acho que é importante. Acho, Dr. Eduardo, que é fundamental que se criem outras áreas até e se fortaleça o problema do sensoriamento remoto, que é fundamental. Já que o nosso zoneamento econômico e ecológico está muito restrito em certas áreas, acho que o Projeto Sivam, neste aspecto, é importante, porque quem conhece a Amazônia sabe que é muito difícil a exploração. Se se entra em uma floresta pega, por exemplo, uma espécie qualquer, ela está espalhada às vezes até 30, 40, 50 metros uma da outra. Então, tem toda uma técnica para se plantar, tem um treinamento necessário. Acho complexo. Conheço um pouco porque vivi essa experiência da vida florestal, muito cedo, muito jovem me envolvi nisso e sei que é difícil. Raramente se tem uma espécie de maneira concentrada, como é o caso do pau amarelo, por exemplo, do qual se conseguem encontrar ilhas, mas a maioria das espécies não são assim; são bastante dispersas, complicadas. Quando o madeireiro chega, destrói metade da floresta, quebra uma série de madeiras nobres para conseguir uma.

Esses equívocos têm que ser consertados e acho que a intervenção é através de uma política florestal de pés no chão, envolvendo florestas de rendimentos e florestas nacionais porque é difícil, Dr. Eduardo. Como controlar a Amazônia imensa, dei-

xando a exploração difusa. Acho que concentrando certas áreas, controlando e, na minha opinião, aumentando o número de florestas o mais rápido possível... No Pará qual é a região realmente nobre? Vamos concentrar florestas nacionais e deixar esse estoque para implantar progressivamente – concordo – através de florestas, como é o caso de Tapajós, que já tem uma experiência, e outras, com um programa de certa forma progressivo para que possamos estabelecer as linhas básicas dessa política.

Não tenho dúvida de que este é o caminho. Agora a minha dúvida é sobre a operacionalização do setor, a criação da infra-estrutura necessária, da tecnologia, do convencimento do nosso madeireiro da Amazônia, que não pensa nisso. Ele quer derrubar a madeira, compra a madeira, ele a serra, pouco se importando com a preservação da floresta, esquecido de que ele pode fazer exatamente isso através de corte seletivo. Tudo isso é possível.

Acho que a tese do Ibama e do Governo é boa. Considero suas informações importantes. Mas me preocupa exatamente esses aspectos mais operacionais; preocupa-me a necessidade de criação de novas áreas, mantê-las e, nessas áreas, rigorosamente ter regras estabelecidas como é o caso das florestas de rendimento.

E as áreas por hipótese? Se definimos na Amazônia "x" florestas nacionais de rendimento, pergunto, seriam proibidas as explorações difusas de outras áreas ou não? Se proibirmos aquela, damos acesso à floresta e aí se poderia controlar. A tecnologia, o sensoriamento seria então mais fácil. Isso preocupa-me pela grandeza da Amazônia.

Então, essas questões são inquietações nossas. Mas, em tese, concordo com as preocupações do senhor e, claro, aquilo que foi abordado aqui não se pensar apenas na produção florestal tradicional, mas também o problema do extrativismo. Esse modelo teria que ser completo, complexo e integrado. Sabemos que existe um programa chamado Programa Piloto de Florestas Tropicais e quando fui Ministro fiz um trabalho muito intenso na viabilização deste programa e que tem projetos, não só relacionados às florestas, mas também que envolvem as atividades ambientalistas, comunitárias etc., sendo as teses mais ou menos parecidas com as do Darcy em algumas áreas.

Eu diria que podemos conviver com o modelo de um Projeto Caboclo em certas áreas, mas também com um programa racional de exploração florestal. Podemos conviver com esses modelos. Por isso é muito complexo. Sei das dificuldades. Fácil é falar, mas a operacionalização disso é difícil. Mas acho que o Governo e o Ibama estão no caminho certo. Da nossa parte, que temos uma pequena experiência e um compromisso com esse setor, pode contar conosco na proposta de projetos de lei, de instrumentos legais para viabilizar exatamente essas teses, não temos dúvida nenhuma, mas que são necessárias são.

Sr. Presidente, essas são as minhas inquietudes a respeito das questões gerais.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Com a palavra o Sr. Eduardo Martins.

O SR. EDUARDO MARTINS – Sr. Senador, agradeço as referências de suporte e apoio para dizer que, na realidade, estamos implementando aquilo que na sua gestão foi plantado.

O Programa Piloto, como o nome já diz, estabeleceu uma estrutura de projetos restritos, limitados, mas que sinalizam, no particular, o que é possível fazer de uma maneira mais ampla.

Na realidade, estimamos que seriam necessários cerca de 50 milhões de hectares de florestas públicas – e não entendemos que elas devam ser estritamente federais e sim que os Estados precisam tê-las. Rondônia tem inovado nesse sentido com uma rede de florestas estaduais. Estamos negociando com o Governo para que a atividade madeireira que está lá, que não tem fonte de matéria-prima, possa se organizar para acessar Bom Futuro e Jamari, que são florestas nacionais, e às estaduais com potencial.

Essa iniciativa, esse volume de florestas tem uma razão de ser, porque sinalizaria para o mercado, até para o mundial, que o Brasil vai cuidar de um estoque de madeira. Só isso. É óbvio que esse estoque vai ser usado nos próximos 10, 20 anos, mas isso já sinalizaria como o Brasil vai se comportar nesse mercado. No curto prazo, precisamos fazer um esforço de convencimento. Essas florestas nacionais, que serão colocadas à disposição ainda este ano, vão ser estratégicas para demonstrar se esse modelo é viável ou não. Estamos convencidos de que ele é viável. Em Rondônia, por exemplo, estamos convencidos de que vamos atrair – e estamos inclusive pensando na possibilidade, para resolver esse problema de raio econômico, de permitir que a indústria de transformação se instale dentro da floresta nacional. Por que não? Porque aí não mais se transporta tora, mas produto processado. É óbvio que o aspecto de infra-estrutura, sobretudo da disponibilidade energética, é essencial para permitir esse modelo. Precisamos fazer um esforço, no curto pra-

zo, de disciplinamento e de controle. A idéia não é fazer com que a exploração de floresta pública seja exclusiva e elimine a possibilidade da área privada. Acho até que essa competição vai ser interessante. Entendo que a estrutura de latifúndios na Amazônia hoje tem uma oportunidade, em função das normas disponíveis, de uma orientação, que pode ser florestal e vai permitir que o proprietário contorne o problema que tem com o ITF e se oriente para a atividade.

Portanto, a competição entre florestas da União, florestas estaduais e privadas pode ser muito bem compatibilizada. Acho, inclusive, que é possível compatibilizar plantio. Temos 18 milhões de hectares de terra que foram convertidas e abandonadas. Há 25 anos uma pessoa, de iniciativa empresarial em Mato Grosso, começou a trabalhar com plantio. Esse indivíduo foi tachado de louco, maluco. Hoje é uma das pessoas mais bem-sucedidas, do ponto de vista econômico, plantando.

Portanto o plantio é viável, é possível. Quem investiu nisso, numa perspectiva de longo prazo, hoje já está vivenciando as benesses. E não só os grandes. Em Ariquemes, Rondônia, temos um conjunto de pequenos agricultores, colonos, que investiram em plantio de feijão, há 15 anos, no início do Pólo Noroeste. Hoje eles olham com orgulho para a floresta que têm, explicando que aquela floresta vai educar os filhos que estão entrando em idade escolar e que demandam uma certa quantidade de dinheiro, porque os meninos sairão dos lotes.

Na realidade, na Amazônia, em particular, e no geral no Brasil, não temos uma cultura florestal. Precisamos criá-la. Há uma demonstração de que existe possibilidade e viabilidade nessa área, e essa construção, entendo, pode se dar obedecendo a várias frentes.

Entendo que há uma precondição para que isso funcione: o fortalecimento institucional dos gestores florestais. Se não houver, por parte do Estado brasileiro, a capacidade de uma base normativa atualizada – e daí o Código Florestal, que já discutimos inúmeras vezes – precisamos tentar equacionar isso. Segundo, precisamos de pessoas preparadas e treinadas agindo na região, pois o problema não é quantidade de pessoas. Os instrumentos tecnológicos envolvendo banco de dados, satélites de comunicação e sensoriamento remoto reduzem muito a demanda por número de pessoas.

Há sempre uma crítica referente a este número que a imprensa tanto gosta de usar no sentido de tantos fiscais por tantos quilômetros quadrados; não faz sentido quando temos tecnologia. Se imaginamos o fluxo de escoamento da Amazônia, vamos conseguir definir doze pontos que controlam praticamente todo o fluxo de madeira da região.

Assim, concluímos que é possível controlar a Amazônia, é possível ter um processo de fiscalização e verificação mais eficiente. E isso não é tão caro. Digo, com a experiência adquirida no Ibarna, no ano passado: gastamos quatro vezes menos do que os modelos tradicionais de fiscalização que o Ibama já havia adotado e com muito mais eficiência. Tivemos um recorde de apreensão de madeira e de multas gastando quatro vezes menos. Então, o problema não é de quantidade de dinheiro, nem é uma coisa tão vultosa assim para poder ser implementado.

Entendo, e se formos comparar o que acontece na Amazônia com o que aconteceu com o setor de florestas plantadas no resto do Brasil, hoje, temos, somente na área de papel e celulose, US$13 bilhões investidos. Parte dessa indústria de base florestal existe por causa dos incentivos fiscais – os incentivos fiscais foram desviados sim, mas uma parte foi bem aplicada. A parte bem aplicada permitiu termos uma estrutura industrial que hoje temos – US$13 bilhões investidos -, além de ser competitiva no mundo inteiro. Então, a indústria de base florestal na Amazônia precisa ter os incentivos e os subsídios, cumprindo um conjunto mínimo de regras, de agregação de valor. A taxação que o Estado pratica precisava incentivar essa agregação de valor. Precisamos fazer com que os investimentos públicos na região se orientem.

É óbvio que o Amazonas tem uma situação privilegiada, mas vai ser muito difícil reproduzir uma Zona Franca para toda a Amazônia que permita uma lógica econômica para funcionar o modelo que temos lá. E, independente de Zona Franca, a matéria-prima, se existir demanda econômica, vai ser acessada, como vem ocorrendo no Amazonas com a floresta de várzea, ao longo de muito tempo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra ao nobre Senador Flaviano Melo.

O SR. FLAVIANO MELO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Dr. Eduardo Martins, sou partidário da posição do Senador Jefferson Péres quando diz das diversas realidades da Amazônia.

Falo aqui do Estado do Acre, que conheço bem e aqui represento.

Há 10 anos, quando assumi o Governo daquele Estado, por necessidade e pelas circunstâncias, tive que me voltar, de uma forma efetiva, para a

questão ambiental. Naquele momento, havia sido iniciada a construção da única via de acesso do Acre para com o resto do Brasil, e já estava paralisada por questões ambientais – essa construção foi exatamente com um empréstimo do Banco Interamericano do Desenvolvimento. Tivemos que agir e nos envolver com esse problema. Houve uma palestra, uma discussão com o comitê de meio ambiente daquele banco, aliás foi realmente muito interessante, porque me conscientizei do poder que as entidades não governamentais tinham sobre esse e outros órgãos de desenvolvimento, como o BID, o BIRD etc. A partir daí comecei a tomar decisões visando a dotar o Estado de uma política ambiental. Criei o Instituto de Meio Ambiente, fiz uma fundação de tecnologia para pesquisa de curto prazo, tentando encontrar formas de desenvolver nossa região. Dessas discussões, desses trabalhos, por exemplo, surgiu a primeira reserva extrativista, a Reserva Chico Mendes, que hoje ainda está lá sem nenhuma condição. Essa semana presenciamos seringueiros tentando minimizar o seu sofrimento aqui, tal a miséria em que se encontram.

Valeu a pena? Penso que sim, foi um passo.

Quando V. Exª citou aqui a questão da madeira, também tive que enfrentá-la. Houve um episódio em que os madeireiros queriam me seqüestrar. E por quê? Porque os madeireiros que tinham destruído grande parte de Rondônia estavam chegando ao Acre e proliferando de uma forma espetacular; em pouco tempo, destruiriam também grande parte do Estado do Acre, desordenadamente. E hoje, passados 10 anos, me pergunto – quero aqui ressaltar que fiz também um estudo de viabilidade econômica da nossa saída para o Pacífico, baseado na exploração florestal. Foi uma utopia? Talvez. Encaramos de frente o problema? Sim. Aquela floresta não é intocável, ela tem que ser explorada racionalmente. Agora, hoje, não sei se tudo o que foi feito era possível de ser realizado. Aproveito o depoimento do Senador Ademir Andrade, que disse que, do Pará, saem bilhões de dólares em madeira bruta. E o que pensávamos naquele momento? Exatamente em beneficiar essa madeira e colocá-la no Primeiro Mundo. E se há um produto que sai da nossa região, do Acre, independentemente de estrada, é a madeira. Se ela sai, sai pelos rios, sai pelo caminho natural que existe. E não conseguimos beneficiar esse produto dentro do nosso Estado.

Essa é a grande angústia que tenho, porque passaram-se 10 anos e, de concreto, o que fizemos? De concreto, com resultados práticos? Um conjunto habitacional de 500 casas de madeira, fruto da pesquisa dessa fundação de tecnologia, cujas prestações são as mais baixas do Sistema Financeiro de Habitação. Pergunto-me: Isso continuou? Não? Por quê? Não continuou; não se fez mais nenhuma casa com aquela tecnologia desenvolvida, que proporcionou a possibilidade de se dar casa para aqueles que têm a menor renda, ou seja, casas cujas prestações são as menores do País. Essas são as perguntas que me faço. Quando é que vamos conseguir realmente beneficiar essa floresta que temos? Essa é a minha angústia e talvez seja a de todos nós.

Concordo com V. Exª quando diz que não temos tradição de política florestal. Não temos, mas precisamos correr, porque, passados 10 anos, sabe-se que a população perdeu a exploração extrativista existente: a borracha e a castanha.

Se existiu cooperativa em Xapuri, ela está falida. Trata-se talvez de uma cooperativa que recebeu o incentivo para explorar a castanha. Mas ela está falida e não conseguimos proporcionar uma forma de sustento a esse trabalhador. Quer dizer, não conseguimos chegar com essa tecnologia. Não sei porque, não entendo. Se a madeira sai bruta, por que é que ela não pode sair beneficiada? O transporte? Tudo bem, mas ela também é transportada bruta.

Há uma outra questão à qual acho que V. Exª tem que estar bem atento. V. Exª deve incrementá-la dentro dessa sua filosofia da exploração das florestas. Tivemos, em Rio Branco, há 15 dias, na Fundação Pedroso Horta, um encontro com todos os prefeitos do Estado. Levamos vários palestrantes do Governo Federal para mostrar as políticas do Governo. O Ibama estava presente. A discussão mais acirrada aconteceu durante a palestra que o Ibama fez com os prefeitos dos municípios que estão na Floresta do Alto Juruá. São três ou quatro municípios que têm uma população que não pode fazer nada, porque todo o município está dentro de uma floresta. Aqueles homens precisam sobreviver. Portanto, se deve haver ação dentro de uma floresta, que se priorize essa. Já se tirou muita madeira de lá, quando ela não era uma floresta estadual. Sim, já se tirou muita madeira. Há ainda madeira que pode ser explorada e beneficiada. A minha preocupação, a minha angústia – acho que é a de todo mundo – é de conseguir que os benefícios dessa exploração racional cheguem para o homem que mora na floresta.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Com a palavra o Dr. Eduardo Martins.

O SR. EDUARDO MARTINS – Muito obrigado.

Entendo que em relação a essa questão florestal, dois ingredientes têm gerado um grande prejuízo para a obtenção de resultado. O primeiro é fruto da descontinuidade inclusive dos governos estaduais. Eles tomaram iniciativas fundamentais. Gostaria de acrescentar que no seu governo tomou-se a iniciativa de criar a primeira floresta estadual, inclusive organizando um processo de exploração exemplar. Mas essas coisas têm que continuar. No Governo Federal, iniciativas que poderiam gerar resultados também foram descontinuadas. Acho que, além da estabilidade econômica e política, essa estabilidade precisa contaminar outras áreas, inclusive a florestal, na Amazônia.

O outro aspecto – é um ingrediente com o qual temos que lidar – é o problema, na área ambiental e florestal de descontinuidade é a questão de como os processos anteriores á intervenção do Governo Federal, na região, sempre operaram numa lógica autoritária.

Recordo que a fiscalização no seu Governo, no Acre, tinha um tom de discriminação do Acre.

A criação de Alto-Juruá, a criação das florestas nacionais, a criação de unidade de conservação no passado sempre foram feitas e decididas aqui em Brasília, sem sequer conhecer a realidade do local.

Isso hoje é uma herança difícil de ser superada, que temos que lidar. Penso que a área florestal é contaminada por esses dois problemas e gera muitas dificuldades.

Agora, parte, hoje, dos 400 milhões de exportação de madeira que o Pará faz é de matéria-prima proveniente do Acre, por uma razão muito simples: a frente de mogno que temos hoje – até porque o mogno vem sendo esgotado nas suas áreas tradicionais – é de difícil acesso por estrada. Há uma frente que atua um pouco ali no sul do Pará e naquela região de Guarantã, no norte de Mato Grosso; há a frente que vai para o Iriri, naquela região do Xingu. Mas o mogno é possível de ser acessado no Acre, porque o transporte fluvial é muito barato. Logo parte hoje do mogno processado e exportado por Belém vem dessa região.

O que acontece é muito simples: o morador do lugar ou o proprietário indica as árvores, recebe um valor relativamente pequeno, tem algum ganho em relações que são informais e é feita toda uma tentativa de transporte irregular dessa madeira.

Entendo que temos que obedecer certas lógicas. Penso que a questão do acesso poderia ser hoje melhor explorada, no sentido de tentar atrair pólos de investimentos para a atividade madeireira.

Agora, esses pólos se organizaram muito em função da ocupação, como já foi explicitado pelo Senador Ademir Andrade, na ocupação de desmatamento.

Penso que hoje há algumas áreas novas. O Acre, do ponto de vista da exploração florestal, é uma área nova. Hoje, há uma concentração muito grande no rio Iaco, por onde está vindo boa parte da madeira. Essa madeira que está sendo acessada lá é através de um misto de terra firme e rio, porque eles levam um trator pesado para acessar em terra firme. Mas eles estão acessando madeiras que estão muito próximas do rio. Então, o custo de extração e de transporte é compensador.

Penso que quando o mercado e a lógica estabelecem certas tendências, temos que aproveitá-las.

A dificuldade no Acre é que o isolamento, em função de estrada, distancia muito o Governo estadual desses problemas. A possibilidade de se criar alguma coisa, acho que tem sido um dos problemas de não se levar a aproveitar essas iniciativas.

Mas acredito que, no caso do Acre, mesmo o acesso por rio permitiria uma organização mais disciplinada do que acontece hoje. O que acontece hoje, na perspectiva do Acre, é muito negativo, porque não fica absolutamente nada naquele Estado, a não ser os tostões pagos ao dono do seringal ou ao morador local, logo é muito pouco. Isso está gerando outras coisas em outros Estados.

Entendo que a dificuldade é efetivamente grande. Agora, a atividade madeireira, mesmo no Acre, tem se expandido nessas bases e deve continuar se expandindo.

Portanto, entendo, que é um tema, um assunto que vai ser impossível de ser isolado, ele vai acontecer e vai se dar.

Estamos analisando se a floresta nacional de Macauã, que fica no Acre, permitiria um acesso econômico, para incluir, talvez não nesse ano, mas, no ano seguinte, Macauã como uma alternativa.

Mas entendo que precisaríamos exercitar, seja no Antimari, seja em Macauã, já há uma experiência de acesso a florestas públicas, até porque no Acre não existe, fora de Rio Branco, uma infra-estrutura de transformação muito grande.

Penso que esses seriam os meus comentários, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Perguntaria ao Senador José Bianco – o Deputado Antonio Feijão estava inscrito anteriormente -, se poderia aguardar.

O SR. JOSÉ BIANCO – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Com a palavra, então, o Deputado Antonio Feijão.

O SR. ANTONIO FEIJÃO – Quero agradecer ao nobre Senador Nabor Júnior e ao meu amigo, Senador José Bianco, por esta oportunidade de estar aqui junto ao Dr. Eduardo Martins, para falar sobre esse tema tão polêmico, que é a questão ambiental na nossa região, a Amazônia.

Começaria dizendo a seguinte frase: a questão ambiental na Amazônia é uma questão de leis, fizeram leis para não serem cumpridas, porque se proíbe uma coisa que não se pode fiscalizar. A mesma questão da pesca de arrastão lá no Amapá: o Ceará vai pescar lá; o Rio Grande do Norte e a Guiana. A lei existe e é uma beleza, mas não se fiscaliza.

Então, temos hoje aqui uma relação de hipocrisia entre o Governo Federal e a Região Norte. O Governo Federal faz a lei, vou pegar o exemplo mais marcante: o caso do mogno e da virola.

Se eu fosse Presidente da República eu proibiria a industrialização do mogno e da virola e não a extração, porque pode ir nas lojas aqui de Brasília que não está faltando mogno em nenhuma delas, todas as mobílias de mogno sempre estiveram lá e estão lá expostas.

O segundo ponto dessa relação promíscua de lei com a realidade: qual é a legislação que põe na cadeia um gerente de reservas, como os indígenas, que tem milhões e milhões de hectares? Eu nunca vi um índio preso neste País por ter extraído mogno ou vendido o mogno, e o Paulinho Paiakan é o maior produtor de mogno que nós conhecemos no Brasil.

Então, começando desta premissa, o Dr. Eduardo Martins colocou o seguinte: é possível compatibilizar o plantio e foi esse o motivo pelo qual vim aqui conversar com ele e com os Srs. Senadores, lembrando a ele o encontro em que trouxe um agricultor da reserva extrativista do Cajari, o agricultor Tadeu.

Veja bem o que é a legislação ambiental: o agricultor Tadeu plantou e morava lá dentro da reserva extrativista há mais de três anos e plantou feijão, milho. Este rapaz está banido do Amapá por uma condenação do Ibama, ele é bandido, porque ele plantou. Se ele tivesse plantado arroz, mas resolveu plantar feijão também – talvez tenha sido por isso.

Então, a sugestão que eu dei para o Tadeu foi a seguinte: volte lá no Mato Grosso, vá numa cidade pequena, tire um outro registro de nascimento, volte aqui que aí vamos tirar todos os seus documentos com uma outra personalidade, com uma outra razão jurídica de cidadania, porque a legislação transformou um agricultor num bandido. Esta é a realidade da legislação ambiental. No entanto, não conheço nenhum malasiano, nenhum grande produtor de madeira que esteja preso.

O segundo ponto é a questão dessa situação federativa da fiscalização e do gerenciamento do patrimônio ambiental.

Embora o Senador Jefferson Péres tenha aumentado um milhão de quilômetros quadrados na área do Estado do Amazonas, mas é realmente impressionante quando se fala que o Estado do Amazonas, com o seu pouco mais de 1,5 milhão de quilômetros quadrados, é do tamanho da África Austral. E pode uma pessoa aqui de Brasília, com duas centenas de fiscais no Brasil todo, gerenciar só o Estado do Amazonas? Não pode! Esta lei está errada, tem que descentralizar, estadualizar a ação das leis. O Ibama teria que gerenciar a política ambiental para o Brasil. Vai, aqui, a primeira pergunta para o Dr. Eduardo Martins: se eu estivesse chegando hoje à Amazônia e o procurasse, onde eu poderia plantar lá, onde eu poderia minerar lá, onde poderia extrair madeira lá, onde poderia fazer florestamento lá? O Ibama tem esse mapa autorizativo, ou seja, que mostra quais as áreas econômicas que já estão disponíveis para o cidadão amazônida e para o cidadão brasileiro? Existe o gerenciamento econômico e espacial da Amazônia para se poder fazer leis a partir dele? Nós estamos fazendo leis para o momento. Se há um fogo, ele é apagado. Se há inundação, põem-se barreiras.

Vou pegar um exemplo da legislação federal. Pouca gente sabe, mas lá em Manaus, cidade que está toda circundada pela produção de essências, principalmente de pau-rosa, não existe uma indústria de perfumes. O pobre do Estado do Acre ainda está sonhando com a extração da borracha! Teria que haver uma lei que permitisse dar um salário mínimo para eles e transformá-los em guardas-florestais, territoriais ou federais, só para poderem guardar a propriedade deles. Isso é mais barato para o País do que ficar com essa fábula de La Fontaine enganando esse povo. Não dá para competir com florestamentos de borrachas manejados, como há no Oriente. Estão enganando o povo lá, estão fazendo disso palanque para outro encontro no Rio, mais uma vez, com o tal de desenvolvimento sustentado.

A segunda coisa que vejo com preocupação é exatamente a questão de se criar áreas arrecadadas sem se dar para elas um estatuto definitivo. Vejam

bem, temos nomes de espaços territoriais no Brasil – área Yanomami, área Kaiapó, Tiriós, Waiampis, Reserva Extrativista do Cajari. O País não pode ter dentro do seu território pedaços geográficos com nomes e sim com funções e regras. A legislação ambiental não desenvolveu, até agora, um aplicação para que o homem possa estar dentro de uma área arrecadada vivendo bem. O exemplo maior que eu vejo, onde passo de dois em dois meses de carro, é a Reserva Extrativista do Rio Cajari. O local onde a reserva deveria ser feita, ou seja, ao norte da atual BR-156, está livre. Isto é, o local onde há a hiléia pura, segundo os conceitos de Rumboldt, está lá. Onde há um pouco de reservas, área de várzeas e campos, está a reserva extrativista, com quase meio milhão de hectares.

Vejam bem que a gente comete um erro ambiental, através de uma lei que arrecada, mas ninguém tem a coragem de dizer: vamos remanejar os limites dessa floresta, vamos mudar o estatuto. Os homens estão indo para Macapá e para o Laranjal do Jari. Deve estar acontecendo isso também em outros Estados. Como é que Manaus, em 1970, tinha 310 mil habitantes e agora está com 1 milhão e 140 mil habitantes, segundo o glorioso IBGE, que perdeu mais de 20% da população amazônica nesse recenso?

A questão é o Senado, é o Congresso Nacional mudar o conceito de fazer leis. Não adianta proibir a extração de mogno, de virola. É preciso proibir a industrialização. Se se quer permitir, então a empresa que extrair o mogno terá que apresentar mais cinco padrões de madeira branca em mesmo volume, senão não recebe a licença ambiental. O manejo florestal deve ser feito no bolso do empresário e não nas contas do empregado que está lá na floresta.

Caro Presidente, Senador Nabor Júnior, vou só repetir essas três, porque eu realmente estou naquela de deixar a questão ambiental e a questão indígena no **laissez-faire**. Não dá mais para ser brasileiro, porque é o mesmo que jogar água no oceano. Não se consegue fazer mais nada.

Eu perguntaria ao Dr. Eduardo Martins, profundo conhecedor do assunto, primeiro, qual a lei ambiental que pune os indígenas por crimes contra a natureza?

Segundo, com relação às reservas extrativistas, qual a política do Ibama para o homem que encontra e não para o que assenta? Quando o Ibama retrata uma realidade antropológica espacial, qual é a política feita? Por exemplo, se o homem tem lá uma cabeça de vaca, o que é feito com ela? Mandam tirá-lo e se ele tem uma agricultura lá, mandam prendê-lo? Ou ele é perpetuado no que chamo de cárcere ambiental? O pior cárcere que existe é o ambiental e econômico. Por exemplo, você só vai tirar castanha. Aí o homem fica sentado lá e quando chega o mês de dezembro os ouriços estão começando a cair. Até abril, no máximo, ele vai apanhando aqueles ouriços. É o pior cárcere que existe. Quer dizer, ele só pode fazer isso.

Finalmente, qual a evolução que o Ibama tem para a estadualização do gerenciamento legal da natureza na Amazônia, uma vez que está comprovado que ele não tem gente nem braços para fiscalizar o cumprimento das leis que impõe a nós, brasileiros?

Por que esses impostos – só o Tadeu, por exemplo, vai pagar R$56 mil, isso há seis meses, um cidadão que plantou feijão numa reserva extrativista e está com uma multa desse valor – não vão para os grandes núcleos de excelência cultural, como o INPA, como a Universidade do Pará, que tem o Naer, como o Museu Emílio Goeldi, para que eles possam criar realmente projetos aplicados ao caboclo e à cultura regional?

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra ao Dr. Eduardo Martins.

O SR. EDUARDO MARTINS – Antes de responder às questões, gostaria de fazer uma rápida preliminar.

Concordo que a gestão ambiental tenha adotado a saída de normatizar as crises. Essa estratégia de certa forma acumula, cada vez mais, compromissos de gestão e há uma grande lacuna. Não temos como sustentar isso e não haverá solução para a gestão ambiental no Brasil e na Amazônia sem a prática do federalismo.

No art. 23 da nossa Constituição está dito que a responsabilidade material com a questão ambiental, dentre outras áreas, é comum entre União, Estados e Municípios e que uma lei complementar vai regular e delimitar quem faz o quê. Não há, de acordo com nosso conhecimento, nenhuma iniciativa promissora no Congresso para disciplinar essa divisão de atribuições que entendemos ser essencial.

O que estamos fazendo – e aí começo a responder pela questão da gestão ambiental – para resolver o problema, ou seja, estamos montando o que denominamos de Pacto Federativo para a Gestão Ambiental. Estamos negociando com cada Estado. O que vem a ser isso? É um documento que o Ibama e o órgão estadual do meio ambiente firmam, em que se diz o que cada um vai fazer. Temos um processo para fazer com que o Estado se fortaleça e vá

assumindo o que hoje existe, as responsabilidades que hoje são do Ibama. Isso tem que ser assim, porque o País é muito desigual. Não dá para se fazer um corte linear, por exemplo, e dizer: de hoje em diante vamos deixar de fazer isso e vocês vão começar a fazer isso e mais isso.

No caso do Amapá, já fizemos contato com o Secretário de Meio Ambiente, que por sinal provém do Museu Goeldi, para firmar esse acordo. É um processo a longo prazo. Os Estados vão ter que investir em infra-estrutura, vão ter que investir em pessoal, vão ter que investir em capacidade funcional para fazer essas coisas funcionarem.

É insustentável manter essa expectativa que há em torno do Ibama. Ela é falsa. O Ibama nasceu com a perspectiva de uma abrangência impossível, quase que como um semideus. Em sua origem, o Ibama devia definir a política, praticar essa política, punir quem não a praticava e perdoar a punição. Isso é alguma coisa impossível e em todos os níveis. Eram cento e trinta atribuições. A proposta de reorganização do Ibama, em que é fundamental os Estados assumirem suas responsabilidades, é no sentido de reduzir as suas atribuições para vinte, naquilo que é permanente e federal, no nosso entendimento. Depois de todo esse esforço ainda precisaríamos de uma norma aprovada por este Congresso delimitando essas atribuições.

Se formos examinar o art. 23 da Constituição, que inclui vários aspectos, nenhum daqueles temas ou assuntos foram ainda disciplinados do ponto de vista de divisão de responsabilidades. Fala-se muito em dividir os recursos disponíveis no País, na divisão de orçamentos, em impostos, mas ninguém ainda enfrentou o desafio de distribuir e definir o que é de quem. Acho que isso gera um monte de conflito.

Se formos examinar a legislação ambiental disponível vamos ter três volumes enormes. Há um furor normativo que normalmente se adota para enfrentar as crises.

Concordo com a crítica.

A questão da definição, quer dizer, não só a Amazônia mas o Brasil inteiro é também uma previsão constitucional em torno da questão do zoneamento ecológico-social-econômico. Na Amazônia esse zoneamento tem avançado de maneira muito lenta, mas pode ser um instrumento importante se aplicado com a flexibilidade para disciplinar essas destinações. É obvio que esse zoneamento não adianta ser estabelecido se os investimentos de infra-estrutura, se os outros instrumentos de indução do Governo não respeitarem a lógica espacial; ele não existe, ele acaba acontecendo de uma maneira atropelada com iniciativas em vários níveis que geram sobreposições. É a crise que temos hoje com a quantidade de unidade de conservação criadas e que não levaram em consideração o que existia de fato no solo. Por quê? Isso foi criado de última hora, de fato em gabinete em Brasília.

A maneira de resolver isso está sendo proposta, está equacionada num projeto de lei já em fase final na Câmara dos Deputados, o sistema nacional de unidade e conservação. O que prevê esse Projeto de Lei? Prevê que durante três anos será possível fazer um reajuste de limite e de tipo de unidade de conservação que existe no País. Para tentar resolver o problema da intervenção, do autoritarismo que essas áreas, ao longo do tempo, foram criadas.

Lá há um pressuposto de que essas redefiniçõ-es sejam feitas com a população local, numa discussão e participação que permita encontrar desenhos e definições apropriados, conforme o Deputado indicou.

Na questão do índio existe aquela proteção, inclusive constitucional, do ponto de vista da responsabilidade. É extremamente difícil atuar do ponto de vista de lei ambiental dentro das áreas indígenas. Tentativas que temos praticado muitas vezes levam a confronto com a população indígena extremamente difícil. O índio passa a depender de vender madeira a partir do momento que depende de um conjunto de coisas que consumimos e ele precisa de dinheiro.

A lógica indígena, no geral, não tem uma lógica de longo prazo, mas de curto prazo. O que tem feito muitas vezes que os recursos naturais de áreas indígenas tenham sido explorados, gerando um problema muito sério. Lembro que a primeira vez que estive pelo Ibama num encontro com a liderança Caiapó quando me propunha que aquela reserva eles não queriam mais, queriam outra reserva, porque o ouro e o mogno que existiam já estava em franca extinção. Isso se resolve não só disciplinando a questão das terras, mas sobretudo melhorando a assistência que temos que praticar, do contrário eles vão buscar fazer dinheiro com os recursos que têm disponíveis e não temos sucesso; resolve-se isso com presença e assistência do Estado.

Quanto às reservas extrativistas, parte da reserva extrativista criada tem problemas relativos à sua criação; à maneira como foram criadas, muitas não deveriam ser destinadas ao extrativismo. Também existe um outro problema no conceito de reserva extrativista, a origem do conceito tem a ver com uma coisa meio pura de que o indivíduo, mesmo ex-

trativista, vive só da coleta, o que não é verdade, não existe extrativista que não seja agricultor, normalmente com base na subsistência e comercializando seu excedente, seja de farinha ou outro produto e não seja caçador, pescador, tendo um outro produto como seringa ou castanha.

A orientação do Governo para os extrativistas coincide exatamente com a indicação do Deputado, a idéia é ter uma maneira de remunerar pela contribuição ambiental que a pessoa está dando, independente de uma busca de solução econômica para essa população, seja em sistema agroflorestal, como o Senador Jefferson Péres indicava, seja até mesmo com madeira, ou seja até mesmo com os produtos tradicionais que o extrativismo vem consumindo, que nunca vai competir com a Malásia, nem os plantios de São Paulo competem com a Malásia muito menos a extração nativa na Região. Essa é inclusive a indicação e orientação do Presidente da República.

Quanto à questão da arrecadação do Ibama, o dinheiro que o Ibama arrecada, que hoje equivale a um terço do seu orçamento, é reinvestido no Ibama. Estamos pretendendo melhorar esse desempenho, porque não temos nenhuma expectativa de termos um tratamento diferenciado do Tesouro. A idéia é que tenhamos uma capacidade maior de auto-suficiência financeira. Independente disso, o Ibama e o Ministério mantêm investimentos significativos no INPA e no Museu Goeldi, duas instituições que têm recebido inclusive recursos para uma reorganização de infra-estrutura completa e também na linha de financiamento de pesquisa exatamente no sentido do comentário do Deputado.

Muito obrigado.

O SR. *(Não Identificado)* – Pediria vênia ao Sr. Presidente para usar a palavra por mais dois minutos.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Peço que V. Exª seja breve, porque existem mais dois parlamentares que querem fazer perguntas ao Dr. Eduardo Martins.

O SR. *(Não Identificado)* – Vou só dar um a contribuição.

O zoneamento econômico-ecológico – que é um processo e não uma figura, ele não pode ser apresentado, e concordo com isso – não funcionou pelo seguinte – sou Governo e posso criticar sabendo o ônus de minhas palavras -: não funcionou porque foi colocado no lugar quem não tem vocação para trabalhar zoneamento, geografia, geologia, fauna e flora, foi colocado na SAE com o IBGE, enquanto tem uma CPRM que recebe salário todo mês com mais de duas centenas de técnicos e com quase 30 anos de experiência nisso. Por isso que o zoneamento não funciona.

Em segundo lugar, por exemplo, esse negócio de fazer lei, como essa Medida Provisória nº 1.511, que me dizem as más línguas surgiu lá do Ibama, agora no Amapá os empresários que estão entrando nas áreas de fronteira agrícola estão desmatando, ao invés de desmatar isotropicamente, como figuras mais homogêneas, quadrado, retângulo, estão fazendo cortes da floresta linear e pegando "laranjas", pessoas para requererem as áreas já com procuração de gavetas, ou seja, mais uma lei que foi feita para proibir sem conseguir fiscalizar.

Então, pediria ao Dr. Eduardo Martins que reveja a Medida nº 1.511, porque ela só serve mesmo para levar para Paris.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Com a palavra o Senador José Bianco.

O SR. JOSÉ BIANCO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Dr. Eduardo, procurarei ser bastante objetivo e breve devido o adiantado da hora.

Dr. Eduardo, o Senador Ademir se referiu às palavras do Ministro do Meio Ambiente de que as florestas são derrubadas, devastadas e o que sobra para o proprietário dessa área ou mesmo depois para o próprio madeireiro é um de 176, o número pelo menos foi esse, não sabemos exatamente.

A questão é: o Ibama, o Ministério do Meio Ambiente têm procurado entrosamento com outros organismos do Governo no sentido, por exemplo, BNDES, de facilitar financiamento para que as indústrias de madeira possam realmente se estabelecer de forma mais moderna na Região? Creio que esse seja um passo necessário no entrosamento entre os organismos governamentais que venham a possibilitar que passemos a gerar produtos agregados, sob pena de, em não acontecendo, de continuar ficando com esse ridículo valor na origem da madeira.

V. Exª se referiu à questão do ITR que realmente facilitará que esses empresários que hoje manipulam de certa forma o mercado consigam fazer estoque de terra, porque essa terra realmente caiu de preço. Mas o questionamento que faço é o mesmo que acabou de fazer o Deputado Feijão: não entende V. Exª que a Medida nº 1.511 – e fiquei aqui apenas para fazer essa referência a V. Exª – fez com que o preço da terra na Amazônia tenha baixado de maneira considerável e vai continuar, caso a medida se mantenha. Não haverá realmente ne-

nhum sentido a terra ter valor na Amazônia, não interessa quem tenha 30, 200 ou 200 mil hectares e só poderá explorar 20% da área. O meu entendimento é que o valor dessa terra continuará ínfimo, insignificante e possibilitará que aqueles que trabalham com a madeira tenham esse estoque de terra. Não é uma pergunta, é apenas para que reflitamos, porque também vou fazer esta reflexão.

Pelas ponderações que foram feitas aqui pelo Senador Flaviano, no Governo de quem V. Sª, Dr. Eduardo – temos informações – trabalhou e prestou excelente serviço àquele Estado, será se fez corretamente o Estado do Acre em preservar quase 100% de suas áreas ou fez mais correto o Estado de Rondônia que explorou em torno de 20, 22% de suas áreas? O Acre permaneceu com seus hoje 400, 500 mil habitantes – e nós não temos certeza nem confiança no trabalho do IBGE – e Rondônia com 1200, acreditamos que tenha 1600, será se as pessoas que continuam vivendo no Acre, vivendo do extrativismo, vivem em situação melhor que os nossos agricultores, que não estão vivendo também uma situação ideal e ótima? Mas será que a situação dos nossos agricultores de Rondônia é comparável, para melhor ou para pior, em relação àqueles que continuam no extrativismo no Acre?

Eram essas as considerações que eu gostaria de fazer, Sr. Presidente, e agradeço a atenção do Dr. Eduardo.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Com a palavra o Dr. Eduardo.

O DR. EDUARDO MARTINS – Eu gostaria de iniciar com a Medida Provisória nº 1.511. Entendo que existe um nível razoável de consenso, que foi fruto da discussão após a publicação da medida provisória, de que dois elementos poderiam aperfeiçoar aquela medida: um é a flexibilização para os pequenos. E, aí, há uma motivação extremamente relevante e importante, inclusive de segurança alimentar, porque é o pequeno que alimenta a Amazônia. E este pequeno tem, mantidas as bases tecnológicas praticadas na região, a necessidade de converter em torno de 500 mil hectares por ano de floresta.

Então, entendo que, sobre isso, existe um razoável grau de acordo e de entendimento que seria uma flexibilização necessária. A outra flexibilização é o condicionamento à questão do zoneamento, que entendo também ser viável, factível, inclusive, disciplinando e incentivando os Governos estaduais a praticar esse zoneamento. Muitas vezes, o zoneamento não vem sendo definido porque é um processo difícil, não do ponto de vista técnico, mas de condição política, significa estabelecer uma disciplina que, se não acontece dessa forma, acontece pela lógica econômica ou acontece pelo atabalhoado de iniciativas que passam a disputar o interesse pelo espaço. São o interesse indígena; o interesse madeireiro; o interesse da compra, agora, de terras, inclusive, com o capital estrangeiro; etc.

Entendo que a grande queda do valor da terra na Amazônia não foi da 1.511; se se analisa a curva, associa-se isso com o plano econômico. Com o Real, fica mais difícil manter terra como reserva de valor numa orientação especulativa. E, nesse sentido, penso que a MP 1.511 pode contribuir, mas contribuirá mais o ITR, porque, se a propriedade não for produtiva, em 5 anos cobre o valor da terra no lugar.

Entendemos que a tendência de baixa de preço tem esses três fatores, mas o fundamental, até o momento, foi o do Plano Real.

Existe uma iniciativa do Governo por orientação da Presidência da República para juntar as várias partes do Governo no sentido de propor uma política florestal para a região. Isso vem sendo coordenado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos, vem sendo discutido um conjunto de instrumentos que vão ser, oportunamente, trazidos à discussão de V. Exªs. Não tenho autorização para anunciar o que está sendo pensado, mas posso dizer que esse processo será feito com bastante transparência, clareza e debate. Isso envolve indústria e comércio, área ambiental, área econômica, porque vamos precisar de instrumentos financeiros para botar isso para funcionar, ou seja, envolve a área de formação de recursos humanos, uma vez que a preparação de mão-de-obra vai ser algo essencial e fundamental.

Então, há um envolvimento grande do Governo, que, no âmbito do Executivo Federal, tem discutido e tentado imaginar o que poderia ser conduzido.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – O Senador Ademir Andrade ainda quer fazer algumas considerações. E a ele, então, concedo a palavra.

O SR. RELATOR (Ademir Andrade) – Dr. Eduardo Martins, o debate nos deixa conscientes de que a nossa realidade é triste, somos completamente desorganizados, o Governo está desorganizado, e o que se está pensando é em dar os primeiros passos no sentido de uma organização. Mas isso vai levar muito tempo para ser atingido.

Criei algumas dúvidas sobre as quais vou fazer algumas perguntas objetivas e bem lentas, para que o senhor anote, porque eu gostaria também de respostas esclarecedoras.

Em primeiro lugar, deu para entender, no debate, que a idéia de propor à iniciativa privada a exploração de determinadas reservas florestais seria, inicialmente, nas áreas decretadas assim pela União. Não ficou claro como é a questão extrativista. O senhor disse que, nessas áreas, que são já de reservas florestais decretadas pela União, se adaptariam pessoas para fazer a exploração madeireira. E a questão da seringa, da castanha, etc? Esse é um ponto.

Agora, o que mais me interessa é o seguinte: quando se pretende fazer a primeira concorrência para entregar à exploração essas reservas? Quando se pretende fazer a primeira concorrência? No caso dessas concorrências, quero saber se, no edital de concorrência, vai haver alguma cláusula que obrigue a indústria que vai explorar a madeira a fazer a industrialização dessa madeira no Brasil. Existe alguma intenção do Ibama de dizer: "não, vamos conceder à iniciativa privada a exploração dessa reserva florestal nacional, mas o Ibama vai exigir como cláusula de contrato que a madeira seja beneficiada, que a madeira agregue mão-de-obra terminando o produto final, móveis, etc." Quero saber se isso é idéia do Ibama, ou não é.

Essa concorrência está aberta ao capital multinacional? Sobre a questão da indústria da Malásia que quer se implantar no Brasil, com que olhos o Ibama vê os malasianos quererem se implantar aqui para atender um mercado que já é deles na Europa usando a nossa matéria-prima? Com que olhos o Ibama vê a participação dos malasianos nesse processo e se a concorrência também é aberta a eles. No caso da concorrência aberta nessas áreas de reserva florestal da União, que é o que estou entendendo que está se pretendendo até agora, vai haver uma ação do Ibama de proibição dos parques madeireiros autônomos, que as pessoas por iniciativa própria chegaram a eles, hoje, vai haver algum impedimento de ação de continuidade desse trabalho nos parques hoje implantados?

E uma última pergunta: a Vale do Rio Doce tem três reservas florestais que ela administra, através de um convênio que fez com o Ibama. A Vale ganhou 400 mil hectares de terra em Carajás, aprovado pelo Senado, ganhou três reservas florestais que foram, em convênio com o Ibama, entregues à administração dela, e grilou outras áreas que une essas três áreas com os 400 mil hectares. De forma que ela detém, hoje, uma área de 1.167 mil hectares somando os 400 mil que ganhou, as três reservas e a área que grilou. Pergunto: V. Exª tem conhecimento de como vai ficar esse convênio entre a Vale e o Ibama, no caso da Vale uma empresa privatizada, sendo, naturalmente, de propriedade do capital multinacional? V. Exª sabe o que ocorrerá com essas três reservas florestais que existem em torno do projeto Grande Carajás no Estado do Pará.

São essas as dúvidas finais que tenho.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Com a palavra o Dr. Eduardo para responder os questionamentos do Senador Ademir Andrade.

O SR. EDUARDO MARTINS – Confirmando, a idéia inicial é a de trabalhar com as terras da União. No caso de Rondônia e do Acre, estamos incentivando que as florestas estaduais também criadas trabalhem mais ou menos com a mesma orientação. Tomamos iniciativa nesse sentido.

Em florestas nacionais é possível compatibilizar o extrativismo com a atividade florestal. Isso vem acontecendo, por exemplo, no caso do Tapajós, onde delimitamos a área que será destinada à exploração comercial da floresta e uma área de uso das comunidades, fazendo com que isso seja conciliado.

É claro que algumas tensões devem ser geradas nesse processo. É possível, inclusive, que a oferta de emprego ou de postos na exploração madeireira tirem algumas pessoas da sua atividade tradicional. Creio que teremos que trabalhar com isso e ver como é que funciona; Tapajós será um importante laboratório para isso.

Talvez ainda este ano seja inviável iniciarmos a exploração com edital, mas a idéia é lançá-lo ainda este ano. A expectativa é que até meados do ano tenhamos algumas propostas de edital para discussão com o setor privado, com os Estados, com a área política, com os ambientalistas, para adequar essas propostas e ainda proceder às concorrências.

A idéia é que exista um conjunto de considerações e condicionalidades, incluindo a questão do processamento. Em alguma circunstância, quando a estrutura permitir e quando existir a possibilidade de investimentos em transformação, pretende-se que essa transformação aconteça próxima ou dentro da própria floresta nacional.

No caso do Jamari, por exemplo, por lá existir uma infra-estrutura da atividade minerária, que lá ocorreu e hoje tem um nível bastante baixo, inclusive com prédios, isso será colocado à disposição desse processo, que deverá ser aberto e não restringir o capital estrangeiro.

Vemos a entrada dos malasianos com uma preocupação muito grande, pois eles trabalham com uma margem de lucro bastante ampla nos seus ne-

gócios, e sua capacidade de investimentos é grande. Em muitos países por onde passaram, o histórico e o currículo não é dos mais recomendáveis, do ponto de vista de sustentabilidade.

Então, temos a consciência de que precisamos de uma posição firme do Estado na disciplinação da entrada desse capital. Mas é inevitável que esse capital comece a criar suas alianças dentro do Brasil, inclusive com o capital da atividade madeireira que existe atuando na região.

O SR. RELATOR (Ademir Andrade) – Não ficou claro para mim, Dr. Eduardo, a questão do beneficiamento da madeira. Não falo apenas da industrialização, no sentido da madeira serrada.

Diria que 99% da madeira exportada da Amazônia sai quase em estado bruto: em pranchas, mal serrada. Hoje, 98% da madeira produzida sai nesse estado.

No caso dessa exploração que o Governo vai conceder à iniciativa privada, seja ela de capital nacional ou multinacional, como V. Sª coloca, pergunto: haverá alguma imposição do Governo no sentido de que essa madeira seja beneficiada no Brasil, ou será a mesma coisa do que está havendo atualmente na Amazônia?

Gostaria de uma resposta clara sobre essa questão. Ou o Ibama diz: "Não. Não vamos fazer exigência alguma!" Ou diz: "Vamos fazer determinada exigência!" É essa a resposta que eu quero.

O SR. EDUARDO MARTINS – A idéia é que sejam feitas exigências que viabilizem economicamente a atividade. Se for possível ter uma viabilidade econômica, do ponto de vista da inversão, com um alto grau de agregação de valor, isso seria considerado como uma pontuação adicional àquele que poderá ganhar a concorrência. Agora, vamos ter que trabalhar com uma limitação, sobretudo porque, em muitas circunstâncias, são coisas iniciais, de trabalhar com a realidade econômica. Ou seja, se for possível estabelecer uma exigência de alto grau de agregação, ou uma condicionalidade para o processo da disputa, isso será incluído, mas a condicionante vai ser a possibilidade de investidores e a possibilidade do retorno econômico, sobretudo porque, em algumas circunstâncias, envolverá investimentos em plantas quase que total, do ponto de vista dessa transformação.

A idéia é que não exista restrição alguma aos parques autônomos ou de iniciativa privada. O que gostaríamos era compreender o desejo dos parques que estão sofrendo dificuldades de abastecimento e começar a utilizar as iniciativas do Governo para induzi-los a se dirigirem às áreas onde exista a possibilidade de florestas públicas. Assim, a idéia não é de restrição, mas de atração.

Com relação à pergunta sobre a Vale do Rio Doce, eu não saberia responder com precisão sobre o tratamento a ser dado às áreas ambientais, que entendo como um ativo ambiental da Vale, no processo de privatização.

O SR. (Não Identificado) - Não é da Vale. É da União. Ela apenas administra isso através de um convênio com o Ibama.

O SR. EDUARDO MARTINS - Existe um conjunto de áreas com diferentes finalidades ambientais que hoje são geridas pela Vale. Existern florestas estaduais, áreas de preservação, APAS, etc.

O que estou dizendo é que não temos informação do tratamento que será dado a essas áreas no processo de privatização.

O SR. RELATOR (Ademir Andrade) - Agradeço a V. Sª.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Finalizando os trabalhos do dia de hoje, quero agradecer ao Dr. Eduardo Martins, Presidente do Ibama, pela exposição que fez a esta Comissão e pelas respostas que deu às inquirições dos Parlamentares que participaram desta reunião.

Na verdade, foi uma valiosíssima contribuição para que tenhamos elementos que nos permitam apresentar um trabalho que defina, na verdade, uma política para o desenvolvimento econômico-social da Amazônia. Esta é a finalidade da nossa Comissão.

Certamente o Senador Ademir Andrade, Relator desta Comissão, colheu todos esses elementos para incluir no seu relatório final.

Concedo a palavra ao Relator para as suas considerações finais.

O SR. RELATOR (Ademir Andrade) – Sr. Presidente, gostaria de sugerir, caso não esteja ainda definido o nome do convidado da próxima reunião, na quinta-feira, de acordo com o nosso programa, que fossem convidadas as pessoas indicadas pelo Senador Darcy Ribeiro, que são dirigentes e idealizadores daquele Projeto Caboclo, a fim de que viessem prestar-nos esclarecimentos sobre suas idéias e pensamentos. Parece-me que são três ou quatro pessoas, cujos depoimentos considero extremamente importante serem ouvidos.

Assim, caso não se tenha confirmado a próxima audiência de quinta-feira, gostaria de solicitar a V. Exª a permissão para que o nosso Secretário, jun-

to com V. Exª, convocasse essas pessoas para um debate conosco.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Gostaria apenas que V. Exª indicasse os nomes para que sejam convocados para a próxima reunião.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h50min.)

2ª Reunião realizada em 20 de março de 1997.

Aos vinte dias do mês de março de um mil novecentos noventa e sete, às dez horas, e vinte e quatro minutos, na Sala 9, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, do Senado Federal, reúnem-se os Senhores Senadores Ademir Andrade, Jefferson Peres, Nabor Júnior, Sebastião Rocha, Ernandes Amorim, Valmir Campelo, Marina Silva, Gilvam Borges e Marluce Pinto, membros da Comissão "Amazônia Urgente". Abertos os trabalhos, o Senhor Presidente, Senador Nabor Júnior, convidou a tomarem assento à mesa os expositores convidados os Drs. Warwick Kerr e Lúcia Rangel. A Presidência comunicou ter recebido documento do outro convidado Dr. Washington de Souza, desculpando-se por não ter comparecido, por motivo de doença. A seguir o Dr. Warwick passou a fazer uma explanação sobre o Projeto Caboclo, mostrando de maneira clara quais são os objetivos do Projeto, bem como a área de atuação do mesmo. Ressaltou o expositor ser o Projeto o sonho do Professor e Senador darcy Ribeiro. Foi registrada a presença da Professora Tatiana Memori, residente da Fundação Darcy Ribeiro. Prosseguindo foi passada a palavra a Drª Lúcia Rangel que enfatizou algumas formulações do Projeto e sobre o andamento do mesmo. Em seguida passou-se aos questionamentos que, pela ordem, falou o Relator Ademir Andrade, tendo sido respondido pelo Professor Kerr suas indagações, inclusive foi concedida a palavra a Professora Tatiana para um esclarecimento ao Relator. Usou da palavra a Senadora Marina Silva que fundamentou sobre os questionamentos levantados pelo Professor Kerr. Manifestou-se ainda, sobre o assunto, o Senador Sebastião Rocha, e não havendo nada a mais a tratar, encerra-se a presente reunião, e para constar, eu, Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, e irá a publicação juntamente com as notas Taquigráficas que fazem parte da mesma.

Presidente: Senador **Nabor Júnior**
Relator: Senador **Ademir Andrade**

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Havendo número legal, declaro aberta a reunião da Comissão Temporária, criada pelo Requerimento nº 475, de 1996, destinada a definir uma política para o desenvolvimento econômico-social da Amazônia.

Constam na pauta da nossa reunião os depoimentos do Dr. Warwick Kerr, biólogo da Universidade de Uberlândia, e da Drª Lúcia Rangel, os quais farão exposições sobre o Projeto Caboclo, por sugestão do Senador Ademir Andrade, Relator desta Comissão. Convido o Senador Valmir Campelo para assumir a relatoria até a chegada do titular do cargo, o Senador Ademir Andrade.

Convido o Dr. Warwick Kerr e a Drª Lúcia Rangel para participarem da mesa. (Pausa.)

A Presidência recebeu do Dr. Washington de Souza, que seria também um dos depoentes desta reunião, fax nos seguintes termos:

> Sr. Senador, após **check up** de rotina, realizado às 20h do dia 19 próximo passado, no Hospital Silvestre, pela equipe médico-cirúrgica e de pneumologia, fiquei proibido de fazer qualquer viagem nas próximas 72 horas. Após esse prazo, será feita nova avaliação. Isso me impediu de atender a tão honroso convite. Mas, tão logo esteja liberado, terei o maior prazer não só em atendê-lo, como também em me colocar ao inteiro dispor dessa Comissão. Certo do apreço e estima, Washington A. de Souza, Presidente do APEM e Presidente, em exercício, do Projeto Caboclo.

Passamos a palavra agora ao primeiro depoente desta reunião, Dr. Warwick Kerr, biólogo da Universidade de Uberlândia, também ligado ao Projeto Caboclo, para que faça sua exposição.

O SR. WARWICK KERR – Senador Nabor Júnior, Srs. Senadores, tenho aqui uma carta de 1990, em que Mércio Gomes conversa com Darcy Ribeiro. S. Exª me pediu sugestões para o Projeto Caboclo. Fiz uma série de sugestões – eu não tinha nada em mãos -, como, por exemplo, adotar a privada produtiva do Impar, ensinar o pessoal de cada comunidade a fabricar açúcar mascavo, pois açúcar branco é quase um pecado na Amazônia, que é também a região do Brasil com menor quantidade de sal. Quando se faz uma usina elétrica, a medida mais importante é protegê-la contra raios, porque o raio não consegue cair de tão pouco sal que existe na terra.

O açúcar mascavo, também perto do Acre – em homenagem ao Senador, vou chamá-lo de açú-

car-gramixó(?), que é o nome que eles dão para o açúcar preto, mascavo – tem de 3% a 4% de sais minerais. Com isso, há uma vantagem muito grande em se comer o açúcar mascavo ao invés do açúcar cristalizado.

Se os senhores forem à Suíça, à Alemanha ou à França, verificarão que, nos bons restaurantes e nos bons hotéis, oferecem-se três tipos de açúcar: o cristal, o mascavo e um outro tipo de açúcar cristalizado intermediário. Observem que dois deles vão se acabando e o branquinho fica ali, para brasileiro comer. Eu, por exemplo, só como o branquinho, mas sou de Santana do Parnaíba e aprendi a comer açúcar mascavo até os 10 anos de idade. Meus dentes – estou com 75 anos – são meus mesmo, graças ao açúcar mascavo que comi naquela época.

Para cada comunidade contratar um especialista em cerâmica, outro em couros e outro em artesanato de couros – e estou pensando em couro de peixe. A minha filha ganhou de um rapaz, no Inpa, uma bolsa de couro de pirarucu. Ela durou doze anos, depois foi roubada – não sei quanto tempo mais durou. E era realmente a bolsa mais bonita que já vi até hoje.

Usar como adubo o matupá, onde houver. Vivi quatro anos e meio em Manaus, como Diretor do Inpa. O matupá é um adubo naturalmente encontrado, no mínimo, setecentos quilômetros antes de Manaus e setecentos quilômetros depois de Manaus, em quantidades muito grandes, porque o matupá aparece numa área que abrange de cem a cento e cinqüenta metros da margem do rio Amazonas e Solimões.

No Inpa se fez uma pesquisa e se mostrou que o matupá não era bom, porque era muito ácido. No entanto, adicionando-se meio quilo apenas de calcário, ele passava a ser o melhor dos adubos. Superou todos os adubos que vinham de São Paulo e do exterior – em Manaus chegavam muitas coisas do exterior. O matupá é o melhor adubo e não é usado. Muito possivelmente V. Exªs não vão achar ninguém que o use, mas temos que fazer um estudo para que se comece a usar o matupá, pois o matupá existente representa mais do que todo o adubo usado na América Latina, e estamos comprando adubo. Para um projeto desses essa seria uma coisa formidável.

f) Outra coisa é aumentar o uso, na alimentação local, de castanha-do-pará, tanto para enriquecer o feijão como o arroz ou outros alimentos. A castanha-do-pará é o alimento vegetal e animal mais rico em metionina. Somos formados com vinte aminoácidos e precisamos dos vinte. Mas, quando chega a hora da formação dentro de cada célula, o primeiro aminoácido que entra na cadeia protéica é a metionina. Sem metionina, posso ter os dezenove aminoácidos... É como o feijão, que tem dez ou doze aminoácidos, dos quais usamos apenas cinco. Se a ele é adicionado o arroz, que já tem um pouco de metionina, passamos a usar oito a dez, mas acrescentando-se a castanha-do-pará, usamos dezessete, e se somarmos amendoim e castanha-do-pará, usamos os vinte. É a carne vegetal.

g) Plantio do guaraná em lugar do café e de pupunha para substituir o pão por seis a oito meses. Fiquei muito contente ao saber que agora há um excesso de pupunha em Rio Branco. Faz-me lembrar aquele negro, George Washington Carvard, que foi um dos maiores pesquisadores dos Estados Unidos na área de tecnologia. Ele fez uma conferência muito importante na Academia de Ciências dos Estados Unidos, que foi fundada por Abraham Lincoln e existe até hoje e é a maior academia do mundo.

Pois bem, ele ensinou a população da Geórgia, os negros especialmente, a produzir amendoim em lugar de fumo, porque o fumo estragava demais a terra – haja vista o Rio Grande do Sul que está sendo estragado pelo plantio do fumo. É claro que são companhias multinacionais que vêm estragar a nossa terra. Pois bem, esse negro mandou eles plantarem o amendoim e todos o obedeceram, o que resultou num excesso de produção que o levou ao desespero. Na maior reunião científica dos Estados Unidos, ele começou dizendo assim: "Perguntei a Deus: por que fizeste o mundo? E Deus me respondeu: seja mais específico, Carvard. Deus, por que fizeste os Estados Unidos? Mas que falta de especificidade, cara! Deus, por que fizestes o amendoim? Ele disse: para você resolver o que tem de ser feito com os amendoins. E eu fui para os laboratórios."

Daí, ele relata trezentos produtos que já tinha descoberto, e um deles os senhores encontram em todas as mesas americanas, que é a chamada **peanut butter**, a manteiga de amendoim – que não tem manteiga, mas é o próprio amendoim amassado, e pronto. Pois bem, o amendoim amassado, mais castanha-do-pará – carne vegetal. É um negócio espetacular. O único cuidado é secar o amendoim direitinho para ele não dar flatoxina, que pode provocar câncer no fígado. A outra é usar o cata-água do Inpa e usar barcos à vela.

Temos de começar a pensar que daqui a 13 anos começará a acabar a gasolina – 2.010 é o início do começo e 2.060 é o fim -, e importam-se to-

dos os tipos de carro, que gastam muita gasolina por quilômetro.

Deveríamos bloquear totalmente o uso de qualquer carro, nos próximos 3 ou 4 anos, que fizesse menos de 25 quilômetros por litro de gasolina. Isso já existe por aí, mas a gente prefere gastar mais, não é?

Bom, finalmente, desenvolver no local a apicultura com melípona, que é uma abelha fantástica.

Temos cerca de 50 espécies diferentes no País e em cada lugar há uma melípona que se adapta melhor. No Acre, há 5 ou 6; em Manaus, há uma chamada uruçu boca-de-renda, que é um negócio espetacular, chegando a produzir 15 litros de mel por ano; e também, no Nordeste, temos a uruçu-do-nordeste, que dá um dos melhores méis que conheço.

Da Bahia para o sul, os indígenas não desenvolveram a domesticação dessas abelhas, mas temos apenas quatro abelhas domesticadas no mundo: a **Apis melifera**, na Europa, que é a abelha, aqui também às vezes chamada europa, mas hoje africanizada; a segunda é no México, a cabi; a terceira é no Maranhão, a tiúba; e a quarta é no Nordeste, a uruçu.

Mas, a abelha que ocorre em todo o Norte do Brasil é passível de domesticação muito rapidamente, só que há técnicas para isso.

Bom, o México ficou muito entusiasmado com a carta e aí passei a receber cartas e convites do Senador Darcy Ribeiro para discutir o assunto. Agora, pouco antes de sua morte, S. Exª mandou o Projeto Caboclo, Fundação Darcy Ribeiro, que tinha algumas idéias fundamentais. Ele fala, primeiro, de a Amazônia ser objeto de escândalo mundial, pelo fato de estar sendo destruída tão rapidamente.

Estive na Ilha de Bornéu há pouco tempo, mas, por causa do tempo, o avião teve de vir por trás, mais ao sul, e passamos por cima de Java. Passando por cima de Java, fiquei escandalizado de ver: aquilo parece um campo de golfe. Onde está a floresta fantástica de Java? Não tem mais. Os chineses, japoneses e malaios destruíram tudo. Não sobrou muita coisa lá, e começaram a destruir Bornéu. Mas, aí, era malaio destruindo malaio – foi mais fácil controlar.

Então, como eles não podem mais pegar coisa fina lá, eles vieram pegar coisa fina aqui. E os senhores já viram: o aumento da exportação de madeira tropical subiu de 25% para 35%, graças a essas companhias que começaram a se instalar há 3 anos. Evidentemente, Darcy Ribeiro chorava ao ver isso e chorava ao ver a Vale do Rio Doce, a floresta, não a companhia – pela companhia, ele vai chorar mais ainda. Mas, a floresta Vale do Rio Doce foi praticamente destruída.

Quando vou para um Estado, visto sua camisa: de agora em diante, sou mineiro. E eu já fui muita coisa: já fui amazonense, já fui maranhense e, agora, sou mineiro. Mas se perguntarem sobre o meu coração, meu coração é maranhense. Adorei passar oito anos e meio no Maranhão, porque a cada realização, a melhoria da qualidade de vida é imediata e visível. A vida, lá, é uma beleza.

Ele, então, diz: "Como fazer um Projeto Caboclo?" Primeiro, ele quer que a opinião pública internacional continue atenta, como única força capaz de levar o Governo brasileiro a interromper a atual política destrutiva e substituí-la por uma força de coexistência entre a sociedade brasileira e a Amazônia.

Ele fala das demandas sociais e econômicas atuais, fala em formar um projeto para a Amazônia. Ele parte da idéia de que as comunidades tradicionais da Amazônia, sejam índias, sejam caboclas, podem, com pequena ajuda de capitais, em forma de salários temporários e de tecnologia intensiva de plantio de árvores frutíferas, ou extrativistas regionais, ou de criação de animais como jacaré, tartaruga, capivara etc, adquirir um desenvolvimento sustentável capaz de satisfazê-la nos níveis econômicos e sociais exigidos pelo relacionamento com a sociedade brasileira mais ampla.

Ele fala de três exemplos que poderia sugerir para o Projeto Caboclo: a criação de bosques de árvores nativas frutíferas e sua exploração semi-industrial por comunidades caboclas; a organização, nas mesmas bases cooperativas, de comunidades devotadas mais à comercialização de peixes, tartarugas, jacarés etc, nas regiões de lagos; e o terceiro exemplo seria a implantação, em ilhas da Amazônia, de criatórios de espécies zoológicas. Para os três exemplos de experimentos, a proposta é começar a criar modos coletivos não-destrutivos de adaptação e de desenvolvimento sustentável das comunidades.

Esses três tipos de experimentos seriam transformados em tantos projetos-modelos quanto possam ser implantados, os quais devem ser estudados, selecionadas as principais zonas ecológicas da Amazônia: do Acre, os seringais e castanhais; nas ilhas e lagos do Solimões, no Amazonas, a criação de peixes amazônicos – atualmente, já produzem mais no sul do País do que na própria Amazônia -, além de criatórios de tartarugas e jacarés no rio Tapajós e outros.

Para cada projeto-modelo – ele estava pensando em 50 projetos como alvo final -, seriam mobilizadas 50 famílias, que receberiam recursos e investimentos para se manterem e, ao mesmo tempo, realizarem a atividade produtiva central, até alcançarem autonomia e se estruturarem em forma de cooperativa de produção e consumo. Cada projeto constituiria uma comunidade com fins específicos de produção econômica, tendo as bases culturais próprias de sua existência. Cada um se instalaria numa base territorial não menor do que 5 mil hectares, o que daria 100 hectares por família – acho até um pouco exagerado.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Quero registrar a presença da professora Tatiana Memori, Presidente da Fundação Darcy Ribeiro, que veio do Rio de Janeiro especialmente para participar desta reunião e ouvir o depoimento sobre o Projeto Caboclo das pessoas convocadas.

Saudamos V. Sª, desejando-lhe uma boa estada.

O SR. WARWICK KERR – Isso tudo que falei é do Darcy, copiado, não integralmente, mas **ipsis litteris**. Quando não é de sua autoria, falo sem ler e faço observações que não estão no texto.

As chances de viabilidade e sucesso do Projeto Caboclo se baseiam em alguns critérios de ordem científica e política. Em primeiro lugar, é um Projeto que busca criar a síntese entre a experiência histórica dos povos da Floresta Amazônica e as novas e imensas possibilidades que a biotecnologia abre para a região. Em segundo lugar, é um projeto brasileiro, levado à frente por uma instituição brasileira sediada no Rio de Janeiro e em Brasília. Em terceiro lugar, o Projeto Caboclo pode ser levado ao campo com ajuda e colaboração das principais instituições nacionais e estrangeiras dedicadas ao estudo dos trópicos, especialmente da Amazônia, entre as quais se destacam o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, o Museu Goeldi e seus congêneres em outros países. Em quarto lugar, as atividades do projeto se realizarão em duas esferas ou duas bases territoriais específicas: a da administração financeira, sediada no Rio de Janeiro e em Brasília, e a de campo, nas comunidades experimentais onde se realizam os viveiros.

Ele sugere alguns nomes para serem consultores do projeto, inclusive o meu. A implantação do projeto no campo seria supervisionada pelo Sr. Washington de Souza e por dois assessores seus; e a coordenação da equipe de campo, por João Carvalho e Ana Lanch.

Tenho também algumas sugestões, como, por exemplo, quanto à instalação. É muito importante que, se se vai gastar dinheiro, se saiba onde não se deve instalar. Não se deve instalar em lugares que sejam mais baixos em altitude do que 15 a 20 metros, devido ao degelo das calotas polares, que deve começar daqui a 10 anos e pode alagar Belém, Nova Iorque, São Luiz e outras cidades importantes. Pode-se garantir seis metros até o ano 2020. Então, se a ciência já disse que isso vai acontecer é melhor respeitar. Pode até não acontecer, mas é necessário que se dê uma brecada muito rápida no uso de combustível fóssil, o que não parece estar nos planos de alguém.

A questão de energia também é um problema muito sério. O tipo de energia deve ser pensado. As possibilidades são as energias eólica, hidráulica e solar. A eólica seria tanto para geração de energia quanto para fabricação do barco do futuro, o barco a vela. É o que se está pensando de novo. Barco a vela é o barco do futuro, porque a energia fóssil vai acabar; pode demorar cem anos, mas vai acabar. Quanto à hidráulica, existe uma pequena turbina, que chamamos de cata-vento e que o rapaz do Inpa chamou de "cata-água", que se leva no barco. Sabe-se que, na Região Amazônica, pouco depois das 18 horas está tudo escuro, porque fica bem no trópico. Os barcos encostam, e seus tripulantes dormem ali mesmo. Assim que ancoram, jogam dentro da água o "cata-água", que fornece eletricidade para várias coisas. Quanto à energia solar, estive nos navios do Projeto Mamirauá, um negócio formidável, com barcos funcionando com bateria solar. Telefonei, inclusive, de um barco, para um amigo meu em Uberlândia, para dar notícias. Simplesmente, perguntaram-me em qual telefone se deveria debitar a conta; respondi que era no meu, e, em poucos minutos, colocaram-me em contato com o Dr. Sérgio Schneider, com quem eu queria falar.

Quanto à localização: não deve ficar muito distante de centros consumidores, exatamente para economizar energia.

Várias cidades na Amazônia cresceram um pouco, e os idosos já têm dificuldade para caminhar de uma extremidade à outra da vila. A bicicleta é a solução para isso. No mundo inteiro, no mundo pobre, bicicleta é a solução. Em Brasília, por exemplo, deveria haver ciclovias, porque, quando vamos às cidades satélites, vemos uma quantidade enorme de bicicletas, e o número de acidentes é razoável. Quando vim para cá, em dois quilômetros de estrada, contei 82 bicicletas. Eu estava indo para o aero-

porto, mas não vi nenhuma ciclovia. As pessoas não sabem pedir, são incultas, nunca estiveram na Alemanha ou no Japão e não sabem que, nesses lugares, em todas as ruas as ciclovias são obrigatórias. Aqui não.

Alimentação é outro item sobre o qual se deve pensar logo de instalação. Entendo que deveria haver o plantio imediato de pupunha, camucamo, cupuaçu, abacate, mapati. O abacate deve ser selecionado na região; não adianta levar de São Paulo, porque eles vão muito mal naquela região. Já fiz uma besteira enorme quando levei caju de Parcajus, uma seleção linda do Nordeste, e plantei no Inpa. Foi um desastre completo, porque era suscetível a todo tipo de pragas que havia na floresta amazônica. No entanto, se eu tivesse tido a brilhante idéia de fazer a seleção nos cajueiros da região eu teria tido um sucesso formidável.

Há certas plantas das quais apenas ouvimos falar. Ouvi sobre ucuié, também chamado "bolsa de mel", que existe no rio Taquetá. Os índios da região selecionaram muitas frutas por aí. O mapati, do norte do Mato Grosso ou de Manaus, é um fruta pequena cujo caroço ocupa todo o interior dela, e ninguém come. Parece uma imbaúba; **urumacecropifolha** é o nome científico, porque parece uma cecrópia. Essa puruma ou mapati existe em grande quantidade na região de Benjamin Constant; foi selecionado pelos índios Ticuna e essas sim são uma delícia. São muito apreciadas pelas crianças, que deveriam usar faca para comê-las; como não o fazem, ferem-se com a parte lixenta que essa fruta tem.

Essas são plantas que em cada região os índios selecionaram de alguma maneira e isso é extraordinário. Há a sapucaia, a sapucaia vagabunda; as sapucaias são a famosa castanha do paraíso, o ingá-cipó, o maracujá, o pequiá. Aqui os senhores estão na terra do pequi. Pequiá é do mesmo gênero. Aqui é o **caryocar brasiliensis**. Na Amazônia é outro, assim como no Maranhão; as espécies se diferem. Tanto o do Maranhão quanto o da Amazônia tem 4 milímetros de parte comestível. Pensei que aqui fosse igual, mas quando vim do Maranhão para Uberlândia, peguei um pequi e pude perceber que há muitos espinhos; os do Maranhão não têm espinho em tão grande quantidade.

Quando se fala em tribo, pensa-se logo em mandioca. Mas há tribos mandioqueiras e tribos batateiras. Há o pajurá, o mamão, a batata-doce. Os Caiapós têm cerca de 12 variedades diferentes de batata; os Dessanas têm mais de 100 variedades diferentes de mandioca. Testei o conhecimento deles e achei fantástico, porque eu pegava uma folha, um galho, dava para eles, que me diziam qual era a variedade. Eu esperava um pouco e quando passava um outro eu mostrava, e ele dizia que era a mesma variedade. Quer dizer, era mesmo cultura da tribo.

Evidentemente, temos que planejar o uso de hortaliças. No Nordeste há uma hortaliça que resolveria o problema, pelo menos por seis meses, é a vinagreira. Fiz análise da vinagreira há pouco tempo e constatei que ela possui 14 mil unidades de vitamina A. É espetacular. Só que os maranhenses comem-na uma vez a cada 15 dias; têm de comê-la duas a três vezes por semana.

Na Amazônia inteira e parte do Nordeste, temos várias plantas. Um exemplo é o buriti, que chega a ter 30 mil unidades, mas varia muito. Em todas essas plantas o teor de vitaminas variam bastante. O doce de buriti tem quatro mil unidades. É formidável. Dever-se-ia mandar todo mundo comer uma colher de doce de buriti pela manhã.

Na miniprodução artesanal há couro de peixe, açúcar preto, farinha de mandioca, farinha de pupunha – o índio faz farinha de pupunha, por que não podemos fazer? Está decrescendo o uso de piracuí, a farinha de peixe socada. O peixe que não serve para uso, eles secam e socam, vira farinha. No mercado de Manaus há sacos de farinha de piracuí.

Fabricação de cerâmica. A cerâmica feita pelos índios do Amazonas é misturada com uma esponja da região e vira um verdadeiro concreto armado. No lugar em que a cerâmica é muito pobre, como a Amazônia, as melhores cerâmicas são as de índio, porque eles usam essa esponja.

Fabricação de botões. Estou até brigando com a minha esposa, porque ela não quer usar o botão que quero que ela use. Esses botões, para mim, são muito feios, porque conheço o botão de jarina. Jarina era o botão da Amazônia há 50 anos. Hoje só conheço uma senhora que faz botão de jarina. O que é a jarina? É a **phytelephas macrocarpa**, uma palmeira que dá um fruto duro como o marfim, inclusive era usado para falsificar o marfim, em peças pequenas. Agora, não temos mais isso, mas podemos voltar a ter, é uma questão de começar.

Quando fui ao Amazonas pela primeira vez, em 1948, ninguém comia macarrão lá. Dez anos depois, devido ao barateamento do trigo na época de Vargas, todo mundo comia macarrão. Diz-se que é muito difícil mudar a estrutura alimentar de um povo, mas não é. Até hoje, macarrão é barato e ainda se come muito macarrão na Amazônia.

A peixada de São Luís é feita com a pescada do mar e com farinha. Raramente se faz o angu, a não ser quem vem de Pernambuco. Em Belém, o peixe é a piracutinga, cujo prato leva um pouco de jambu, ovo e o angu de farinha de mandioca. Em Manaus, não havia tomate, que havia nas outras duas cidades, comia-se cubil. Nos últimos 40 anos, desapareceu, ninguém sabe o que é cubil. Agora, o cubil está voltando graças ao Inpa. O cubil parece um tomateiro, mas tem vitamina B e é considerado mais importante do que o tomate para aquela Região.

Sobre a produção de abelhas sem ferrão já falei e, também, sobre a venda de mudas frutíferas para o exterior.

Quero falar sobre saúde para esses projetos. Apesar de ter grandes quantidades de água, nem sempre se pode tomar daquela água. Vi algumas tribos de índios na Amazônia, no rio Tefé, que usavam água da chuva. Eles tinham muito menos doenças intestinais do que os outros que usavam a água do rio. Inclusive, sobre a água do rio gostaria de lembrar um fato: estava nadando naquele rio, quando veio um índio dizendo que havia piranha, um outro disse que havia candiru. Naquele momento, comecei a nadar desesperado naquela lama, pois estava a 20 metros da margem, sujando meu corpo todo. Foi um desastre. Eu tenho medo de candiru.

Outra coisa a ser feita é o planejamento de farmácias e postos de saúde, já que sem farmácias, postos de saúde e escolas temos que esquecer, não vamos chegar a lugar algum. Uma outra coisa é termos hortas e pomares em todas as casas.

Com relação ao Programa Antiverme, um pesquisador do Inpa mostrou que os vermes, em Manaus e arredores - sendo verificado que isso também acontecia em Santarém e em Benjamin Constant - consomem da criança o equivalente a um litro de leite por dia. Com relação a isso, convém lembrar que quando falamos em doar litros de leite, não lembramos que 30% dos brasileiros não podem tomar leite, isso porque têm disenteria depois dos cinco anos de idade. Precisamos, portanto, estar atentos à genética da pessoa, pois alguns não possuem a lactase necessária para o aproveitamento da lactose do leite. Não tendo a lactase, após os cinco anos, o leite age causando disenteria na criança. É, portanto, muito importante campanhas antiverminóticas.

Há, ainda, uma outra coisa mais importante, ou seja, colocar tela em todas as casas. Quando foram fazer o Projeto Carajás e me pediram sugestões, disse que fossem colocadas telas em todas as casas. Em resposta, disseram que a companhia não aceitava. Disse, então, que impusessem uma multa, ou seja, se fosse encontrada uma janela sem tela que fosse cobrada uma multa de 3% sobre o valor do projeto; se fossem encontradas duas, 6%. Quatro vezes, corta o projeto inteiro. E assim, tendo em vista terem colocado esse item no contrato, nunca foi encontrada uma companhia sem tela naquela região.

E de onde veio essa idéia? Veio de ler a Madeira-Mamoré, onde morreram oito mil brasileiros, nenhum espanhol, nenhum francês, e dois ingleses. E por que morreram? Os brasileiros morreram porque seu acampamento era aberto: eles dormiam apenas em redes e o mosquito entrava à vontade. Os outros, por sua vez, tinham tela em todas as janelas e um tubinho de tela na porta antes de entrar, ou seja, havia duas portas.

Com relação à conservação da natureza nada precisa ser falado, pois é evidente o quanto ela se faz necessária. Gostaria, no entanto, de falar um pouco sobre educação. No projeto, há necessidade de, em todas essas minivilas, haver um prédio com quatro salas, dois banheiros, sendo a sua manutenção feita pela prefeitura, mas também há a necessidade de ter a figura do professor, que usaria televisão e videoteipes para complementar as aulas. E isso não é fictício, está sendo feito em Mamirauá neste momento. São 25 escolas para os ribeirinhos e todas elas estão pondo televisão e videoteipes. Inclusive, a Fundação Anchieta, de São Paulo, cede as fitas e a Globo também tem algumas muito boas.

Na parte da educação também são necessários cursos de capacitação para todos. Já de novo: cerâmica, couro de peixe, artesanato; e, também, a parte de seringueiras, ou seja, como coletar a semente de castanha. Digo isso porque é impressionante como estamos perdendo a observação do caboclo. Um pesquisador do Pará foi colocado, como castigo, em Porto Velho. Lá ele resolveu fazer um trabalho interessante: saía com o barquinho dele numa estrada de seringueiros, e perguntava: "Na sua estrada, qual é a seringueira que produz mais?" Então ele pegava uns galhos da seringueira indicada e os enxertava. Fez assim com uns cem seringueiros, tirava a amostra das melhores seringueiras. Até hoje, é a melhor coleção de seringueiras, altamente produtivas, do CPATU – Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Úmido.

Muito bem! Sabem que não fizeram isso até agora com a castanha-do-pará? E eu perguntava: "Você sabe qual é a que produz mais?" Todos eles

sabem. É a observação de um homem. É até ridículo pensar que ele não soubesse uma coisa dessas.

Os convênios têm de ser feitos com o Museu, com o INCRA, com a Embrapa, mas o primário tem que visar ao secundário; não se pode querer prender todas as crianças naquela situação.

Quanto à diversão, vi uma agrovila que foi destruída na hora em que o dono do botequim saiu, porque ele era o homem que aglutinava a vila toda. Então, é muito importante ter bola ao cesto; não é importante ter futebol, porque é muito grande a área que ocupa. Tem que ser chinês mesmo: é bola ao cesto, vôlei, e outros esportes em que se usa mais gente. E, se for Amazonas, tem-se que fazer concurso de arco e flecha. Todo pirarucu e parte do tucunaré da Amazônia são pescados com arpão e com flecha.

A biblioteca tem que ser um centro de diversão. Deve haver corais, conjuntos, concursos. Morei dez dias entre os índios caiapós, e todas as noites eles tinham apresentação de corais lá e cantavam diversos tipos de música. Aliás, a meu ver, é o único índio que canta bonito. Nas outras tribos, era lastimável agüentarmos o dia inteiro aqueles sons. Ficávamos pensando aonde é que poderíamos ir para fugir daquilo. Por isso penso que eles vão longe no mato porque eles mesmos devem se aborrecer.

Por outro lado, o hino dos caiapós é uma beleza. Perguntei-lhes:

– Vocês gostam de abelha?

– Gostamos.

– De qual abelha vocês gostam mais, daquela que não tem ferrão ou daquela que tem ferrão?

– Gostamos mais da que tem ferrão.

– Por quê?

– Porque dá muito mais mel.

– Como é que vocês as pegam? Vocês não tomam ferroadas?

– Não, nós tiramos com um cipó chamado canora-cané.

Fiquei pensando: como é que eu digo laçar a abelha no ar?

– Quando vocês forem, vocês me levam lá?

– Levamos.

Dois ou três dias depois, eles disseram que acharam uma colméia e que iriam tirar mel. Então fomos para lá, a mais ou menos cinco quilômetros do lugar em que estávamos. E cada vez que chegávamos mais perto, havia muito capim navalha. Depois, quando chegamos perto da mata, eram picadinhas estreitas, e havia muito de um cipó que tinha uns espinhos muito grandes. Finalmente, chegamos dentro de uma clareira, onde havia caído uma árvore, havia um buraco grande, e lá estavam as abelhas. Era fácil de ver que eram africanizadas. Então, peguei meu tradutor, o Tué, e pedi que ele traduzisse para o pessoal que aquela abelha era muito braba. Se nós corrermos aqui vai ser uma carnificina com esse cipó.

Então eles disseram que iam tirar com o canora-cané. Ele nem me deu a resposta, já pegou o menininho, e falou: canora-cané.

O rapazinho veio com um cipó grosso, eles rasparam na mão e puseram numa forquilha, e aí, sim, foi só o chefinho. Para cada coisa eles têm um chefinho, e para as abelhas tinha um chefinho. Ele foi devagar, encostou na colméia e já foi saindo, sem tomar nenhuma ferroada. Mas o importante é que, em três minutos e dez segundos, havia dois litros ou mais de abelhas mortas no chão, e as que estavam chegando entravam e já morriam. O curacã, que era o chefe desse grupo, começou a tirar e a distribuir um pedacinho de mel para cada um e um pedacinho de cria. Então, a gente dava uma dentada na cria, uma dentada no mel, e depois cuspia as asinhas fora. Só posso dizer que era delicioso, especialmente com fome é muito bom. E para quem come camarão e carne de porco, o que é comer uma abelha com mel? Era a larva das abelhas. Tinha alguns que babavam branco, esses eu achava um pouco nojento, mas eram só esses. Vejam como eles tinham descoberto aquilo! No mesmo dia eu quis cheirar. Disse que era gás e fui cheirar. Saí tonto. Era HCN puro e HCN não contamina o mel, só mata as abelhas. Assim que eles tiram, já deixam o gás fora. Mandei analisar. É **Aetanaecium Noturnum**, é uma bignoniácea.

Sugeri que eles plantassem também. Por quê? Por uma coisa que descobri lá mesmo. Apareceu um caboclo chorando e procurando o cacique, o Benajura – que é como é chamado o cacique. Essa caboclo estava dizendo que as formigas saúvas estavam comendo todo o mandiocal dele. Perguntei se ele tinha canora-cané. Ele disse que tinha, e fomos até lá. A plantação ficava a uns três quilômetros da vila. Mandei raspar e colocar nos buraquinhos. Nunca tinham feito isso. Colocamos nos buraquinhos e tapamos com terra, pusemos água em cima e morreram todas as formigas. Agora, soube que todos estão usando canora-cané para matar saúvas e abelhas.

As festas com concurso precisam ter prêmios – eles gostam muito de prêmios -, e os prêmios têm de ser úteis.

Essas são as sugestões, mas posso deixar essa documentação aqui com V. Exª. Tenho outras sugestões. Estou oferecendo sugestões ao Projeto Caboclo. Sou pago para dar sugestões, e V. Exªs estão vendo que as faço com facilidade. Por falta de tempo, não poderei ler tudo. Passo a V. Exª esses documentos e fico às suas ordens.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Agradeço-lhe a exposição, Dr. Kerr.

Concedo a palavra ao Senador Ademir Andrade, Relator da Comissão. (Pausa)

Se os Membros da Comissão concordarem, podemos ouvir agora a Drª Lúcia Rangel, antropóloga da PUC de São Paulo.

Passo a palavra a S. Sª para fazer sua exposição.

A SRA. LÚCIA RANGEL – Quero cumprimentar todos os presentes, o Sr. Presidente da Comissão, os membros da Mesa, a Tatiana, Presidente da Fundação Darcy Ribeiro.

Vou ser bem mais breve que o Professor Kerr, porque ele já falou de quase todos os aspectos do Projeto Caboclo. Vou enfatizar algumas formulações do Projeto e depois falarei um pouco sobre o andamento dos nossos trabalhos, porque talvez tenha sido um pouco prematura a nossa vinda a esta Comissão. Vamos ter uma reunião no início de abril, 7 ou 8, em que a Comissão ainda vai esquentar os motores. Como disse o Professor Kerr, se formos pedir-lhe sugestões, ele não pára mais. Cada um de nós que está envolvido com esse projeto também pode ficar falando horas e horas, e a reunião se estenderá muito.

Só queria lembrar que um projeto com essas características, formuladas pelo Senador Darcy Ribeiro, tem muito a ver com sua trajetória e com alguns aspectos de sua obra, que talvez tenha ficado menos evidente nos últimos anos quando ele deu prioridade, na sua vida, à política.

Na obra do antropólogo Darcy Ribeiro, que desde os anos 50 estudou a Amazônia e as suas populações, já se encontra uma preocupação muito específica com as questões ambientais.

Naquele momento – nos anos 50, principalmente -, na Antropologia se falava em ecologia cultural. Essa idéia do estudo da adaptação das populações a determinados ambientes específicos vem tomando, nos últimos tempos, outro linguajar. Às preocupações com a ecologia têm-se somado as questões do presente, como as destruições sucessivas e brutais dos ecossistemas do planeta.

O caso da Amazônia não é também uma novidade. Embora o processo amazônico seja de destruição da floresta, da biodiversidade, das biotas específicas, a Região Amazônica apresenta uma grande variedade de formas adaptativas. Então, enquanto ecossistema, ela apresenta-se de uma maneira bastante diversificada, e as populações que a habitam também apresentam adaptações específicas.

Essas adaptações não dizem respeito apenas às regiões de beira de rio, de cabeceira de igarapé ou às mais próximas do cerrado e às de mata fechada, mas também a todo um conhecimento que essas populações tradicionais desenvolveram a respeito da própria floresta, do meio ambiente e da domesticação dos ambientes amazônicos, que também é uma prática milenar no que diz respeito aos índios; elas englobam a sabedoria, o conhecimento das populações tradicionais para lidar com a sua reprodução enquanto grupo.

Eu queria destacar esse ponto, porque não se trata apenas de falar da variedade cultural, que, em todas as regiões do Brasil, é muito grande. De norte a sul, de leste a oeste, as nossas expressões culturais estão presentes até hoje, embora possamos detectar inúmeras transformações nas mais diferentes regiões.

No caso da Amazônia, ainda hoje podemos partir do princípio de que a variedade ambiental se combina com a variedade cultural. E não podemos esquecer-nos de algo que é muito importante na tradição amazônica: toda a população que se estabeleceu na região, desde os séculos XVIII e XIX, tomou como base a adaptação indígena para poder sobreviver naquele ambiente. Assim, a base adaptativa do seringueiro amazônico, do pescador da beira do Tapajós e de vários outros lugares foi aprendida com o índio, com as populações indígenas da região.

Se pudéssemos generalizar, veríamos que a combinação dos fatores culturais que o brasileiro leva para a Amazônia com os do índio amazônico é a base da chamada cultura amazônica.

E o que vemos hoje em dia? Dos anos 70 para cá há casos muito dramáticos de adaptação na Região Amazônica.

Sem querer exagerar, o caso do Estado de Rondônia é gritante. Observamos um conjunto populacional grande, os colonos gaúchos estão sofrendo misérias, adoecendo e morrendo de forma absurda, justamente porque essa nova maneira de ocupar o território amazônico teve como diferença, de todas as outras anteriores, não só o desmatamento brutal mas a sobreposição de uma forma adaptativa àquele

ambiente. Em Rondônia, não se aprendeu com o índio, não se aproveitou as experiências das regiões onde os seringueiros já haviam se estabelecido e penado para a elas se adaptarem.

O que há de extremamente valioso no Projeto Caboclo é justamente o fato de que o resgate pelas formas tradicionais de adaptação ao ambiente amazônico devem ser não só respeitadas como incentivadas, na medida em que a região, dadas todas as suas características ambientais e históricas, mostra-se como um ambiente propício para aquilo que podemos chamar de tradicional, hoje, e o que podemos chamar de moderno, principalmente, em termos de uma tecnologia. E talvez, mais do que em qualquer outro lugar do País, esses dois fatores possam ser somados e aliados. Gerar, portanto, não só um melhor aproveitamento das nossas riquezas naturais como também um aumento de produção, com a possibilidade de criação de um mercado interno que leve em consideração todos esses princípios e pressupostos de defesa da nossa natureza e das nossas expressões culturais.

Esse é um ponto forte do projeto, que evidentemente implica ações que não sejam grandiosas. Nenhum grande projeto está previsto na proposta do Projeto Caboclo. Somente ações pequenas voltadas para o desenvolvimento a partir das comunidades locais.

Ainda estamos na fase de operacionalização, a idéia está aqui apresentada e, como sempre, de forma brilhante por Darcy Ribeiro, que nos deixa este presente. Teremos que tomar inúmeras decisões, formular estratégicas, uma vez que a Amazônia é muito grande, levando em conta que as iniciativas que as populações locais amazônidas já estão tomando, há muito tempo, vão nos ensinar como os fatos estão ocorrendo. A idéia é, também, somar esforços para que, de fato, possamos salvá-la. Muito obrigada.

Estou à disposição para as perguntas.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Para a fase de perguntas, passo a palavra ao Relator, Senador Ademir Andrade. Agradeço, de antemão, a exposição da Drª Lúcia Rangel.

O SR. ADEMIR ANDRADE – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Dr. Warwick Kerr, Drª Lúcia Rangel, em primeiro lugar, gostaria de explicar as razões pelas quais convidamos os senhores a comparecerem a esta Comissão. Na verdade, foi uma idéia da Senadora Marina Silva, concretizada por nós.

Observamos que toda forma de ocupação e desenvolvimento da Amazônia tem sido espontânea, baseada exclusivamente na questão do interesse econômico, do interesse de se tirar lucros da nossa Região. O que se fez lá até hoje, de maneira geral, a ocupação, o crescimento populacional, o êxodo que ocorre de todo o Brasil para a nossa região, aconteceu em função do interesse econômico, principalmente os grandes projetos: Tucuruí, Carajás, Albrás, Alunorte, Mineração Rio do Norte, enfim, todos os grandes projetos que se implantam na Amazônia são por interesse econômico.

Não há até hoje nenhum plano do Governo, nunca existiu, em nenhum tempo, um plano de Governo que determine uma forma de ocupação estudada, pensada, analisada. As coisas simplesmente acontecem. As pessoas lá chegam e procuram sobreviver economicamente de alguma forma, utilizando a terra, o potencial que lá existe e da melhor maneira que entende que deve ser utilizada, quase sem nenhuma interferência do Governo.

E é evidente que o próprio Governo tem cometido erros extremamente graves nessa forma de ocupação. A Sudam, que é o órgão que sucedeu a antiga Sudhevea, que se tornou a Superintendência do Desenvolvimento da nossa Região, exerceu, e até hoje exerce, na Amazônia um papel de destruição, um papel extremamente nefasto, porque estimulou a compra de terras por grandes empresas de todo o País que simplesmente derrubaram, queimaram e transformaram as matas em pastagens. Noventa por cento dos projetos da Sudam estão fracassados, não têm nenhuma sobrevivência. Hoje o Governo está tendo que recomprar as terras que deu àquela gente porque os posseiros estão invadindo as áreas.

Não há nenhum estudo, nenhuma viabilidade no aspecto que tanto defendemos hoje, que a opinião pública internacional está cuidando, que é a questão do desenvolvimento auto-sustentado. A própria reforma agrária que se implanta na Amazônia é feita sem nenhum estudo, sem nenhuma idéia e muito mais pela iniciativa dos trabalhadores do que pelo Governo. O Governo simplesmente está regularizando as ocupações que são feitas. As matas estão sendo jogadas no chão, os próprios colonos plantam muito pouco. Plantam uma vez e na vez seguinte já substituem por capim ou então volta, como chamamos em nossa Região, a juquira. Não há nada de planejado para a nossa Região.

Existem algumas idéias. Eu, por exemplo, me sinto encantado com sua exposição, com tantos conhecimentos cientificos dos cientistas e também com o aproveitamento do conhecimento das pessoas que viveram sua vida na Amazônia, os índios, os caboclos, essa união de conhecimentos, essa transferência mútua de conhecimento entre os cientistas e esses caboclos. Mas na prática não vemos

absolutamente nada ser feito. Ou seja, o desenvolvimento auto-sustentado, o aproveitamento pelas comunidades locais, na prática não existe absolutamente nada nesse sentido.

A idéia do Senador Darcy Ribeiro, que não é recente, e até não diria que fosse exclusivamente do Senador Darcy Ribeiro, acho que muitas pessoas na Amazônia pensam e objetivam nosso desenvolvimento como ele também. Cito inclusive o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Professor Seixas Lourenço, Secretário da Amazônia no Ministério do Meio Ambiente, cujas idéias e pensamentos têm muita semelhança com as idéias e os pensamentos do Projeto Darcy Ribeiro.

Bem, então, como estava dizendo, o próprio Ministério tem a idéia, mas não sentimos essas idéias como uma proposta de Governo, não vemos o Governo assimilar e colocar em prática essas idéias. Foi por isso que convidamos os senhores, não apenas pela idéia, mas pelo aspecto político da contribuição que os senhores podem trazer àquilo que queremos para a Amazônia. Por quê? Porque, como foi o Darcy Ribeiro que apresentou, que era uma figura extremamente respeitada, e num momento difícil da sua vida, o fato de ter sido apresentado por ele gerou uma repercussão muito grande, que em outras circunstâncias não aconteceria. Ele convidou uma série de senadores para apresentar a sua idéia, houve inúmeras manifestações de apoio, inclusive do próprio Presidente desta Casa, e o pensamento de trazer os senhores aqui é muito mais de um aproveitamento de um pensamento político do que mesmo das questões colocadas, que não são novas, na verdade.

Existem muitos segmentos que estão pensando essa forma de desenvolvimento, só que observamos que, na prática, o que está acontecendo é um ou outro projeto em pequenos pontos da Amazônia, e absolutamente insignificantes diante do contexto da Amazônia como um todo. Então, quero que compreendam a importância que os senhores podem ter neste momento, nesta questão, porque o nosso objetivo é fazer com que essa idéia, que me parece, vou questionar nesse sentido para ter resposta, não tem nada a ver com o Governo nem com política pública, é apenas uma idéia que está lançada. Se não me engano, nada foi colocado em prática ainda, é apenas um estudo, mas desejo que compreendam que esse fato, e o fato de ter sido Darcy Ribeiro, podem fazer com que politicamente consigamos influenciar o Governo, e essencialmente o Poder Executivo, para tornar isso uma forma de política pública de desenvolvimento da nossa Região.

A razão do convite aos senhores é essa. Na nossa Região, como já disse, há pessoas que têm esse nível de conhecimento, capacidade de desenvolver projetos, a nossa universidade federal já vem fazendo alguns, o Museu Paraense Emilio Goeldi vem desenvolvendo outro, mas, no aspecto político, nenhum tem tanta força quanto este criado pelo Darcy Ribeiro, em função do seu nome estar por trás dessa situação.

É preciso que, na reunião que vão ter, entendam a força e a importância política que têm nesse momento para essa comissão. Ela está tentando fazer o milagre que nunca se conseguiu em tempo algum na história desse País, que é tirar uma linha mestra de trabalho de desenvolvimento para a nossa Amazônia.

A partir dessa explicação, queria fazer algumas indagações. Entendo perfeitamente o projeto e acho que é viável. A associação do conhecimento científico que os senhores demonstram ao conhecimento dos caboclos, à união dos dois e ao financiamento do Governo poderia haver uma nova forma de desenvolvimento na nossa Região. Agora, na verdade, a primeira pergunta que faço é a seguinte. Esse Projeto Caboclo do Darcy Ribeiro ainda é apenas uma idéia, não existe nada em prática, pelo que esteja sabendo. Quero saber se existe algum projeto, se já houve alguma materialização dessa idéia.

Em segundo lugar, quero saber de onde viria o recurso para a concretização desse projeto? E aqui lembro que há idéias semelhantes tratadas na Secretaria da Amazônia e no Ministério do Meio Ambiente, 95% dos recursos que ele tem – e tem aí cerca de cento e poucos projetos, não é isso Marina – existem pequenos projetos na Amazônia muito semelhantes a esse, mas os recursos advêm de recursos externos, dados por entidades não-governamentais da Europa, dos Estados Unidos, etc. A captação é de recursos externos para a aplicação desses projetos, a fundo perdido. Pergunto: no caso do Projeto Caboclo, de Darcy Ribeiro, de onde viria o recurso? Qual a idéia predominante, até este momento de nossa reunião, quanto aos recursos para a implementação desse projeto?

Desejo compreender – e gostaria que os senhores pensassem nisso – como poderemos adaptar para os imigrantes esse tipo de projeto, uma vez que ele é específico para o pessoal da Amazônia, ou seja, para o caboclo, o índio, o seringueiro e o ribeirinho. Sabemos que não há governo, estudo ou idéia que impeçam o crescimento da Amazônia, que impeçam que a Amazônia seja o último eldorado para novas oportunidades de vida neste País. Ela cresce a cada dia e a cada hora.

Pessoas chegam de todos os cantos deste País tentando uma oportunidade, seja no garimpo, na pecuária, na agricultura, ou nos grandes projetos que lá se implantam. Pessoas de todo o País imigram para o Amazônia. As pessoas que chegam por lá não têm idéia do extrativismo, da exploração da riqueza natural, da criação de espécies locais etc. Chegam apenas com a idéia de plantar soja, milho ou de fazer a pecuária. Para isso, chegam derrubando as matas, muitas vezes até sem aproveitamento econômico, o que é um verdadeiro crime. Derruba-se a mata sem aproveitar a madeira. Após derrubá-la, toca-se fogo para utilizar a terra de alguma forma. Essas pessoas desejam vencer e ganhar um dinheiro que lhe proporcione uma vida digna, uma boa casa com geladeira e uma vida confortável. Assim, como poderíamos adaptar a vida dessas pessoas a uma projeto dessa espécie? Como convenceremos o Governo a deixar essa reforma agrária...Aliás, ele não está fazendo reforma agrária nenhuma; o povo ocupa a terra e o Governo a legaliza, geralmente depois de ter morrido alguém. Esse povo que está ocupando a terra faz a sua ocupação em lote individual, geralmente para plantar uma cultura de subsistência, ou seja, feijão, milho, arroz e, logo em seguida, capim. Como convencer o Ministro da Reforma Agrária a fazê-la nos moldes propostos no Projeto Caboclo. Como faremos isso?

Atualmente, há um entusiasmo. O Sindicato de Produtores Rurais – já em um ambiente mais elevado – só pensa em soja. A Belém-Brasília já nos mostra isso. O plantio da soja é a grande oportunidade que os produtores rurais enxergam na região. Desejam exportar e entusiasmam-se com o preço. Todos pensam em plantar soja na Amazônia, especialmente no Pará. Como faremos essas adaptações?

Finalmente, queria uma consideração dos senhores a respeito da idéia do Ibama de privatizar as reservas florestais oficiais ainda existentes na Amazônia. Querem fazer um aproveitamento econômico dessas florestas abrindo concorrências públicas para qualquer tipo de empresa – incluindo as multinacionais – para que elas façam a exploração seletiva das madeiras existentes nessas florestas. Qual é a idéia dos senhores cientistas sobre essa posição governamental proveniente do Ibama?

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra ao professor Warwick Kerr para dar as explicações que foram solicitadas pelo Senador Ademir Andrade. Logo em seguida, a Drª Lúcia poderá complementá-las.

O SR. WARWICK KERR – Nobre Senador, sobre sua primeira indagação a respeito da materialização ou não e sobre a captação de recursos, talvez seja melhor pedir à Presidente, que está aqui presente, para respondê-la. Toda vez que perguntei sobre esse assunto ao Senador Darcy Ribeiro, que era meu amigo, S. Exª me respondia: "Deixa comigo". Essa resposta me tirou da jogada econômica completamente.

Para adaptar um projeto para o imigrante, só há uma solução: a educação. Antes de entrar para o projeto, ele deveria passar por um período de educação para saber uma porção de coisas que não sabe. Ter-se-ia que fazer um programa de ensino para contar as coisas bonitas que há na Amazônia. Com isso estou visando ao migrante, pois o pessoal de Benjamim Constant não só conhecem o que é a purumã mas a comem a ponto de sangrar no bico. A Amazônia não é igual. Começa em São Luís e vai até Benjamim Constant; começa em Caracaraí e vai até a região abaixo de Cuiabá. Ela é bastante diferente. Por exemplo, havia uma frutinha que vinha boiando na água e as pessoas a usavam para conservar o óleo, para evitar que azedasse rapidamente e ficasse com gosto ruim. Com essa fruta ele ficava ótimo. O Dr. Mussa Pires teve a idéia de procurar saber de onde vinha a fruta e foi andando. Saiu de Belém, passou por Santarém e ainda as bolinhas estavam boiando. Passou por Manaus e quando chegou em Tefé, assim que atravessou o centro de Tefé, não havia mais bolinhas. Então, vinham dali para baixo. Ele descobriu que era um área de não mais de 20 km de extensão onde havia a curipitã, que produzia aquela bolinha. Um dos prefeitos ficou sabendo disso, passou a fabricar sabão e acabaram-se as bolinhas em cima do rio. As pessoas não a usaram mais para melhorar o óleo.

Era uma coisa que valia a pena aprender antes que chegassem os destruidores de floresta e levassem tudo para vender na Europa.

Portanto, a educação é a única solução para esse tipo de problema que o senhor apresenta. Claro que em parte é uma solução também válida para o pessoal local. Esses não têm tido acesso às novas tecnologias avançadas. O matupá, por exemplo, a caboclada não sabe, os ribeirinhos não sabem que eles têm ali uma fonte espetacular de adubo. A educação é válida para isso.

O senhor me pergunta como convencer o Ministério da Reforma Agrária. Pela televisão parece-me que o Ministro é um homem inteligente. Se S. Exª nos concedesse uma hora por semana, poderíamos ir até lá ensiná-lo. Os ministros, em alguns aspectos, também precisam de receber educação, não há outro jeito.

O problema da soja é trágico, porque não comemos soja. Deveria haver uma campanha para alimentação à base de soja. A campanha para estimular alimentação à base de soja foi morta por volta de 1950 de uma maneira muito sórdida, pelo menos no Estado de São Paulo. O pessoal dizia: – Não coma soja, porque você perde a vitalidade. Se fosse assim, já tinham se acabado o Japão e a China. Mas foi feita uma campanha muito sórdida, por questão de meses, e ninguém mais queria saber de soja no Estado de São Paulo. Então, uma campanha para pelo menos consumirmos soja é válida. É muito difícil proibirmos o plantio da soja, mas acho razoavelmente fácil proibir que ele seja feito nas florestas.

A terceira pergunta de V. Exª é sobre o IBAMA. Privatizar as florestas acho que é quase tão trágico como vender a Vale do Rio Doce. Para mim é uma tragédia, porque em todos os países, nos Estados Unidos mesmo, há florestas das quais não se pode tirar nem uma semente. São as chamadas florestas intocáveis. O Japão tem mais de 50% da sua área composta de florestas. Até há uma questão de 250 anos, quando havia briga entre os **shoguns**, eles escolhiam lugares para brigar em que não houvesse dano para a floresta. Achei isso a coisa mais deliciosa do mundo. Eles diziam: – Vamos nos dar mal, mas não vamos estragar a floresta.

A privatização da floresta vai fazer com que se tire certas qualidades de mata lá de dentro. Se não houver uma campanha mundial para não se usar mais o mogno, por exemplo, o mogno vai acabar. Fiquei muito irritado quando perguntei para alguém em uma companhia no norte de Goiás, hoje Tocantins, vizinho ao Maranhão: – Cadê o reflorestamento com mogno? O sujeito chamou um menino e disse: – Mostra aí ao professor. O menino me mostrou um pé plantado, com um metro de altura, e o pessoal ficou dando risada.

Quer dizer, banquei o palhaço na frente do pessoal dessa companhia. E é o que grande número de companhias madeireiras faz, completamente diferente do que faz o pessoal da Suécia e da Noruega, que sabe o número certo de coisas que pode destruir e que tem que plantar imediatamente. Eles têm aquilo por 70 anos. Nós não temos. A nossa floresta poderia dar rendimento até mais cedo, pois o nosso eucalipto se reproduz em cinco ou seis anos, mas não temos isso. É uma pena.

Isso vai atrapalhar uma coisa mais importante, que, talvez num futuro não muito distante, dê mais dinheiro do que desmatar, que é o ecoturismo.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Com a palavra a professora Lúcia.

A SRA. LÚCIA RANGEL – O Professor Kerr, em parte, já respondeu, mas o Senador apresentou uma questão que é fundamental. Qual é a chance que temos, conjuntamente, os Senadores da Amazônia, o Senado Federal como um todo, os cientistas, os sindicatos, os moradores e os empresários da Amazônia, de estabelecermos uma política de fato? Esse ponto é fundamental. Não podemos partir do princípio de que essa política já está construída, de que já sabemos tudo, e de que basta formular uma lei e votá-la aqui.

Evidentemente, essa política tem que, inclusive, surgir de todas essas análises, projetos, estudos, do acúmulo não só de conhecimentos específicos sobre a região amazônica, como também das necessidades da população, que são variadas. Acho que o Senador apontou um problema que é muito crucial; talvez seja um problema da própria economia brasileira – que quando realizado na Amazônia vira tragédia – que é o imediatismo do lucro. Como vamos contornar esse que é um problema da economia brasileira? Se entendermos que floresta não é dinheiro talvez comecemos a ter outros parâmetros, porque pensamos sempre em função de dinheiro. Temos poupança, aplicações, devemos movimentar e transformar o dinheiro para não deixá-lo minguar e perder valor. Agora, na floresta isso não acontece; quanto mais tempo ela ficar parada mais ela vai crescer e continuar sua formação; é outro tipo de poupança, porque ela também é econômica. Temos que pensar no futuro. Não podemos pensar em ações e estabelecer determinados parâmetros só para favorecer a população e a geração atual. Sob esse ponto de vista, o estabelecimento de uma política é fundamental, porque quem sabe possamos somar esforços e chegar a uma política para a Amazônia que tenha um caráter geral, para a região como um todo, respeitando as especificidades dentro da própria região – que são muitas – levando-se em conta tudo isso.

Quanto à questão da migração, a educação é fundamental, mas a política também o é, porque não conterá o surto migratório, já que estamos vivendo em um mundo em migração, dentro e fora do Brasil. A população brasileira tem se movimentado de forma intensa nos últimos 40 ou 50 anos, os deslocamentos são enormes e a direção migratória não é mais como pensávamos, nos anos 40 ou 50, que ela tinha a direção campo-cidade. Hoje existem círculos migratórios. Os estudos sobre a migração no Brasil têm mostrado isso, e a população se movimenta muito e cresce além de tudo.

Não podemos imaginar projeto ou ações que tomem por base a população atual, principalmente

quando falamos de pequenos espaços, localidades que têm crescimento vegetativo, próprio de cada população, além da movimentação da população. Esse é um dado para o Brasil que não podemos esquecer.

A questão da privatização da floresta é absurda; a floresta, todas elas, são um bem nacional. O Ibama tem outras ações – que vão em sentido contrário ao da privatização – que têm resultados excelentes. O que o Ibama fez no Pantanal foi fabuloso. Ele transformou os coureiros de jacaré em defensores do Pantanal. O coureiro matava o jacaré e vendia o couro porque era essa sua forma de sobrevivência, já que ele não tinha o que comer. Hoje ele é funcionário do Ibama, com nome próprio, é guia turístico e de pesca; ele é responsável pela preservação do Pantanal. Quando pescadores saem de São Paulo para pescar e depois jogam fora os peixes porque estão fora de tamanho o ex-coureiro é o primeiro a fiscalizar. Então, o próprio Ibama tem experiências valiosas e eficazes.

O que está acontecendo no Pantanal? O turismo pesqueiro é de preservação e está levando recursos: são hotéis, embarcações; enfim, as pessoas vão deixando recursos na região. Quer dizer, cada região vai ter uma característica. É evidente que temos que pensar na produtividade. Aliar esses pontos é um grande desafio que só é possível com esforço conjunto.

É uma pena que o pastor Washington de Sousa não esteja aqui. Nesse caso, acho que a Drª Tatiana Memori pode esclarecer a questão.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra à Drª Tatiana Memori, para expor as questões levantadas pelo Senador Ademir Andrade, Relator desta Comissão.

A SRA. TATIANA MEMORI – O Projeto Caboclo tem nas mãos do Senador Darcy Ribeiro talvez uns 10 anos de existência, de sonho. Talvez uns 2 meses antes da morte dele, surgiu a possibilidade de esse sonho se transformar numa realidade. O Senador estava com muita pressa porque sabia que o tempo dele era curto. O Senador Darcy Ribeiro era, antes de mais nada, um grande fazedor. Quando a professora disse que ele abandonou a antropologia para entrar na política, acredito que o Senador entrou na política porque, por meio dela, ele tinha possibilidade de fazer coisas.

A possibilidade financeira, os recursos para esse projeto devem vir em 1998 de uma organização holandesa. O Sr. Washington de Sousa é Presidente dessa associação na Holanda e no Brasil. A previsão é de que, a partir de 1998, a associação segure financeiramente o projeto.

O Senador teve pressa de dar partida no projeto, daí a apresentação que fez aos Senadores naquela ocasião. Logo, talvez 10 ou 12 dias depois, tenha acontecido o primeiro simpósio já reunindo cientistas, técnicos, etc. para estudarem a fundo o projeto e conseguirem elaborar um plano que permitisse orçar para que o dinheiro viesse dessa organização.

Abordando um outro ponto da sua pergunta, o projeto, durante esse ano de 1997, pretende se consolidar técnica e cientificamente para ser implantado realmente a partir de 1998.

Quando o senhor diz o que acontecerá com as populações imigrantes, o Senador Darcy Ribeiro considerava muito – isso ele me falou várias vezes – que, se o Projeto Caboclo encontrasse o caminho certo de aproveitamento dessas populações, dessas comunidades, isso poderia expandir-se.

Esse projeto, na cabeça do Senador Darcy Ribeiro, começaria pequeno. Ele faria quatro, cinco, seis comunidades dessas, inclusive para corrigir erros, encontrar as falhas e ir melhorando cada vez mais, para que isso pudesse, depois, com o apoio do Governo, se transformar até numa política de Governo. O pensamento dele era mais ou menos esse.

Creio que esclareci o que podia. Penso que o professor Washington poderá, numa próxima vinda aqui, prestar maiores esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra à Senadora Marina Silva.

A SRA. MARINA SILVA – Primeiramente, quero parabenizar as pessoas que estão à frente do Projeto Caboclo e dizer o quanto é importante que tenhamos o nome do Professor Darcy Ribeiro imbricado nesse processo de discussão de alternativas para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Observei que o Professor Kerr, o tempo todo fundamentava suas teses científicas a partir da realidade empírica, colocando a experiência das populações tradicionais. E as populações tradicionais, quando querem ser ouvidas, têm que fazer referências, o tempo todo, ao que descobrem os cientistas para que nós possamos dizer: "Bem, nós pensamos assim, mas, cientificamente, está provado que é assim senão não vale e eu achei muito interessante esse imbricamento da ação do cientista com o conhecimento das populações que, também, é ciência. Eu, por exemplo, descobri uma forma de quando iria chover que era infalível. Na Amazônia tem uma formiga – o nobre Senador Nabor Júnior deve conhecer – que nós chamamos de jacamim. Quando nós víamos jacamins espalhadas pelo meio da mata não tinha outra. Naquele dia, iria chover e podia se esperar que o

leite seria ser perdido porque iria ter uma grande chuva. Então, era uma forma de nós identificarmos. Além do tempo – porque, às vezes, só o tempo não basta: o tempo está escuro mas não chove mas, as vezes, o tempo está limpo e chove. Era, então, uma forma de identificarmos que iria chover e era uma coisa que nós aprendemos com os ódios. Os seringueiros aprenderam isto com os índios.

Um outro aspecto que acho interessante é de considerarmos a questão da diversidade cultural mas quando se trata de diversidade cultural, não se pode pensar numa homogeneidade do ponto de vista econômico, o que é impraticável na Amazônia. Há que se ter, também, uma adversidade em termos econômicos. É por isto que a nível de macroeconomia, para a região Amazônica, sempre se defendeu a idéia do zoneamento ecológico e econômico para que se tivesse o direcionamento das atividades produtivas coerentes com as possibilidades de solo e de clima, enfim, até mesmo esses aspectos científicos de longo prazo, como colocou o Professor de que pode haver um processo de homologação de algumas regiões. Essa questão, então, é fundamental. Por outro lado, eu acho que o Projeto Caboclo consegue, através do conhecimento de tantos anos do Professor Darcy Ribeiro, fazer uma síntese de coisas que já estão acontecendo na Amazônia mas só que acontecem, ainda, de formas isoladas em que pese os esforços de várias entidades não-governamentais – eu posso, aqui, citar o caso do pessoal do Projeto Poema, do Projeto Reca, do CTA, da Cooperativa de Xapuri. Poderia citar inúmeros que trabalham com esse direcionamento e, também, o esforço do Governo através do Dr. Seixas Lorenzo, da Secretaria da Amazônia Legal. Nós temos algumas experiências que podem servir de modelo. Quando o nobre Senador Ademir Andrade indagou sobre como adaptar o emigrante, uma das melhores experiências que nós temos, no que se refere a uma alternativa de ocupação adequada para a Amazônia, inclusive em área já degradada, foi realizada não pelos amazônidas mas por pessoas que vierem do sul e centro-sul do País e que ficam no Estado Acre, agora, Rondônia, que é o Projeto Reca. Ali, nós tivemos a primeira experiência do sistema agroflorestal, aonde houve um adensamento de plantio de pupunha, de cupuaçu, de cacau e de acerola, aonde as famílias, com uma pequena área de terra, conseguem uma renda mensal e muitos deles – vocês chegarão lá e verão que tem uma antena parabólica na casa deles e que estão em contato inclusive com o mundo -- exigem uma situação de dignidade. Então, ainda em que pese as dificuldades de beneficiamento da polpa do cupuaçu, dificuldades para exportar o seu produto mas é uma coisa fantástica.

Uma outra experiência que deu certo é o Polo Agroflorestal da Prefeitura de Rio Branco. Foram assentadas 200 famílias num sistema semelhante ao Reca mas só que numa área de terra menor. No entorno da cidade, na área, também, degradada, desvalorizada, que já era capoeira – como nós chamamos – foram assentadas 200 famílias. Em menos de 4 anos, as pessoas já têm uma renda em que a menor está em torno de 3 salários mínimos, sem contar com a agricultura de subsistência, a criação de pequenos animais e uma horta em que ele tem para poder alimentar a sua família de forma adequada. Eu, inclusive, tenho uma experiência, Sr. Professor, em que quando os lotes estavam sendo distribuídos, as pessoas começaram a escolherem os seus lotes e teve uma pessoa que resolveu escolher o lote dele à margem do açude. Lá era um verdadeiro pântano, um charque – como nós falamos – e todo mundo ficou se perguntando – por que ele escolheu exatamente ali? E achavam que ele era bobo, era doido e foi o primeiro a ter uma renda fantástica porque ele começou a plantar xambu. No Acre, no Pará e em vários Estados da região amazônica, se usa o tacacá e o mercado de tacacá tem que quer abastecido com o xambú ou o agrião como nós chamamos lá. E ele plantou o agrião que dá muito rápido e que dá exatamente dentro dessa área de mangue. Foi o primeiro a ter uma renda de quase US$700 por mês plantando apenas xambú para abastecer o mercado local – uma pessoa simples mas com uma visão comercial muito aguçada.

Concluindo, eu queria perguntar à Presidente da Fundação Darcy Ribeiro – que colocou que uma entidade não-governamental estrangeira vai oferecer os recursos – se há disposição de contatos com o Governo brasileiro e se o Governo brasileiro já fez algum tipo de contato no sentido de buscar apoiar concretamente essa experiência.

Como se trata de uma experiência piloto, em que, parece-me, serão assentadas cinqüenta famílias trabalhando nesse sistema, para que possamos dar uma demonstração de que funciona, é fundamental que a idéia de experiência piloto leve em conta uma articulação com prefeituras. Nesse caso, o poder local pode ser um inimigo ou um grande aliado. Então, faço a pergunta e dou essa sugestão de uma articulação com as comunidades locais.

Identifiquei 27 prefeituras em toda a Amazônia que estão dispostas a investir numa idéia se-

melhante. Podemos pensar de que forma essas comunidades podem ser estimuladas também pelo poder local, porque, muitas vezes, há uma concorrência desleal entre as classes dirigentes daquela comunidade, daquela região, e as pessoas acham que as novas idéias vão contrapor a algum tipo de coisa. Eram essas as indagações e a sugestão que eu queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Com a palavra o Professor Kerr.

O SR. WARWICK KERR – Todas essas perguntas deveriam ser dirigidas à Presidente, porque dizem respeito a dinheiro e a articulações com o estrangeiro, e de estrangeiro eu só tenho o nome.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – A professora Lúcia teria alguma consideração a fazer?

O SR. WARWICK KERR – A professora assumiu essa função há pouco tempo, Senador, e eu não estou tão informado assim. Posso prestar os esclarecimentos que tenho neste momento.

Quando a Senadora Marina Silva fala das prefeituras, é intenção nossa trazer para esses encontros todas as prefeituras locais. O segundo encontro vai se realizar nos dias 07 e 08 de abril, se não me engano, em Belém. Prefeitos já foram convidados para esse segundo encontro de áreas próximas. Essa é a nossa intenção.

Essa primeira fase do projeto, que vai de agora até 1988, precisa muito do apoio do Governo Federal, do Senado e das prefeituras, porque, durante essa fase de estudo, é importantíssimo ouvir as áreas locais também. Então, há uma previsão de que isso aconteça.

Estamos com pouco tempo do início desse projeto, mas quando o Senador falou da importância de aproveitar o fato de o Senador Darcy Ribeiro ter lançado esse projeto, de que politicamente esse projeto pode nascer com uma força maior em função do momento, estamos absolutamente conscientes disso, com uma vontade enorme de não perder tempo e de levar o projeto adiante. Além de ser um sonho dele, é importantíssima sua concretização para toda essa região.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – O Senador Sebastião Rocha tem uma intervenção a fazer? (Pausa.)

Com a palavra o Senador Ademir Andrade, que vai fazer algumas considerações.

O SR. ADEMIR ANDRADE – Eu queria que os senhores percebessem, a Presidente, os expositores, a importância do nosso objetivo, porque comungamos dessas idéias. Isso é uma coisa muito pequena para o que representa a Amazônia, e o Governo está muito distanciado de coisas como essa.

Nós queremos buscar uma forma alternativa de fazer com que o Governo compreenda esse tipo de coisa e passe a utilizar isso como política pública. É preciso que o Poder Executivo, o Ministério do Meio Ambiente, comece a se inteirar, a tomar parte em determinadas programações, incentivando os prefeitos dos Estados a executarem projetos e até a financiarem projetos como esse, fazer com que o próprio Ministério da Reforma Agrária associe-se a idéias como essa, creio que já se está associando. Queremos aproveitar politicamente esse fato. Essa é uma simples idéia projetada para iniciar em 1998, embora algumas idéias estejam sendo colocadas em prática, corno já disse, sempre com recursos externos e nunca corn recursos internos, com recursos do Governo. Por que a Sudam não participa desse tipo de empreendimento? Por que a Sudam ainda hoje financia projetos de R$20 milhões, R$30 milhões para uma única empresa? Ainda nos dias de hoje, o Condel se reúne para aprovar projetos de R$20, 25, 30 milhões para uma única empresa. Por que não dividir esse dinheiro e fazer adaptações em projetos dessa espécie?

Conto com a compreensão dos senhores. Gostaria de saber o que pensam disso e como podemos nos unir para, politicamente, usar essa idéia, que, repito, embora mereça muito mérito, não é original. O que podemos fazer para que seja um grande projeto e seja assimilado pelo Governo? Hoje quem detém poder para fazer isso é a Fundação Darcy Ribeiro, por meio do Projeto Caboclo. Ninguém tem mais força política neste momento para fazer com que essa idéia seja ampliada e deixe de ser utilizada em apenas cinco ou seis pontos da região amazônica. Ela deveria ser adotada por todas as prefeituras da Amazônia. Quero saber como podemos nos unir para alcançar esse objetivo. Até o fim do ano esta Comissão terá de concluir os seus trabalhos, apresentar um relatório, e eu gostaria de contar com a contribuição dos senhores e acompanhar, inclusive, o trabalho que os senhores pretendem desenvolver.

Eu gostaria que os senhores nos convidassem para que, juntos, pudéssemos participar e aprender mais sobre isso e concretizar esse sonho de Darcy Ribeiro, que também é um sonho nosso, um sonho de muitos amazônidas, enfim, é um sonho de todas as pessoas que têm esperança de presenciar a conservação da natureza com uma vida digna para todos que tomam parte nela.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Drª Tatiana, a senhora teria alguma observação a fazer? (Pausa.)

Dr. Warwick, V. Sª tem a palavra.

O SR. WARWICK KERR – Posso garantir a V. Exª que estamos conscientes disso tudo e cabe-nos procurar esses apoios todos. É uma pena Washington não ter podido estar aqui hoje, mas ele já entrou em contacto com o Ministro Raul Jungmann e com outras áreas que vêm também contribuir e dar apoio a esse trabalho.

Para essa reunião de Belém todos os Senadores da Amazônia serão convidados. Eu e o Celso, que está no Senado, iremos preparar esses convites.

O SR. ADEMIR ANDRADE – Só espero que essas reuniões sejam sexta-feira, sábado e domingo, porque se se realizarem em dias de semana, será difícil.

O SR. WARWICK KERR – Serão na segunda e na terça-feira, se não me engano.

O SR. ADEMIR ANDRADE – Segunda-feira poderei comparecer; mas na terça será impossível.

O SR. WARWICK KERR – Serão dois dias de reunião, provavelmente segunda e terça, dias 7 e 8.

Teremos o maior prazer de manter a Comissão permanentemente informada do que está acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Muito obrigado, Professor Kerr.

Com a palavra o Senador Sebastião Rocha.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Sr. Presidente, em poucas palavras, quero reafirmar a importância desse projeto para a região amazônica. Devemos garantir o apoio político necessário para que esse projeto realmente venha a ser concretizado.

De minha parte quero louvar a iniciativa da Comissão de convidar os ilustres expositores. Infelizmente cheguei atrasado em função de outro compromisso que tive antes, mas me coloco inteiramente à disposição para ajudar no que for possível, inclusive já com a previsão de estar presente no evento de Belém, nos dias 7 e 8.

Era o que eu queria dizer.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Muito obrigado.

Antes de encerrar a reunião, quero apresentar sinceros agradecimentos aos ilustres depoentes, Professor Kerr, biólogo da Universidade de Uberlândia, Prof. Lúcia Rangel, antropóloga da Universidade Católica de São Paulo, e Drª Tatiana Memori, Presidente da Fundação Darcy Ribeiro, que recentemente assumiu essa importante função, bem como a todos os Colegas.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h18min.)

3ª Reunião Realizada em 3 de abril de 1997.

Aos três dias do mês de abril de um mil novecentos e noventa e sete, às dez horas, e treze minutos, na Sala 9, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, do Senado Federal, reúnem-se os Senhores Senadores Ademir Andrade, Jefferson Peres, Nabor Júnior, Valmir Campelo, e Marina Silva, membros da Comissão "Amazônia Urgente". Abertos os trabalhos, o Presidente Senador Nabor Júnior, concedeu a palavra ao Dr. Floriano Pastore, coordenador do Projeto de Tecnologia Alternativa para a Produção de Borracha Natural, que passou a discorrer sobre o Projeto que é desenvolvido na Universidade de Brasília e de maneira clara e precisa demonstrou como funciona sua tecnologia dando seqüência a reunião, o Sr. Presidente convidou o professor Washington de Souza, Vice-Presidente da Fundação Darcy Ribeiro e do Projeto Caboclo para fazer uma exposição, tendo o mesmo explicado que também é membro do Apem-Associação Cristã de Pesquisa e Preservação do Meio Ambiente, a seguir Sua Senhoria relatou suas experiências científicas na Amazônia, e sobre o Projeto Caboclo. A Presidência concedeu a palavra ao Relator, Senador Ademir Andrade que fez considerações sobre as exposições dos dois convidados e os questionou sobre os temas abordados, sendo suas perguntas respondidas convicentemente tanto pelo professor Washington como pelo professor Pastore. A Presidência foi exercida pela Senadora Marina Silva, eventualmente. E não havendo nada mais a tratar, encerrou-se a reunião, e para constar eu, Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, e irá a publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte da mesma. – **Nabor Júnior**

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Damos início a mais uma reunião da Comissão temporária, destinada a definir uma política para o desenvolvimento econômico da Amazônia.

Atendendo a convite da Comissão, está presente o Dr. Floriano Pastore, coordenador do Projeto de Tecnologia Alternativa para a Produção de Borracha Natural. Ele é professor da Universidade de Brasília e, atendendo ao nosso convite, aqui se encontra para fazer uma exposição sobre o projeto que tem desenvolvido.

Tenho a honra de conceder a palavra a S. Sª.

O SR. FLORIANO PASTORE – Bom-dia.

Em primeiro lugar, gostaria muito de agradecer a gentileza desse convite, agradecer em meu nome, em nome da Universidade de Brasília – nosso reitor aqui está representado pela professora Núbia – e

em nome da nossa equipe de trabalho nesse projeto, que é voltado para o desenvolvimento de tecnologia para os produtos não-madeireiros ou produtos do extrativismo da Região Amazônica.

Saúdo com bastante satisfação a instalação de uma Comissão como esta na Casa, de maior importância, da representação parlamentar no Brasil, porque, mais do que nunca, a Amazônia necessita de uma comissão do mais elevado nível para traçar novo rumo para o seu desenvolvimento. O que temos observado até aqui com respeito ao desenvolvimento da Amazônia, com respeito à política que os vários e sucessivos governos têm dado à Amazônia – com boas e honrosas exceções – têm sido políticas casuísticas, infelizmente, e sem continuidade.

Há na Amazônia a maior megadiversidade do Planeta, o maior banco de germoplasmas do Planeta. No entanto, o tempo todo o Governo tem pedido ou tem cobrado competitividade de produtos de extrativismo da região. Isso nos causa muita tristeza, porque é uma miopia lamentável. Talvez eu possa, fazendo uma pergunta, esclarecer melhor meu ponto de vista. Se perguntássemos aos países desenvolvidos se trocariam o maior banco de germoplasma do Planeta por competitividade dos produtos de extrativismo, eles seguramente iriam dar boas risadas. Quem quer fazer essa troca?

Eu faria algumas perguntas, por partes, para melhor esclarecer o assunto. A produção do extrativismo sustentável – quando falo de extrativismo sustentável, refiro-me àquele extrativismo que permite que se produza hoje e amanhã, sem comprometer o banco futuro. Esse extrativismo tem as suas principais expressões na borracha, na castanha e em algumas poucas plantas medicinais que têm hoje maior penetração. Então, pedirmos competitividade desses produtos é, realmente, de uma grande miopia, e quando essa miopia se instala em alguns setores do próprio governo, torna-se duplamente perigosa. Digo duplamente porque, sendo ela voz do próprio governo, atrapalha as políticas que podem trazer alguma mudança no cenário da Amazônia.

Deveríamos fazer por partes a pergunta. O extrativismo sustentável tem alguma coisa a ver com a conservação da Amazônia? Temos certeza de que sim. Podemos alocar vários gráficos, números e dados para ver que, quando decrescem as condições da prática do extrativismo, ou seja, quando o seringueiro, o castanheiro, o raizeiro deixa de ter condição sustentável de vender o seu produto, é quase certo que ele, de uma posição de defensor da floresta, defensor daquele sítio na floresta, passa, inconseqüentemente, a ser um predador da própria floresta. Ele pode passar a desmatar mais, para fazer agricultura de subsistência, pode caçar mais, viver mais da pesca ou retirar madeira para sobreviver ou – o pior de tudo – mudar-se para a cidade. Quando ele se muda para a cidade, deixa atrás de si um espaço que vai ser necessariamente ocupado não por outro extrator, outro seringueiro, que sabe que a atividade não é possível; ele vai ser ocupado ou por uma grande madeireira ou – o que pode acontecer de pior – um grande projeto agropecuário.

Não que não devamos ter projetos agropecuários na Amazônia, projetos de produção, até a troca completa, a remoção da floresta por completo. O que temos de ter, antes de mais nada, é um zoneamento, onde sejam contempladas áreas de total preservação, áreas de proteção parcial, áreas de produção do extrativismo sustentado, áreas de produção madeireira, de mineradoras e, por fim, até a própria remoção da mata, para o assentamento de projetos agropecuários, com muita parcimônia e com muitos estudos anteriores.

Se respondermos positivamente à primeira pergunta – se, de fato, o extrativismo é importante para a conservação da própria floresta? -, então temos que olhá-lo com muito carinho. Não é somente uma expressão social que estamos mencionando. Cerca de 500 mil famílias vivem do extrativismo, o que em termos de expressão numérica, no contexto do Brasil, não teria tanta importância. Estamos falando de famílias que estão dispostas a ficar dentro da floresta e, de certa forma, viver da floresta. Temos de dar condição de vida a esse pessoal.

Segunda pergunta: se o extrativismo tem a ver com a conservação da floresta, qual é o produto ma projeto.

Faremos uma breve apresentação do contexto desse trabalho. Somos da Universidade de Brasília, do laboratório de tecnologia química, e desenvolvemos um projeto financiado por uma entidade internacional de madeiras tropicais que, apesar de ser de madeiras tropicais, tem um grande interesse na complementaridade da exploração da floresta com produtos não-madeireiros. Esse projeto foi financiado pela Fundação Pró-Natureza, Funatura. Ele tem quatro blocos de atividades. O primeiro diz respeito a um levantamento socioeconômico: realizamos alguns levantamentos acerca do que significa, em nível macro, o extrativismo. Fizemos alguns levantamentos para caracterizar a situação do extrativismo na região de Santarém, no Pará, que é uma das regiões menos conhecidas no que diz respeito a extrativismo. Tenho algum vínculo com a situação de Bel-Terra, onde estive por alguns anos. Nesta parte do projeto ainda temos a produção de três vídeos – um deles já se encontra aqui para ficar com a

Comissão -, onde abordamos o problema da borracha no rio Tapajós, no Vale do Tapajós. No Vale do Tapajós, para os senhores terem uma idéia da situação, de lado a lado se instalou um seringal quase que contínuo – vai sendo substituída a floresta por seringal – e houve uma grande produção de borracha. Tristemente, de dois anos para cá, as comunidades – são quase 30 comunidades de lado a lado – têm vivido absolutamente tristes, porque não podem depender mais da borracha, nem da farinha, nem de produtos agrícolas. Vivem numa situação cada vez pior. Neste mesmo vídeo apresentamos também a nossa proposta de fabricação de uma borracha de melhor qualidade, utilizando uma tecnologia simplificada.

A segunda parte de atividades do nosso projeto é um banco de dados que relaciona cerca de 600 espécies potencialmente produtoras de produtos não-madeireiros. Esse banco de dados está sendo concluído agora e vamos colocá-lo na Internet por meio da Universidade da Brasília.

Estou sendo breve quanto à explicação de cada atividade, Sr. Presidente. Poderia falar mais pausadamente, mas quero me delongar mais na parte da borracha. Depois, coloco-me à disposição dos senhores para responder perguntas.

Depois, temos tecnologia apropriada – são alguns exercícios de desenvolvimento de tecnologia, que daria sustentabilidade ao extrativismo na região.

São somente três exemplos do que o laboratório de tecnologia pode fazer para o extrativismo na região.

No primeiro, temos o óleo de andiroba, que deve ser conhecido dos senhores que são da Amazônia. Andiroba é um óleo de altíssimo poder lubrificante, utilizado por pessoas da região que o conhece. O poder lubrificante do óleo da andiroba nunca foi estudado para essa finalidade. E hoje, consumimos lubrificantes sintéticos, derivados de petróleo e tudo o mais. A própria andiroba serve ainda como base de tratamentos medicinais. Quando procuramos nos mercados de Belém, de Manaus ou de qualquer cidade, qualquer produto à base de andiroba – um sabonete medicinal, por exemplo -, feito com competência, não se encontra.

Esta é a dicotomia que não podemos mais aceitar. No Sul do Brasil, temos grupos de pesquisas, bem informados, competindo quase em condições de igualdade com grandes grupos de pesquisa do exterior. E não olhamos para os nossos produtos com olho mais crítico, mais apropriado e mais fundamentado.

Nessa parte do nosso projeto, mandamos um pouco de óleo de andiroba para um grupo de cosmetologia natural da Universidade de Mogi das Cruzes, e eles desenvolveram um produto realmente estupendo como sabonete. Então, vamos fazer um pequeno pacote tecnológico e disponibilizar esse pacote tecnológico para a região.

A cumarina, que se extrai da semente do cumaru, é ainda exportado tristemente **in natura** pelo Brasil, para ser o principal, o mais importante fixador natural de perfume do mundo.

No Sul do Brasil, sistemas de tecnologia apropriada, facílimos de se implantar na região. E nós nunca fizemos isso. Estamos fazendo um estudo, também nesse sentido – já estão praticamente concluídos – e daqui a alguns anos vão ser disponibilizados para a comunidade.

A socopa é também mais um exemplo de exercício técnico-científico que pode ser feito para dar mais incremento ao extrativismo. A socopa tem propriedades medicinais contra úlcera e gastrite, absolutamente comprovadas na prática por pessoas que a usam, não tanto pelas pessoas da região. Mesmo em Belém, são poucas as pessoas que tradicionalmente a usam.

Fizemos um trabalho de cooperação com a Unicamp, onde detectamos que há poder curativo, há princípio ativo contra úlcera e gastrite no leite de socopa – há duas socopas diferentes. O mais importante que descobrimos é que não está na goma do látex, mas sim no sobrenadante. Dessa forma, ele pode ser centrifugado, separado, isolado e realmente transformado num medicamento que possa ser amplamente utilizado.

Como disse, se falarmos de produtos não-madeireiros, produtos de extrativismo sustentável na Amazonas, e não citamos a borracha, não estaremos falando quase nada. A borracha é o fulcro, é a atenção, é toda a história da Amazônia.

Eu queria projetar mais uma transparência.

Este é o resultado da primeira parte do nosso projeto. Aqui é a história: o extrativismo da borracha na Região Norte em R$1 mil. Esse estudo foi feito recentemente. Até estudos de atualização de dados econômicos não temos tido no Brasil.

Temos aqui o retrato da produção econômica e o perfil claro da atenção que cada Governo dá à questão da borracha na Amazônia. Aqui temos 20 anos projetados, de 1975 a 1994. No período militar, foi dada alguma atenção. Depois, tivemos um descenso absoluto da produção de valor – não da produção de toneladas – quase zero. Felizmente, para alegria da Casa, alguém que deu bastante atenção à produção de borracha foi o Senador José Sarney, na época na Presidência.

Depois, tivemos um período do Sr. Collor de Mello. Depois, um breve suspiro na época do Itamar

Franco e infelizmente, um descenso atualmente, que esperamos seja revertido.

Na verdade, em 95/96, chegamos quase ao mínimo de valor.

Da importação da borracha:

A linha preta diz respeito à produção da Região Norte. As outras regiões marcam aqui quase zero, depois começam a produzir. Tem-se aqui a importação e a linha do consumo global brasileiro. Naturalmente, acompanhando o consurno brasileiro, tem uma linha fortíssima da importação, que poderia ser parcialmente transferida para a Amazônia, se houvesse uma política consistente da parte governamental. Isso para nós, Sr. Presidente, representa nossa maior preocupação.

Aqui temos produto mais antigo e ainda produtos da Amazônia.

Apesar de a fotografia ser recente, a tecnologia é muito antiga, extremamente arcaica e não produz o resultado que queremos.

Além dessa péla e da borra, produtos que os seringueiros podem fazer da seringueira, temos o cernambi, que é um produto de pouquíssimo valor agregado, é simplesmente cortar a árvore de manhã e esperar o látex coagular, secar e depois vender, como o cernambi virgem prensado e o cernambi solto. Mais recentemente, temos desenvolvido a placa bruta defumada, que é um arremedo de defumação; dá mais trabalho ao seringueiro do que, por exemplo, o cernambi, mas não agrega tanto valor, agrega um pouco de valor. É simplesmente produzir em placas, não sei se vocês conhecem a produção de placa bruta de coágulo: a gente coloca em tigelas e depois esse leite é coagulado nas tigelas com ácido acético ou com outros produtos da região – com o próprio limão se pode coagular – e depois disso ela é prensada; depois dessa prensagem é colocada para secar.

Todos esses produtos, o cernambi, a placa bruta defumada, têm em comum que eles têm que passar por um processo de usina intermediária antes de chegar na fábrica de pneus ou outra fábrica usuária da borracha. E isso, naturalmente, tem dois defeitos graves quando se coloca um processo intermediário: primeiro, porque você coloca um intermediário entre o seringueiro e a fábrica de pneus. Quando você coloca esse intermediário, já começa a dividir valor, e na composição de força naturalmente o seringueiro é o mais frágil, ele sempre leva menos vantagem.

O segundo grave problema de qualquer desses três produtos que mencionei é que podem ser colocados dentro dele qualquer pedra, qualquer coisa que faz diminuir a qualidade do produto final. Então, temos o seringueiro despreocupado em fazer uma produção de qualidade, porque depois vai misturar na usina, qualquer coisa que estiver lá dentro da borracha vai virar borracha sólida e só vai ter problema lá na frente, na fábrica, já no Sul – e não se vai ter para quem reclamar.

Então, não podemos ficar com essa dicotomia, onde não se tem qualidade no produto e exige-se que o Sul, as indústrias usuárias comprem o produto sem qualidade, forçando a barra através de contingenciamento, através de outras medidas que não são sustentáveis de longo prazo.

Temos um outro produto, que é a folha fumada...*(ruído)*. Acho que prefiro, se não for incômodo, não usar o microfone.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – É que está sendo gravado.

O SR. FLORIANO PASTORE – Temos outro produto que se chama folha fumada, que é bastante simples: você colhe o látex no campo, traz para o quintal, o seringueiro traz para a sua residência e ali ele coa e coloca o ácido acético; depois passa para os calandras, afina, coloca em varais e botando fogo embaixo, no chamado tapii; durante quatro dias fica defumando, o velho processo de defumação em que nossos avós faziam lingüiça defumada. O importante desse processo na conservação da borracha é que existem alcatrão e derivados do fenol que ajudam a preservar, não deixam crescer fungos e bactérias na borracha.

Houve uma tentativa, na década de 70, pela Sudhevea, de implantar microusinas na Amazônia, cerca de 150 microusinas. Não deu certo, não sobrou uma para contar história. Por quê? Há algumas dificuldades para um seringueiro da Amazônia: ele não consegue conduzir por longo prazo, porque num dia está difícil a lenha, no outro a chuva; então, molha a borracha, molha a lenha, e são quatro ou cinco dias em que se tem que ficar tomando conta daquele processo. Por isso há dificuldade para o seringueiro.

Voltamos agora à pergunta: O que esse processo de fazer folha fumada tem de interessante? A folha fumada é produzida pelo seringueiro – e hoje só temos uma usina grande de folha fumada no Brasil – do jeito que a borracha sai da árvore e chega à indústria, somente passando pelo processo de coagulação e de proteção com a fumaça. O que há de tão importante nessa fumaça é que ela tem alcatrão que vai proteger e o ácido acético, que já foi colocado antes de se fazer o processo de defumação.

Então, estudando um pouco a parte de carbonização, existe um processo de produção de carvão ativo em que existe um subproduto, que não é utilizado,

que se chama ácido pirolenhoso. Esse ácido pirolenhoso, pelo próprio nome, tem o próprio ácido acético e os alcatrões formados pela fumaça, posteriormente. Com esse produto nós passamos a estudar, e há dois anos estamos nesse processo de estudo, a produção de uma folha por defumação líquida, e chegamos aos resultados que são bastante alentadores até aqui. A nível de laboratório, mostrou-se bastante eficaz, bastante efetivo, e a nível de instalação piloto, como já fizemos em São José do Rio Preto, em Penápolis, tivemos experiências, e podemos aquilatar a facilidade de execução, a facilidade de instalação do método e, no nosso entender, a sustentabilidade desse processo.

Esse é o produto que estamos obtendo a nível piloto. Ele é bastante semelhante – não sei se V. Exªs têm conhecimento da folha fumada tradicional -, ele é bastante similar em teste que fizemos no próprio laboratório do Ibama e na indústria Pirelli, que realizou alguns testes de qualidade; o produto está bastante similar à folha fumada. As caraterísticas principais desse método, as etapas que existem nesse processo são: primeiro, a coleta do látex pelo próprio seringueiro; segundo, a filtragem, como qualquer plano, depois a adição do coagulante especialmente desenvolvido por nós; terceiro, agita-se o coagulante com o látex e depois distribui, como nós temos aqui – não sei se dá para V. Exªs verem – a distribuição do produto nas tigelas, onde se faz uma placa, que é uma espécie de um bolo de látex, e essa folha, essa manta é afinada, sucessivamente, em pequenas calandras, que são aquelas máquinas de fazer massa.

Então, você tem um processo extremamente simples até aqui e depois você tem horas entre a coagulação, 3 ou 4 horas, e a efetiva produção das folhas. Neste ponto, já tem mais uma diferença acentuada com o processo tradicional. Nos processos tradicionais, envolve o próprio seringueiro, na preparação do produto final. E, nesse caso, pode ser liberado para outras atividades como roçado, e outros elementos da família, a própria esposa, filhos pequenos podem fazer também porque é um processo muito simples. Depois de fazer esta folha, aqui, ela fica naquele estado branco, ainda denotando a presença de água, que é colocada em varais simples, embaixo de coberturas, pode ser de palha ou de plástico, e ali ficam por cerca de 10 dias a 15 dias, não importa. Só que ela tem uma característica, como podem observar: é bastante fina, para não demorar muito tempo na secagem e também não ficar uma secagem imperfeita.

Então, nisto, ela se diferencia da folha fumada, que é mais grossa, para aumentar a produtividade; é sempre um olho para a Amazônia e um olho na produção industrial sulista. É isso que criticamos. Queremos um produto que seja fácil de ser feito pelo próprio seringueiro da Amazônia e que tenha sustentabilidade. Então, com esse produto, depois de seco, ele enfarda, leva esse produto para uma cooperativa, necessariamente tem que ser uma cooperativa, que agrega a produção de vários seringueiros; essa produção pode ter, em primeiro lugar, certificada a sua qualidade num laboratório governamental. Feito isso, pode receber um laudo de qualidade para ser vendida a uma indústria, o lote pode ser vendido a indústrias, que receberá um produto que tenha ainda o carimbo do próprio seringueiro e da cooperativa a qual ele pertence. Se houve algum problema na produção, podemos traçar até a volta ao campo e enviar um reforço técnico ou eliminar o problema que pode estar havendo na produção daquelas folhas.

Volto as minhas costas a V. Exªs.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Fique à vontade.

O SR. FLORIANO PASTORE – Aqui temos um sistema que imaginamos venha a dar sustentabilidade à produção e à qualidade da borracha amazônica. Aqui temos o seringueiro, que recebe um coagulante da cooperativa – vou voltar a este ponto posteriormente -, proporcionalmente à sua capacidade de produção. Entrega-a à cooperativa, forma um lote, envia para um laboratório de controle de qualidade, sempre remetendo informações para uma coordenação de qualidade e produção; depois disso, vende para a indústria, que também pode estar em permanente contacto com essa coordenação para saber da qualidade que se tem do produto, informar a qualidade do produto a uma coordenação central.

Temos aqui uma fábrica de coagulantes, que fornece o coagulante para a cooperativa.

Aqui, se tivermos uma proposta equivocada, uma proposta paternalista, poderemos colocar em perigo uma proposta que pode ser uma solução para a borracha na Amazônia.

A proposta paternalista seria a de fazermos um sistema simples de produção de coagulante e repassar esse sistema para o seringueiro, que poderia construir um forno de carvão e fazer essa produção em casa. Mas teríamos aí o problema da qualidade. Temos que ter, na proposta como um todo, as amarrações que vão dar sustentabilidade ao produto.

Então, a fábrica faz um coagulante com qualidade, fornece para a cooperativa e esta fornece ao seringueiro. Temos o retorno, através de informações, que podem ser bastante hábeis nos dias de hoje.

Propomos que haja, de alguma forma, com alguma composição, um setor que faça a coordenação da produção e da qualidade.

Se partíssemos para a proposta de fazermos um sistema simplificado de produção de coagulante, teríamos um outro perigo; ou seja: quando colocamos o seringueiro fazendo um produto de qualidade, mas sem o compromisso de o entregar a uma cooperativa, corremos o risco de interceptação do intermediário, que naturalmente – volto a dizer – tem sempre maior poder de barganha. Para quem conhece a Amazônia, o intermediário – bom ou mau, não se trata da questão de ser bom ou mau -, tem maior poder de barganha, e, naturalmente, quem tem maior poder de barganha num negócio vai tirar mais vantagem.

Então, nesse sentido, ele pode interceptar e a cooperativa perderia também a sua produção; investiu na produção para perdê-la.

É mais ou menos nesse sentido que queria expor para V. Exªs esse trabalho.

Pelas palavras elogiosas, há pouco tempo, da Senadora Marina Silva, que nos agradecia pelo banho de esperança, isso nos tocou profundamente. Não digo que temos um banho de esperança, temos um fio de esperança; temos, talvez, um caminho a propor e até aqui tem dado certo.

Imaginamos instalar uma unidade piloto imediatamente, ainda no mês de abril, na Região Norte, possivelmente na Reserva Chico Mendes, estamos em conversação com o pessoal do Ibama, e vamos trabalhar muito.

Não é para desenvolvermos um produto, uma tecnologia na Amazônia. Fazemos um trabalho, apresentamos para os senhores, vamos à região, instalamos e voltamos às costas com a consciência tranqüila de que o fizemos. Fizemos parcialmente o trabalho.

Por isso, temos uma proposta que dê sustentabilidade à produção e à qualidade. Há projetos para a região, mas eles perdem facilmente a sustentabilidade e decaem. Hoje poderia enumerar vários projetos que enveredaram por esse caminho.

Então temos, até aqui, um caminho trilhado; embora tenhamos muito o que fazer, ainda precisamos do apoio de vários segmentos. Ontem, especificamente, fui à reitoria da minha universidade, que me autorizou a dizer que a nossa universidade está comprometida com esse projeto até a sua implantação.

Precisamos da ajuda de outros setores, especialmente de ajuda financeira, pois as universidades nem sempre têm recursos disponíveis. Tenho certeza de que há bastante recursos para o desenvolvimento da região.

Se cada um fizer a sua parte e se Deus nos ajudar, nós teremos sucesso. Estamos trabalhando para isso. Podemos dizer que temos uma proposta de produção diferenciada de borracha na Amazônia. Depois disso, cada um tem que continuar a fazer a sua parte.

Imaginamos que algumas coisas devam ser feitas. Em primeiro lugar, é preciso elaborar um processo que assegure um produto de boa qualidade, para que possamos falar para o mundo inteiro que temos um produto de boa qualidade na Amazônia.

Em segundo lugar, por meios de cooperativas, devemos centralizar a produção e assegurar financiamento da produção. Felizmente, temos notícias boas nessa área.

Em terceiro lugar, há ainda necessidade de o Governo – aí sim – entrar com propostas conseqüentes, ou talvez sustentar um pouco o contingenciamento até que esse processo tenha condições de deslanchar, ou, então, sustentar permanentemente o contingenciamento. Esse é um subsídio não econômico indireto que pode ser sustentável. Não podemos ficar cobrando inconseqüentemente a competitividade – volto a frisar isso – de produtos de extrativismo da Região Amazônica, comparando-os com os produtos da Malásia.

Em quarto lugar, podemos, por uma coordenação desse tipo, criar uma propaganda, uma condição de **marketing** adequada para o produto amazônida.

Com certeza, países da Europa ou os Estados Unidos ou o Japão teriam interesse em vender pneus contendo um selo dizendo que se trata de um produto de qualidade e que provém da Amazônia. Isso ajuda a preservar a Amazônia brasileira.

Senhores, mais uma vez agradeço a oportunidade. Coloco-me à disposição de V. Exªs para eventuais perguntas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Muito obrigado, Professor Pastore.

Proponho aos membros da Comissão que, antes de passarmos à fase de interpelações ao conferencista Professor Floriano Pastore, ouçamos o Professor Washington de Souza, Vice-Presidente da Fundação Darcy Ribeiro e do Projeto Caboclo, que foi convidado para fazer uma exposição a esta Comissão na semana atrasada, mas que, por motivo de saúde, não pôde comparecer. Ele hoje aqui se encontra, e registro com muito prazer a sua presença em nossa Comissão.

Pergunto se a Comissão concorda que ouçamos, a seguir, o Professor Washington de Souza, e depois, então, passemos à fase de perguntas dos Senadores aos dois conferencistas? (Pausa.)

Convido o Professor Washington de Souza para tomar assento à mesa para fazer a sua exposição.

Logo a seguir, passaremos à fase de interpelações.

Concedo a palavra ao Professor Washington de Souza, Vice-Presidente do Projeto Caboclo, da Fundação Darcy Ribeiro.

O SR. WASHINGTON DE SOUZA – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero agradecer esta oportunidade preciosa de estar aqui e ganhar com a brilhante exposição do Professor que me antecedeu, a quem ouvi com muita alegria.

Gostaria de apenas fazer – com a permissão do Presidente – uma correção: no Projeto Caboclo, eu represento a Apem – Associação Cristã de Pesquisa e Preservação do Meio Ambiente, da qual tenho a honra de ser presidente há 9 anos. É uma entidade cuja sede se localiza na Holanda, em Utrecht, mas que tem representantes aqui no Brasil, em vários Estados.

Três países no mundo têm uma preocupação muito grande com o meio ambiente. O primeiro deles é a Holanda; o segundo, a Suécia; e o terceiro, a Alemanha.

A Apem tem, para a América do Sul, aproximadamente 120 a 150 milhões de dólares, por ano, para aplicar em projetos de meio ambiente. Não aplica porque não existem projetos, ou não chegam ao nosso conhecimento, projetos que mereçam credibilidade. As experiências que fizemos no passado no Brasil foram desastrosas. Tivemos muita dificuldade em justificar diante do Conselho Diretor da Apem a aplicação desses recursos.

Quando nós tomamos conhecimento, há seis anos, do Projeto Caboclo – e temos o privilégio de ter sido amigo durante mais de 30 anos do Professor Darcy Ribeiro -, ficamos encantados com ele, porque ali estava a síntese da preocupação que não era com o meio ambiente, mas com o que dá nome ao projeto, ou seja, o caboclo.

O Projeto Caboclo todo gira em torno do homem que está na Amazônia. Talvez haja uma grande diferença de enfoque. A preocupação básica desse projeto é a pessoa, o caboclo, o povo da floresta. A Apem aplicou todos os recursos disponíveis. Nós traduzimos esse miniprojeto e o enviamos para a Holanda. Sugerimos que buscassem informações sobre o cabeça do projeto. Qual não foi a minha surpresa – e isso me toca profundamente – quando aqueles homens que nunca haviam ouvido falar do Professor Darcy Ribeiro colocaram-se de pé e aprovaram, por unanimidade, o projeto, tal a bandeira que ele representava. Aliás, não era nem um projeto; era um pré-projeto.

Depois, fui saber das informações que eles tinham obtido sobre o mentor do projeto. Dali em diante, tudo ficou mais fácil em função da seriedade com que foi tratado o projeto. Darcy Ribeiro, com a lisura, a transparência que era característica de sua vida pública, imediatamente pediu à Price, uma empresa de auditagem internacional, que auditasse todas as contas dos recursos que viessem para a aplicação no Projeto Caboclo. Isso aumentou a credibilidade no projeto.

Agora, surge um problema. Não temos ele, não temos Darcy Ribeiro. Temos um projeto e temos os recursos. De que precisamos para executá-lo? Qual é a finalidade desse projeto? A essência do projeto já foi apresentada aqui semana retrasada. Portanto, não vou cansá-los.

Em síntese, trata-se de instalar 50 famílias em uma comunidade que esteja a uma distância não maior do que 40 quilômetros de uma cidade. Essas 50 famílias, durante cinco ou seis anos, receberá cada uma um salário mínimo. Será construída uma casa sede, um clube inglês, como dizia o Professor Darcy Ribeiro. Ao redor dessa casa sede estarão as 50 famílias. Ali haverá uma roça, uma horta, que será explorada por aqueles que vivem ali naquele meio ambiente e que conhecem profundamente a Amazônia, e que lhes dará uma condição de vida.

Comecei a estabelecer a ligação disso com a apresentação do Professor e percebi que era perfeitamente possível. Quando lemos o livro **Profecia**, do qual participou o Professor Darcy Ribeiro e a Senadora Marina Silva, cruzamos os pensamentos e verificamos que são os mesmos. Quem conhece a área sabe que quem mais sofre ali é o caboclo.

Recentemente, quando eu estava no Alto Solimões tinha vontade de sentar à beira da estrada e chorar de ver o que está acontecendo. Há anos freqüentamos ali. Temos verificado como o Governo e a população não têm consciência do que está acontecendo na Amazônia, especialmente nas áreas mais distantes.

Eu, mais do que professor, sou Pastor da Assembléia de Deus, que é uma Igreja Evangélica com templos em todos os municípios do Brasil. Somos os maiores fiscais da natureza. Temos 128 mil templos

espalhados pelo Brasil e isso nos dá acesso direto a essa comunidade. Somos mais de 50 milhões de brasileiros em todos os cantos. Recebemos subsídios permanentes. Enquanto o Ibama conta conta com aproximadamente 800 fiscais – se tanto – para este continente que é o Brasil, nós temos toda uma comunidade dedicada a isso.

Ficamos felizes em ver que o Projeto Caboclo está contando com o apoio do Senado Federal. O Presidente Antonio Carlos Magalhães, aqui, numa reunião, disse que esse projeto era do Senado. Isso não quer dizer que não tenha erros. Vamos implantar este ano, se Deus permitir, 10 projetos. Vamos apanhar muito, porque esse é o preço que se paga numa iniciativa pioneira. Vamos apanhar muito, mas se, desses dez projetos, dois forem bem implantados, não terei dúvidas de que estaremos iniciando uma nova alvorada para aquela população.

A Igreja e a Apem têm barcos que correm a Amazônia com mini-hospitais para pequenas e médias cirurgias. Quando corremos o rio, vemos milhões de brasileiros que não têm o que comer. Entretanto, há de tudo ali e não se vê ninguém se movimentando. A Igreja quando se movimenta, o Senado quando se movimenta, as universidades quando se movimentam, isso significa que algo está acontecendo.

Eu comentava com o Presidente e com o Relator que, quando estamos fora, vemos que existem já movimentos para tirar do Território brasileiro as nações indígenas, tal a incompetência que, segundo eles, nós brasileiros temos tido no trato dos nossos problemas e tal a importância da Amazônia para o globo. E nós temos essa possibilidade. Vemos com alegria a disposição para a implantação desses 10 primeiros projetos. Gostaria que a Comissão soubesse que o projeto vem sendo elaborado há quase 50 anos pelo Professor Darcy Ribeiro e que, depois de 10 anos, foi constituída uma comissão de biólogos, de antropólogos, de meio ambientalistas e de sertanistas e surgiu o Projeto Caboclo. Verificamos a necessidade da implantação dele, mas faltavam os recursos. Agora que descobrimos de onde podem vir os recursos, nós queremos implantá-lo. E vamos, se Deus quiser, implantar dez deles ainda este ano. Há muitas dificuldades, mas temos a certeza de que estamos fazendo alguma coisa muito preciosa.

Isso não quer dizer que não estejamos abertos ao debate. Pelo contrário, nós necessitamos disso e temos consciência de que sabedoria, conhecimento é troca de experiência. Precisamos, urgentemente, da ajuda de todos os segmentos da sociedade.

No final do Projeto Caboclo, cada núcleo deve transformar-se numa cooperativa. Fui pego de surpresa; por isso, eu não trouxe o material para mostrar para os senhores o final do projeto, cujo objetivo é transformar cada comunidade numa cooperativa, e demonstrar como é possível que eles se auto-sustentem.

Foi uma exposição sucinta, que careceu de maiores dados. De qualquer modo, estou pronto para esclarecer qualquer ponto, se assim for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra ao Senador Ademir Andrade, Relator da Comissão.

O SR. RELATOR (Ademir Andrade) – Fiquei feliz de ouvir a exposição do Dr. Floriano e a do Professor Washington. A cada dia que passa, aprende-se mais.

Vivo na Amazônia há mais de 20 anos. Conheço profundamente aquela região porque sou uma pessoa extremamente viajada. Conheço as comunidades. Convivo com aquela gente. Tenho conhecimento prático. Não sou cientista da área, sou engenheiro civil.

A cada reunião que fazemos nesta Comissão, percebo o quanto são boas as idéias aqui apresentadas e o quanto é pequeno o que nós almejamos diante do que é real na Amazônia. Sentimos como se essas idéias tão boas fossem "uma gota de água em um tambor de 200 litros".

Existem instituições ligadas à ciência, à religião ou a organizações não-governamentais. Por elas, conhecemos cada vez mais idéias sobre como desenvolver, sobre como trabalhar, sobre como produzir na Amazônia. Entretanto, não conseguimos ver isso na prática. O que vemos é uma triste realidade, muito diferente dessa que muitos aqui já ouviram falar.

A Comissão está recebendo uma enorme contribuição do Projeto Caboclo, das idéias do Professor Floriano, da exposição do Professor Seixas Lourenço. Temos agora de tentar levantar todas essas idéias e torná-las uma política do poder público com recursos do orçamento da União. É disto que gostaríamos: transformar esses projetos que se pensam para uma comunidade aqui, outra ali, outra acolá, como uma coisa tão pequena e convencer o Governo de fazer esse tipo de pensamento e de idéia se transformar numa política do poder público do Governo brasileiro, o que lamentavelmente não acontece. Se, dentro do Governo, existe um setor que está pensando nisso, ele não tem recurso do orçamento

da União; ele trabalha como os senhores, com recursos externos para executar algum projeto.

De forma que quero registrar a importância desses depoimentos e as coisas que vamos compreendendo a cada reunião que esta Comissão realiza.

Com relação à exposição do Dr. Floriano Pastore, gostaria de compreender mais um pouco. Entendo muito de castanha, que também é outra área de extrativismo na nossa região; entendo bastante de garimpo; acho que também, por todas as condenações que se possa fazer ao garimpo, é uma realidade da qual não podemos fugir. Que o Governo, da mesma forma como age na questão da borracha, aja com relação ao garimpo; quer dizer, jamais pensou numa forma de educar, de ensinar, de fazer que a produção fosse feita sem tanta depredação, sem tanto prejuízo ao meio ambiente. O DNPM, muito pelo contrário, trata o garimpeiro como um marginal, como um bandido e, a todo instante, quer tomar o garimpo da mão dos garimpeiros para entregar às grandes empresas mineradoras porque essa sempre foi a política do Governo. Conheço algumas coisas nessa área.

Com relação à borracha, confesso que não conheço muito. Ela tem uma predominância nessa região do Tapajós, no Estado do Pará e um pouco de plantio industrial que foi feito em algumas regiões do meu Estado.

Há uma questão que se coloca e eu gostaria de esclarecer. O Governo exige competitividade e é o que o senhor condena. A sua proposta também busca uma alternativa de agregação de mão-de-obra, que é o que buscamos para tudo que se faz na Amazônia. Esta continua sendo uma região em que se exporta tudo quase que em estado bruto, principalmente a madeira, às vezes sem tirar riquezas como essas. Eu não sabia, por exemplo, que o cumaru tinha essa essência, ou uma delas, que fixa o perfume. Lá, o cumaru é uma madeira nobre, e a gente a exporta em estado bruto. O meu Estado do Pará, por exemplo, em 96, exportou 400 milhões de dólares só em madeira em estado bruto. Quer dizer, muito mal aquelas serradas em pranchas, sem agregar nenhuma mão-de-obra.

Então, como vamos resolver o problema da produção colocando qualidade, porque o seringueiro coloca pedra, areia para a borracha pesar mais e ele ganhar com isso. Como vamos convencê-lo – isso é que estou querendo compreender – a fazer um produto de qualidade? Será que nessa produção, com produto de qualidade, com todo esse conhecimento que o senhor expõe para nós, vamos conseguir fazer que seja mais vantajoso a indústria comprar a borracha do nosso seringueiro do que importar a borracha? Que atitudes deveria ter o Governo, ou que despesa teria o Governo, que subsídios teria que dar o Governo para que tivéssemos na nossa região um produto de qualidade e convencêssemos a indústria nacional a comprar esse produto de qualidade? Essa é a minha indagação.

Mas eu completaria, dizendo o seguinte: o senhor disse que os europeus ou norte-americanos teriam satisfação em dizer que produzem uma borracha de alta qualidade na Amazônia. Ora, se não produzimos o suficiente para o nosso consumo interno, por que temos que pensar em exportação? O País está passando por uma enorme dificuldade na balança comercial. É evidente que ele não tem política para resolver o problema porque, se tivesse, não estaríamos vivendo essa condição, sendo grande produtor e não utilizando essa nossa produção por falta dessa competitividade – e aí é que está o desencontro nessa questão – eu acho que devemos pensar em consumir o que podemos produzir.

Agora, o que é preciso ser feito para que indústria brasileira consuma e estimule a produção da borracha no nosso País? Acho que é esta a manifestação. E eu faria uma pergunta aos dois expositores no sentido de, com o Projeto Caboclo – e eu já expliquei ao Professor Washington de Souza – temos a intenção de aumentar o nosso aprendizado na matéria e no desenrolar dos trabalhos desta Comissão, tentar convencer o Governo a adotar isto como uma política de Governo. Queríamos saber a respeito. Houve nesta Comissão a presença do Presidente do Ibama, e é uma questão que está levantando muito a preocupação da opinião pública, de maneira geral, que é a privatização, como eles colocam – na verdade, não é bem uma privatização mas a entrega da exploração de reservas florestais oficiais na nossa região, à exploração de empresas, sejam nacionais, sejam multinacionais. O critério será aquele que oferecer melhores condições ao Governo na exploração da madeira. Devo ressaltar que o Presidente do Ibama colocou também que não haveria nenhuma restrição ao fato de se extrair essa madeira para se continuar exportando a mesma no estado bruto, simplesmente como pranchas. Eu até admito a exploração seletiva dessas reservas no meu pensamento. Eu, evidentemente, quero ouvir dos senhores porque na nossa Amazônia, ainda nos dias de hoje, percebemos que florestas são derrubadas para o plantio de capim ou até mesmo de soja e

são simplesmente queimadas, sem sequer haver aproveitamento econômico, nem para exportação e nem para coisa alguma. A dificuldade do transporte dessas florestas derrubadas faz que se toque fogo nelas porque não há como, economicamente, se aproveitar sequer essa madeira.

Então, diante dessa realidade que nós estamos vivendo, pode-se até admitir a exploração de uma reserva florestal, seletiva, preservando a reserva florestal. No meu entendimento, o que não se pode admitir é que vamos, mais uma vez, tirar essa madeira para mandá-la para o mercado norte-americano, para o mercado europeu, sem agregar mão-de-obra na nossa região.

Eu, então, gostaria, além das perguntas que fiz, ouvir também a opinião dos senhores sobre esta matéria que está gerando grande discussão e que virá, inclusive, ao Congresso Nacional por proposta do Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra ao Professor Floriano Pastore para responder os questionamentos do Relator da Comissão, Sr. Senador Ademir Andrade.

O SR. FLORIANO PASTORE – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Relator, V. Exª tem três perguntas diferenciadas aqui. Na primeira delas talvez eu tivesse que abordar a questão de competitividade e qualidade. E, fazendo uma retificação, a questão da borracha não é local na região do Tapajós. Ela se espalha por toda a Amazônia brasileira. Nós temos o maior banco de geomoplasma de borracha, nativa, naturalmente – ela é nativa da região amazônica -, mas ela se espalha por toda a região amazônica como um todo. No Tapajós, ela, nativa, foi sendo também multiplicada e replantada. Portanto, é um problema que atinge algumas centenas de milhares de famílias de toda a Amazônia, sem exceção. Nas ilhas, no Pará, nós temos uma borracha de maior qualidade. No Marajó, temos a borracha de maior qualidade, em termos de elasticidade e, naturalmente, desconhecida por todo o mundo.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – (Fora do microfone) ...lá no sul do Pará, Carajás, por toda a região sul do Pará.

O SR. FLORIANO PASTORE – É possível. Talvez ela tenha sido implantada também por ali. Eu acho que existem alguns projetos. E no Acre nós temos as seringueiras de maior produtividade que já se conheceu.

Eu diria que não podemos pedir à indústria que compre um produto de má qualidade. Este é um ponto pacífico. Nós não podemos obrigar. Sempre tento chamar a atenção para a sustentabilidade de qualquer proposta. Se nós fazemos um produto de má qualidade, como temos feito historicamente na Amazônia, ela só vai ser ou por curtos períodos, colocada à força, dentro das indústrias – e eu digo por curtos períodos porque não é sustentável o poderio das indústrias consumidoras de borracha que é bastante forte e eles vão buscar alternativas. O que você tem que fazer – e o nosso Projeto busca – é reverter a questão da qualidade. Temos que ter um produto de boa qualidade saindo da floresta amazônica. Se esse produto for de boa qualidade e, como apresentei, com um sistema que dê sustentação a isto, daí, sim, podemos, através de uma ação governamental, e não necessariamente um subsídio econômico, um subsídio financeiro, porque este, hoje em dia, é palavra meio perigosa, mas temos outras formas de subsídio de que o Governo pode se valer, outras formas de sustentação, como, por exemplo, o contingenciamento. Nós temos a obrigatoriedade de, para cada quilo de borracha comprado no mercado internacional, você tem que comprar um quilo no mercado nacional.

Não sei se respondi a primeira pergunta de V. Exª. Nós, realmente, temos que ter qualidade para exigir que a empresa compre.

O SR. RELATOR (Ademir Andrade)- Ao senhor, que está absolutamente inteirado do assunto, eu perguntaria se isto, economicamente, é possível. Porque, recentemente, os seringueiros da Amazônia estiveram aqui – a nobre Senadora Marina Silva esteve com o Presidente -, e o Presidente assumiu o compromisso de comprar a borracha deles, pagando o preço acima do mercado internacional, o que significa um subsídio. Eu perguntaria se, economicamente, é isto possível – é possível vender um produto de boa qualidade ao mesmo preço que vende o mercado internacional à indústria brasileira e, ao mesmo tempo, gerar lucro e subsistência a essa cooperativa ou à idéia do seu projeto? É isto que eu queria, concretamente, saber e como resolver se isto não for possível.

O SR. FLORIANO PASTORE – Perfeitamente. Eu diria o seguinte: em termos de produto, hoje temos o cernambi sendo vendido pelo seringueiro por – eu diria – cerca de R$0,50 ou R$0,60. Temos a placa bruta defumada – que é um produto um pouquinho melhor – que pode atingir cerca de R$1,00 o quilo. Com esse produto que não depende da interferência, da existência de um processo na usina, ele poderia conseguir pelo menos R$1,50 por quilo, com

o seringueiro vendendo-o. Como o coagulante, que é o principal insumo que ele não tem dentro da floresta, poderá custar um décimo ou menos da sua produção, ou seja, para cada quilo de coagulante, ele vai produzir cerca de 11 ou 12 quilos de borracha de boa qualidade, um quilo ele deixa para a cooperativa para pagar o seu coagulante e 10, 11 ou 12, ele vende para a cooperativa.

Então, de acordo com o conhecimento que tenho de Amazônia e de tratamento com caboclo, com o seringueiro, tenho certeza que – talvez a Senadora possa agregar alguma coisa na sua intervenção -, com R$1,50, o seringueiro realmente voltaria a produzir borracha dentro da Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Gostaria de aproveitar a oportunidade – eu que também sou do Acre e vivi muito tempo no seringal, inclusive, explorei essa atividade durante mais de 12 anos – e dizer que gostaria de participar dos debates, tendo em vista a pergunta que foi feita pelo Senador Ademir Andrade.

Em primeiro lugar, essa experiência que o senhor está fazendo aqui, através da Universidade de Brasília, deveria ser submetida a um laboratório de análises para ver a qualidade do produto. O senhor falou em qualidade, e acho que é essencial realmente que se ofereça à indústria brasileira um produto de boa qualidade com a elasticidade e a resistência que a indústria exige. Na verdade, está havendo uma retração da indústria em relação à borracha da Amazônia, pois eles alegam que não tem a qualidade indispensável para produzir os pneus, principalmente os de grande porte, para aviões, para carros pesados, etc. Então, eles dão preferência à borracha que vem da Malásia e que tem uma qualidade melhor do que a nossa.

Assim, primeiro lugar, esse processo que o senhor está apresentando à Comissão como uma das alternativas para o homem da Amazônia deveria ter inicialmente um atestado de qualidade para que pudéssemos levar ao homem do interior uma segurança de que o seu produto vai ser adquirido pela indústria, vai ter condições de comercialização perante a indústria, evidentemente que com um preço melhor porque não tem a umidade que tem, por exemplo, a borracha defumada. Esta tem um índice de umidade de quase 30%, mesmo depois de defumada e sofrendo aquele processo de amadurecimento. Quando a borracha verde é tirada do defumador, ela começa a perder peso porque vai ter um índice de umidade muito grande.

Mesmo depois disso, no processo de beneficiamento da usina, ela ainda tem uma quebra de 18 a 20%. Esse processo que o senhor está apresentando não tem isso aí. É um produto final já acabado que pode ser adquirido diretamente pela indústria, eliminando, assim, o processo de beneficiamento da usina. Evidentemente, vai ter um preço melhor, acredito. Hoje, a borracha defumada tem uma cotação de R$0,80 centavos no mercado, para o seringueiro. Essa, tendo uma cotação de R$1,50 já é um grande ganho. No entanto, o látex que ele extrai da estrada de seringueiro, para poder chegar a esse produto final, vai ter uma quebra muito grande. Nós sabemos, a Senadora Marina sabe, que, com dois litros de látex, o seringueiro produz um quilo de borracha. Com esse produto, talvez seja necessária uma quantidade de maior para se chegar a um quilo de borracha, porque ele vai sofrer um processo de coagulação química, através desse produto que o senhor apresenta, e depois vai também passar por uma máquina, um cilindro, pode ser de madeira, que ele pode fazer no interior, para chegar a essa lâmina. E também vai sofrer um processo de diminuição do látex que ele colheu. Se ele pode produzir um quilo de borracha defumada com dois litros de látex, para poder produzir um quilo dessa lâmina, ele talvez precise de três litros de látex. Conseqüentemente, ele vai ter um valor maior, mas vai ter que colher mais leite na sua estrada para produzir isso.

O essencial seria, inicialmente, que a própria UnB, o Departamento onde o senhor trabalha fazendo essa experiência, conseguisse do Governo, por meio de exames de laboratório, um atestado de que esse produto seria recebido, seria comercializado junto à indústria, que daria preferência a este produto, para estimular a produção dele no interior da Amazônia, nos seringais da Amazônia. Porque o caboclo seringueiro acha muito mais fácil continuar produzindo a borracha defumada, que já tem tradição, que a indústria vai comercializar, embora passe pelo processo de beneficiamento nas usinas. O ponto fundamental, inicialmente, para se introduzir esse novo método, essa nova fórmula de produção de folha defumada, por meio da coagulação por produto químico, seria a garantia de comercialização. Caso contrário, não vai adiantar.

Tivemos experiência, por exemplo, com a folha fumada, através das mini-usinas que foram implantadas pela Sudhevea, no Acre, e depois foram abandonadas, porque não havia segurança, garantia de comercialização para o produto. O seringueiro voltou a produzir a borracha defumada ou então essa borracha coagulada, como o senhor falou, que faz a coagulação na própria tigelinha e, depois põe lá

numa caixa, numa lata – é o cernambi prensado, que tem uma cotação barata, porque também tem um alto teor de umidade, quase 30%.

Então, eu gostaria que o senhor desse uma explicação de como é que seria essa forma de arranjar, de conseguir junto ao Governo, de um laboratório qualquer, da própria indústria, que desse garantia de comercialização desse produto, após a introdução desse método nos seringais da Amazônia.

O SR. FLORIANO PASTORE – Senador, não poderíamos vir aqui sem ter antes feito alguns exames, tanto no laboratório do Ibama como nos laboratórios altamente criteriosos da Pirelli. E ambos não puderam, naturalmente, falar em aceitação do produto, "produz, que eu compro", mas ambos – temos esses laudos já -, estão dentro de especificações técnicas. Essa borracha está dentro de especificações técnicas para folha fumada. Esse produto, já estamos fazendo com especificação técnica para folha fumada. Houve um pequeno detalhe quanto à viscosidade múnei(?), que é exatamente uma medida da maciez, digamos assim, da borracha, quando submetida a um determinado teste. Estávamos abaixo da viscosidade múnei (**?**) permitida porque trabalhamos com uma borracha extremamente endurecida nos processos de produção do gebe(**?**), por exemplo, de produção da placa, do granulado escuro. A nossa borracha, na verdade, já se antecipa a uma tendência internacional, que é a de se produzir uma borracha mais macia para um menor consumo de energia na indústria. Quando a borracha é muito dura, muito resistente, ela exige maior consumo de energia na indústria. Essa borracha é visivelmente mais macia e poderá, com certeza, ser usada pela indústria.

Em nível de campo, tivemos um bom resultado até aqui. Os resultados completos, vamos ter na Amazônia. Queremos implantar um pequeno plote(**?**) na Amazônia, com cerca de 20 seringueiros, e fazer, na prática, esse produto – e aí, sim, vamos acompanhar até a produção do pneu -, com uma unidade somente, que pode se iniciar ainda este mês. Queremos ir até a produção do pneu e ir avaliando com os técnicos das indústrias.

Voltando à questão da garantia de compra, se se tiver um produto de boa qualidade na Amazônia, pode-se chegar na indústria e dizer: queremos, porque é importante, é uma questão de Estado, é uma questão de postura do Governo brasileiro para proteger a maior megadiversidade do Planeta, queremos que comprem esta borracha. Temos a possibilidade do subsídio real, financeiro, temos outros mecanismos de incentivo à aquisição da borracha brasileira, desde que – aí é que está a diferença da nossa proposta – se tenha qualidade no produto. Aí, sim, vai-se sugerir às indústrias que consumam um produto que tem qualidade, que pode competir, em termos de qualidade, com o produto que vem do exterior.

Voltando à questão do preço, do Senador Ademir Andrade, se o seringueiro vender para a cooperativa em torno de 1,5, fica ainda um **gap**, uma diferença de preço de 1,5 para 2,1 e 2,2, e esse produto poderia atingir um preço melhor na indústria. O preço da folha fumada, de tabela, é 2,6, mas estou falando em preço de gebe(**?**), do granulado escuro brasileiro, de 2,2. Haveria condições de a cooperativa ter uma diferença de R$0,60, R$0,70, até R$0,80, para cobrir suas despesas, despesas de frete e outras. Quanto ao imposto, deveria ser feito um trabalho, porque o ICMS pode pesar um pouco no produto, de convencimento junto aos governos estaduais para que liberassem do ICMS um produto dessa natureza.

Eu me permito voltar à questão que sugeri de que o produto pudesse ser até exportado, não em grande escala. Mas se tivéssemos algumas exportações para a Europa e pudesse ser veiculado como um produto de qualidade que defende a Amazônia brasileira, que ajuda a proteger a Amazônia brasileira, isto voltaria como um espelho para dentro da nossa casa, espelho para a nossa indústria. Ele está sendo usado lá fora para fazer produtos de qualidade, e podemos fazer o mesmo aqui no Brasil. Lógico que não seria tão sensato exportar, quando se está importando. Talvez uma exportação em nível qualitativo.

O Relator pergunta-nos a respeito de flonas, de florestas nacionais serem colocadas em exploração, com licitação até internacional.

Expresso aqui opinião pessoal, porque já militei mais de 15 anos no setor florestal produtor de madeira, inclusive dirigindo um laboratório de pesquisa de madeira, atualmente do Ibama, antigo IBDF. Conheço também razoavelmente a problemática da madeira.

Temos que ter na Amazônia, desde a área mais protegida possível, cobrindo todos os biomas, todos os tipos de vegetação, de ecossistemas, temos que ter esses sistemas bem protegidos. Temos que ter comunidades indígenas extremamente protegidas, reservas extrativistas, áreas privadas com extrativismo sustentado, produção de madeira, temos que ter tudo na Amazônia. Temos que ter a exploração madeireira em áreas absolutamente destinadas

à produção madeireira, que são em grande parte destinadas às florestas nacionais, que é esta proposta que está sendo discutida. E temos que ter, naturalmente, no último pedaço do espectro, as áreas de remoção da floresta. Não temos que ter a dor no peito por estar sendo destruído um pedaço da floresta. Temos que agilizar o zoneamento econômico e ecológico da Amazônia. Não somente agilizar, ultimar esse zoneamento ecológico e implantá-lo de fato, dar condições ao Governo para que se implante esse zoneamento ecológico.

Já há muito tempo, na década de 70 e 80, ouvimos falar que as florestas do sudeste asiático, que suprem grande parte da madeira internacional, estão se extinguindo, vão se extinguir, e vão vir para o Brasil as grandes madeireiras para explorar a Amazônia, que é o último grande reduto de madeira. Sempre comentávamos isso, e essa era chegou. Grande parte dos recursos florestais da área tropical do globo estão ou esgotados ou em franco processo de conservação. Os governos têm tomado consciência de que os recursos que advém do extrativismo não sustentável, no caso a madeira, deixam rombos perigosos para trás, rombos que são difíceis de se recuperar ecologicamente. Hoje, talvez, eu advogaria o papel inverso. Temos que proteger mais a floresta.

Sobre a experiência das flonas, o antigo IBDF instalou as primeiras flonas na Amazônia na década de 70 – em 1976, talvez tenha sido instalada a primeira Floresta Nacional do Tapajós. Depois vieram outras. Talvez hoje a mais organizada seja a Floresta Nacional de Tapajós, com cerca de 500 mil hectares. A Floresta Nacional de Tapajós nunca foi colocada em exploração pelo Governo, de acordo com o modelo que se propunha à época.

O SR. SENADOR.– (Inaudível. *Fora do microfone.)*

O SR. FLORIANO PASTORE – Eu tenho a impressão que sim. É viável fazer licitação, até internacional, para a exploração das florestas nacionais, porque, primeiro, quando se permite a entrada de uma empresa internacional, ela vem com tecnologia, com recursos, e pegará grandes áreas, porque é necessário.

A exploração florestal, assim como a mineral, a exploração insustentável, de uma forma geral, quanto menor a sua escala, mais predatória em nível relativo ela se torna. Quanto maior essa escala, mais ela pode se dar ao luxo de fazer mais proteção, mais reflorestamento, mais recuperação da área, ou seja, é uma questão de capital. Quanto maior o capital, quanto maior a área florestal sob intervenção para produção de madeira, melhores balanços de economicidade e produção da floresta temos.

Estou expressando aqui a minha opinião pessoal de que as florestas nacionais devem ser, o mais rápido possível, colocadas em produção. E eu não me limitaria às empresas nacionais, porque eu acredito que quem vem de fora trazendo capital, trazendo tecnologia e trazendo, acima de tudo, a predisposição de ser fiscalizado e corretamente atuar na Amazônia, pode ser bem-vindo.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Prof. Washington de Souza, que também vai tecer algumas considerações a respeito dessa pergunta formulada pelo Senador Ademir Andrade.

O SR. WASHINGTON DE SOUZA – Antes de comentar, quando eu disse que o Projeto Caboclo, no primeiro ano, se tivesse êxito em dois projetos, isso faz parte da sua estratégia, porque, ao final de cinco anos, prevemos aproximadamente 2.350 projetos implantados. Mas, no primeiro ano, acreditamos que vamos perder 80% do investimento. Se conseguirmos êxito em 20%, ou seja, em dois projetos, ao final de cinco anos, 2.350 projetos implantados, cada um custando aproximadamente 600 mil dólares.

Essa é a disposição para que esteja implantado ao final de cinco anos. Quem viver verá!

Com relação ao assunto do último item da discussão, sempre foi uma questão muito debatida entre nós o exemplo de uma floresta muito mais pungente do que a Floresta Amazônica, que era a floresta do vale do rio Doce, no Sudeste brasileiro, com mais de 200 mil quilômetros quadrados. Ela foi devastada, arrasada, não existe mais.

Creio que devemos ter mais cuidado, porque esses buracos, esses rombos que são feitos na floresta, sempre com argumentos muito bem apresentados e com uma mídia muito bem adoçada, dão-nos a impressão de que estão nos ajudando.

Lembro-me de que, uma vez, o Senador Esperidião Amin, creio que quando Governador de Santa Catarina, perguntado sobre o que era arrasar com a floresta, pegou um pouquinho de água, colocou em sua careca e disse: "Olha, isso é uma área não preservada".

Estamos cansados de saber que as empresas não virão para cá com boas intenções: virão visando lucro a qualquer preço. Se fizermos um retrospecto do que tem acontecido no Brasil com relação às nos-

sas florestas, se pegarmos o que foi feito, o que tem de aerofotogrametria, vamos ver os buracos, que são irreversíveis, difíceis de voltar atrás. Quando o Presidente da República diz que não consegue fiscalizar a derrubada de árvores, temos que colocar a boca no mundo, gritar bem alto e impedir que tal aconteça.

Quando me refiro aos 50 milhões de evangélicos, é porque o maior sistema de informação do mundo é o de Israel, por causa das sinagogas. E se tivermos essa fiscalização reconhecida pelo Governo, dando ao cidadão o direito de fiscalizar, de impedir, isso vai ser uma maravilha. E por isso nós do Projeto Caboclo somos virtualmente contrários a qualquer derrubada de árvore.

Com os estudos que temos, podemos argumentar e provar o risco: que atrás de uma vem duas, depois dez, e depois você está sem floresta. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – O Senador Nabor Júnior precisou se ausentar, e assumi os trabalhos como Vice-Presidente. Eu sou a próxima inscrita.

Vou tentar ser o mais breve possível, devido ao adiantado da hora, até porque os Srs. Senadores que me antecederam já mencionaram muitas questões que eu gostaria de ter abordado.

Quero, primeiro, parabenizar a presença tanto do Professor Washington quanto a do Professor Floriano na nossa Comissão e lamentar que, em função de uma série de eventos paralelos, alguns Colegas não possam estar presentes. Inclusive, no momento, está sendo realizado um seminário que conta com a presença de vários prefeitos, e estes marcaram reuniões com vários Senadores da Amazônia, como é o caso dos Senadores Sebastião Rocha e Coutinho Jorge, que está fazendo uma exposição no seminário sobre o Fundo de Pensão da Vale do Rio Doce. S. Exªs até nos avisaram de que estariam acompanhando em audiência, que era uma oportunidade ímpar para tratar do caso. Pediram-me, então, para justificar a ausência, embora tivessem todo interesse em estar aqui.

Com relação a questão dos estudos que vêm sendo realizados pela UnB, para mim é muito interessante essa parceria entre as comunidades científicas e as da Amazônia. Primeiro, porque, durante muito tempo, tivemos uma empresa, em que pese a exploração a que os seringueiros foram submetidos, extrativista que funcionava muito bem.

O esquema mostrado pelo Professor Floriano, através da projeção de **slides**, é como se fosse uma nova empresa extrativista na Amazônia; só que não mais com a presença do seringalista e do atravessador. Agora, com uma articulação direta entre os produtores; na ponta, os seringueiros. Uma cooperativa que faria intermediação entre os seringueiros e as indústrias que trabalham com o artefato de borracha. No caso, a de maior envergadura, que são as empresas de pneumáticos.

Vou antecipar a questão levantada pelo Senador Ademir Andrade e pelo Senador Nabor Júnior, de como vamos garantir que esses produtos sejam aceitos pelas empresas. Quando estive na Itália, no ano passado, uma das coisas que fiz foi marcar uma audiência com a direção da Pirelli. Os europeus nos cobram a preservação da Amazônia e do meio ambiente. No entanto, dão preferência aos produtos da Malásia. Quando dão preferência à borracha subsidiada e plantada na nossa seringa da Amazônia, perdemos a competitividade e, portanto, as pessoas têm que ir atrás de outras atividades econômicas; no caso, borracha, madeira, minério, tudo o que é nefasto ao meio ambiente, como muito bem já mencionou o Professor Washington.

A Pirelli ficou sensibilizada, até porque existe um movimento forte em torno do assunto – o pessoal da liga ambiental, os amigos da terra fazem uma cobrança forte com relação a essas empresas - , e disse exatamente que estaria disposta a nos ajudar. Só que levantaram um problema: a qualidade do nosso produto. Fico feliz que o laboratório da Pirelli já tenha, de antemão, aprovado o produto.

Quando cheguei ao Brasil, fui a uma audiência com o Presidente da Pirelli do Brasil. E, agora, em abril, estaremos participando de uma comitiva – inclusive, aproveito para convidar os dois expositores e o Senador Relator – a Xapuri, à reserva extrativista de Chico Mendes, para que a Pirelli assuma um termo de compromisso que irá ajudar também nesse processo de melhoria técnica do produto dos seringueiros. Como o compromisso de ajudar o meio ambiente dá sustentabilidade às reservas extrativistas, eles estariam dispostos a dar preferência ao nosso produto desde que tivesse qualidade.

Isso pode ser feito através de convênio, por uma instituição pública, até porque os seringueiros não têm condições de acompanhar esse processo; pode ser feito tranqüilamente por uma universidade da Amazônia ou pela própria UnB. Enfim, queremos que essas respostas aconteçam.

Fico feliz que essa empresa pelo menos já esteja sensibilizada em dar preferência a esse produto.

Bem, eu disse que seria breve.

Quando tivemos aqui a manifestação dos seringueiros, um dos itens, além de tantos outros, com os quais o Presidente da República se comprometeu foi o de comprar não toda a safra deste ano, mas, das quase 1.500 toneladas de borracha que temos estocada, compraria 300 toneladas para o treinamento das usinas, o que já foi uma conquista dos seringueiros para aquele processo anterior, que prevê ainda o processo de usinagem. Outro ponto seria o de disponibilizar crédito para que as usinas privadas pudessem fazer a compra.

Uma das melhores propostas que considerei foi a idéia do custo ambiental. O que seria esse custo ambiental? A criação, através de medida provisória ou de decreto-lei, de um apoio governamental ao custo ambiental para produtos florestais. A diferença de preço entre borracha importada, que é de R$1,60, e a borracha produzida nos seringais, que é de R$2,60.

O Governo disse: "Não vamos chamar isso, pelo amor de Deus, de subsídio, porque é uma palavra que não tem condições de ser sustentada nesse momento; vamos chamar de custo ambiental". Concordo, seja qual for o nome, nós batizamos! Porque queremos que seja financiada a produção, para que tenhamos uma forma de sobrevivência digna na Amazônia.

O Padre Paulino disse-me tristemente, através de uma carta, que, hoje, ele que casou e batizou as crianças do rio Iaco e de vários outros rios do Acre, não pode ir à casa dos seringueiros, porque os madeireiros fizeram uma campanha de difamação contra ele. O Padre é contra a venda da madeira. Como eles não têm como sobreviver, são obrigados a vender madeira para madeireiros inescrupulosos, que não fazem manejo, que não dão certificado de origem. Com isso, está havendo um clima de animosidade da comunidade em relação ao Padre.

É triste, porque o Padre Paulino tem mais de 70 anos e está há 40 na Amazônia. O que ele fez? Como é de uma família de posse, então resolveu competir com os madeireiros, pelo menos na região daquele rio. Ele pede dinheiro à sua família, sobe com o batelão, dá a mercadoria, ou seja, a cesta básica para o seringueiro e diz: "Mas madeireiro aqui não entra!" Dessa forma, recuperou a comunidade.

Mas isso é uma ação isolada de uma pessoa que, de forma heróica – fico até emocionada, pois é um homem do tamanho do Senador Nabor Júnior, só que bem mais magro – com 70 anos, faz isso! É um ato heróico; ele já veio e já falou com o Presidente.

Se essa proposta do custo ambiental for levada a cabo, será uma das maiores contribuições que o Governo poderá dar à Amazônia, num período de 10 anos, para que possamos viabilizar outras alternativas, como muito bem estão fazendo os nossos pesquisadores, os nossos cientistas, a fim de que atividades-piloto, como a que o professor acaba de nos expor, comecem a dar certo.

Portanto, a idéia do custo ambiental é fundamental. E o Governo, que estava naquela curva, a pior de todas – que me parece que é o Governo do Presidente Fernando Henrique -, pode se redimir com o extrativismo, com a Amazônia, fazendo-a funcionar.

Hoje, a produção de borracha da Amazônia deve estar em torno de 5 mil toneladas – já foi de 40 mil. Se o Presidente Fernando Henrique conseguir elevar essa produção, num processo crescente, para 25 mil toneladas, Sua Excelência poderá ser concorrente do Lula, do Tasso, de quem for! Mas vou reconhecer que deu uma contribuição para a Amazônia.

O Governo tem de enfrentar o desafio de não deixar aquelas populações à míngua como estão. Existem algumas famílias cuja renda mensal chega a R$13,50 – os centavos não chegam nem a R$0,80. Uma lata de leite é um absurdo! Há famílias que não têm mais nem roupas para vestir.

Lembro-me de que, nas campanhas, os políticos distribuíram camisetas. Os pais de família queriam porque queriam aquelas camisetas, uma vez que elas já tinham destino certo: seriam entregues pelo menos às suas filhas.

É lamentável que, em uma região tão rica como a nossa, tenhamos de ver e conviver com esse tipo de desgraça – não tenho outra palavra para qualificar a situação!

O Governo se comprometeu ainda – eu disse que seria breve, mas o assunto é da minha paixão! – com o **kit**-colocação, que são todos os utensílios necessários para a produção de borracha. Além desse **kit**, haveria o fornecimento de cestas básicas durante três meses, até quando ele conseguisse ter uma produção e a venda da sua produção. Isso também é algo muito importante. Porém, o **kit**-colocação não pode ser de tigelas, de faca de seringa, de balde, de bacia para defumar no processo tradicional – que eu, meu pai e todo o pessoal que conheço, alguns deles hoje cegos, inclusive meu pai, e alguns com problemas seriíssimos de pulmão por utilizarem o processo em questão. O **kit**-colocação pode muito bem já ser de caráter experimental, para o qual exis-

tem as cooperativas de uma nova técnica – o que não é nada de outro planeta! Inclusive, o Senador Nabor Júnior alertou muito bem: ao invés de fazermos as calandras de metal, ela pode ser feita de madeira, e isso o seringueiro sabe fazer; há muita gente que sabe fazer.

Deveríamos, então, implementar esse novo método. É por isso que sugeri ao Professor, ao Ibama, à Secretaria da Amazônia Legal que, em parceria com as universidades da Amazônia e com o Conselho Nacional de Seringueiro, fizéssemos um trabalho para a implementação dessas unidades-piloto, inclusive, aproveitando o fato de que o Governo vai financiar os benditos **kits**-colocação.

Não tenho nenhuma pergunta a fazer, era mais uma questão de posicionamento.

Eu queria parabenizar os dois expositores e dizer que, em relação àquilo que depender da nossa Comissão, de empenho pessoal, até para viabilizar os recursos para que as pesquisas continuem acontecendo, estaremos aqui ao inteiro dispor.

Não sei se o Senador Relator tem mais alguma questão a abordar. Se não tiver, passarei às considerações finais dos dois expositores, já agradecendo de antemão a colaboração.

Professor Floriano com a palavra.

O SR. FLORIANO PASTORE – Também vou ser bastante breve.

Realmente, Senadora, as suas palavras são bastante pungentes. Nós, que conhecemos a Amazônia, que a amamos, que já dedicamos uma grande parte da nossa vida às questões da região, sabemos que hoje a Amazônia, não obstante a sua imensa riqueza – e volto a frisar -, é o maior banco de germoplasma do planeta.

Fala-se muito hoje na ovelha Dolly, mas esta ovelha só foi possível, porque existia uma outra, feita pela própria natureza. Isso se chama banco de germoplasma. Quanto maior quantidade de germoplasma tivermos, mais ricos poderemos ser. O mundo inteiro está realmente preocupado com esse banco enorme de germoplasma.

A pergunta do Senador Relator veio também preocupar-nos, quer dizer, trazer à tona a preocupação com a exploração madeireira, que virá, com certeza; mas temos de ter mecanismos concretos e corretos de impedir que ela se extravase para outras áreas que não forem determinadas para a exploração madeireira como um todo.

Então, mais uma vez, agradeço.

Quero registrar também a presença, na platéia, do fabricante que tem subsidiado, também com o seu produto, a parte dessa pesquisa.

Está conosco, veio especialmente para esta apresentação, o Sr. Afonso Kleimeir(**?**), que é produtor de carvão ativo. Já está exportando o produto e ganhando espaço no mercado internacional.

O carvão ativo é extremamente importante para a purificação da água, para a purificação de vários produtos, mas, especialmente, da água – hoje, ele está ganhando espaço no programa internacional. Mas ele tem uso para um subproduto da produção de carvão ativo, que é a base do coagulante que desenvolvemos, que é o ácido pirolenhoso.

Ele já mostrou disposição de instalar unidades de produção na Amazônia, se necessário. Ele vai, de qualquer forma, para a Amazônia, independentemente do projeto da borracha, porque ele já está praticamente sem matéria prima no Sul; vai, portanto, para a Amazônia atrás do resíduo da produção madeireira para a produção de carvão ativo.

Esperamos que o nosso projeto esteja deslanchando também para podermos consumir um subproduto que não é tão valioso para ele, mas a sua presença aqui já é importante para denotar que é uma empresa que está investindo conosco nessa pesquisa.

Enfim, mais uma vez, quero agradecer, em nome da minha universidade, da minha equipe, que parcialmente está aqui – a outra não pôde vir -, e em meu nome, a oportunidade de apresentar esse produto, que, com orgulho patriótico, realmente eu o apresento aos senhores, com o comprometimento de que não é um final, mas meramente o primeiro passo.

Temos ainda muito trabalho a fazer e muito trabalho de convencimento em todos os pontos; temos de resolver os problemas que vão surgir em cada ponto, ao instalar o projeto lá na Amazônia, ao ter a produção de um ácido de coagulante de boa qualidade e em quantidade suficiente espalhado por toda a Amazônia – não é fácil; ao viabilizar o frete desse material para os centros consumidores – também não é fácil. Tudo na Amazônia é difícil!

O que não pode ser pequeno é o nosso espírito, é a determinação de o Congresso e de o Executivo fazerem valer a preservação dessa riqueza, que é nossa.

Então, mais uma vez, muito obrigado.

Estamos realmente, como dizem os ingleses, **full commitment**, ou seja, estamos completamente comprometidos com esse projeto.

Muito obrigado.

A SRA. MARINA SILVA – Professor Washington de Sousa.

O SR. WASHINGTON DE SOUSA – Depois das palavras da Senadora Marina Silva, num determinado momento, tive a disposição de falar, mas me freei. É que, enquanto estamos aqui, existem milhões de brasileiros da Região Amazônica que não comeram ontem, nem hoje e não sabem quando vão comer!

Eu não quis falar isso para não chocar ou não parecer sentimentalismo, mas, quando ela abordou o assunto, não pude deixar de registrar.

Por isso, volto a dizer que é da maior importância para o Projeto Caboclo a participação, a direção, a ajuda, a orientação desta Comissão, que, em tão boa hora, nos convocou, para alegria nossa.

Quero também dizer que, nas reuniões que fazemos para discutir esse projeto, teríamos e teremos a maior honra se a Comissão indicar um dos seus membros para estar presente ou enviar um representante de um dos seus membros. Faremos uma outra reunião nos dias 07 e 08, em Belém do Pará. Convidamos todos os Srs. Senadores da região da Amazônia Legal para participar – um pouco em cima da hora, dias ruins, segunda e terça-feira, mas já vamos definir as primeiras áreas.

Temos mais de 150 áreas oferecidas de empresas, de governos municipais e estadual. Temos agora que escolher de acordo com a orientação científica para implantar as primeiras dez. Gostaríamos sinceramente de contar com a colaboração dos senhores, com a ajuda, com a orientação e até com a correção, em relação àquilo que pensamos estar certos.

Temos uma máxima no relatório do projeto que, entre outras, diz assim: "as chances de viabilidade de sucesso do Projeto Caboclo se baseiam em alguns critérios de ordem científica e política". Toda ela é voltada, Senador, para o caboclo, para o povo da floresta; toda ela é voltada para aquele caboclo que está lá, esquecido. Não estamos preocupados com outra coisa senão com ele.

Trata-se de um projeto que busca criar uma síntese entre a experiência histórica dos povos da floresta amazônica e as novas e imensas possibilidades que a biotecnologia abre para essa região. Nesse sentido, não é um projeto estruturado e dirigido para elaborar pesquisas científicas que ajudem a elucidar os complexos socioecológicos instaurados na Amazônia, mas para o aproveitamento das práticas decorrentes do conhecimento já estabelecido do caboclo e que possam ser facilmente multiplicados. E cremos que isso ocorrerá.

Agradeço ao Relator, à Presidente em exercício essa oportunidade e auguramos a Deus que haja êxito em todos eles.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Agradecemos. Estão encerrados os trabalhos até a próxima reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h15min.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

Criada através do Requerimento nº 001, de 1996-CN, "com a finalidade de apurar as denúncias contidas na reportagem da revista Veja, do dia 30 de agosto de 1995, sobre o trabalho de crianças e adolescentes no Brasil".

5ª Reunião realizada em 15 de abril de 1997

Aos quinze dias do mês de abril de mil novecentos e noventa e sete, às dez horas e vinte e cinco minutos, na sala 9 da Ala Senador Alexandre Costa, no Anexo II do Senado Federal, presentes as Senhoras Senadoras Marluce Pinto, Emilia Fernandes e Benedita da Silva e ainda o Sr. Senador Nabor Júnior. Presentes também as Deputadas Célia Mendes, Rita Camata e o Deputado Paulo Rocha membros da CPMI destinada a apurar as denúncias sobre o trabalho de crianças e adolescentes no Brasil. Abertos os trabalhos foi discutida e apreciada a Ata da 4ª reunião, realizada em 8-4-97, sendo que a SRA. Relatora, Deputada Célia Mendes, solicitou a dispensa da leitura da mesma, que foi aprovada pelos presentes. Em prosseguimento a Senhora Presidente convidou os expositores programados para aquela reunião, a tomarem assento à mesa, sendo dada a palavra inicialmente ao Dr. Benedito Rodrigues dos Santos, Coordenador da Seção Brasileira da Defesa da Criança Internacional, que passou a explanar sobre a atuação do órgão que representa, desde 1980, e, de maneira lógica e elucidativa, demonstrou sobre os trabalhos desenvolvidos em diversos segmentos dos Estados brasileiros, criticando as falhas dos órgãos que cuidam dos assuntos relacionados ao trabalho infantil e de adolescentes, como também apontou soluções que possam minimizar ou racionalizar a problemática. Ressaltou ainda que é consultor da Unicef no Brasil, e que vem batalhando através deste órgão, para que se crie núcleos pelos Estados brasileiros dando continuidade aos programas da Unicef, inclusive disse que este

órgão trata a exploração sexual de crianças como trabalho infantil. No decurso da reunião, a Deputada Rita Camata apresentou suas escusas por ter que se ausentar, pois teria que comparecer ao sepultamento do ex-Governador e ex-Senador do Espírito Santo, Dr. Eurico Rezende, tecendo comentários a respeito da explanação feita pelo Dr. Benedito. A seguir foi franqueada a palavra ao Sr. Francisco Calasans Lacerda, Presidente do Sindicato dos Hotéis e Similares de São Paulo, que passou a colocar a posição do Sindicato que representa, em relação ao trabalho infantil, inclusive apresentou vários documentos de denúncias contra a Rede MacDonalds que atua na cidade de São Paulo, documentação esta que passou para a Presidente da CPMI. A seguir os expositores passaram a ser indagados pela Relatora Deputada Célia Mendes, e em respostas elucidativas e concretas deram uma visão do que pensam sobre o assunto. Em continuidade usou da palavra o Senador Nabor Júnior, que enfatizou sobre a prostituição infantil, inclusive citou a reportagem mostrada pelo Jornal Nacional na noite anterior a esta reunião. Dando prosseguimento a palavra foi franqueada à Senadora Emilia Fernandes que questionou os expositores. Assumiu, temporariamente, a Presidência dos trabalhos a Senadora Benedita da Silva, que passou a manifestar-se sobre os assuntos levantados pelos expositores enfocando vários questionamentos já tratados anteriormente. Pela ordem, tendo assumido a Presidência novamente a Senadora Marluce Pinto, que concedeu a palavra ao Deputado Paulo Rocha, sendo que o mesmo voltou a falar sobre a exploração sexual de crianças e outros assuntos concernentes às exposições dos convidados presentes, sendo que os mesmos passaram a responder os ordenamentos levantados pelos Senhores parlamentares presentes. A Senhora Relatora requereu ainda que fosse requisitada a fita da Globo, exibida no Jornal Nacional, bem como fosse convocado o Jornalista Bruno Paz Manso, do jornal o **Estado de S. Paulo,** que foi citado pelo Dr. Francisco Calasans, que inclusive deixou em poder da Comissão, fotografias compradas do Jornalista já citado. Agradecendo aos expositores, a Senhora Presidente deu por encerrada a reunião, e, para constar, eu Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e irá à publicação, juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte da mesma. – **Marluce Pinto.**

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª reunião do corrente ano da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar denúncias sobre o trabalho de crianças e adolescentes no Brasil.

Convido o Dr. Benedito Rodrigues dos Santos e o Dr. Francisco Calasans para compor a Mesa.

Estamos com a ata da 4ª reunião, realizada em 08 de abril de 1997, e solicito à nobre Deputada Célia Mendes que faça a leitura.

A SRA. RELATORA (Célia Mendes) – SRA. Presidente, já que a ata está devidamente distribuída, solicitaria que fosse dispensada a leitura da mesma.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Passemos à votação.

Os Srs. Parlamentares que aprovam a dispensa da leitura da ata queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Temos como convidados de hoje, com muita honra, o Dr. Benedito Rodrigues dos Santos, Coordenador da Seção Brasileira da Defesa da Criança Internacional, e o Dr. Francisco Calasans Lacerda, Presidente do Sindicato dos Empregados em Hotéis e Similares de São Paulo.

Concedo a palavra ao Dr. Benedito Rodrigues dos Santos. S. Sª tem 20 minutos para fazer sua exposição e, depois, responder às perguntas.

O SR. BENEDITO RODRIGUES DOS SANTOS – Bom dia a todos, senhores e senhoras da CPI. A Defesa da Criança Internacional foi criada internacionalmente em 1979 por dissidentes de um segmento da Anistia Internacional, que decidiram fazer algo mais específica para a criança.

Estamos atuando aqui no Brasil desde essa época, mais ou menos da segunda metade da década de 80 para cá, muito vinculados ao Fórum de Defesa da Criança. Só recentemente decidimos construir uma seção autônoma do Fórum DCA.

Um dos primeiros campos que assumimos foi essa questão do trabalho infantil. O DCI Internacional criou, juntamente com a Sociedade Internacional de Prevenção ao Abuso, Negligência e Maus Tratos na Infância, o **International Working Group on Child Labour**, um grupo internacional para levantar a situação desse trabalho em 21 países do mundo, inclusive no Brasil.

A metodologia foi interessante: foram três países de cada continente para pesquisa profunda e mais informações complementares de outros países.

Ficamos com a responsabilidade de coordenar o Capítulo Brasil do relatório, que, por sinal, foi considerado um dos melhores do mundo.

Para dar uma idéia, farei uma síntese do que foram essas investigações, do que encontramos e as alternativas registradas.

Como o estudo foi destinado a buscar estratégias de eliminação do trabalho infantil, estudar as que já vinham acontecendo, o foco do relatório está muito na solução. Então, poderemos discutir a caracterização do trabalho infantil, as soluções, as propostas e o que vem também acontecendo, que é muito interessante.

O Brasil apresenta-se no cenário internacional, por mais paradoxal que seja, como o País onde os indicadores sociais são péssimos mas as soluções também são bastante criativas e são referências para o mundo todo.

Gostaria de falar sobre alguns mitos em relação ao trabalho infantil. Em primeiro lugar, o trabalho infantil é grande no mundo inteiro, mas, na verdade, como tendência histórica, ele está diminuindo. É lógico que ele é muito grande na medida em que a população pobre também é muito grande no mundo inteiro. Mas, por exemplo, desde a Idade Média, quando toda criança, inclusive da aristocracia, aos 7 anos, era mandada a trabalhar, a infância tinha uma curta duração; qualquer criança era mandada a trabalhar. E havia o esquema de solidariedade, onde cada família educava o filho do outro. Então, aprendiam a servir, aprendiam um ofício, uma profissão. Até Luís XV foi mandado às casas para aprender; não havia muita diferença entre as crianças das diversas classes. Depois da Revolução Industrial, da chamada revolução burguesa para cá, quando foi criada a escola, alguns segmentos da sociedade infantil deixaram de trabalhar. A sociedade também foi ficando muito mais complexa, exigindo da criança um maior tempo de preparação para a vida adulta.

Por exemplo, se a pessoa ia ser guerreira, ela era preparada para ser guerreira com arco e flecha. E, na época primitiva, existiam poucos postos na sociedade; então a pessoa era preparada para ser um artesão, um matemático, ou seja, já sabia muito concretamente o que seria, porque a sociedade era muito simples. Mas, como a sociedade foi ficando cada vez mais complexa, foi sendo necessário um maior tempo de preparação da criança. Então, a escola foi-se tornando um espaço fundamental de preparação dessas crianças para as várias posições que poderiam ocupar quando adultas.

O que aconteceu nos países desenvolvidos? Primeiro, houve uma chamada diminuição do trabalho infantil na classe média, intelectual, na aristocracia. Depois, esse trabalho infantil foi diminuindo nos segmentos de operariado qualificado.

Essa tendência está-se espalhando pelos países em desenvolvimento. Por exemplo, nos países em desenvolvimento, o trabalho infantil está diminuindo, ou seja, os filhos de famílias de classe média e alta do Brasil já não se encontram trabalhando. Percebe-se que os filhos do operariado qualificado também não estão trabalhando. Podemos observar os casos em São Paulo; os operários qualificados não colocam suas crianças para trabalhar.

E onde está ficando o trabalho infantil? Nos resíduos empobrecidos da população pouco qualificada e pouco escolarizada, mas isso ainda é um grande contingente no Brasil.

Outra questão a ser colocada: em setores que demonstram uma capacidade de fiscalização forte ou de segmentos mais modernos da economia, não existe trabalho infantil. Não se encontra trabalho infantil nas grandes indústrias brasileiras; elas seguem a lei, ainda que se beneficiem, como foi colocado na revista **Atenção** e outras, comprando produtos ou matérias-primas que envolvem mão-de-obra infantil. Mas, diretamente, elas não utilizam esse trabalho, a não ser as pequenas indústrias de fundo de quintal em São Paulo.

Na verdade, o trabalho infantil no Brasil ainda é muito expressivo; os últimos dados mostram isso. Temos mais de 500 mil crianças de cinco a nove anos trabalhando, e são 4,5 milhões de crianças abaixo de 14 anos trabalhando. Quer dizer, é um número bastante exorbitante.

Outro mito em relação ao trabalho infantil diz respeito às suas defesas, ou seja, ele é formador de caráter. Do ponto de vista cultural, a população e as próprias crianças defendem o trabalho infantil como sendo um formador de caráter importante; fez-se uma vinculação entre não-trabalho e ócio, marginalidade e delinqüência. Então, todas as famílias têm medo de que, se seus filhos não trabalharem, eles se tornem malandros, marginais e delinqüentes. Isso é muito forte na cultura brasileira.

É lógico que o trabalho tem um valor fundamental na vida de todos; porém, a qualidade do trabalho oferecido à criança e ao adolescente no Brasil não é educativo. O tipo de trabalho que as crianças estão desenvolvendo, em todos os lugares, é um trabalho completamente degradante e prejudicial à saúde.

As pessoas dizem: pergunte às crianças para você ver como elas gostam de trabalhar. Então resolvi perguntar, e as crianças responderam que gostam de trabalhar. Mas se você perguntar se a criança prefere estudar, brincar ou trabalhar, é claro que elas respondem que preferem estudar e brincar. Perguntando se gostam do tipo de trabalho que fazem, ouve-se que não, que têm vergonha, que se sentem humilhadas. Quer dizer, esse trabalho oferecido à criança, muito ao contrário de elevar a estima de um adolescente ou socializar o adolescente para uma visão positiva do trabalho, fazem é socializar a criança a ter vergonha do trabalho que está sendo oferecido a ela.

Além disso, existem as questões, que devem ter sido extensamente colocadas aqui, com relação ao trabalho explorado, por exemplo: as crianças ganham duas, três vezes menos que os adultos. Trata-se de um trabalho explorado e, muitas vezes, em condição de semi-escravidão. E aqui também vale uma observação: mesmo nas iniciativas de ONGs, em muitas das que se propõem a fazer um trabalho educativo, há problemas. Primeiro, porque as crianças não percebem quase nada, tudo é simbólico. Elas não aprendem a receber um salário digno e nem a administrar o dinheiro que recebem. O trabalho nem sequer consegue dar uma boa formação porque é muito improvisado, é de faz de conta, quer dizer, não é um trabalho real.

Temos um conjunto de críticas. É lógico que existem as ONGs que estão fazendo um trabalho sério, mas, em geral, o trabalho oferecido à criança, tanto pelo mercado quanto pelas ONGs, não tem caráter educativo; pelo contrário, são trabalhos de baixa qualificação e trabalhos que levam à reprodução do ciclo da pobreza. Ou seja, se a pessoa é pobre, desenvolve atividades de pobre e continuará pobre. Por essa razão, acho que essa questão do trabalho infantil precisa ser enfrentada de cara.

É lógico que há outros mitos, como, por exemplo, o de que o trabalho infantil é conseqüência da pobreza. Queria dizer que é conseqüência da pobreza, mas é causa também, porque, se essas crianças continuarem trabalhando, vão continuar pobres, certo? Na verdade, é o que falamos, o tal do ciclo.

Pensando também nas conseqüências mais importantes do trabalho infantil, temos duas: a primeira é que alguns estudos estão mostrando que adolescentes de classe média e de classe pobre, trabalhadores, têm o desenvolvimento físico completamente diferente. Nosso menino de classe média e alta, que pratica esporte todo dia, ginástica, judô, tem aulas de inglês, de francês, tem um desenvolvimento físico e intelectual muito diferente do de um menino pobre, trabalhador, inclusive a constituição física, tamanho, altura – com relação a isso, já existem estudos. A outra é a questão da escolaridade, que deve ter sido mencionada aqui. Gostaria de falar sobre uma pesquisa do DIEESE, que acabou de sair, que mostra claramente que a evasão e a repetência entre os meninos trabalhadores é muito maior do que entre os outros. Mas queria não só mencionar coisas com relação à repetência, à evasão, porque isso provavelmente vocês saibam; quero falar do prejuízo econômico para o desenvolvimento do País por esses meninos estarem no trabalho infantil e não na escola.

Alguns dados, por exemplo, do Banco Mundial, têm mostrado que se crescéssemos em dois anos a escolaridade média do povo brasileiro, o Produto Interno Bruto do Brasil cresceria 9%. Quer dizer, o prejuízo econômico para a Nação do trabalho infantil é uma coisa pouco estimada neste País. Todo mundo enaltece, e digo: o trabalho infantil é, dentre as questões da infância, a mais polêmica de todas. Tenho acompanhado debates internacionais na Índia e em todos os lugares e este é um assunto polêmico. Há pessoas favoráveis, porque dizem que se trata de uma questão cultural, que não se pode acabar com o trabalho de uma hora para a outra, porque as famílias necessitam dele. Os argumentos são os mesmos utilizados no Brasil, na época da escravidão, para a não-abolição da escravatura. É o mesmo. Então, estamos vivendo uma recriação do debate entre abolicionistas e senhores escravagistas em relação ao trabalho infantil. Quer dizer, as posições são muito parecidas nesse ponto.

Mas os estudos todos estão dizendo o seguinte: a Nação toda perde horrorosa e monstruosamente, do ponto de vista econômico, deixando esse potencial de crianças nesse tipo de trabalho e não na escola. Posso trazer depois para a CPI um documento do Unicef que tem esses estudos, mostrando quanto tempo e quanto dinheiro o Brasil está perdendo no trabalho infantil e, nesse descompasso entre escola e a questão da criança, o potencial que perde.

Sem contar que a escolarização hoje é um critério; se ela não significa mais dinheiro no bolso da criança, com certeza, as oportunidades de emprego melhor estão vinculadas à escolaridade. Lá em São Paulo, hoje, para vocês terem uma idéia, um concurso de faxineira exige a 4ª série primária. Então, a escolaridade virou um critério de seleção básico.

Quem, nessa sociedade chamada globalizada, não tem o mínimo de escolaridade não tem condição de conseguir os pequenos postos, os poucos postos de trabalho que existem.

Sem contar que, por exemplo, a Secretaria de Trabalho do Rio de Janeiro acabou de fazer um levantamento de quem está ganhando trabalho e quem está perdendo. Está ganhando trabalho mulher escolarizada, jovem escolarizado. Está perdendo trabalho homem de 35 anos, pai de família. Quer dizer, essa é a tendência agora. Sobre isso, nós já tínhamos essa sensação. Agora, os dados já estão demonstrando claramente que está havendo uma perda de trabalho de pais de família, com pouca e baixa escolaridade, e um acesso aos postos de jovens com melhor escolaridade e mulheres com melhor escolaridade.

A questão da escola hoje é diferente. Também sou um aprendiz de antropólogo. Há alguns estudos sendo feitos nos Estados Unidos, comparando um menino da sociedade moderna que não vai à escola e um menino de uma sociedade primitiva, antiga, que não ia à escola, que não tinha o sistema de escolarização. O desenvolvimento do processo cognitivo dos dois é mais ou menos parecido. Por quê? Porque a escola ocupa, na sociedade moderna, um papel fundamental no processo cognitivo, da forma como as crianças aprendem, independente de a escola ser ruim.

Que é preciso melhorar bastante a escola, todos sabemos que sim, mas ela tem uma função nessa sociedade moderna, que é preparar a criança para pensamentos abstratos. E para a sociedade globalizada, mais uma vez, ainda que tenhamos críticas, o que ela pode fazer é importante, essa capacidade abstrata de a criança saber pensar, saber ler e escrever bem. Bom, então, esse é um dos mitos.

Um outro mito sobre o qual queria falar é o de que o trabalho da criança é fundamental para a família. Ele é fundamental na medida em que, para a família, o orçamento da criança representa até 30%. Para algumas famílias esse trabalho é realmente importante. Mas, no conjunto da pobreza brasileira, o trabalho da criança não modifica a situação da pobreza como quadro social. E há uma outra questão: o trabalho da criança é importante para ela pagar o seu próprio custo de manutenção. Não é que ele muda a condição da família. Quer dizer, se não houvesse o trabalho de algumas crianças, as famílias seriam indigentes, cairiam para um nível de indigência. Mas o conjunto não modifica tudo. O que a criança faz? Ela paga o preço da sua criação, coisa que nós, de classe média, bancamos. Hoje, uma criança de classe média tem um custo mensal de, no mínimo, US$700,00. Em uma família pobre, a criança trabalhadora é que tem que "bancar" o seu próprio custo de sustentação. Há um outro jeito de "bancar" o custo de reprodução do grupo familiar. Trata-se do trabalho das meninas, aliás, um trabalho invisível, que essas meninas fazem em casa. Cito, como exemplo, o fenômeno da menina de criação, adotada. Isso acontece muito no Brasil. Meninas de famílias pobres são "adotadas" pelas famílias de classe média, que dizem criá-las, quando, na verdade, elas trabalham no serviço doméstico. Esse tipo de trabalho, que é invisível, não está na estatística do IBGE. Há um outro caso: o da menina que tem que cuidar dos irmãos, ser responsável pela manutenção da casa, do grupo familiar, e isso também não é contado como trabalho. Esse trabalho tem chamando muito a atenção.

Outro tipo de trabalho que está despertando atenção, também invisível, é o das crianças em unidades familiares de produção rural. Quanto a esse aspecto, não temos nenhum estudo a respeito. Essas crianças, filhas de pequenos agricultores, têm o trabalho divido entre os familiares – nesses casos, normalmente, os meninos vão à escola.

Percebemos que antigamente, também nas unidades familiares de produção, o trabalho era socializado e as crianças tinham o trabalho de acordo com a sua condição física. Atualmente, isso não está acontecendo mais, pois os pais têm que sair para trabalhar e as crianças têm que ser responsáveis pela manutenção da propriedade rural.

Ainda mais grave é a situação dessas unidades de produção familiar, doméstica, conectada com a agroindústria – como a de laticínios, por exemplo.

Chamo a atenção desta CPI para a questão da criança trabalhadora na zona rural, pois 48% das crianças trabalham nessa condição. E o pior é que a maior parte desses crianças não recebe qualquer remuneração.

Há dois outros pontos para os quais também gostaria de chamar a atenção desta CPI: o primeiro diz respeito à menina que desempenha o papel de "mãe de família", tendo sete, oito, ou nove anos e é aplaudida por todos por acharem que ela é uma menina esforçada, trabalhadeira, que inclusive já cuida dos seus irmãos. O segundo ponto é essa questão do trabalho infantil no campo, onde os meninos são responsáveis pelo manutenção da propriedade rural para liberar a força do trabalho assalariado de seus pais.

Esse é um panorama. Mas vou destacar algumas coisas que estão acontecendo no Brasil, que considero importantes no campo da erradicação do trabalho infantil. Aliás, a sociedade brasileira está se mobilizando muito. Como disse, a sociedade brasileira é considerada como uma referência internacional nessa área. Citarei alguns projetos que estão sendo desenvolvidos. Um primeiro, que o Unicef está desenvolvendo – sou consultor do Unicef nessa área da erradicação do trabalho infantil -, tem duas estratégias básicas. Para as crianças com menos de 14 anos, erradicação e a volta à escola. Isso está sendo feito da seguinte maneira: primeiro, um apoio à bolsa-educação para as crianças, compensando a família do efeito financeiro. Depois, o investimento em atividade de complementação escolar no período extra-escolar. O terceiro, investimento na geração de renda da família. Basicamente, são esses os três itens que estão sendo desenvolvidos. Ou seja, a volta da criança à escola com a bolsa-escola; a questão da geração de renda e emprego para a própria família; e a atividade de complementação escolar e apoio à melhoria da qualidade do ensino.

Acima de 14 anos, o Unicef está desenvolvendo a formação profissional, vamos dizer assim, a chamada Moderna Formação Profissional Multifuncional, ou seja, preparar o adolescente com um leque de alternativas para ele possa enfrentar o mercado com uma gama também diversificada de ofertas, tendo, inclusive uma bolsa de R$100. Em sendo um jovem trabalhador, pobre e adolescente, eu não posso freqüentar um curso durante dois ou três meses porque tenho que trabalhar; se trabalho, não tenho condições de atender o curso; se não atendo o curso, não qualifico a minha mão-de-obra. Novamente aí teremos a reprodução do ciclo da pobreza.

Então, é muito importante que essas bolsas dadas a muitos trabalhadores de classe média, intelectuais, para fazerem os seus mestrados e doutorados sejam também aplicadas aos jovens trabalhadores pobres, a fim de que eles possam se qualificar melhor.

Temos aqui uma outra questão referente aos adolescentes acima de 14 anos, que é o investimento na família, no grupo familiar. Talvez seja essa a inversão dos programas da década de 90. Na década de 80 – e o Professor Antônio Carlos é quem tem essa expressão – todos os trabalhos ajudavam as crianças a ajudarem as suas famílias. Agora, está havendo uma inversão da lógica. Temos que ajudar a família para que esta possa ajudar a criança, e não o contrário, como o que estava acontecendo com os programas de geração de renda para a criança na década de 80.

Realmente, temos que fazer essa inversão. Temos que ajudar a família a ajudar a criança, e não o contrário. Esse panorama do investimento estratégico, por assim dizer, em que as ações não são mágicas para resolver o trabalho infantil, é a combinação de várias políticas simultâneas para determinados grupos sociais. Isso está precisando acontecer: multiincidências de políticas para determinados grupos sociais. Deveria ser para toda a população, mas já que se tem alguns mais vulneráveis, entendo que devesse começar pelos mais vulneráveis.

Uma outra estratégia que também é muito interessante, e que está chamando a atenção no Brasil, é a mobilização dos empresários. Se os empresários são parte do problema, é verdade que o mercado facilita a entrada da criança e se beneficia do trabalho da criança. Inclusive quem estuda a legislação brasileira sobre o trabalho infantil pode relacionar isso com o momento econômico.

A legislação brasileira, antes do Estatuto da Criança e do Adolescente, sempre esteve vinculada aos interesses de expansão ou retração do mercado capitalista. Percebe-se que há idade para entrada no mercado: quando o mercado precisa de mão-de-obra, ele abaixa a idade; quando o mercado não precisa, eleva-se a idade; quando o mercado precisa de trabalhador reduz os direitos previdenciários trabalhistas; quando o mercado precisa de mais trabalhadores reduzem os direitos previdenciarios trabalhistas.

A legislação brasileira oscila de acordo com os interesses econômicos da mão-de-obra. Esse é um dado curioso que estudei em toda a legislação trabalhista, percebendo a evolução dela através do tempo.

Uma outra questão é que o trabalho da criança é o mais prejudicado num momento de crise econômica. As crianças são as primeiras a serem mandadas embora, são as que mais sofrem e padecem o efeito da crise econômica.

Por isso, os empresários são parte importante na solução do problema do trabalho infantil no Brasil. Por exemplo, há empresários aqui no Congresso Nacional que estão apostando na volta do salário mínimo de menor – inclusive há projetos nesse sentido que os senhores devem conhecer – e estão querendo, ao lado de empresários que na verdade defendem o trabalho da criança com recursos, temos também um grupo de empresários que estão lu-

tando, num País mais moderno e desenvolvido, para que as crianças vão à escola.

Nesse particular cito o trabalho da Fundação Abrinq – inclusive fiz um estudo das duas estratégias da Fundação Abrinq – e estou deixando para a CPI – a pedido do Unicef, pelos direitos da criança, mobilizando empresários. São duas estratégias. Uma primeira dá uma espécie de selo, de ISO-900 para a empresa que não explora a mão-de-obra infantil. Esse selo tem duas condições: primeira, não envolve trabalho infantil e, segunda, apóia programa que beneficia a educação de crianças. E aqui cito a Natura que adotou uma escola. Há vários outros exemplos aqui. E a outra estratégia é a inclusão de cláusulas sociais. A Volkswagem, a Ford e todas essas grandes indústrias assinaram compromissos de não comprarem matéria-prima que envolva o trabalho infantil e incluíram isso em seus contratos de trabalho. Sei que a questão das cláusulas sociais é bastante polêmica, mas ela deve ser analisada diferentemente no contexto do trabalho infantil do que ela o é pelos trabalhadores adultos.

Essa é a conclusão a que cheguei depois de fazer esse estudo. A princípio, a minha posição para a questão das cláusulas sociais é uma, mas, aplicada ao trabalho infantil, acredito que ela seja procedente. O que se está apostando? Está-se apostando que o consumidor moderno vai saber escolher entre um produto ou outro. Inclusive quero mostrar-lhes uma campanha nos Estados Unidos contra a Reebok e a Nike que exploram as crianças na Indonésia.

A associação de consumidores é um aliado importante, pois não compram o produto porque está-se explorando o trabalho infantil. Então, a Fundação Abrinq aposta na possibilidade de o Brasil ter também uma organização de consumidores mais qualificada. Essa Fundação está apostando que o Brasil terá um conjunto de consumidores que poderá optar entre um tipo de trabalho e outro e poderá fazer pressão.

Vou encerrar a minha apresentação.

De um lado, tentei mostrar as políticas públicas – no caso do Unicef intervindo com as políticas públicas – e, do outro, tentei mostrar uma mobilização. Mostrei a mobilização dos empresários e também a mobilização contra a exploração sexual de crianças e adolescentes. No Unicef, a exploração sexual de crianças é tratada no campo do trabalho infantil. As nossas estratégias, no caso, estão sendo relacionadas. Quanto a essa questão, considero importante o apoio do Congresso Nacional.

A outra questão das políticas públicas que gostaria de ressaltar é a respeito da centralidade da escola como eixo aglutinador das políticas para a eliminação do trabalho infantil. Isso é muito importante. No caso de Sertãozinho, houve uma intervenção conjunta da sociedade na fiscalização, e o trabalho da criança no canavial foi reduzido. Existem denúncias de que o trabalho infantil está migrando para outras áreas menos controladas, e isso precisamos verificar.

Quero também dizer que com relação à zona do carvão houve um primeiro momento em que o repasse de bolsas foi conturbado, mas, agora, parece que normalizou. Realmente, a freqüência das crianças na escola aumentou muito, inclusive está havendo uma negociação com os empresários do setor de automóvel para melhorar o transporte coletivo com o intuito de levar as crianças para as escolas.

O importante das intervenções nas carvoarias é que foi o primeiro plano nacional articulado nas três esferas – Federal, Estadual e Municipal. Foi o primeiro plano que articula ações da sociedade civil e de ações governamentais; e o primeiro plano que articula a inter-setorialidade das políticas para uma ação de erradicação do trabalho infantil. Acredito que o acompanhamento desse plano é muito importante.

Por isso, sugiro à CPI para que vá ao interior de São Paulo, na região da cana-de-açúcar, parece que reduziu muito, mas há algumas denúncias de trabalho infantil no algodão e na colheita do amendoim. Acabo de chegar de uma reunião em Bebedouro, onde foi instalada a Comissão Regional de Erradicação do Trabalho Infantil. São mais de vinte conselhos que estão mobilizados para criar as suas políticas de erradicação do trabalho infantil na região. Esses conselhos – isto também faz parte das boas notícias – estão preparando o primeiro mutirão coletivo regional para identificar crianças que estão fora da escola e as levarem para as escolas.

Agradeço aos senhores e estou à disposição para as perguntas.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Agradecemos a bela exposição proferida pelo Dr. Benedito.

Passo a palavra para a nossa relatora, para que S. Exª formule suas perguntas.

A SRA. RELATORA (Célia Mendes) – SRA. Presidente, a título de sugestão, seria interessante que pudéssemos ouvir o próximo depoente e, logo

após, poderíamos fazer as perguntas de uma forma coletiva.

A SRA. RITA CAMATA – SRA. Presidente, ao concordar com a relatora, aproveito a oportunidade para pedir desculpas a V. Exª e aos demais membros expositores desta manhã, inclusive ao Dr. Francisco, que ainda não se pronunciou, porque terei de me ausentar.

Faleceu o ex-Governador e ex-Senador do Espírito Santos, Dr. Eurico Rezende, uma liderança importante do Estado, e agora será o seu sepultamento. Por isso, levarei o nosso abraço aos familiares, a Dª Maria, sua esposa, que foi uma primeira-dama atuante, desenvolveu um trabalho muito importante na área social no Espírito Santo.

Cumprimento Bené, nosso grande companheiro de luta, desde a Constituinte, aliás, a Senadora Benedita da Silva lembra-se disso também, do Estatuto da Criança e do Adolescente, onde participávamos do Movimento dos Meninos e Meninas de Rua, que deu uma grande contribuição para o avanço da legislação brasileira na área da criança e do adolescente.

Ouvi-o, atentamente, e concordo plenamente com a colocação que fez nesta Comissão, sobre a importância do fortalecimento da família, da escola como instrumento de reabilitação do trabalho infantil e da preocupação com a exploração da mão-de-obra infantil na área rural.

Antes de me ausentar, quero deixar uma pergunta ao Bené no sentido de saber qual a sua compreensão enquanto exploração de mão-de-obra do trabalho infantil dentro da economia familiar na agricultura? Há uma preocupação como definir esse contexto, o que é mão-de-obra infantil, dentro do contexto da economia da família, ser entendida enquanto exploração?

Penso que temos que quebrar um pouco essa cultura de que o trabalho, como você colocou – para nós está muito claro -, socializa, dá caráter à criança e ao adolescente. Mas, dentro de um processo de globalização de uma economia, como se coloca, qual será a participação desses jovens trabalhadores de amanhã? Então, como você vê a questão do trabalho infantil? O que seria exploração e o que teríamos de erradicar de fato? A questão rural, acredito ser um contexto sério, inclusive os números apresentam isso. Penso ser fundamental fortalecer a família para proteger a criança.

A família estará desestruturada enquanto não tivermos uma família forte, com capacidade de dar aos seus filhos educação, formação, e um poder público, sociedade e Estado, que permita à criança estar numa escola tendo um bom aprendizado, com a possibilidade de uma profissão decente, competitiva, penso que vai ser muito difícil para nós.

Mas tenho esperança, comungo com a sua colocação de que estamos avançando. Pode ser tímido, mas há um comprometimento de empresários e da sociedade. Há alguns anos apenas tirávamos a questão da criança das páginas policiais. Hoje, sinto que o Congresso, o Parlamento brasileiro tem um papel importante, mas secundário, pelo menos a nível de empresa, do que se registra, porque os projetos, as iniciativas estão ocorrendo por todo o País, violências ainda continuam acontecendo, mas há iniciativas que nos trazem um grande alento e a certeza de que vamos ter uma sociedade melhor. Estamos plantando sementinhas.

O Congresso Constituinte, o Estatuto, foi o instrumento importante, foi uma semente plantada e, hoje, já estamos vendo alguns frutos. O que, de certa forma, nos conforta, mas não nos permite o acomodamento enquanto representantes dentro do processo representativo da sociedade.

Portanto, peço desculpas a V. Exª, SRA. Presidente, aos depoentes e aos companheiros da Comissão por ter de meu ausentar para levar a minha solidariedade à família de Eurico Rezende nesse momento difícil.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Certo, Deputada Rita Camata.

Passo, agora, a palavra ao Dr. Francisco Calasans Lacerda, para fazer o seu pronunciamento.

O SR. FRANCISCO CALASANS LACERDA – SRA. Presidente, demais membros da Mesa, Srªs e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero registrar com grande satisfação a esperança que eu, pessoalmente, e acredito que os sindicalistas, em geral, depositam nesta CPI.

Cumprimento por esse evento de suma importância, agradecendo a honra de estar aqui. Peço desculpas por não poder contribuir tão brilhantemente como o meu antecessor, o Dr. Benedito, que focalizou a questão de uma forma científica e universal.

A mim é dada uma particularidade, ou seja, dentro desse universo colocado, tenho umas questões específicas do meu setor, de hotelaria, dando ênfase, inclusive, ao setor de **fast-food**, mas destacando, até pela sua importância, o que ocorre com a rede MacDonalds.

Inspirado nessa exposição feita pelo Dr. Benedito, peço permissão até para abrir uma questão relacionada a essa rede de lanchonetes, porque isso

vai estimular para que se pense em cima desse problema. Tivemos vários problemas – tenho-os relacionados todos aqui – e chegamos ao ponto de fazer contato lá com uma diretora, pessoa de maior importância dentro da Rede MacDonalds, que nos respondeu sucintamente. Mas, revela, pelo menos, o ponto de partida, o que pensa o empresário, se ele se propõe a isso, e depois tenho o que pensa o trabalhador, que está do outro lado dessa situação.

Coloco esses parâmetros para analisarmos os acontecimentos em concreto. Respondendo, ela disse: "Posso afirmar que a Rede MacDonalds do Brasil trabalha diligentemente para assegurar excelentes práticas de pessoal em todos os níveis, e essas práticas são, constantemente, monitoradas nos restaurantes, e que eles agem rapidamente para corrigir qualquer prática que seja inconsistente com a filosofia do MacDonalds e com as exigências da legislação brasileira, na eventualidade dessas concorrências."

Em síntese, ela revela que a Rede MacDonalds propõe-se a aproveitar de forma salutar o trabalho do menor. E há aqui uma opinião, inclusive, que está gravada – posso até deixar essas fitas, porque foram feitas várias entrevistas com trabalhadores – e um resumo de uma opinião de um menor. A empresa aparenta uma postura de protetora do jovens e adolescentes, mas, por trás dessa sua máscara esconde-se a ganância, o lucro sem escrúpulo. O que ela faz é explorar mão-de-obra de menores, por ser mais barata, prejudicando violentamente sua saúde a partir do fornecimento inadequado da alimentação, no período em que mais precisam se alimentar.

Essas empresas **fast-food** dão, exclusivamente, aquele alimento – um sanduíche e uma coca-cola, a vida inteira. Você está trabalhando e come só aquilo. Isso tem conseqüências.

É costume ouvir-se que a filosofia da empresa é propiciar aos jovens a possibilidade de estudar, mas, agindo contrariamente, exige jornada acima de quatro horas, e dá advertência quando o empregado recusa-se a permanecer em serviço, alegando que tem que estudar. Conclusão: sentem-se enganados.

Fiz essa colocação porque acho de suma importância para o objetivo desta CPI. É importante o trabalho, é essencial, mas não o trabalho infanto-juvenil que é explorado.

Há uma preocupação nessas empresas de selecionar rigorosamente pela aparência e, em função dessa filosofia, sugerem uma jornada de trabalho reduzida – 4 horas – sob alegação de que tal jornada propicia tempo para o estudo. Só que esses adolescentes fazem normalmente muito mais de 4 horas e não recebem adicional pela jornada acima de quatro. Entretanto, os pais e responsáveis são levados a assinar um contrato – tenho aqui um exemplar – em que se suprimem esses direitos trabalhistas, ou seja, as horas excedentes de quatro não devem ser pagas como extras. Isso consta do contrato.

O meu enfoque – embora mais modesto, porque particularizado e peço desculpas por não ter podido contribuir tanto quanto gostaria, mas coloco-me à disposição da CPI para outras contribuições que eu possa dar – seria no sentido de mostrar aqui, por exemplo, que tipo de problemas surgem nessas empresas.

Fiz um resumo até das entrevistas. Vejam que coisa horrível!:

- Assédio sexual. Em todas as lojas do MacDonald's registraram-se casos dessa ordem. A seleção das moças implica serem bonitas, jovens.

- Casos de queimaduras; acidente – chão escorregadio; casos de desvio de coluna decorrente do transporte de peso excessivo. Os jovens são contratados para fazerem trabalho de atendente mas descarregam caminhões, carregam sacos de batata com 30 quilos ou mais. Há casos aqui, com laudo médico inclusive, provando que houve desvio de coluna.

- Falta de assistência ou descaso. Alegam, nas queixas, que às vezes se machucam, se queimam e não recebem qualquer atendimento. Nessa fase, há uma sensibilidade maior e não há por parte do empregador uma atenção, um apoio moral, digamos assim, naquele momento. Não há isso. Esses são aspectos que precisam ser analisados.

- Alimentação inadequada. As empresas fornecem apenas sanduíches e refrigerantes diariamente sem alternância, mesmo quando o médico, em razão de gastrite ou anemia, com incidência assustadora entre os menores, registrando-se o fato de empregadas gestantes não terem tratamento diferenciado, mantendo-se durante todo o período de gestação à base de sanduíche e coca-cola. Trata-se de gestantes menores!

- Produtos agressivos. A empresa não fornece equipamento de proteção e quando fornece luvas não as troca quando rasgam.

- Alternância abrupta de temperatura. Eles trabalham em chapa e são obrigados a entrar em frigoríficos.

- Constrangimento moral. Os empregados trabalham sempre sob suspeita, sendo sempre acusados de furtos e semelhantes.

- Jornada de trabalho excessiva. Chegam a fazer 12 horas. Menores trabalham após às 22 horas.

- Não pagamento de horas extras. Como já disse, rigor excessivo. O menor fica sem o lanche pelo fato de se haver atrasado. Já que há hora do lanche ele deve chegar meia hora antes. Se ele se atrasar um pouquinho vai trabalhar com fome.

Esses são casos concretos que estou trazendo aqui para servir de exemplo a outras e outras áreas em que acredito que aconteçam casos semelhantes.

- Permanência em serviço após marcar o ponto. Ele marca o ponto de saída para registrar uma jornada de 4 horas mas permanece trabalhando.

Estas são falhas que os empresários, salvas as exceções, que precisam ser feitas sempre, cometem, demonstrando falta de conscientização deles.

- Salário baixo. À base dessa proporção paga-se salário proporcional e bem mais baixo do que o piso da categoria profissional.

Dentro disso, SRA. Presidente, Srs. Senadores, gostaria de realçar a importância desta CPI, porque acho que aqui começa a mudar uma filosofia, até no meio do tomador de serviço, do menor, e que haja socialmente uma preocupação para que o trabalho do menor seja complementar ao do pai de família. Portanto, a problemática envolve aspectos complexos, que sabemos não têm uma solução muito simples, mas que começa nesta CPI do Senado Federal a idéia de se mudar essa filosofia para que o trabalho seja salutar ao jovem e não lhe seja prejudicial, que não afete inclusive sua formação moral e física, como bem disse aqui o Dr. Benedito: o jovem não se alimenta adequadamente, acarretando deficiência física, intelectual e até moral. É preciso que se lute para o bom ambiente de trabalho.

Eu gostaria de deixar bem claro também – nós, sindicalistas, sabemos que cada vez que denunciamos um fato há uma dose, não diria descrédito, mas preconceito, porque é um sindicalista que está dizendo, logo ele deve ter aversão ao patrão. Eu gostaria de dizer, inclusive, que estou procurando trazer aqui as coisas como elas acontecem e com o intuito de contribuir de uma forma, digamos, científica, isenta. A realidade precisa ser mostrada, para que as soluções, dentro dessa realidade, possam ser buscadas.

Srª Presidente, tenho aqui uma porção de documentos que deixo com V. Exª, em nome até da objetividade, visando não cansar muito o auditório. De forma que seria isso que eu teria a acrescentar e dizer que esses fatos que denunciei da rede McDonalds não ocorrem exclusivamente lá e não temos nada absolutamente contra aquela rede, senão o nosso desejo de que haja aperfeiçoamento. Até acredito que esses casos graves, como esses de assédio sexual, a queixa de que os chefes são arrogantes, são fatores que prejudicam violentamente o adolescente e que precisam ser corrigidos; talvez o que precise haver seja um aperfeiçoamento até na administração. Registro que eles cumprem rigorosamente as normas, por exemplo, o registro do empregado. Não há queixa de ausência de registro de empregado e eles recolhem as obrigações corretamente. Isso também precisa ser dito, já que é verdade.

Encerro a minha exposição, SRA. Presidente, colocando-me à disposição de V. Exªs.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Agradecemos a exposição do Dr. Francisco Calasans, que realmente comprovou o assédio sexual no ambiente de trabalho. Embora a instauração desta CPI tenha visado fiscalizar o trabalho escravo, estamos entrando também na parte do assédio sexual, porque, de acordo com os noticiários, isso está se tornando quase uma prática através de algumas agências de turismo que, ao venderem seus pacotes, já incluem a presença da adolescente, podendo-se até dizer da criança, porque, segundo as informações, a partir dos 9 anos de idade elas já começam expondo seus corpos. Isso tudo é uma exploração e está fazendo parte de um serviço prestado pela agência de turismo aos usuários, aos turistas.

É um trabalho espúrio e temos o maior empenho de entrar profundamente nesta questão, visitando os locais, porque não só V. Sª como outros depoentes já nos trouxeram informações sobre essa prática abominável.

Queremos agradecer a sua cooperação.

A SRA. BENEDITA DA SILVA – SRA. Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Tem V. Exª a palavra.

A SRA. BENEDITA DA SILVA – Apenas para solicitar, pelo fato de eu ter chegado no meio da exposição do Dr. Benedito, que S. Sª possa passar a sua intervenção, caso esteja por escrito, para que nós tenhamos uma cópia da mesma.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – S. Sª está nos deixando aqui um sumário da sua exposição; acredito até que tenha casos que nem foram citados em decorrência do tempo.

V. Exª pode passar aqui, rapidamente, enquanto outros fazem perguntas.

Posteriormente nós vamos mandar tirar cópia e mandaremos para os membros da Comissão. Não só o do Dr. Benedito como também o material que vai ficar conosco, aqui, através do Dr. Francisco Calasans.

Passo a palavra à nobre Relatora, Deputada Célia Mendes.

A SRA. RELATORA (Célia Mendes) – SRA. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Srs. Deputados aqui presentes, antes de cumprimentar os nossos convidados, gostaria de encaminhar à Presidência dessa CPMI um requerimento que julgo da maior urgência, no sentido de que seja requisitada a cópia da edição do Jornal Nacional, que foi ao ar ontem, dia 14/04/97, na qual consta matéria referente à prostituição infanto-juvenil. Matéria esta que julgo pertinente para análise e discussão desta CPMI.

Dr. Benedito Rodrigues dos Santos, nosso velho companheiro, nosso velho parceiro, e aqueles que já tiveram o prazer de trabalhar nesta área, sabemos o quanto ele tem sido valioso com as suas idéias e com a sua segurança, que aqui lhe digo, está cada vez mais lúcida, quando faz uma exposição de forma sucinta, clara e transparente.

O segundo depoente dessa manhã, Dr. Francisco Calasans, Presidente do Sindicato de Hotéis e Similares de São Paulo, até por sugestão minha, fora colocado hoje nesta Comissão, para que pudéssemos ouvir os dois convidados e, logo em seguida, pudéssemos fazer as nossas interpelações. O que eu, neste momento até, fico arrependida, porque acho que existem aquelas questões que são feitas na hora e que não devemos misturar os temas. Porém, tentarei – não aqui – não aprofundar, discorrer sobre a questão de causas, efeitos, conseqüências dessa grande brutalidade.

Hoje, mais do nunca, eu entro nesta Comissão na condição, não de surpresa, mas de indignada por saber que, como bem colocou a Deputada Rita Camata, não temos que ficar de cabeça baixa, porque sabemos que já plantamos várias sementes dentro do Congresso Nacional. Eu, particularmente, em 7 anos de atividades no nosso Parlamento, essa é a terceira comissão específica para se investigar a questão do menor.

Lamentavelmente, preciso fazer esse registro: ontem, o meu Estado, do qual tenho orgulho de ser sua representante, recebeu praticamente um bloco do Jornal Nacional, onde nos mostram, realmente, crianças de 9, 10 , 11, 12 anos, indo fazer os seus programas levando as suas bonecas no colo; na frente da própria mãe, que também, talvez, caso tivesse morado nos grandes centros, nós até poderíamos chamá-la de ex-menina de rua. Mas, sempre tenho dito, nobre Senador Nabor Júnior – refiro-me a V. Exª exatamente por ser sua terra natal, membro desta Comissão – que é no Município de Tarauacá, onde vemos aquelas crianças. Nas nossas andanças políticas, conhecemos os seus pais, conhecemos as palafitas onde eles vivem e, de uma forma gritante, o que causa indignação a qualquer ser humano, dizem que são obrigadas a fazer programas para ajudar na complementação da renda familiar pelo preço de R$10,00 a R$15,00. Elas dizem que são obrigadas a fazer até três programas por noite.

Essas filmagens constam, e esta Comissão vai poder verificar, que essas crianças andam nuas pelo hotel da cidade e todos nós, políticos daquela região, conhecemos; as pessoas são, de fato, identificadas.

Mas, o que mais tenho a lamentar neste momento, Senadora, não é o fato específico do Acre, que já foi motivo de um "Globo Repórter" inteiro sobre esse tema, é saber que Roraima, o Amazonas, o Pará, enfim, todas as regiões do nosso País já foram profundamente investigadas. E o que aconteceu? Quais as ações punitivas? Mesmo porque o Parlamento tem as suas limitações.

Cabe-nos investigar, indicar aqueles culpados, oferecer novas propostas e esperarmos a boa vontade de que, infelizmente, este Governo não tem mostrado de querer politicamente resolver essa situação. Quem não sabe que a conivência dos pais se dá também pela falta de oportunidade, pela falta de empregos!

Então, nobre Senadora, eu precisava fazer esse desabafo e vou tentar ser a mais sucinta possível, principalmente no que trata, até pela minha con-

dição de relatora, da questão específica do Dr. Francisco Calasans, com referência a uma denúncia que teria chegado a esta Comissão.

Gostaria, antes de me aprofundar, de pedir desculpas. Quando tomei conhecimento, creio que todos os membros, por intermédio da Senadora Emilia Fernandes, quando trouxe o assunto pela primeira vez para esta comissão, infelizmente, devido ao processo eleitoral, os nossos trabalhos tiveram de ser suspensos e quando retornamos começamos numa pauta específica para aquela convocação extraordinária do final de ano.

Infelizmente, faço essa justificativa, SRA. Presidente, pelo fato de verificar que essa denúncia – quando a mesma foi remetida para esta Comissão – já está perto de completar um ano. Muita coisa, dentro desse ano, deve ter acontecido, inclusive, porque não temos nenhuma política que venha coibir esse tipo de absurdo com certeza esses números cresceram muito e muito, Dr. Francisco Calasans.

Preocupou-me muito, Dr. Francisco Calasans, quando nesta denúncia, que foi encaminhada para a CPI, foram registradas em torno de 60 entrevistas no momento em que o próprio sindicato assistiam aqueles ex-trabalhadores da rede McDonalds nas suas recisões. Foram colocadas várias denúncias como: racismo, assédio sexual – aí nós temos especificamente denúncia do assédio sexual que é o objetivo da nossa Comissão. Naquilo que trata da exploração da mão-de-obra infantil, nós temos denúncias registradas que são menores de 14 anos, enfim, é muito aviltante o que acontece, não só com as nossas crianças, mas com essa grande massa trabalhadora do nosso País.

Quanto a esse assunto, eu perguntaria: consta como testemunha dessas denúncias feitas para o sindicato, inclusive, um jornalista de um jornal de grande circulação, onde essa matéria seria publicada. Essa matéria específica de que trata o relatório já foi publicada? Qual o nome do jornalista e do jornal em que ele trabalha?

A segunda pergunta que faço é se entre essas 60 entrevistas – e mais na frente é colocado que outras entrevistas foram feitas – o sindicato poderia encaminhar, a título de subsídios, para esta Comissão cópia dessas denúncias e se houve ocorrência, até para que pudéssemos, de fato, fazer esse mapeamento do que ocorreu nesses últimos dez meses em cima dessas denúncias?

Preocupa-me essa situação, SRA. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, ao tomar conhecimento de que neste relatório, encaminhado pelo sindicato, é feito um mapeamento detalhado, onde onze lojas da rede McDonalds estão denunciadas, 24 funcionários exercendo cargos de chefia, 25 trabalhadores e ex-trabalhadores da rede McDonalds, que são os autores dessa denúncia. Então, para o objetivo desta Comissão, já temos, realmente, a ponto do **iceberg**. Porém, Dr. Francisco Calasans, me preocupa, e até espero que o sindicato, mais uma vez, possa colaborar com os trabalhos desta CPI, se pudesse nos oferecer também os nomes completos desses funcionários que exerciam cargos de chefia.

Como por exemplo, vocês colocaram aqui: McDonalds da Chácara Flora, Av. Washington Luiz, consta o número dos seis telefones e registraram que ouviram quatro funcionários, elencam também todas as denúncias. Mas na hora de acusar isso para a comissão é muito importante. Tem gerente-operador, Sr. João Nunes; os funcionários alegam que ele é responsável por todas essas irregularidades dessa loja.

Então, temos todos os nomes elencados, porém, na grande maioria consta apenas o primeiro nome. Se foi feito algum registro de ocorrência, com certeza o sindicato poderá nos dar nomes, até porque sabemos que essas redes costumam fazer também rodízio entre os seus gerentes.

O SR. FRANCISCO CALASANS LACERDA – Essa reportagem aqui, essas fotos que vão ficar aqui, foram tiradas pelo fotógrafo do jornal **O Estado de S.Paulo**, acompanhado do jornalista Bruno Paz Manso. Essa reportagem não foi publicada. Nós compramos essas fotos; essas fotos foram adquiridas, foram pagas pelo sindicato. Seria de grande importância que esse trabalho tivesse sido publicado e continua sendo; Teria sido uma grande contribuição, digamos assim, do jornal **O Estado de S. Paulo**.

Uma coisa interessante no nosso País é: até onde existe liberdade de imprensa? A imprensa é bastante comprometida. Por que não foi publicada tal matéria? Não existe o interesse na notícia, porque a empresa é cliente do jornal? Se é porque a empresa é cliente do jornal, onde está a liberdade de imprensa?

Desculpem-me, são questões que, de uma certa forma, me deixam inflamado; estou até fazendo um esforço para me conter e, inclusive, fiquei emocionado quando a senhora fez a colocação dessa reportagem que, infelizmente, não assisti. Mas são realidades duras do nosso País e contra as quais temos o dever de lutar, para que isso mude.

Então, nobre Deputada, creio que respondi a pergunta de V. Exª. Agora, com relação a sua se-

gunda pergunta, nesses documentos que vão ser entregues estão os nomes dessas pessoas. Como fizemos esse trabalho, de uma certa forma assustou. A partir de então houve uma inibição. Não há muito facilidade de escolher um depoimento, porque o emprego da pessoa está em jogo, evidentemente. Não é preciso maiores detalhes para explicar.

O importante é que não se consente em fazer a denúncia. Dentro dessa pergunta que V. Exª fez, existem vários inquéritos já em andamento. Temos, no sindicato, o departamento feminino que têm trazido vários depoimentos de várias delegacias, inclusive com cópias de depoimentos do Ministério Público sobre providências que estão sendo tomadas em São Paulo sobre isso.

Para informação de V. Exªs, quando o sindicato passou a atuar nesse setor foi criado o sindicato dos empregados em **fast-food**. **Fast-food** é um segmento da hotelaria, da categoria profissional. Mas aí, de repente, tomaram a iniciativa de criar o sindicato dos empregados de **fast-food**, que, felizmente, consegui, com mandato de segurança, suspender. Está suspenso, não sei até quando. Entretanto, foi concedido o registro no Ministério do Trabalho ao sindicato dos empregados de **fast-food**. Pelo menos, há uma boa dose de suspeição de que não foram os trabalhadores prejudicados que tomaram a iniciativa de criar um sindicato para sua própria defesa. Mas entendo que há a intenção de se criar um sindicato que não denuncie; que aceite as coisas como estão. Que tal esses chefes que estão envolvidos com assédio sexual ficarem como diretor do sindicato? Seria ótimo?

Gostaria de deixar também essa observação aqui.

A SRA. RELATORA (Célia Mendes) – Dr. Francisco Calasans, vou requerer à Presidente, e desde já agradecendo a sua boa vontade, que sejam encaminhados esses inquéritos que estão em andamento.

Presidente, confesso que tinha muitas interpelações a fazer para o Sr. Francisco Calasans. No entanto, como esta CPI irá se deslocar para o Estado de São Paulo, de posse da documentação que já chegou na Comissão e que será, com certeza, distribuída a todos os membros da Comissão, como também esses novos documentos que serão encaminhados, creio que as minhas interpelações, neste momento, não se fazem necessárias agora e sim quando da nossa ida em São Paulo.

Gostaria apenas de agradecer ao Dr. Francisco Calasans, mais uma vez, pela sua parceria – inclusive teremos que trocar ainda muitas idéias – e vamos ver em que esta Comissão poderá avançar. Peço aqui, novamente, que sejam remetidos todos os inquéritos, todas as denúncias que, porventura, existam e que estejam de posse do sindicato. Para concluir, gostaria de saber, até para que fique registrado nesta comissão, se houve alguma denúncia concreta de assédio sexual dentro da rede McDonalds em crianças de até 14 anos.

O SR. FRANCISCO CALASANS LACERDA – Não poderia, de pronto, responder a V. Exª, mas acima disso, com certeza; em crianças com 16 anos, inclusive, resultando em gravidez. Está aqui no depoimento da fita.

A SRA. RELATORA (Célia Mendes) – Eu vi pelo relatório também que consta.

Agora me dirigiria ao primeiro depoente desta manhã. E vou, mais uma vez, reafirmar que sempre que tenho oportunidade de lhe ouvir, Bené, aprendo, fico mais aliviada, fico mais animada por entender que essa nossa causa não é tão perdida. Vamos ficar batendo nessa tecla até que a criança seja realmente tirada daqueles palanques políticos, até porque ela não tem dado voto. Já temos visto que a defesa da criança já fez uma vítima política neste País, que foi a nossa Deputado Rita Camata. Até brinco com ela, dizendo: que, em não tendo sida eleita Prefeita de Vitória, ganhou, por ter continuado nossa parceira em torno dessa causa.

Mas eu gostaria de fazer aqui duas interpelações, duas perguntas, a título de aperfeiçoar nosso relatório final. Sobre esse estudo que V. Sª procede, sobre essa legislação brasileira, ele já está concluído? V. Sª poderia encaminhar a esta CPI sugestões sobre essas lacunas na lei ou aperfeiçoamento dessa legislação trabalhista e, principalmente, sugestões nessa área que digam respeito à defesa da criança e daqueles que também necessitam desse trabalho? Precisamos separar o que é o trabalho da criança e o que é o trabalho do adolescente. Inclusive, desconfio, Senadora Marluce Pinto, que esta Comissão logo começará a ter trabalhos isolados, Estado por Estado, ocasião em que serão trazidos os pais dessas crianças perante os membros desta Comissão, a fim de que eles vejam que não estamos pregando a proibição dos seus trabalhos; nosso objetivo não é esse.

A segunda interpelação seria quanto a sua convivência, sua experiência diária com meninos e meninas de rua, inclusive fazendo essa defesa internacional dos direitos dessas crianças. Poderiam nos informar como é que V. Sªs vêem essa relação, já

que na sua exposição foi colocado **en passant** essa questão da exploração da prostituição infanto-juvenil? Qual a ligação, a parceria que V. Sªs vêem sobre a prostituição infanto-juvenil e o trabalho infanto-juvenil?

Para concluir – e aqui vou deixar as outras interpelações para os meus ilustres pares -, seriam mais importantes, nesses anos todos de luta, as políticas governamentais em defesa da criança. O que de concreto tem o companheiro Bené que possa não avalizar, mas pelo menos sinalizar no sentido de que existe boa vontade, não apenas deste Governo, até de outros programas que poderiam ter sido implantados e que foram abandonados; o que de concreto existe, de forma emergencial, para que seja coibida essa prática absurda no nosso País?

Agora não é mais nenhuma interpelação; apenas solicitaria que nessas três respostas V. Sª aprofundasse um pouquinho mais essa questão dos países que já estão mais adiantados no combate ao trabalho infantil; os países em desenvolvimento já não o permitem, e é por isso que V. Sª, na sua exposição, coloca que o trabalho infantil está diminuindo na classe média. E o que temos presenciado lá fora? Cito o caso dos Estados Unidos, Bené, porque você sabe que um simples telefonema de um vizinho para a polícia registrando que existe um menor fora da sala de aula, o camburão da polícia chega e leva aqueles pais presos. Então, aí está a verdadeira diferença de como as nossas políticas concretas ainda são tímidas.

Agora passo a palavra ao ilustre depoente para que possa conceder as suas respostas.

O SR. BENEDITO RODRIGUES DOS SANTOS – Muito obrigado. Realmente é uma satisfação estar aqui. Houve um momento que foi interessante na nossa trajetória dos movimentos sociais; confiávamos nos parlamentares e não acreditávamos nas normas, nas leis; então, lembro que para entrar no debate da Constituinte fizemos um longo debate para ver se valia a pena entrar na Constituinte, porque havia aquela questão da cultura de que lei não pega no Brasil e tudo. Fico muito feliz e contente de termos decidido entrar nesse campo de interferir e apoiar a formulação de leis neste País. Ganhamos aliados muito importantes e conseguimos fazer uma revolução legal neste País.

Lembro-me de detalhes curiosos dessa trajetória. No momento de estarmos com o anteprojeto do estatuto nas mãos, convidamos a Senadora Benedita da Silva e o Deputado e passamos o anteprojeto para que eles apresentem lá; é a regulamentação de artigo da Constituição. Todo nosso trânsito aqui na Casa criou uma relação muito forte entre nós do Movimento de Defesa da Criança e o próprio Congresso, e eles falaram que era com alegria que recebiam das mãos da sociedade civil um projeto de normatização.

A Constituição abre a perspectiva de a sociedade cidadã participar, e vocês, logo de cara, apresentam um projeto e isso coroa o princípio democrático e tudo. Tivemos vários momentos de muita importância na nossa relação com o Congresso e com os Parlamentares. O incrível é que a presença das mulheres sempre foi muito forte nessa área do trabalho infantil e estabelecemos uma ligação nessa trajetória.

Eu gostaria de cumprimentar o Congresso pela CPI. Já tivemos várias. Quer dizer, a criança entra na agenda do Congresso brasileiro, e isso graças não ao Congresso em si, mas à sensibilidade e o compromisso de deputados e senadores que trazem na sua trajetória a compreensão de que a questão da criança é tão importante, não porque ela é o futuro do País, mas porque é um ser humano. O país que não consegue respeitar a criança, que é considerado o ser mais vulnerável, vai respeitar quem? Nessa perspectiva de construção dessa civilização, a criança é fundamental, e V. Exªs estão realmente aqui cumprindo muito bem o compromisso com essa mudança de mentalidade em relação à nossa infância. Obrigado.

Queria passar às questões. Fizemos um levantamento da legislação, dela consta um histórico, e nesse histórico consta também um balanço do que está sendo aplicado. Uma questão eu gostaria de abordar e pedir ao Congresso que se preocupe com ela, pois é um mecanismo de monitoramento da aplicação das leis no país.

Nós, como militantes e estudiosos, temos um problema concreto para fazer balanço de aplicação da lei, porque não temos nenhum sistema de monitoramento. Acho que o Congresso poderia, junto com o Executivo, criar, melhorar – se tem, eu não conheço – os mecanismos de monitoramento, porque aí ficaria muito mais complicado para as pessoas dizerem que lei tal não pega e tal. Por exemplo, em relação ao estatuto, vejo muitas inverdades sobre ele, porque ele não está implantado; ele é lei e está vigendo os conflitos de crianças adolescentes de todos os processos. Com relação aos conselhos de direito é que se poderia ter um pouco de problema na sua implementação, mas a lei está implantada, está vigendo. O que temos que entender são as

omissões em relação à lei que não são devidamente punidas neste País também.

Duas questões em relação à lei que estão apontadas nesse estudo: a primeira é a questão dessa necessidade de termos um mecanismo de monitoramento de aplicação da lei no País; a segunda é a questão da impunidade. E aí, em relação ao trabalho infantil, volto a dizer que esta CPI deveria insistir na quebra do ciclo da impunidade em relação à exploração do trabalho infantil, que é muito grave. Eu sou daqueles que acreditam também que o trabalho pedagógico de convencimento da sociedade é importante, mas agora chegamos na hora de perceber mesmo, como a senhora bem disse, que algumas famílias exploram o trabalho infantil, e isso deve ser no primeiro momento tratado como ignorância, mas no segundo momento deve ser levado mais a sério.

É interessante que a ação do Ministério Público na região de São Paulo, em Bebedouro, tem mostrado isso, e está chamando os pais agora, na época da matrícula, dizendo que é responsabilidade deles matricular e manter os filhos na escola, senão serão acusados de abandono intelectual, e isso é crime. E o que aconteceu? Em seis municípios da região de Américo Brasiliense, a taxa de evasão escolar caiu de doze para um. E o que acontece? Completaram cinco vagas, informa ao conselho tutelar, que chama os pais. Então, juntando essa pergunta da legislação com a outra, o que estamos vendo de coisa positiva acontecendo?

Com relação à legislação, eu diria que há um histórico; as lacunas estão apresentadas. Por exemplo, uma lacuna que precisamos corrigir é com relação à aprendizagem, que tem dois aspectos complicados: primeiro, o monopólio do Senai e do Senac na colocação de crianças como trabalhador aprendiz. Só o Senai e o Senac, ou por cursos diretos ou por chancela, podem colocar um adolescente como aprendiz no mercado.

Penso que esse monopólio precisa ser quebrado, no momento, para se dar mais oportunidade de pessoas colocarem crianças como aprendiz, participarem da capacitação profissional, que deve ser supervisionada por um órgão de educação, para não ficar à mercê do mercado de trabalho. Os currículos têm que ser observados também.

A outra questão que temos na legislação é o trabalho educativo, que consta do art. 68, se não me engano. Esse artigo foi colocado, para se perceber que existem alguns trabalhos de ONGs que apóiam a criança. Às vezes é um sistema cooperativado, mas é importante.

Por outro lado, com isso, abre-se uma brecha para que tudo seja considerado educativo. Um guarda-mirim, empacotador, fretista de feira, tudo isso que está sendo colocado não é trabalho educativo. O Estatuto é bem claro ao dizer o que é educativo, ou seja, são aquelas funções que necessitam de formação sistemática e metódica. Esses outros trabalhos são disciplinadores de mão-de-obra para o mercado continuar explorando. Coloca-se um uniforme no garoto, dá uma arrumada e diz: não! Estamos apoiando o trabalho infantil! Há muitas coisas.

Realmente, precisamos urgentemente tratar dessa questão do trabalho infantil e do trabalho educativo. Há necessidade também de se aglutinar um pouco a legislação esparsa sobre isso.

Com relação ao trabalho do adolescente, há várias legislações: CLT, portarias do Ministério sobre trabalho perigoso, penoso e insalubre, por exemplo.

É fundamental para o trabalho do adolescente clarearmos o que é trabalho perigoso, penoso e insalubre. As portarias ministeriais, a legislação dista de 1940. É impossível utilizarmos isso hoje para uma boa defesa. Por exemplo, um adolescente trabalhando num lugar saudável.

Outro problema é a jornada de trabalho, ou seja, compatibilizar trabalho e educação. As jornadas de trabalho são muito longas para o adolescente trabalhador, e isso é o principal empecilho para que não se dê bem na escola.

Às vezes, chegamos à noite e o menino está dormindo no banco, sentado. O ensino noturno é condição para ele concluir, ascender à escolarização; por outro lado, isso representa um sacrifício muito grande para os adolescentes. Temos que melhorar a possibilidade de se compatibilizar trabalho e educação para os adolescentes. Não seria utópico em dizer: não, vamos lutar para que os adolescentes fiquem só estudando. Isso seria a sociedade ideal, mas muitos precisam trabalhar e estudar. Isso é possível desde que respeitemos o Estatuto com relação à compatibilização entre escola e trabalho, que não está sendo respeitado.

Com relação à legislação posso colocar esses pontos no papel, para apresentar à CPI.

Ofereço-me para apoiar a relatoria. Posso fazer isso em nome do "Movimento dos Meninos de Rua" e do Unicef também.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Agradecemos.

O SR. BENEDITO RODRIGUES – Há algumas coisas boas que estão acontecendo. Depois entro na questão da exploração sexual.

Pela primeira vez, na minha vida, nesses anos todos, tenho escutado e visto em algumas cidades que o número de meninos de ruas está reduzindo e que o trabalho infantil está diminuindo em algumas cidades.

Acompanhei alguns Municípios, como Goiânia, Santos, Salvador, e, em alguns lugares, onde foram implantadas redes de serviços que estão propostas no Estatuto, a situação começou a melhorar. Onde os Conselhos de Direito têm uma participação boa, o Governo tem vontade política, a sociedade civil, por sua vez, tem habilidade para negociar políticas. Essa é uma atividade nova. E onde foram implantadas redes de serviços há uma diminuição de crianças de rua.

Em vários lugares estamos ouvindo, por exemplo, que a evasão escolar já zerou, como, por exemplo, no Distrito Federal. Há poucos dias ouvimos falar de uma cidadezinha do Sul, várias cidades no interior de São Paulo, nas administrações do PT ou do campo democrático popular, administrações variadas.

O que mais pesa – o Partido pesa, sim – é a vontade política do governante e o seu compromisso, tem sido uma combinação de vontade política do governante com a participação da sociedade civil, porque os instrumentos já estão no Estatuto.

Percebemos que, em alguns lugares, essa realidade está mudando. Em Goiânia mesmo, para citar uma cidade que acompanhei, fizemos um censo sobre menino de rua há 10 anos. Eu mesma o conduzi, e também no ano passado. Lá verificamos que diminuiu o número de meninos dormindo na rua, devido a essa implementação coletiva. Verificamos que os albergues estão funcionando, os programas de retorno à família estão começando a funcionar.

A SRA. RELATORA (Célia Mendes) – E a questão da repetência?

O SR. BENEDITO RODRIGUES – A questão da repetência também está diminuindo. Em alguns lugares como Santos, por exemplo, isso está acontecendo com as escolas aceleradas.

O Unicef fez – está à disposição – o relato sobre 15 experiências na área da educação.

A SRA. RELATORA (Célia Mendes) – Nesses seus estudos, Bené, quando você puxa para as grandes capitais do nosso País, em que realmente esses programas têm, de fato, retirado essas crianças da rua, você não acha que no caso das meninas – e isso você pode passar mais lá para frente -, elas estão sendo utilizadas de uma forma silenciosa, como dentro das redes hoteleiras, não apenas falando da questão do próprio turismo, Senadora Marluce Pinto?

O SR. BENEDITO RODRIGUES – Na verdade, como estava falando, esse trabalho das meninas é invisível. Muitas meninas estão em casa e as que chegam à rua têm esse caminho a percorrer.

Agora, existe uma clara vinculação entre o trabalho infantil e a exploração sexual e comercial de crianças e adolescentes. Estamos muito focados na exploração dos turistas. Penso que vale a pena focar essa exploração sexual. Os Conselhos de Tutelares têm sido um importante mapeamento, qualificação e canalização da demanda dos problemas sociais.

Ainda digo o seguinte: o que os Conselhos Tutelares estão impressionados é com a exploração sexual dentro de casa. A violência sexual em Goiânia, por exemplo, o caso que acompanhei mais, soube que 60% das denúncias recebidas são de violência doméstica.

A exploração sexual como turismo precisa ser combatida. Mas se pegarmos o depoimento das meninas, em termos do que seja mais explorador, verificamos que elas dizem que os turistas fazem sexo, pagam bem e não as maltratam. Elas preferem o turista ao consumidor brasileiro, porque esses não pagam devidamente, praticam violências e tudo. Esses são depoimentos e estudos de Salvador etc.

É importante que nossas campanhas focalizem o sexo-turismo, mas o consumidor brasileiro de exploração sexual não pode deixar de ser alvo das campanhas, porque, infelizmente, não estamos favoráveis a nenhuma delas. Mas já que um é pior que o outro, vamos liberar? Não. Somos igualmente contrários aos dois.

Nossa campanha de exploração sexual não pode só focar o sexo-turismo, tem que focalizar o consumidor brasileiro que está realmente explorando as crianças.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Só para complementar, antes de passar a palavra ao Senador Nabor Júnior, existe mesmo essa comercialização de adolescentes para a exploração sexual e a exportação dessas crianças para outros países? Isso é do seu conhecimento? Isso ocorre em número bastante elevado?

O SR. BENEDITO RODRIGUES – Essa é uma questão que já foi sempre denunciada, mas nunca foi bem provada. É como o comércio de órgãos. Infelizmente, existe um monte de denúncias, mas não conseguimos pegar esses casos. Isso não foi comprovado. Eu acredito que existam casos. Acredito também que os nossos mecanismos de fiscalização

e de comprovação ainda não se desenvolveram o suficiente para captar a modalidade de sonegação e de clandestinidade de determinados atos sociais.

Precisamos desenvolver e aperfeiçoar isso. Acredito que exista venda de órgão. Acredito que exista venda de meninas, mas os nossos mecanismos de fiscalização não conseguem comprovar isso.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Concedo a palavra ao Senador Nabor Júnior.

O SR. NABOR JÚNIOR – SRA. Presidente, SRA. Relatora, Srªs Parlamentares, ilustres depoentes da CPI que trata da questão do Trabalho de Crianças e Adolescentes no Brasil, ouvi as duas exposições que foram feitas aqui, com muita clareza, e cheguei à conclusão de que realmente o problema do trabalho do menor no Brasil é muito grave e que, durante algum tempo, nós ainda vamos ficar assistindo a essas cenas que a televisão reproduz quase que diariamente: menores trabalhando em atividades insalubres, atividades penosas, crianças que são utilizadas pelas próprias famílias para gerar receita complementar para a manutenção da família, como é o caso do Nordeste, onde crianças trabalham nas plantações de sisal, nas carvoarias e assim por diante.

Esse é um tema atual que precisa ser encarado com grande seriedade por parte das autoridades, mas está estritamente relacionado com o problema econômico. Esses entes sociais que colocam nosso País ao nível dos países onde os problemas sociais são mais graves têm uma conotação eminentemente econômica.

No caso, por exemplo, da prostituição – o Jornal Nacional divulgou ontem casos em várias Estados do País, principalmente no Acre, na minha cidade de Tarauacá -, essa questão tem um componente econômico muito acentuado. O que aconteceu no Acre? Só para justificar muito rapidamente o problema. A atividade econômica do Estado era a exploração da borracha. Durante um século a borracha foi o principal esteio da economia do Acre. Muitas pessoas se ocupavam disso. Com a derrocada dessa atividade, de uns vinte anos para cá, todos os seringais ficaram totalmente desmobilizados, as famílias que não tinham nenhuma qualificação profissional, vieram tentar a vida na cidade. E aí os filhos se marginalizaram e as filhas se prostituíram. É o que está acontecendo na cidade de Tarauacá, no Acre, e em outras cidades, em muitos Estados do Brasil.

Ontem mesmo, uma pessoa me procurou dizendo que tinha vindo do Piauí para tentar a vida em Brasília. Aliás, uma moça que trabalha na barbearia do Senado – eu fui fazer as unhas lá – me contou que uma prima sua chegou do Piauí com nove filhos para tentar a vida em Brasília. Eu perguntei-lhe: ela tem alguma profissão? Respondeu-me: não. Ela está querendo uma carta de recomendação para trabalhar em uma das firmas que prestam serviço no Senado. Quer dizer, são pessoas que vêm tentar a vida em Brasília, porque lá no Piauí não há emprego. Trata-se de uma mulher viúva que veio arrumar emprego em Brasília para ela e para os filhos. O mercado de trabalho de Brasília está totalmente saturado, porque gente do Brasil inteiro vem para cá para tentar a vida, porque lá no Piauí já não há emprego. Trata-se de uma mulher viúva que veio procurar emprego em Brasília para ela e para os filhos. O mercado de trabalho de Brasília está totalmente saturado, porque vem gente do Brasil inteiro para cá a fim de tentar uma oportunidade de trabalho. É um problema de cunho econômico. Temos que levar em consideração que há um componente econômico muito sério aí. Qual é esse componente? A falta de emprego. Nós temos não só crianças marginalizadas, mas também pais e mães marginalizadas do processo econômico e social do País.

No momento em que, por exemplo, uma mulher como essa a que me referi vem tentar a vida em Brasília, com nove filhos, não consegue emprego e está morando num barraco, numa cidade-satélite, ela vai mandar os filhos pedirem esmolas nos semáforos, cena a que assistimos diariamente. Quando paramos o carro nos semáforos, a mãe fica de longe mandando o filho pedir esmola. É um problema social sério e que tem um grande componente econômico, que é a falta de renda.

Uma das soluções seria tentar sensibilizar realmente o Governo para arranjar renda para essas famílias. Talvez o projeto do Senador Eduardo Suplicy fosse uma saída; ou talvez houvesse outra forma, como a do Governo do Distrito Federal, de dar ajuda financeira para as famílias de baixa renda que colocarem seus filhos na escola. Essa experiência está sendo adotada em vários Estados, em Campinas, por exemplo, em São Paulo, em outros Municípios de São Paulo.

Nós temos que nos aprofundar na busca de uma solução para esse problema, porque enquanto as famílias, os pais não tiverem renda, eles vão continuar utilizando o trabalho dos filhos menores, quer seja no próprio domicílio, conforme o Dr. Benedito falou, quer seja levando os filhos para colher cana, porque isso vai gerar renda, vai gerar uma complementação de renda para a manutenção da família.

No caso da prostituição, ocorre o mesmo. Ontem vi em uma reportagem, feita na minha cidade, Tarauacá, uma mãe justificando a prostituição da filha, porque com essa atividade ela conseguia complementar a renda familiar. Não há emprego, as prefeituras não têm mais condição de absorver a mão-de-obra desqualificada, nem o Governo do Estado nem o Governo Federal. Essas pessoas foram expulsas dos seringais, porque não existe mais a atividade extrativista da borracha e da castanha, ciclo que já está superado. É um problema social com um grande componente econômico.

Gostaria de perguntar ao professor Benedito o que acha. O trabalho do menor ocorre mais na zona rural do que na zona urbana, onde há fiscalização do Ministério do Trabalho e as empresas têm que cumprir a legislação, a CLT. No interior isso é mais difícil de ser fiscalizado, até porque o Ministério do Trabalho não dispõe de fiscais suficientes para percorrerem todo o interior do País a fim de fazer o levantamento sobre o trabalho do menor. De acordo com a minha avaliação – não sou um **expert** na matéria, mas o professor Benedito é -, será que uma das soluções não seria o Governo assegurar uma renda familiar inicialmente para as famílias que exploram o trabalho dos filhos menores? Em segundo lugar, criar escolas profissionalizantes nessas áreas ou pelo menos nas proximidades delas, para qualificar esses jovens, para que amanhã eles possam realmente ingressar no mercado de trabalho e disputar os postos de trabalho que são oferecidos. Porque se eles continuarem, por exemplo, trabalhando na lavoura, não vão se qualificar, vão ficar marcando passo, cortando cana, sisal, trabalhando nas carvoarias, e as filhas se prostituindo nas cidades.

Acho, em primeiro lugar, que viria a complementação de renda, ou seja, que as famílias tivessem renda suficiente para manter os filhos na escola. Se não têm renda nem para comer, nem para custear o vestuário dessas crianças, como vão colocá-las na escola? Em segundo lugar, criar escolas profissionalizantes. Tivemos um exemplo no Acre, quando fui Governador, através da Fundação do Bem-Estar Social do Acre, quando profissionalizamos muitas crianças. Na área dos artesãos, trabalharam com derivados do barro e vendiam os produtos que fabricavam na Fundação, no comércio, vendiam para outras pessoas e obtinham uma pequena renda para ajudar a compor a renda familiar. Acho que isso é essencial. Gostaria de ouvir sua opinião a respeito. Seriam apenas essas perguntas.

Ao Dr. Francisco Calasans eu perguntaria se, diante de todas essas irregularidades que o sindicato que preside constatou em São Paulo, foi feita alguma denúncia à Delegacia do Ministério do Trabalho para, pelo menos, que ela fiscalize os estabelecimentos que estão exorbitando da sua função de oferecer condições de trabalho, de evitar o assédio sexual às moças que trabalham nos estabelecimentos comerciais de São Paulo. O sindicato já formalizou alguma denúncia à Delegacia do Trabalho devido a essas irregularidades?

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Passo a palavra ao Dr. Benedito.

O SR. PAULO ROCHA - SRA. Presidente, não seria melhor que todos os Parlamentares – que são poucos – fizessem as suas perguntas e depois a palavra fosse passada aos convidados para as respostas?

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – É verdade.

Com a palavra a Senadora Emilia Fernandes.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Inicialmente, gostaria de cumprimentar os nossos convidados de hoje, que, sem dúvida, fortalecem e enriquecem os trabalhos da Comissão. Este é um assunto ao qual, num primeiro momento, talvez, não sejam dados a importância e o significado que encerra. Mas porque, principalmente nos últimos tempos, como foi registrado aqui, está havendo troca de experiência com os que nos antecederam nessa luta a partir da promulgação da Constituição, dos movimentos populares, da atuação parlamentar, a construção de parceria está se dando de uma forma que – este é o meu desejo e a minha esperança – não haverá retrocesso neste País.

O País está despertando para o significado desse assunto e do compromisso que deve ser construído, com ação política, vontade política, participação da sociedade e compromisso dos Parlamentos, seja a nível Federal, Estadual ou Municipal. Isso é alguma coisa que vem crescendo e é importante. A troca de experiências, de sugestões, de alternativas, de denúncias que têm sido apresentadas a esta Comissão, que não são as primeiras e não serão as últimas, mas que são importantes para o País, é algo que temos que registrar como muito salutar.

Em relação à contribuição do Sr. Benedito Rodrigues dos Santos, que não conhecíamos pessoalmente mas que pudemos verificar, tem uma experiência muito grande nessa área, cremos que ela não vai se esgotar nesta audiência; assim como a do Sr. Francisco Lacerda, por quem temos o maior respeito e de cujo trabalho sério na área sindical sabemos.

Também sou uma defensora dessa área, porque se tivermos um país organizado na sua base, com os trabalhadores comprometidos, buscando os seus direitos, mostrando que se constrói cidadania e se fortalece a democracia com os trabalhadores atuantes e organizados, também vamos dar um passo que significará crescimento do nosso País.

Temos dito que urge a igualdade, que é um parâmetro da democracia. Mas eu diria que temos que acrescentar algo. Vai se medir também a democracia se, além da igualdade, que defendemos, entre homens e mulheres, entre pessoas de diferentes raças, para pessoas portadoras de deficiências, idosos, crianças, acrescentarmos os aspectos do respeito, da valorização e da garantia de direitos.

O que buscamos segue exatamente essa linha. As colocações do Dr. Benedito, em vários pontos, foram de fundamental importância. Mas eu daria um enfoque especial ao que ele disse, de forma muito clara: que o que está acontecendo, disfarçado de aumento e melhoria das condições das famílias, da renda familiar, sem dúvida é a reprodução do ciclo da pobreza.

Como foi muito bem dito pelo Senador que me antecedeu, o que será dessas crianças que não têm nenhum preparo como mão-de-obra, nenhuma capacidade para superar as condições a que estão expostas? Penso que esse é um ponto que temos que aprofundar nesta Comissão. E a Deputada Relatora tem uma visão muito boa e muito clara a respeito da reprodução do ciclo da pobreza.

Temos que investir nisso. Se não atacarmos a origem, aquilo que causa tudo isso, realmente estaremos buscando medidas paliativas e protelando a resolução do problema.

Um outro ponto que também acredito ser fundamental é o trabalho invisível das meninas. Temos que aprofundar o estudo desse problema, mostrando, inclusive, a questão cultural, a divisão equivocada do trabalho desde outros tempos no Brasil, quando as meninas eram adotadas e iam para a casa auxiliar nas tarefas domésticas. Mas aquele era um outro contexto, elas eram criadas ajudando, como as próprias filhas e filhos; era outra a situação econômica das famílias. Investir nessa questão é importante também.

Há também a questão das crianças que hoje assumem as suas famílias. Temos que tornar um pouco mais transparente este problema, porque o pai e a mãe se deslocam para trabalhar e a criança fica em casa e assume todas as tarefas de uma pessoa adulta, com todos os riscos, sem se fortalecer enquanto pessoa, enquanto cidadã, inclusive passando uma educação muito frágil aos seus irmãos, porque ela também não tem condições, não tem nenhum preparo. Ela está se criando junto com os irmãos.

Quanto ao trabalho na área rural, acredito que esta é uma questão que não vamos conseguir esgotar hoje. Venho de um Estado, o Rio Grande do Sul, onde, por incrível que pareça...

O SR. BENEDITO RODRIGUES – Tem uma das taxas mais altas.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Pois é. Há poucos dias ouvimos o depoimento de uma gaúcha, que coordenou um trabalho no nosso Estado e que demonstrou que, por incrível que pareça, apesar do retrato, da imagem que se passa do Rio Grande do Sul, de um Estado que está em outro padrão, em outro nível de cultura, enfim, de vida, lá acontecem esses problemas em índices muito elevados, inclusive na própria Capital e arredores, além do interior do Rio Grande do Sul, onde as famílias nao têm visão.

Vejo que nós não estamos fazendo o questionamento, mas estamos reafirmando posições, coisa que consideramos importante, porque é a linha que temos que buscar na nossa CPI: que pontos vamos aprofundar e mostrar, que alternativas vamos buscar construir.

Não quero, logicamente, me alongar, mas há ainda a questão da legislação brasileira. Em primeiro lugar, temos que tornar um pouco mais transparente o que existe, o que está sendo colocado em prática, quais as lacunas que existem ainda. Um dado que o Dr. Benedito apresentou muito bem, que representa um grande perigo e para o qual temos que estar muito atentos, porque é responsabilidade nossa, do Congresso Nacional, dos construtores das leis deste País, é que a legislação oscila de acordo com os interesses – especificamente, no que nos interessa, a legislação do mercado de trabalho. Mas eu diria que poderíamos ir muito mais além.

Infelizmente, sentimos a legislação brasileira oscilando demasiadamente de acordo com os interesses do momento, dos Partidos que estão no Governo, seja o que for. De repente, diante de um quadro de desemprego, vamos buscar a solução para a criação de mais empregos retirando direitos dos trabalhadores, desmobilizando os sindicatos através de alterações das leis sindicais.

Está chegando ao Congresso um projeto que altera a vida dos sindicatos, sobre o qual temos que fazer uma reflexão profunda. Deveríamos buscar constituir, a exemplo do que está sendo feito na Câmara dos Deputados, onde foi organizado um grupo

de Deputados para verificar o que existe em matéria de leis neste País referente a determinados assuntos, um grupo de Senadores, porque se nós mesmos formos questionar, talvez nem nós saibamos, muito menos a sociedade e quem tem de cumprir a lei, que é o cidadão, que somos todos nós. Neste assunto, Deputada Relatora, creio que devemos investir bastante.

Vejo que nem fiz perguntas, questionamentos, mas estou buscando aprofundar o assunto. Já registramos o reconhecimento pelo trabalho do Dr. Francisco. O material trazido por ele – e a Deputada Relatora falou sobre isso – permitiu que, no início dos nossos trabalhos, recebêssemos e trouxéssemos a denúncia a esta Comissão. Trata-se de assunto que já faz parte do material que vai ser examinado, verificado pela Relatora, e dos Anais da Casa. O material será analisado, verificado pela Relatora, e aproveitado na formulação do seu relatório, que será apresentado a esta Comissão.

Sem dúvida, o senhor trabalha numa área extremamente importante, embora tenha dito que talvez não tenha trazido tantos dados, tantas informações. O senhor trabalha numa área fundamental, porque essas denúncias de prostituição, de exploração de mão-de-obra infanto-juvenil passam diretamente pelo seu setor. Os sindicatos têm um papel fundamental nisso.

Os empresários têm de deixar aquele discurso de conscientização de lado, porque não existe empresário que não seja consciente dos seus direitos – pelo menos supõe-se que não existam empresários tão ingênuos. Mas os sindicatos têm um papel fundamental de auxílio nessas denúncias e na busca de alternativas. Eles têm que investir cada vez mais nisso.

Gostaríamos de saber também se realmente têm chegado as denúncias ao Ministério. Precisamos saber exatamente o que é que eles estão fazendo. Os sindicatos podem estar fazendo um bom serviço. Ouvem as pessoas, abrem os processos, auxiliam no seu encaminhamento e depois há um estrangulamento. Temos de ver se é no Ministério ou se é no Poder Judiciário que se encontram os entraves. Se não for em nenhuma dessas duas instâncias, onde é que eles estão?

O País precisa derrubar o quanto antes o que parece ter se tornado um tabu: com os grandes não se mexe neste País. Temos que mexer com todos, sejam eles grandes, pequenos ou médios, desde que estejam prejudicando a sociedade. Estamos dando esse exemplo em outras situações e acho que o mesmo deve valer para essa. Não estamos fazendo nenhuma denúncia precipitada, estamos trabalhando com dados e denúncias previamente manifestados e registrados.

E a imprensa tem um papel fundamental. Não temos que trabalhar somente com o pobre, com o pequeno, com o negro que está na cadeia, sendo punido e fiscalizado; temos que nos voltar para todos que estejam burlando a lei ou estejam se aproveitando de recursos públicos ou de pessoas neste País para o seu enriquecimento e lucro.

Esta é a visão que tenho. Temos de conceituar muito bem trabalho infantil e trabalho juvenil; temos de delimitar claramente o pode e o que não pode ser mantido no País. Precisamos de toda a ajuda que os senhores puderem nos prestar na elucidação dessa questão.

Seriam estas as minhas considerações. Peço desculpas por ter me alongado, mas é que se trata de um assunto que me entusiasma. Sou oriunda de uma câmara de vereadores, de onde saí diretamente para o Senado. Tive oportunidade de observar de perto a situação dos Municípios, acompanhando o trabalho de Prefeitos, Vereadores, entidades organizadas. Lá vivenciamos e testemunhamos os problemas. Eles existem e é fundamental que busquemos soluções para eles.

Falo também como professora e por isso acrescentaria que não basta garantirmos a educação apenas como sinônimo da criança ir à escola, mas temos que garantir uma educação de qualidade, em que haja rendimento da criança, porque não adianta ela estar matriculada se repete três, quatro anos. Acima de tudo temos de proporcionar às crianças uma educação de qualidade e, como foi dito pelo Senador, temos de profissionalizar essas crianças.

Seriam estas as minhas ponderações, SRA. Presidente.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) – Eu gostaria de comunicar a ausência momentânea da nossa Presidente, Senadora Marluce. Ela é membro da Comissão de Assuntos Econômicos e precisou se ausentar para votar. Estou justificando a ausência de S. Exª.

Sei que é anti-regimental quem está presidindo os trabalhos fazer qualquer manifestação. No entanto, na medida em que sou a última inscrita e estou na Presidência, vou fazer uso dos poderes atribuídos a essa posição e antecipar a minha fala. Posteriormente, fará uso da palavra o Deputado Paulo, já que S. Exª apresentará apenas um requerimento.

Gostaria, em primeiro lugar, de agradecer aos expositores – Dr. Francisco e ao Dr. Benedito, a quem conheço de longa data – que se manifestaram na defesa da criança e do adolescente. Honra-me muito poder estar aqui hoje, nesta Comissão, ao lado deles.

É importante que travemos, aqui, o nosso debate em torno de uma temática que já foi muito bem desenvolvida pelos que me antecederam, expositores e Parlamentares.

Queria chamar a atenção para alguns aspectos que aqui foram levantados e que considero serem importantes não apenas para o debate, mas importantes para a compreensão do processo legislativo e também para aqueles que executam essas tarefas, de quem nos tornamos parceiros nessa trajetória.

Temos um novo mercado. A economia determina a política no País, mas a globalização da economia não tem levado em consideração o processo de globalização das necessidades sociais. Há uma exclusão evidente nesse contexto. Farei as minhas considerações partindo do princípio de que eu, em função do meu ponto de vista ideológico, gostaria de ter como referência.

Dentro desse processo quase irreversível de globalização econômica temos que adequar o fator social. Devemos saber quais são as políticas, além da vontade e do compromisso de nossos governantes dentro desse projeto. Não bastam campanhas – já chegamos a essa brilhante conclusão -, já que elas não superam as deficiências na busca da eliminação de desigualdades.

Por exemplo, vemos um avanço tecnológico que cria, na área de informática, um novo mercado. Um mercado que tem iniciativas que não estão apenas nas empresas, estão nas estruturas familiares e que introduziu também profissionais em novas faixas etárias, que vão desde as criancinhas até a terceira idade. Estamos vivendo um processo de avanços a que socialmente não estamos nos adequando.

Hoje, estamos aqui com esta CPI tratando, por exemplo, da comunidade rural, do processo educacional, mas chegaremos ao setor, aqui identificado como setor de classe média, que hoje já não engloba tantas crianças e adolescentes no trabalho. O avanço tecnológico leva a que pessoas de um determinado poder aquisitivo comecem a recuperar essa mão-de-obra, porque é possível ter um computador em casa que começa a ser usado como brincadeira de criança e em pouco tempo poderá ser usado para prestar serviços – não sei bem a quem, mas pode ficar caracterizada a exploração domiciliar fora da estrutura familiar.

Passarei a Presidência a quem de direito e voltarei ao meu lugar para concluir o meu pronunciamento.

Esses dados me fazem resgatar a questão da quebra do ciclo da impunidade. Nós vivemos isso e, por isso, essa violência está generalizada. Além disso, só notificamos essas violências quando há um interesse.

Começamos por aqui. Entendo que esta CPI tem tanta relevância quanto a CPI dos Precatórios. No entanto, não temos a cobertura necessária para dar uma dimensão maior do trabalho que aqui se está fazendo. A exposição hoje feita é riquíssima, já tivemos oportunidade de ouvir anteriormente a representante do Rio Grande do Sul, e deveria estar ocupando as manchetes dos nossos jornais, a primeira página dos nossos jornais, as televisões e as rádios, para que a população brasileira se mobilizasse. Isso não pode passar, pura e simplesmente, como uma ação isolada ou, muitas vezes, ter uso politiqueiro às vésperas de eleições.

Então, o Congresso Nacional tem feito um trabalho – e sei que o Dr. Benedito o tem acompanhado e sabe perfeitamente -, e tem prestado um serviço relevante nessa área, mas somos poucos diante dessa demanda. É preciso que haja e que tenhamos um parceiro imediato, que se chama meio de comunicação. Precisamos dele para divulgar os relatos que aqui são feitos, os depoimentos e também o material que temos nas mãos de nossa Relatoria, porque aí não se trata apenas da nossa palavra, mas também de instrumentos que podem ajudar.

Como estamos na era da mídia, na era em que o povo está fazendo denúncias e que a imagem se faz perfeitamente ajustável, é importante que tenhamos também a imagem desse trabalho, até contribuindo com o Dr. Francisco, que se fez valer de fotografias que denunciariam, sem dúvida, essa questão do assédio sexual e do racismo que são implementados por meio da empresa McDonalds.

Então, é importante que tratemos essa questão da impunidade. A impunidade é uma coisa muito séria, mas também a quebra do seu ciclo significa a quebra de interesses poderosos. E aí vamos encontrar McDonalds, vamos encontrar os grandes latifúndios, o dono dos laranjais e algodoeiros, do amendoim etc.

Quer dizer, precisamos de uma parceria e de saber se existe no País, ainda dentro desse processo democrático, vontade política suficiente, não ape-

nas para que se fique na denúncia, mas para que se possam compactuar tanto as denúncias que estamos fazendo, como as medidas que nossos governantes estão tomando.

Acho que isso é extremamente importante. E a prostituição infantil, que hoje é o mercado de trabalho de crianças e de adolescentes, lamentavelmente, dá nojo, arrepia e dói na alma. Quem já conheceu esse processo, quem já passou por esses caminhos sabe perfeitamente que é uma das maiores indignidades que se pode cometer com o ser humano.

E aqui nós perdemos a consciência. Nós, os pais, perdemos a consciência, porque o estômago fala primeiro do que tudo. Então, os nossos argumentos políticos, ideológicos não são suficientes para os argumentos colocados pela fome e pela miséria, que batem às portas. E nós não temos uma política de combate à fome e à miséria, não temos uma política de segurança alimentar, não temos uma política de renda mínima, independentemente de onde ela venha. A verdade é que não temos e, por não termos essas políticas, damos lugar aos exploradores, que vão colocar essas meninas – crianças, como assistimos – no mercado de trabalho. Não podemos ignorar esse fato, mas não podemos também aceitá-lo.

Mas não são as nossas belas palavras que irão resolver essa situação, porque elas estão ali, convictas de que, se tiverem a oportunidade de um emprego – essa política de emprego é séria, uma política salarial também é séria -, não venderão o seu corpo.

Eu já disse aqui, e vou repetir, como repeti na CPI da Prostituição Infantil, em que fui Vice-Presidente: uma menina disse que quando matou a última cabra que havia no terreiro, se jogou embaixo de um homem como quem se joga embaixo de um trem. Essa é uma dura realidade que temos de enfrentar, porque a nossa CPI é uma CPI de exploração do trabalho infantil, que está relacionado com a questão da prostituição. A prostituição tornou-se um mercado de trabalho. Então, temos de ver também com os nossos olhos essa questão da prostituição infantil como trabalho e, agora, não mais o trabalho das profissionais de prostituição adultas. Isso é muito sério.

Precisamos ter uma nova formação, como colocamos, sistemática e metódica, também nas nossas ações. Temos também, e aí foi colocado pelo Dr. Benedito, que rever essa nossa legislação, esclarecer um pouco, clarear o que é trabalho penoso, o que é insalubre, e tudo o mais.

Mas nós precisamos também introjetar uma cultura em quem governa, porque fazemos campanhas, temos leis e mais leis, e essas leis não são cumpridas. Onde elas são cumpridas, vimos que têm dado certo. Ora, então, se estão diminuindo o número de meninos de rua numa determinada cidade e não há prostituição em outras, por que nós, então, não copiamos esses modelos? Não me importa se o Prefeito ou o Governador é do PFL, do PPB, do PT, do PPS, PSDB, PMDB. Não importa. O que importa é que temos uma lei e que não podemos fazer política nos repasses dos recursos para implemento dessas leis.

Então, o que estamos vendo? Uma saída aqui, muito bem colocada pelos que me antecederam, é a questão da renda mínima e a da profissionalização da cultura local.

Quando falamos em quebra do monopólio do aprendizado do Senai e do Senac, o fazemos porque eles estão dentro dessa construção, desse processo de globalização da economia, mas voltados para o seu mercado, para o que lhes interessa dentro do seu mercado. Precisamos criar também para os outros mercados uma profissionalização com uma cultura local.

Precisamos criar também, na questão educacional, uma educação vocacional, porque não é justo e não é correto que a profissionalização no Brasil só atenda ao mercado da competitividade na área econômica. Por que não pode ser numa área intelectual, numa área realmente de pesquisa? Nós tiramos a possibilidade de essas crianças pobres terem, dentro do seu próprio desejo, da sua própria vontade, uma nova oportunidade. E temos crianças que estão aí, que, segundo pesquisas, são de uma inteligência que extrapola os limites que determinamos para elas, qual seja o da profissionalização voltada para um determinado mercado de trabalho.

Também devemos aproveitar a questão da hereditariedade profissional. Nós vimos aqui que existe essa cultura, passada de pai passa para filho. Não só entre artesãos, mas na agricultura e entre as mulheres rendeiras isso é muito freqüente. Como realmente não explorar essa hereditariedade profissional e criar uma educação voltada verdadeiramente para esse mercado?

Faria duas perguntas: a primeira para o Dr. Francisco, porque ele é do Sindicato de Trabalhadores de Hotéis. Temos debatido nesta CPI a questão de explorações no mercado de trabalho, mas gostaria de saber se existe, na rede hoteleira, essa exploração de mão-de-obra de crianças e adolescentes, porque, no caso da prostituição, tem muita relação. Tenho certeza de que o Dr. Francisco, se não rece-

beu denúncias, deverá recebê-las, porque as redes hoteleiras estão envolvidíssimas nessa questão da prostituição infanto-juvenil. Então, é importante que nos explique como funcionam as redes hoteleiras, no que diz respeito à prostituição infanto-juvenil e também quanto ao trabalho de crianças e de adolescentes nesses hotéis.

A outra questão é que o senhor trouxe para nós as fotos que não foram publicadas, mas que foram compradas com esse fim. Gostaria de fazer a pergunta com relação ao assédio sexual, que envolve as meninas, as adolescentes; gostaria de saber se há uma faixa etária em que isso é mais freqüente.

E, com relação à questão da discriminação de negros e brancos, o número de negros e brancos que são absorvidos dentro do McDonalds e também se essas pessoas que sofrem assédio sexual se encontram mais nessa área.

Dr. Benedito, gostaria que V. Sª, ao responder a pergunta da Deputada Rita Camata, esclarecesse o fortalecimento, aqui colocado, com relação à família e quanto à questão do trabalho. Gostaria que desse o esclarecimento, uma vez que o trabalho "invisível" da menina adotada me chamou muito a atenção porque foi essa a minha escola de vida.

Sem querer fazer proselitismo, enquanto a Senadora Emilia Fernandes falava que esse trabalho já não cabe, pensava que ele ainda existe e continua a mesma coisa: não se paga, é aquela coisa da Lei do Ventre Livre, não se tem responsabilidade com essas meninas. Elas já comem e essa comida, consumida depois de todo mundo, já serve como pagamento; usam aqueles vestidos compridos, e, se for uma menina negra, o cabelo é cortado baixinho, porque ninguém sabe penteá-lo, e coberto por um lenço. Isso ainda existe: são as chamadas crianças adotadas que estão, verdadeiramente, sendo exploradas.

Portanto, gostaria que V. Sª enfocasse esse aspecto, pois como podemos mudar a condição social dessa família, se essas crianças, além de pagarem o custo de sua manutenção, ainda têm de manter seus irmãos e, às vezes, até seus pais?

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Deputado Paulo Rocha, V. Exª deseja fazer uso da palavra?

O SR. PAULO ROCHA - SRA. Presidente, Srs. Parlamentares, nobres depoentes, o assunto já foi discorrido, mas gostaria de abordá-lo, a título de sugestão, aproveitando a militância e a competência do "Bené" nessa questão.

No Parlamento, a tendência dos Parlamentares, até pela tradição de fazer política e pela anuência da sociedade, é produzir leis na base do varejo: cada um faz uma lei ali, aplica uma vírgula acolá etc. Nesse sentido, ela é dispersa.

Algumas CPIs têm avançado no sentido de apontar mais uma organização da legislação, diria, no atacado. Esse foi o caso da CPI do Sistema Habitacional e da Legislação do FGTS.

A lei é dispersa devido à sua produção no varejo. Mas creio que os Parlamentares desta CPI, com a colaboração de depoentes que aqui vêm, principalmente de pessoas como V. Sª, podem avançar nessa questão, nesse caso específico da legislação do trabalho infantil, organizando-a, ao final, através do relatório.

É verdade, há muitas iniciativas de leis dispersas, como o Estatuto, melhor organizado, mas ainda falta isso, ou seja, essa experiência que vem da Abrinq ou aquelas cláusulas tornarem-se uma legislação mais efetiva, mais rígida; enfim, coisas que podem, dentro de uma organização global, ajudar bastante nesse sentido.

Com relação ao problema da impunidade, temos que nos preocupar com uma legislação capaz de ser mais dura, mas que seja acompanhada por uma estrutura de fiscalização do Estado capaz de cobrar o seu cumprimento.

A própria sociedade organizada, como nesse caso das iniciativas da Abrinq e de organizações não-governamentais, colabora mais, porque não há um Estado capaz de ser tão fiscalizador a ponto de inibir ou acabar com uma série de impunidades e descumprimentos da legislação no País. Quer dizer, exige-se uma sociedade que se organize, que seja vigilante para que isso possa ser efetivado.

Mas o País é assim; num país onde o dirigente sindical ainda é visto como caso de polícia, acontece esse tipo de coisa.

Parabenizo a presença dos companheiros que muito colaboraram conosco nesse sentido, mas é preciso que tenhamos a preocupação, ao final da CPI, de organizar melhor uma legislação capaz de atacar a fundo a questão e que dote o Estado brasileiro de legislação capaz de resolver esses grandes problemas. Mas a sociedade também quer avançar na sua organização, com participação nos conselhos, fiscalização, denúncia etc...

Encaminho um requerimento, SRA. Presidente, com base nas informações de nossos companheiros presidentes de sindicatos, por intermédio do qual pretendo oferecer ajuda à questão da quebra do

chamado ciclo da impunidade. Através da CPI, quero requerer o relatório da fiscalização que foi feita pela Delegacia do Ministério do Trabalho em São Paulo. Mais ainda, pretendo oficializar, anexado à denúncia do sindicato, à Secretaria de Fiscalização do Trabalho para que se faça uma fiscalização especial nesse caso. Poderiam dizer que isso acontece em todas as empresas. Mas, nesse caso, o que ocorre é absurdo.

Ao se cometer um ato desses, na realidade está-se desobedecendo não só a relação de trabalho que acontece na maioria das empresas, mas a um conjunto de questões. Não se trata só de descumprimento da relação capital/trabalho. Há outros depoimentos: abuso sexual, racismo etc.

Portanto, deve haver fiscalização especial do Ministério do Trabalho via Secretaria de Fiscalização do Trabalho. A Drª Ruth tem um papel importante nesse sentido. Ela se sensibilizará com essa denúncia e realizará, com certeza, uma fiscalização específica desse caso.

Creio que os valorosos depoimentos acumulados, as sugestões, ao final, poderão ser utilizados pela nobre Relatora e pelos componentes da CPI. Poderemos fazer um relatório capaz de avançar na questão do combate ao trabalho infantil e à aviltante exploração sexual. O meu Estado, o Pará, fez parte da reportagem do Jornal Nacional, que denunciava a exploração sexual de crianças. O Pará está nesse roteiro vergonhoso do nosso País.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Passo a palavra ao Dr. Benedito e, posteriormente, ao Dr. Francisco para as respostas.

O SR. BENEDITO RODRIGUES - Respondendo à pergunta da Deputada Rita Camata, digo que a questão da produção familiar precisa ser mapeada para que possamos conhecer melhor a situação.

A princípio, de acordo com a própria legislação, a única norma básica a obedecer é aquela segundo a qual a criança não pode exercer trabalho perigoso, penoso e insalubre. Isso vale para qualquer coisa. Quanto à proibição por idade, ela não vale para a pequena unidade de produção rural. Em algumas legislações há isso, mas não na brasileira. Aqui, as crianças podem trabalhar em pequenas unidades. Não há idade mínima no caso de unidade de produção familiar doméstica.

O trabalho tem de ser compatível com a escolarização e não deve ser perigoso nem penoso. Quando o grupo familiar trabalha em conjunto e as tarefas são distribuídas às crianças de acordo com suas condições físicas, podemos dizer que isso é entendido como socialização. Agora, há problema quando a criança é utilizada para manter a pequena propriedade rural, para liberar força assalariada, para o assalariamento rural. Esse tem sido um problema. Também há problemas quando a pequena propriedade agrícola está conectada com a agroindústria. Nesse caso, as exigências de produção, a qualquer custo, acabam levando a família a explorar o trabalho da criança.

Então, a princípio, se estabelecermos uma escala de tolerância e de intolerância, o trabalho da criança na pequena unidade familiar doméstica, com todas as precauções de freqüência escolar etc, seria tolerável. Agora, estas duas situações são intoleráveis do campo: a criança liberando a mão-de-obra para o assalariamento agrícola – não estou falando do caso em que a criança é levada pelo pai para o campo, o que já é rotina. Precisamos clarear essa questão na legislação brasileira. Precisamos avançar nesse campo.

Falando da legislação, respondendo a pergunta do Deputado Paulo, há duas pessoas do DCI, atualmente do INESC, dois companheiros antigos, a Jussara e o Mário, que estão acompanhando no Congresso essa questão da legislação. Eles têm apoiado a Comissão Parlamentar de Inquérito. Estamos prevendo um grupo de redação para, da mesma forma como foi feito o estatuto, mapearmos as lacunas e começarmos a apresentar propostas. Penso que seria muito pertinente se aquele conjunto de propostas pudesse ser discutido com a CPI, sendo por ela respaldado e endossado.

Há também propostas de ordenamento jurídico. É muito oportuna a presença do Mário e da Jussara, que estão aqui em Brasília.

Sobre a questão das propostas, quero dizer que, na verdade, o trabalho infantil depende não só da oferta do trabalho infantil pelas famílias como também da estrutura do mercado que recebe essa mão-de-obra, da omissão das políticas sociais e de fiscalização. A capacidade de normatizar e de fiscalizar é um dos fatores também impeditivos do trabalho infantil. Concordo que precisamos melhorar essa nossa capacidade de normatizar e de fiscalizar, que já está melhorando ao longo dos últimos anos. Realmente, ouvindo essa parte da população, temos condições de avançar.

Sobre a falta de políticas públicas, estamos precisando encontrar uma forma de discutir com o Governo Federal, para que a política social não fique à mercê ou condicionada à política econômica. Atualmente, o Governo Federal pensa que tudo

pode quebrar o Real. Penso que a política social não pode ficar à mercê da política econômica.

Gostaria de cumprimentar o Governo pela bolsa-educação. A iniciativa é muito positiva. Cumprimento-o também pelo protocolo com o setor sucroalcooleiro, iniciativa muito importante que diz respeito à aplicação do antigo IAA – imposto sobre o álcool. Trata-se de um conjunto de medidas muito tímidas para o enfrentamento dos problemas sociais. Precisamos ainda fortalecê-las.

Estamos precisando de um plano nacional de combate ao trabalho infantil, que incorpore políticas sociais, focalizando alguns setores. Sabemos que os maiores prejudicados nessa situação são as famílias chefiadas por mulheres de até meio salário mínimo e os meninos e meninas negros. A Deputada não está presente, mas eu gostaria de dizer que as crianças negras trabalham mais do que as brancas e ganham menos. Todos os estudos estão mostrando isso. Em todos os setores, os meninos e meninas negras trabalham mais, com jornadas maiores, em trabalhos piores e ganham menos que os meninos brancos.

A questão econômica é muito importante, e a questão cultural também pesa muito. Uma família chefiada por mulher, do mesmo nível de renda que uma família chefiada por homem, coloca o menino mais cedo para trabalhar, porque a mulher sente que, se fracassar como mãe na educação do filho, ele já estaria preparado.

É uma questão cultural. No campo das políticas, já falamos bastante da questão da educação. Quando falamos em complementação de renda, devemos ampliar para além da renda mínima. Considero importante o que falaram a Deputada e o Senador sobre renda mínima, mas relevante também é a questão da recuperação do salário, da geração de novas formas de renda e de emprego para as famílias. Paul Singer disse, num encontro há tempos, que precisamos encontrar formas não capitalistas ou tipicamente capitalistas de trabalho e renda. A verdade é essa. Temos experiências bastante interessantes de crédito popular para começar pequenos negócios, dentro de uma nova perspectiva de mercado, como os bancos de crédito popular, que ajudam a gerar renda e emprego para a família.

Respondendo à questão da Senadora Benedita, a família precisa ser apoiada no seu conjunto, na sua proposta de geração de emprego e renda. A verdade é que não há trabalho para todo mundo.

Recentemente, acompanhei os estudos sobre a França, do sociólogo Robert Castel. Criou-se na Europa a mesma história do exército industrial de reserva na época, mas agora trata-se do exército dos ex-assalariados. Eles não têm mais emprego no mercado, perderam a oportunidade e também não conseguem sobreviver no mercado informal. Imaginem o impacto disso na vida de um indivíduo. É como um professor, por exemplo, que está acostumado a organizar sua vida com um salário no fim do mês. Imaginem se ele souber que não vai receber esse salário, que vai ter que organizar sua vida sem o salário. Isso está causando um desespero, uma desestruturação tão grande nas famílias européias, que virou fenômeno sociológico de estudo, causando um impacto coletivo na população. O Brasil ainda não chegou a isso, porque o nível da informalidade da mão-de-obra é muito maior do que lá.

O SR. RELATORA (Célia Mendes) - V. Sª sente também que, nos outros países, o próprio governo prioriza a questão social, já que não existe mais essa perspectiva de emprego? Como não há jeito de se oferecer emprego, as políticas sociais estão sendo bem mais priorizadas. V. Sª sente isso também?

O SR. BENEDITO RODRIGUES - Sinto que depende agora dos governantes. Por exemplo: ainda existe um conjunto de governantes que, apesar de estarem percebendo essa perspectiva, estão ainda valorizando o estado de bem-estar social. O Chirac, na França, bem como a Margareth Tatcher, desmontaram o estado de bem-estar social, e os problemas estão agravadíssimos nesses lugares. Realmente, esse tem sido um problema que tem levado, em alguns países como a Inglaterra, adolescentes a trabalhar. No entanto, o trabalho do adolescente é no verão, num período alternativo da escola. São outras formas.

Quanto ao trabalho infantil, temos que enfrentar a questão do emprego e da renda das famílias, do emprego de massa. Vale a questão de melhoria de salário para aqueles que puderem e de renda mínima para aquele conjunto que não vai alcançá-la. Algumas famílias têm um grau de desestruturação tão grande que elas nem conseguem abrir seu próprio negócio e precisam realmente receber essas políticas para se organizarem. Há muitas que precisam apenas de pequena ajuda. Por exemplo: o Banco Popular de Porto Alegre abriu créditos de R$5.000 a R$6.000 para abrir pequeno negócio. O retorno tem sido bom, e há uma carência para pagar. A redução do custo da moradia é importante para reduzir o ônus da participação da criança na economia doméstica. Isso é muito importante.

Devemos também pensar que essas políticas devem ser combinadas e que a questão cultural é

importante. Fizemos uma pesquisa com o IBOPE, com amostra científica, perguntando com que idade o entrevistado achava que seu filho deveria começar a trabalhar e com que idade o filho de uma família pobre deveria começar a trabalhar. Por incrível que pareça, as respostas foram muito interessantes: quase 60% entendem, quando se tratava dos próprios filhos, que deveriam começar a trabalhar com mais de 14 anos; e quando eram os filhos do pobre, 60% achavam que deveriam iniciar entre 10 e 13 anos. Outra questão interessante é que, nas cidades de pequeno porte, o conjunto dos entrevistados acha que a criança deveria trabalhar mais cedo; nas capitais, os entrevistados pensam que a criança deveria começar um pouco mais tarde.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) - Depende da necessidade regional.

O SR. BENEDITO RODRIGUES - As pessoas com mais de 40 anos acham que a criança deve começar a trabalhar mais cedo; as mais novas acham que deve começar mais tarde. Outra questão também importante são o nível salarial e a escolaridade. Quanto mais alto o nível de renda e de escolaridade, mais tarde eles acham que a criança deve começar a trabalhar.

Se pegarmos duas famílias com o mesmo nível de renda, a família de escolaridade mais baixa opta por colocar a criança para trabalhar mais cedo que a de escolaridade mais alta. A questão da educação tem a ver com o trabalho infantil – é diretamente proporcional.

A SRA. RELATORA (Célia Mendes) – Vou ser obrigada a, neste momento, interromper o seu discurso novamente, mas pergunto: isso não está diretamente ligado à questão do planejamento familiar neste País? Porque, quando você se refere ao fato de que as pesquisas mostram que esse trabalho infanto-juvenil tem caído na classe média, isso não quer dizer nada, pois a classe média do nosso País planeja a sua prole.

O SR. BENEDITO RODRIGUES – Na verdade, concordo que há um princípio constitucional que dispõe sobre a informação que as famílias devem ter sobre planejamento familiar.

Sou contrário ao controle da natalidade. Acho que isso refere-se ao planejamento, mas concordo que neste País há muitas possibilidades de as famílias criarem um número razoável de filhos. Estou chocado com os países da Europa, como a França, onde a natalidade caiu tanto que agora eles estão pagando e importando os filhos.

A idade e as faixas de fertilidade no Brasil estão caindo muito rápido. Concordo em que devemos ter um planejamento, mas estamos ficando alertas – os sociólogos e os demógrafos já nos alertam – pois o problema é que o brasileiro está ficando mais velho e a taxa de fertilidade das mulheres está caindo. Isso vai ser um problema para nós daqui a alguns anos.

É muito importante dizer que o trabalho infantil está vinculado a uma questão cultural, pois, conforme melhora o nível de escolaridade e de formação dos pais, menos eles colocam as crianças para trabalhar. Encerrando...

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Dr. Benedito, antes de o senhor encerrar, peço que faça sugestão. Pensei seriamente em consultar um jurista para que se faça um projeto – até assinado pelos membros da Comissão -, pois sabemos que quanto mais pobre, quanto menor a renda dos pais, menos os filhos vão estudar.

Seria bom que houvesse uma obrigatoriedade por parte das empresas que contratam menores no sentido de só admitirem se portassem comprovante de matrícula. Para isso, deveria haver vinculação do Ministério do Trabalho com o Ministério da Educação com o objetivo de evitar que os pais matriculassem os filhos somente para que ele possa arranjar um emprego e, depois disso, os filhos abandonariam o colégio.

Sabemos que toda empresa manda mensalmente uma lista dos empregados admitidos e demitidos. No caso, mandaria também uma relação dos menores que lá trabalham. Isso as delegacias regionais poderiam fazer. E o Ministério da Educação, através das secretarias estaduais, também encaminharia ao Ministério a freqüência e o aproveitamento do aluno.

É certo que isso seria inicialmente difícil, mas não impossível. Se não houver um acompanhamento, não vai funcionar. O que se percebe é que não há fiscalização para nada. As leis existem, fala-se muito nas leis que estão em vigor. No entanto, como não existe punidade – primeiramente a fiscalização e depois a punidade -, ninguém respeita.

Se não tivermos uma preocupação constante com a educação das nossas crianças, vamos ter sempre no País essa desigualdade em termos de renda. Há desequilíbrio em termos de renda e um desequilíbrio regional. Sabemos que, enquanto os Estados do Sul reagem de uma maneira, os Estados do Norte e parte dos do Nordeste reagem de outra por causa do desequilíbrio regional.

Não adianta nada. Faz-se discurso, implanta-se CPI, apresentam-se projetos como o do Senador Eduardo Suplicy, e a coisa não funciona. Enquanto não houver essa obrigatoriedade, como a criança vai para a escola se pensa que trabalhando mais horas leva mais dinheiro para casa?

O meu Estado é muito pequeno, o de Roraima, e deu-me condições por duas vezes, quando meu esposo foi Governador, e a população ainda era menor que a atual, manter muitos contatos com as mães de famílias. Fazíamos muitas reuniões e tínhamos muitos programas – como o senhor disse – de cursos profissionalizantes. Tínhamos muitos e não somente nos centros profissionalizantes como também na periferia, nas casas de família.

O que a mãe falava para nós? "Ah, o meu filho vai ganhar R$100,00? Se ele for engraxar ganha muito mais por mês". Tudo isso é falta de cultura.

O SR. BENEDITO RODRIGUES – Vamos falar que ele vai continuar ganhando R$100,00 o resto da vida dele.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – A criança que não freqüenta escola é o adulto de amanhã, o pai e a mãe. E o que acontece é que cada vez mais isso vai se deteriorando.

Tenho certeza de que, se não apresentarmos no relatório desta Comissão alternativas, esta vai ser mais uma Comissão que aprova o relatório, que fica engavetado e nada vai modificar.

Queria que essa resposta não fosse hoje.

O SR. BENEDITO RODRIGUES – Podemos pensar um pouco nisso.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Eu gostaria que o senhor estudasse e nos orientasse para que esta Comissão apresentasse um projeto.

O SR. BENEDITO RODRIGUES – Fechando a questão que abordei, entendo que a quebra do ciclo na impunidade é importante no caso dos consumidores ou "clientes", do sexo infantil.

Pode-se perceber o nível que a sociedade chegou de individualismo e de narcisismo, pegando-se um viés psicológico. As pessoas que têm consumido o sexo infantil, geralmente têm entre 25 e 35 anos, muitos casados, são pais que têm filhas. Que dissociação – temos que perguntar e estudar um pouco – o indivíduo faz? Ele diz: "não, minha filha não pode ser objeto sexual". Mas ele pode pegar a filha de outro e achar que a outra pode ser objeto de desejo.

Imaginem como é que essa sociedade cinde, pois diz: "mas esse é o filho do outro, não é o meu filho". Isso é uma coisa importante, e digo que num esquema de individualismo desse tem que existir uma fiscalização rigorosa. Estamos, porém, falando sob a ótica da fiscalização, mas temos de lembrar que a justiça precisa ser democratizada neste País.

Voltemos à questão da fiscalização. No interior de São Paulo deparei-me com a situação em que os fiscais dizem: "o menino está trabalhando aqui, mas o que vou fazer com ele?". Os fiscais do trabalho de São Paulo estão querendo arranjar programas de educação para os meninos, eles estão querendo montar os programas que dizem "não, tudo bem", concordamos que eles têm que trabalhar, mas temos de arranjar outra coisa para eles fazerem. É lógico que a cidade tem que fazer isso e a fiscalização não pode ser isolada, mas não é o fiscal, pois ele tem que fiscalizar. A justiça tem que ser democratizada.

Fechando o assunto, em primeiro lugar, queria reforçar a idéia de que o Congresso Nacional montasse um esquema de monitoramento de aplicação das normas. Isso é fundamental. O País não sabe ao certo. Temos pessoas que dizem que as normas não são cumpridas, mas nós não sabemos dar essa informação corretamente. Isso dificulta qualquer trabalho de avaliação do próprio Congresso Nacional.

Em segundo lugar, eu gostaria que esta CPI fizesse um requerimento – há muitos economistas no Congresso – ou pedisse ajuda para o IPEA ou Unicef de quanto custa o trabalho infantil para o Brasil. Do ponto de vista estratégico, esse argumento é muito importante para convencermos a Nação do prejuízo que ela tem deixando os meninos trabalhando ao invés de estarem na escola.

Penso que, do ponto de vista estratégico de argumento desta CPI com a Nação brasileira, no sentido de convencê-la, será um argumento importante, porque já verifiquei esses dados em alguns países e eles mostram claramente que perdem muito com o trabalho infantil e as crianças fora da escola. Uma outra sugestão é que se pudesse convidar o DIEESE para fazer a pesquisa. Eles fizeram uma pesquisa interessante com crianças abaixo de 14 anos na escola. Essa é a sugestão.

Queria dizer também que o Oded Grajev diz uma coisa interessante: "o trabalho infantil é que divide o Brasil arcaico do moderno", não exatamente com essas palavras, pois trata-se de uma interpretação minha do que ele falou, mas o sentido era esse. Para o Brasil entrar na modernidade, tem-se de acabar com o trabalho infantil.

A tolerância com o trabalho infantil gera sua continuidade e sua perpetuação e a intolerância em

relação ao trabalho infantil, gera novas soluções para retornar a criança à escola e novas alternativas educacionais para a criança que não o trabalho.

Era o que eu gostaria de expor. Muito obrigado. Dou a maior força para esta CPI, porque ela é da maior importância.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Nós é quem agradecemos.

Tem a palavra o Dr. Francisco Calasans.

O SR. FRANCISCO CALASANS - A Senadora Benedita da Silva pediu que esclarecesse sobre preconceito racial e prostituição infantil no setor de hotelaria.

Sobre o preconceito racial em hotéis, o problema não se limita à faixa etária que está sendo enfocada. Existe, concretamente, o preconceito racial de forma geral e nos hotéis isso é visível. As pessoas de melhor aparência são colocadas... De melhor aparência, veja, eu não sei qual o critério. O negro é feio? Não sei se é, não estou aqui avaliando, mas a cor implica trabalhar na retaguarda do hotel. E o branco, mais bonito, na avaliação da nossa cultura, normalmente é colocado à frente do estabelecimento.

Conheço o caso de um hotel de luxo, em São Paulo, no qual havia um negro, poliglota, trabalhando na retaguarda e, algumas vezes, ele foi chamado à recepção para resolver problemas no entendimento de outras línguas, mas não era promovido.

Não teria dados para confirmar se os hotéis de São Paulo – sei que o problema é no Brasil, baseio-me em queixas, em denúncias levadas ao Sindicato – estariam se aproveitando ou estimulando a prostituição infantil. Eu não confirmaria, pelo menos por enquanto.

Comprometo-me a trabalhar para colaborar o máximo que puder com esta CPI, que também me deixou empolgado. Quando há uma esperança, dispomo-nos mais a trabalhar. Tenho certeza que o Departamento Feminino do Sindicato será diferente. Estou pensando, neste momento, em tudo o que posso fazer para contribuir, porque estou realmente empolgado com esta CPI.

A pergunta do Senador Nabor Júnior, se o Sindicato faz denúncias junto ao Ministério do Trabalho, foi repassada pela Senadora Emilia Fernandes e pelo Deputado Paulo Rocha. Tenho uma relação aqui de mesas redondas, que promovemos recentemente. Por exemplo, uma empresa não comparece ao Ministério do Trabalho, ela se sente poderosamente suficiente para não comparecer. O que resulta de uma tentativa de audiência com uma empresa, para solucionar um problema? Resulta num pedido de fiscalização. E a infra-estrutura do Ministério do Trabalho e das delegacias é precária. Além do mais, existem poucos inspetores fiscais que são idealistas, que se empenham na busca de resultados, assim, tudo é lento, muito lento. Temos, de qualquer forma, até tem aqui os documentos, o resultado. Por exemplo, a denúncia implica ofício ao Ministério Público, que instaura dissídio. Essas denúncias sobre assédio sexual, já como reflexo do que ocorreu no Senado, têm vários inquéritos iniciados na Delegacia de Polícia. O Sindicato está sendo chamado constantemente para depor sobre o assunto. Há várias atas de audiências que poderão ser juntadas, algumas delas já estão aqui, mas vou colher todo material que tenho.

Como a minha missão aqui era trazer dados concretos, foi assim que entendi, e fui convocado no meio da semana, tive apenas o domingo para levantar dados, porque no sábado tinha um compromisso. Então, penitencio-me da fraca contribuição que dei à CPI, mas gostaria de dar minha visão sobre o assunto.

Esse problema todo está vinculado ao sistema econômico, que vem de longe. Também há essa globalização que, confesso, não sei exatamente o que é, sei o que é o globo. Estou aqui focalizando essas empresas típicas, que são importadas, esse serviço importado, como o McDonalds, esses **fast-food** que vêm dos Estados Unidos. Lá, a intenção foi muito boa, pois havia o pleno-emprego na época e é salutar o jovem trabalhar para complementar a renda da família, desde que faça uma jornada reduzida. Não duvido de que o McDonalds que deu aquela resposta tenha, efetivamente, essa filosofia. Porém, quando essa filosofia é trazida para nosso País... Enfoco esse caso concreto com intenção de vermos em outras atividades também isso.

No Brasil, utiliza-se o trabalho do jovem porque é uma mão-de-obra mais barata. É só isso. Se isso é globalização... Há o problema da exportação e da importação. É preciso que se tenha mão-de-obra barata para se competir com o mercado internacional. São aspectos a serem considerados. Até onde é válido sacrificar a juventude do País em função disso? Estou colocando minha visão filosófica da situação, para ser pensada.

Outra questão é que nossa legislação trabalhista está sendo flexibilizada excessivamente, quando é preciso que haja leis mais rigorosas que impeçam a exploração do trabalhador. E isso não é involução, não é volta ao passado. Voltar ao passado é abrir mão dos direitos adquiridos. Quanto mais se impede que o homem explore o próprio homem,

mais estaremos avançando. Esse também é um aspecto sobre o qual esta Casa do Legislativo tem de meditar.

O que está ocorrendo com a nossa Justiça? A lógica é terrível. Lógica é lógica, ela não é amiga, nem inimiga, é lógica. O que está ocorrendo com a Justiça do Trabalho, por exemplo? Quanto mais infrações houver, mais a Justiça será lenta. É a lógica. Então, o que está ocorrendo? O descumprimento de tudo que existe na legislação. A Justiça fica andando a passo de tartaruga e se estabelece a verdadeira e terrível injustiça social. Para começar, o trabalhador que vai à Justiça reclamar seus direitos recebe represália. Por exemplo, nessa pesquisa que tentamos ampliar, sentimos uma certa dificuldade em função do receio, o chamado temor reverencial. Isso também é um aspecto a ser considerado.

O menor recebe meio salário, compra um tênis e está realizado. E o pai e a mãe desempregados? É preciso que se observe esse aspecto, pois é complexo e é nesta Casa e no Governo que essa visão precisa ser estimulada. Os menores devem ser aproveitados no trabalho educativo, mas também é necessário que, antes de começarem a trabalhar, os pais estejam trabalhando.

Essa é a mensagem que gostaria de deixar registrada, SRA. Presidente, a fim de que meditemos sobre ela, porque de pouco vale termos jovens trabalhando num país onde os pais estão desempregados. O trabalho é salutar, mas é necessário que haja um bom ambiente e que haja aquela independência, para que o jovem sinta que, no momento que não quiser mais trabalhar, pode deixar o emprego, porque não tem problema na família de natureza econômica. Digo isso porque a cabeça de um jovem que enfrenta problemas econômicos em casa não é tão saudável. Ele não se desenvolve tão bem psicologicamente.

Isso, no entanto, não é um caso isolado. Temos o problema de uma massa trabalhadora e o problema do futuro do nosso País que está sendo sacrificado, uma injustiça social que precisa ser erradicada.

Essa é a mensagem que deixo aqui em nome do Sindicato dos Empregados do Setor Hoteleiro de São Paulo. Empenho também, aqui, o meu desejo de colaborar em tudo o que for possível, pois estou emocionado em saber que muitos problemas serão resolvidos.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Nós é que agradecemos a participação dos dois convidados, pois foi muito produtiva para o nosso trabalho futuro e para o nosso relatório.

Só gostaria de pedir que seja encaminhado para esta Comissão tudo o que julgarem interessante, para servir de subsídio a essa causa tão importante. E embora os parlamentares estejam muito preocupados com a CPI dos Precatórios – e não resta dúvida de que é um caso preocupante -, mas muito mais preocupante é a situação do menor do nosso País, principalmente a exploração sexual, que é algo que envergonha.

Todas as vezes que falo neste assunto, fico constrangida, pois, acima de sermos parlamentares, somos mães e ficamos sempre a nos interrogar: se tivéssemos situação financeira idêntica e as nossas filhas precisassem usar desse expediente, de comercializar seu corpo, para ganhar o material, qual seria o tamanho do sofrimento para todas nós? Colocamo-nos na posição dessas mães, que, muitas vezes, aceitam essa situação humilhante para suas filhas porque também já foram traumatizadas, seguiram o mesmo caminho da prostituição para ganhar o pão de cada dia, embora não houvesse a divulgação que há hoje.

Essa é uma responsabilidade não só desta CPI, não só das autoridades do nosso País, mas de todos nós cidadãos, porque, se não houver uma mobilização, não sei como vai ficar essa situação tão deprimente em nosso País. Somos muito gratos a todos.

Gostaria, ainda, de dizer aos nossos queridos depoentes que esta Comissão teve, hoje, menos freqüência, pois alguns membros tiveram que sair antes do término devido a obrigações também parlamentares. O caso da Rita não foi uma obrigação parlamentar, mas uma obrigação social e até de muita sensibilidade, já que um ente querido estava sendo enterrado no dia de hoje. A Benedita teve que depor no Tribunal do Júri. O Paulo tinha compromisso desde 12h30min, como havia falado anteriormente, mas saiu depois. Enfim, estamos com uma sessão no plenário do Senado desde às 11 horas. Inclusive, naquela hora em que me ausentei, fui votar na Comissão de Orçamento que está se instalando no momento.

Como são várias as atribuições que temos, às vezes, em horários idênticos, isso pode fazer com que pensem que somos relapsos, já que estamos faltando às reuniões da Comissão, mas não é o caso, mas sim porque os horários coincidem, são muitos os trabalhos, também temos que ir para os nossos Estados nas sextas-feiras e nas segundas-

feiras. Com isso, o trabalho das comissões fica restrito ao período de terça à quinta-feira, ou seja, um tempo muito curto para fazermos o nosso trabalho na Comissão e atendermos a todas as demais obrigações, inclusive o trabalho de plenário.

Gostaria, portanto, de justificar as ausências, pois como as duas palestras foram muito importantes, não quero que os senhores saiam daqui constrangidos por terem vindo de longe e não encontrarem todos os membros presentes para recebê-los e assistir às palestras. Todos, no entanto, tomarão conhecimento do conteúdo das palestras, porque a Secretaria desta Comissão, através do seu secretário, vai encaminhar a todos os membros e também a Parlamentares que não são membros desta Comissão, já que houve colocações muito importantes e, assim, também se sintam na obrigação de cooperar com os trabalhos desta Comissão.

Nosso muito obrigado. Ficamos aguardando...

A SRA. RELATORA (Célia Mendes) – SRA. Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Tem V. Exª a palavra.

A SRA. RELATORA (Célia Mendes) - Antes de encerrarmos os nossos trabalhos e já que esta Relatoria tem pressa, aproveito para fazer os meus agradecimentos finais ao colaborador e amigo Bené e ao Dr. Francisco Calasans, que, com certeza, será um árduo parceiro.

Já que ainda estamos em processo de gravação, SRA. Presidente, gostaria de propor um requerimento à Mesa a fim de que seja convocado o jornalista Bruno Paz Manso, do jornal **O Estado de S. Paulo**. Esse depoimento se fará necessário para os trabalhos da Comissão e da Relatora. E, na próxima quinta-feira, quando tratarmos da nossa reunião interna, vou sugerir para que esse depoimento aconteça na própria cidade de São Paulo.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h37min)

6ª Reunião realizada em 24 de abril de 1997

Aos vinte e quatro dias do mês de abril de mil novecentos e noventa e sete, às dez horas e vinte e dois minutos, na sala 09 da Ala Senador Alexandre Costa, no Anexo II do Senado Federal, presentes as Senhoras Senadoras Marluce Pinto, Benedita da Silva, Emilia Fernandes e as Deputadas Célia Mendes, Zila Bezerra, membros da CPMI destinada a apurar as denúncias sobre o trabalho de crianças e adolescentes no Brasil. Aberto os trabalhos a Senhora Senadora Presidente foi aparteada pela Relatora, Deputada Célia Mendes, que apresentou requerimento solicitando a convocação do Senhores Jairo Reis e Antônio Amaral que foram citados em uma reportagem da **Folha de S.Paulo**, que denunciava o trabalho de menores no garimpo Bom Futuro, em Rondônia, o que foi aprovado. A Senadora Benedita da Silva usou da palavra para esclarecer sobre a pauta de trabalhos, sendo que a Relatora respondeu que estava encaminhando uma pauta para o mês de maio. A seguir discutiu-se sobre as diligências e audiências a serem realizadas no Estado do Rio Grande do Sul, ficando estipulado que a Senadora Emilia Fernandes irá fazer os contatos com a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia do Rio Grande do Sul para organizar o roteiro dos trabalhos, e que as datas serão 15 e 16 de maio. Participou dos debates a Deputada Zila Bezerra, a Senadora Benedita da Silva fez uma retificação no nome do Sr. Vicente Paulo da Silva, indicado por ela, mostrando que essa pessoa não é o Vicentinho da CUT, o que foi anotado. Foi requerido pela Relatora o envio do material já coletado para análise por sua assessoria, e, como nada mais havia a ser tratado foi encerrada a reunião, e, para constar, eu Francisco Nauri-des Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pela Presidente e irá à publicação, juntamente com as notas taquigráficas. – **Marluce Pinto.**

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Declaro aberta a reunião da CPI do Trabalho Infantil, que está fazendo uma fiscalização sobre a exploração do trabalho infanto-juvenil.

A SRA. RELATORA (Célia Mendes) – SRA. Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Concedo a palavra a nobre Deputada Célia Mendes, pela ordem.

A SRA. RELATORA (Célia Mendes) – SRA. Presidente, gostaria de, no primeiro momento, fazer um encaminhamento para que seja colocada à deliberação do Plenário a pauta para o mês de maio dos nossos prováveis convidados, como também estou entrando com um requerimento para a convocação do Sr. Jairo Reis, Diretor-Superintendente da Enesa, e do Sr. Antônio Amaral, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativistas de Rondônia. Creio ser pertinente, e anexo aqui a última matéria da **Folha de S.Paulo**, que trata do assunto dessa mineradora, que está realizando a prática da exploração de crianças.

A SRA. BENEDITA DA SILVA – SRA. Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Concedo a palavra a nobre Senadora Benedita da Silva, pela ordem.

A SRA. BENEDITA DA SILVA – SRA. Presidente, gostaria de chamar a atenção para a pauta que temos aqui. Como ela é sujeita a alterações, já tínhamos combinado que, na reunião de hoje, trataríamos da questão das diligências, porque senão vamos ter pouco tempo para fazer. E vamos fazê-las paralelamente. Mas também há um outro fator: estaremos fazendo essas diligências em dias em que teremos no Senado Federal votações importantíssimas. Então, seria necessário que pudéssemos pegar a pauta do Senado para marcarmos essas diligências, e que já começássemos a priorizar as regiões que visitaremos primeiro. Com isso em mãos, penso que a Presidência poderia nos apresentar uma agenda, sabendo da agenda do Senado, para discutirmos e definirmos a ordem e as regiões que iremos visitar.

A SRA. RELATORA (Célia Mendes) - Permite-me V. Exª um aparte, nobre Senadora Benedita da Silva?

A SRA. BENEDITA DA SILVA – Pois não.

A SRA. RELATORA (Célia Mendes) - Senadora Benedita da Silva, estou encaminhando uma pauta para ser apreciada pela Presidência desta Comissão como também pelos demais membros, inclusive tive o cuidado de colocar que a pauta estaria sujeita a alterações. Gostaria também que o nosso Secretário-Geral nos providenciasse a pauta do mês de abril para que pudesse justificar por que foram repetidos alguns desses nomes de convidados. E isso a Presidente vai saber colocar.

Segundo, tratando-se sobre as diligências, já era realmente pretensão nossa sugerir que elas ficassem, como sempre tem acontecido de praxe, tanto em nível de Câmara quanto do Senado, sem que interrompêssemos essa nossa rotina de terça-feira. Os dias elencados aqui são quatro terças-feiras do mês de maio. E podemos agora abrir a discussão sobre a possibilidade de usarmos os finais de semana. Ou seja, poderíamos usar a quinta-feira à noite, a sexta-feira e sábado. Com certeza, cobriríamos, pelo menos, dois Estados. Em cima do material já analisado por essa Relatora, deixo aqui a sugestão de que os dois primeiros Estados a serem visitados por esta Comissão sejam o Estado do Rio Grande do Sul, no caso, Porto Alegre, – e aí a própria Senadora Emilia Fernandes poderá apresentar os nomes daquelas pessoas que vamos querer ouvir – e o Estado de São Paulo, pois já temos elementos, subsídios consistentes que compensam o deslocamento da Comissão para esses dois Estados.

A SRA. BENEDITA DA SILVA – Então, queria concluir, dizendo que não poderemos apenas usar os finais de semana, pois há lugares onde não poderemos marcar audiência junto a Prefeituras, Assembléias, porque não funcionam. Gostaria também que a diligência fosse feita quando os estabelecimentos estivessem em pleno funcionamento. E sábado não é um bom dia para isso. Há uma necessidade de ver a pauta do Senado e a pauta da Câmara, a fim de que não percamos as votações das reformas que estão acontecendo.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Conforme a Senadora Benedita da Silva falou, estamos com o mês de maio, aqui no Senado, com uma pauta bastante extensa. Até porque temos duas matérias muito importantes, que são as medidas provisórias, as suas votações em primeiro e segundo turno. Como também a reeleição, que tem dois turnos. E mais ainda, a reforma administrativa com vocês da Câmara. Então, não sei se o mês de maio será viável para essas viagens.

A não ser que façamos o seguinte: tira-se uma sexta-feira e vai-se a São Paulo ou a Porto Alegre. Já se marcaria com antecipação e ia-se a Porto Alegre. Na segunda-feira, já se poderia ir a São Paulo. Só se for assim. Porque não adianta marcar nada aos sábados, principalmente porque, nesse dia, as grandes indústrias não trabalham. Precisamos programar nossos contatos antecipadamente com as Assembléias Legislativas, com as Câmaras Municipais e com os Prefeitos, quando for o caso.

Mas, hoje, não convidamos ninguém. Então, seria bom que deixássemos as datas em aberto, mas deveríamos definir os lugares que visitaremos primeiro e quais os órgãos que serão convidados. Na próxima terça-feira, como também não vamos fazer convites, porque será uma semana curta e muita gente talvez não retorne, porque quinta-feira será feriado, poderíamos deixar para que a Relatora trouxesse o calendário de votação da Câmara. Sabemos que há inversão de pauta, às vezes, até na hora da sessão. Mas para que tenhamos um roteiro e para que possamos verificar se o mês de junho seria mais viável para essas votações.

A SRA. RELATORA (Célia Mendes) – SRA. Presidente, lamento discordar.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Não, apresentei alternativas, Relatora: ou faremos às sextas-feiras ou às segundas-feiras, ou então não fare-

mos. Porque às sextas-feiras e às segundas-feiras não se vota matéria constitucional.

A SRA. RELATORA (Célia Mendes) – Creio que no mês de maio daria, sim, se imprensássemos um pouco as nossas agendas, marcando essa ida da Comissão para as quintas-feiras à noite, e já ganharíamos o dia da sexta-feira, pegaríamos os órgãos públicos em funcionamento e os outros depoimentos sigilosos, que sempre acontecem nessas diligências, poderiam ser feitos aos sábados.

Porém, gostaria de aqui, SRA. Presidente, deixar registrado – e V. Exª, a Senadora Benedita da Silva e a Deputada Zila Bezerra podem ser testemunhas – de que a pauta da Câmara sempre foi uma das cobranças do Plenário como um todo. A pauta da Câmara, desde que sou parlamentar, não sai para todo o mês, para que possamos nos programar. Após a entrada do Deputado Michel Temer é que se está jogando uma pauta mínima, que nunca tem sido cumprida. As pautas estão sujeitas a alterações.

Sabemos que as votações básicas na Casa têm acontecido às terças e quartas-feiras. Não sei sobre o Senado. Mas creio que, se a Presidente verificar a possibilidade de nós começarmos a fazer os nossos deslocamentos saindo de Brasília às quintas-feiras à noite, ganharíamos muito tempo.

A SRA. BENEDITA DA SILVA – SRA. Presidente, peço a palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Concedo a palavra a V. Exª.

A SRA. BENEDITA DA SILVA – SRA. Presidente, ontem, terminamos uma reunião, pensávamos em acabar mais cedo e acabamos à noite.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Às vezes, não dá nem para viajar.

Antes de conceder a palavra à Senadora Emilia Fernandes, poderíamos verificar que, desde o início desses trabalhos, estamos falando que a primeira viagem seria a Porto Alegre, até porque foram os primeiros a se pronunciar, ou melhor, foi o segundo, o primeiro mesmo foi o Estado do Ceará. A primeira Assembléia Legislativa, que entrou em contato comigo, por telefcne e depois oficializou, foi a do Ceará. Mas como temos uma parlamentar gaúcha na nossa Comissão, penso que poderíamos dar prioridade a Porto Alegre, até porque já estão muito organizados em termos de associações, etc.

Então, poderíamos fazer o seguinte: na próxima sexta-feira, dia 2, não adianta marcar porque há o feriado de 1º de maio, Dia do Trabalho, e todos vamos aos nossos Estados. Dia 9 é antevéspera do Dia das Mães, e V. Exªs sabem que não poderemos deixar nossos filhos sem nossas presenças. Então, a primeira seria no dia 16, para Porto Alegre. Então. não se faria na segunda-feira.

A Senadora Emilia Fernandes ficaria encarregada de saber se sábado há expediente nas carvoarias e mineradoras; acredito que sim.

Estou falando isso baseada no que nos informou a Drª Beatriz. Ela nos mostrou aquelas transparências e as mineradoras não têm aquele trabalho. É muito fácil saber se funcionam aos sábados.

Ficaríamos o dia 16 em Porto Alegre e faríamos a nossa reunião na Assembléia Legislativa, e já tivemos convite para isso. E encaminhar-se-iam convites à Câmara Municipal, aos Prefeitos e a todas as associações que tivessem interesse de comparecer.

Dia 17, sairíamos para as localidades próximas, que ela diz que estão à distância de vinte, trinta quilômetros, e faríamos as visitas.

O dia 23 fica em aberto para resolvermos qual será a segunda.

Não vamos marcar reunião para o dia 30, porque dia 29 é feriado de **Corpus Christi**; nesse caso, sexta-feira se torna um dia inútil. Faríamos a reunião no dia 26. Vamos discutir nos dias 16, 23 e 26 as viagens do mês de maio.

Com a palavra a Senadora Emilia Fernandes.

A SRA. EMILIA FERNANDES - Sr. Presidente, agradeço a atenção que, em retorno à mobilização, à expectativa do Rio Grande do Sul em relação à CPI da qual fazemos parte, presidida por V. Exª, a Comissão tem dado ao assunto.

A Assembléia Legislativa já entrou em contato conosco, enviou correspondência a V. Exª e, por intermédio da Comissão de Direitos Humanos, colocou-se completamente à disposição desta Comissão. Assim que definirmos o dia, farão uma grande mobilização na própria Assembléia, enviarão convites às pessoas, às entidades, aos representantes dos municípios. Eles farão todo o cronograma, toda a programação. Basta definirmos a data.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – O dia 16 já é viável, desde que se mande até amanhã a participação.

A SRA. EMILIA FERNANDES - Gostaria de lembrar alguns detalhes que são importantes para nos organizarmos.

Quanto ao deslocamento de Brasília para Porto Alegre, é bom que se saiba que não temos vôo direto, alguns são com escala e outros com conexão. Temos que sair de Brasília na quinta-feira à noite, no

último vôo, às 18 horas, ou, então, sairíamos às 8 horas da manhã de sexta-feira.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Vamos ter sempre que interromper para uma reunião dessas, Senadora Emilia Fernandes. Vamos dizer que no dia 15 se tenha uma votação muito importante aqui e se perca o vôo das 18 horas. Não haveria um vôo para São Paulo?

A SRA. EMILIA FERNANDES – À noite não tem mais vôo, o último é às 18 horas. O próximo seria às 8 horas da manhã de sexta-feira, chegando ao meio-dia.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Ficaríamos com a tarde para trabalhar.

A SRA. EMILIA FERNANDES - Se definirmos que a reunião será à tarde, vai depender também da mobilização da Assembléia, que, às sextas-feiras, faz reuniões pela manhã.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Fariam uma reunião extraordinária. Corremos o risco de...

A SRA. BENEDITA DA SILVA – Nos dias 14 e 15 é possível que estejamos votando a reeleição.

A SRA. EMILIA FERNANDES - A votação não se dará numa quinta-feira, certamente.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – As votações aqui têm sido sempre às quartas e quintas-feiras, que são os dias mais movimentados, nunca às terças-feiras.

A SRA. BENEDITA DA SILVA - Eu já vi o calendário.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Hoje é o último dia para apresentar emendas.

A SRA. EMILIA FERNANDES – A reeleição vai estar em pauta até o dia 2 de maio, para última discussão. Depois, vai à Comissão de Constituição e Justiça, se receber emenda – e terá emenda, pois já há a emenda da desincompatibilização.

Temos que ver isso, porque, senão, ao marcarmos uma segunda data, as pessoas já não se mobilizam. Temos que pensar que podemos fazer uma mobilização de imediato nos nossos Estados, porque são pequenos. Mas, em se tratando de cidades como Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro, tem que haver antecipação, porque são muitas as associações. É diferente dos nossos Estados, onde podemos marcar uma reunião de véspera.

A SRA. *(Não Identificada)* – Sempre houve problemas com o calendário nas CPIs de que participamos. Sempre tivemos que arriscar.

A SRA. EMILIA FERNANDES – A minha proposta é que, se for deliberado pela Comissão, eu entraria em contato com o pessoal de Porto Alegre ainda hoje, para fazer uma avaliação sobre a possibilidade de o dia 16 ser uma boa data. Poderíamos trabalhar com todas as hipóteses.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Na terça-feita decidiremos aqui.

A SRA. EMILIA FERNANDES - Eu dou um retorno para a Presidência.

As diligências são importantes, tínhamos que ter, no mínimo, uma por mês.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Concordo até com duas visitas por mês nos Estados mais próximos, onde chegaremos com poucas horas.

Poderíamos ir no dia 16 a Porto Alegre, no dia 23 a São Paulo e no dia 26 ao Rio de Janeiro.

A SRA. EMILIA FERNANDES - No Rio Grande do Sul, dias 16 e 17.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Em São Paulo não poderemos ficar no dia 27.

A SRA. EMILIA FERNANDES - Vamos definir para que possamos passar à discussão referente a outro Estado. Entrarei em contato, apresentarei a proposta dos dias 16 e 17, e na terça-feira definiremos.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Já que somos da Mesa, podemos analisar a possibilidade de haver votação. Podemos pedir inclusive ao Presidente que, ao invés de colocar a matéria no dia 15, o faça no dia 14.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Podemos verificar isso, mas, em princípio, trabalho com a data dos dias 16 e 17. No dia 16, uma reunião na Assembléia com a convocação do maior número possível de órgãos relacionados com o trabalho da criança, todos ligados a sindicatos, empresários, associações de prefeitos, vereadores. O dia 17 seria reservado para visita a locais que definiríamos, sem divulgação – só o pessoal da Comissão Direitos Humanos e nós saberíamos -, quando faríamos uma avaliação. Alerto para o fato de que, no Rio Grande do Sul, o local mais próximo fica a cem quilômetros. É bom que se tenha presente essa distância, para que tenhamos tempo para deslocamento.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Senadora, até isso V. Exª precisa trazer, porque precisamos visitar o local onde as crianças trabalham com as pedras preciosas. Não podemos deixar de ir.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Deveríamos saber qual a distância, o horário de deslocamento, se iríamos de carro ou de outro tipo de transporte. São detalhes que devemos definir, mas, primeiro, tenho que ter uma data para, então, a Comissão se definir.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – O apoio logístico é muito importante, porque, se o Governo tiver um helicóptero para colocar à disposição da Comissão, poderíamos fazer duas ou três visitas no mesmo dia.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Fico encarregada disso. Tão logo tenha um detalhamento, passo para a SRA. Presidente.

A SRA. RELATORA (Célia Mendes) – Senadora Marluce, pela ordem.

Antes que saiamos do Rio Grande do Sul, eu apenas lembraria, já que a Senadora Emilia Fernandes vai encarregar-se de preparar o nosso roteiro, que fosse feito também o contato com a Superintendência da Polícia Federal, o Ministério Público e o Palácio do Governo.

Peço a especial atenção da Senadora Marluce Pinto, haja vista que uma das denúncias mais antigas que chegaram a esta Comissão foi a de São Paulo.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Certo, a segunda poderá ser São Paulo.

A SRA. *(Não Identificada)* – Em relação ao Rio de Janeiro também, já pedi que o nosso Secretário verificasse, mas infelizmente até agora o Rio de Janeiro não mandou absolutamente nada.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Já sim, pela Senadora Benedita da Silva.

A SRA. *(Não Identificada)* – Gostaria que Senadora Benedita da Silva agilizasse o processo no Rio de Janeiro.

A SRA. BENEDITA DA SILVA – Vamos deixar o Rio de Janeiro para depois, até porque estamos fazendo lá vários seminários com relação ao trabalho infantil. Queremos fazer em parceria com a Prefeitura, com o Governo do Estado e com a Comissão de Direitos Humanos.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Acho que dia 26 não é uma data boa, porque só vamos dispor de um dia.

Estamos verificando aqui. Eu havia sugerido dias 16, 23 e 26. Vamos eliminar o dia 26, porque vamos dispor apenas de um dia, o que não seria suficiente.

Senadora Emilia Fernandes, preciso de uma informação de V. Exª. Se formos no dia 16, ficaremos também dia 17. Qual seria o horário de retorno?

A SRA. EMILIA FERNANDES – Às 19h 15min tem um vôo diário para Brasília.

A SRA. BENEDITA DA SILVA – Eu vou precisar voltar para o Rio de Janeiro e preciso saber se tem vôo, porque é aniversário do meu neto.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Por isso estou eliminando a segunda-feira; temos que sair daqui quinta-feira à noite. A não ser que, no futuro, depois de votadas essas matérias, tenhamos certeza de que em uma quinta-feira estejamos livres tanto na Câmara como no Senado e poderemos fazer reuniões às quintas e sextas-feiras.

Oficializamos dias 16 e 23, porque não poderemos deixar passar de terça-feira próxima. Iremos fazer os convites para depoentes a partir do dia 6.

Será que o Vicente Paulo da Silva poderá vir? Já marcamos duas vezes, mas ele não pôde comparecer.

A SRA. RELATORA (Célia Mendes) – Gostaria que a nossa Presidente fizesse aqui uma breve explanação do porquê dessas repetências. Por exemplo, o caso do Sr. Vicente. Quando colocamos essa pauta para alteração é para que a nossa assessoria possa de fato manter todos os contatos com esse pessoal. Já vimos que alguns convidados do mês de abril não puderam ser ouvidos, como no caso do Dr. Ciro, que estava de férias, e o Dr. Odésio, que só vai chegar no Brasil no mês de junho.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – O Sr. Oded, da Abrinq?

A SRA. RELATORA (Célia Mendes) – Exatamente. No caso, já tiramos de pauta porque tivemos informação de que ele só retornará ao Brasil a partir do mês de junho.

Sra. Presidente, para que não fiquemos com a comissão sem um roteiro mínimo e porque teremos um tempo suficiente, que a assessoria possa manter um contato até terça-feira.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Vamos escolher os nomes dos depoentes.

Sr. Secretário, vamos hoje apresentar três nomes, mas primeiramente entre em contato com o Sr. Vicente, Secretário Executivo do Foro Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. É muito importante a sua presença. Se ele confirmar a vinda para terça-feira, só convidaremos mais um.

A SRA. (Não *Identificada)* – Sra. Presidente, vou propor a primeira alteração, seguindo um idéia de V. Exª.

Estamos com uma denúncia que me pareceu bastante grave. Por que não utilizamos o dia 6 de maio para ouvir os dois depoentes do Estado de Rondônia? Isso chegou ao meu gabinete ontem à noite, quando esta pauta já estava pronta. São os Srs. Jairo e Antônio do Amaral.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Está bem, os Srs. Jairo e Antônio do Amaral.

Agora, Sr. Secretário, entre em contato com o Vicentinho da CUT, e não com o Vicente, para saber qual o dia em que ele tem disponibilidade, qual é a terça-feira.

A SRA. *(Não Identificada)* – Se por acaso o Vicentinho não puder comparecer neste mês, não tem problema, pois temos muitos nomes, muitos convidados, e a gente altera.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Já fica oficializado que o convidado da próxima semana será o Sr. Antônio do Amaral, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativistas de Rondônia.

Poderíamos até conversar com a Senadora Marina Silva, porque, mesmo não sendo da Comissão, S. Exª é de lá e de Rondônia são o Odacir, o Bianco e o Amorim.

A SRA. BENEDITA DA SILVA – O Vicente Paulo da Silva foi um nome sugerido por mim e gostaria que fosse mantido.

A SRA. (Não *Identificada)* – Ele passou o mês de abril inteiro. Inclusive, entrei em contato com ele. Foi no dia do aniversário dele.

A SRA. BENEDITA DA SILVA – O que acho que ocorreu foi que chamaram o Vicente Paulo de Vicentinho da CUT. Esse Vicente que convidei é outro. Ele é do fórum, é secretário executivo.

A SRA. *(Não Identificada)* – Senadora, apenas a título de esclarecimento.

Na época, quando saiu o convite para o Vicentinho, por ser na data de seu aniversário, ele até teria sugerido que esse outro Vicente Paulo da Silva viesse.

A minha assessoria pegou isso aqui já sabendo que iríamos deliberar sobre essa pauta. Inclusive, estou de acordo, já que temos muitos depoimentos importantes – não que esse não tenha importância.

Acho que estamos com tempo, o mês de maio ainda vai começar, para que a gente faça o contato direto com o Vicentinho e possamos marcar com ele a possibilidade.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Deputada Zila, V. Exª tem alguma sugestão a fazer?

A SRA. BENEDITA DA SILVA – Eu queria manter o Vicente Paulo da Silva, porque essa foi a minha indicação. Não indiquei o Vicentinho, mas essa outra pessoa.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Vamos esperar a confirmação do Vicentinho da CUT para o dia 13 – já que não será mais convidado para o dia 6, quando o serão as duas pessoas de Rondônia.

Para o Sr. Vicente Paulo da Silva já poderíamos formular o convite para o dia 13. Combinado? Viriam os dois Vicentes.

A SRA. *(Não Identificada)* – Mas os dois da CUT?

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Não, esse é da CUT? Não! Ele não é da CUT!

A SRA. BENEDITA DA SILVA – Não, ele é do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.

A SRA. ZILA BEZERRA – SRA. Presidente, V. Exª me pediu uma sugestão. A primeira sugestão que daria era que se esclareça a dúvida quanto ao homônimo. Quem é Vicente e quem não é Vicente? Quem é quem?

Os homônimos têm que ser esclarecidos.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – O Vicentinho é da CUT e o Sr. Vicente Paulo da Silva – é o mesmo nome – é Secretário Executivo do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.

É muito importante a vinda desse senhor à nossa Comissão.

A SRA. *(Não Identificada)* – Então, os dois seriam convocados ao mesmo tempo?

A SRA. ZILA – Essa é a minha sugestão, ou seja, que primeiro que se dirimisse a dúvida.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Estamos sugerindo aqui que no próximo dia 6 de maio... Na próxima terça-feira não vamos ter convidados e até convido a Deputada a comparecer, porque vamos oficializar as datas das nossas diligências.

Um dos convidados do dia 6 de maio, para que não haja nenhuma dúvida, será o Sr. Antônio do Amaral, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativistas de Rondônia; o segundo convidado é o Sr. Jairo Reis, Diretor Superintendente da Empresa Brasileira de Estanho.

Por que eles estão sendo convidados? O Sr. Antônio do Amaral denunciou, em uma nota publicada pela imprensa, a Empresa Brasileira de Estanho por explorar o trabalho infantil e, por isso, estamos convidando ambos para o dia 6.

Repetindo, no dia 13, se o Sr. Vicentinho da CUT, de acordo com sua agenda, confirmar sua presença, será um dos convidados do dia 13 de maio, além do Sr. Vicente Paulo da Silva, Secretário Executivo do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. Então, já estamos com esses quatro convidados.

Para conhecimento dos membros desta Comissão, ainda temos na pauta, para serem convidados, o Dr. Ciro Darlan, que é Juiz de Menor da Comarca do Estado do Rio de Janeiro – só vamos convidá-lo em junho, porque ele está de férias – e a Drª Isa Maria de Oliveira.

A SRA. ZILA BEZERRA – SRA. Presidente, pela ordem.

Já que a SRA. está deliberando a pauta de maio...

A SRª. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Não estou deliberando. Estou apenas lendo os nomes para futuras sugestões.

A SRA. ZILA BEZERRA – V. Exª pegou a pauta de abril.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Não, é porque tem os nomes.

A SRA. ZILA BEZERRA – Sim, mas já foi feita uma outra sugestão para a pauta de maio.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Tem aqui, ainda, para o dia 20 de maio, o Sr. Agop Kayayan, representante da UNICEF no Brasil; a SRA. Ana Maria Willen(?), Superintendente da Fundação Abrinq, pelo direito das crianças, que desenvolve o programa "Empresa amiga da criança".

No dia 22 de maio, teremos uma reunião interna.

No dia 27 de maio, terça-feira, teremos a presença do Sr. Charles Roberto Blank (?), Coordenador do Conselho Nacional do Direito da Criança e do Adolescente, do Ministério da Justiça. Também no dia 27 teremos a SRA. Ruth Beatriz Vilela, Secretária Nacional de Fiscalização do Trabalho do Menor.

Então, essa é a pauta para os convidados do mês de maio.

A SRA. ZILA BEZERRA – Teria outra colocação, Presidente. O que está na próxima terça-feira?

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Na próxima terça-feira, dia 29, teremos uma reunião interna que poderá ser muito curta. Podemos combinar um horário que seja melhor para todos.

A SRA. ZILA BEZERRA – Já pedirei desculpas pela minha ausência, até por entender que há 15 dias assumi um compromisso no meu Estado. Vou ficar direto.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Poderei dar uma sugestão, se os membros combinarem. Como na terça-feira está pendente apenas a oficialização da nossa ida no dia 16 a Porto Alegre, poderemos-íamos, as três Senadoras.

Então, vamos cancelar a reunião de terça-feira, ficando a Senadora Emilia Fernandes com a obrigatoriedade de, na terça-feira, me comunicar se iremos viajar no dia 16. Providenciarei o convite oficial, a confirmação da nossa ida, e inclusive as passagens.

A SRA. EMILIA FERNANDES – SRA. Presidente, gostaria de alertar sobre a importância de levarmos assessoria, bem como o pessoal da imprensa para fotografar, documentar e registrar todo o trabalho, tanto da palestra quanto das visitas aos locais.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Senadora Emilia Fernandes, na terça-feira, levarei – poderemos sentar até no cafezinho ou nos reuniremos em nossos gabinetes para resolvermos isso – os nomes dos dois representantes da imprensa no mínimo e também do pessoal da assessoria jurídica e dos membros da Comissão que irão participar dos trabalhos.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Precisamos definir, com antecipação, o número de pessoas que nos acompanharão, seja para fins de hospedagem, como também para compra de passagens. Temos que ver o que faremos em relação ao deslocamento, porque não iremos só a Porto Alegre, pretendemos também ir ao interior do Estado.

Estamos trabalhando na Comissão de Reforma Político-Partidária e a reunião já vai começar, mas o que ficou sob minha responsabilidade, assim que tiver uma definição... A única coisa que me preocupa é a previsão do número de pessoas, e gostaria de receber sugestões. Penso que deveríamos trabalhar com dez pessoas no máximo, incluindo o pessoal da imprensa e da assessoria.

A SRA. RELATORA (Célia Mendes) – SRA. Presidente, como estamos falando sobre diligência, pediria que a relatoria desse prioridade a minha assessora direta. Como ainda não temos exclusividade da nossa assessoria... Não faço nem questão de que vá de lá, está certo? Porque também não há

funcionário direito. Posso até falar com o próprio Michel Temer e, se for o caso, me proponho a ir.

O que não quero é atuar como parlamentar e assessora ao mesmo tempo. Infelizmente, o relatório é muito importante.

A SRA. EMILIA FERNANDES – SRA. Presidente, só quero concluir, justificando...

A SRA. BENEDITA DA SILVA – Senadora Emilia, solicitei o aparte para falar sobre o número de pessoas neste trabalho. Gostaria de dar uma sugestão, qual seja, que pudéssemos colocar representantes de cada partido, apenas um representante de cada Partido – porque se forem todos os Parlamentares da Comissão, talvez tenhamos uma certa dificuldade. Sabemos que não é bem assim. Vão 10, 15, 20 Parlamentares e é representação partidária na Comissão. Isso irá diminuir custo e problemas. Espero que não pensem que estamos querendo sair para passear.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Eu acho que esse aparte da nobre Senadora é importante. Poderia ser um critério e, dentro de cada Partido, se houver mais de uma pessoa, que haja um revezamento. Aí, seria um problema partidário.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Nobre Senadora, há pessoas que não podem deixar de ir – um é o nosso Secretário porque é ele quem faz....

A SRA. EMILIA FERNANDES – Eu acho que esses detalhes já estão acertados e acho que não tem problema.

A SRA. BENEDITA DA SILVA -- E para imprensa etc. Agora, vamos ver os outros.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Isso veremos depois, mas eu vou trabalhar com um número máximo de 15 pessoas, já extrapolando com a assessoria, com Parlamentares que já acho muito difícil.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Nobres Senadoras, eu não sei se V. Exªs vão acatar uma sugestão que eu vou dar. Teremos que dar certa prioridade para aqueles membros que têm cooperado com suas presenças na Comissão. Aquelas pessoas que fazem parte da Comissão, mas nunca comparecem, nem podem viajar, embora queiram, porque não estão a par das ocorrências daqui. Por exemplo, aquele Deputado, S. Exª nunca falta. V. Exª é do PT, mas vamos dizer que o Sr. Paulo Rocha tenha interesse em ir. Como é que eu posso deixar de acatar sua solicitação se S. Exª nunca faltou a Comissão? Não veio hoje, sabia que era trabalho interno e que depois tomaria conhecimento e justificou. Então acho que temos que privilegiar, também, nessas viagens aqueles que têm tido bastante interesse em comparecer às reuniões. Não só na viagem.

Até mesmo antes de entrarmos em contato com os membros da Comissão, vou conversar com o Presidente da Casa para saber qual é o procedimento quando a Comissão é mista. Quando é da Câmara, as passagens são fornecidas pela Câmara, e para os Senadores, pelo Senado. V. Exª poderia consultar o Presidente Michel Temer?

A SRA. *(Não Identificado)* – Eu sugiro até que a Comissão...

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Então, vamos combinar hoje porque assim oficializemos o número de Deputados e de Senadores. Poderemos decidir isso na terça-feira...

A SRA. (Não *Identificada)* – ...com a assessoria desta Comissão...

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Nós temos que entender o seguinte: eu já me posicionei internamente sobre isso para não criar determinados problemas. Muitos dos assessores já se aposentaram e não foram preenchidas as vagas. Mas exigimos que sejam pessoas qualificadas.

A SRA. (Não *Identificada*) – SRA. Presidente, esta solicitação já foi encaminhada, de forma oficial, para o Presidente do Congresso?

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Já. A última correspondência, por sinal, foi solicitando exclusividade. Hoje, o Secretário me informou que a partir de hoje aquela assessora jurídica que nós solicitamos ficará exclusivamente com os trabalhos desta Comissão. Vamos ver se isso irá acontecer.

A SRA. EMILIA FERNANDES – SRA. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Preciso me retirar. Penso que, com relação ao cronograma de audiências, das diligências e depoimentos, está indo tudo bem. Entretanto, entendo que concomitantemente a esse trabalho – e, aí, eu deixo como uma sugestão para a SRA. Relatora ou para a Presidência – deveríamos acelerar aquele estudo sobre projetos em tramitação na Câmara e no Senado. Penso que isto é fundamental e sei que a Senadora Benedita da Silva já trabalhou nisto.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – São duas equipes: no Senado, a Senadora Benedita da Silva e o Senador José Alves.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Que também já trabalhou nisto...

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – E, na Câmara,...

A SRA. *(Não Identificada)* – SRA. Presidente, diante desta....

A SRA. EMILIA FERNANDES – SRA. Presidente, eu pedi a palavra pela ordem e gostaria que V. Exª me garantisse a palavra.

Penso que, na reunião interna da CPI, no dia 22 de maio, deveria ser mostrado o que já foi feito na Câmara e no Senado, para definirmos. Isso é importante. A CPI não precisa terminar os seus trabalhos para, já, priorizarmos o que exige pressa no Senado e na Câmara. Então, já iríamos elaborar cinco projetos lá e cinco aqui, não sei, a Comissão define.

Quero deixar registrado a importância da agilização desse trabalho, que entendo ser fundamental e que está em boas mãos.

A SRA. BENEDITA DA SILVA – Eu queria informar à nobre Senadora Emilia Fernandes de que já entreguei o trabalho à Comissão, o qual está protocolado e em mãos da Presidência. Estamos aguardando que a Câmara faça o mesmo.

A SRA. RELATORIA (Célia Mendes) – SRA. Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

A SRA. RELATORA (Célia Mendes) – É apenas para que fique registrado, mesmo sendo uma reunião interna, que requeiro o encaminhamento ao meu gabinete do material elaborado pelo Senado, para que esta relatoria possa iniciar seu trabalho.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Iremos tomar as devidas providências.

Tenho aqui o trabalho da Senadora Bendita, que, além de enumerar todos os projetos, apresenta fotocópia de cada projeto em tramitação no Senado: um, do Senador Flaviano Melo; outro, da Senadora Regina Assumpção; dois, do Senador Júlio Campos, e, dois, da Senadora Benedita da Silva.

Então, solicito ao Sr. Secretário que os faça chegar às mãos da SRA. Relatora, a quem peço o levantamento do que ficou sob sua responsabilidade, o mais rápido possível.

A SRA. (Não *Identificada)* – Iria solicitar que a Presidência encaminhasse expediente aos Srs. Deputados responsáveis por esse levantamento da Câmara; infelizmente, a Relatora não foi designada para fazer esse levantamento.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – As duas foram. Uma foi até a SRA. Marilu Guimarães.

A SRA. (Não Identificada) – Foram designados os Deputados Pedro Wilson, Marilu Guimarães e Rita Camata.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Pois é. Foram os Deputados Pedro Wilson, Rita Camata e Marilu Guimarães. No Senado, os Senadores José Alves e Benedita da Silva, que saiu há pouco para ir a outra Comissão.

Solicito ao Sr. Secretário que prepare o expediente, para que, à tarde, seja por mim assinado e encaminhado aos três Deputados, com o pedido da relação.

Nada mais havendo a tratar, damos por encerrada esta reunião.

Voltaremos a nos reunir no próximo dia 6 de maio.

(Levanta-se a reunião às 11h09min)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

4ª Reunião (Ordinária), Realizada em 23 de abril de 1997

Às dez e trinta minutos do dia vinte e três de abril do ano de mil novecentos noventa e sete, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador José Sarney reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores José Agripino, Bernardo Cabral, Romeu Tuma, Hugo Napoleão, José Bianco, Pedro Simon, Jader Barbalho, Carlos Wilson, Lúdio Coelho, Benedita da Silva, Abdias Nascimento, Roberto Freire, Emilia Fernandes, Joel de Holanda, Bello Parga, José Alves, Marluce Pinto, Ademir Andrade e Eduardo Suplicy. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Sua Excelência depois de breves esclarecimentos, comunica que a presente reunião destina-se a apreciação do seguinte item da pauta: Mensagem nº 91, de 1997, que Submete a apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor Luís Felipe de Seixas Corrêa, Ministro de Primeira Classe, do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a República da Argentina, cujo Relator é o Senhor Senador José Agripino. Encerrada a exposição, o Senhor Presidente da Comissão concede a palavra ao Senhor Senador José Agripino, Relator da Mensagem. Fazem uso da palavra os senhores Senadores Romeu Tuma, Pedro Simon, Benedita da Silva e Roberto Freire. No prosseguimento Sua Excelência determina que a reunião torne-se secreta para que se proceda a votação. Reaberta a reunião em caráter público, e nada mais havendo a tratar, a Presidência declara

encerrada a presente reunião, e, para constar eu Marcos Santos Parente Filho Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, indo a publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma.

Senador **José Sarney**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Declaro aberta a reunião.

Esta é uma reunião extraordinária da Comissão de Relações Exteriores, que se reúne hoje, quarta-feira, neste horário, exclusivamente para examinar a Mensagem nº 91, de 1997, na qual o Senhor Presidente da República submete ao Senado Federal o nome do Sr. Luiz Felipe de Seixas Correa, Ministro de 1ª Classe da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Argentina.

Peço ao Senador Hugo Napoleão que acompanhe o Sr. Embaixador até a mesa para que ele possa, na forma constitucional, prestar ao Senado os esclarecimentos sobre sua missão.

Já presente aqui na Comissão o Embaixador Seixas Correa, que vai desempenhar uma missão de extrema importância, desde que aprovado pelo Senado, de Embaixador do Brasil junto à República da Argentina, país hoje da maior importância para o Brasil, dado o novo patamar do relacionamento entre nosso País e a Argentina.

Devo ressaltar, como testemunho, que o Embaixador Seixas Correa trabalhou durante algum tempo na Presidência da República e acompanhou a construção desse processo de integração latino-americano; portanto, estamos mandando à Argentina um homem extremamente qualificado, culto e que conhece perfeitamente todos os meandros de sua carreira, com uma larga experiência já em algumas embaixadas.

Com a palavra o Embaixador Luiz Felipe de Seixas Correa.

O SR. LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORREA – Muito obrigado, Sr. Presidente. É uma honra extraordinária poder comparecer à Comissão de Relações Exteriores do Senado, presidida por V.Exª, a quem me unem laços muito antigos de amizade, em um período extremamente fértil e importante na minha vida profissional como seu colaborador durante três anos na Presidência da República.

Estou profundamente honrado pela indicação recebida do Presidente Fernando Henrique Cardoso para desempenhar, como titular, a missão diplomática do Brasil em Buenos Aires. Caso mereça a aprovação do Senado, pretendo entregar-me a essa tarefa com grande dedicação e entusiasmo.

V. Exª, em suas generosas palavras, adiantou um conceito que me parece fundamental, que é o da importância atualizada da relação entre o Brasil e a Argentina no contexto bilateral, no contexto regional e no contexto internacional.

O Presidente Fernando Henrique, há tempos, declarou que a relação com a Argentina representa a "pedra de toque" da política externa brasileira. Essa afirmação, tempos atrás, teria causado alguma controvérsia, hoje ela é recebida como a expressão de uma realidade que transformou completamente a relação bilateral, que tem um lado visível, que são os intensos fluxos de comércio, investimentos e cooperação bilateral, entre o Brasil e a Argentina, e que tem também um lado invisível, digamos assim, igualmente importante, que é dado pelo seu conteúdo estratégico. Ou seja, o fortalecimento da segurança política, econômica e social dos dois países, o reforço das suas respectivas posições no mundo e a consolidação de condições mais efetivas de convivência e cooperação na América do Sul.

Existe hoje o que eu chamaria de uma verdadeira aliança estratégica entre o Brasil e a Argentina. Quando se tem em conta o passado das relações bilaterais entre o Brasil e a Argentina, dá-se um valor, tem-se a consciência exata do que significa, de como se evoluiu historicamente para chegar à situação que desfrutamos hoje.

No período colonial, fim dos territórios que depois transformaram nos Estados do Brasil e da Argentina, viveram sobre a tensão, fruto dos antagonismos das potências ibéricas colonizadoras; durante o Século XIX, depois da independência, a desintonia entre os regimes que se implantaram nestes dois países, a monarquia centralizadora no Brasil e a República na Argentina, somada aos antagonismos herdados ou certos automatismos herdados do período colonial também impediram que se forjasse um espírito de cooperação entre os dois países.

Na realidade, o primeiro momento de aproximação entre o Brasil e a Argentina ocorreu no final do Século XIX, já sob a República do Brasil, e o que é muito interessante, inspirado e liderado pela diplomacia presidencial. O primeiro exercício do Brasil em matéria de diplomacia presidencial foi uma troca de visitas, em 1899, do Presidente Julio A. Roca, da Argentina ao Brasil, e, em 1900, a visita de retribuição do Presidente Campos Salles a Buenos Aires. Quanto à essa troca de visitas, encontrei recentemente um registro extenso num livro editado pelo

governo argentino, em 1902, o que mostra que já havia aí uma grande consciência da importância dessa aproximação.

Uma frase do Presidente Roca, que me parece sintetizar ou prenunciar de uma forma extremamente positiva o que viria a ser o quadro de integração entre os dois países. Disse o Roca, em resposta a uma saudação do Senador Quintino Bocaiúva, que liderava uma missão parlamentar, que fora recepcioná-lo no Rio de Janeiro:

> "O Brasil e a Argentina deveriam unir-se com os laços da mais íntima amizade, porque juntos serão ricos, fortes, poderosos e livres."

Esta foi uma frase de 1899, quando a idéia de integração, o conceito de integração não existia, não havia sido formulado. Mas as lideranças civis brasileiras e argentinas já percebiam naquele momento o potencial imenso da relação e a necessidade dessa união. "Juntos seremos ricos, fortes, poderosos e livres." Enfim, é o prenúncio do Mercosul, digamos assim.

Agora, essa visão custou muitíssimo a se materializar, porque entre a premunição Roca-Campos Salles e o que finalmente veio a ser no processo de integração à Argentina, já na década dos 80, passamos por períodos de muita separação, de suspeitas, de antagonismos, de uma certa forma estimulados por pensamento ultrapassado de inspiração estratégico militar de segurança dos dois países. E também pela própria maneira como as duas economias se inseriam no mundo, com modelos autárquicos, com tendência autárquica, substituição de importações, uma certa competência que, em muitos casos, chegou a relações de tipo adversativa. Houve alguns momentos fugazes de entendimento durante o período Vargas, houve o espírito de Uruguaiana entre os Presidente Jânio Quadros e Arturo Frondizi, mas a integração, o que chamaria de paradigma da integração, que foi prenunciado na troca de visitas Campos Salles-Roca só veio a prevalecer nos anos 80, quando os dois países voltaram a se encontrar sobre a democracia e, novamente, sobre o impulso de uma diplomacia presidencial forte. Isto é muito interessante. A superação das áreas de atrito e de desconfiança recíproca, como era o caso da política nuclear, constituiu todo o processo de afirmação da integração constituiu um dado importante para o Governo José Sarney e para o Governo Raul Alfonsín, dentro do quadro da própria consolidação do poder civil nos dois países, que se realizavam então.

Os Presidentes Sarney e Alfonsín consolidaram a integração, atualizaram a visão estratégica prenunciada no início do Século, por Roca e Campos Salles e, mediante a concepção e implementação de uma série de políticas de cooperação, simbolizadas no instrumento matriz que é a declaração de Foz do Iguaçú, de novembro de 1985, mudaram o signo da relação e deram origem ao atual processo.

Passou-se do que eu chamaria de uma relação de tipo competitivo-adversativa, freqüentemente antagônica, para uma relação competitivo-cooperativa de vocação integradora, de uma relação que se nutria de desconfianças para uma relação que se orienta por visões compartilhadas e iniciativas conjuntas. Foi uma verdadeira mudança de mentalidades e atitudes. O projeto foi político na sua origem, mas incorporou uma ampla densidade econômica e social.

Obviamente, administrar essa relação representa um desafio inédito, extremamente complexo tanto para o Brasil quanto para a Argentina. A interação entre os dois países não tem precedentes: é rápida, instantânea, transbordante, praticamente ilimitada, incorpora todos os segmentos do Governo, todos os segmentos da sociedade civil, há uma parceria renovada a cada dia pela descoberta de oportunidades de negócios, de cooperação, em suma, de todo um universo de possibilidades que a contigüidade física e, sobretudo, a convergência de interesses, que é muito importante, tornou espontânea e natural. O diálogo hoje é franco, incessante e tem sido capaz de conduzir à superação dos problemas específicos que ocasionalmente surgem na relação devido ao próprio volume da integração entre as duas economias.

O quadro político e econômico da Argentina é de estabilidade, o Presidente Carlos Menem foi eleito em 1989, numa composição política ampla que integrava todos os setores tradicionais do peronismo e a elite empresarial Argentina; enfrentou um primeiro ano ainda um pouco tumultuado, com restos de inquietação militar e alguma instabilidade econômica. Mas a partir do chamado "Plano da Conversibilidade", em 1992, tomou a iniciativa de reformas e implantou uma série de medidas de cunho modernizador na Argentina; redefiniu-se o papel do Estado, a abertura comercial, as privatizações e consolidou-se um grande ganho, que é o da estabilidade monetária.

O êxito das reformas aprovadas pelo Presidente Menem, propiciou um entendimento amplo na Argentina, o chamado "Pacto de Olivos" entre o Presi-

dente Menem e o ex-Presidente Alfonsín, no marco em que se acordou a possibilidade de reeleição. O Presidente Menem se reelegeu com facilidade e tem um mandato até 1999.

A estabilidade da moeda argentina trouxe de volta a credibilidade internacional e abriu caminho para uma série de reformas, como a reforma do Estado e a rápida privatização de grandes empresas públicas argentinas, a ser completada proximamente com os aeroportos e correios.

A Argentina hoje, pode se dizer, é um país que praticamente concluiu um ciclo de reformas e desenhou um modelo econômico aberto aos fluxos internacionais de comércio e investimentos, sem restriçõ-es a investimentos estrangeiros, com seus serviços de infra-estrutura básica privatizados e voltado para a busca de maior competitividade e produtividade. Tudo indica que a Argentina já superou a recessão provocada pelos efeitos da crise mexicana, no final de 94, e está ingressando num novo ciclo de crescimento sustentado.

O Brasil, que hoje é o principal parceiro da Argentina, deve estar preparado para intensificar ainda mais sua presença nos mercados argentinos.

A política externa, por sua vez, desde a implantação do plano de conversibilidade, foi colocada a serviço, digamos assim, do projeto de modernização do País. As linhas mestras da política externa argentina são a retomada de vínculos de plena confiança com os países desenvolvidos, em geral, e com os Estados Unidos, em particular, bem como o fortalecimento das relações com seus vizinhos territoriais – Brasil e Chile.

Se bem que já tivesse começado com o Presidente Alfonsín, sobretudo no que diz respeito ao Brasil e ao Chile, a redefinição da política exterior Argentina tomou forma concreta na administração Menem; neste governo a Argentina reafirmou a sua condições democrática, deixou o movimento não alinhado e procurou afinar-se com o Ocidente. Passou a cooperar estreitamente com os Estados Unidos, participou de várias operações das Nações Unidas, em particular da Guerra do Golfo, retomou as relaçõ-es com a Grã-Bretanha e passou a procurar alianças capazes de favorecer as políticas econômicas ortodoxas que estavam se implantando no país, sobretudo com os países da UCD.

Renunciou às veleidades de autonomia bélica, nuclear, balística e consolidou a inversão do signo das relações com o Brasil.

O Brasil, nesse universo da política exterior da Argentina, ocupa hoje um papel absolutamente primordial. O indicador mais evidente da intensificação das relações bilaterais é o comércio, cuja evolução nesta década é notável. Em 1991 os dois países comercializavam um total de US$3 bilhões, em números redondos; em 1996, chegamos a US$12 bilhões, ou seja, de três para doze, um aumento de 400% em cinco anos. É um comércio, portanto, que ultrapassa o volume de US$40 milhões por dia. Para citar alguns exemplos: só o Estado de São Paulo importa mais da Argentina do que todo os Estados Unidos; o Nordeste brasileiro é o quinto maior destino das exportações argentinas, à frente de países como a própria França e a Grã-Bretanha. É notável o que em cinco anos se pôde gerar quando se abriram as portas anteriormente fechadas pela política.

A tendência do comércio – um tema que se discute muito, atualmente, tanto no Brasil quanto na Argentina – é para o equilíbrio, a análise dos números é muito clara. Há oscilações em função da conjuntura econômica de cada país, mas a tendência é para o equilíbrio.

Nesse mesmo período que estamos analisando, de 91 a 96, o Brasil teve saldo favorável em três anos, 92, 93 e 94, e a Argentina em três anos, 91, 95 e 96; no total, ou seja, nesses últimos seis anos, há um saldo total favorável à Argentina de cerca de US$500 milhões, o que revela, na realidade, a tendência ao equilíbrio.

Nesse período o Brasil se tornou, como País individual, o principal parceiro comercial da Argentina. As cifras de 96 indicam que o mercado brasileiro absorveu US$6,5 bilhões de mercadorias argentinas, que representam cerca de 30% do volume total de exportações da Argentina. Esse valor é superior ao total das exportações argentinas para toda a União Européia, que é de US$4,5 bilhões, e também para os três países do Nafta, que são US$2,2 bilhões. O Brasil passou a ser também o principal País provedor da Argentina. As importações argentinas do Brasil estão hoje na casa de US$5,3 bilhões, que são praticamente equivalentes ao que a Argentina importa dos três países do Nafta e ligeiramente inferior ao que a Argentina importa de todos os 15 países da União Européia. É algo de grande magnitude, de grande importância para os países.

A tendência é para a complementabilidade, naturalmente porque quando uma corrente de comércio dessa magnitude se instala é porque há complementabilidade entre os dois mercados, coisas que se produz de maneira mais eficiente num do que noutro e que se complementam nas trocas, na própria distribuição dos setores.

E não é de se esquecer, também, a importância que representou o fato de o Brasil ter reorientado as suas compras de petróleo na América do Sul. Hoje, a Argentina é o nosso principal supridor de petróleo; a Venezuela é o terceiro.

Junto com o comércio, o que vêm? Os investimentos. Hoje, há mais de 350 empresas brasileiras operando na Argentina, e os investimentos diretos brasileiros naquele país ultrapassam, segundo os últimos dados, a casa dos US$2 bilhões.

Muitas empresas estão apostando firme no mercado argentino. O Banco Itaú está instalando 31 agências só em Buenos Aires, até 98; a Brahma já é a segunda cerveja mais consumida na Argentina; a Petrobrás acabou de firmar contratos importantíssimos para operação e implantação na Argentina; a Empresa Ceval é, hoje, a maior processadora de soja na Argentina. Enfim, mais de 100 empresas argentinas, por sua vez, também estão, hoje, instaladas no Brasil.

Há, portanto, a face comércio/investimentos, que é a mais visível nesse processo de integração e que trouxe consigo uma série de outros fatores de aproximação. Hoje, por exemplo, somando-se os vôos diretos e os vôos de companhias que têm liberdade entre Brasil e Argentina, há cerca de 22 vôos diários entre cidades argentinas e cidades brasileiras. O Brasil já é o principal destino para o exterior, para os turistas argentinos; as televisões brasileiras chegam por cabo a todos os receptores argentinos; há sete correspondentes brasileiros em Buenos Aires, toda a atualidade brasileira, todos os acontecimentos relevantes no Brasil são noticiados, comentados e discutidos na Argentina.

Há um grande interesse pela língua portuguesa, que se tornou, inclusive, obrigatória na academia diplomática e nas academias militares argentinas. O Estado do Rio Grande do Sul tem um escritório de representação em Buenos Aires, tal a soma de interesses que se gerou nesse intervalo.

Isso constituiu, portanto, uma agenda bilateral extremamente ampla. Poderemos, mais adiante, tecer alguns detalhes, mas valeria a pena levantar, neste ponto da sabatina, uma idéia do que está se fazendo, por exemplo, em termos da integração física, que é a base do mercado comum que se está buscando formar na Argentina. É o nosso espaço comum.

Estamos avançando muito rapidamente na interconexão e ampliação de redes de infra-estrutura de transportes, de energia e de telecomunicações. Há projetos importantíssimos, como a hidrovia Paraná-Paraguai, a construção de uma densa malha de aviação regional, o aproveitamento do gás argentino na matriz energética brasileira e a compra de excedentes de energia elétrica argentina. Nesse contexto da interconexão energética, que é o projeto mais em evidência no momento, há um interesse do Brasil em consumir um eventual excedente de energia elétrica da Argentina, e o interesse argentino em colocar no Brasil os seus excedentes de gás natural, das jazidas setentrionais.

Vai-se privatizar a usina hidrelétrica de Yaciretá, e isso vai ser viabilizado pela absorção, pelo Brasil, de parte considerável da energia que vai ser gerada por esse empreendimento binacional argentino-paraguaio.

A curto prazo, está-se contemplando a construção de uma estação conversora de freqüência, que vai permitir a interligação energética entre os dois países e a construção de uma usina termelétrica em Uruguaiana. A médio prazo, há o projeto já antigo, mas que agora está novamente ativado, da construção da usina hidrelétrica de Igarabi**(?)** sobre o rio Uruguai, num empreendimento binacional.

Há cerca de 15 dias, a Petrobrás e a empresa petrolífera argentina IBF assinaram dois contratos importantíssimos. Um prevê a atuação integrada das duas empresas no mercado regional em termos de industrialização e comercialização de derivados de petróleo, e outro, em associação com a empresa The Dow Chemical Co., é para o aproveitamento do gás argentino. São investimentos no total de US$1,4 bilhões entre as duas empresas. Na região da fronteira, estão avançando rapidamente no estabelecimento de uma antiga demanda gerada pelo próprio aumento do comércio bilateral, que é o considerado controle integrado das fronteiras, que permite a administração da passagem de bens, pessoas e mercadorias sem os entraves burocráticos que entorpeciam no passado. Vão ser instalados esses controles integrados nas fronteiras Uruguaina/Passo de los Libres e Puerto Iguazu/Foz do Iguaçu. E se definem já também condições para esse controle integrado em outros pontos, em princípio, Capanema, Bernardo, **(?)** Cerqueira e São Borja/São Tomé. Está em fase final de construção a ponte São Borja/São Tomé e espera-se a pronta habilitação da ponte sobre o rio Santo Antônio, que liga as cidades de Capanema, no Paraná, a Andrecito, na Província de Missiones, na Argentina.

Há várias ligações terrestres em plano, em diferentes estágios de planejamento e de concepção. As principais são Itaqui/Alvear, Porto Xavier, em San

Xavier, Porto Mauá/Albafoz(?), (?)/Vera Cruz e Porto Soberbo, em Soberbo. Está-se negociando um novo convênio para o transporte fluvial que deverá agilizar esses mecanismos, via iniciativa privada, ficando os Governos com a parte de fiscalização e controle. Há cooperação na área espacial, estamos desenvolvendo junto com os argentinos um satélite para informações sobre água, agricultura e meio ambiente, chamado SABIA, e também na área nuclear, os avanços que foram, hoje, a famosa agência brasileira-argentina de unidade(?) e controle completa agora seis anos, com grande êxito. Isso estimulou a possibilidade de cooperação em diversas outras áreas ligadas à energia nuclear, como o projeto de reatores e produção radiológica e de segurança nuclear, além de outras coisas.

Há um entendimento muito firme e positivo entre as forças armadas dos dois países, que têrn participado de manobras conjuntas com a finalidade última o planejamento de operações e eventual participação conjunta em forças de paz das Nações Unidas. A nova política de defesa nacional, anunciada pelo Governo brasileiro, foi, segundo todas as nossas informações, muito bem recebidas na Argentina.

Não há dúvida de que, praticamente, tudo isso que foi possível fazer – eu gostaria de dar só uma imagem dos principais projetos que estão em andamento – se deve ao êxito do Mercosul. A dimensão do Mercosul, na realidade, passou a constituir um elemento indissociável do relacionamento bilateral entre Brasil e Argentina. É o Mercosul que nos dá o marco internacional distintivo dessa relação bilateral e que confere à relação uma personalidade regional e internacional de primeira grandeza, ao mesmo tempo em que promove, estimula e orienta a própria integração. O Mercosul foi constituído a partir do Tratado de Buenos Aires, em 1988, que estabeleceu o mercado comum entre Brasil e Argentina. É, portanto, o fruto mais evidente daquilo que eu chamaria da aliança estratégica entre o Brasil e a Argentina. Nasceu de uma visão política e, em muito pouco tempo, transformou-se em uma realidade em expansão que passou a vincular os mais diferentes setores dos países que integram. Tendo sido o elemento que deu origem ao Mercosul, a aliança Brasil-Argentina deve continuar a ser a sua base fundamental de sustentação, dela depende o aprofundamento do Mercosul e a capacidade deste para enfrentar os desafios interpostos, hoje pelo que se poderia chamar dessa disjuntiva regionalismo versus globalização. Em particular, num futuro que já se torna bastante imediato, a capacidade do Mercosul de fazer face aos desafios impostos pela negociação da chamada área de livre comércio das Américas, a ALCA. Trata-se, evidentemente, de desafios muitos poderosos e que exigirão do Brasil e da Argentina um grau bastante acentuado de sintonia. Qualquer processo de integração hemisférico como o da ALCA passa, necessariamente, pelo entendimento entre o Brasil e a Argentina.

Em matéria de política comercial externa não há a menor dúvida de que a parceria bilateral representa um elemento chave tanto para um quanto para o outro parceiro.

Todavia, para o aprofundamento da Mercosul, qual é o principal desafio? Acho que o principal desafio é a nossa capacidade, neste momento, de desenvolver mecanismos eficientes de coordenação e informação que, numa palestra recente em Buenos Aires, o Ministro Lampreia chamou de a cultura do Mercosul; ou seja, desenvolver nos nossos meios governamentais e empresariais privados uma cultura do Mercosul, uma capacidade de pensar na dimensão da integração regional em todo o processo de tomada de decisões.

Isso ficou muito evidente em episódio recente, à luz das medidas de proteção cambial tomadas pelo Brasil para impedir a especulação financeira com importações e a reação que esse episódio gerou nos setores argentinos que se sentiram prejudicados.

Esse tema da informação e da coordenação será, sem dúvida, um dos mais relevantes e sensíveis da agenda bilateral.

A título de conclusão, Sr. Presidente, eu diria que a densidade da agenda bilateral e o nível que atingimos nas relações demonstram a existência de uma recepção recíproca em que os dois países, Brasil e Argentina, se tornaram mutuamente indispensáveis. Cada um para desenvolver plenamente o seu projeto de desenvolvimento, seu projeto nacional, passou a depender do outro. Criou-se o que se chamaria de um processo de interdependência, no sentido mais positivo do termo. Uma situação em que os interesses estão tão fortemente interligados que todas as grandes decisões de um afetam direta ou indiretamente o outro. É uma situação, portanto, que demanda uma sensibilidade especial de parte a parte para discernir com precisão as áreas em que esses interesses se entrecruzam e um sentido de oportunidade permanente para que se possa manter a coordenação das políticas.

A questão, hoje, na realidade, não é nem de saber se essa aliança estratégica entre o Brasil e a

Argentina convém ou não. Essa questão já está respondida favoravelmente.

E ainda uma vez voltamos ao tema da diplomacia presidencial sobre a liderança dos Chefes de Estado. Há um entendimento permanente, constante e muito positivo entre os Presidentes Fernando Henrique Cardoso e Carlos Menem, e esse entendimento tem assegurado a continuidade e a solidez do processo. O desafio que temos pela frente, neste momento, é determinar em que ritmo e em que áreas prioritárias essa aliança deve se aprofundar, sobretudo à luz dos exemplos que temos tido, assim como superar e enfrentar eventuais acidentes de percurso que possam surgir. Acidente de percurso algum nos impedirá de prosseguir, de avançar. Num processo de integração Brasil-Argentina, estacionar equivale a regredir. É preciso avançar equilibradamente, garantir sempre a continuidade do processo e manter a dinâmica da integração.

Trata-se, portanto, eu diria, de uma relação a ser administrada com extremo cuidado, o que nem sempre é fácil, sobretudo porque os instrumentos de gerenciamento dessa relação, na medida em que são novos, são situações novas para ambos os países; estão sendo desenvolvidos na medida em que o processo avança. Em muitos casos, há um aprendizado empírico, eu diria até experimental, com mecanismos de administração conjunta numa infinidade de relações, muitas vezes imprevisíveis, e situações que vão se colocando diante dos dois países, à medida que o processo avança e os diferentes setores do Governo e da sociedade interagem com mais intensidade.

Por todas essas razões, acho que Buenos Aires é, hoje – eu hesitaria em dizer mais do que nunca, não sei fazer nenhum tipo de comparação -, um posto-chave para a diplomacia brasileira. Caso minha indicação venha a ser aprovada pelo Senado, eu pretendo conduzir a Embaixada dentro da orientação traçada pelo Presidente da República e pelo Ministério das Relações Exteriores, qual seja, consolidar e aprofundar a aliança estratégica entre o Brasil e a Argentina, dando seguimento a uma missão de grande qualidade e de muito êxito, que teve à frente da Embaixada, nos últimos cinco anos, o Embaixador Marcos Azambuja.

Imagino que o trabalho da Embaixada deveria se centrar em alguns objetivos essenciais, que eu sintetizaria para os Srs. membros da Comissão: 1) apoiar, proteger e ampliar os interesses brasileiros na Argentina, mediante a permanente identificação de oportunidades de comércio, de investimento e de cooperação; 2) projetar a imagem do Brasil no Governo e na sociedade civil argentina como um parceiro confiável, plenamente empenhado na construção e na consolidação da relação bilateral; 3) abastecer o Governo brasileiro de informações e avaliações sobre os diferentes aspectos da realidade argentina, de maneira que as decisões brasileiras sobre temas que tenham uma repercussão ou um interesse comum possam incorporar aquilo que poderíamos chamar de variável argentina; ou seja, a dimensão da interdependência; 4) articular com o Governo e com representantes da sociedade argentina o melhor modo de neutralizar riscos e encaminhar problemas que possam ocorrer, mediante o exercício da diplomacia preventiva; 5) promover maior conhecimento recíproco entre os dois países, tanto a nível de interação entre os dois governos quanto da sociedade civil e estimular ainda mais – o que acho particularmente importante nessa altura do processo de integração – o aprofundamento dos vínculos entre os Poderes Legislativos dos dois países; 6) promover e apoiar os esforços de integração levados a cabo pelos Governos do Cone Sul, juntamente com as províncias argentinas Corrientes, Entre Rios, Misiones e Formosa; e, finalmente, promover e apoiar as iniciativas tendentes a vincular ainda mais estreitamente os Estados do Norte e do Nordeste do Brasil ao processo de integração.

São objetivos genéricos, mas creio que sintetizam apropriadamente o sentido geral da missão que se pretende desenvolver em Buenos Aires.

Se V. Exª me permite uma palavra pessoal, como diplomata de carreira e tendo tido a experiência anterior de duas embaixadas importantes, eu diria que nenhuma tarefa, neste momento, me seduz e me mobiliza mais do que poder contribuir para o aprofundamento dessa aliança e dessa relação estratégica da maior importância para os dois países, para cada um, individualmente, para toda a nossa região e para a nossa projeção no mundo.

Como comecei recapitulando a história, eu gostaria de terminar também com uma citação histórica.

Houve a troca de visitas presidenciais entre os Presidentes Rocca (?) e Campos Sales, em 1912. O Barão do Rio Branco tinha acabado de morrer, deixando um grande vazio na Diplomacia brasileira, enfim, na vida pública brasileira em geral. O Ministro das Relações Exteriores, que assumiu o Itamaraty – carga pesadíssima – após a morte do Barão, Lauro Müller, teve a idéia de pedir ao velho Presidente Campos Sales que saísse dos seus cuidados e fos-

se exercer a função de Ministro Extraordinário e Pleno Potenciário do Brasil na Argentina – naquela época, não havia embaixadores, as embaixadas não existiam, eram legações. Era uma missão de prestígio, que o Governo brasileiro via com muita importância, para buscar recuperar aquele dinamismo, aquele ímpeto que se havia criado com a troca de visitas presidenciais.

A principal instrução que o Ministro Lauro Müller deu a Campos Sales foi a de se deixar ver passeando todas as tardes pela Calle Florida, ao projetar a imagem da importância, da dignidade e a imagem que ele tinha gerado como fator de aproximação da Argentina pela sua própria visibilidade.

Campos Sales exerceu muito bem essa função, por um período curto: ficou três meses e meio apenas na Argentina, mas deixou uma marca muito profunda.

Encontrei também no fim do discurso de Campos Sales, ao assumir sua missão, no seu primeiro ato oficial, uma afirmação que complementa a afirmação do Presidente Rocca **(?)**, que dá o outro quadro importantíssimo do que é, continua a ser e continuará sendo a base fundamental da relação bilateral.

Rocca havia prenunciado o paradigma da integração, ao falar como o Brasil e a Argentina juntos seriam mais ricos, mais poderosos. E Campos Sales falaria na importância da relação para o equilíbrio continental.

Creio que, à luz dos desenvolvimentos mais recentes, fica mais e mais evidente essa dupla dimensão da relação Brasil/Argentina.

Campos Sales dizia: "Esses laços de solidariedade que têm aproximado as duas nações, Brasil e Argentina, são os mesmos que as vinculam pela identidade dos seus vastos destinos como forças de equilíbrio na política continental".

Integração e equilíbrio são os dois grandes paradigmas anunciados pela nossa Diplomacia presidencial, no começo do século, que devem continuar, acredito, a nos inspirar na condução e na atualização permanente dessa relação estratégica para o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Agradeço ao Embaixador Seixas Correia não as palavras com que vem manifestar o seu conhecimento sobre a Argentina, mas porque essa é uma obrigação constitucional dele e do Senado.

O valioso subsídio que oferece à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para aprofundar o seu exame das nossas relações com a Argentina.

Foi um trabalho em que demonstra aquelas qualidades que lhe são permanentes, não somente de inteligência, de cultura e de experiência, mas de um homem estudioso, profundo, exato nas suas afirmações, como também de um estudioso permanente e capaz de, sucintamente, nos transmitir e nos dar uma visão não só das relações do passado e do presente mas também do futuro.

Acredito que a missão que o Embaixador Seixas Correia recebe é a mais importante missão de natureza diplomática que tem o Brasil. Considero nossas relações com a Argentina ponto fundamental para as relações exteriores brasileiras.

Há muitos anos visitou o Brasil o Presidente Carter, e, alguns dias depois, visitava o Brasil o Presidente Andrés Pérez, da Venezuela. Fui o orador, nesta Casa, que saudou o Presidente Carlos Andrés Pérez e, de certo modo, choquei o Senado quando disse que a visita dele era mais importante para o Brasil do que a do Presidente Carter, porque eu considerava que as nossas relações com países do continente sul-americano são as mais importantes e prioritárias que tem o nosso País.

Tudo o homem pode mudar, menos a geografia. Estamos na América do Sul, não condenados, mas agraciados por viver com os países com os quais estamos vivendo. O Brasil tem fronteiras com dez países e nossas relações sempre foram profundamente amistosas.

Havia em relação ao Brasil uma retórica, ao longo de toda a sua história, da boa vizinhança, de vizinhos-irmãos. Mas, na realidade, os nossos olhos eram voltados permanentemente para o Norte, para o Atlântico, para a Europa, para os Estados Unidos, enfim, para o Hemisfério Norte.

Como intelectual, como estudioso da História, levei para a Presidência da República essa contribuição, que, talvez, tenha sido modesta, mas que considero muito importante para o Brasil: a visão de que devíamos mudar o nosso relacionamento com a América do Sul.

E logo que assumimos a Presidência da República, já no mês de agosto, dávamos instruções ao Itamaraty para que, imediatamente, procurasse dar uma nova formulação a essa política. E preparamos com uma rapidez muito grande o encontro de Iguaçu, quando tive oportunidade de propor ao Presidente Raul Alfonsín essa mudança significativa nas nos-

sas relações: a de abandonarmos o caminho da competição para entrarmos no caminho de uma cooperação estreita e de profunda integração.

E devo, aqui na Comissão – acho que é importante para o exame das nossas relações com a Argentina no momento em que aprovamos o nome do Embaixador para aquele país – , dizer que se não fosse a presença de Raul Alfonsín como Presidente da Argentina, seria impossível que tivéssemos mudado essa política dessa maneira. Não bastava que o Presidente do Brasil tivesse essa visão, era preciso que estivéssemos no momento histórico de haver um homem, na Argentina, com a mesma visão. E foi essa conjugação do mesmo enfoque que possibilitou essa mudança extraordinária, hoje refletida na consolidação das relações do Mercosul.

Devo fazer também uma afirmação que é de justiça: já na campanha, o Presidente Menem teve a gentileza de escrever-me – eu então era Presidente da República – para dizer-me que fazia parte de sua plataforma de candidato a manutenção dessa direção no relacionamento do Brasil com a Argentina.

É da autoria do prefeito de Uruguaiana uma frase que eu acho importante, porque reproduz o sentimento de todos nós: "Nada foi mais importante depois da independência dos nossos países do que realmente a criação da integração sul-americana". Isso que hoje é o Mercosul com quatro países, na nossa visão, amanhã será, sem dúvida, um espaço econômico que abrangerá toda a América do Sul. E devemos estar presentes para sermos uma força autônoma, sem dependências, quando tivermos a oportunidade de examinarmos o problema da ALCA – Associação de Livre Comércio das Américas – em 2004.

Assim, Sr. Embaixador, também teria algumas referências a fazer, neste instante, sobre as minhas preocupações, as quais considero ser do meu dever dizê-las a V. Exª que vai assumir esse cargo. A primeira delas é o fato de que quando o Mercosul foi criado pelo Brasil e pela Argentina, com a aprovação dos nossos Congressos, a nossa visão era a formação de um mercado comum. Isto é, não era uma visão meramente econômica, era uma visão cujo exemplo era o europeu. Um visão que se derramasse também numa integração cultural, política, física e que tivesse organismos supranacionais capazes de envolver a sociedade nesse processo, para atingir aquilo que V. Exª disse do Ministro Lampreia, de criar-se uma cultura da integração latino-americana.

Vejo, não digo com preocupação, mas pela necessidade de acompanharmos o processo, uma tendência para que o Mercosul se transforme simplesmente numa área de livre comércio. Essa correção de rumos temos que, permanentemente, fazer para que não fiquemos somente nas conquistas econômicas.

Outra preocupação que tenho, e acredito que é a de todos nós, brasileiros, é o fato de que, permanentemente, à proporção que o Mercosul se consolida, ele se torna um concorrente dos outros espaços econômicos. Com isso, evidentemente, vamos sofrer, a partir de agora, como já estamos sofrendo, alguns problemas que têm por objetivo nos separar, desintegrar o que foi construído com tanto esforço.

Há alguns dias, fui à Argentina participar de um seminário sobre a integração do Continente, objetivando ajudar nessas relações, com a responsabilidade de um ex-Presidente da República. Coincidentemente, depois de ter lido as declarações do BIRD contrárias ao Mercosul, as declarações do Secretário do Comércio Norte-Americano sobre o Mercosul, li as do economista Dombusch, que acompanhava o Encarregado de Negócios da Embaixada Americana à Argentina, no sentido de que a Argentina era um país destinado a um grande futuro, e que havia um perigo: o Brasil.

Ora, esse é o renascimento da velha retórica que conseguimos sepultar. Devemos estar alerta para que jamais isso possa medrar ou voltar a ter qualquer circulação no Brasil ou na Argentina. O tratado que fizemos é definitivo, não tem volta, portanto, só há um perigo para nós: a separação dos nossos países, a volta das nossas divergências.

Por isso, V. Exª, na Embaixada da Argentina terá que ajudar o Governo brasileiro com a sua capacidade e a sua experiência a, sobretudo, resolver esses problemas cotidianos, de divergências comerciais, mas que devemos manejar com aquele mesmo espírito com que os países que têm o nível e o patamar das relações que temos com a Argentina tendem a manejar: abandonar as fórmulas para caminhar na diplomacia presidencial, na aproximação que hoje existe entre os nossos países. A nossa relação é normal e absoluta.

Mandei a todos os Srs. Senadores um dossiê sobre a Argentina e, a partir de agora, vou fazer o mesmo todas as vezes que tivermos embaixadores para serem inquiridos, a fim de que tenham oportunidade de se informar a respeito do País e melhor orientar as suas indagações, no sentido de aumentar os subsídios para poder decidir e se aprofundar no estudo das relações com os diversos países.

De acordo com o Regimento, devemos secretar a reunião, porque iremos abordar problemas sen-

síveis de nossas relações que não poderão ser públicos.

Embaixador, mais uma vez, o nosso agradecimento pelas informações preciosas que o seu talento, a sua competência, o seu espírito público forneceram à Comissão de Relações Exteriores.

Algum Sr. Senador deseja abordar assunto de natureza geral, que não tenha sensibilidade, antes que a reunião se torne secreta?

Com a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON – Sr. Presidente, em primeiro lugar, felicito o ilustre Embaixador pela sua brilhante exposição, pela sua biografia e pela proposta de trabalho que apresenta para levar à Argentina.

Em segundo lugar, felicito o Senador José Sarney. O que S. Exª falou é a mais pura expressão da verdade. Tive ocasião de participar, modestamente, do trabalho que liderou. Lembro-me da primeira reunião feita por S. Exª, quando era chanceler o Sr. Setúbal. Por determinação de S.Exª, propunha exatamente iniciar os entendimentos entre o Brasil e a Argentina. Aquela reunião, que para mim foi histórica, estavam presentes o Chefe da Casa Militar, o Chefe da Casa Civil, o Ministro da Fazenda, o Ministro do Planejamento, o Ministro das Relações Exteriores e eu, talvez por ser gaúcho, Ministro da Agricultura.

Entre as várias teses apresentadas, o Sr. Setúbal disse: "Tenho aqui duas propostas sobre minha mesa: a importação de maçãs e de alho. O Senador Pedro Simon, Ministro da Agricultura , está sendo contra, porque pensa que prejudica a produção de maçã e de alho do Rio Grande do Sul". V. Exª, Senador Sarney, virou-se para mim e disse: "Pedro, você, que é do Rio Grande do Sul, numa hora em que estamos iniciando uma integração dessas ser contra?". Eu respondi que, em primeiro lugar, não era contra a importação de maçã ou vinho da Argentina, que se importasse à vontade o que se quisesse da Argentina. O que eu defendia era um entendimento. Plantamos maçãs no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina e temos de saber as condições de preço.

Sr. Presidente José Sarney – eu disse -, se queremos realmente iniciar um intercâmbio com a Argentina, parece-me piada falar em maçã, alho e vinho. Vamos fazer realmente um grande intercâmbio. Naquela época , importamos cinco milhões de toneladas de trigo, sendo dois milhões dos Estados Unidos e mais de dois milhões do Canadá, mas não importamos 1 quilo de trigo da Argentina. Isso porque, no passado,a Argentina tinha um acordo com o Brasil de fornecimento de trigo, e como houve uma falta enorme de trigo e o preço subiu às nuvens, os argentinos resolveram vender para a Europa, não honrando o compromisso conosco. Por uma questão dessa natureza, trazíamos trigo do Canadá e dos Estados Unidos e não comprávamos um quilo da Argentina.

Sr. Presidente, V. Exª vai ser recebido como herói se chegar e disser que, desses 4,5 milhões de toneladas que estamos importando, uma cota será da Argentina. Importamos não sei quanto em gasolina, petróleo e derivados, produtos que a Argentina fornece ao mercado mundial e, no entanto, não compramos nada daquele país no que diz respeito a esses produtos. Se estamos comprando, se estamos importando, por que não importar da Argentina?

Lembro-me que V. Exª mudou o tom daquela reunião e foi naquele momento que tudo começou. A outra reunião que deve ser salientada – não sei se foi anterior ou posterior à que V. Exª se referiu – foi a que se realizou em Montevidéu, onde estiveram presentes V. Exª e o Presidente Alfonsín, os chanceleres do Brasil e da Argentina – o Setúbal e o Caputo -, além do Presidente uruguaio, que é hoje novamente presidente, e do chanceler uruguaio, que é hoje presidente do Banco Mundial. V. Exª me convidou, para honra minha, como Governador do Rio Grande do Sul, e eu participei dessa reunião.

E, justiça seja feita, os uruguaios fizeram uma intermediação importante, a pedido de V. Exª, no diálogo, no entendimento, das formas iniciais do projeto. Naquela reunião dizia o Presidente uruguaio que não tinha nenhuma dúvida de que quando a Argentina e o Brasil se acertassem todo o resto estaria automaticamente feito. Diga-se de passagem que foi um gesto bonito do Uruguai o reconhecimento do que é uma realidade.

Tudo o que estava acontecendo no Brasil e na América Latina era fruto dos entraves impostos pelo hemisfério norte para criar obstáculos entre o Brasil e a Argentina.

E V. Exª teve esse mérito. Foi com muita emoção que assistimos à reunião dos três presidentes – V. Exª, o Presidente Alfonsín e o Presidente uruguaio, em Uruguaiana. Lá estavam os governadores do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e os seis governadores do norte da Argentina. Ali foi assinado o primeiro tratado, que foi o início do Mercosul. Porque, na verdade, quando V. Exª abriu os caminhos, abriu as comportas, uniu Brasil e Argentina, o resto foi conseqüência.

Por isso, endosso tudo o que V. Exª disse. Inclusive, o que V. Exª disse hoje e os artigos que V.

Exª tem escrito que são da maior importância. Especial referência merece, a propósito, o último artigo publicado na **Folha de S.Paulo**, que foi perfeito. Nele, V. Exª faz referência ao incidente diplomático envolvendo Brasil e Argentina. Os dois países devem estar atentos e evitar que algo semelhante se repita, não se brinca com essas questões – refiro-me ao equívoco praticado pelo embaixador argentino e à reação extemporânea brasileira.

V. Exª tem razão quando diz que V. Exª não lançou ou não estamos discutindo aqui uma questão apenas de uma simples zona de livre comércio. Estamos discutindo uma integração importante, semelhante àquela que se processa na Europa, onde em pouco tempo estará circulando uma moeda única. Os europeus venceram as mais fantásticas dificuldades e nós estamos caminhando para que isso realmente aconteça no Cone Sul.

Por isso, Embaixador, acho que é muito importante a sua escolha. Foi muito feliz o Governo indicando V. Exª, pela sua competência, pela sua capacidade. Creio que falo em meu nome e em nome do Rio Grande do Sul, que é um Estado que pagou um preço muito alto pela inimizade Brasil-Argentina.

A nossa zona de fronteira, Sr. Embaixador, pagou um preço altíssimo, porque o Presidente da República, o Dr. Getúlio Vargas, inclusive, proibiu a fronteira do Rio Grande do Sul de desenvolver atividades industriais. Na zona de fronteira, nos duzentos quilômetros de fronteira, era proibido haver fábricas. Durante dezenas e dezenas de anos vendemos a nossa lã para São Paulo, sem que ela passasse nem por um processo de limpeza, pois nem a lavagem podia ser feita em Uruguaiana. Com isso, nasceram as tecelagens em São Paulo, que passaram a vender o produto final para nós posteriormente. Não podíamos ter uma usina de energia, porque a bitola das nossas ferrovias era estreita – crime contra a humanidade -, quer dizer, em todo o Brasil as ferrovias têm bitola larga; na Argentina, as bitolas são largas. No Rio Grande do Sul, a bitola é estreita. Isso foi feito para impedir a invasão argentina no Brasil. Pagamos esse preço. Por isso, preocupa-nos a questão da integração. Durante todo o tempo em que houve essa divergência entre Brasil e Argentina, a zona de fronteira foi uma zona egoística. Tirando o futebol, que era coisa séria – era uma guerra -, a convivência entre Brasil, Argentina e Uruguai – e o Presidente Sarney sabe disso – foi a mais íntima possível.

O que tememos agora -- e perdoem-me a sinceridade – é que a integração não seja feita para valer. Tenho medo – que o Ministro Serra me perdoe – que a integração seja feita entre São Paulo e Buenos Aires e o Rio Grande do Sul se transforme num corredor de passagem. São Paulo vendendo os seus produtos, que não têm praticamente concorrência, e nós recebendo – o que está acontecendo hoje – os **containers**. Eles passam por Uruguaiana, vão para São Paulo e os comerciantes do Rio Grande do Sul vão comprar em São Paulo, porque os **containers,** sem alfândega, vão direto para São Paulo. Depois o comerciante ou consumidor do Rio Grande do Sul precisa obter em São Paulo, por intermédio de revendedores paulistas, produtos que por lá já passaram. Então, acho que essa é uma questão que tem de ser analisada, debatida e aprofundada.

V. Exª falou e eu não entendi, Sr. Embaixador, algo em relação à ponte em Capanema. Parece-me que ela já está pronta, aliás, é mérito do Governador Requião, que estava à frente do governo paranaense àquela época.

O SR. (Não *Identificado)* – Mas ainda não foi habilitada.

O SR. PEDRO SIMON – Parece-me que agora já foi.

O SR. ROMEU TUMA – *(inaudível)*

O SR. PEDRO SIMON – Agora foi. Foi um gesto competente do Requião. Eu e o Presidente Sarney ficamos esperando para obter entendimentos com a Argentina. Fiz bobagem; deveria ter feito como o Requião, que fez a ponte e foi conversar depois.

A outra pergunta que faria a V. Exª diz respeito ao gasoduto Brasil-Argentina. À época do Governo Sarney, foi assinado acordo com o Presidente Alfonsín relativo ao gasoduto Brasil-Argentina.

No dia seguinte à posse do ex-Presidente Fernando Collor, às 9 horas da manhã, a primeira reunião de trabalho do ex-Presidente – até fiquei impressionado, pensei que se tratava de um novo Jânio Quadros, mas depois vi que não era tanto – foi uma reunião de trabalho com o Presidente Menem. Nessa reunião foi renovado o acordo assinado entre o Presidente Sarney e o Presidente Alfonsín, que dizia respeito à ponte e ao gasoduto. Collor e Menem renovaram o acordo da construção da ponte e do gasoduto. Muito tempo depois saiu o gasoduto Brasil-Bolívia. Não sei por que o gasoduto Brasil-Bolívia teve êxito e o gasoduto Brasil-Argentina ficou parado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Apenas lembro ao Senador Pedro Simon que naquela épo-

ca, nós também colocamos no tratado a moeda comum, que seria o gaucho.

Com a palavra o Sr. Embaixador Seixas Corrêa.

O SR. LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORREA – Senador, sobre a ponte Capanema-Andrezito, que está em implementação neste momento é o que se chama a habilitação dos centros de controle dos dois países, para que possa começar a fluir o tráfego pela ponte.

Houve uma reunião em Buenos Aires no começo deste mês e já foram identificadas todas as questões de natureza técnica e encaminhadas as soluções; já foi decidido que haverá o controle integrado do trânsito vicinal, turístico entre as duas regiões, que será instalado em Capanema, e o controle integrado de cargas e transporte automotor na cabeceira de Andrezito. Isso deve estar em vias de começar a funcionar.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra a Senadora Benedita da Silva.

O SR. LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA – Perdão, Senadora, eu gostaria apenas de responder ao Senador Pedro Simon sobre o gasoduto Brasil-Argentina. Acabou de ser viabilizado o gasoduto pelo acordo feito entre a Petrobrás com a Yacimentos Petroliferos Fiscales – YPF , inclusive com a participação de uma empresa privada americana, The Dow Chemical, para a construção de uma termoelétrica e a geração de energia a partir do gás. Está decidida já a incorporação do gás argentino à matriz energética brasileira, o que já está sendo operacionalizado.

O SR. PEDRO SIMON – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma intervenção.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Peço a V. Exª que seja breve, pois há muitas outros senadores que querem fazer intervenções.

O SR. PEDRO SIMON – V. Exª tem razão. Já houve entendimento sobre o gasoduto Brasil-Argentina, mas é com relação, por enquanto, à construção do trecho de Uruguaiana. A disputa que tínhamos dizia respeito à trajetória que seguiria o gasoduto – da Argentina para Uruguaiana, de lá para Montevidéu e depois para Porto Alegre e finalmente São Paulo. O que acontece agora é que virá da Bolívia, passará por todo o centro, vai para São Paulo e daqui a duzentos anos chegará ao Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra a Senadora Benedita da Silva.

A SRA. BENEDITA DA SILVA – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores queria, em primeiro lugar, cumprimentar o Embaixador Seixas Corrêa e congratular-me com a intervenção do Presidente José Sarney, porque estava eu, exatamente fazendo as anotações para levantar as mesmas preocupações que foram suscitadas pelo Presidente. Claro que S. Exª tem muito mais propriedade para fazê-lo, já que foi quem iniciou todo esse processo do Mercosul.

Estive recentemente na Argentina. Lá, era alvo de preocupação minha, como brasileira, no contexto do Mercosul, e também de outros que buscam consolidar cada vez mais esse processo de unificação de Brasil-Argentina. Tal preocupação dizia respeito ao fato de que o aspecto econômico tem sido enfatizado dentro do Mercosul e tem sido esquecido o aspecto social, até mesmo das políticas específicas que são importantes e preponderantes para um processo mais ajustado entre Brasil e Argentina no contexto Mercosul.

Além disso, foi apresentada a questão dos direitos humanos nessa reunião de que recentemente participei na Argentina. Tratou-se de assunto referente a comunidades indígenas, por exemplo, totalmente excluídas, isoladas, sem nenhuma política evidente, voltada para ela. Falou-se também do fato de que o Poder Legislativo, em nível constitucional, não haver elaborado norma relativa à questão infantil, o que é preocupante. Nós ali estávamos contribuindo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, para que o Legislativo na Argentina pudesse também, a partir da nossa contribuição, trabalhar com a questão infantil. Os parlamentares mais interessados na área social, como sempre, são as mulheres e lá também tínhamos um número maior de mulheres, que expressou a preocupação com o fato de o Mercosul estar priorizando o aspecto econômico.

Eu gostaria ainda de chamar a atenção para uma outra preocupação que tenho – também levantada pelo Presidente Sarney -, que diz respeito a uma relação cultural. Há o interesse pela língua portuguesa – a TV Globo tem um programa que é transmitido diretamente para a Argentina, por meio do qual é possível ouvir e ver o Brasil. Esse fato requer da nossa parte, da parte da embaixada brasileira, uma certa sustentação no que diz respeito à política do CEBES, já que, parece-me o CEBES tem esse papel. Ele não visa lucro, ele está voltado para a divulgação e a integração não apenas da língua, mas da cultura; aliás, tenho a impressão que está havendo um entendimento no sentido de que deverão passar o CEBE para a iniciativa privada. Eu tenho essa

preocupação, porque o CEBE é uma parte importantíssima na embaixada que preserva e divulga os valores culturais e lingüísticos.

São essas as minhas preocupações. Faço-as na forrna de um adendo àquelas apresentadas pelo Presidente José Sarney.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o Embaixador Seixas Corrêa.

O SR. LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORREA – A Senadora Benedita da Silva levantou problemas de muita importância, que são naturalmente esses aspectos sociais e culturais do processo de integração. São esses aspectos que dão sustentabilidade social às correntes de comércio e investimento que se desenvolvem. São aspectos importantíssimos, são faces da mesma moeda. Creio que há uma grande sensibilidade de nossa parte e há uma grande sensibilidade de parte da Argentina para que esses aspectos sejam desenvolvidos **pari passu** com todo o processo de integração.

O Presidente Sarney disse, com toda a razão, que estamos diante de um mercado comum, pois se trata de um projeto que visa a formação de um mercado comum. E o que é um mercado comum? É um espaço integrado onde circulam livremente bens, pessoas, mercadorias, idéias; enfim, é a criação de um espaço comum, integrado. Nesse espaço comum, as idéias, a cultura, são valores que devem sustentar a integração, não tenho a menor dúvida disso.

Posso assegurar a V. Exª que será uma preocupação permanente da embaixada, refletindo a orientação do Itamaraty e com reflexos também na Argentina.

Com relação à divulgação da língua portuguesa, aos centros que divulgam a língua portuguesa no exterior, não há propriamente uma privatização; o que se buscou fazer foram formas alternativas de sustentação financeira. Isso não se limitou à Argentina, mas se trata de processo que está sendo conduzido em todas as capitais onde mantemos esse tipo de instituição para evitar que elas sejam dependentes de subsídios unicamente, de subsídios governamentais. A idéia é que eles possam se estabelecer e desenvolver suas atividades de disseminação da cultura brasileira de forma auto-sustentável. Isso não significa que descuraremos da orientação. Ao contrário, é uma maneira que temos de nos liberar do encargo financeiro e concentrarmo-nos na substância; ou seja, naquilo para que o CEBES foi criado: difundir a língua, a imagem e a cultura brasileira no exterior.

No caso específico do CEBES de Buenos Aires, ele está em franca expansão e, segundo a última referência que recebi, muito perto de atingir a auto-suficiência financeira. Há um trabalho extremamente bem coordenado com a embaixada, que se integra harmoniosamente com as nossas linhas de atuação e está cumprindo todos os requisitos. Zelarei para que assim continue.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o Senador José Serra.

Antes, porém, quero lembrar aos eminentes Senadores – todos conhecem a forma como presidi esta Casa, sempre zeloso pelo Regimento Interno – que o Regimento das Comissões diz que deve ser mantido o horário do Regimento do Senado. Então, cada orador tem direito a 10 minutos.

O SR. JOSÉ SERRA – Obrigado, Sr. Presidente. Inicialmente, quero dizer que concordo com V. Exª a respeito da importância das nossas relações com a Argentina. Eu diria, inclusive, que hoje a nossa embaixada lá é a mais importante. Não tenho dúvida de que a nossa representação junto à Argentina é a que, entre todas as representações no exterior, tem maior peso e maiores afazeres. Sempre foi uma embaixada importante, mas assumiu uma característica diferente nos últimos anos. Além disso, acredito ser a nossa embaixada na Argentina aquela que tem uma relação mais próxima com o Presidente da República por ser, também, a que mais necessite dessa ligação direta. Não tenho dúvida de que hoje, entre todas as embaixadas, excluída talvez a Embaixada do Brasil junto à OMC, que compartilha dessa importância, a Embaixada do Brasil na Argentina é a que tem maior peso para nós.

Por outro lado, acredito que a indicação do Embaixador Seixas Correia é a mais apropriada possível. Conheço-o há dez anos, quando era Assessor da Presidência da República. Desde então, acompanhei seu trabalho no México, na Espanha e como Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, na época do Ministro Celso Láfer. Conheço-o bem, do ponto de vista intelectual e do ponto de vista da sua trajetória profissional.

Por isso, congratulo-me com o Presidente da República e com o Itamaraty por essa indicação. Eu queria manifestar enfaticamente a minha satisfação a esse respeito.

Creio que, para nós, as novas relações com a Argentina representam uma etapa muito importante não apenas na história da nossa Diplomacia, mas também da nossa política internacional.

Criado que fui na cidade de São Paulo e neto de argentino – porque minha avó por parte de mãe era argentina -, fui acostumado a encarar a Argentina como um rival, como um adversário. Isso é uma coisa cultural, inclusive em São Paulo; não era apenas no futebol, era algo mais profundo.

Isso, na verdade, teve implicações para nós, algumas como a que o Senador Pedro Simon assinalou, principalmente do ponto de vista da nossa política militar, por toda a concentração de esforços militares na Região Sul do País. Essa foi uma preocupação, eu diria, obsessiva da política de segurança nacional.

O SR. ROBERTO FREIRE – Salvo em relação aos comunistas.

O SR. JOSÉ SERRA – Na verdade, era subversão interna, inimigo externo: China, União Soviética e Argentina. Esses três fatores, aliás, desapareceram, coisa que nos leva inclusive a refletir a respeito do novo papel das Forças Armadas – tive até oportunidade de discutir sobre essa matéria na Escola do Estado Maior das Forças Armadas.

Agora, o Brasil, se livre, digamos, dessa concorrência, é bom para todos: é bom para nós e é bom para a Argentina. Trata-se de menor dispersão de esforços, de recursos e uma maior aproximação econômica.

Quero dizer também que, no mundo de hoje, essa aliança, essa aproximação é especialmente importante. O Embaixador sabe que existe hoje um tipo de envolvimento de organizações econômico-financeiras internacionais com as políticas nacionais maior do que jamais existiu.

No plano do comércio, temos a Organização Mundial do Comércio, da qual, infelizmente, o Brasil participou já na fase final, a partir da Rodada Uruguai do GATT, em períodos muito conturbados da nossa vida doméstica. E, a meu ver, teve uma participação aquém da que seria desejável do ponto de vista da sua qualidade.

O fato é que na OMC, hoje, com os seus estatutos aos quais o Brasil aderiu, há restrições a políticas econômicas domésticas as mais tradicionais, no que se refere não apenas ao comércio exterior, bem como a incentivos à atividade econômica, às exportações, à atração de investimentos e tudo mais. Segundo, a própria OCDE, que é a organização dos países desenvolvidos, tende a atuar cada vez mais de forma integrada, definindo políticas, fazendo entendimentos prévios. Um exemplo a esse respeito está na questão dos investimentos que a OCDE discute hoje: ela caminha para a aprovação do estatuto de investimentos estrangeiros no mundo e poderá ser um instrumento fortíssimo de imposição para os países do antigo Terceiro Mundo, para os não-membros da OCDE.

No limite, esse estatuto afeta até as políticas cambiais e tributárias dos países, porque, no fundo, a proposta é que qualquer investimento estrangeiro tenha rigorosamente o mesmo tratamento do investimento nacional do ponto de vista tributário, fiscal, monetário etc, para que se tenha uma idéia da importância disso e, evidentemente, nunca a respeito da mobilidade de mão-de-obra porque, no fundo, trata-se de encarar a economia mundial como uma economia doméstica no que se refere aos investimentos, mas não no que se refere, por exemplo, à mobilidade do fator trabalho. Além do mais, nós sabemos que as agências multilaterais de financiamento – Banco Mundial, BIRD e outras menores que tendem a adquirir peso maior ou agências nacionais de cooperação – tratam os seus financiamentos, cada vez mais, sob o critério de condicionalidade: de políticas, de meio ambiente etc. Desta forma, a aproximação de diferentes países, como disse o Presidente José Sarney, unidos por uma fatalidade geográfica que é o que não pode ser alterado, é fundamental até para encarar essa estratégia internacional.

O Mercosul tem para o Brasil – voltarei a alguns pontos quando da reunião secreta – uma importância que não é apenas econômica mas política. O Mercosul, sob o ponto de vista econômico, é mais importante para os outros parceiros do que para o país. Para nós, tem uma importância política, talvez, mais ampla do que para os outros. Entramos, agora, numa fase mais difícil das relações exatamente pelo aprofundamento da integração. O Embaixador deverá inaugurar essa nova etapa, a mais difícil do Mercosul, nos próximos anos e para fora teremos, também, que tratar de um tema que é extraordinariamente importante, eu diria decisivo para o futuro do País, no próximo século, que são as relações com os Estados Unidos – trata-se da proposta com relação à associaçao de livre comércio americana. Assim, são questões que poderemos voltar a falar em seguida.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao nobre Senador Hugo Napoleão.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Embaixador Luís Felipe Seixas Correia, quero consignar, com muita alegria, em ter na minha vida, no Embaixador Luís Felipe Seixas Correia o colega dos antigos bancos acadêmicos da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Ca-

tólica do Rio de Janeiro, desde os idos de 1963. De lá para cá, acompanho-lhe a vida diplomática e pública e, também, pessoal, com muita atenção, com muita admiração e afeto.

Realmente, Sr. Presidente, tem o Embaixador oferecido ao País e à Diplomacia brasileira inúmeros e relevantes serviços. Recordo-me que aqui estive, quando foi sabatinado para a Embaixada do Brasil no México em que teceu considerações a respeito dos últimos tempos do Governo Miguel de La Madrid e Osvaldo Hurtado Larrea, e dos primeiros e então tidos como promissores meses do Presidente Carlos Salinas de Gortari. Lamentavelmente, não participei dessa segunda sabatina por ocasião da designação para a Espanha, porque exercia as funções de Ministro de Estado das Comunicações do nosso País. Mas uma situação, aqui, cabe fazer referência: quando eu era Ministro da Educação no Governo do Presidente José Sarney, fui ao Estado do Rio Grande do Sul para um convênio no qual nós inauguramos, com a Brigada Militar gaúcha, um ginásio poliesportivo e, lá, fiz uma visita ao então Governador Pedro Simon, do glorioso Estado do Rio Grande do Sul. E S. Exª me dizia que na fronteira havia mortes, embaraços e percalços. Talvez esses a que se referiu, também, o Sr. Senador José Serra mas que, sem dúvida, devia creditar-se ao então Presidente José Sarney não só o desarmamento geral de espíritos como a conjugação de novos fatores na diplomacia continental e nas relações bilaterais entre a Argentina e o Brasil.

De modo que eu estive lá, recentemente, para um encontro de natureza internacional e acompanhei com preocupação, também, a evolução, felizmente frustrada, dos acontecimentos relativos à nossa restrição das importações. Tomei conhecimento de que 30% das exportações argentinas são para o Brasil, o que significa que há uma grande dependência . E tomei conhecimento também de outro fato auspicioso de um lado, curioso do outro: o Nordeste brasileiro já é o quinto maior importador da Argentina, o que nos coloca em situação ímpar. E aqui foi dito por V. Exª, na exposição, que só o Estado de São Paulo já importa mais da Argentina do que os Estados Unidos da América.

Tudo isso, naturalmente, foi objeto de preocupação nos últimos tempos. Fico apenas desejoso de que essas minúcias não venham a conturbar esse frutífero Mercosul.

Ontem, o Presidente Fernando Henrique Cardoso ouviu do Primeiro-Ministro do Canadá, em Ottawa, a informação de que o Canadá pretendia envolver-se com o Mercosul. Aqui esteve também, recentemente, o Presidente Jacques Chirac, da França, na busca do mesmo objetivo. Assim, o Mercosul passou a ser uma realidade em função do que o Presidente José Sarney tanto fez e tanto trabalhou. E o fez com grande sucesso, de forma que o seu Governo, entre outras marcas na política interna, deixou esta na política externa: profícua atuação internacional.

Registro, portanto, só essa indelével marca de receio no sentido de que não haja os acidentes de percurso que sei V. Exª saberá muito bem respeitar, conduzir e dirigir.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma. É o último orador inscrito para as considerações. Em seguida, passaremos à reunião secreta.

O SR. ROMEU TUMA – Serei bem rápido, Sr. Presidente. Cumprimento o Embaixador Seixas Correia, porque recebi, quando V. Exª era Presidente, um grande carinho do Embaixador nas missões que me eram dadas – e não foram poucas – na Chefia da Polícia Federal. O Embaixador, sempre atencioso, orientáva-nos para que, nesses contatos internacionais, não trouxéssemos nenhuma angústia para V. Exª na Presidência da República. E lembro-me de que, quando na Presidência da República, V. Exª insistia muito nesses contatos internacionais, nos acordos bilaterais e naquele tópico que era importante em nossa atividade: Segurança Pública. Fizemos alguns acordos com a Argentina em várias reuniões, inclusive em Uruguaiana, Senador Pedro Simon, onde éramos permanentemente recebidos pelas autoridades de comando da Polícia Federal Argentina. É claro que essa condição, para quem, como eu, trabalhou na Polícia Federal – em um período fiz CPOER no Exército e sempre o exército vermelho era o argentino -, foi se arrastando durante alguns anos.

Toda essa dificuldade que o então Governador e hoje Senador Pedro Simon traz era uma realidade: as forças inimigas estavam no Sul do País, onde sempre se aguardava uma invasão. Hoje, pela manhã, ouvi um noticiário sobre a bitola diferenciada entre os dois países, que era essa preocupação permanente dos governantes em relação a uma ação militarizada de invasão. Segundo o noticiário, o Brasil apagava de vez aquela imagem. Parece-me, segundo o noticiário que ouvi hoje, que na próxima semana serão assinados vários acordos. A notícia interessou-me, porque eu sabia que V. Exª viria aqui hoje.

Na área da Segurança fizemos, na penúltima reunião em Pequim, na China, junto com Argentina, Uruguai e Paraguai, uma petição à Interpol para que desse atenção especial à segurança do Mercosul. A intenção era criar o Mercopol – era a idéia original -, mas ficaria muito oneroso para os países participantes do Mercosul. Então, voltou-se um pouco para a estrutura técnica da Interpol.

Estivemos recentemente com o Embaixador Azambuja, que tem prestado muita atenção no aspecto de relacionamento com a Argentina, inaugurando a subsede da Interpol em Buenos Aires. Acredito que V. Exª tenha conhecimento de que ela é importante para nós, tendo toda a sistemática de tecnologia atual que a Interpol instalada na Argentina possui.

Temos uma necessidade permanente dessas informações internacionais, principalmente de tráfico de drogas, furto e roubo de veículos, e, agora, da lavagem de dinheiro, que é um tema importantíssimo. Estamos acompanhando aqui toda essa evolução dos precatórios, um tema importante sobre cujo andamento gostaria que V. Exª nos informasse, se possível.

Queria fazer uma proposta ao Presidente Sarney, aproveitando a tese do Senador Hugo Napoleão.

Esta Comissão é a de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Recebi, na semana passada, um folheto do Ministro da Marinha sobre o tema defesa, e constitui uma angústia muito grande, principalmente para os dirigentes das Forças Armadas Brasileiras, não se tocar nesse tema, até para se discutir o papel atual das Forças Armadas, visto que há pressão internacional para que seja transformada em atividade policial no combate às drogas e para a proteção interna, e para que se crie uma força internacional de proteção ao continente.

Então, é um tema que também gostaria fosse levado em conta por V. Exª. Desejo a V. Exª boa sorte, e espero estar brevemente ao seu lado no debate com as autoridades argentinas.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Quero informar ao Senador Tuma que estamos pensando juntos. Justamente, uma das programações que tenho para submeter à Comissão é fazermos aqui um seminário de estudo sobre defesa continental.

Com a palavra o Senador Roberto Freire.

O SR. ROBERTO FREIRE – Sr. Presidente, Sr. Embaixador, inicialmente, quero falar da satisfação – pessoal e política – de nos reencontrarmos aqui, depois da acolhida e da hospitalidade que recebemos quando de uma visita à Espanha.

Penso que esta Comissão – não sei se também por inspiração do Presidente José Sarney, que idealizou muito concretamente, com ações, o Mercosul – tem-se preocupado muito, e acho que é uma preocupação importante, com a questão do Mercosul.

Esse é o centro atual da política externa brasileira, fundamentalmente. Daí ter razão o Senador Serra quando diz que essa é, talvez, a Embaixada mais importante que o Brasil, hoje, tem.

Vai enfrentar alguns problemas graves, a política não é mais apenas de um país, de um Estado nacional; hoje, a disputa é entre blocos regionais. Já estamos vendo, num cenário muito próximo, todo um contencioso de integração das Américas, e o Mercosul é centro desse debate, daí evidentemente a importância dessa embaixada para a política externa brasileira.

Diria que talvez deva haver uma compreensão, que acredito será fácil no desempenho da sua tarefa, de que o Mercosul não vai se construir apenas pelo aumento das trocas econômicas, até por que países adversários, em litígio, mantêm trocas econômicas.

O fundamental, hoje, nesse processo de integração, de globalização, é o aspecto cultural de as identidades nacionais poderem se integrar. Esse talvez seja o papel fundamental na Argentina, até para superar preconceitos históricos em todos os campos.

Uma outra questão, muito do Nordeste, é que tivemos um certo contencioso com a Argentina quando, na definição de políticas internas de incentivo, que é algo em que a Organização Mundial de Comércio cria entraves – e creio que o Senador José Serra traz uma contribuição importante quando começa a ponderar que o problema do acordo do comércio internacional é a questão do futuro – às políticas internas nacionais.

No tocante à questão dos incentivos a montadoras que o Governo brasileiro, numa medida provisória, concedeu aos Estados do Nordeste brasileiro, numa das discussões que tivemos em Pernambuco – particularmente nós, do Partido Popular Socialista, que, apesar de pequeno, é aquele **chiquitito pero cumpridor** -, debatemos a hipótese de que seria interessante começarmos a ver quais são as regiões deprimidas da Argentina, que políticas podem ser adotadas no âmbito do Mercosul que compatibilizem políticas de incentivos nacionais para regiões depri-

midas, só que em nível do Mercosul, e uma medida dessas de incentivos à instalação, ou descentralização, ou desconcentração industrial, no Brasil, que tenha uma correspondente no Mercosul, para regiões deprimidas dos outros países. Com isso, supera-se exatamente esse contencioso. Talvez devamos dar uma dimensão maior ao planejamento regional do Mercosul, mudando um pouco a qualidade dessa discussão. A isso, em Pernambuco, demos início.

Eu queria aqui apenas trazer esse fato, porque talvez cheguemos à Embaixada brasileira para que essa questão dos processos de integração não seja algo que fosse correspondente à proximidade geográfica ou ao Sul do País, já que o Mercosul corre um pouco o risco de uma integração mais fácil com essa região, em função da proximidade geográfica, excluindo outras regiões brasileiras.

Então, é importante termos essa dimensão e tenho a certeza de que vamos contar com alguém que compreenderá essa nova concepção, essa nova política.

Por último, gostaria de dizer que não devemos buscar apenas a proximidade com o Presidente da República, mas também com esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o Embaixador Seixas Correia. V. Exª dispõe de cinco minutos.

O SR. LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORREA – O Senador Roberto Freire levantou um ponto crucial – inclusive havia mencionado esse aspecto na exposição inicial. Essa dimensão da aproximação do Nordeste e do Norte do Brasil com o Mercosul é uma preocupação fundamental do Governo e muito especialmente da nossa diplomacia.

Inúmeras atividades têm sido desenvolvidas para gerar essa coordenação, esse entendimento, e o Vice-Presidente Marco Maciel tem sido muito ativo nessa área, por isso acredito que temos aí um caminho muito promissor.

Essa idéia desenvolvida pelo Senador me parece também extremamente interessante. Enfim, o problema surgido àquela época com a questão dos incentivos está absolutamente resolvido, controlado. Não há, neste momento, qualquer dificuldade em andamento, mas essa é uma idéia a ser desenvolvida e útil no futuro, sem a menor dúvida. Esteja V. Exª seguro de que encontrará, na ação da Embaixada, total respaldo para isso.

Quanto a um entendimento com o Congresso, também dentre os objetivos que tracei para a atuação da Embaixada estava justamente o de desenvolver – o que penso fundamental no processo de integração que estamos vivendo – essa aproximação mais crescente, mais fluida, mais quotidiana, praticamente, entre os nossos Poderes Legislativos. Disso não tenho a menor dúvida e nesta Comissão, hoje mesmo, já neste nosso primeiro contato estou me nutrindo de idéias que serão extremamente férteis para a minha gestão, e pretendo que assim continue. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concluída a primeira parte dos nossos trabalhos, peço aos presentes que tenham a gentileza de se retirar do recinto, uma vez que vamos passar à parte secreta da nossa reunião.(Pausa)

(A reunião torna-se secreta às 11h57min e volta a ser pública às 12h43min)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Estão reabertos os nossos trabalhos.

A Comissão acaba de aprovar, por 16 votos, sem nenhum voto contrário, a indicação do Embaixador Luiz Felipe Seixas Correia para representar o Brasil perante a República da Argentina.

Quero, também, cumprimentá-lo pela brilhante exposição que fez na Comissão, que foi, sem dúvida, uma das mais notáveis dos nossos trabalhos.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h43min)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

13ª Terceira Reunião da Comissão De Assuntos econômicos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura, Realizada em 03 de Junho, de 1997, às 11:50 Horas.

Às onze horas e cinqüenta minutos do dia três de junho de mil novecentos e noventa e sete, na Sala de Reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador José Serra e com a presença dos Senadores Pedro Sino, José Eduardo Dutra, Elcio Alvares, Onofre Quinan, Lauro Campos, Gilvan Borges, Francelino Pereira, Vilson Kleinübing, Osmar Dias, Esperidião Amin, Eduardo Suplicy, Bello Parga, Coutinho Jorge, Waldeck Ornelas, Freitas Neto, Casildo Maldaner, José Eduardo Vieira, Fernando Bezerra, Beni Veras e Levy Dias. Deixam de comparecer os Senadores Gilberto Miranda, Jonas Pinheiro, Odacir Soares, Ney Suassuna, Carlos Bezerra, Ramez Tebet, José Roberto Arruda, Jefferson Peres e Ademir Andrade. O senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida inicia-se a apreciação das seguintes matérias: **Projeto de Lei do Senado nº 25, de 1997 – Complementar,**

que Cria o Fundo de terras e dá outras providências. Autoria: Senador Esperidião Amin. Relator: Senador Osmar Dias. Parecer: Favorável, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Concedida vista coletiva. **Projeto de Lei da Câmara nº 71/96,** que Institui o Fundo de Aposentadoria Programada Individual – FAPI e o Plano de Incentivo à Aposentadoria Programada Individual, e dá outras providências. Autoria: Poder Executivo. Relator: Senador José Serra. Parecer: Favorável ao Projeto e contrário às Emendas 01 a 03 de autoria do Senador Bello Parga, apresentando ainda a Emenda nº 04 de Redação. Resultado: Concedida vista ao Senador Eduardo Suplicy. Foram, ainda, aprovados os seguintes requerimentos: **Nº 08/97-CAE**, de autoria do Senador Freitas Neto, solicitando as seguintes diligências, objetivando a instrução do ofs nº 39/97: 1) junto à Caixa Econômica Federal a redação atual das cláusulas contratuais que se pretende modificar nos contratos firmados com o governo do Piauí no âmbito do programa de apoio à reestruturação e ao ajuste fiscal dos estados; 2) junto ao Banco Central do Brasil, as informações constantes do Cadastro da Dívida Pública (CADIP) que levaram o estado do Piauí a ser cadastrado como inadimplente; 3) junto ao governo do Estado do Piauí sobre o cumprimento do cronograma de desembolsos previsto ao se firmar a renegociação da dívida estadual . **nº 09/97-cae**, de autoria do Senador Vilson Kleinübing, solicitando a criação de uma subcomissão, para, no prazo de sessenta dias, examinar a política de incentivos oferecidos às empresas pelos governos estaduais. Segue a integra dos acompanhamentos taquigráficos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e nove minutos, lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **José Serra**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Havendo número regimental, declaro aberta a reunião.

A Presidência recebeu um ofício do Banco Central que trata do pedido da Prefeitura de Osasco solicitando análise de letras financeiras.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Concedo a palavra ao nobre Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Gostaria de fazer um apelo a V. Exª para que fosse colocado na pauta – ainda que seja uma medida isolada, reconheço e concordo com V. Exª para que se esperasse uma solução unânime, a questão da criação da taxa de referência para as AROs. Não vou complementar o que V. Exª já nos disse aqui quando V. Exª analisou o penúltimo relatório do Banco Central sobre antecipações de receita orçamentária já disse tudo o que deveria ter sido dito, mas como já se passou mais de um ano – a proposta que apresentei é de maio de 96 – já recebemos aqui o ofício do Banco Central sobre as AROs do mês de abril. Sr. Presidente, no mês de abril de 97, com juros declinantes, com taxas de juros em declínio no Brasil, uma prefeitura pagar 4.5% de taxa mensal?! O banco emprestador é o Fibra – nunca ouvi falar desse banco – acho que a prefeitura nem é de São Paulo. Trata-se da Prefeitura de Coqueiro Seco, Sr. Presidente, e o Estado é de Alagoas, pagando 4,50% e dando como garantia fundo de participação, sem risco algum. O empréstimo é de 120 mil a 4,50% ao mês o que dá mais de 60% ao ano.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – O Relator é o Senador Vilson Kleinübing?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – É que houve o problema de pauta. Lembra-se? Inadvertidamente, a Mesa anexou o estudo de alongamento.

Sr. Presidente, peço para incluir na semana que vem, muito embora reconheça que deveríamos fazer uma alteração maior. O que é pior é que na busca de uma alteração maior se acabe por permitir que continue acontecendo isso.

Sr. Presidente, só para concluir temos fora a TBF, que tem taxas menores, temos taxas que variam, sem TBF, de 2,50 até 4,50% e temos 3,50 ao mês mais TBF e aí, por incrível que pareça é o Banco do Brasil que emprestou para a Prefeitura de São Sebastião de Lagoa de Roca, Paraíba. Quer dizer, é tomar dinheiro dos mais pobres.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Senador, tem um outro aspecto que não aparece no relatório, é que os contratos podem ainda ter condições especiais: o saque não ser feito todos no primeiro dia; o dinheiro ficar na agência por um certo período. Isso tudo não aparece no relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Quero lembrar que não sei se os Senadores receberam a proposta de uma carta maior – não quero fazer propaganda – que é a denúncia sobre as AROs. É um tratado sobre antecipação de receita. É um tratado de coisas escusas.

O meu apelo a V. Exª é que seja colocado em votação, ao menos para se tratar pontualmente deste assunto.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Será incluído.

Quero, em primeiro lugar, transmitir um ofício do Banco Central que opina sobre solicitação da Prefeitura Municipal de Osasco da emissão de Letras Financeiras do Tesouro cujos recursos serão destinados ao refinanciamento da dívida mobiliária vencível no dia 1º de junho.

A propósito – diz o Presidente do Banco Central – cumpre-me informar a V. Exª que por se tratar de rolagem de títulos emitidos para pagamento de precatórios judiciais, cuja emissão foi autorizada pelo Senado, com base na Resolução 69, de 14/12/95, desta Casa Legislativa, foi expedida correspondência ao Município, comunicando que os referidos títulos não são passíveis de refinanciamento, conforme o disposto no § 3º, do art. 16, da referida Resolução.

Aqui estão os textos dos ofícios.

Passa-se ao Item nº 1 da pauta.

Concessão do incentivo fiscal para pessoa jurídica que possua empregados com mais de 40 anos e dá outras providências. Autor: Senador Flaviano Melo.

Relator: Senador Jefferson Péres.

O parecer é por audiência à CCJ.

O Senador Lauro Campos devolveu voto separado favorável, nos termos do substitutivo que apresenta.

O Senador Jefferson Péres está ausente, como também o Senador Lauro Campos. Assim sendo, retiro da pauta para uma próxima sessão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Presidente, mas se o parecer é pela audiência...

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Há o voto em separado.

Podemos votar, mas será na ausência do Relator, que defende a matéria, e também do Senador que apresentou um substitutivo. Se a opinião for favorável, podemos votar. Quero só dizer que é a terceira reunião que este item está na pauta.

Projeto de Lei do Senado complementar, não terminativo, que autoriza o Banco Central do Brasil a vender parte das reservas internacionais e os bancos brasileiros a realizar empréstimos em moeda estrangeira.

Autoria do Senador Júlio Campos; Relator, Senador Lauro Campos, obviamente contrário.

O Senador Lauro Campos não está presente.

Solicito ao Senador Eduardo Suplicy que leia o parecer. (Pausa.)

Por sugestão da assessoria, como o projeto está na pauta há bastante tempo, damos o relatório por conhecido. E ficamos aguardando o **quorum** necessário para a votação. Além do quê, o próprio projeto já é auto-explicável.

Esse é o Item nº 3 da pauta.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Ou seja, V. Exª está de acordo com o parecer contrário do Senador?

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Sem conhecer.

Item nº 3.

Dispõe sobre aplicação das reservas cambiais e dá outras providências. Autoria do Senador Júlio Campos e Relator, Senador Lauro Campos.

Item nº 4.

Autoria do Senador Esperidião Amin. Cria o Fundo de Terras e dá outras providências.

Relator, Senador Osmar Dias, a quem concedo a palavra.

O SR. OSMAR DIAS – Sr. Presidente, trata-se de um projeto de grande mérito. É uma tentativa, Sr. Presidente, de implementar uma reforma agrária no País em termos mais realistas e, sobretudo, permitir que aqueles que tenham acesso à terra, desta forma, possam fazê-lo e valorizar também um pouco mais a aquisição da terra.

Apresentei um substitutivo, não para alterar o mérito do projeto, mas para corrigir alguns problemas de ordem técnica e redacional. Mas, mesmo com todo esforço que fiz para corrigi-los por meio de emendas, estaria retalhando o projeto e até prejudicando o seu mérito. Conversei com o Senador Esperidião Amin, autor do projeto, e S. Exª concordou que eu apresentasse um substitutivo não tendo a intenção, evidentemente, de alterar a autoria do projeto cuja iniciativa é toda do Sr. Senador Esperidião Amin e que tem que ser louvada.

Eu, portanto, só apresento um substitutivo com a concordância do autor – o Senador Esperidião Amin – e declaro que, com isto, não tive a intenção de alterar a autoria, mesmo porque ela é de iniciativa do Senador Esperidião Amin. Sr. Presidente, o substitutivo é longo mas eu só quero destacar alguns itens que ensejaram a sua apresentação que, depois, ficou à disposição para responder qualquer questionamento dos Srs. Senadores. O primeiro deles é que no projeto do autor, o Senador Esperidião Amin, no art. 2º, inclui as terras devolutas e disponíveis do Governo Federal como terras que podem servir a esse objetivo, quando, na verdade, Sr. Presidente, a partir do advento da Constituição Federal

de 1988, todas as terras devolutas passaram a integrar o patrimônio dos Estados-Membros, conforme a Constituição Federal, art. 26, inciso IV, remanescendo como do domínio da União apenas aquelas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicações e a preservação ambiental definidas em lei – conforme a Constituição Federal, art. 20, inciso II. Inexistem, portanto, no quadro jurídico atual, terras devolutas federais, disponíveis para atender aos objetivos do referido fundo.

Esta foi uma das modificações que eu estou propondo, através do substitutivo, já que não existe terras devolutas, disponíveis, do Governo Federal, já que elas, hoje, pela Constituição Federal, são todas do Governo Estadual.

O art. 6º refere-se ao financiamento de até 100% do valor do módulo máximo de trinta hectares. Para o Senador Esperidião Amin e até o Senador Vilson Kleinübing que foram Governadores de Santa Catarina, onde este módulo é comum, isto, realmente, é praticado no nosso Estado, também, no Paraná mas não serve, evidentemente, para integrar um Projeto de Lei, já que o módulo rural é um conceito técnico, estabelecido pelo Estatuto da Terra e varia de acordo com as diversas regiões do País e com a finalidade de cada imóvel. O que se leva em conta, aí, Sr. Presidente, são as questões de clima, as questões topográficas e a produtividade de cada região. Então, não pode ser estabelecido o módulo de trinta hectares porque, aí, nós estaríamos praticando um erro, já que para algumas regiões, trinta hectares é muito e para outras muito pouco. Não parece, assim, de bom alvitre, a redação dada porque desconsidera a mesma realidade multivariada e plural do agrobrasileiro – aquilo que acabei de dizer, ou seja, que cada região tem a sua realidade em relação à clima, qualidade de solo, topografia etc que definem, evidentemente, os índices de produtividade e o tamanho do módulo fiscal de cada região.

Esta é uma outra alteração necessária que tive que fazer no substitutivo e o projeto, também, se refere, em várias vezes, ao Comitê do Fundo de Terras. Aí, é uma questão mais de termo já que o Comitê é uma palavra afrancesada – e o Senador Esperidião Amin concorda com isto – e eu estou propondo que se fale na criação de um Conselho de Fundo de Terras que é mais do nosso idioma. O Conselho de Fundo de Terra substituiria o termo Comitê do Fundo de Terras.

Eu, então, apresentei o substitutivo, propondo essas alterações e esse substitutivo em nada altera o mérito do projeto do Senador Esperidião Amin, que eu considero um dos mais importantes que se apresentou no Senado Federal, procurando dar mais dinâmica ao Projeto da Reforma Agrária. Aliás, eu quero lembrar que o projeto, também, permite que aqueles que já tenham um pedaço de terra que não atinjam o módulo rural da região, podem, também, se candidatar a obter um outro pedaço de terra para complementar a sua área e torná-la, evidentemente, viável, economicamente, já que muitos produtores que a FAO, hoje, considera que são mais de 2 milhões de pequenos produtores que têm as suas propriedades totalmente inviáveis, economicamente, no País, e, talvez, uma boa parte disto, pela área reduzida, possam adquirir através desse fundo de terra.

Apenas levanto uma questão – porque sei que outros Senadores já pensaram nisso – o grande problema do fundo de terras que está sendo constituído é a formação do seu orçamento, ou seja, como conseguir dinheiro. A idéia é maravilhosa mas se olharmos o art. 2º, na constituição do fundo de terras entraria recursos consignados no Orçamento da União, recursos provenientes do pagamento dos assentados, financiados pelo fundo e de receitas decorrentes dos Governos estaduais e municipais ou provenientes de convênio a ser celebrado com associações ou órgãos de classe relacionados ao meio rural. Evidentemente, está, aí, a grande dificuldade da implementação desse Programa de Reforma Agrária mais realista para o nosso País que seria a aquisição da terra, financiada, mais ou menos, nos moldes do financiamento da casa própria, dos lotes urbanos, dos centros urbanos. Considero esse projeto como um grande avanço e peço a sua aprovação na forma do substitutivo que apresentei.

O SR. COUTINHO JORGE – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Concedo a palavra ao nobre Senador Coutinho Jorge.

O SR. COUTINHO JORGE – Sr. Presidente, Srs. Senadores, inegavelmente, é o Estado do Pará onde a problemática da reforma agrária é a mais ampla. O sul do meu Estado concentra a maior quantidade de conflitos e foi lá que nós tivemos o fatídico Eldorado do Carajás no ano passado. Pessoalmente, tenho acompanhado a política que o Governo Federal tenta implantar na região. Quero informar, também, que aquela região, hoje, é a única federalizada, envolvendo mais de 30 municípios, uma área muito grande de muitos conflitos, onde se criou, inclusive, uma Superintendência do INCRA, vinculada, diretamente, ao Ministro. Pessoalmente, Sr. Pre-

sidente, tenho acompanhado, **pari passu**, as políticas, as propostas e as medidas que o Governo deverá anunciar, possivelmente, neste mês, em Marabá, em Conceição do Araguaia. Para se dar uma idéia, só de 1993 para cá, já foram desapropriadas 60 fazendas e lá quando se fala fazenda não é fazenda de 5 mil hectares, mas são fazendas de 10 mil e 15 mil hectares, inclusive a famosa fazenda de Macaxeira que, hoje, foi, realmente, o móvel do atrito de Eldorado, já desapropriada. Nós, agora, estamos com um problema gravíssimo na fazenda Bradesco que é muito grande e que, em parte, já foi desapropriada e o seu restante o será em junho. Tenho mantido encontros permanentes com o Sr. Ministro e com o INCRA, dado o aspecto especial daquela região.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero informar, também, que, em função do aspecto diferenciado daquela região, os próprios municípios estão conscientes de que eles têm que ser envolvidos. Tanto que, Sr. Presidente, todos os municípios criarão Conselhos Municipais de Reforma Agrária, aprovados pelas Câmaras e os próprios municípios participarão do processo de discussão de lei. É um equívoco decidir isso a nível de Brasília. E, segundo, discutir as terras passíveis de serem desapropriadas. Então, realmente, será uma inovação. O próprio Ministro Raul Jungmann está interessado e nós estamos participando, pessoalmente, de dezenas de reuniões no local. Há uma sensibilidade de que os agentes econômicos e sociais participarão deste Conselho e acho que até daqui a duas semanas todos estarão implantados, além de ter um Conselho Regional naquela área.

Quero dizer, portanto, que há toda uma metodologia diferenciada naquela área. Não tenho dúvida nenhuma de que as prefeituras participarão com parceria na infra-estrutura dos assentamentos das áreas no que diz respeito às vicinais, aos projetos de educação e de saúde, e a grande inovação do Governo Federal que é a assistência técnica num projeto inovador, chamado Lumiar, que, na verdade, é realmente a terceirização do serviço técnico. Quero dizer, portanto, que, na região sul do Pará, estamos acompanhando uma inovação no programa de reforma agrária. O Ministro Raul Jungmann deverá estar, daqui a duas ou três semanas, naquela região, onde vai anunciar um somatório de medidas importantíssimas e que serão possivelmente modelares para as áreas conflituosas de reforma agrária.

Por isso eu, por estar envolvido mais pessoal e diretamente numa área muito difícil que é a região sul do Pará, reconheço a oportunidade desse projeto do Senador Esperidião Amin. É muito bom, meu caro Senador, oportuno e necessário. Penso que o Senador Osmar Dias aprimora o projeto. Mas, meu caro Senador, tenho algumas pequenas dúvidas e gostaria de, se não for realmente empecilho, já que tenho cinco dias, pedir vistas. Posso nem mexer no projeto, já com o parecer aprimorado do Senador Osmar Dias, mas tem algumas inquietudes face à minha realidade. Quero referir-me ao que está acontecendo no meu Estado, gostaria de pedir realmente vistas, por cinco dias, para que, talvez, eu possa aprimorar alguma coisa, ou já que o nosso Senador Osmar Dias aprimorou, não sei se é possível, se já foi pedido vistas desse projeto. Quero apenas dizer que estou de acordo integralmente com o projeto do Senador Esperidião Amin. É um projeto necessário, oportuno, porque, meu caro Senador, o que existe neste País é muito discurso sobre reforma agrária, discurso tem muito, mas operacionalizar a reforma agrária tem poucos, e o Governo do Presidente Fernando Henrique está tentando fazer isso, e o Ministro Raul Jungmann, no caso da região sul do Pará que é a mais difícil, está tentando montar um modelo inovador. Por isso, tenho o maior interesse em que esse projeto seja aprovado e talvez um ponto e vírgula que possa dar como cooperação ao relatório do Senador Osmar Dias, quem sabe, poderia até aprimorar um pouco, pediria, portanto, esse tempo de cinco dias ao Presidente, ao próprio autor do projeto e ao próprio relator, no sentido de que, nesses cinco dias, pudesse analisar com um pouco mais de profundidade porque tenho inquietudes em alguns aspectos. Mas estou a favor do projeto, é importante, fundamental e o aprovaria integralmente, aprovo, apenas tenho algumas dúvidas face à realidade do meu Estado, somente isso.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Com a palavra o Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS – Sr. Presidente, rapidamente, houve um pedido de vistas e isso é compreensível, mas gostaria apenas de lembrar que V. Exª me cobrou várias vezes o relatório desse projeto de forma mais urgente possível, dada a sua importância e dado o compromisso que o Presidente do Senado, Senador Antonio Carlos Magalhães, assumiu com o Movimento dos Sem Terra e dada as circunstâncias que estamos vivendo de conflitos e de uma necessidade que temos de acelerar o processo de reforma agrária. Esse projeto é muito importante e precisa realmente ser votado o mais rapidamente possível, portanto, pediria, que se for concedido vis-

tas, que seja respeitado o prazo de cinco dias e que possamos votá-lo na próxima sessão, porque há compromisso do Presidente do Senado para que esses projetos que se relacionam com a reforma agrária sejam votados rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Com a palavra o Senador Waldeck Ornelas.

O SR. WALDECK ORNELAS – Apenas houve um pedido de vistas e gostaria de fazer um comentário. Neste momento, o Governo Federal negocia com o Banco Mundial um financiamento para o programa de reforma agrária envolvendo, creio, cinco Estados da Federação. A mim me preocupou, porque li, no parágrafo único do art. 3º, que "as terras adquiridas pelo Fundo de Terras da Reforma Agrária não se incorporam ao patrimônio público, destinando-se à imediata utilização em programas de política agrária".

Então, na verdade, eu queria um esclarecimento do Relator, porque me parece que esse programa que está sendo negociado entre o Ministério da Reforma Agrária e o Banco Mundial opera de modo descentralizado. O próprio tomador do recurso ou a comunidade é quem escolhe a terra que quer comprar e a adquire. Quer dizer, na medida em que se diz: terras adquiridas pelo fundo de terra, estou imaginando que se deva evitar o mecanismo de centralizar isso e, depois, repassar. Deve-se fazer um mecanismo descentralizado que permita que isso se resolva entre os interessados.

Essa é a ponderação que eu gostaria de fazer a respeito.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Eu gostaria que o Relator e o autor falassem ao final, porque eu mesmo, com a licença do Senador Eduardo Suplicy, vou pedir a palavra depois para fazer alguns comentários. Então, reservo para o final, Senador Esperidião Amin, a palavra de V. Exª e a do Relator.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, eu gostaria também de pedir vista para poder fazer eventual sugestão de aprimoramento ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Face ao pedido do Senador Eduardo Suplicy, vou conceder vista coletiva para a Comissão, mas proponho que se continue discutindo a matéria, porque eu mesmo tenho comentários relativamente detalhados a fazer.

Com a palavra o Senador Vilson Kleinübing.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu queria fazer uma referência a esse projeto do Senador Esperidião Amin – uma referência até sentimental. Esse projeto foi implantado no seu Governo no meu Estado, Santa Catarina. Tive oportunidade de ser o executor do mesmo como Secretário da Agricultura.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – V. Exª foi Secretário da Agricultura também?

O SR. VILSON KLEINÜBING – Também, do Governo Esperidião Amin. Os assentamentos provocados por projeto semelhante ao que o Senador Esperidião Amin está abordando hoje, para discussão, com a relatoria do Senador Osmar Dias, foram de sucesso absoluto. Todas as famílias assentadas permaneceram na terra. Todas! Se houve um caso, foi provavelmente apenas um, porque o fundamental do projeto era o seguinte: o Conselho Municipal identificava a pessoa que iria buscar; sem participação política. Quer dizer, quem tem medo da enxada não recebia terra. Só a recebia o agricultor.

Esse projeto contempla o que é o direito de livre negociação. As partes se entendem sobre o preço da compra e venda da terra; e não é doado. No caso, havia um pagamento do produto, e, algumas vezes, na época, o Governador Esperidião Amin visitou propriedades desses agricultores, e eles mostravam: "Olha, a sua prestação está pautada ali".

Então o projeto é fundamental, é importante, é uma resposta clara a esse tipo de processo.

Como disse aqui o Senador Osmar Dias, talvez um dos problemas seja formar recursos para isso, mas o Governo tem "n" alternativas para tanto. Cheguei a imaginar que esse fundo financeiro pudesse ser feito com 1% do orçamento da prefeitura, do Estado e da União.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Mas isso é inconstitucional.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Ora, a Constituição pode até ser mudada quando o objetivo é importante. Ou o que é mais importante: temos aí esse imposto sobre cheque que foi tão execrado; está dando o seu resultado, vai arrecadar US$8 bilhões este ano e tem prazo determinado. Ele pode ter dois destinos. Vou continuar defendendo a tese de que, se for mantido esse imposto sobre cheque, que ele seja utilizado como recurso fiscal para administrarmos a dívida pública do País. Aliás, tive até um projeto semelhante a esse. E o que nós abatermos da dívida pública, o que ganharmos com o abatimento da dívida pública deverá ser utilizado para constituir um fundo financeiro para a terra.

O espírito do projeto é excepcional. Tive oportunidade de lê-lo, o Senador Esperidião Amin me en-

caminhou uma cópia, conheço a parte prática do que foi feito no Estado à época do seu Governo. Agora que os Senadores pediram vista coletiva do projeto será possível aprimorá-lo, mas é preciso que a sua essência seja preservada: ele respeita o direito de propriedade, ele respeita a livre negociação, a comunidade ajuda a escolher a pessoa que vai ficar com a terra, que não pode ser doada. Quem recebe a terra tem um compromisso com a sociedade: tem de devolver em produto após alguns anos, com carência de três anos.

Para que esse fundo continue crescendo e não se deteriore, é preciso que o próprio produto continue crescendo. Dessa forma, novas oportunidades poderão ser criadas para os agricultores.

Esse era o comentário que eu gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Com a palavra o Senador José Eduardo.

O SR. JOSÉ EDUARDO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu já tinha conhecimento desse projeto por comentários feitos pelo Senador Esperidião Amin.

À época, sugeri a S. Exª um adendo, que, entretanto, não consta do projeto. Aproveito o momento para colocar em discussão essa idéia.

O grande problema é sempre de onde obter os recursos. Temos o FAT, que é o Fundo de Amparo ao Trabalhador, cuja formação a agricultura brasileira contribui com 25 a 30% dos recursos, através de agroindústria. Nada é devolvido para a agricultura. Como esse é um fundo também a ser administrado – não é doação -, já que os recursos retornam, não há risco para a liquidez do FAT, sugiro, nesta oportunidade, que fosse definido um percentual de recursos do FAT a ser usado em financiamento para geração de empregos e fixação do agricultor no campo. Seria uma fonte de recursos institucional, crescente ano a ano; não seria necessário que o fundo começasse com muitos recursos, pois, por menor que seja o valor, em cinco ou dez anos representará uma importância significativa e uma contribuição efetiva para resolver o problema do assentamento rural.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Com a palavra o Senador Bello Parga.

O SR. BELLO PARGA – Sr. Presidente, também vou aproveitar esse pedido de vista coletiva.

Faço, porém, uma observação: a gestão financeira vai caber ao Banco do Brasil, mas os créditos fundiários, que serão operados com esses recursos, serão deferidos pelo Conselho.

Então, eu gostaria de me reservar para examinar a matéria, esclarecê-la melhor, para que fique definido que o risco ficará com o fundo, e não com o gestor financeiro, que irá apenas prestar um serviço.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Peço a palavra para fazer um comentário sobre diferentes ativos com o intuito de contribuir para o exame que a Comissão fará nesta semana.

Em primeiro lugar, quero dizer que a idéia do fundo de terras me parece muito boa, é uma boa iniciativa. Esse é o motivo, aliás, pelo qual solicitei várias vezes ao Senador Osmar Dias que apressasse a entrega do relatório.

Evidentemente, esse projeto terá um longo percurso, porque os trabalhos da Comissão não são terminativos. O projeto vai ao plenário e, além disso, vai à Câmara dos Deputados, cuja tradição em matéria de exame de projetos supõe uma demora muito maior do que o próprio Senado.

Portanto, creio que é muito importante que enviemos à Câmara o projeto já o mais trabalhado possível, exatamente com vistas a evitar problemas que poderão aparecer no seu exame.

Eu queria fazer alguns comentários, Senador Osmar Dias, Senador Amin, relativamente detalhados. Hesitei, inclusive, a respeito de fazê-los fora da forma de um substitutivo, mas me pareceu também que apresentar um substitutivo dificultaria a própria discussão que tem que ser feita ao longo desta semana. Até por que, em relação a algumas das questões, não tenho exatamente a proposta alternativa, mas quero levantar o problema.

Primeiro, na justificativa, o Senador Amin fala que serão beneficiários do Fundo da Terra todos os posseiros, arrendatários, parceiros e filhos de produtores que tenham, no mínimo, cinco anos de experiência nas lides da agropecuária, o que me parece um critério correto. Mas essa delimitação do público alvo não está explicitada no projeto, o que me parece essencial. Esse é um ponto que gostaria que o Senador Amin desse-me a honra da atenção.

O motivo é óbvio, porque é evidente que a entrada de não agricultores, de carona...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Permite-me um aparte só para este assunto?

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – É o tipo da questão que tem que ser compatibilizada a nível regional.

Então, imaginei que o Comitê, já mudado o nome para Conselho, pudesse fixar.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Mas acho que seria pertinente uma delimitação maior do público alvo, inclusive com cinco anos, no mínimo. Isso tem que ser nacional, independentemente das particularidades regionais de experiência na agricultura. Esse é um critério que ninguém poderia, em tese, estar em desacordo.

Em segundo lugar, há uma lei que é de 1964, que permite que a lei instituidora de um fundo determine normas de controle, prestação e tomada de contas. Creio que isso deveria estar contemplado também no projeto de lei. É uma questão de natureza técnica, diferentemente da anterior, que é política.

No art. 2º – aqui estou me referindo ao substitutivo do Senador Osmar Dias -, na proposta da intervenção do Senador Waldeck Ornelas, faltam fontes de financiamento. Acho que isso deveria ser ampliado. Financiamentos que podem ser internos ou externos, pode haver doações e outros recursos. Por que outros recursos? Para contemplar possibilidades não previstas.

Há um ponto aqui que eu não participo, mas quero adiantar que pode ser uma questão levantada. O inciso IV, do art. 167, da Constituição, que, aliás, foi de minha autoria à época da Constituinte, proíbe vinculação de receita de impostos a órgãos, fundos ou despesas, ressalvados os casos proibidos na Constituição. Pode haver interpretação, porém, eu não participo dela, mas quero chamar a atenção. Creio que, nesse caso, não se aplica, porque o inciso III, do art. 2º ao mencionar receitas acabe por incluir receitas de impostos, o que estaria proibido pela Constituição. Na medida em que a Constituição altera, evidentemente não será possível fazer essa vinculação posteriormente. Agora, no art. 3º, há uma redação que, certamente, não corresponde à intenção do autor e do relator. Na verdade, está explícito no art. 3º:

> "Todo patrimônio que vier constituir o Fundo da Terra será usado somente nas ações inerentes à compra e venda de terras, problema de assentamento e reordenação fundiária."

Aqui fica como se, na verdade, as atuais ações de reforma agrária do INCRA ficassem incluídas nos objetivos do Fundo da Terra de Reforma Agrária, o que implicaria realocar o orçamento do INCRA para esse fundo, porque o fundo, de alguma maneira, absorve. São contribuições para refletirmos nos diferentes aspectos. Isso teria que ser, a meu ver, examinado.

No art. 3º, parágrafo único, teríamos que esclarecer que entidade deterá o patrimônio das terras do Fundo, ao qual são incorporadas, senão cria-se aí um vazio. Suponhamos que o fundo adquira terras para sua distribuição. Se essas terras não vão ao patrimônio público, para aonde vão?

O SR. SENADOR – Minha impressão é de que o Fundo deve ser tão-somente um fundo financeiro. Creio que é essa a intenção do Senador Amin.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – O art. 4º trata do conselho, não se especificando a forma de organizá-lo. Evidentemente...

O SR. SENADOR – (Inaudível. *Fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Mas isso teria que ser objeto de elaboração aqui, até porque, pessoalmente, creio que esse conselho sempre tem que ter maioria governamental porque ele está alocando recursos de origem pública. É muito perigoso um conselho em que o setor público seja minoritário quando se trata de alocação de recursos que têm origem pública.

O SR. SENADOR – (Inaudível. *Fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Não. Concede. Que é isso? Se a finalidade do conselho é esta!

O SR. SENADOR – (Inaudível. *Fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Na minha ótica, não se pode entregar recursos públicos... Isso, inclusive, passa por cima do próprio Congresso.

O SR. VILSON KLEINÜBING – (Inaudível. *Fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Santa Catarina, Senador Kleinübing, é o Estado de maior renda por habitante do Brasil, de melhor padrão educacional. É um Estado que tem um padrão de desenvolvimento social, educacional atípico no Brasil; não esqueça disso.

O SR. CASILDO MALDANER – Uma contribuição. Há uma idéia do Governo Federal de descentralizar a reforma agrária no Brasil. Há um conceito nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Não estou questionando isso.

O SR. CASILDO MALDANER – Apenas para ajudar a chegar a uma conclusão. Nesse sentido, vários Estados já possuem fundos de terra, adminis-

trados pela Secretaria da Agricultura de cada Estado. Aí, quem sabe, dentro desse espírito, dessa descentralização, o Fundo de Terra, ligado à Secretaria de cada Estado, somado aos conselhos municipais, além do conselho estadual, para ajudar a fazer os assentamentos e essa distribuição. Seria este um caminho que poderia viabilizar essa equação.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Há um outro ponto. Creio que talvez não se devesse indicar o agente financeiro, no caso, o Banco do Brasil, porque algumas outras instituições regionais poderiam talvez fazer isso com mais competência. Por exemplo, o Banco do Nordeste, no caso de alguns Estados.

Senador, o que eu dizia é que, embora o Banco do Brasil seja a entidade de melhor condição para isso, eu não o indicaria no texto da lei, porque, em alguns casos, por exemplo, o Banco do Nordeste poderia ser mais interessante como agente.

O SR. SENADOR – (Inaudível. *Fora do microfone.)*

O SR. JOSÉ SERRA – Outro aspecto diz respeito ao § 3º do art. 4º. Participo inteiramente do espírito de que o Fundo não deve pagar salários, por exemplo. Mas me pergunto se o Fundo não deveria patrocinar assistência técnica. Se o fizer, pagará salários, porque o grosso de assistência técnica são salários. Portanto, tem que se ter isso presente.

O SR. COUTINHO JORGE – Só lembro, Sr. Presidente, que, em relação à assistência técnica, o Incra está mudando radicalmente; com o Projeto Lumiar ele será terceirizado, pois a experiência histórica mostra que o Incra e o Governo têm sido incompetentes para dar assistência técnica. O Projeto Lumiar é uma inovação, está sendo lançado agora e realmente vai permitir que cada 300 assentados no Brasil tenham um grupo de 5 técnicos, no mínimo, financiados, apoiados e todos terceirizados. Trata-se de toda uma metodologia interessante, que deve ser anunciada pelo Governo. Penso ser uma inovação, bem como penso que não teria qualquer problema pelo que está sendo previsto pelo Governo.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – O inciso VI do art. 5º abre a possibilidade de aumento dos prazos de carência e reembolso dos financiamentos concedidos em caso de frustração comprovada de safras.

Creio que essa questão ficaria melhor atendida mediante a criação de um seguro agrícola ou, pelo menos, não mencioná-la no corpo da lei. Pois imagine um conselho que refinancia prazos de carência de reembolso, por exemplo, a tendência vai ser, diante de qualquer situação, ter esta ampliação. Isso estaria mais ligado, na minha opinião, à questão do seguro agrícola. E ao fundo interessa – creio que o Senador Amin não discordará desse espírito – financiar terras mas também ter capacidade de girar recursos para efeito de poder manter-se permanentemente operando. E um mecanismo como esse, com tendência ao descontrole liquidará o Fundo rapidamente.

Além disso, no art. 6º consta um dispositivo que fixa percentuais. Não divirjo nem dos percentuais nem da idéia, apenas não poria isso no corpo da lei porque pode estabelecer uma inflexibilidade que, em certas circunstâncias, pode se revelar indesejada quando diz:

> "para o financiamento coletivo poderá ser aplicado no máximo 40% (quarenta por cento) da dotação anual do fundo de terras.
>
> Quando se tratar de financiamento de terra nua, o mutuário poderá obter até 25% (vinte e cinco por cento)".

Aqui eu estabeleceria que a autoridade pertinente, no caso, estabelecerá percentuais para efeito da sua política.

Só quero chamar a atenção aqui, já concluindo, para o fato de que a não incidência de juros nos financiamentos previstos no art. 7º dá margem a um subsídio poderosíssimo, mesmo considerando as atuais taxas de juros, dado o longo período de amortização dos financiamentos. É, praticamente, uma doação se passarmos para o valor atual. Portanto, este é um mecanismo que tem que ser...

O SR. OSMAR DIAS – (Inaudível. *Fora do microfone)*

O SR. JOSÉ SERRA – Senador Osmar Dias, quando V. Exª analisa uma morte, um ato de violência, não adianta lembrar da guerra do Vietnã.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – (Inaudível. *Fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Por último, no art. 7, §2º, há certa redundância com relação ao item que já mencionei e que falava a respeito do seguro agrícola, no inciso VI do art. 5º.

Enfim, são comentários que eu queria apresentar e que posso, depois, passá-los por escrito, com o intuito de enriquecer a discussão e contribuir para a elaboração final do texto que será adotado.

Acredito que algumas das questões dependem de juízo de valor, de apreciações etc. Não tenho a pretensão de que sejam todas acolhidas – digo isso ao Relator e ao autor -, mas a minha intenção aqui é

contribuir para que nos aprofundemos nos diferentes aspectos do projeto até para que ele tenha na Câmara uma tramitação mais ágil, que creio que é o que nos interessa. Acredito que, até o fim do mês, poderemos aprovar a matéria no Senado e remetê-la à Câmara, se aproveitarmos essa vista coletiva para aprová-la aqui, na semana que vem.

Com cinco dias de vista, estaremos na segunda semana de Julho, e a matéria tranqüilamente poderá ir ao plenário, inclusive com urgência.

Concedo a palavra ao nobre Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Vou abordar todos os assuntos até porque ao projeto já foi dada a vista.

Só quero me valer da oportunidade para fazer dois breves registros: primeiro, para agradecer a todos os Srs. Senadores pelo interesse demonstrado em relação à matéria.

Apresentei poucos projetos de lei como Senador e me sinto gratificado pela atenção e pela compreensão, acima de tudo, que os nobres Pares tiveram em relação à intenção do projeto.

Eu só gostaria de dizer que – quero pedir especialmente a atenção do Senador Eduardo Suplicy, até porque S. Exª me disse, em caráter pessoal, que gostaria de ouvir as pessoas do movimento dos sem-terra -, a meu ver, é preciso que todos compreendamos que esse projeto não pretende substituir a reforma agrária, ou seja, ele não pretende substituir a desapropriação de terra na forma do estatuto da terra e na forma do previsto da Constituição.

Sempre que debatemos nesta Casa matéria referente à reforma agrária e à desapropriação de terra, o Senador Eduardo Suplicy é testemunha de que procurei adotar a posição de facilitar a desapropriação, no conceito do que é imóvel improdutivo. Tenho procurado ser coerente com a história do meu Estado. E, no caso, quero responder especialmente ao Senador Coutinho Jorge: nenhum outro Estado do Brasil, nem em termos absolutos, nem em termos relativos, teve tanto sangue derramado em função da questão da terra quanto Santa Catarina. E o que é mais dramático para nós: como um Estado pequeno da Federação, não conseguimos sequer que esse pedaço da história brasileira fosse conhecido.

Durante quatro anos, entre 1912 e 1916, o oeste e o meio-oeste de Santa Catarina, onde se assentou o melhor da agroindústria brasileira, foram alvos da maior guerra, com objetivos e facetas múltiplas, mas sempre tendo presente o elemento terra; terra dada para uma multinacional, pelo Governo Imperial e, depois, mantida a concessão pelo Governo Federal, já na República. Todas as unidades do Exército brasileiro lá estiveram, todas; não simultaneamente; pela primeira vez, se usou avião em combate no Brasil, e o primeiro morto da Força Aérea Brasileira, o primeiro piloto de avião morto em combate foi em Santa Catarina, Tenente Kirk, do Exército brasileiro.

Os números mais conservadores da época falam em oito mil mortos nesse grande conflito, que tinha como cerne a questão terra, posse, não-reconhecimento do direito de posse. Esse é o substrato do projeto que está muito associado ao que hoje o Movimento dos Sem-Terra procura interpretar.

É por isso que – o Senador Vilson Kleinübing não mencionou – este projeto foi batizado pela experiência e pela convivência com a primeira grande ocupação de terra no período moderno da questão fundiária brasileira, que ocorreu entre 25 e 26 de maio de 1985, no meu Estado; quase oito mil pessoas ocuparam onze fazendas em um dia, numa noite, na noite de Nossa Senhora do Caravaggio, de maio de 1985, portanto há 12 anos, sem nenhuma morte, com o então Governador sendo acusado, ou pelo menos tendo havido a insinuação, de que a operação de invasão tenha sido tão bem feita que eu era o principal suspeito.

Está atribuído ao então Ministro Chefe do SNI, e consta da revista **Veja**, da edição de 12 de junho de 1985. Então, atrás disto tem uma história dramática.

E finalmente ele não é, repito, o substitutivo de desapropriação, é uma experiência havida, que acho que seria boa, devidamente adaptada – e por isso quero agradecer mais uma vez a contribuição de todos os Senhores Senadores – à realidade do Brasil, que não é a realidade de Santa Catarina.

Só para concluir, vou deixar nas mãos do Presidente da Comissão dois textos que dão um pouco da informação técnica e jurídica do que nós fizemos. Só queria adicionar o que disse o Senador Vilson Kleinübing, que resgatou uma parte da história desse projeto, que o Comitê Municipal efetivamente era constituído por cinco membros, apenas um do governo, e, numa demonstração de que o Governo não queria ser o dono da partilha, o comitê estadual tinha apenas um terço de participação governamental, em Santa Catarina. A lei é de 31 de outubro de 1983 e, repito, dos nove membros estaduais apenas um terço era designado pelo Governo do Estado.

Com essa rapidíssima colocação, quero mais uma vez dizer que o projeto só será bom – ele não é

bom – se tiver a contribuição da experiência brasileira adaptada para nossa realidade. Terá que ter uma atualização no tempo, porque o conflito de terra no Brasil se agravou nos últimos anos e a contribuição da geografia, ou seja, da experiência das várias regiões do Brasil é no sentido de que – e aí eu concluo, Sr. Presidente – em um País onde existe consórcio para comprar carro estrangeiro, existe consórcio para comprar iate. Se alguém quiser comprar um pedaço de terra, como é que faz? Não há possibilidade de alguém adquirir um pedaço de terra sem duas condições: uma, ter o dinheiro no bolso, e aí não precisa de nós; segundo, entrar no Movimento dos Sem-Terra. Só tem essas duas hipóteses, não tem a terceira hipótese. Ou ter o dinheiro no bolso, dinheiro ou crédito, que dá no mesmo, porque só tem crédito quem tem dinheiro, ou invade. Então, é uma resposta a alternativa, não supressiva, eu diria, não substitutiva.

Muito obrigado pela atenção e vou entregar ao Presidente da Comissão esses dois exemplares.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Com a palavra o Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS – Tendo em vista o pedido de vista, eu também serei muito rápido, apenas fazendo uma observação: estamos aprovando um projeto de lei e não um programa de governo.

Então, muitas das sugestões, inclusive a de V. Exª, são muito bem-vindas ao aperfeiçoamento do projeto, mas não sei se algumas delas caberiam no projeto de lei. Acredito que seriam mais próprias de um programa que o Governo criaria a partir do projeto de lei.

Ao definir o público beneficiário na lei, nós poderíamos cometer, em alguns Estados – porque as condições são diferentes –, o erro de excluir algumas famílias que poderiam ser beneficiárias do programa ou da lei.

Em segundo lugar, ampliar as fontes de recurso é necessário para dar um pouco mais de segurança de que haverá os recursos. No Paraná, – até fui buscar a idéia em Santa Catarina mesmo –, criei, quando Secretário, o Fundo de Terras, só que não foram alocados recursos; o Fundo de Terras existe, mas não existe o dinheiro do Fundo de Terras.

Então, no Paraná, não funcionou, exatamente porque não houve alocação de recursos.

Se nós tivermos outras idéias como a do Senador José Eduardo ou outras que sejam factíveis, creio que poderíamos, efetivamente, ampliar as fontes de recursos.

Em relação ao pagamento de assistência técnica, a experiência que tenho é pequena, mas suficiente para interpretar que, se formos incluir assistência técnica como parte da utilização desses recursos, vai sobrar pouco dinheiro para pagar terra. É, portanto, uma contrapartida que deveria ser exigida dos Estados e dos municípios.

Em relação ao seguro, infelizmente, poderíamos até criar um seguro em outra lei. Mas, pela inexistência de um seguro que possa garantir o pagamento das parcelas pelos mutuários no caso de frustração de safra, a lei tem de prever, sim, uma prorrogação dos prazos de pagamento até que se crie um instrumento legal.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Não feito por conselho que tenha a iniciativa privada.

Nobre Senador Osmar Dias, não obstante as intenções, dar a uma entidade com participação privada forte, eventualmente até maioria, a possibilidade de esticar prazos de pagamento é destruir o fundo, porque vai inteiramente contra a lógica econômica que prevalecerá.

Sempre haverá problemas para esticar financiamento, e nós estaremos usando recursos públicos para corrigir situações razoáveis e, às vezes, dar simples subsídios.

Isso poderá ser um tiro no pé da própria idéia do fundo, que já não passa a ser de terras, mas de financiamento à produção agrícola, e não é essa a finalidade.

O SR. OSMAR DIAS – No sentido inverso da argumentação de V. Exª, vai a questão de estabelecimento de percentuais, exatamente para otimizar os recursos do fundo.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Sou a favor dos percentuais. Acho que apenas a especificação na lei do montante exato pode ser variável, variável por estados e tudo mais.

O SR. OSMAR DIAS – Em relação ao subsídio, qualquer que haja neste financiamento do Fundo de Terras será muito menor, muito mais barato para os cofres públicos do que a reforma agrária tradicional, com a desapropriação ou pagamento de terras; muito mais do que isso, com a possibilidade de que essas famílias não fiquem mais no campo e venham para as cidades; aí o custo seria muito maior.

Não é bem um subsídio, porque, na verdade, a correção seria pelo preço mínimo dos produtos agrícolas que, até prova em contrário, o Governo deve corrigir de acordo com a correção monetária e co-

brindo os custos de produção. Portanto, haveria, pelo menos, o acompanhamento da moeda.

Dito isso, Sr. Presidente, iria até reiterar uma sugestão, aqui feita pelo Senador Waldeck Ornelas, no sentido de que, em vez de pedido de vista, fosse tirado de pauta, para que nós todos fizéssemos as observações. O problema da vista coletiva é que não fica mais com o Relator para coordenar essas observações que serão feitas...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – *(Inaudível. Fora do microfone.)*

O SR. OSMAR DIAS – Talvez possa retardar um pouco mais.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Pode, se receber 10 emendas, pedir um prazo adicional para relatar.

O SR. OSMAR DIAS – Está bem, Sr. Presidente. Concordo...

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – As observações que eu fiz eu vou entregar agora, parte corrigida à mão, e depois sob forma de emendas, a V. Exª.

O SR. OSMAR DIAS – Agradeço. Espero, então, que possamos votar esse projeto na semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Queria, antes, fazer um comentário – o Senador José Eduardo Dutra não está presente – a respeito da questão do FAT.

Primeiro, é inconstitucional.

Não pode um projeto de lei alocar recursos do FAT. O FAT é administrado por um conselho, este, sim, tripartite – trabalhadores, empresários e Governo -, que aloca os recursos: 40% vão para o BNDES, por determinação das Disposições Transitórias da Constituição, para serem aplicados.

Segundo: o FAT, na verdade, hoje não tem dinheiro sobrando. Digo isso, porque já há numerosos projetos para taxistas e para outras categorias garfando no FAT. O seguro desemprego é deficitário, ou seja, no FAT paga-se mais do que se arrecada. Na forma como foi estruturado, ele não quebra. Por quê? Porque a aplicação dos recursos do FAT garante hoje a sua saúde financeira, com critérios bastante estritos de rentabilidade, de remuneração – a TJLP mais uma taxa adicional. Trata-se de uma remuneração alta do FAT, e por isso é que ele subsiste. Portanto, o BNDES não dá financiamento subsidiado pelo FAT, mas há muita intenção.

A consideração do Senador José Eduardo Dutra, na verdade, lança apenas mais uma idéia de se utilizar recursos do FAT, e isso vai destruir o FAT. O Congresso está ágil em relação a esse assunto, estamos com propostas atrás de propostas. Trata-se de um Fundo que precisa de reumuneração, porque tem uma despesa pesada pelo lado do seguro desemprego.

No caso do BNDES não há qualquer subsídio no que se refere aos recursos do FAT. Não poderiam entrar aqui. Seriam taxas de juros, do ponto de vista da agricultura, praticamente impossíveis.

Vou passar a V. Exª e depois apresentar as emendas.

Eu gostaria de passar a um outro item da pauta: trata-se de um projeto cujo relator sou eu mesmo. Portanto, peço ao Senador Vilson Kleinübing que presida a reunião. Mesmo que não haja condições para votação no dia de hoje, eu gostaria de apresentar o parecer.

O projeto refere-se ao Fundo de Aposentadoria Programada Individual, enviado pelo Executivo e que veio da Câmara dos Deputados.

O SR. EDUARDO SUPLICY – É possível que haja alguma urgência no que diz respeito ao projeto relativo ao Espírito Santo.

Apenas chamo a atenção para isso enquanto houver a necessidade de **quorum**.

O SR. ELCIO ALVARES – É o décimo terceiro item.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Primeiro, há um requerimento, para aproveitarmos a presença do Senador Vilson Kleinübing:

> Nos termos do art. 73 do Regimento Interno, requeiro que seja submetido à deliberação desta Comissão o pedido de criação de uma subcomissão para, no prazo de 60 dias, examinar a política de incentivos oferecidos às empresas pelos governos estaduais.

O SR. WALDECK ORNELAS - Sr. Presidente, para discutir o requerimento, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Concedo a palavra ao nobre Senador Waldeck Ornelas.

O SR. WALDECK ORNELAS – Informo que há uma Proposta de Emenda Constitucional em tramitação na Casa, cujo primeiro signatário fui eu, mediante a qual se transfere do Confaz para o Senado Federal o poder deliberativo, a condição de estabelecer regras para a questão da guerra fiscal. Essa emenda já está aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado e aguarda a sua inclusão na Ordem do Dia.

Qual é o seu mérito, no meu entender? Primeiro, permite limitar os incentivos que hoje são efetivamente extravagantes em todo País; segundo, fortalece o Senado Federal no seu papel federativo.

É possível reduzir os incentivos, é possível estabelecê-los, e o Senado é quem fixa as alíquotas máxima, mínimas e interestaduais do ICMS. Essa proposta de emenda já está em condições de ser votada no plenário. Creio que seria um caminho definitivo para discutir a questão que o Senador Vilson Kleinübing propõe. O Senado poderia editar uma resolução por intermédio da qual seriam fixados esses parâmetros, e somente dentro deles os Estados poderiam mover-se. Faço essa ponderação ao Senador Vilson Kleinübing.

Temos hoje uma reunião da CPI de Precatórios, uma reunião da Comissão que vai discutir a dívida pública. Estamos repetindo argumentos sobre os mesmos assuntos, sem alcançarmos os objetivos que, na verdade, pretendemos obter.

O SR. OSMAR DIAS – Sr. Presidente, quero concordar com a proposta do Senador Kleinübing, antes que fale a respeito, pelas circunstâncias que envolvem hoje o Estado do Paraná.

Isso aqui, Sr. Presidente, são recortes da imprensa, e, fora esses recortes, o Governador do Paraná esteve num horário pago, em todos os canais de televisão, no domingo à noite, no horário nobre, para acusar o Senado e os Senadores do Paraná de estarem discriminando o Paraná, traindo o povo daquele Estado, ao negarem os empréstimos que, na verdade, não estão sendo negados pelo Senado, porque esta Casa está solicitando as informações ao acordo firmado entre o Governo do Paraná e a empresa Renault, em que, segundo ofício do Governador, os valores do acordo poderiam ficar entre US$51 milhões a US$300 milhões. E o empréstimo, Sr. Presidente, foi colocado no balanço da Renault, que foi feito um empréstimo pelo Governo do Paraná, sem juros e sem correção monetária, para começar a ser pago no ano 2006.

Isso não é incentivo fiscal, isso é doação de dinheiro público. E o Senado que se posicionou corretamente, ao exigir esse protocolo, está sendo acusado pelo Governador do Paraná, em horário pago na televisão, de forma irresponsável e mentirosa, de estar descriminando o Estado do Paraná.

Por isso, é preciso que esta Comissão e o Senado assumam uma posição e tomem uma decisão definitiva em relação a esse festival que está sendo feito por determinados Governadores, para atrair investimentos. Inclusive, é preciso que se cheque, Sr. Presidente, de quem serão as concessionárias dessas montadoras, que, no caso do Paraná, já têm endereço certo. Essas concessionárias terão um proprietário que todos nós já conhecemos, que tem sido nos últimos dias muito falado na CPI dos Precatórios e nos escândalos do futebol. Enfim, queremos saber se o Senado vai relaxar em relação a conceder empréstimos aos Estados que têm receitas futuras comprometidas e que se apresentam com a sua capacidade de pagamento totalmente comprometida com a folha de pessoal já consumindo quase 100%, ou se vamos cumprir o Regimento, cumprir a Constituição, cumprir a nossa responsabilidade e exigir que o Governador preste as informações.

Apóio, portanto, a constituição dessa comissão.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Apenas para situar. O Senador Ornelas talvez não estivesse na última reunião. Na verdade, a idéia dessa comissão foi discutida na última reunião e o Senador Kleinübing apenas interpreta o espírito daquilo que foi falado. Há, neste momento, uma verdadeira avalanche de concessão de incentivos indiscriminados por Estados. Não temos o diagnóstico sobre o que está acontecendo. E, por outro lado, esta Comissão aprovou bloqueios a certos financiamentos externos, em função do não conhecimento dessa realidade e que queremos até desobstruir. Nesse sentido, é importante o conhecimento e a informação.

Segundo, os incentivos concedidos, apenas uma parte deles se refere a ICMS. Há vários de outra natureza. O incentivo não precisa ser incentivo de natureza tributária apenas. E aqui, se fala de incentivos no sentido mais amplo, que pode ser doação de capital, terreno e uma série de condições, que, aliás, é o que está acontecendo no caso da indústria automotriz.

Terceiro, o projeto de V. Exª, não obstante seus méritos, terá que ser debatido, e longamente debatido, porque, na prática, esse projeto coloca nas mãos do Senado a possibilidade de dizer: esse Estado tem incentivo, aquele outro não tem.

Lembraria que quando enviamos, a partir do Governo, o projeto de reforma tributária – era a idéia -, vedando essa possibilidade dos incentivos, a reação foi muito grande. Não vai ser suave a tramitação de um projeto que permite que um Estado dê e outro não. Pode-se imaginar. Não sei se essa questão foi detidamente analisada, apenas para mostrar que esse é um assunto que ainda vai tomar tempo. Portanto, estou apenas situando, fazendo uma defesa do requerimento, interpretando aquilo que a Comis-

são, na última vez, fez. Ao mesmo tempo, temos a responsabilidade, e incomoda-me muito não votar um projeto de financiamento do Banco Mundial, do BID, porque não se conhece a realidade dos incentivos conferidos.

Os Governadores se recusam, no caso do Paraná, se recusou entregar, porque os outros não entregam. Então, o melhor é fazer uma coisa geral.

Na prática, hoje, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo -- não tenho certeza -, Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro estão concedendo incentivos caudalosos, inclusive na área automobilística.

Então, é razoável que o País tenha idéia daquilo que está sendo feito com os recursos públicos.

O Senado é a Casa da Federação. Se o Senado não faz isso, quem vai fazer?

O SR. COUTINHO JORGE – Só queria saber, Sr. Presidente, se este projeto, referido pelo Senador Waldeck Ornelas, foi...

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Emenda à Constituição.

O SR. COUTINHO JORGE – É proposta de emenda à Constituição?

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – É. Pelo Regimento do Senado, só passa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. COUTINHO JORGE – Realmente, é complicado.

É um absurdo. A CCJ dá a visão jurídica do problema. A visão econômica, quem tem é esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Tenho certeza de que o Senador Ornelas traria o problema para cá.

O SR. WALDECK ORNELAS – Gostaria de esclarecer que, embora eu tenha estado presente à reunião passada, quando foi discutida esta questão, tive que me afastar para ir a uma audiência no Ministério das Relações Exteriores. Portanto, não participei da discussão deste tema.

Não sou contra a criação da subcomissão, embora tema que ela possa não ter a imperatividade necessária para buscar os dados. Já que, mediante requerimento via Banco Central, eles não foram obtidos, não sei se a subcomissão teria poder imperativo para fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) - Teria. Se os Governos que não cederem, seus projetos não andarão na comissão. A comissão tem esse direito.

O SR. WALDECK ORNELAS – Entendo que é preciso encaminhar a questão de modo definitivo. Ou seja, temos que trazer isso para a competência normativa do Senado, com o que poderão ser reduzidos o déficit fiscal e os incentivos fiscais que são dados no País. Aí sim, com a imperatividade, com a competência legal do Senado Federal, poderão ser estabelecidas as regras dentro das quais os Estados possam se movimentar.

Acolho a proposta de fazer a comissão.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Devemos votar exatamente por aquilo que disseram agora o Senador Ornelas, o Sr. Presidente e os outros Senadores: a PEC não passa por aqui.

O SR. WALDECK ORNELAS – Mas passa pelo plenário.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Mas esta é a comissão que faz a avaliação daquilo que não é ICMS, Senador Ornelas. No Paraná os incentivos que estão se dando não passam pelo Confaz. Lá há verdadeiros absurdos, e o Confaz não tem nada a ver com isso.

Por isso é importante. E o há o prazo de 60 dias para que se produza o relatório, para que todos os 27 membros da Comissão tenham conhecimento do que está acontecendo nos Estados e possam nos dar mais subsídios para votar os projetos desses Estados.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Em votação o requerimento do Senador Kleinübing. (Pausa)

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

Quero esclarecer que tratando-se de uma subcomissão e que a formação da subcomissão é por proporcionalidade, os Partidos deverão eleger o Presidente e o Presidente deverá indicar o Relator.

Apesar do adiantado da hora, quero submeter à aprovação do plenário o requerimento de diligências proposto pelo Senador Freitas Neto.

(Leitura de Requerimento – Senador Freitas Neto)

Passo a palavra ao Senador Freitas Neto.

O SR. FREITAS NETO – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trata-se de uma solicitação do Governo do Estado do Piauí para que se modifique o cronograma de pagamento de empréstimos celebrado com a Caixa Econômica Federal em 22 e 29 de dezembro de 1995, conforme Ofício S-39 de 1997.

No processo passado – do qual também fui Relator – com relação ao programa de desligamento

voluntário, eu mesmo me comuniquei com o Banco Central e com o Governo do Estado do Piauí, e as informações necessárias foram supridas. Agora resolvi pedir que a Comissão de Assuntos Econômicos solicite essas informações. A Comissão pode basear-se também na nota técnica da Consultoria do Senado Federal, que está colaborando conosco na análise do processo. Faço essa solicitação apenas para que eu possa emitir um parecer, baseado em informações complementares da Caixa Econômica Federal, do Banco Central do Brasil e do Governo do Estado do Piauí.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Em votação.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

Tem efeito suspensivo?

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Sim, tem que ter efeito suspensivo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - É uma diligência com efeito suspensivo?

O SR. FREITAS NETO – Mas, da maneira que está, Senador, o ofício do Banco Central é muito claro no sentido de que o Estado está inadimplente, em confronto com a resolução do Senado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Senador, estou pedindo que seja para efeito suspensivo, até para que não se diga que isso só ocorre em relação ao Estado do Paraná. Sempre que há uma diligência, ela tem efeito suspensivo.

O SR. FREITAS NETO – Certo, e aliás só posso oferecer o meu parecer conclusivo quando eu tiver as informações que estou pedindo através da Comissão. Quero deixar bem claro que faço isso nunca no sentido de atrapalhar, apesar de ser adversário do governador, mas sempre de colaborar, de acordo com as resoluções que tratam do assunto.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Item seguinte da pauta.

Solicitação do Governo do Estado do Espírito Santo sobre refinanciamento da dívida mobiliária do Estado, as operações de ARO, os empréstimos contraídos junto à Caixa Econômica Federal, de conformidade com protocolo de acordo firmado com o Governo Federal dentro do programa de apoio, reestruturação e ajuste fiscal dos Estados.

O relator é o Senador Gerson Camata, favorável, nos termos do projeto de resolução que apresenta. Passo a palavra ao Senador Elcio Alvares para que encaminhe o relatório do Senador Gerson Camata.

O SR. ELCIO ALVARES – Sr. Presidente, eminentes colegas, conforme foi lido pelo Sr. Presidente, a ementa do pedido está clara, está dentro daquele programa que já adotamos em relação a outros Estados. Substituo, na oportunidade, o Senador Gerson Camata e concluo com o parecer favorável, nos termos do projeto de resolução que foi apresentado em anexo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Digo ao meu querido amigo, Senador Elcio Alvares, que o projeto de resolução que está apresentado pelo Senador Gerson Camata está em desconformidade com a Resolução nº 12/97 do Senado.

Veja bem, inicialmente, por aquela resolução malfadada, a 70/95, o Governo Federal tinha a atribuição de criar um programa de reestruturação. E os seus dignos sucessores e o Senado diziam amém para o que não conheciam.

O SR. ELCIO ALVARES – Mas agora estou submetendo ao Senado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Não, essa resolução foi revogada pela Resolução nº 12/97, que pede que sejam remetidos ao Senado todos os termos de acordos que venham a ser firmados, com prazos, inclusive, para que esta Comissão emita parecer. E penso que o Espírito Santo não tem nenhum protocolo.

O SR. ELCIO ALVARES – Não, o Espírito Santo celebrou.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – E o acordo?

O SR. ELCIO ALVARES – Está tudo dentro do processado. Inclusive, participei da reunião que o Governador Vitor Buaiz teve com as autoridades da área econômica. Parece-me que é a parte derradeira do entendimento, de acordo com aquela determinação que tivemos, em virtude – recordo-me – de um projeto que foi encaminhado e que eu, inclusive, assinei. Alerto o Senador Esperidião Amin para o fato de que isso foi exaustivamente debatido com o pessoal da área econômica. O Governo do Espírito Santo rigorosamente tem cumprido tudo, e o tem feito até em excesso.

Então, Senador Esperidião Amin, parece-me que se trata de um ofício pedindo a aprovação ao ajuste final, que está seguindo a orientação que foi adotada por nós, quando debatíamos um projeto – lembro-me como se fosse hoje – em que o Ministro Pedro Malan, através do Secretário Executivo, Pedro Parente, pedia exatamente que as negociações fossem todas ultimadas no Ministério da Fazenda.

Estamos submetendo à apreciação do Senado. É necessária a aprovação. Inclusive, aqui no intróito, no voto do relator, pode-se ver que ele está dentro do programa de ajuste e que aliás já beneficiou vários Estados. Tenho impressão de que outros Estados já passaram por aqui. O Espírito Santo está dentro...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Pelo que percebo aqui, o parecer do Banco Central, que é de maio, já leva em conta a resolução nº 12/97, a que alterou a 70. O parecer leva em conta. Mas o projeto de resolução – estou falando só sobre o projeto de resolução – diz que está autorizado a contratar operação de refinanciamento da dívida mobiliária em cima das operações de antecipação de receita e dos empréstimos da Caixa Econômica. Tudo de conformidade com o protocolo de acordo.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – O protocolo geral.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – O protocolo geral é o preliminar, é aquele que é aprovado pelo Senado sem análise de mérito. Mediante o protocolo, autorizamos assinar. No entanto, tudo que é conseqüência do protocolo tem que ser analisado pelo Senado, até para se conhecerem os parâmetros, os critérios.

O SR. ELCIO ALVARES – Senador Esperidião Amin, oriente-me, por favor. Estou substituindo o Senador Gerson Camata, mas, pelo fato de ter participado intensamente com o Governador Vitor Buaiz da negociação com as autoridades da área econômica, penso que estamos cumprindo a parte derradeira dentro do espírito da decisão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sem sabermos exatamente qual é o critério que vai ser estabelecido em relação aos outros Estados do Brasil.

O SR. ELCIO ALVARES – Tenho impressão de que esse critério é universal.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Não, ele não existe.

O SR. ELCIO ALVARES – Não, o critério universal, decorrente exatamente daquela decisão nossa de não permitir. O que queria o Ministério da Fazenda, através de um projeto que veio aqui para o Senado.... Agora eles não estão chamando; eles negociaram e estão devolvendo para o Senado examinar.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Estamos cumprindo a resolução.

O SR. ELCIO ALVARES – Estamos cumprindo a resolução.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Ou seja, o fato de que hoje esteja sendo submetido é em cumprimento da resolução.

O SR. ELCIO ALVARES - Está certo. Tenho impressão de que não há nenhum óbice, dentro do espírito da resolução. E acho que o Senado teve um grande mérito quando tomou a decisão de avocar para si o exame dos pedidos. O Espírito Santo cumpriu rigorosamente tudo o que foi solicitado pelo Ministério da Fazenda. E isso é fundamental porque o Estado está vivendo neste momento... Por que esse meu empenho?

Volto a assinalar que o governo e do PT, mas está realizando um trabalho que considero sério, principalmente nessa área, eu diria, da recuperação econômica e financeira do Estado. Então, Senador Esperidião Amin, acredito sinceramente que outros pedidos de outros Estados virão aqui, nos mesmos moldes do do Espírito Santo.

O SR. FREITAS NETO – Senador Elcio, o art. 1º da resolução proposta pelo relator diz claramente:

> "na conformidade do protocolo de acordo firmado com o Governo Federal".

E o protocolo deve estar dentro do contexto.

O SR. WALDECK ORNELAS – Estou imaginando que, salvo engano, é o primeiro caso que chega já à contratação do refinanciamento propriamente dito. Quer dizer, estávamos aprovando o primeiro protocolo. Tenho impressão de que, no caso, como houve a Resolução nº 12, eles não mandaram o protocolo, mas estão mandando já o contrato, que, de resto, não está no avulso. Acho que isso é que está gerando problema. Eu observaria que o problema dos ativos privatizáveis do Estado, já que está sendo um contrato, não estão identificados.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Ainda não.

O SR. WALDECK ORNELAS – Mas, sendo contrato, já deveria estar. O protocolo é feito genericamente, inclusive sem valor. No caso aqui, já estamos com valor. Do outro lado, os ativos não estão identificados. Quer dizer, aí talvez o processo esteja mal-instruído. Seguramente é o que está ocorrendo aqui. Não estou fazendo juízo de valor.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – O que eu queria esclarecer é o seguinte: não há irregularidade formal. Podemos é nos ater ao conteúdo. Eu consultava aqui o Senador Elcio Alvares a respeito da idéia de tirarmos essa matéria de pauta, já que S. Exª está como o seu Relator substituto, para a reintroduzirmos na semana que vem.

O SR. ELCIO ALVARES – Não tenho dúvida nenhuma, e quero deixar isso muito claro, porque até o Estado do Espírito Santo, nessa negociação, não cumpriu exigências outras de vários pedidos.

Então, parece-me, e o sentido é esse, que isso será universal. Não tenho dúvida de que essa matéria retornaria na pauta da semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Peço especialmente ao Senador Esperidião Amin, que levantou a questão quanto à forma, mas, na verdade, a preocupação de S. Exª é o conteúdo; ao Senador Waldeck Ornelas, que fez observações pertinentes, e ao Senador Eduardo Suplicy que estudassem o assunto ao longo da semana.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Presidente, quando me referi ao projeto de resolução – infelizmente não pude estudar todo o processo, inclusive agora entendo ser prudente – vejam bem, isso aqui é uma família. Caso fixemos esse critério, haverá uma quebra dos outros Estados. Quero até dizer que o Espírito Santo está dando o que os outros Estados não podem dar – se é que entendi. Se R$387 milhões é o valor do acerto da dívida do Espírito Santo – é o que está escrito aqui – se isso é verdade, as condições de pagamento estabelecidas para o Espírito Santo não poderão sê-las para São Paulo.

Temos aqui: Condição de pagamento: amortização extraordinária equivalente no mínimo a 20% do valor do financiamento da dívida.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Que é mais ou menos uma cláusula presente em todos os protocolos.

O SR. WALDECK ORNELAS – Isso está geral.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Aí tem que pagar com ativos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Com recursos de ativos privatizados, não discriminados. Não estão discriminados.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Não, aí não está discriminado.

O SR. WALDECK ORNELAS – Penso que sendo da contratação final já deveria...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Aceitos pelo BNDES, os quais serão objeto de registro – sim, esse é um mecanismo, mas não sabemos o que será privatizado -, cujo saldo devedor estará sujeito a encargos financeiros idênticos aos do refinanciamento.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Os Estados têm obrigação de dar esses 20%. Oferecerão ativos. O BNDES avaliará. Se os valores forem inferiores, a diferença será financiada também na mesma base. Essa que é a idéia.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Privatiza quem quiser.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Não, o problema é o valor. Agora, sendo um projeto primeiro, é realmente muito importante que tenhamos mais tempo, até porque prevalece, no Senado, o que prevalece entre as Nações, a chamada CMF, a cláusula do Estado mais favorecido: todo mundo que leva algo os outros levam mais ou igual, não menos. Então, em sendo o Estado do Espírito Santo o primeiro, é muito importante que façamos uma análise mais detida.

O SR. ELCIO ALVARES – Sr. Presidente, dentro desse contexto da questão das privatizações, evidentemente há uma expectativa. Isso está dentro de uma variação. E o Estado inclusive teve a oportunidade de celebrar entendimento com o BNDES já com antecipação, porque a situação do Estado brasileiro é permanente em todos os Estado.

Quero reiterar que – e estou sendo informado aqui pela Secretaria – o projeto obedeceu rigorosamente as normas que são adotadas pela Secretaria. Portanto, dentro desse espírito que penso deva prevalecer, e para que não haja nenhuma dúvida, e no caso do Espírito Santo tenho certeza absoluta, porque acompanhei de perto a preocupação permanente de dar atendimento a todas as exigências partidas do Ministério da Fazenda, acato a sugestão do Presidente José Serra e dos eminentes Colegas para deixarmos para a próxima terça-feira a votação dessa matéria. Evidentemente encarecendo a urgência, porque o Estado do Espírito Santo, apesar da excelente situação econômica e a financeira bastante razoável, precisa de ter sua situação, o mais rápido possível, regularizada.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Item seguinte da pauta, que propus em termos extraordinários, referente ao Projeto de Lei da Câmara que institui o Fundo de Aposentadoria Programada Individual – FAPI – e dá outras providências.

Passo a Presidência ao Senador Vilson Kleinübing, pois sou o Relator dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Vilson Kleinübing) – Concedo a palavra ao nobre Relator Senador José Serra.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Srs. Senadores, chamo a atenção especialmente dos Senadores Esperidião Amin e Waldeck Ornelas para a importância desse projeto.

Na verdade, o projeto prevê a criação de uma previdência privada aberta no Brasil. Essa é a essência.

Temos hoje no Brasil três tipos de Previdência: a pública, a privada fechada e a aberta. Essa última

carece de um marco institucional e adequado de incentivos para se desenvolver. Esse projeto, que é de origem do Executivo, pretende preencher essa necessidade.

Não preciso me alongar a respeito da gravidade que se reveste, no Brasil, esse problema da poupança. Na verdade, se me perguntassem qual é o problema essencial da economia brasileira no período recente, pós-estabilização, diria que é a baixa taxa de poupança. Inclusive tivemos um aumento significativo da poupança externa, que, ao longo dos anos 80, foi negativa, para um nível hoje de 3 ou 4% do PIB. Na verdade, a poupança externa está diminuindo a poupança doméstica, está coexistindo com esse declínio. E um dos aspectos básicos é o declínio também da poupança privada. Não é apenas a poupança pública, tal como se tem estabelecido poupança das pessoas e poupança das empresas.

Esse projeto representa, na minha opinião, um incentivo ao aumento da poupança das famílias no Brasil. Em que sentido? Estimulando a formação de reservas para sua aposentadoria em parceria com empresas.

Qual a diferença entre a previdência aberta e a fechada? A fechada é no âmbito de uma empresa. Por exemplo, o que temos nas estatais, que hoje tem grande importância. Há ativos da ordem de 10% do PIB, sendo que 80% dela estão ligados a empresas estatais. Quanto à previdência privada aberta ainda é muito fraca no Brasil. A exemplo do que vem se fazendo em outros países, deveríamos trabalhar nessa direção.

Portanto, esse é o objetivo do projeto, em termos amplos.

O projeto prevê que as cotas, para efeito da formação desse Fundo de aposentadoria, poderão ser adquiridas pelo trabalhador individualmente ou pelos empregadores em nome dos seus empregados. O participante, mesmo com a perda do vínculo com a empresa, mantém o direito às cotas do Fundo, adquiridas pelo empregador em seu nome. Os valores adquiridos pelos empregadores não fazem parte da remuneração dos beneficiários para efeito da legislação do trabalho e da Previdência. Há um diferimento do Imposto de Renda referente às cotas adquiridas pelos trabalhadores até um limite determinado de R$2.400, desde que não tenha também outro plano de previdência privada, porque aí seria uma acumulação, uma duplicação, no caso de incentivos, e os Fundos seriam administrados por empresas financeiras privadas, que estariam sujeitas a normas de regulamentação. Os resgates são previstos para após 10 anos da primeira contribuição. Ou seja, é vedado o resgate antes de 10 anos. Quem retirar antes desse prazo estará sujeito a um imposto de até 25% do IOF. Aqui, no caso, está escrito 25%. Inclusive fizemos consultas à Procuradoria-Geral da Fazenda. E, na verdade, 25% para efeitos práticos, será interpretado como até 25%, porque era razoável que fosse até e não 25%. Mas isso está na forma em que está, essa possibilidade fica contemplada.

As cotas do FAPI poderão ser transferidas de um para outro. Não haverá tributação. Haverá isenção. Evidentemente, há exceções para o caso de invalidez e morte, definidas na legislação civil.

Creio que esse projeto realmente é extraordinariamente importante. Inclusive quando estava no Governo, fui um dos elementos que estimulou a apresentação desse projeto.

Do ponto de vista de poupança popular e do aumento da poupança no Brasil, de segurança com relação à aposentadoria, sem dúvida, é um passo adiante. Pessoalmente não sou a favor da chamada privatização da Previdência, até porque é inexeqüível. É uma coisa que se repete sempre no Brasil e ninguém se detém ou pouco se detém na análise dos fundamentos da questão. Uma previdência nos moldes da chilena, no Brasil, é inviável, até porque se suporia que o contribuinte de hoje deixe de recolher para a Previdência e aplique numa instituição privada. Como o beneficiário de hoje recebe, num economês norte-americano se diz **pay as you go**, ou seja, fica da mão para a boca. Quem, ao recolher para a Previdência, puder recolher para um fundo particular, um fundo privado de aplicação, o aposentado de hoje não terá remuneração.

No caso chileno, quando foi feito isso, o déficit da Previdência com proporção do PIB, saltou de l% para 8% do PIB. Acontece que o setor público chileno tinha capacidade de poupança para cobrir essa diferença e o fez em poucos anos, inclusive porque houve aumento do preço do cobre e uma série de questões circunstanciais. No Brasil isso é inviável. Se fôssemos começar tudo novamente, poderíamos até pensar. Mas, há muita coisa a ser feita antes disso: a reforma da Previdência, as questões atuariais ou mesmo incentivos na área privada. Isso daqui complementa a aposentadoria. Sabemos que a do INSS não paga mais do que R$1.000 e não vai pagar isso por muito tempo porque não há condição de financiamento.

Por outro lado, os trabalhadores de empresas mais fortes acabam sendo privilegiados – como no caso das estatais – por fundos de previdência privada fechada, e não há estímulo à previdência aberta.

Esse é o fundamento do projeto e do relatório que apresento agora.

O SR. PRESIDENTE (Vilson Kleinübing) – Em discussão.

(Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, para melhor exame do projeto, peço vista para estudá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Vilson Kleinübing) – Fica concedida vista ao Senador Eduardo Suplicy.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h 29min)

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

Criada através do Requerimento nº 1.101, de 1996-SF, destinada a "apurar irregularidades relacionadas à autorização, emissão e negociação de títulos públicos, estaduais e municipais, nos exercícios de 1995 e 1996"

ATA DA 27ª REUNIÃO REALIZADA EM 3 DE JUNHO DE 1997

Às dezessete horas e quinze minutos dos três dias do mês de junho do ano de mil novecentos e noventa e sete, na sala número dois da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Bernardo Cabral (Presidente), Geraldo Melo (Vice-Presidente), Roberto Requião (Relator), Casildo Maldaner, Eduardo Suplicy, Emília Fernandes, Esperidião Amin, Fernando Bezerra, Jader Barbalho, José Agripino, José Serra, Romeu Tuma, Vilson Kleinubing, Carlos Wilson, Francelino Pereira e Gilberto Miranda e ainda os Senhores Senadores Beni Veras, Mauro Miranda, Nabor Júnior, Lauro Campos, Carlos Patrocínio e Pedro Piva, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a "apurar irregularidades relacionadas à autorização, emissão e negociação de títulos públicos, estaduais e municipais, nos exercícios de 1995 e 1996. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Bernardo Cabral, declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, a Presidência informa que a presente Reunião destina-se a ouvir os Senhores Senadores Gilberto Miranda, Pedro Piva, Fernando Bezerra, Beni Veras, Eduardo Suplicy, Lauro Campos, Carlos Wilson, Jonas Pinheiro, Mauro Miranda e Nabor Júnior, relatores dos projetos de resolução sobre emissão de títulos públicos. Foram aprovados os seguintes requerimentos do Senhor Relator, Senador Roberto Requião, solicitando à Polícia Federal no Rio de Janeiro: 1) que tome o depoimento dos Srs. Fábio Nahoum, Ronaldo Ganon e Pedro Neiva Filho para fins de esclarecimento de suas transações cambiais com a empresa Made in Brasil – Viagens e Turismo Ltda., bem como sobre contas bancárias que porventura os mesmos detenham no exterior; 2) realização de diligência de busca e apreensão de documentos na empresa Made in Brasil – Viagens e Turismo Ltda. para coleta de documentos relativos a transações cambiais daquela empresa com o Banco Vetor S.A. e com o Instituto de Previdência do Clero; 3) sejam convocados a prestar depoimento para fins de transações cambiais com o Banco Vetor e com o instituto de Previdência do Clero, o Srs. Guilhermo Daves, Raul Daves e Jorge Daves, e demais diretores/proprietários da empresa Made in Brasil – Viagens e Turismo Ltda, bem como o adendo do Senhor Senador Romeu Tuma, para que sejam ouvidos também os sócios da Vitória DTVM: Sr. Raul Henrique Sogur; SRA. Olga Pagura, Sr. Richard Waterloo; e Sr. Rubens Meneguetti. Usaram da palavra no decorrer dos trabalhos, e por ordem de inscrição, os Senhores Senadores: José Serra, Casildo Maldaner, Eduardo Suplicy, Esperidião Amin, Romeu Tuma, Geraldo Melo, Emília Fernandes, Jader Barbalho e Vilson Kleinubing. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra os trabalhos, e, para constar, eu, Adriana Tavares Sobral, Secretária da Comissão, lavrei a presente que, lida e aprovada, irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas.

ANEXO À ATA DA 27ª REUNIÃO DE 1997

Da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada através do requerimento nº 1.101, de 1996-sf, destinada a "apurar irregularidades relacionadas à autorização, emissão e negociação de títulos públicos, estaduais e municipais, nos exercícios de 1995 e 1996, realizada em 3-6-97, que se publica com a devida autorização do senhor presidente da comissão.

Presidente: **Senador Bernardo Cabral**

Vice-presidente: **Senador Geraldo Melo**

Relator: **Senador Roberto Requião**

Íntegra De Acompanhamento Taquigráfico

Expositores:

Gilberto Miranda, Pedro Piva, Fernando Bezerra, Beni Veras, Eduardo Suplicy, Lauro Campos, Carlos Wilson, Mauro Miranda e **Nabor Júnior.**

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Havendo número regimental, declaro aberta a 27ª reunião desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Indago ao Plenário se é necessária a leitura da Ata da reunião anterior, realizada em 20 de maio, ou se podemos considerá-la aprovada. (Pausa.)

Aprovada.

A presente reunião destina-se a ouvir, pela ordem, os Srs. Senadores Gilberto Miranda, Pedro Piva, Fernando Bezerra, Beni Veras, Eduardo Suplicy, Lauro Campos, Carlos Wilson, Jonas Pinheiro, Mauro Miranda e Nabor Júnior.

Antes de conceder a palavra ao nobre Relator, peço permissão aos eminentes Colegas Senadores para lhes dar conhecimento de uma matéria publicada hoje no **Correio Braziliense**, que diz respeito à Comissão Parlamentar de Inquérito, no que tange à minha pessoa.

A nota publicada pelo **Correio Braziliense** diz "Vale tudo pela Zona Franca de Manaus". O subtítulo é "Pressões e pedidos a aliados políticos foram armas do Governador Amazonino Mendes para retomar controle da Suframa". No meio da reportagem, lê-se o seguinte:

> "A última cartada de Amazonino teria sido dada pelo Senador Bernardo Cabral (PMDB-AM), Presidente da CPI dos Títulos Públicos, há pouco mais de um mês. Cabral teria pedido uma reunião com os Ministros da Fazenda, Pedro Malan, do Planejamento, Antônio Kandir, e com o Presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, para tratar do relatório da CPI".
>
> A reportagem continua:
>
> "Segundo relato de um dos participantes, feito à cúpula tucana, o senador teria dito: se Fernando Henrique honrar com o compromisso firmado com Amazonino em relação à chefia da Suframa, o relatório final não apontará o BC como um dos principais responsáveis no escândalo dos precatórios. Passam pelo BC todo os processos que autorizam essas operações financeiras pelos Estados.
>
> O relator, Senador Roberto Requião (PMDB-PR), não teria tomado conhecimento da conversa."

Hoje, pela manhã, tomei conhecimento dessa reportagem através de uma iniciativa do eminente Ministro Pedro Malan, que telefonou para o meu gabinete e falou a respeito da sua indignação. S. Exª disse que estava encaminhando uma nota de esclarecimento à imprensa e uma outra, para que eu pudesse dispor dos meios que entendesse de tomar.

Em primeiro lugar, quero repudiar, da forma mais eloqüente, a parte do texto dessa reportagem que diz respeito à minha pessoa, reportagem esta de autoria da profissional Mírian Guaraciaba.

A nota do Ministério da Fazenda é dada em conjunto com o Ministério do Planejamento. Dos dois gabinetes, saiu a seguinte nota:

> "Nota de esclarecimento com relação à matéria "Vale-Tudo pela Zona Franca de Manaus", publicada na edição de hoje, 3 de junho de 1997, do **Correio Braziliense**.
>
> Os Ministérios da Fazenda e do Planejamento têm a esclarecer o seguinte:
>
> 1. Durante o encontro entre os Ministros da Fazenda, Pedro Malan, e do Planejamento, Antônio Kandir, o Governador do Estado do Amazonas, Amazonino Mendes, e o Senador Bernardo Cabral, não se tratou, em nenhum momento, de questões relativas à Comissão Parlamentar de Inquérito dos Títulos Públicos e, portanto, da posição do Banco Central no relatório daquela Comissão. A propósito, o Presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, não esteve presente ao encontro.
>
> 2. O encontro limitou-se a questões relativas a finanças públicas do Estado do Amazonas e à Zona Franca de Manaus. Em nenhum momento se admitiu a substituição do Sr. Mauro Costa pelo Sr. Marlênio Ferreira na Superintendência da Zona Franca de Manaus.
>
> 3. Se a jornalista que assina a matéria se tivesse dado ao trabalho de checar o teor da reunião com os participantes, certamente não teria transmitido aos seus leitores a idéia absurda de que o Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Títulos Públicos, Senador Bernardo Cabral, que vem conduzindo com absoluta correção os trabalhos daquela CPI, pudesse ter proposto qualquer barganha envolvendo o relatório da referida Comissão e a questão da Zona Franca de Manaus.
>
> Brasília, 3 de junho de 1997."

Quero dizer aos meus eminentes colegas desta CPI que, além da honra que tenho de com eles conviver, apesar do veemente desmentido desta

nota dos Ministros da Fazenda e do Planejamento, não me quedarei inerte ante tão infamante reportagem, que atinge profundamente minha honorabilidade de Senador. Por essa razão, tomarei as providências judiciais que o caso comporta, tanto na área penal quanto na civil.

Informo aos eminentes Colegas que o Ministro da Fazenda, em conversa com o Dr. Geraldo Brindeiro, Procurador-Geral da República, transmitiu a S. Exª todo o resultado desta nota. E o Procurador-Geral da República perguntou se a Presidência da CPI queria tomar as providências por intermédio da manifestação da Procuradoria-Geral da República. Esta é uma matéria que tratarei depois com o eminente Senador Roberto Requião, Relator desta Comissão, a quem dou a palavra.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Sr. Presidente, solidarizo-me com V. Exª, dada a irresponsabilidade e o absurdo da informação da jornalista. No corpo da matéria, ela alerta que o Senador Roberto Requião, Relator, não havia tido conhecimento da reunião. Não houve a reunião – como eu disse no plenário há poucos instantes -, pelo respeito que o Senador Bernardo Cabral tem por ele mesmo, e pelo respeito mútuo que mantemos.

De resto, a minha opinião sobre o envolvimento do Banco Central no processo de emissão dos títulos é clara: vai até ao Dedip, vai até o Sr. Jairo da Cruz Ferreira, em função das ligações telefônicas com membros de organizações financeiras que participaram do processo de emissão e colocação no mercado de títulos de forma fraudulenta, com infrações fiscais e evasão de divisas, com abertura de contas no exterior e provável suborno de agentes públicos e funcionários públicos.

A minha posição de que o envolvimento vai até o Sr. Jairo da Cruz Ferreira é pública e não podia ser alterada. O Senador Bernardo Cabral conhece a posição, e eu a tenho mencionado na imprensa por reiteradas vezes. O Senador Bernardo Cabral jamais se dirigiu a mim em conversas privadas com o fim de levantar alguma opinião sua sobre a elaboração do relatório.

O relatório inicial está aqui, confirmando, sim, o envolvimento do Dedip do Banco Central que, a meu critério, existe e tem que ser colocado para o Ministério Público. Esse relatório já estava redigido sem que o Senador Bernardo Cabral desse sobre ele alguma opinião. Por redução ao absurdo, a afirmação irresponsável da jornalista esboroa, desmancha-se, e a minha solidariedade deve ser acompanhada pela de todos os Senadores da Comissão, porque são eles que, ao fim, depois desse momento em que estabelecermos o contraditório, votarão o relatório final. Esclareço que o contraditório será feito com Prefeitos da época em que os títulos foram emitidos e com Governadores, alguns deles no exercício do mandato ainda hoje. Nem eu nem o Senador Bernardo Cabral poderíamos estabelecer um controle sobre a Comissão que determinasse o teor exato do relatório num momento anterior à votação dos Srs. Senadores da Comissão.

Por falar em relatório, Sr. Presidente, a primeira parte viabiliza o contraditório e a convocação dos Prefeitos e Governadores pela ordem de entrada dos relatórios na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, constituindo o relatório prévio, que está aqui nesta mesa. Quero passá-lo às suas mãos de forma oficial. É um relatório prévio, a ser consolidado depois da oitiva dos Senadores e do contraditório estabelecido por Governadores e Prefeitos da época da emissão dos títulos de 1995 e 1996. São esses três volumes, com cerca de 1.500 páginas. Existe ainda uma separata, que está em cima daquela mesa, sem os documentos anexos que informam o processo, a ser distribuído aos Srs. Senadores da Comissão logo que troquemos as páginas 21 e 22 referentes ao relatório de Santa Catarina, as quais submeti a uma pequena alteração.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Registro para os Anais desta CPI a presença do Senador Mário Frota, um dos Parlamentares mais brilhantes que o Estado do Amazonas mandou para o Congresso Nacional, tendo sido Deputado Federal durante doze anos. Personalidade de inteireza de caráter e honorabilidade pessoal, um advogado brilhante que considero amigo da minha vida inteira.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, solidarizo-me com V. Exª e quero incluir-me na ação contra a jornalista, tendo em vista que ela cita o meu nome também e faz alusões a outros membros do Senado Federal. Gostaria de fazer parte nas ações criminal e civil, tendo em vista as leviandades que ela escreveu, sem ter consultado V. Exª, o Presidente da Casa, os Srs. Ministros ou a mim. Era o que queria dizer.

Solicito a V. Exª que providencie para todos os membros da Comissão cópia do relatório preliminar, a fim de que possamos estudá-lo, pelo menos superficialmente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – A Presidência defere o requerimento de V. Exª e fará distribuir aos eminentes Senadores que aqui se en-

contram cópia do relatório. Os demais a receberão em seus gabinetes.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Sr. Presidente, sobre o episódio dessa reportagem que envolve o nome de V. Exª, não pude me manifestar no Plenário, mas o meu Líder o fez em nome do nosso partido, em seu nome pessoal, no meu e em nome do Senador Romeu Tuma.

Quero dizer à imprensa brasileira o seguinte: o Senador Bernardo Cabral não precisa das suas funções na CPI para buscar o que o seu Estado tem direito. O seu mandato de Senador e a sua estatura de homem público lhe dão esse direito quando S. Exª considerar conveniente lutar pelo seu Estado.

Senador Bernardo Cabral, sou testemunha, juntamente com todos os outros Senadores, que V. Exª agiu corretamente no exercício da Presidência desta CPI e, exatamente por isso, ela está chegando a bom termo.

Estou ao seu lado e estarei sempre quando se tratar da sua honra.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Muito obrigado, Senador Vilson Kleinübing.

O SR. CASILDO MALDANER – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. CASILDO MALDANER – Como disse o Senador Vilson Kleinübing, V. Exª está sendo correto na condução dos trabalhos desta Comissão. Acrescento que não só foi correto, como está sendo e – acredito – o será até o final dos trabalhos, pela imparcialidade de V. Exª, pela autoridade e pelo respeito que, aliás, tem desfrutado ao longo da vida pública em função dos notórios cargos que têm exercido.

Não gostaria de ficar quieto num momento como esse, sem expor, com muita humildade e de coração, essas afirmações a V. Exª, Presidente Bernardo Cabral.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Casildo Maldaner.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, tenho a convicção de que a atuação de V. Exª tem sido imparcial e tem levado os nossos trabalhos a gerar confiança entre nós e perante a opinião pública de que esta CPI vai chegar a bom termo, cumprindo a sua responsabilidade.

Estamos numa fase decisiva: a apresentação do pré-relatório. Acredito que o Senador Roberto Requião já demonstrou pelos fatos que o relatório não se desviará daquilo que constitui a verdade averiguada; e que nós, no conjunto, incluindo o Presidente, iremos cumprir com o nosso dever e responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Muito obrigado a V. Exª.

O SR. JOSÉ SERRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. JOSÉ SERRA – Faço minhas as palavras do Senador Eduardo Suplicy. Quero dar o meu testemunho de que esta Comissão tem feito seu trabalho, satisfatória ou insatisfatoriamente, de maneira absolutamente independente, com isenção da parte da Presidência, da parte do Relator e de todos os integrantes. Cada um tem suas posições, seus pontos de vista mas, realmente, isso tudo tem sido feito de maneira bastante aberta, sem qualquer tipo de atitude ou pressão que possa prejudicar a conclusão dos nossos trabalhos. Quero dizer que V. Exª tem conduzido com a isenção que necessitamos para a boa conclusão dos trabalhos. Não li a matéria a que V. Exª fez alusão, mas inteirei-me do significado dela a partir do pronunciamento dos colegas no plenário. Nesse momento, eu queria deixar meu testemunho registrado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Muito obrigado a V. Exª, Senador José Serra.

Eminentes Senadores, o eminente Senador Relator, depois da aprovação pelo Plenário para que os colegas Senadores prestassem esclarecimentos sobre seus relatórios, houve por bem iniciar com aquele Relator que fosse pela ordem o mais antigo. Temos a seguinte ordem: Senadores Gilberto Miranda, Pedro Piva, Fernando Bezerra, Beni Veras, Eduardo Suplicy, Lauro Campos, Carlos Wilson, Jonas Pinheiro, Mauro Miranda, Nabor Júnior.

A Mesa deve declarar – e o faz em caráter pessoal – que considera os Senadores aqui listados, os quais não fazem parte desta Comissão: Senadores Lauro Campos, Mauro Miranda, Pedro Piva e Jonas Pinheiro, todos – falo em nome pessoal – merecedores do meu respeito e do meu apreço.

Concedo a palavra ao Senador Gilberto Miranda.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, como Relator do Projeto da Prefeitura, Ofício nº 74, de 1994, e como Relator do Ofício do Governo de São Paulo nº 52/96, respondi o questionário que todos os senhores têm cópia.

Coloco-me à disposição para qualquer esclarecimento a respeito do questionário, tendo em vista que todos participaram da votação de São Paulo. Quanto àqueles que não participaram da votação da Prefeitura de São Paulo, temos Anais da Casa com toda documentação, e a matéria foi amplamente discutida nesses quase cinco meses de CPI. Sendo assim, estou à disposição dos Srs. Relatores, do Sr. Presidente e do Sr. Relator-Geral.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Relator Roberto Requião, deseja fazer algum pedido de esclarecimento ao Senador Gilberto Miranda?

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Fiz aos Srs. Senadores Relatores um questionamento por escrito e recebi deles a resposta, que é pública e está na mão dos demais Senadores da Comissão. A resposta que eu recebi me deu a noção clara da circunstância de cada relatório. Essa resposta e essa documentação são públicas, acessíveis à imprensa e a todos os Senadores ou pessoas que por ela se interessarem. Dessa forma, neste momento, eu não teria nenhuma pergunta a fazer aos Srs. Relatores, salvo se algum assunto levantado por Senadores durante esta sessão me despertar a curiosidade ou a necessidade fazê–lo.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – A Presidência acompanha o raciocínio do eminente Senador Roberto Requião, porque também li os relatórios apresentados e não vejo necessidade de fazer nenhum a indagação.

Concedo a palavra ao Senador José Serra.

O SR. JOSÉ SERRA – Vou aproveitar a oportunidade do primeiro depoimento do Senador Gilberto Miranda, que era o Presidente da CAE, inclusive o Vice–Presidente, para levantar um tipo de questão que, na verdade, tem a ver com todos os depoimentos dos Senadores e com a questão da posição do próprio Senado nesse processo.

Eu queria aproveitar a oportunidade para dialogar com o Senador Gilberto Miranda a respeito disso, de maneira breve, mas que possamos precisar questões que serão fundamentais para fazer ou não parte do nosso Relatório. Porque é disso que se trata.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Tem V. Exª a palavra, para as indagações, Senador José Serra.

O SR. JOSÉ SERRA – A questão básica que eu teria para indagar, eu gostaria, Senador Gilberto Miranda, de cercá–la antes de uma análise a respeito do próprio dispositivo constitucional das Disposições Transitórias, art. 33, que, como a Comissão sabe, foi de minha autoria, na época da Constituinte.

Creio que o Senado – e foi talvez a partir de São Paulo, eu não estava aqui – fixou determinadas interpretações a respeito desse artigo, que deram, que abriram caminho para, eu diria, grande parte dos problemas que se apresentaram com relação à questão dos precatórios.

Quais foram os problemas, a meu ver, Senador Gilberto Miranda? Primeiro, a interpretação que se deu do que é transitado em julgado. O art. 33 diz:

> Art. 33 – Ressalvados os créditos de natureza alimentar, o valor dos precatórios judiciais pendentes de pagamentos na data da promulgação da Constituição, incluído o remanescente de juros e correção monetária, poderá ser pago em moeda corrente, com atualização, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de oito anos, a partir de 1º de julho de 1989, por decisão editada pelo Poder Executivo até cento e oitenta dias da promulgação da Constituição.

O parágrafo único diz:

> Parágrafo único – Poderão as entidades devedoras, para o cumprimento do disposto neste artigo, emitir, em cada ano, no exato montante do dispêndio, títulos de dívida pública não computáveis para efeito do limite global de endividamento.

A propósito, Sr. Presidente, é interessante observar que, tanto quanto eu conheça do assunto, nenhum governo, aparentemente, utilizou o parágrafo único combinado com o art. 33, com o **caput**. Em que sentido? O de parcelar em oito vezes e emitindo, em cada vez, a parcela correspondente. Na verdade, teria sido mais negócio para qualquer governo parcelar em oito vezes e pagar, porque inclusive é sem juros. É muito melhor do que colocar com títulos. Isso, evidentemente, quero dizer que não foi idéia minha incluir, embora eu tenha estado de acordo na questão de emissão de títulos de dívida mobiliária, mas, inegavelmente, era mais negócio para qualquer Estado parcelar em oito vezes e pagar, porque, inclusive, não há juros; portanto, era mais vantagem. Isso não foi feito.

Agora, há problemas com relação a esse **caput**, que são os seguintes – e que a meu ver o Senado se equivocou na forma como conduziu: primeiro, não se coloca, com relação a precatório, o trânsito em julgado. Precatório, por definição, já houve trânsito em julgado. O que é o precatório? É um instrumento pelo qual a Justiça quer obrigar o Executivo a colocar no Orçamento até 30 de junho. Lembro-me, inclusive, que no caso de São Paulo, com relação às ações da Paulista ...

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Senador José Serra, permitiria um esclarecimento do Relator?

O SR. JOSÉ SERRA – Pois não, Senador.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Na verdade, precatório é a carta enviada pelo juiz do feito, quando ele transita em julgado, para o Presidente do Tribunal. E este oficia ao Governo do Estado que a matéria deve ser incluída na Lei Orçamentária.

O SR. JOSÉ SERRA – Inclusive quem já lidou com esse assunto em governos estaduais e municipais sabe que a data crítica é 30 de junho. Se o juiz não oficia até 30 de junho, oficia em 1º de julho, não entra no Orçamento do ano que vem.

Agora, qual foi o ponto aí? É que, na verdade, deu-se uma interpretação, Sr. Presidente, que precatórios posteriores à data permitida pela Constituição, mas cujo fato gerador fosse anterior a essa data, estariam sujeitos a esse parcelamento. Esse não era o espírito da emenda e nem corresponde à letra da emenda. Este foi um equívoco, na minha opinião, cometido pelo Senado. Com isso, abriu-se a possibilidade para que todos os precatórios pendentes, cujos fatos geradores fossem anteriores à promulgação da Constituição, mas cujo pagamento foi definido como precatório só depois, ou seja, quando houve o envio da carta, fosse incluído dentro desse parcelamento. Essa é uma primeira questão, Senador Gilberto Miranda, e V. Exª deve ter acompanhado esse processo e esse raciocínio naquela oportunidade.

Uma segunda questão também tem a ver com a interpretação do art. 33, que é a do conceito de editar. Aqui diz: "...prestações anuais, iguais e sucessivas, prazo máximo de um ano, a partir de 1º de julho de 1989, por decisão editada pelo Poder Executivo."

A palavra "editado", segundo o Aurélio, dicionário que todos usamos – pelo menos eu uso – significa fazer a edição, dar a lume, publicar; portanto, é publicado, com clareza; uma publicação. Ou seja, o ato teria que ser publicado para regular a produção dos seus efeitos. Sem a edição da publicação, no prazo de 180 dias, não poderia mais ser realizado o parcelamento facultado. Inclusive, o mesmo dicionário diz que "editado" provém de édito, que significa ordem judicial publicada por anúncios ou editais. Inclusive a origem de "editar" vem da ciência jurídica, chamemos assim. Portanto, isso me parece inequívoco, e em muitos casos se passou por cima dessa questão.

Um terceiro ponto em que, a meu ver, o Senado também não atuou corretamente – e aí tampouco o Banco Central, na sua assessoria – refere-se à questão da correção monetária. É evidente que havia a correção monetária, o próprio dispositivo contempla; mas o fato é que muitas delas eram pendentes de decisões judiciais. Em geral, as entidades subnacionais utilizaram algumas decisões para justificar emissões para o conjunto, como se todas elas viessem a ser efetivamente adotadas, quando, inclusive no caso dos planos de estabilização, que sempre introduziram vetores de muitos significados do ponto de vista da correção monetária, houve muitas decisões controversas, e isso permitiu sobrar dinheiro além da conta do que se justificaria.

A meu ver, esses três pontos configuram equívocos que o Senado cometeu no seu conjunto. Não é equívoco do Relator, do Presidente ou do Vice-Presidente da CAE, tampouco do parlamentar do Estado, embora eles possam ter estado equivocados. Mas tudo isso foi chancelado e aprovado, seja pela Comissão de Economia, como pelo Plenário. Agora, como instituição, é inegável que temos que detectar essas falhas, até com vistas ao futuro e a outras providências que possam ser tomadas.

Parece-me muito pertinente fazer essas observações no dia em que os Relatores aqui vêm. Na verdade, a maior parte deles acabou seguindo procedimentos que foram sendo estabelecidos pelo conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – V. Exª anotou?

Com a palavra o Senador Gilberto Miranda, para esclarecimentos.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Se tiver alguma dúvida, farei pergunta ao Senador.

Na verdade, acho que a coisa começa um pouco além, na constituinte de 1988. Quando foi dada a devida redação, não se pensou que poderia acontecer o que hoje estamos aqui discutindo, e então se deixou muito em aberto. Na verdade, essa matéria não começa com a Prefeitura de São Paulo; ela começa, primeiramente, com o Ofício nº 42, de 1994,

quando a Prefeitura de São Paulo pede complemento para o primeiro oitavo, no Governo Luiza Erundina. Depois, antes de vir a Prefeitura de São Paulo, do qual fui Relator, o Ofício nº 029, de 1994, também o seu quinto oitavo, a Prefeita Erundina pediu realmente complemento. E depois tem o Ofício nº 35, também de 1992, votado em 1993, da Prefeita Luiza Erundina.

O SR. JOSÉ SERRA – Esse complemento, Senador, por conta da correção monetária.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Sim. Essa matéria surge no Senado desde o primeiro oitavo. Não foi na gestão de Paulo Maluf que a Prefeitura de São Paulo fez o primeiro pedido. Isso começou na gestão de Luiza Erundina, que pediu três vezes sucessivamente. Por quê? Porque o tribunal havia solicitado dela os complementos da correção monetária. Então, S. Exª entrou com o pedido pelo Sr. Secretário da Fazenda. O pedido veio ao Senado, que o distribuiu à Comissão de Assuntos Econômicos. A matéria foi votada na Comissão e em plenário, tendo sido aprovada.

Quando fui relator, em 1994, consultei os Anais da Casa e percebi que o Senado tinha tido, nos três casos, a mesma posição. Simplesmente, segui a tendência. O relatório do Banco Central, seguindo o art. 33 – redigido por V. Exª – diz: "(...)a atualização de juros e correção monetária(...)" que, à época da Constituinte, era muito alto.

Com relação à Prefeitura de São Paulo, em 1994, a Prefeita Luiza Erundina não incluiu uma parcela 99 milhões de precatórios transitados em julgado. No relatório que o Banco Central mandou a esta Casa, no projeto do qual fui Relator, cita que não foi incluído pela Prefeitura, mas, depois, corrigido pela atual administração (à época, de Paulo Maluf). Essa resposta é com relação à primeira pergunta.

A segunda questão de V. Exª: "editado do setor Executivo".

No caso da Prefeitura de São Paulo e no caso do Governo de São Paulo, do qual fui Relator, foi editado tanto pela Prefeitura como pelo Governo do Estado, e foi publicado, à época, seis meses passados. Então, no caso em que fui Relator, a matéria não se enquadra. Portanto, eu não poderia responder–lhe, porque tomei a precaução para isso.

O terceiro ponto: "O Senado não atuou direito no caso em não analisar".

Discordo de V. Exª completamente. Esta Casa seguiu, única e exclusivamente, o que o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, no seu art. 33, estabelece, ou seja, que seja incluída a correção monetária. No caso de São Paulo – Prefeitura e Governo –, há uma média de 8.500 processos. O Governo e a Prefeitura pediram a correção monetária. O Banco Central concedeu a correção monetária no primeiro oitavo, no segundo e no terceiro oitavo. A Prefeita Luiza Erundina pediu o quarto oitavo e, antes de o Senado liberá–lo, S. Exª já pede complementos para esse quarto oitavo.

Nesta Casa, não temos condições de checar 8.500 processos para verificar correção monetária de vários planos. Não cabe a nós, mas sim – depois de aprovado por esta Casa – aos Tribunais de Contas dos Estados analisarem e fazerem o relatório. Aqueles que não usarem adequadamente os recursos aprovados pelo Senado sofrerão as penas da lei.

Tanto é assim que, no caso da Prefeitura de São Paulo, não aceitei as emendas do Senador Suplicy apresentadas em plenário, porque estabeleciam que o Prefeito de São Paulo deveria remeter ao Senado, trimestralmente, os valores pagos para serem analisados por esta Casa. Seria vexatório, pois esse não é o papel do Senado. Esta Casa legisla; não faz papel de tribunal de contas. Aqui não há estrutura para ir ao Estado – nenhum Sr. Senador pode fazer isso – para verificar 8.500 processos e todos os planos monetários que tivemos.

Assim, seria pior para o Senado. Achei melhor não aceitá–lo e deixar para o Tribunal de Contas analisar, dar seu parecer e remetê–lo à Assembléia para a devida aprovação.

Com relação a esses três pontos, era o que eu tinha a informar à Comissão.

O SR. JOSÉ SERRA – V. Exª me permite usar da palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador José Serra, tem V. Exª a palavra.

O SR. JOSÉ SERRA – Eu havia apresentado uma outra questão, Senador Gilberto Miranda.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Não me lembro. Mas, se V. Exª me relembrar, posso respondê–la.

O SR. JOSÉ SERRA – Trata–se da data limite para o financiamento, que a Constituição estabeleceu para meados de 89, creio.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Oito anos.

O SR. JOSÉ SERRA – Oito anos, a partir de 1º de julho de 1989. Na verdade, a Constituição é clara, quando se trata de precatórios, e não de fatos gerados com anterioridade a 1º de julho de 1989, que deram origem a precatórios depois dessa data. Isso parece–me inequívoco. No entanto, o Senado inter-

pretou que bastava o fato ter sido gerado antes de 1º de julho de 1989 ou da promulgação da Constituição, para ser incluído nesse refinanciamento. Esse é um ponto central.

Essa foi a interpretação aqui vigente, que vale para todos, e não só para o Município de São Paulo. Realmente, no caso de São Paulo, houve reedição, mas eu não estava me referindo a ele especificamente; nos outros casos, não houve essa reedição.

Finalmente, com relação à correção monetária, na prática, como as LFTs, por exemplo, eram reajustadas segundo índices próprios e muitas vezes superiores aos índices de preços aplicados; acabava sobrando dinheiro e não houve cuidado do Senado e do Banco Central em verificar isso.

Pode-se facilmente demonstrar, com números, Sr. Presidente, como acabava sobrando dinheiro pela simples aplicação do mecanismo. É possível que o Senado não tivesse condições para isso, mas o Banco Central tinha; deveríamos ter exigido do Senado essa providência.

Em todo caso, não gostaria de alongar-me mais. Apenas queria fazer essas reflexões, para que possamos entender melhor os problemas que aconteceram com posterioridade, que não dizem respeito a um ou dois relatórios, mas às orientações que foram fixando-se ao longo do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Concedo a palavra ao Senador Gilberto Miranda.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Com relação à matéria transitada em julgado, penso que o Senado agiu prudente e sabiamente.

Todos nós sabemos do acúmulo que existe no Judiciário; só o Supremo julga mais de 36 mil ações por ano, uma média de mais de 4.000 ações para cada Sr. Ministro. Imagine V. Exª o que acontece com relação às varas estaduais.

Como fica aquele que já foi desapropriado, não foi pago e esperou 10, 15 ou 20 anos para receber? Estabelece a Constituição, no seu art. 33, sobre precatórios transitados em julgado: "pendentes de pagamento na data de promulgação".

No caso de São Paulo, essas sentenças já haviam sido dadas; já havia acórdãos do Tribunal. Inclusive, penso que, devido à própria morosidade – depois de dar a sentença, o juiz demora para redigir o seu acórdão, que deve ser publicado –, a Prefeitura de São Paulo, no Governo Luiza Erundina, não podemos iludir-nos, também não teve condições de incluir na inicial do pedido.

Considero que não há culpa do Governo da Prefeita Luiza Erundina nem do Judiciário. Realmente, todos sabem como são as varas da Justiça; sabem da demora e do tempo que leva para isso acontecer.

No entanto, não poderíamos, em hipótese nenhuma, prejudicar alguns, que, depois de terem seus processos transitados em julgado, ficariam excluídos. O Prefeito Paulo Maluf fez muito bem em mandar incluir aqueles, antes da Constituição; por isso o Senador votou e aprovou.

Com relação à sobra de dinheiro, Senador, não acredito que o Senado tenha condições. A curto ou a longo prazo, não cabe ao Senado analisar sobra de dinheiro de pagamento de precatório. O Senado interpreta a Constituição, legisla, faz leis; para isso, há o Tribunal de Contas.

Esperamos que aquele que utiliza o dinheiro público o faça honesta e seriamente. Isso não cabe a nós, que aprovamos; não temos estrutura, como disse, para analisar essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Pergunto ao eminente Senador Roberto Requião se quer fazer alguma indagação ao eminente Senador Gilberto Miranda.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Eu queria fazer uma indagação que me foi suscitada durante o momento em que o Senador Gilberto Miranda conversava com o Senador José Serra.

Senador Gilberto Miranda, recordo-me que V. Exª tomou muitas cautelas na elaboração de seu relatório e que, nos debates entre V. Exª e o Sr. Alkimar Moura, do Banco Central, e o Sr. Jairo da Cruz Ferreira, V. Exª havia submetido o relatorio a uma conversa com os diretores do Banco Central. Esse relatório vinha sendo objeto também da observação dos profissionais do Banco Central. Gostaria que V. Exª me esclarecesse, nesta oportunidade, de que forma essas conversas se deram, suas reuniões e seus encontros, e até que ponto o Banco Central participou da elaboração do relatório de V. Exª anteriormente à aprovação deste pela Comissão ou aprovou a elaboração do relatório de V. Exª e opinou sobre ele.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Senador Roberto Requião, com relação à aprovação do relatório e à análise do relatório da Prefeitura de São Paulo, foram tomadas todas as cautelas por parte do Senado Federal e por parte do Relator. Se alguém pecou e se aconteceu algo, o que penso que não ocorreu, teria sido o Banco Central. Tão logo recebi, tão logo avoquei a matéria para relatar, remeti o Ofício nº

055, dia 28 de outubro de 1994, ao Banco Central e ao Prefeito Paulo Maluf. Pedi ao Prefeito Paulo Maluf:

> "Refiro–me à solicitação da Prefeitura Municipal de São Paulo relativa à pretensão de emitir Letras Financeiras do Tesouro Municipal cujos recursos seriam destinados à liquidação de precatórios judiciais pendentes de responsabilidade da municipalidade que ora tramita neste Senado Federal. Solicito a V. Exª: 1) sejam a mim enviadas cópias das sentenças judiciais e respectivos cálculos para pagamentos das diferenças de precatórios de exercícios anteriores, bem como o de 1994; 2) demonstrativo do cálculo realizado para apurar o montante de títulos a serem emitidos relativos ao sexto oitavo de precatórios; 3) demonstrativo analítico, bem como comprovante dos pagamentos de precatórios judiciais do primeiro ao quinto oitavo, bem como eventual saldo existente, de forma a verificar a necessidade de se efetuar nova emissão; 4) demonstrativo indicando o cálculo realizado para apurar o montante de títulos a serem emitidos."

Tal ofício mandei no dia 28 de outubro de 1994 ao Prefeito Paulo Maluf. No Item nº 3, S. Exª responde, inclusive, à pergunta que o Senador José Serra tinha feito. O Senado pediu demonstrativo, bem como o comprovante, e a Prefeitura de São Paulo mandou toda essa documentação ao Senado. Após a documentação chegar, o Relator a remeteu ao Banco Central do Brasil pedindo...

Ofício nº 60, de 17 de novembro de 1994 – ao Dr. Alkimar Moura, Diretor de Política Monetária do Banco Central:

> "Sr. Diretor, conforme cópia em anexo, requeri ao titular da Secretaria de Finanças de São Paulo, Dr. Celso Pitta, esclarecimentos sobre a solicitação de autorização de Emissão de Letras Financeiras do Tesouro Municipal. Objetivando o estabelecimento da validade e consistência dos dados concernentes aos valores do sexto oitavo com que a Prefeitura paulista pretende cobrir a despesa do cumprimento de precatórios judiciais, julgo imprescindível o contato do Banco Central com aquela Secretaria, para o que solicito os bons ofícios de V. Exª".

Remeti toda a documentação ao Banco Central e pedi que este entrasse em contato com a Prefeitura para ver a validade. O Banco Central, que, dos 600 milhões pedidos pela Prefeitura, tinha mandado um primeiro parecer de mais ou menos 24 milhões, foi a São Paulo e mandou um parecer completamente diferente, validando mais de 500 milhões em seu segundo relatório.

O Senado Federal, pelo Relator da matéria, tomou todas as precauções de pedir a documentação, remeteu toda a documentação ao Banco Central. Este também recebeu da Prefeitura de São Paulo...

Aiguma pergunta?

O SR. JOSÉ SERRA – Não, aguardarei V. Exª concluir para fazer uma observação.

O SR. GILBERTO MIRANDA – O Banco Central recebeu da Prefeitura de São Paulo o Ofício nº 395, de 30 de novembro de 1994, do então Sr. Presidente Pedro Malan, atual Ministro da Fazenda.

Reportamo–nos ao Parecer nº 9.443 do Dedip, bem como a verificar realizada nessa Secretaria em 22 de novembro de 1994 por técnicos do Departamento da Dívida Pública.

É apresentado um relatório de 1994 de que o Relator possui cópia, tenho certeza, em que responde a todas as perguntas. Ao final se diz: "Precatórios emitidos em 1988, com acórdão homologação dos cálculos antes de 5 de outubro de 1988 e não incluídos no total do primeiro oitavo nem no complemento indicado no anterior"...

Esse valor em reais, atualizados em primeiro de junho de 1994, totaliza R$99.749.197,51.

Então, o Senado, Sr. Relator, tomou toda a precaução de pedir toda a documentação nesse caso. Como o Senado não tem e não tinha estrutura, mandou ao Banco Central. O Banco Central modificou o seu primeiro relatório, mandando o segundo relatório, dando todos os valores, só retirando o valor de R$99 mil dos transitados em julgados não incluídos pela Prefeita Erundina naquela época, tendo em vista que não tinham sido publicados os acórdãos.

Tive reuniões com o hoje Ministro da Fazenda, na época Presidente do Banco Central, como respondi no questionário a V. Exª. Tive reunião com o Sr. Alkimar Moura. Tivemos várias reuniões, reuniões duríssimas, pedindo que fosse analisado, visto tudo.

Essa matéria foi submetida ao Banco Central, que enviou o relatório para cá. Pedi à assessoria do Senado que fizesse – V. Exª tem cópia – um relatório para o Relator sem parecer contrário ou favorável; ela deu R$606 milhões e relatei essa matéria no plenário. O Senador Suplicy pediu que fosse adiada por um dia, tendo em vista que o segundo relatório do Banco Central chegou à última hora a esta Casa.

O Presidente da Casa à época deu 24 horas para que o Senador Eduardo Suplicy analisasse. O Senador Eduardo Suplicy utilizou as 24 horas. Eu entreguei ao Senador Eduardo Suplicy mais de 500 quilos – as notas taquigráficas falam em 50 quilos – eram mais de 500 quilos de documentos que a Prefeitura mandou, como processos pagos de oitavos, como os de complemento. Imaginem, Srs. Senadores, mais de 500 quilos. Entreguei dois ou três carrinhos 24 horas antes da votação final ao Senador Eduardo Suplicy.

O Senador Eduardo Suplicy levou esse material. Ficou com esse material por volta de 45 dias. Acredito que sua assessoria tenha tentado, da melhor forma possível, analisá–lo, mas creio que nem Arthur Andersen em 45, em 60 ou em 90 dias, teria condições de analisar todos os planos e toda essa matéria. São 8.500 processos da Prefeitura de São Paulo.

A Prefeitura de São Paulo depois procurou esse material, e a própria assessoria do Senador Suplicy lhe entregou.

Hoje, no plenário do Senado, o Secretário–Geral da Mesa, o Dr. Carreiro, perguntou–me por esse material. O Presidente da CAE, hoje, o Senador José Serra, teria perguntado a ele onde estaria esse material. Esclareci–lhe que a assessoria tinha devolvido à Prefeitura de São Paulo. Se o Dr. Carreiro ainda não tem essas informações, porque foi no final da tarde, eu as passo ao Presidente da CAE.

Era o que tinha a esclarecer a V. Exª e ao Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Senador, na verdade, o objetivo da minha pergunta é simplesmente saber se o Banco Central, por intermédio dos técnicos do Dedip, que acompanhou esse trabalho todo, fez reunião em São Paulo com o Secretário da Fazenda da Prefeitura de São Paulo, o Sr. Celso Pitta, tinha conhecimento prévio de seu relatório antes de ele ser votado na Comissão. Se eles participaram, opinaram, deram parecer favorável, mesmo extra–oficial ao relatório do Senador Gilberto Miranda antes de ele ser votado na Comissão.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Não; eu não submeti o relatório. Eu discuti a matéria. Se V. Exª consultar as notas taquigráficas, verá que afirmei que o relatório foi feito a quatro mãos. Por que foi feito a quatro mãos? Se há uma matéria que foi bem discutida na história do Senado, de todas aqui votadas, foi essa. Nenhum – afirmo – nenhum precatório, dos votados pelo Senado, teve tanta diligência, tanto trabalho, tanta preocupação, tantas idas e vindas, tanto material, tanta documentação e tanta colaboração como este. Isso por exigência do Relator.

Mas o Relator não tem assessoria – e nenhum Sr. Senador tem – para analisar. Cabia ao Banco Central fazê–lo. Submeti tudo. Conversei com o Sr. Alkimar Moura, conversei com pessoas no Banco Central para saber se havia dúvidas. Mandei por escrito – há cópias de tudo isso nos Anais do Senado, e V. Exª também as tem. O Banco Central teve acesso a tudo. Pedi que fossem a São Paulo, ou melhor, pedi que checasse a validade dos documentos e o Banco Central...

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Senador, V. Exª me permite um aparte?

O SR. GILBERTO MIRANDA – Tão logo conclua, concederei o aparte, com muito prazer, a V. Exª.

O Banco Central mudou o seu relatório. Um Senador da República, acredito, Sr. Senador, não submete a nenhuma autoridade, a não ser à Comissão a que ele pertença e ao Plenário do Senado, para ver se a referida autoridade está de acordo. O Senado da República e o Senador Relator da matéria são soberanos para escrever e para analisar; todavia, é claro que ele se baseia nas informações que foram prestadas pelo Executivo e pelo órgão assessor, que é o Banco Central.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Era essa a resposta, Senador, que eu queria ouvir e V. Exª a deu agora de forma clara.

Sr. Presidente, quero apenas fazer uma consideração...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Roberto Requião, o Senador Romeu Tuma está aparteando a resposta do Senador Gilberto Miranda. V. Exª aguarda?

O SR. ROMEU TUMA – Quero dizer que o subsídio está no questionário que V. Exª respondeu.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Pois não, Senador Romeu Tuma.

Quero concluir, Sr. Presidente, com uma observação. É evidente que o Senador se assessora tecnicamente do Banco Central, exatamente por não ter condições técnicas de análise da documentação. De qualquer sorte, eu gostaria de chamar a atenção dos Senadores da Comissão para um fato: a fiscalização tem que ser feita pelo Banco Central e pelos Tribunais de Contas dos Estados e dos Municípios onde eles existem.

No caso do Estado de São Paulo, houve uma situação interessante: o Tribunal de Contas, instado pela Comissão, declarou que não tinha condições de

fazer a análise e dar uma resposta concreta sobre os precatórios do Estado de São Paulo. Argumentava que a tarefa era muito difícil de ser resolvida, e nos mandaram uma documentação inconclusa.

Um técnico do Tribunal de Contas da União, à disposição da Comissão – um técnico e apenas um –, o nosso companheiro de trabalho Gerson, cedido pelo Tribunal de Contas à Comissão, em dois dias de trabalho solitário, fez o que o Tribunal de Contas de São Paulo julgou ser impossível fazer.

A pergunta que eu tinha a fazer ao Senador Gilberto Miranda era essa. — —

Desejo incorporar, para minha própria memória na elaboração do relatório final, o fato de um técnico da CPI haver feito, em dois dias, o trabalho que um Tribunal inteiro de São Paulo julgava ser impossível.

O SR. JOSÉ SERRA – Sr. Presidente, também para memória da Comissão, queria esclarecer o seguinte. Senador Gilberto Miranda, na verdade, a Prefeitura de São Paulo também emitiu títulos com base em precatórios emitidos em 1989 e 1990; e explicitou isso. Isso não foi feito de maneira oculta. É que, na medida em que se aceitou esse procedimento, ele ficou estabelecido para todos. A Prefeitura pediu a emissão de títulos – o que foi aprovado – de 99 milhões, no final de 1994, de precatórios emitidos em 1989 e 1990.

De fato, não foi só no caso do Estado; houve, no caso da Prefeitura, a emissão de títulos relativos a fatos gerados no período permitido pela Constituição mas cujos precatórios não haviam sido emitidos.

Todavia, o Senador Gilberto Miranda – e não sei se entendi direito – fez uma observação de que essa interpretação ampla foi feita para proteger os desapropriados. Na verdade, não. Caso esses títulos não pudessem ter sido emitidos – e esse parcelamento não teria sido feito, obrigatoriamente os Governos estaduais e a Prefeitura teriam que ter pago os beneficiários, os credores à vista, simplesmente, sem parcelamento nenhum. Pelo contrário, ao incluir precatórios posteriores à data permitida pela Constituição, permitiu que os Governos subnacionais parcelassem o pagamento.

Portanto, se prejuízo houve aos desapropriados, foi o fato de ter utilizado data inadequada do ponto de vista da Constituição. Queria que isso ficasse bem esclarecido para não pensar que estaremos aqui na questão inversa. A Prefeitura de São Paulo não ocultou isso. Isso foi pedido e concedido. Ou seja, houve uma decisão consciente a esse respeito.

Finalmente, com relação à questão do Banco Central, o último ofício do Banco Central, segundo a assessoria me informa, a respeito desta emissão, do final de 1994, diz com clareza que, com relação à correção monetária anterior e posterior à promulgação da Constituição Federal, a princípio, não existiria embasamento para a sua autorização.

Na verdade, o Banco Central não foi tão omisso neste aspecto. Quando aqui veio o responsável pela área, eu mesmo sublinhei que o Banco Central teve um comportamento frouxo. Mas, daí a omisso, de fato não aconteceu. O Banco Central desaconselhou na prática a aprovação desta emissão com base num parecer cuja data, creio, é de 12 de dezembro de 1994. Isso está incluído no relatório.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Senador Bernardo Cabral, gostaria de responder a duas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Logo a seguir.

Concedo a palavra ao Relator Senador Roberto Requião.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Sr. Presidente, quero chamar a atenção de nossa assessoria para anotar a existência deste documento, desta observação e do argumento levantado pelo Senador José Serra. Anotar para que observemos no relatório final.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Comunico ao Plenário que, logo após a resposta do Senador Gilberto Miranda, vai usar da palavra o Vice–Presidente da Comissão, Senador Geraldo Melo.

Concedo a palavra ao nobre Senador Gilberto Miranda.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, não aceite o "V. Exª", Senador José Serra, como uma provocação. Mas V. Exª, que se preocupa e sempre na sua vida se preocupou com o problema inflacionário do Brasil, se V. Exª não tivesse incluído nas Disposições Transitórias isso, que é de sua autoria, os Estados teriam que ter pago com os seus recursos próprios. Conseqüentemente, não haveria esse problema e talvez nem existiria esta CPI.

Falei – há uma grande diferença e gostaria de dizer–lhe – que os acórdãos que a Prefeita Luiza Erundina não incluiu e seria impossível porque foram publicados depois, foram transitados e julgados antes da promulgação da Constituição de 1988. Ora, se foram transitados e julgados antes da Constituição de 1988, e se simplesmente por não terem sido publicados naquele momento, a SRA. Erundina não pôde incluí–los, nada mais faz séria e honestamente o Senado de, efetivamente, reparar este erro.

O Banco Central quando analisa... aqui, diz:" Precatórios emitidos em 1989 e 1990 com acórdãos e homologação dos cálculos antes de 05/10/88."

Quando o Banco Central, no seu segundo relatório, manda na alínea **b**, da página 5: "Precatórios emitidos em 89, 1990, com acórdãos e homologação dos cálculos antes de 05/10/98." E não incluído no cálculo inicialmente apresentado, ele próprio, Banco Central, escreve, assina e manda na sua página 5, dizendo que realmente tinha a homologação dos cálculos e o acórdão, antes de 10/05/88. Simplesmente, não foram incluídos porque não haviam sido publicados, na época, no **Diário do Tribunal da Justiça**.

Penso que o Senado corrigiu certo; a assessoria da Casa deu o parecer nesse sentido, o relator acatou e o Banco Central, no caso da Prefeitura, recomendou. No caso do Governo de São Paulo, foi contrário: foi leviano, teve um comportamento dos mais levianos quando, na hora da votação, no plenário da Comissão, mandou um **fax** que nem tinha sido lido no plenário do Senado. O Presidente da Casa não sabia do seu teor nem os Srs. Senadores. Ele mandou para a Comissão de Assuntos Econômicos por meio do Vice–Líder do Governo, na época, dizendo que, se o Senado aprovasse R$780 milhões para São Paulo, poderia desencadear uma onda inflacionária, o que seria muito ruim para o País. Mas, um mês antes ou poucos meses antes, aprovara R$5 bilhões, num sábado, à meia–noite, para o Banco Nacional.

Que autoridade, que moral ele tem de mandar um ofício não assinado para a Comissão, sem passar pelo Presidente do Banco Central, o que é um desrespeito? Assinado, mas não passou pelo Presidente do Senado, não foi lido no plenário, e ele mandou na hora da votação. Isso foi deselegante, foi leviano, porque, se fosse para mandar, tinha que ter mandado para o Relator da matéria, antes de ser votado no plenário. Isso foi o que aconteceu, Senador.

O Banco Central reconhece, no caso da Prefeitura de São Paulo, que são acordos anteriores e 1988 e, depois, tem um comportamento, no mínimo duvidoso, tendencioso, fazendo isso com o Governo do Estado de São Paulo – sabíamos as dificuldades que apresentava –, um Governo sério e competente que é o de Mário Covas.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Melo.

O SR. JOSÉ SERRA – Senador Geraldo Melo, antes de V. Exª emitir sua opinião, gostaria de fazer uma observação curiosa e muito rápida.

Na verdade, Senador Gilberto Miranda, essa questão do Estado de São Paulo nada tem a ver com a nossa discussão.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Ocorre que sou Relator das duas.

O SR. JOSÉ SERRA – Com relação ao ponto anterior, é verdade que o Banco Central, no mesmo relatório que desaconselha algumas partes da aprovação para o município, diz: "o pleito relativo à emissão de títulos para pagamento de precatórios apresentados em 89 e 90 etc. (...) procederia".

O Banco Central, na minha opinião, emitiu um parecer favorável à forma como o Senado resolveu e, penso, equivocada, ou seja, o equívoco não foi apenas do Senado, mas também do Banco Central neste aspecto específico. O Banco Central também reconheceu que era possível emitir títulos para pagar precatórios posteriores à data autorizada pela Constituição, o que, em minha modesta opinião, é um equívoco; mas, neste caso, uma posição ajustada com a do Senado.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Sr. Presidente, vou concluir.

Eu citava a página 5 em que o Banco Central fala sobre os precatórios emitidos em 89/90. Na página 6, alínea "b" – lembra bem o Senador José Serra e agradeço a colocação de S. Exª –, diz: "o pleito relativo à emissão de título para pagamento de precatórios apresentados em 89 e 90, mas homologados antes de 5/10/88, a princípio, procederia, já que a não inclusão do valor inicial decorreria do desconhecimento dos mesmos".

O próprio Banco Central mandou um relatório para esta Casa em que afirma: "a princípio". Ele nos assessora, a Casa o acompanhou.

Agradeço as palavras do Senador José Serra.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Tem a palavra o Sr. Senador Geraldo Melo.

O SR. GERALDO MELO – Sr. Presidente, compreendo as excitações que dominaram os debates até agora, mas queria apenas fazer uma ponderação em torno da questão que está sendo discutida agora.

Em primeiro lugar, acredito que se estivéssemos aqui examinando, como Deputados Estaduais que fôssemos, ou como membros do Tribunal de Contas de qualquer Estado, de que forma o Estado A ou o Estado B realizou o processo de emissão de seus títulos, talvez houvesse um grande campo de trabalho para mergulharmos, examinando a respon-

sabilidade da autoridade estadual que determinou que os precatórios a pagar eram num determinado valor.

Sinceramente, se nunca tivéssemos discutido a questão dos precatórios... A nossa honestidade para com nós mesmos e para com a opinião pública exige... Se amanhã um governador de Estado – suponha–se meu querido amigo e correligionário Governador Mário Covas – mandar um expediente para o Senado, dizendo que tem tal montante de precatórios a pagar, muito antes dos episódios que ensejaram a criação dessa CPI, duvido que algum Senador saísse daqui e mandasse fazer primeiro uma investigação nas contas do Estado de São Paulo para saber se o montante de precatórios era aquele mesmo.

Estou dizendo isso, porque tenho receio de que estejamos assumindo um viés de indagações que não têm muito a ver com os objetivos desta CPI. Há dois aspectos. Um, é a forma – e parece que esse era o objetivo da discussão de hoje – como o Senado se comportou para se manifestar em relação aos pedidos recebidos dos governos estaduais. Coisa bem diferente é o formato que teve o processo dentro de cada Estado para se chegar ao montante dos precatórios já emitidos.

Se quisermos continuar sendo bastante sinceros, Sr. Presidente, deveremos reconhecer que, no curso desta CPI, vimos, como testemunho da monumental desorganização que caracteriza o serviço público brasileiro a partir do Governo Federal, que muitos Estados informaram imprecisamente o montante dos precatórios que tinham a pagar, porque, de fato, eles não conheciam esse montante.

Concordo também que vimos aqui que se criou uma espécie de consultoria que concebeu uma doutrina, uma teoria sobre o que é precatório e o que não é, quando, na realidade, os precatórios, com a permissão da imprecisão do termo, são bastante claros, bastante simples. O valor dos precatórios é a soma das comunicações recebidas pelo Estado de obrigações que decorrem de decisões judiciais transitadas em julgado.

O SR. JOSÉ SERRA – Para incluir no Orçamento.

O SR. GERALDO MELO – Na verdade, só um parêntese: isso é um dos mecanismos de calote que o serviço público passa no cidadão. É alguma coisa medieval. Um dia, quando houver realmente cidadania neste País, não haverá mais precatório; o Governo será obrigado a pagar as contas dele, do mesmo jeito que acha que o cidadão é obrigado a pagar–lhe. Mas essa é outra discussão.

Não creio que se deva entender que o Senado, essa instituição cuja crucifixão tem sido proposta por tanta gente, realmente tenha cometido algum pecado mortal ao aceitar o número, mal ou bem calculado, que um governo de Estado tenha informado, depois de passar pelo Banco Central, para chegar aqui dizendo que o montante de precatórios era tanto ou quanto.

Portanto, louvo a preocupação que tenho visto aqui, inclusive o esforço que faz o Senador Gilberto Miranda para explicar esse aspecto, mas penso que, se quisermos ser bastante sinceros, haveremos de reconhecer que este Senado nunca iria – e não seria natural que fosse – desacreditar institucionalmente, formalmente, compulsoriamente, da palavra que um governo de Estado nos desse, indicando sua necessidade de emitir um certo montante de precatórios.

Se houve falsificação de documentos para gerar um montante de precatórios, é uma outra coisa que não tem nada a ver com o Senado, embora tenha muito a ver com aquele Governo estadual que tenha passado a adotar uma conduta imprópria para levantar dinheiro.

Se houve irregularidades na preparação do processo, isso não pode contaminar nem a honra desta Instituição nem a honra de seus membros.

Segundo ponto que me permito colocar. Tenho a impressão de que somos encarregados pelo Senado Federal de realizar um inquérito, que é um trabalho destinado a esclarecer uma determinada coisa. E deveríamos ouvir aqui do mais humilde dos cidadãos ao mais eminente dos brasileiros, sem o menor constrangimento, desde que isso fosse necessário para esclarecer um fato, desde que houvesse um ponto obscuro que só pudesse ser esclarecido se uma determinada pessoa, por mais eminente que seja, fosse ouvida. Se começarmos a ouvir pessoas pelo gosto de ouvir, pelo prazer de gerar o instante, o espetáculo, o momento da audiência, começo a desconfiar, aí sim, da seriedade do que eu mesmo estou fazendo aqui.

Em conclusão, eu gostaria de registrar uma coisa sobre a qual conversei com o nosso Relator. Recordo–me de que esta Comissão tomou uma decisão sobre essa questão dos esclarecimentos dos Srs. Senadores. A primeira decisão foi tomada em duas reuniões. Na primeira, decidiu–se que o Relator proporia à Comissão uma conduta; na segunda, ouviu–se a proposta do Relator, que foi a de que se fizesse um questionário a ser distribuído aos Srs. Senadores. Isso foi feito, tendo sido distribuída aos

membros da CPI cópia do questionário e cópia das respostas produzidas pelos Senadores Relatores.

O que eu ia propor em conclusão, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, era apenas o seguinte: se existir alguma coisa concreta – e nisso quero louvar–me num trecho de um voto do Senador Eduardo Suplicy –, após examinar as respostas dos Srs. Senadores, se existir alguma coisa concreta que se queira saber para poder esclarecer o que estamos fazendo, então, que essas perguntas sejam feitas e dirigidas a quem tenha isso para dar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – *(Inaudível. Fora do microfone.)*

O SR. GERALDO MELO – Não, Senador, não é isso o que está sendo feito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Eu acho que é.

O SR. GERALDO MELO – Sim, V. Exª tem direito à sua opinião, como tenho direito à minha.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral. Fazendo soar a campainha.) – V. Exª está com a palavra, Senador Geraldo Melo.

O SR. GERALDO MELO – A minha opinião é que, no momento em que se anuncia aos quatro cantos que todos os Senadores Relatores irão prestar depoimentos perante a CPI, não se está cumprindo isso que acabei de dizer. O que estou dizendo é que era necessário, se houvesse perguntas a fazer, que essas perguntas fossem feitas. A diferença é essa. Se houver perguntas a fazer, concretamente, se alguém tem alguma dúvida sobre o trabalho do Senador Lauro Campos, faça uma pergunta a ele. Foram feitas perguntas aos Senadores José Serra e Gilberto Miranda. Apenas acho que estamos em uma reunião diferente daquela que foi decidida.

V. Exª tem todo o direito, Senador Esperidião Amin, de entender de uma maneira, e respeito inteiramente o entendimento de V. Exª, como respeito V. Exª como Senador, da mesma maneira que tenho a certeza de que V. Exª respeita o meu direito de discordar de V. Exª e me respeita como Senador.

Diante disso, apenas queria propor, ao invés de ficarmos aqui num desfile de depoimentos inúteis e desnecessários, que se vissem concretamente quais são as questões que se quer esclarecer e, de uma vez por todas, se tratasse de esclarecê–las, sem submeter esta Instituição a um constrangimento desnecessário.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Requião, para sua manifestação como Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Eu acho que é isto o que está acontecendo. Quando abrimos a reunião, como Relator, disse que as perguntas redigidas e enviadas por escrito aos Srs. Senadores me satisfaziam, mas que a reunião devia servir para dar oportunidade aos Senadores Relatores de colocarem alguma questão que desejassem e, ao mesmo tempo, dar a oportunidade aos outros Senadores que desejassem fazer uma inquirição, uma pergunta. Então, na verdade, é exatamente isso o que está acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Gilberto Miranda, V. Exª deseja manifestar–se sobre a matéria do Senador Geraldo Melo?

O SR. GILBERTO MIRANDA – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – V. Exª tem a palavra.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, acho que todo e qualquer Senador da República deve prestar esclarecimentos à Nação, mas discordo de fazer que Senadores passem por alguns momentos talvez vexatórios quando forem nomeados Relatores de Plenário; quando for declarada a urgência de seus projetos pelos Srs. Líderes; quando eles não tiverem condição de ir até o final sobre a matéria que estavam relatando e forem obrigados a relatar em Plenário; quando venham a esta Comissão ou a qualquer comissão, ao Plenário do Senado esclarecer aquilo que, como Relatores, não tiveram condições ou teve tempo suficiente para relatar da melhor forma possível, porque foi tirado dele o direito de averiguar, foi tirado dele o direito de pesquisar, foi tirado dele o direito de ir a fundo para saber exatamente tudo o que acontecia sobre aquele projeto! Quando se dá urgência a um projeto e quando se chama um Senador para falar sobre essa matéria, está se cometendo, no mínimo, algum equívoco.

Não vi, em momento algum, nesta CPI, alguém propor a convocação dos presidentes de tribunais de contas estaduais, municipais, para que aqui viessem, com os membros dos tribunais, dizer porque não mandaram ao Senado da República o seu relatório final anual, no qual aprovavam ou desaprovavam contas dos prefeitos ou governadores de dinheiro usado para precatório. Ninguém fez requerimento chamando, nenhum Senador chamou, e eles não se propuseram a vir aqui.

Acho que, se alguém tem culpa, se alguém deveria ter oficializado seriam os tribunais de conta que não mandaram a este Senado, e tenho certeza, nem ao Banco Central. Em segundo lugar, caberia, sim,

ao Banco Central fazer essa análise, mas acredito que o Banco Central teria condições e estrutura para levantar isso com tantos detalhes.

Então, concordo com o Senador Geraldo Melo quase na totalidade do que ele falou: que é inócuo, que não é bom, e acho que não é bom para a Instituição, porque os Senadores que estão aqui para falar depois de mim não tiveram tempo para pesquisar, não tiveram tempo para levantar, não tiveram tempo para ir ao Banco Central, não tiveram tempo para mandar ofícios, coisa que eu tive a oportunidade de fazer! E, apesar disso, os projetos que relatei aos quais foi dada urgência foram tirados de minhas mãos quando estava tentando descobrir absolutamente tudo!

E agora, recentemente, no caso do Governo de São Paulo, o Plenário do Senado deu duas vezes da Prefeitura, para os precatórios do Estado de São Paulo, retirou a urgência e depois foi à votação e foi aprovado pela maioria.

Então, eu acho, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que fazer que todos os nossos Colegas que foram chamados em plenário, para dar um parecer de plenário, ao projetos que tiveram urgência, no mínimo, não é justo. Eu tenho condições de ficar falando aqui até amanhã cedo e, se quiser mais dias, a respeito de toda a matéria da Prefeitura de São Paulo e do Governo de São Paulo. Não acredito que os meus companheiros, os meus Colegas Senadores, teriam essas condições, porque estas não nos foram dadas. Eu tive 60 dias para relatar a matéria, e, mesmo assim, quando eu tentava, tiraram–na das minhas mãos com pedido de urgência. E os outros que tiveram o prazo de uma semana? Houve casos em que a matéria acabou de ser lida em plenário, e foi concedida urgência no mesmo momento. O Relator da matéria não é responsável. Aqueles que estão nos vendo na televisão não poderão julgar aquele Senador que, depois que eu terminar o meu relatório, vier a falar pouco ou não tiver absolutamente nada para dizer.

Tomei todas as precauções, mas o Banco Central mudou o seu primeiro relatório. O Banco Central fez um novo relatório e concluiu favoravelmente a tudo aquilo a que fui favorável no meu relatório. Imaginem aqueles que não tiveram tempo para isso! Penso que não é justo fazer isso com os demais Senadores.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O Senador Vilson Kleinübing tinha pedido a palavra pela ordem. Concedo a palavra a S. Exª.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Sr. Presidente, eu queria fazer uma observação, de caráter geral, a respeito do que ouvi até o momento nesta reunião.

É evidente que não vamos fazer nenhum tipo de observação – este não é o meu desejo e nem o de nenhum dos Senadores presentes aqui – sobre o zelo com que cada Senador procurou desempenhar sua missão como Relator. Todavia, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, temos que aproveitar esta oportunidade para falar de algumas questões que considero fundamentais.

Disse o Senador Geraldo Melo que, se algum Governador mandasse uma solicitação, seria difícil negar. Sei que era difícil negar, até porque neguei e fui voto vencido por muitas vezes.

O SR. GERALDO MELO – Senador Vilson Kleinübing, eu não disse que era difícil negar. Eu disse que, dificilmente, um Senador sairia daqui para investigar se um Governador estava mentindo ou não.

O SR. VILSON KLEINÜBING – De qualquer maneira, sempre foi difícil negar. É evidente que um Governador que jura obedecer à Constituição tem que cumprir com a sua palavra.

Eu não sei se o Governador deveria ter encaminhado ou se nós deveríamos ter exigido uma relação de precatórios do Tribunal de Justiça, assinada pelo Presidente do Tribunal. Em nenhum processo, há essa relação.

Chegamos até a discutir na Comissão sobre isto. Quando aprovamos uma operação, um empréstimo do Banco Mundial, a Prefeitura abre uma conta para aquele contrato. Isso ocorre quando se trata de BID e do Banco Mundial. Abre–se uma conta vinculada para aquele contrato. O dinheiro vai para aquela conta e os cheques daquela conta são destinados ao pagamento de despesas decorrentes daquele contrato.

Nunca nos ocorreu – num determinado momento, houve até uma proposta do Senador Esperidião Amin, mas esta acabou não entrando em nenhum dos relatórios – a seguinte observação, que teria evitado 90% do que aconteceu: o dinheiro apurado com venda de títulos para o pagamento de precatórios tem que ser depositado numa conta vinculada a esse pagamento.

O SR. *(Não Identificado)* – Numa conta conjunta com o Banco Central?

O SR. VILSON KLEINÜBING – Numa conta conjunta com o Banco Central ou com o Tribunal de Justiça. Dessa forma, ninguém emitiria mais do que o necessário.

Essas providências são absolutamente necessárias. Depois de tudo, ficou mais fácil levantarmos as imperfeições do processo de seleção ou de apuração desses títulos.

Sei que o problema não será resolvido hoje. O grande mérito desta CPI foi o de, em primeiro lugar, parar com tudo isso e, em segundo lugar, julgar as responsabilidades. O Senado, evidentemente, cumpriu com o seu dever de dar ao Estado a condição de que o Governador cumpriu com a sua palavra, já que solicitou e jurou obedecer à Constituição.

O fato é que o Estado de Santa Catarina, o seu povo, perdeu R$87 milhões de deságio e R$33 milhões de comissão para o Banco Vetor. No mínimo vamos ter que obter deste debate de hoje, e até dos relatórios que vão surgir, controle para que não aconteça isso futuramente na Casa. O povo de Santa Catarina não pode pagar R$120 milhões ou porque o Banco Central não foi tão zeloso quanto deveriam ser, ou porque o Governador...

O SR. CASILDO MALDANER – *(Inaudível)* Parece um julgamento.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Não estou fazendo nenhum julgamento, Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER – ...disse que já foram perdidos R$120 milhões, mais R$87 milhões. Estamos prejulgando e o caminho não é esse.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Eu não estou a prejulgar ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Casildo Maldaner, o Senador Vilson Kleinübing está fazendo uma análise, e depois V. Exª terá a palavra.

O SR. VILSON KLEINÜBING – É um número que é conhecido de todos, inclusive já está nos relatórios do Banco Central e no relatório do próprio Relator. Consta que houve um deságio de R$87 milhões e o pagamento de uma comissão de R$33 milhões. E o povo de Santa Catarina vai pagar essa conta, ou porque não veio o documento do Tribunal de Justiça, ou porque foi em regime de urgência, ou porque o Sr. Jairo não cuidou corretamente lá no Banco Central.

Isso já passou, tudo bem! Os relatórios vão ser apresentados, mas pelo menos vamos tirar dessa experiência controles futuros para que não aconteça novamente, pois não podemos ficar pagando por toda a vida essa conta.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Um momentinho, Senador Vilson Kleinübing.

Senador Pedro Piva, vou pedir permissão a V. Exª, que é o segundo inscrito, para permutar com o terceiro, que é o Senador Fernando Bezerra. O Senador Fernando Bezerra estava numa reunião com uma comitiva de empresários chineses, saiu da Confederação Nacional da Indústria, da qual é Presidente, para vir aqui tributar aos companheiros a homenagem com seu comparecimento. Algum dos Srs. Colegas quer fazer perguntas ao Senador Fernando Bezerra?

Senador Roberto Requião, V. Exª deseja fazer alguma pergunta?

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Só se o Senador Fernando Bezerra, Relator do processo do Rio Grande do Sul, tiver alguma coisa a dizer. Diga–se de passagem que, no processo do Rio Grande do Sul, não se constatou nenhuma irregularidade; foi o processo mais conforme com a Constituição, legislação e resoluções do Senado. Eu realmente não tenho nada a perguntar a S. Exª.

O SR. FERNANDO BEZERRA – Tudo o que eu tinha a declarar o fiz em resposta formal a um questionário que me foi apresentado pelo Senador Roberto Requião. Vim me colocar à disposição para responder a qualquer pergunta, se por acaso eu souber. Confesso–me com muita sorte, porque relatei um processo em que não houve problemas; mas poderia ter sido o Relator de um processo mais complicado. Vejo inteira razão nas declarações do Senador Geraldo Melo, principalmente porque tínhamos que basear nossas informações nos dados de uma Consultoria Legislativa e naqueles entregues pelo Banco Central. Foi exatamente isso que fiz, e creio que a maioria dos Senadores também o fizeram.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Fernando Bezerra, a Presidência, interpretando o pensamento dos seus Colegas que aqui se encontram, dispensam V. Exª e desejam boa sorte na formulação das tratativas que V. Exª está fazendo com os empresários chineses.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Sr. Presidente, pela ordem: é como segundo depoente ou é para fazer alguma pergunta?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – É como segundo depoente.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY – V. Exª já deu por concluída a oitiva, sem perguntar a todos os Se-

nadores se teriam alguma pergunta relativamente à Prefeitura de São Paulo?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Ao Senador Gilberto Miranda?

O SR. EDUARDO SUPLICY – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Cada um pode fazer perguntas a quem quiser, na hora em que quiser.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Pensei que fosse por ordem de inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Não; se V. Exª quer fazer alguma inquirição ao Senador Gilberto Miranda, pela ordem dos trabalhos ficará melhor. Antes de o Senador Pedro Piva falar, V. Exª deseja esclarecimentos?

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Gilberto Miranda, a Presidência pede a atenção de V. Exª para o Senador Eduardo Suplicy. É sobre a matéria de São Paulo? Depois o Senador Esperidião Amin?

Senador Eduardo Suplicy, V. Exª me conceda o seguinte: se é para fazer perguntas ao Senador Gilberto Miranda, a Presidência vai seguir a lista de inscrições. Pela lista, os próximos serão os Senadores Casildo Maldaner e Eduardo Suplicy.

Senador Casildo Maldaner, V. Exª quer inquirir o Senador Gilberto Miranda para alguns esclarecimentos?

O SR. CASILDO MALDANER – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy e, a seguir, ao Senador Esperidião Amin.

O SR. EDUARDO SUPLICY – O Senador Gilberto Miranda comentou há pouco que não aceitou as minhas sugestões. Primeira: aquela autorização somente poderia ser exercida caso a Prefeitura comprovasse junto ao Banco Central a plena utilização dos recursos obtidos com a emissão de títulos no pagamento de precatórios judiciais. Segunda: deveria haver a comprovação trimestral junto ao Banco Central – não junto ao Senado –, da utilização dos recursos conforme a finalidade da autorização.

Gostaria de fazer uma reflexão e de pedir um comentário do Senador Gilberto Miranda. Nas autorizações seguintes, como, por exemplo, na de Campinas – não pediria propriamente a comprovação trimestral, mas, com o apoio dele, como Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, introduziríamos, de forma mais explícita, a condição de que as autorizações deveriam ser feitas com maior disciplina para o pagamento de precatórios, ainda que o Município ou o Governo não tivesse seguido exatamente essa orientação.

O fato de não terem o Plenário do Senado e o Relator, naquele momento, aceitado tal sugestão talvez tenha contribuído para que hoje o Senado, por esta CPI, tenha que examinar com detalhe e, junto ao Tribunal de Contas do Município de São Paulo, reiteradamente – como aconteceu nas últimas semanas –, fazer aquilo que se estava propondo fazer.

Há um aspecto relacionado ao que foi objeto de diálogo entre os Senadores José Serra e Gilberto Miranda que consta do item 21 do parecer do Banco Central, de 12 de dezembro de 1994. Refere–se aos R$99 milhões relativos ao pagamento de precatórios apresentados em 1989 e 1990. Há, no item "d", algo que avalio como importante: "(...)contudo, analisando os cálculos apresentados pela Prefeitura, depreende–se que esses pagamentos já foram realizados no período compreendido entre 30 de agosto de 1990 e 27 de dezembro de 1991". "Portanto", assinala o Banco Central, "os recursos obtidos com a emissão desses títulos se destinariam a finalidades outras que não o pagamento de precatórios judiciais".

Com respeito a essa parte, já havia o Banco Central chamado a atenção de que poderia haver uma destinação outra que não a prevista.

Ora, a Prefeitura Municipal de São Paulo, nas notas divulgadas à imprensa pelos atuais Prefeito e Secretário Municipal de Finanças, tem reconhecido que, no período de 1993 a 1996, houve uma grande defasagem entre a arrecadação dos títulos decorrentes da emissão de títulos para pagamento de precatórios e a utilização devida para pagamento de precatórios. Prova disso é que, para a emissão havida em meados de 1995, há uma parcela muito grande de precatórios que a Prefeitura Municipal de São Paulo está dizendo que vai pagar neste ano de 1997, no primeiro e no segundo semestre. Durante o segundo semestre de 1995 e o ano de 1996, houve um volume de caixa à disposição da Prefeitura que, pelo que pudemos constatar, teve outra destinação que não o pagamento de precatórios. Em 1997, procurando se fazer aquele pagamento que deveria ter sido feito com maior presteza à época.

Eu gostaria de ouvir uma reflexão do Senador Gilberto Miranda. Se não aceita aquela sugestão que fiz, então, alguma outra exigindo que o Banco Central ou que o próprio Tribunal de Contas do Município pudesse com regularidade, trimestral ou qual-

quer outra freqüência demonstrado ao Banco Central e este demonstraria ao Senado Federal que se estava cumprindo aquilo que o art. 33 da Constituição Federal e as Resoluções do Senado gostariam que fosse cumprido. Essa a minha observação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Gilberto Miranda, solicito a V. Exª que dê os esclarecimentos que considerar conveniente.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu estava pensando que o Senador Eduardo Suplicy não faria pergunta, mas, já que S. Exª fez, penso que não ficará somente na primeira.

Essa história toda de complementos e de não utilização do dinheiro para o devido fim começa no Governo, segundo o Banco Central, de Luiza Erundina, e o relatório enviado ao Banco Central – o Banco Central encaminhou para o Senado – diz que a Prefeita pediu a emissão, emitiu e não pagou. Na época, a assessoria da Prefeita foi a mesma do Prefeito Paulo Maluf.

A história de correção monetária do primeiro oitavo, para o segundo, terceiro e quarto oitavos, Senador Eduardo Suplicy, começa efetivamente no Governo da Prefeita Luiza Erundina. E mais: quando ela pede para pagar o quarto oitavo ao Senado da República, inclui nele o complemento das correções para o quarto oitavo, sendo que este não havia sido pago. Essa ciranda, toda essa história não começa nem em 1994, nem em 1993, nem em 1992, começa lá atrás.

O relatório do Banco Central diz exatamente que o dinheiro foi usado indevidamente para outras coisas. Sabe–se que na época a Prefeitura fechou o ano com um déficit de 18%, que teria sido utilizado parte cobrir o déficit. Sei que o Senador Eduardo Suplicy tem feito o possível para que o ex–Secretário de Finanças Amir Khair venha depor à Comissão. Ele estava doente e não poderia ter vindo. É navegador... Mas o pessoal do PT navega bem.

O ex–Secretário Amir Khair veio a esta Comissão, mas o relatório do Banco Central, certo ou errado, pelo qual nos baseamos, diz, mostra e comprova que não foram utilizados para os devidos fins. E agora, Senador, com relação à pergunta de V. Exª se deveríamos ou não ter incluído a referida Emenda de V. Exª, o que considero estranho é que, depois de 1994, este Senado continuou aprovando emissões de precatórios. Depois, vários Estados e Municípios propuseram e V. Exª não propôs a mesma emenda nas outras aprovações. Alagoas propôs, no dia 14/11, e não tem emenda de V. Exª; Guarulhos, Rio Grande do Sul e Osasco propuseram, e não tem emenda de V. Exª; o Senador Lauro Campos era o relator, e não tem emenda de V. Exª.

Então, não tem a emenda propondo que faça ao Banco Central prestações de contas da referida. Foi só especificamente naquele caso de São Paulo. Depois, essa emenda não apareceu em nenhum momento, pelas notas taquigráficas que tenho aqui em minhas mãos.

O SR. EDUARDO SUPLICY – V. Exª pode constatar que tem a do Senador Lauro Campos. Inclusive aquela que acabou sendo indevidamente suprimida, embora aprovada no plenário.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Senador, estou respondendo a V. Exª que, em 1994, quando fui Relator da Prefeitura de São Paulo, V. Exª apresentou emenda. Achei que a emenda não cabia, porque a quem cabe fiscalizar o Executivo, no caso, é o Tribunal de Contas. É claro que o Legislativo fiscaliza, mas ele é assessorado pelo Tribunal de Contas. Quem tem condições efetivas de fazer o levantamento são os tribunais de contas. V. Exª propôs a emenda de plenário, escrita, assinada naquele dia 14/12/94, quando eu era Relator da Prefeitura de São Paulo. Depois, não mais. Em todas as outras aprovações que saíram, V. Exª não propôs a emenda. Ou foi só naquele momento, ou depois V. Exª chegou à conclusão de que ela era inócua e, conseqüentemente, achou que caberia realmente ao Tribunal de Contas, tanto é que V. Exª não a propôs mais.

Era isso que eu gostaria de responder.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Tem a palavra o Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Quero registrar que, se tivesse o Senador Gilberto Miranda aceito a emenda, muito provavelmente teria deixado o atual Prefeito Celso Pitta muito menos preocupado hoje.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O registro de V. Exª está feito, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Sr. Presidente, eu gostaria de concluir. Tivesse o Senador Eduardo Suplicy apresentado a emenda nos outros projetos que foram aprovados, talvez não existisse esta CPI. Ele também aprovou. E o que é mais estranho, Sr. Presidente – por isso que eu não gostaria de começar –, quando tivemos a oportunidade de receber o Dr. Alkimar Moura, na Comissão de Assuntos Econômicos, o Senador Suplicy, colega dele da Getúlio Vargas, fez–lhe rasgados elogios.

Tanto ele como eu acreditávamos no Banco Central, tendo em vista que ele, como Relator da Prefeitura de Campinas, tendo em vista o relaciona-

mento que ele tem com o Dr. Alkimar Moura, e tendo em vista todas essas preocupações com o zelo do dinheiro público, também não fez nenhuma diligência nem pediu ao Banco Central que as fizesse, como eu pedi, no caso da Prefeitura de São Paulo, entregando toda a documentação comprobatória. Isso não foi feito no caso da Prefeitura de Campinas.

Era isso que eu gostaria de deixar claro.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Senador Gilberto Miranda, assim como, aparentemente, a Comissão entende que V. Exª não está em julgamento, o Senador Eduardo Suplicy também não está. V. Exª concluiu?

O SR. GILBERTO MIRANDA – Concluí que o Relator teve todo o zelo possível com absolutamente tudo. Não cabe ao Senado da República receber...

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Comissão já tomou conhecimento dessa declaração de V. Exª.

Com a palavra o nobre Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, com sua permissão, não pedi a palavra, pela ordem. V. Exª interpretou uma expressão facial minha.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Mas V. Exª está inscrito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Não pedi a palavra, pela ordem. Eu não falei, V. Exª interpretou uma expressão facial minha. Mas agora desejo fazer duas observações. Em primeiro lugar, longe de mim imaginar que V. Exª não respeitasse o que penso e longe de mim também imaginar que não respeito...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Pode ficar sossegado que não imagino, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Como V. Exª fez a referência, imaginei que V. Exª chegou a imaginar. (Risos)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Imaginação fértil de ambos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Suas palavras é que foram férteis.

O que quero deixar caracterizado é uma contestação documental a uma afirmação de V. Exª. O Senado desconfiou, sim, e desconfiou institucionalmente, através da Comissão de Assuntos Econômicos, que um Chefe de Executivo, fosse ele Prefeito ou Governador, pudesse servir para dar atestado. E contestou através de um ofício do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Gilberto Miranda, que vou acostar às minhas palavras. Trata-se do Ofício nº 147/96, que transcreve dois requerimentos aprovados pela Comissão de Assuntos Econômicos, que pedia, primeiro, certidão do Tribunal de Contas da respectiva Unidade Federada, comprovando a plena utilização de títulos emitidos anteriormente, para a liquidação de precatórios judiciais. Este Requerimento nº 35 é da autoria do Senador Vilson Kleinübing, aprovado pela comissão, portanto institucional da Casa especializada do Senado. Segundo, comprovação, ou seja, o Banco Central deveria instruir o processo com a comprovação da decisão editada pelo Poder Executivo até 180 dias da promulgação da Constituição Federal. Portanto, o Senado desconfiou. Tanto desconfiou, que pediu certidão, através do Banco Central, para instruir esse processo.

A segunda colocação que eu gostaria de fazer é a respeito da questão da conta conjunta que o Senador Vilson Kleinübing rapidamente mencionou. Isso foi cogitado e, hoje, queiramos ou não, respeitada ou não a Federação, esses planos de demissão voluntária representam a prática da conta conjunta Caixa Econômica Federal-Governo do Estado, posto que, pelo que consta do contrato Caixa Econômica Federal-Estado da Federação, a conta será movimentada em conjunto pela Caixa Econômica Federal e pelo Estado respectivo, e os pagamentos feitos ao funcionário, ou seja, à pessoa física demissionária.

Só para socorrer a minha colocação, eu gostaria de perguntar ao Senador Gilberto Miranda, respeitando inclusive o espírito que entendo cabível aqui nesse momento, e estava querendo, com um gesto, confirmar o que V. Exª dizia, porque estou percebendo aqui que se deseja o esclarecimento, naquilo que couber, das respostas apresentadas pelo Relator, onde couber.

Não poderia deixar de fazer uma indagação ao Senador Gilberto Miranda, se tinha conhecimento – porque eu não tinha, e já vou antecipando – dos tais assentos regimentais no Tribunal de Justiça de São Paulo, que configuravam um direito ao inverso em relação ao parcelamento do precatório. Esse assento regimental não respeitava o princípio da anualidade, tanto é que foi derrubado pelo Supremo no final do ano passado. O assento regimental dava, pura e simplesmente, 90 dias de prazo para o Prefeito ou para o Governador pagar complemento de precatório, no exercício. E só pode ter sido essa a justificativa para que o Governador Mário Covas pedisse uma provisão de fundos.

A Resolução nº 76, do Estado de São Paulo...

O SR. GILBERTO MIRANDA - Resolução nº 52/96.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Esse acho que é o ofício do projeto.

Enfim, a resolução do Governo do Estado de São Paulo é uma provisão de fundos, posto que expressamente ali é mencionado que não há a sentença transitada em julgado. Ou seja, não existe a dívida líquida e certa.

A segunda dúvida que desejo apresentar ao próprio Relator, ainda da resolução do Estado de São Paulo, é a respeito das circunstâncias pelas quais o Estado de São Paulo pretendeu o ressarcimento – creio que foi o único caso em que alguém pediu recursos que não fosse para pagar precatórios -, pediu o reembolso do que já teria pago como sexta parcela.

São essas duas questões.

O SR. GILBERTO MIRANDA – V. Exª lembra muito bem o que aconteceu, e é importante que isso seja esclarecido. Tanto a Prefeitura de São Paulo como o Governo de São Paulo... O Tribunal de Justiça de São Paulo começou a requisitar e dava um prazo de 90 dias para que o dinheiro fosse depositado no Tribunal para pagar os complementos dos precatórios. Tanto a Prefeitura de São Paulo como o Estado de São Paulo fizeram esse esclarecimento ao Banco Central e ao Senado Federal com relação a essa matéria. A matéria foi instruída, eu sabia da matéria, e esse assunto foi levado em conta pelo Relator.

Eu gostaria de esclarecer a V. Exª, porque é fácil falar sobre essa matéria em relação ao Estado de São Paulo. Na mesma época em que fui Relator da Prefeitura de São Paulo, quando a Prefeitura pediu 600 milhões, o Governo do Estado de São Paulo pediu aproximadamente 2 bilhões de dólares para pagamento de precatórios referentes à sexta parcela. Eu era o Relator da matéria, e a mesma providência que tomei com relação à Prefeitura de São Paulo, exigindo comprovantes de pagamentos e quadro atuarial que nos mostrasse aqueles números, eu solicitei, por ofício, ao Governador da época, Antônio Fleury, a mesma documentação, e pedindo ao Banco Central que enviasse uma equipe para fazer diligências em São Paulo. O Banco Central esteve na Prefeitura e validou aqueles 505 milhões. Validou, por quê? Porque os precatórios existiam e tinham sido pagos. O Banco Central, no caso do Governo do Estado de São Paulo, com relação à sexta parcela, não mudou o parecer e não mandou mais para cá. Conseqüentemente, chegamos ao final de 94 e a matéria não foi votada. Como a matéria não foi votada, o Governo de São Paulo não teve direito aos 2 bilhões. Tendo em vista os ofícios que mandei ao Banco Central, como Relator da matéria, pedindo que se averiguasse, constatamos que 95% do que o Estado de São Paulo pedia era para alimentares. Não tinham nada a ver com precatórios não-alimentares. Conseqüentemente, não relatei a matéria e fiquei com ela. Veio 1994, não é votada. Chega 1995, sou eleito Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, passo a matéria para o Senador Pedro Piva relatar. O Senador Pedro Piva tenta, de toda maneira, obter dados para relatar. O Banco Central não consegue.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Governo do Estado de São Paulo não tem como comprovar a utilização dos recursos, porque, segundo o Governador Mário Covas, ele não conseguia juntar a documentação para a comprovação do dinheiro usado até a quinta parcela. Essa matéria ficou no Senado da República por mais de 2 anos para ser votada. Por quê? Porque foram pedidos 2 bilhões quando, na verdade, o direito que tinha o Estado de São Paulo para a sexta parcela, naquele momento e sem os complementos, era da ordem de 66 milhões. O Banco Central me comprovava de um lado e, por outro, o Estado de São Paulo não comprovava. Assume o Governador Mário Covas e se depara com essa situação e tem que pagar os precatórios para que não haja, inclusive, um pedido de intervenção no seu Estado.

O Governador Mário Covas começa a pagar a sexta parcela quando o pedido estava na Comissão de Assuntos Econômicos. A Comissão de Assuntos Econômicos, por falta de dados, não podia, de jeito nenhum, analisar.

Tive uma conversa com o ex-Senador Mário Covas e com o Dr. Nakano, que providenciaram o novo pedido da sexta parcela, desconsiderando o pedido do Governo Fleury. E essa matéria veio novamente para o plenário.

Eu tinha sido Relator em 1994 e não consegui relatar; depois, como Presidente, passei ao Senador Pedro Piva. Em seguida, o Senador José Serra saiu do Ministério e, assumindo, não conseguiu relatar; voltei a ser o relator da matéria, porque a conhecia profundamente, desde 1994, quando ela tinha sido instruída errado. Fui o Relator da matéria. V. Exª diz bem: esses dados e esse diálogo estão nas notas taquigráficas.

O ex-Senador Mário Covas, Governador de São Paulo, pede para ter a autorização do Senado. Eu, como Relator, e o plenário do Senado – que aprovou – demos a autorização para que S. Exª emi-

tisse 600 milhões, que ainda estavam em discussão. Só após transitado em julgado, com certidão do Tribunal de Justiça, S. Exª poderia fazer o efetivo lançamento dos papéis.

Então, o Senado da República se preocupou, sim. A matéria esteve na Comissão, foi discutida, voltou para o plenário. Foi dada urgência e apresentada emenda de plenário. A matéria voltou para a Comissão, foi votada e encaminhada para o plenário; foi dada urgência e depois retirada. Posteriormente, a matéria foi votada; deu-se-lhe o ressarcimento, porque a culpa não era dele. Ele não era Governador na época. Viu-se com o problema, teve de solucioná-lo, pagou antes de receber a autorização do Senado, que deveria, sim, ter votado, mas não conseguiu fazê-lo por falta de dados.

O Senado não extrapolou e não fez absolutamente nada mais que cumprir o que está escrito nas Disposições Transitórias. Se os Srs. Senadores lerem as Disposições Transitórias, verificarão que não se proíbe a emissão de uma parcela paga; está claro que o Estado terá direito a emitir um oitavo a cada ano.

Darei um exemplo do que acontece hoje com a Prefeitura de São Paulo. Ela pediu para emitir o sexto oitavo e o emitiu; recorreu de todas as ações, tem pago em dia os precatórios, não está em débito com nenhum precatório do Estado e ainda tem saldo de caixa; por isso, desde 1994, ela não pediu para emitir a sétima, nem a oitava. No entanto, isso poderá acontecer. Quando acabarem esses recursos, ela terá de fazer o pleito ao Banco Central, que será encaminhado ao Senado. Talvez ela seja obrigada a entrar com o pagamento da sétima parcela sem que o Senado tenha aprovado; conseqüentemente, deverá ser ressarcida.

Sei que tivemos um embate muito duro na Comissão e no plenário do Senado. As notas taquigráficas deixam bem claras as colocações de V. Exª naquele momento e a minha posição. Mas, se alguém teve culpa nesse caso – embora considere que não, porque faltou documentação para instruí-la – foi o Senado da República. A matéria ficou aqui por mais de dois anos. Quando tivemos condições e o pedido foi reformulado, o Senado votou bem e fez com que o Governador Mário Covas se ressarcisse daquilo que foi pago e que não está proibido, em nenhum momento, pelas Disposições Transitórias. Nem o **caput**, nem o artigo diz que é proibido ressarcir o pagamento feito de alguma parcela; pelo contrário, está dito que o Estado e o Município podem emitir oito parcelas anuais.

Era o que tinha a dizer, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Esperidião Amin, V. Exª tem a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Presidente, desejo, finalmente, solicitar ao Sr. Relator que promova a correção do Anexo I do Relatório concernente ao Estado de São Paulo.

O Anexo I é a cópia das notas taquigráficas da sessão do plenário em que se aprovou a emissão de letras para o Estado de São Paulo.

Eu pediria até que não fosse retirado do seu relatório esse conjunto de notas taquigráficas, que considero precioso, porque tem intervenções muito importantes, as quais deixam claro que havia uma razão para se retirar, pela segunda vez, a urgência na votação da matéria do Governo do Estado de São Paulo. Mas esta transcrição é da sessão do dia 8 de agosto e não da do dia 29 de agosto. No dia 8 de agosto, foi retirada a urgência, e a aprovação daquela que veio a ser a Resolução 65/96, do Governo de Estado de São Paulo, ocorreu no dia 29 de agosto. É apenas uma, tenho que dizer, cópia da notas taquigráficas da sessão de 8 de agosto, em que se retirou a urgência...

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - Peço à assessoria que anote a observação do Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - ... do Projeto de Resolução 74/96.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Romeu Tuma, tem V. Exª a palavra.

O SR. ROMEU TUMA - ... esse também não vou levantar, a não ser que os Senadores questionados estão conscientes do relatório que fizeram; por uma pré-análise dos questionários respondidos, verifiquei que as informações são seguras e praticamente todos tiveram assessoria da Casa na elaboração do relatório, com exceção do Senador Nabor Júnior, que teve assessoria, mas praticamente só a decorrência da sessão para elaborar seu relatório. Acredito que são satisfatórias as respostas, e o Senador Gilberto Miranda está seguro de todos os questionamentos a que respondeu.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O caso do Senador Nabor Júnior é especial, porque S. Exª foi simples relator de plenário.

Com a palavra a eminente Senadora Emilia Fernandes.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Se o Senador Esperidião Amin quiser, caso tenha interesse, podemos discutir o que houve no plenário do Senado no dia 13.08.96, na CAE e tudo o mais. Não entendi, e talvez S. Exª possa ser mais explícito, por que S. Exª fala da juntada das notas taquigráficas. Tenho certeza de que o Relator tem cópia de tudo, matéria por matéria. Agora, se há alguma dúvida que eu possa esclarecer... Não entendi a colocação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - V. Exª não entendeu e trocou as datas.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Dia 13.08.96, foi na CAE.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Não. Dia 13 de agosto de 1996, pedi para anexar os dois Requerimentos, nºs 35 e 36, aprovados na CAE, que o ofício de V. Exª encaminhou ao Banco Central, exigindo as certidões. No dia 8 de agosto, é o anexo, que está com título equivocado, do relatório do Senador Roberto Requião.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Está esclarecido.

Com a palavra a Senadora Emilia Fernandes.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senador Gilberto Miranda, inicialmente, eu gostaria de ressaltar o momento importante que vive a CPI esta noite. O que está acontecendo aqui, com transparência, com os depoimentos, com o trabalho exposto, não apenas por escrito nos questionários, antecipadamente entregues aos Srs. Senadores, é a oportunidade que a sociedade brasileira está tendo, no momento, de ouvir e assistir o que os relatores têm a dizer sobre o processo, sobre a sua participação nos procedimentos relacionados à questão dos precatórios, o que considero da mais alta importância. Não estamos aqui, em hipótese alguma, questionando a lisura, a seriedade com que os Srs. Senadores encaminharam a questão, deram seus pareceres e se colocaram como relatores dos projetos. Estamos aqui mostrando que, ao contrário do que muitos pensavam, Senador Gilberto Miranda, esta Comissão e o Senado não têm o desejo de ocultar o trabalho realizado pelos Srs. Senadores, sua participação, a responsabilidade de cada um e não apenas dos Srs. relatores, mas de todos os Srs. Senadores que votaram os projetos.

Esta noite, estamos mostrando à sociedade brasileira, mediante o depoimento sério, competente, qualificado que cada um dos senhores está prestando – alguns com mais conhecimento, outros com menos, até em virtude do tempo que foi concedido a cada um -, que temos de ressaltar algo positivo. Estamos comprovando, por meio desta Comissão, por meio do Sr. Relator, que não houve tratamento diferenciado. Foi dispensado um tratamento respeitoso e igualitário a todas as pessoas que vieram a esta Comissão e, certamente, os senhores receberão o mesmo tratamento.

Na sua exposição, a afirmação e as ponderações, até certo ponto fortes, em relação ao Banco Central foram muito precisas, porque a falta de objetividade dos processos que chegaram a esta Casa, sem dúvida, tem uma parcela significativa de responsabilidade no esclarecimento, no embasamento necessário, responsável de cada um dos Srs. Senadores, quando do conhecimento do material enviado e, principalmente, em virtude do acompanhamento sistemático que o Banco Central deu aos Srs. Relatores, principalmente a V. Exª, na busca de esclarecimentos.

Por outro lado, entendo que as ponderações do Senador Esperidião Amin sobre o cuidado que esta Casa e a Comissão de Assuntos Econômicos tiveram em relação à busca de maiores esclarecimentos, principalmente os direcionados aos Governadores e aos Prefeitos, são altamente positivas e servem de alerta a esta Casa.

Temos de respeitar os pedidos, as solicitações das autoridades estaduais e municipais deste País, mas temos de reconhecer que o grau de influência de Governadores, Prefeitos e outras autoridades deve ter limite. Esta Casa tem de exercer, em sua plenitude, o trabalho de fiscalização, de esclarecimento e de posicionamento.

Peço desculpas ao Sr. Senador, mas é importante registrar a posição geral...

Por outro lado, Senador Gilberto Miranda, no questionário respondido, V. Exª afirmou que pessoas o procuraram oferecendo subsídios ou argumentos e citou várias pessoas, várias autoridades: Secretaria de Fazenda, Governo de Estado, Presidente do Bacen, Diretor do Bacen.

Sabemos, e V. Exª confirmou, que o Banco Central teve um procedimento, no mínimo, questionável: fez um relatório, depois mudou. Já temos conhecimento dessa questão.

Qual a influência, se houve, e quais os contatos, se aconteceram, do Sr. Jairo da Cruz Ferreira, Diretor do Dedip, em relação às questões dos títulos do Estado de São Paulo? V. Exª recorda qual teria sido o motivo de o Sr. Jairo da Cruz Ferreira tê-lo procurado no dia 19 de agosto de 1996? Faço esta

pergunta porque isso aconteceu cinco dias após a leitura do parecer no plenário e dois dias antes da votação do processo do Estado de São Paulo.

Como o Banco Central, em determinados momentos, descumpriu a sua atividade primeira de bem instruir os processos, gostaria de saber se além desse posicionamento – que também é o de V. Exª, porque V. Exª também concorda que o Banco Central faltou com a objetividade, que procedeu de forma não muito clara diante de todos esses acontecimentos -, se V. Exª tem conhecimento da posição, da participação do Sr. Jairo Ferreira da Cruz, do Dedip, nessa questão.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Creio que tenho condições de responder a maior parte das perguntas de V. Exª.

Vou fazer uma brincadeira com V. Exª, com todo respeito. V. Exª lembra o que comeu no jantar da terça-feira passada?

A SRA. EMILIA FERNANDES - Não estamos aqui tratando de alimentação, estamos tratando de desvio de dinheiro público.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Senadora, não vou aceitar gracinha.

A SRA. EMILIA FERNANDES – A gracinha partiu de V. Exª.

O SR. GILBERTO MIRANDA - V. Exª me pergunta se lembro do diálogo que tive no dia 19 de agosto de 1996 com o Sr. Jairo. V. Exª lembra do diálogo que teve na semana passada com alguém? Eu não lembro.

A SRA. EMILIA FERNANDES - Se estivesse tratando de dinheiro público, eu lembraria.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Eu era Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senadora, e todos os projetos de financiamento passam pela Comissão de Assuntos Econômicos. V. Exª, votando no plenário, talvez não tenha acompanhado o trabalho na Comissão. Todos os projetos de precatório passam pela Comissão de Assuntos Econômicos. Todos os financiamentos externos, todas as rolagens de dívidas dos Estados passam pela Comissão de Assuntos Econômicos. Conseqüentemente, o Presidente daquela Comissão fala com o Ministro da Fazenda, fala com o Presidente do Banco Central, fala com a Diretoria do Banco e, conseqüentemente, fala com o Dedip, pede informações, pede complementos, manda cartas, para saber, para se instruir. Então, falei o tempo inteiro.

Com relação ao Estado de São Paulo, com relação à Prefeitura de São Paulo, foi efetivamente mudado o relatório pelo Banco Central; mas, com relação ao Governo de São Paulo, que havia pedido US$2 bilhões, não tendo o Governo de São Paulo conseguido fornecer elementos ao Banco Central que comprovasse a necessidade desse montante, aquela autarquia não modificou seu relatório, não mandou um novo relatório. Eu, de minha parte, como Relator da matéria, entendendo que esse valor era absurdo, não relatei a matéria, que só veio a ser relatada dois anos depois, com um valor de aproximadamente 70 milhões para o pagamento da sexta parcela e o resto para complemento só com a comprovação.

Quero dizer a V. Exª, com todo o respeito, que não sou capaz de lembrar um diálogo havido com o Sr. Jairo, tendo em vista todas as dezenas de processos do Banco Central que passaram pela Comissão de Assuntos Econômicos. Todavia, com relação à Prefeitura de São Paulo, com relação ao Governo do Estado de São Paulo e com relação a todos os projetos de financiamento que passaram pela Comissão nos dois anos em que a presidi e mesmo na época das eleições em que estava à frente, como Vice-Presidente da Comissão, posso assegurar que S. Sª se comportou bem, sempre prestativo, fornecendo qualquer informação de que necessitávamos. S. Sª vinha a esta Casa, vinha à Comissão e prestava todos os esclarecimentos solicitados, nunca deixando de fazê-lo, principalmente relativamente a isso. Então, com relação aos dois assuntos e todos os financiamentos, não tenho nada a acrescentar que desabone a figura do Sr. Jairo. Comigo na Presidência da Comissão, S. Sª se comportou plenamente bem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senadora Emilia Fernandes, V. Exª tem a palavra.

A SRA. EMILIA FERNANDES - Sr. Presidente, Senador Gilberto Miranda, as minhas palavras, a meu ver, foram totalmente distorcidas pelo entendimento de V. Exª, talvez pelo clima de tensão vivido aqui neste momento. E eu até o aplaudia nas considerações que fez em relação à questão do Banco Central, à questão da participação do Senado, do seu trabalho realizado, inclusive em relação à análise desses projetos, que não pôde concluir exatamente como gostaria dada uma urgência que atropelou o procedimento que vinha realizando.

Todavia, com relação à pergunta que fiz, devo dizer que eu não pediria nem exigiria aqui que alguém se lembrasse de todas as ligações ou conversas realizadas. Diga-se de passagem, foi dado o mesmo tratamento que as subcomissões que estão

trabalhando na questão do sigilo telefônico deram a outras pessoas que vieram depor. Nós também tivemos o cuidado, tanto os Senadores como os assessores, de fazer uma avaliação dos contatos telefônicos havidos.

O que nos chamou a atenção, Senador Gilberto Miranda – eu jamais pediria esclarecimento de todos os seus contatos telefônicos – foi o fato de haver, entre as ligações recebidas pelo gabinete de V. Exª, apenas uma ligação do Sr. Jairo da Cruz, no dia 19 de agosto. Portanto, cinco dias após ter sido lido o parecer referente ao Estado de São Paulo. Não era sobre nenhum outro que estavam conversando, não era de nenhum outro que estavam tratando. Por isso, chamou a minha atenção. De repente, diante do parecer lido, poderia ter sido até o Banco Central, por meio do Sr. Jairo Ferreira da Cruz, alertando V. Exª de alguma coisa, de algum fato novo, confirmando algo que poderia ter sido atrapalhado, diante da análise dessa matéria pela urgência que o tomou de surpresa e lhe retirou o processo das mãos.

Não levanto nenhuma desconfiança. Apenas, tentava colaborar com V. Exª nesse sentido. Poderia ter surgido porque o processo estava sendo analisado, documentos estavam sendo solicitados e foi pedida a urgência. O processo foi interrompido. Queria ver se, por acaso, não tinha havido alguma coisa nessa linha. Já disse V. Exª que não lembra. Agradeço as ponderações de V. Exª e reafirmo a seriedade com que estamos trabalhando, principalmente, tratando de todas as questões e todas as ponderações que fizemos até agora.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Tem a palavra o Senador Gilberto Miranda.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, V. Exª faz uma afirmação, e, em hipótese nenhuma, concordo com ela. Não aceito que isso fique nos Anais da Comissão. V. Exª diz que eu devo ter falado especificamente sobre esse assunto. Eu era o Presidente da Comissão. Como já lhe disse, na Comissão estão todos os projetos. Poderá V. Exª ir à Comissão e conseguir todos os projetos que estavam tramitando naquele momento. Eu falava com o Sr. Jairo como falava com o Presidente do Banco Central, como falava com o Ministro Malan, como falava com o Presidente da República, quase semanalmente, quando era interesse do Governo, quando era interesse do Estado ou quando era interesse de qualquer um. Fez V. Exª a afirmação de que seis dias depois, porque V. Exª achou nas ligações... V. Exª deverá achar, aí, que eu falei cinqüenta vezes com o Banco Central, cinqüenta vezes com o Ministro da Fazenda. V. Exª está sendo até muito carinhosa ao citar uma vez só.

Cabe ao Presidente das Comissões interagir, para que aqueles que assessoram esta Casa tenham condições de dar subsídios aos Srs. Relatores, fornecendo-lhes toda a documentação necessária. Na Comissão de Assuntos Econômicos, durante todo os meses, durante todo o ano, há projetos sobre financiamento, há projetos sobre rolagem de dívida mobiliária, há projetos sobre precatórios, há projetos sobre emissão de títulos.

Pergunta V. Exª se eu me lembro e diz que, com certeza, eu deveria ter falado sobre esse assunto. Não aceito porque não tenho condições de responder sim ou não, nem V. Exª teria. "Com quem que V. Exª estava tratando seis dias depois de o projeto chegar a esta Casa?" Penso que ninguém lembra o que aconteceu seis dias depois, em agosto de 1996. Pediria a V. Exª, se possível, que retirasse a afirmação. Isso aconteceu há dez meses.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Cinco dias depois de lido o parecer no plenário.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Não tenho memória para lembrar o que aconteceu cinco dias depois de o projeto ter sido lido no plenário, nem o que conversei com pessoas do Banco Central que assessoravam esta Casa em todos os projetos que estavam na Comissão com os Srs. Senadores. Não tenho condição de lembrar-me. Mas, com certeza, foi referente a projetos,existentes.

O comportamento do Sr. Jairo em relação ao Governo, à Prefeitura de São Paulo e aos financiamentos externos que passaram, na época em que fui relator, foi o melhor possível. Não há nada para falar que o desabone porque, quando o chamávamos, ele era prestativo, dava todas as informações e tentava, efetivamente, resolver o problema da Comissão. Tenho certeza de que o Senador José Serra também passará por isso.

Gostaria de concluir e dizer-lhe, Senadora, que não existe tensão nenhuma de minha parte porque na história do Senado e na história de precatórios nenhum precatório foi mais discutido, mais analisado, mais verificado do que o do Governo de São Paulo. Em nenhum momento foi dito que houve precatório frio, porque não existe. Em nenhum momento foi dito e foi comprovado que havia algum complemento frio, porque não existe. Em nenhum momento foi usada nenhuma assessoria externa para ajudar a Prefeitura nem o Governo de São Paulo.

Entendo, portanto, Senador, que o Senado da República e os Relatores tomaram todo o cuidado.

Cito como exemplo o Senador Nabor Júnior, que, ao relatar o processo de precatórios, acolheu emendas de Plenário e colocou emendas, a fim de que o Banco Central, antes de autorizar o registro da emissão, pedisse ao Tribunal de Justiça uma cópia da decisão para comprovar se aquele montante estava correto; entretanto, o Banco Central não fez isso.

A culpa não é do Senado, a culpa não é do Relator, pois ele tomou todas as precauções. No caso da Prefeitura de São Paulo, no caso do Governo de São Paulo, foram tomadas todas as precauções, tanto que conseguimos abaixar aquele valor. Eu, como Relator na primeira e última fase, saí de US$2 bilhões para setenta e poucos milhões e com o comprometimento de mais ou menos US$640 milhões que somente poderiam ser emitidos de acordo com o valor das decisões transitadas em julgado.

O Senado tomou cuidado. O Senado foi diligente. O Senado foi responsável. O Senado cumpriu com tudo. A Comissão de Assuntos Econômicos, como citou o Senador Esperidião Amin, chegou a mandar para o Banco Central uma resolução aprovada na Comissão, originada de um requerimento do Senador Vilson Kleinübing aprovado na Comissão, a qual estabelecia que o Banco Central deveria exigir a certidão que comprovasse a veracidade do valor; mas aquele órgão não exigiu, não mandou e registrou coisas que não existiam.

O Senado fez a sua parte. Todos os Srs. Senadores tentaram. Se o processo veio eivado de erros e de vícios, não cabia a esta Casa eliminá-los.

Essa era a ponderação que tinha a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Gilberto Miranda e Senadora Emilia Fernandes, a Mesa tem-se comportado sempre como magistrada.

Foram estabelecidas regras para todos aqueles que apareciam nos telefonemas. Não vi, na intervenção da Senadora Emilia Fernandes, nenhuma redução da honorabilidade pessoal de V. Exª. S. Exª quis apenas um esclarecimento, e V. Exª acaba de prestá-lo.

Em sendo assim, a Presidência mantém o registro da pergunta com a resposta.

Senadora Emilia Fernandes, V. Exª ainda quer usar da palavra?

A SRA. EMILIA FERNANDES - Apenas para concluir, Sr. Presidente, queria reafirmar a linha do nosso questionamento e da nossa participação: tanto trabalhamos com seriedade que não trouxemos as outras ligações feitas fora do período de análise dos processos específicos que o Senador Gilberto Miranda está esclarecendo. Registramos essas ligações, mas não as trouxemos porque entendemos que S. Exª, como Senador e como Presidente de uma Comissão de Assuntos Econômicos, até deve ter esse contato contínuo com diferentes segmentos da sociedade brasileira.

Concluo apenas dizendo que reafirmamos o que nós dissemos a todos os Senadores: cada um abraçou com seriedade e responsabilidade o processo que lhe foi confiado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Tem a palavra o Senador Jader Barbalho.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Sr. Presidente, peço a palavra para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Gostaria de prestar a seguinte informação: quando avoquei a Relatoria, por conhecer profundamente o Governo de São Paulo, fui ao Banco Central e tive com o Presidente daquela instituição, uma reunião longa, de mais de uma hora, durante a qual mostrei ao Presidente do Banco Central e aos Diretores que estavam presentes que, antes de autorizar aquela emissão de São Paulo, deveria o Banco Central tomar todo o cuidado porque o pedido que viera ao Senado era no valor de R$2 bilhões, o que não correspondia à verdade. Eu tinha sido Relator em 94, quando o Presidente do Banco Central era outro. Essa, a informação que tenho para V. Exª.

Estou-me lembrando que daquela reunião participou o Presidente do Banco Central e participaram também o Sr. Gustavo Franco e o Sr. Alkimar Moura. Eu lhes disse que não poderia haver nenhum erro e que deveriam averiguar o máximo possível. Fiz esse alerta. O Sr. Hugo Braga me encaminhou para junto dos Srs. Diretores e do Sr. Presidente. Quando saí de lá eram quase onze horas da noite e mostrei que esse processo teve muitos erros.

Isso aconteceu e, por isso, quando o Banco Central, por intermédio de seu Presidente ou da assessoria daquela Casa, informou, na Comissão de Assuntos Econômicos, quando estava votando a matéria, que a matéria colocaria em risco o Plano Real devido à emissão de R$700 milhões por parte do Governo de São Paulo, fiquei indignado, porque não passou pelo Plenário e porque, dois meses antes, estive no Banco Central, altas horas da noite, com a Diretoria, e alertei, mostrei, expliquei, e depois, na última hora, no momento da votação, aconteceu isso. Talvez por isso tenha sido marcada essa reunião. Mas o Banco Central foi alertado, foram fei-

tas várias reuniões, como está no meu relatório, com o Presidente, com os Diretores, mostrando que aquele processo teria de ser revisto o máximo possível.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O assunto está esclarecido.

Tem a palavra o Senador Jader Barbalho.

O SR. JADER BARBALHO - Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, entendo que, passado o processo por uma comissão e emitido o parecer pelo Relator, o parecer passa a ser da Comissão, não é do Relator; há uma solidariedade por parte da Comissão. Portanto, os processos que passaram pela Comissão são de responsabilidade da Comissão. Do Plenário, da mesma forma. Muitos assuntos que estamos debatendo, da Prefeitura de São Paulo, do Estado de Santa Catarina, foram questionados em Plenário. A responsabilidade, portanto, foi do Plenário do Senado Federal.

À exceção que houvesse, de forma pontual, uma acusação ou uma suspeição a um Senador, deveríamos estar aqui dando a oportunidade ao colega Senador de fazer o esclarecimento. Mas se o Relator já fez um questionário, estamos diante, perdoem-me os companheiros da Comissão, de uma sessão de constrangimento e de constrangimento profundamente inútil, ao discutirmos questões dessa natureza. Afinal de contas, foi a Comissão e posteriormente o Plenário, e não o colega Senador, o responsável pelo parecer.

Eu, por exemplo, manifestei-me contra a aprovação do ressarcimento de São Paulo e continuo mantendo meu ponto de vista. O Senado não poderia, e, aliás, já havia sido alertado na Comissão, ressarcir dívida, porque dívida paga é dívida inexistente. Portanto, não poderia ser enquadrado no art. 33, e o Estado de São Paulo cometeu inconstitucionalidade. Da mesma forma, a Prefeitura de São Paulo não poderia ter autorização do Senado para se ressarcir ou pagar dívidas diversas de precatórios.

Quero aqui cumprimentar o Senador Roberto Requião que, no seu relatório parcial, faz um estudo demonstrando todos esses casos. Nós vamos nos reservar aqui, porque vamos além do parecer do Relator, vamos ter os nossos votos em separado, para os devidos enquadramentos. Se é para enquadrar um determinado Estado por ter cometido inconstitucionalidade e ilegalidade, não sei como vai escapar, não vou distinguir São Paulo de Alagoas, em matéria de inconstitucionalidade ou ilegalidade. Não vou distinguir Santa Catarina de São Paulo. É preciso que se deixe claro isso, bem claro. E a responsabilidade que nós, do Senado, de certa forma, tivemos, de certa forma, estamos absolvidos, porque não havia nenhuma denúncia, e os Senadores não poderiam adivinhar que havia precatórios enxertados. E quando houve a denúncia, constituiu-se esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Então, Sr. Presidente, estamos no início de um processo de definições, para deixar bem claro isso, em relação a todos os Estados, onde foi cometida a inconstitucionalidade, onde foi cometida a ilegalidade, porque uns cometeram inconstitucionalidade e ilegalidade para pagar empreiteiros; outros cometeram inconstitucionalidade e ilegalidade para pagar outras despesas. Quero saber qual é a diferença entre quando se comete inconstitucionalidade e quando se comete ilegalidade. Qual é o critério ético entre quem paga empreiteiros e quem paga outro tipo de despesa não abrigada pela Constituição?

Vamos discutir no momento oportuno, e me alegra ver o trabalho do Relator detalhando de forma pedagógica a interpretação do art. 33 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Quero, portanto, registrar, Sr. Presidente, que não vou fazer pergunta a nenhum companheiro, porque entendo que é um constrangimento pelo qual o companheiro do Senado não deveria passar, porque a decisão foi coletiva, seja na Comissão, seja no Plenário. Está havendo, Sr. Presidente, um constrangimento que não contribui absolutamente para nenhum esclarecimento adicional do que já foi feito.

Por isso, gostaria, permitem-me os companheiros, de propor a V. Exª que, à exceção de algum dado pontual, de alguma acusação a um gesto que algum colega Senador possa ter cometido, nos poupemos. Foi uma decisão da Comissão, mas pediria que fosse revista nesta oportunidade. A decisão é coletiva e o momento oportuno será na apreciação por parte do Relator, que nos dará a oportunidade ou de acompanhá-lo ou de divergir ou de acrescentar.

Creio que a esta altura querer exigir de cada colega Senador que, de forma isolada, dê esclarecimento de responsabilidade coletiva, é estarmos, no mínimo, cometendo não só uma perda de tempo, mas uma tremenda indelicadeza com os colegas do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Tem a palavra o Senador Roberto Requião.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – O Senador Jader Barbalho tocou no espírito desta reunião. A idéia desta reunião era exatamente essa, tanto que a abri dizendo que eu, como Relator, esta-

va satisfeito com as respostas dadas por escrito e que, se algum outro Senador quisesse fazer a um Relator uma pergunta, eu me reservaria a alguma questão que surgisse durante as perguntas feitas pelos Senadores aos Relatores. O espírito do processo é exatamente esse.

Aliás, neste momento da reunião, Senador Jader Barbalho, só tenho uma pergunta a fazer a um Senador, que me surgiu nos processos. É uma pergunta que eu faria ao Senador Lauro Campos, apenas para elucidar um ponto, um minúsculo ponto que me ajudaria na elaboração do relatório final, dando sustentação a uma tese já suportada por outros argumentos, outros depoimentos e outras circunstâncias.

Gostaria de perguntar ao Senador Lauro Campos se, nos contatos que teve com o Secretário da Fazenda de Osasco, Sr. Roberto Sanchez, que o visitou na companhia do Sr. Wagner Baptista Ramos, em algum momento, o Senador se recorda de ter dado ao Sr. Roberto Sanchez acesso ao inteiro teor do seu relatório, inclusive à cláusula condicionante da resolução, que acabou sendo suprimida, embora votada no plenário, no **Diário Oficial** e descumprida pela Prefeitura de Osasco.

É a única pergunta que gostaria de fazer ao conjunto dos Relatores presentes nesta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Tem a palavra o Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS – Quero esclarecer a V. Exª que a minha conversa com o Sr. Wagner Ramos foi "curta e grossa". Não dei acesso a ele a qualquer informação. O parecer estava em processo de elaboração. De modo que, se ele veio a saber qual era o parecer, ele deve ter voltado frustrado no seu intento. Realmente, não esclareci nada.

Gostaria de aproveitar o ensejo, porque na **Folha de S.Paulo** de primeiro de abril de 1997 há uma referência a essa visita do Sr. Wagner Ramos, e diz o seguinte: "A CPI dos precatórios revelou que o empresário Lesco Leslie de Araújo, principal executivo da COVEG, intermediou um encontro entre Seixas, o ex-Coordenador da Dívida Pública de São Paulo, Wagner Baptista Ramos, e o Senador Lauro Campos, Relator da emissão de títulos do Município de Osasco".

Quero dizer a V. Exª e aos Srs. Senadores que nunca ouvi falar nesse tal de Lesco Leslie de Araújo. Sobre Lesco, tenho a dizer que na minha juventude tinha uma música, lesco-lesco; fora esse lesco-lesco, os outros me são completamente desconhecidos. Também não sei o que é COVEG.

De modo que gostaria, se tivesse oportunidade, de prestar outros esclarecimentos a respeito dessa caixa preta que nos foi entregue.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS WILSON - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem em relação ao assunto.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Tem V. Exª a palavra para uma questão de ordem.

O SR. CARLOS WILSON – Sr. Presidente, não me dou por satisfeito. Fui Relator do processo de emissão de títulos do Estado de Pernambuco, quero que essa questão vá até o fim e que cada um venha explicar como elaborou seu relatório.

Mais ainda: dentro do que foi colocado aqui pelo eminente Senador Jader Barbalho, estou entrando com requerimento que peço permissão a V. Exª para ler.

> "Sr. Presidente, na qualidade de membro desta Comissão Parlamentar de Inquérito e tendo sido informado de minha convocação para, como depoente, prestar informações sobre os trabalhos de relatoria por mim exercidos em relação ao Projeto de Resolução nº 55, de 1996, venho à presença de V. Exª para requerer o encaminhamento de questionário, cujo teor vem a ser discutido no âmbito desta CPI, a todos os Senadores que tenham deliberado sobre a utilização de emissão de títulos destinados ao pagamento de precatórios judiciais no biênio ora investigado como co-responsáveis" – como foi dito aqui pelo Senador Jader Barbalho – "pela aprovação das correspondentes resoluções autorizativas do Senado Federal e cujas respostas ao citado questionário deveriam constar dos Anais desta CPI para conhecimento público das mesmas.
>
> Prende-se o presente requerimento à necessidade de perfeito conhecimento das razões de convencimento de todos os ilustres Pares, uma vez que, ao aprovar o parecer de plenário, assinem solidariamente a responsabilidade pela decisão tomada em relação à matéria".

Esse é um assunto que foi levantado anteriormente pelo Senador Jader Barbalho. No momento em que eu fosse prestar o meu depoimento, entraria com este requerimento. Antecipo o meu requerimento, até porque, na vida pública, temos não só que ser, mas também que mostrar quem somos.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O requerimento de V. Exª está deferido.

A Presidência, antes de continuar, pede a atenção para a votação de três requerimentos da maior importância. Um já se encontrava nas minhas mãos desde o dia 20 de maio, mas não tive oportunidade de colocá-lo em votação por falta de reunião. Outro é do dia 3 e outro do dia 28 de maio, todos oriundos da Secretaria da Receita Federal.

O Secretário da Receita Federal pede "cópia autenticada de toda a documentação disponível, em especial de natureza financeira e bancária, incluindo extratos, cheques e avisos de débito e crédito relativo aos contribuintes a seguir relacionados". Ele faz menção aos Ofícios nºs 318/97, 595/97, reiterados pelos Ofício nº 648/97. Nessa relação, agora, estão atualizados os nomes com CGC e CPF. O eminente Relator nada tem a opor a que se continue prestando colaboração à Receita Federal.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O eminente Secretário Everardo Maciel pede cópia autenticada dos depoimentos prestados junto à Polícia Federal, bem como o relatório das diligências efetuadas pela Polícia Federal e pelos assessores desta CPI sobre o fornecimento pedido.

Em votação.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A última solicitação é de cópia autenticada do relatório parcial e de seus respectivos anexos, que tratam da emissão e da negociação de títulos públicos emitidos pelo Tesouro do Estado de Alagoas, vinculados ao pagamento de precatórios judiciais, elaborados pela equipe de fiscalização do Banco Central em 20 de maio de 1997.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - Sr. Presidente, depois que V. Exª colocar essa solicitação em votação, eu gostaria de falar a respeito de outros requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – V. Exª está de acordo com essa solicitação?

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Em votação a solicitação.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Requião.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - Sr. Presidente, a Polícia Federal trouxe às mãos da CPI um documento encontrado no Banco Vetor pelo liquidante. Esse documento mostra, com clareza, que o Sr. Pedro Neiva Filho teria uma conta num banco em Miami, na qual o Banco Vetor teria feito um depósito de R$460 mil.

Junto com a notícia desse depósito, que teria sido feito através da **Made in Brazil** - o **fax** era dirigido ao Sr. George Davis, que é operador de câmbio da **Made in Brazil** -, há uma memória de cálculo. Esses R$460 mil são derivados de uma quantia superior a R$600 mil. Uma parte teria ficado em nome de um fundo Wagner; outra parte teria sido destinada a dois personagens no endereço da Split em São Paulo.

Já que chegou à CPI este documento, para examiná-lo com mais exatidão, requeiro a ouvida dos Srs. Pedro Neiva Filho, Ronaldo Ganon...

O SR. ROMEU TUMA - Senador Vilson Kleinübing, o Sr. Pedro Neiva já foi intimado, mas, alegando estar doente, não compareceu à reunião. Portanto, a intimação está válida.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - O Sr. Pedro Neiva Filho não está doente. Ele está num apartamento no Rio de Janeiro. Esse apartamento está no nome da sua irmã. Ele tem que ser ouvido para falar sobre esse documento.

Requeiro a ouvida dos Srs. Pedro Neiva Filho, Fábio Nahoun e Ronaldo Ganon e dos três proprietários e diretores – pai e dois filhos – da **Made in Brazil**, que é a mesma empresa que entregou o cheque da IBF para o Instituto do Clero de Brasília.

Essa diligência tem que ser feita. Podemos nos dispensar de ouvi-los no Senado. É uma tarefa que deve ser feita por determinação da CPI, com o apoio da Polícia Federal. Para isso, fiz dois requerimentos: um requerimento da CPI determinando a ouvida dessas pessoas e outro requerimento pedindo à Polícia Federal que realize a operação com o acompanhamento do Senador Romeu Tuma e dos nossos assessores.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma, que falará sobre os dois requerimentos.

O SR. ROMEU TUMA - Sr. Presidente, eu gostaria de acrescentar mais alguns dados sobre esses requerimentos. Talvez, o Senador Roberto Requião concorde.

Estou fazendo uma investigação a respeito de uns dados recebidos, na tentativa de fazer a identificação do Renê.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Devo dizer que V. Exª está fazendo essa diligência por solicitação e com o apoio da Presidência. Essas informações são confidenciais, pois a Presidência assim o pediu. A imprensa tomará conhecimento disso mais adiante. Daqui alguns dias, V. Exª falará a respeito.

O SR. ROMEU TUMA - Foi feito o cruzamento de dados telefônicos; a Senadora Emilia Fernandes e sua assessoria colaboraram com esse procedimento. Apareceram três nomes. Acho importante que S. Exª forneça esses nomes, para que os mesmos sejam ouvidos com urgência. Foram feitas centenas de ligações, e está bem claro que se trata de doleiros e de operadores de câmbio clandestinos, visto que os nomes aparecem com muita insistência em vários segmentos investigados pela CPI.

Peço a Senadora Emilia Fernandes que cite os três nomes: o do Pagura e o dos outros dois.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Mas isso tem relação com esses dois requerimentos?

O SR. ROMEU TUMA - Sr. Presidente, este é um aditamento que faço.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Está em votação o requerimento com o aditamento.

Concedo a palavra a Senadora Emilia Fernandes.

A SRª EMILIA FERNANDES – O Senador Romeu Tuma se refere mais especificamente aos sócios da Vitória DTVM: o Sr. Raul Henrique Sogur; a SRA. Olga Pagura, que é mãe dele; o Sr. Richard Waterloo; e o Sr. Rubens Meneguetti. Essas pessoas possuem intensas e constantes ligações, inclusive com países estrangeiros, como os Estados Unidos, Suíça e Paraguai, como também com Ponta Porã, com bancos já confirmados nessas localidades. Então, julgo muito importante e procedente a ponderação do Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Em votação o requerimento do eminente Senador Roberto Requião, com o adendo do eminente Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – É para diligência, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O Presidente, apenas para constar da Ata, vai ler o que foi aprovado.

O SR. CARLOS WILSON - Sr. Presidente, o requerimento apresentado por mim também vai ser colocado em votação?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Já está aprovado. Já passei ao Dr. Luís Cláudio, devidamente aprovado, o requerimento de V. Exª.

O SR. CARLOS WILSON - Muito obrigado.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Vou registrar os quatro requerimentos e a seguir falo sobre o requerimento.

Os quatro requerimentos do Senador Roberto Requião:

- que sejam convocados a prestar depoimento perante a Polícia Federal: Fábio Nahoum, Ronaldo Ganon e Pedro Neiva Filho, pelas transações cambiais com a empresa Made in Brazil Viagens e Turismo Ltda.;

- deliberação da CPI e realização de diligência de busca e apreensão de documentos na empresa Made in Brazil Viagens e Turismo Ltda., relativas às transações daquela empresa com o Banco Vetor S.A. e com o Instituto de Previdência do Clero;

- requerimento pedindo sejam convocados a prestar depoimento perante a Polícia Federal, para fins de esclarecimento de transações cambiais com o Banco Vetor S.A. e com o Instituto de Previdência do Clero, os Srs. Guilherme B. Davis, Raul Davis e Jorge Davis, Diretores da empresa Made in Brazil Viagens e Turismo Ltda.;

- requerimento autorizando a Polícia Federal a efetuar diligência de busca e apreensão de documentos relativos a transações cambiais com o Banco Vetor S.A. e com o Instituto de Previdência do Clero, a ser realizada na empresa Made in Brazil Viagens e Turismo Ltda.

Todos esses requerimentos foram aprovados, com o adendo do eminente Senador Romeu Tuma.

O Senador Carlos Wilson teve seu requerimento aprovado, e a ele será dada devidamente a palavra para os esclarecimentos ou o que o Relator pedir e que V. Exªs entenderem, da seguinte forma. A Presidência pede a atenção do Senador Carlos Wilson para ver se interpreta bem o que S. Exª deseja.

Na qualidade de membro desta Comissão Parlamentar de Inquérito, e tendo sido informado de minha convocação para, como depoente, prestar informações sobre os trabalhos de Relatoria por mim exercidos em relação ao Projeto de Resolução nº 55, de

1996, venho à presença de V. Exª para requerer o encaminhamento de questionário, cujo teor venha a ser discutido no âmbito desta CPI, a todos os Senadores que tenham deliberado sobre autorização de emissão de títulos destinados ao pagamento de precatórios judiciais, no biênio ora investigado, como co-responsáveis pela aprovação das correspondentes resoluções autorizativas deste Senado Federal e cujas respostas ao citado questionário deveriam constar dos Anais desta CPI, para conhecimento público das mesmas.

E agora vem o parágrafo final, onde S. Exª dá a justificativa para a formulação. Textualmente:

Prende-se o presente requerimento à necessidade de perfeito conhecimento das razões de convencimento de todos os ilustres Pares, uma vez que, ao aprovar um parecer de Plenário, assumem solidariamente a responsabilidade pela decisão tomada em relação à matéria.

A Presidência deferiu, porque entende absolutamente pertinente e procedente o que deseja o Senador Carlos Wilson.

V. Exª quer fazer alguma pergunta ao Senador Carlos Wilson?

O SR. GILBERTO MIRANDA – Eu gostaria de pedir a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Eu gostaria de um esclarecimento. V. Exª pedirá ao Relator ou nomeará um ou dois membros para que formulem um questionário?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O Relator já declarou que não tem nenhuma pergunta, nenhum questionário a fazer ao Senador Carlos Wilson.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Não, V. Exª não entendeu. O requerimento do Senador é para que todos os Senadores respondam, em todos os projetos que foram votados, por que votaram. Esse é o espírito. Eu pergunto: a CPI não dará um questionário para cada Senador responder por que votou em cada projeto? Esse é o pedido do Senador.

O SR. CARLOS WILSON - A minha solicitação é muito clara nesse sentido, Sr. Presidente: que cada um se manifeste, expressando por que votou.

O SR. JADER BARBALHO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. JADER BARBALHO – Sr. Presidente, eu quero registrar a minha manifestação e o meu voto contrário à solicitação do Senador Carlos Wilson. Já sou contrário ao fato de os Relatores estarem aqui para darem esclarecimentos. Sou contrário, Sr. Presidente, por considerar que é um constrangimento inútil, à exceção que houvesse fato, um ponto específico, uma denúncia que obrigasse um Senador ao constrangimento de prestar esclarecimentos – nesse sentido, eu compreendo o ponto de vista do Senador Carlos Wilson.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – V. Exª, portanto, requer da decisão Presidência "monocrática" para levá-la ao Plenário?

O SR. JADER BARBALHO – Discordo, Sr. Presidente, pois se estará apenas ampliando o constrangimento; mais nada além disso.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – A Presidência acolhe o recurso e toma os votos dos eminentes Senadores.

O SR. JADER BARBALHO – Inclusive, V. Exª terá que enviar ao Presidente da Casa, perguntando como votou.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Presidente, V. Exª vai tomar os votos?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Está em discussão, porque a Presidência havia deferido e tomou como recurso ao Plenário para ser votado.

Tem a palavra o Senador Carlos Wilson, como autor do requerimento.

O SR. CARLOS WILSON – O requerimento foi exatamente na linha do Senador Jader Barbalho, que lamentou o constrangimento desta reunião. Esse constrangimento não pode ser apenas dos relatores. Quando se vota um relatório, um parecer em Plenário, deixa de existir a figura do Relator. Todos são responsáveis pelo voto dado no Plenário. Então é extremamente injusto que se constranjam dez Senadores e que se deixe o restante, que votou a favor das emissões dos títulos, sem expressar por que votou. Não acredito que nenhum Senador vote sem saber.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Vou colher os votos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Exatamente. Cabe a V. Exª colher os votos.

O SR. MAURO MIRANDA – Sr. Presidente, quero tomar liberdade de falar aqui, não como membro da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – V. Exª não é membro da CPI, mas é Senador e, como tal, o Regimento lhe permite e a Presidência lhe assegura a palavra.

O SR. MAURO MIRANDA - Sr. Presidente, eu gostaria, nesta hora de tumulto, de retomar as palavras do Senador Geraldo Melo e do meu ilustre Senador Jader Barbalho. Tomei essa liberdade porque o município objeto do projeto que relatei não tomou os títulos emprestados ou não fez os empréstimos dos chamados precatórios. Por isso eu gostaria que voltasse também a proposição inicial do Relator Roberto Requião, que não tinha nenhuma pergunta mais a fazer sobre os relatórios apresentados.

O Município de Goiânia, governado por um adversário nosso na época, do Partido dos Trabalhadores, teve a sensatez de não negociar os seus títulos autorizados pelo Senado. Por isso tomo a liberdade de chamar à tranqüilidade esta Casa para não estender o assunto, porque o povo também não gosta disso. Para se discutir e não se chegar a nada, para não ir buscar pontos duvidosos, está na hora de encerrar essa conversa, que o povo deve entender como uma conversa séria, como uma conversa que interessa a cada um, na sua região, no seu local de trabalho, mas que não interessa ao Senado, nem como uma nova norma de comportamento da Comissão de Assuntos Econômicos; não vai interessar a uma nova postura do Banco Central, nem aos Tribunal de Contas dos Estados e da União, que se fizeram muitas vezes omissos nessa caminhada.

Por isso, quero fazer minhas as palavras iniciais do Senador Geraldo Melo e do meu Líder, Senador Jader Barbalho, endossadas pelo Senador Roberto Requião, que não tinha nenhum ponto de dúvida em relação aos relatórios apresentados.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Para discutir, concedo a palavra ao Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Pela ordem, então, tem V. Exª a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Primeiramente, como o Senador Geraldo Melo bem apontou, aprovamos um roteiro. Houve três reuniões sobre esse assunto. Na terceira, aprovaram-se o questionário e o roteiro. O roteiro diz, no Item nº 2, Sr. Presidente, que "preenchido e devolvido o questionário, em sessão de trabalho..." – aqui está escrito, entre parênteses, interna, o que considero até normal que se faça sessão de trabalho aberta, mas, uma sessão para terminar esse trabalho.

Continuo: "...interna, os Senadores Relatores comentarão os questionários preenchidos" – comenta quem quer comentar; se ninguém tiver nada para comentar, não comenta -, "cabendo aos membros da Comissão decidir, ouvido o Relator, sobre novas diligências".

Se o Relator informou que havia uma só diligência a fazer, tenho a impressão de que seria melhor encerrar esse roteiro e depois colocar os requerimentos em votação.

Esses requerimentos, todos eles, dizem respeito a matéria complementar ao trabalho da CPI e atalharam o cumprimento do roteiro. Digo isso em socorro, concordando com o que disse o Senador Mauro Miranda. Termina-se essa fase. Depois, se alguém tiver um requerimento para isso ou aquilo – o próprio requerimento do Senador Carlos Wilson – terá o direito de apresentá-lo. Mas isso não tem nada a ver com o cumprimento do roteiro que foi aprovado pela Comissão.

Essa é a questão, Sr. Presidente, que apresento, pela ordem, para que os trabalhos possam ser encerrados naquilo que era a agenda e possam prosseguir naquilo que a Comissão achar que deve prosseguir.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Roberto Requião, V. Exª, como Relator, tem a última palavra.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - Creio que a proposta é razoável. Podemos oferecer a palavra aos Relatores que quiserem se pronunciar. De minha parte, já disse que os questionários satisfizeram as perguntas que eu teria a formular.

O SR. CARLOS WILSON - Sr. Presidente, acho que houve um tratamento desigual. Votaram-se quatro ou cinco requerimentos. Entrei na mesma hora com o requerimento. Eu gostaria apenas que o meu requerimento fosse votado. E a reunião continuaria para se ouvir o Relator...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O tratamento desigual é um Senador falar, outro Senador Relator falar e atalhar-se. Por exemplo, o penúltimo a falar será o Senador Mauro Miranda, porque há requerimentos relevantes mas que não fazem parte do roteiro que estamos cumprindo.

O tratamento idêntico seria encerrar o roteiro e tratar todos os requerimentos depois disso.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Vamos cumpri-lo.

O Senador Roberto Requião não quer inquirir nenhum dos Srs. Relatores que estão aqui indexados. De qualquer forma, pergunto ao Senador Pedro Piva se quer fazer uso da palavra.

O SR. PEDRO PIVA - Eu gostaria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Pedro Piva, esta Comissão deve dizer que se regozija com a presença de V. Exª, que teve uma passagem marcante entre os seus colegas e que agora está temporariamente ausente do Senado.

O SR. PEDRO PIVA - Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu não teria nada a relatar.

Desejo dizer algumas palavras aos meus colegas. Em primeiro lugar, quero dizer que fui afortunado porque no meu processo, de Guarulhos, todas as condições exigidas foram respeitadas. Mas poderiam não ter sido. Como todos sabem, os Senadores defendem os seus Estados. E eu defenderia o meu com todo empenho possível.

Srs. Senadores, endosso inteiramente as palavras do Senador Jader Barbalho e do Senador Geraldo Melo. Não estamos sendo julgados. A esse respeito, eu queria citar uma manchete que um jornal do Brasil – não o **Jornal do Brasil**, mas um jornal do nosso País – divulgou: "Envolvidos nos precatórios serão ouvidos". Eu não fui envolvido em coisa alguma; não fui e acredito que nenhum dos Senhores tenha sido. Cumpri com o meu dever. O relatório foi entregue a mim e o relatei conforme era do meu dever. Cumpri com o meu dever.

Não fui envolvido, porque a minha atitude ética, transparente, que norteou toda a minha vida, é do conhecimento de todos os Senhores e de todo o País. Pelos Srs. Senadores, tenho igual respeito, tenho a certeza da lisura com que relataram seus processos.

Dito isso, Srs. Senadores, tenho pouca coisa a dizer. Quero apenas cumprimentar o Relator, Senador Roberto Requião, que, com seu entusiasmo e perseverança, conduziu esse processo benéfico ao País. Ao Vice-Presidente, meu colega correligionário e amigo, Geraldo Melo, na Vice-Presidência, que honra esta Mesa, deixo as palavras finais para o eminente jurista que, com seu discernimento e bom senso, levou a cabo e foi difícil a tarefa de conduzir esta CPI e levá-la a bom termo.

Senhores, esta CPI serviu e alguém disse aqui que a CPI hoje devia ser um depoimento interno. Fico satisfeito que a imprensa esteja presente, porque ela está acompanhando, está vendo que não há nada a esconder. Os Srs. Senadores apresentaram os Relatórios, que é do conhecimento de toda a imprensa, de todos os Srs. Senadores, e estamos aqui para isso.

Tenho a impressão de que esse nosso posicionamento contribui para o engrandecimento do Congresso Nacional. Estou satisfeito e fico feliz de dizer essas palavras. Quero agradecer, porque tive a oportunidade de entregar aqui, ao Sr. Presidente, ao Relator e ao seu Vice-Presidente, meu Relatório, com a certeza de que todos cumpriram seu dever.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Beni Veras, Relator no processo de Alagoas, V. Exª tem a palavra para, se assim entender, dela fazer uso.

O SR. BENI VERAS - Sr. Presidente, quero realçar que, para mim, Alagoas, é um Estado que merecia um esforço coordenado, porque está com dificuldades. O Governador Suruagy esteve aqui contando as dificuldades por que passa o Estado, precisava de recursos; solicitou-me que eu fosse Relator do projeto que S. Exª tinha aqui. Fui Relator de Plenário no sentido de colaborar com o desenvolvimento da administração de Alagoas.

Portanto, nesses termos, não vejo como possa ser responsabilizado a não ser pelo desejo de colaborar com Alagoas. O fato de Alagoas não ter usado os recursos, conforme prometeu, deve-se a uma falha da administração desse Estado, que deve punir junto ao Tribunal de Contas. Os companheiros da Comissão acharam que era razoável o pleito de Alagoas.

Portanto, nesse sentido, não me sinto responsável por nada. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Eduardo Suplicy, Campinas.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, eu gostaria de assinalar, confirmando o que expressei no meu Relatório, que diante da dúvida colocada pelo Banco Central, relativamente a atingir ou não processo de limite de endividamento, solicitei que fosse feita uma nota técnica pela assessoria do Senado. Esta observou que, no que diz respeito a esse assunto, o próprio art. 33 das Disposições Transitórias da Constituição assinalava que poderão as entidades devedoras, para o cumprimento do disposto nesse artigo, emitir em cada ano, no exato montante do dispêndio, títulos da dívida pública não computadas para efeito do limite global de endividamento. Este foi, portanto, o critério por mim obedecido para o parecer.

Era esse o principal esclarecimento que fiz, além daqueles que estão explicitados no meu Relatório.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Lauro Campos, Osasco.

O SR. LAURO CAMPOS - Sr. Presidente e Srs. Senadores, começo por ler a forma pela qual foi encaminhado o pedido de Osasco pela chefe do meu gabinete à Consultoria Legislativa.

Observação: o parecer deverá ater-se aos fatos, vale dizer, favorável ou contrário, uma vez dirimidas as dúvidas apontadas em anexo.

E, como não poderia deixar de ser, a consultoria técnica se ateve aos fatos e procedeu de uma forma clara e transparente.

Tal como aconteceu com o pedido relatado anteriormente pelo nobre Senador Eduardo Suplicy, também em relação ao Município de Osasco foi levantada esta questão: a de que a emissão de títulos para o pagamento dos precatórios ultrapassaria os limites determinados pela lei.

Da mesma maneira, foi esclarecido que essa importância referente à emissão de títulos para o pagamento de precatórios não deve ser computada na dívida do Município, no sentido de estabelecer o limite que seria determinado pelo limite global de endividamento.

Também foi levantada a dúvida a respeito de que o Município de Osasco se encontrava inadimplente com alguns impostos. O Prefeito de Osasco, em resposta à nossa solicitação, afirma que o aquele Município não se encontra em mora com as instituições financeiras nacionais e internacionais. Ele esclareceu que o Banco Central havia incorrido num engano, no sentido de que a inadimplência daquela municipalidade junto ao Sistema Financeiro Nacional foi gerado pela mudança da metodologia de apuração dos limites para alteração de empréstimos por antecipação de receita orçamentária.

Elaborei o parecer favorável ao direito da Prefeitura de Osasco de emitir títulos até a importância de cerca de R$70 milhões.

Uma das precauções que tomei foi justamente a de recordar que o art. 33 do Ato das Disposições Transitórias exigia que esta importância se destinasse exclusivamente ao pagamento dos precatórios. Esse trecho do meu parecer foi suprimido por duas publicações consecutivas. Somente na terceira, feita no mês de novembro do ano passado, é que trouxe o parecer na sua íntegra. Fiquei com receio...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Lauro Campos, quanto tempo medeou entre a primeira publicação e a segunda?

O SR. LAURO CAMPOS - A publicação da primeira retificação da resolução esta aqui na pág. 15. Vamos procurar aqui: 7 de março de 1996.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – A republicação já foi feita com a reclamação de V. Exª e, mesmo assim, não saiu...

O SR. LAURO CAMPOS – Não. A republicação foi feita sem que houvéssemos ainda constatado. Ela foi feita, mas repetiu o erro da primeira publicação. Só mais tarde, em novembro, é que foi corrigida, finalmente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – E, agora, vem a pergunta...

O SR. LAURO CAMPOS – Dia 26 de março foi feita a republicação.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Quando foi feita a corrigenda, já não alcançava mais aquela exigência que V. Exª fez. Os títulos já estavam, portanto, negociados.

Peço atenção para o Senador Lauro Campos, pois é uma ocorrência importante.

O SR. LAURO CAMPOS – De acordo com a própria resposta de V. Exª a um ofício encaminhado para mim, no sentido de dirimir justamente essa dúvida sobre se esses defeitos na publicação geraram a possibilidade de o Município de Osasco ter emitido, indevidamente, ou acima daquilo que nós determinamos em nosso parecer. Realmente, recebi – para minha tranqüilidade – a resposta no sentido de que "à luz da exigência estabelecida, observa-se que a totalidade dos títulos foi adquirida em um leilão pelo Fundo de Liquidez dos Títulos do Município de Osasco em 27/05, data correspondente ao lançamento dos títulos e inserta no período mencionado por V. Exª: de 22/03 a 22/11". Ainda diz a resposta que partiu dessa própria Comissão Parlamentar de Inquérito:

> "Vale observar, portanto, que a venda no mercado secundário deu-se, também, anteriormente à data da publicação correta da Resolução 16/96, no **Diário do Senado Federal**", ou seja, 23 de novembro de 1996, termo final do período citado por V. Exª.
>
> Finalmente, cumpre reconhecer que o parágrafo de autoria de V. Exª, suprimido nas publicações equivocadas, representa óbice legal expresso à emissão de títulos não correspondentes a precatórios previstos no art. 33 do Ato das Disposições Constitu-

cionais Transitórias, especialmente no que respeita aos complementos de correção das parcelas que estivessem sendo discutidas em juízo e viessem a ser objeto de sentença transitada em julgado, no caso de vigência da Resolução nº 16/96: 270 dias.

Há de se registrar, no entanto, que, independentemente da supressão do parágrafo, não obstante o prejuízo normativo que ela representa, subsiste, intacta, a clara proibição de emissão de títulos para finalidade diversa da autorizada pelo Senado Federal, em consonância com a Emenda Constitucional nº 03/93 e com o art. 33 do Ato das Disposições Transitórias.

Acrescento, outrossim, que esta Presidência, bem como todos os arquivos da Comissão Parlamentar de Inquérito, estão à disposição de V. Exª."

Em relação a essa suspeita, o Município de Osasco emitiu justamente no montante que foi autorizado. Agora, há alguns outros problemas, inclusive a declaração de que apenas cerca de 58 milhões teriam sido utilizados para esse fim, e que o restante, cerca de 12 milhões, estaria no caixa do Município para pagamentos futuros de precatórios.

Gostaria de lembrar que, no parecer do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, existe a mesma recomendação feita pelo Senador Vilson Kleinübing de que seja aberta uma conta especial e vinculada, de tal maneira que os recursos provenientes da venda de precatórios só possam ser liberados para o fim a que se destinam: o pagamento de precatórios.

Eu gostaria de lembrar – esta Comissão já deve ter conhecimento disto – que, conforme documento descrito às fls. 12, 121 e 130, o Município de Osasco pagou ao Banco do Estado de Santa Catarina a importância de R$11.653.141,00, referente à prestação de serviços, e a importância de R$60 mil, referente a custos.

Além da sugestão que já tinha sido feita de abertura de uma conta específica, eu gostaria de sugerir que o projeto do Senador Eduardo Suplicy fosse levado em consideração e fosse desengavetado, para que os Relatores passassem a ser, em todas as Comissões, escolhidos por sorteio, tal como acontece no Supremo Tribunal e em todos os Tribunais, a fim de evitar uma possível suspeição de que existem alguns Senadores com endereço certo, com seus votos anteriormente conhecidos, e de que, assim, é feito o pedido no sentido da sua Relatoria.

Nesse sentido, penso que deveria haver uma mudança no Regimento Interno, para que todos os Relatores fossem escolhidos por sorteio e não pelo livre alvedrio da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Concedo a palavra ao Senador Carlos Wilson, de Pernambuco.

O SR. CARLOS WILSON - Sr. Presidente Bernardo Cabral; Sr. Vice-Presidente Geraldo Melo, Sr. Relator Roberto Requião, SRA. Senadora Emilia Fernandes, Srs. Senadores, a decisão desta CPI quanto à audiência dos Senadores que exerceram funções de Relatoria dos projetos de resolução relativos à emissão de títulos públicos destinados ao pagamento de precatórios judiciais, entre os quais me incluo, permitiu-me uma profunda reflexão sobre a responsabilidade que temos no Senado Federal em relação a cada atitude que tomamos como Senadores da República.

Nesta Casa, estão presentes figuras das mais representativas do mundo político nacional, incluindo um ex-Presidente da República, dezenas de ex-Governadores e ex-Ministros de Estado, que compõem esta Casa Legislativa constitucionalmente revisora e politicamente moderadora. Somos, pois, o baluarte da sociedade em relação à responsabilidade e à prudência que devem acompanhar as ações públicas, zelando pelos valores maiores da Federação e pela qualidade dos atos da União em geral.

Temos, por essa razão, Sr. Presidente, especial dever, em relação ao nosso comportamento, ao tratarmos de nossas questões internas.

A audiência, a que me refiro e que agora se procede, tem, perante a opinião pública, o poder de apresentar, como eventualmente envolvidos em atos ilícitos, os ilustres Pares e eu mesmo, que a ela comparecem, sem que haja qualquer elemento, por menor que seja, já apurado em nossos trabalhos, que permita supor o envolvimento de qualquer um dos Srs. Relatores.

Destaco aos ilustres Companheiros o relato de matéria publicada em meu Estado, no **Diário de Pernambuco** – e eu tenho que falar do meu Estado, porque a minha base política é dentro do meu Estado -, no último dia 10 de maio:

"Relatório da CPI culpa Wilson"

Independentemente das profundas incorreções que estão contidas no texto da matéria, ficará o ônus político da manchete, fato que, tenho a certeza, não se constituirá em caso isolado no conjunto dos cenários regionais desses que hoje estão sendo aqui ouvidos.

Sobre a citada matéria, cabe ainda ressaltar a citação em seu texto, Sr. Senador Roberto Requião, de um "relatório" da CPI, como base de informações divulgadas, o que me causou um profundo espanto, pela inexistência até o momento de qualquer relatório produzido pelo nosso Colegiado.

Concluo essa parte reafirmando minha profunda decepção com a leviandade com que têm sido divulgados fatos relativos ao trabalho da CPI, e conclamando todos os membros a um incessante cuidado em relação à seriedade com que a opinião pública deve ser informada dos propósitos efetivamente relevantes da CPI.

Sem permitir que paixões ou emoções distorçam o que realmente objetivamos, tenho a convicção plena de que, como no meu caso e no dos outros Senadores Relatores, não houve qualquer atitude incorreta ou passível de crítica, o que torna pelo menos lamentável sua exposição sem provas incriminatórias, pelo simples fato de terem atuado como Relatores.

É como convocar o depoimento do ilibado juiz federal cujo filho participou do brutal assassinato do índio pataxó, por ser pai do acusado e, quem sabe, sob o pretexto de questionar seus métodos educacionais.

O processo de investigação deve ser rigoroso, e temos assim nos comportado; mas isso não nos exime do cuidado necessário para não cruzar as fronteiras do adequado e plausível, em busca de teorias fantasiosas ou bônus políticos, à custa dos nossos Pares.

Quanto ao fato específico do exercício da Relatoria, considero oportuno o que já fiz: requerer o encaminhamento de questionário a todos os Senadores que tenham deliberado sobre autorização de emissão de títulos destinados ao pagamento de precatórios judiciais no período ora investigado. O requerimento prende-se à necessidade de perfeito conhecimento das razões de convencimento de todos aqueles Senadores, uma vez que, ao aprovar um parecer de Plenário, assumem solidariamente a responsabilidade pela decisão tomada em relação à matéria.

Quanto à função de Relatoria do Projeto de Resolução nº 55, de 1996, por mim exercida por designação da Presidência do Senado, em função de urgência requerida por todos os Líderes partidários, e provavelmente em razão de ser um projeto relativo ao interesse do meu Estado, prática consagrada na avaliação de assuntos de dívidas estaduais pelo Senado Federal, permito-me iniciar meus comentários reafirmando a V. Exªs os termos expostos em resposta ao questionário encaminhado por esta CPI, já em poder de sua Relatoria.

Adicionalmente, algumas reflexões devem ser externadas sobre o fato. Em primeiro lugar, o Senado, como órgão representativo dos estados federados, tem se preocupado sempre, como é de seu dever constitucional, com a situação financeira dos estados, o que foi aqui destacado pelo eminente Senador Beni Veras quando relatou o processo do Estado de Alagoas, hoje ainda mais agravado do que naquele momento.

Em segundo lugar, tem sido costumeira nesta Casa a apreciação de pedidos de empréstimo dos estados em regime de urgência, decorrente da própria natureza da matéria. Os requerimentos de urgência para tais empréstimos, assinados pelos Líderes, como determina o Regimento, tem recebido o apoio dos representantes dos respectivos estados, independentemente de sua filiação partidária.

Sobre esse assunto, sinto-me no dever de reiterar que, a exemplo do que legitimamente fazem os demais Pares, continuarei a defender, incansavelmente, os pleitos do meu Estado, dentro dos preceitos legais e regulamentares que norteiam a nossa atuação, no que estarei honrando o mandato a mim conferido pelo povo de Pernambuco.

Terceiro, no caso específico, o Plenário da Casa aprovou, por unanimidade, o pedido de urgência, não tendo havido qualquer objeção à tramitação do empréstimo para o Estado de Pernambuco e também qualquer exceção às regras estabelecidas, que foram rigorosamente cumpridas.

Quarto, o parecer sobre a matéria dá cunho extremamente técnico e teve sua minuta elaborada pela Consultoria Legislativa da Casa.

Com a certeza de que a matéria estava corretamente abordada, efetuei minhas análises dos dados oficiais constantes do processado, restituindo o mesmo à Secretaria Geral da Mesa em quatro dias, incluindo um fim de semana, em função da urgência aprovada para a tramitação da matéria.

Quinto, não cabe ao Relator colocar dúvidas sobre os documentos oficiais que instruem a matéria, sobretudo quando eles são assinados pelo Governador do meu Estado, Miguel Arraes.

Por oportuno, gostaria de ressaltar que o Governador do meu Estado encaminhou a esta CPI farta documentação expositiva sobre os motivos que o levaram a conduzir a emissão dos títulos ora investigados. Essa documentação deve ser por nós analisada.

Peço, Sr. Presidente, que todos os membros desta Comissão tenham o cuidado de analisar o documento que foi enviado pelo Governador Miguel Arraes, pois, independentemente de vencedora ou vencida, a tese ali apresentada representa a posição oficial de um governante cuja tradição política no meu Estado e no Brasil constitui prova suficiente de correção, de princípios e de propósito.

Sexto, o Banco Central opinou pela concessão do empréstimo sem qualquer observação que possa ser considerada como contrária ao pedido formulado, no âmbito de sua regularidade, em conformidade à regulamentação estabelecida pelo Senado Federal.

O Banco Central é uma instituição que, ao amparo do disposto na Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, vem-se constituindo um órgão assessor desta Casa para as questões da dívida pública.

Cabe, agora, uma profunda avaliação do seu papel neste Senado, com vistas à confiabilidade do indispensável suporte por ele prestado na forma dos seus pareceres.

Sétimo, o Senado Federal aprovou o projeto em decisão unânime do Plenário, como já havia procedido em relação ao requerimento de urgência.

Oitavo, se houve irregularidade, Sr. Relator, estas foram praticadas posteriormente à tramitação da matéria no Senado, cabendo à CPI apontá-las e encaminhá-las ao Ministério Público.

Considero imprescindível, por fim, melhorar os mecanismos de atuação em relação à dívida pública, de forma que acontecimentos como os que estão sendo objeto desta CPI não mais ocorram, sugerindo como providências específicas a intensificação da atuação do Banco Central, tanto na verificação dos requisitos para aprovação, como nos processos de fiscalização posterior.

Além disso, o Senado Federal, por sua Comissão de Fiscalização e Controle, poderá exercer um papel de supervisão e de fórum de discussão dos problemas mais relevantes porventura identificados pelo Banco Central.

O Senado Federal vem pautando as suas decisões quase que exclusivamente em informações do Banco Central. E foi o que fiz: recebi informações formais do Banco Central; nunca tive nenhum acesso a diretor, a assessor de diretor e muito menos a Presidente do Banco Central, para relatar o processo de Pernambuco.

O episódio demonstra que o Senado Federal deve aprimorar a sua capacidade de fiscalização e controle, inclusive com a obtenção de capacidade técnica para questionar as conclusões e recomendações do Banco Central do Brasil, principalmente em se tratando de matérias que se operacionalizam no âmbito do mercado financeiro, cujos procedimentos estão sendo agora revelados como altamente viciados, promíscuos e perniciosos.

Basta dizer que esta CPI discute emissão de títulos em torno de R$5 bilhões a R$7 bilhões, e há no mercado financeiro mais de R$200 bilhões de títulos circulando. E não se sabe qual o critério usado na distribuição dessas corretoras, para a colocação desses títulos no mercado financeiro.

Concluo a minha exposição inicial, pedindo desculpas se me alonguei, mas me coloco à disposição para prestar qualquer esclarecimento adicional.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Roberto Requião, V. Exª já declarou que não tinha nenhuma pergunta a fazer.

Concedo a palavra ao Senador Mauro Miranda.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Concedo a palavra a V. Exª.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Não sei se poderemos fazer algumas ponderações neste momento, mas foi adotado o critério de que devemos fazê-las logo após a intervenção do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – V. Exª deseja fazer alguma pergunta ao Senador Carlos Wilson?

A SRA. EMILIA FERNANDES - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Então, V. Exª tem a palavra.

Desculpe-me, Senador Mauro Miranda. Em seguida, V. Exª usará da palavra.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Não preciso repetir, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o que já falei, no início, sobre o respeito e a consideração que tenho por todos os Srs. Senadores e a seriedade e a imparcialidade com que temos direcionado os nossos trabalhos e a nossa postura dentro desta Comissão.

Estamos totalmente isentos, se analisarmos do ponto de vista dos problemas de cada Estado, de cada Município, até porque o Estado do Rio Grande do Sul, como V. Exªs viram – e como já foi aqui repetidamente explicitado -, fez a colocação dos respectivos títulos devidamente, sem nenhuma intermediação.

Gostaria de dizer ao Senador Carlos Wilson da preocupação que temos, da exposição, vamos dizer, e dos reflexos que também possam estar ocorrendo em relação à possibilidade de envolvimento de Srs. Senadores. Sabemos, sobre os relatores – isso já foi reiteradamente dito esta noite – todos nós sabemos, a sociedade brasileira sabe da seriedade com que os Srs. Senadores tomaram para si a responsabilidade. Logicamente, há um problema, e sua responsabilidade deve ser distribuída a todo o Senado Federal. Isso temos assumido. Temos falado repetidamente no encaminhamento com urgência de muitos projetos que poderiam ter sido mais analisados por esta Casa. A responsabilidade é nossa, de todos os Srs. Senadores. Quero dizer ao Senador Carlos Wilson que não posso aceitar as ponderações de V. Exª, até porque penso que cada Senador tem o direito e o dever de fazer suas considerações e suas defesas. Particularmente, Senador Carlos Wilson, não concordo com as ponderações de V. Exª quando diz que a divulgação dos dados da CPI, muitas vezes, tem sido tratada com leviandade. No que concerne a minha responsabilidade, temos tratado a questão com a maior seriedade. Com relação ao problema do sigilo telefônico, que está sob a responsabilidade de três Senadores e suas assessorias, temos tido todo o cuidado. Por outro lado, também queremos deixar registrado que por muitas oportunidades convidamos e insistimos para que V. Exª viesse a nossa subcomissão com o intuito de nos auxiliar no trabalho, com a seriedade que V. Exª sempre abraça suas responsabilidades.

Reafirmo o que já dissemos: o Senado Federal, mais de uma vez, pautou sua posição pelas informações do Banco Central, portanto, caracterizando, mais uma vez, que este não esgotou a responsabilidade que tinha de bem instruir os processos. Isso quero deixar claro por ser um sentimento nosso.

Sem dúvida, se V. Exª iria me questionar, já me antecipo no que se refere à questão do sigilo telefônico. Nos registros que fizemos – e V. Exª já sabe porque fui procurada por V. Exª e passei a suas mãos o que os processadores, os funcionários do Prodasen tinham sobre as ligações realizadas para o gabinete de V. Exª – as ligações que nos chamaram a atenção foram posteriores ao processo de autorização do Senado, mas dentro do período de venda dos títulos do Estado de Pernambuco; são onze ligações da Astra Corretora, nos dias 03, 04 e 05 de junho de 1996. V. Exª sabe, já trocamos idéias, inclusive, a respeito disso. Assim como tenho falado sobre a imparcialidade com que tenho feito esse trabalho, penso por bem fazer esse registro em consideração ao respeito que tenho por V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Com a palavra o Senador Carlos Wilson.

O SR. CARLOS WILSON - Sr. Presidente, não posso, em nenhum momento, retirar a palavra leviandade porque essa foi a marca principal que pude constatar. Leviandade porque antes dessa solicitação à Senadora Emilia Fernandes, o Jornal **O Globo** de 15 dias atrás noticiava, ao pé de uma matéria longa do Senador Roberto Requião, que eu, juntamente com outros Senadores dos quais não vou declinar o nome, teríamos que vir aqui explicar algumas ligações, e citava, exatamente, uma ligação que a Senadora Emilia Fernandes, naquele momento, não quis chamar – era uma ligação do Estado de Santa Catarina – no dia 28 e 30 de agosto de 1995. Temos aqui o relatório da Comissão de Obras Inacabadas, e aqui se encontra o Senador Casildo Maldaner.

Como dispunha de 15 dias, tive condições de realizar essa pesquisa. Mostra leviandade por ter sido divulgado um telefonema sem se saber exatamente o que tinha sido dito naquela ligação. Não dá o tempo de duração, não diz mais nada.

No dia primeiro de setembro, eu estava como Presidente da Comissão de Obras Inacabadas, acompanhado do Senador Casildo Maldaner, em Lages, Santa Catarina, fazendo um levantamento das obras inacabadas naquele Estado.

Fui eu que pedi à Senadora Emilia Fernandes que fizesse as perguntas, porque só assim eu teria uma chance de explicar o que saiu nos jornais há 15 dias.

Havia, do meu gabinete, onze ligações dessa Corretora Astra, que não conheço. Depois que saiu no jornal, procurei telefonar para ver se ela existia. E existe. Fui me aprofundar, porque tive tempo para isso.

Foi feito um levantamento e não houve um só retorno de meu gabinete, de quem quer que seja, para essa corretora.

Então, pergunto, Sr. Presidente, se amanhã um Senador ou uma Senadora receberem um telefonema de um traficante e não der retorno a essa ligação, significa que o Senador ou a Senadora estão envolvidos com esse traficante?

Destaco aqui a seriedade da Senadora Emilia Fernandes. Já disse a S. Exª que sabia que não iria utilizar desse procedimento de fazer vazar, mas vazou da Subcomissão, tanto que o jornal assim noticiou.

Portanto, Sr. Presidente, casos como esse não me permitem que eu retire o requerimento apresentado, que eu retire a palavra leviandade, porque leviandade, infelizmente, foi uma marca existente em alguns momentos. Temos que reconhecer as nossas falhas para que, daqui para frente, possamos olhar para um companheiro com mais respeito, o que faltou em muitos momentos nesta CPI.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – É sobre a matéria?

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – V. Exª tem a palavra.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sr. Presidente, no início da reunião, pedi que, embora sejam 1.500 páginas, fossem tiradas cópias para que todos os Srs. Senadores pudessem dar uma olhada. Os titulares ou eu, como suplente, em nenhum momento, recebemos cópia de todas as informações de telefonemas cruzados que todos os Srs. Senadores receberam no período desta CPI e na época da emissão dos precatórios.

Peço a V. Exª que a relação de todos os telefonemas cruzados de Senadores que falaram com corretoras, bancos e envolvidos seja distribuída aos membros da Comissão, quer titulares quer suplentes.

Sr. Presidente, fui vítima da pergunta da Senadora. V. Exª se lembra, em agosto, seis dias após a chegada do projeto de São Paulo, da conversa que teve com o Sr. Jairo? Creio que ninguém se lembra, nem a própria Senadora, com quem falou nesse dia. Duvido que alguém, oito meses depois, lembre com quem e o que falou naquele dia.

Então, antes de fazer a qualquer Senador uma pergunta como essa feita ao Senador Carlos Wilson, aqueles que têm os dados na Subcomissão deveriam oficializar. Pedi a V. Exª – e foi votado nesta Comissão – que aquele Senador que tiver seu nome seja informado antes, para que possa responder. V. Exª votou isso aqui.

Agora, vejo a Senadora, mesmo instigada pelo Senador, fazer perguntas sobre a corretora, mas ele não foi perguntado antecipadamente.

Foi votado na Comissão que o Senador deveria saber para poder se defender ou dar uma explicação que, se convincente, não viesse a público. Mas parece que o requerimento votado e aprovado, mesmo nessa fase, não foi levado em conta.

Penso que, se um Senador detém informações – e muitos dos Srs. Senadores nesta Comissão detiveram mais informações por interesses que não nos interessa saber, uns mais outros menos; ao Relator sim, cabe saber tudo -, elas foram usadas.

Fui procurado pela imprensa, que me disse os nomes de alguns Senadores, os quais não vou declinar aqui, que forneciam listas... Não estão presentes aqui na Comissão, daí porque não posso falar; mas que ofereciam listas de telefonemas que haviam sido dados a um e a outro Senador.

Se a imprensa recebeu essa oferta, é porque esse Senador tinha interesse nessa divulgação, e eram Senadores membros desta CPI.

Então, Sr. Presidente, o requerimento aqui foi votado, o requerimento aqui foi aprovado não foi levado em conta, e, de repente, vejo uma pergunta ao Senador Carlos Wilson: "V. Exª se lembra da Corretora **A**?"

A meu ver, no mínimo, essa conduta não está de acordo com o que foi votado e com o que V. Exª aprovou, que nós aprovamos aqui nesta Comissão. Um Senador deveria ser perguntado antes para saber se tinha alguma resposta.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Tem a palavra pela ordem o Sr. Senador Roberto Requião.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, que prossiga a palavra atribuída a cada Relator que se manifeste em assim desejando; em segundo lugar, os trabalhos da Subcomissão que tratou de sigilo telefônico não chegaram sequer a este Relator; são trabalhos que vão costurar a segunda fase do relatório.

Não tive acesso nem solicitei à Senadora Emilia Fernandes acesso a nenhum dos relatórios dos cruzamentos dos telefones. Então, se algum vazamento houve, este se deu no âmbito da Comissão, onde muita gente trabalha – o pessoal do Prodasen e tudo mais.

Todavia, eu, como Relator, fiz até questão de não tomar conhecimento dos cruzamentos resultantes da quebra de sigilo telefônico até agora, antes que a Senadora Emilia Fernandes completasse os cruzamentos, fizesse um relatório parcial e encaminhasse ao Relator da Comissão.

Por outro lado, Sr. Presidente, seria interessante que essas dissertações fossem evitadas daqui

para a frente para que possamos concluir a reunião dando a palavra a todos os Senadores Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Tendo sido citada nominalmente, tem a palavra a SRA. Emilia Fernandes.

A SRA. EMILIA FERNANDES - Sr. Presidente, como fui citada, gostaria de dizer, primeiramente, que meu tom de voz não muda quando me dirijo a quem quer que seja, ainda mais em relação aos Srs. Senadores. Eu não teria porque mudar o tom de voz e a qualidade da pergunta.

Não questionei o Senador Carlos Wilson por ser instigada; comecei dizendo que o mesmo tratamento que havia dado daria a todos. O que coloquei e que foi diferente se deveu ao fato de que, procurada que fui pelo Senador Carlos Wilson, assim como qualquer outro Senador poderia tê-lo feito, como outros já procuraram, para saber algumas informações. De nossa parte, temos fornecido e aberto os dados aos Srs. Senadores que, de direito, membro da Comissão ou não, têm a faculdade de tomar conhecimento do que está sendo feito por esta CPI e pela Subcomissão.

Então, devo dizer que não dei nenhum tratamento privilegiado. O Senador Carlos Wilson, inclusive, quando me falou, surpreso pelo que foi divulgado – e eu igualmente surpresa – abri os dados que tínhamos. Portanto, não dei nenhum tratamento privilegiado. O que questionei aqui o fiz com a mesma firmeza com que questionei o Senador Gilberto Miranda. O que gostaria de saber – e o Senador Carlos Wilson respondeu – o porquê dessas ligações, se S. Exª se lembra e sobre que assunto trataram. Já me considero satisfeita.

Todavia, se a resposta de S. Exª satisfez ou não a outras pessoas, é diferente. Entendi que era importante, até porque não fiz alusão a outras ligações que não têm nada que ver com o objeto desta CPI. Referi-me a estas porque estão dentro do processo de emissão de títulos. Deixei bem claro que as ligações são posteriores ao processo de autorização do Senado Federal, tendo ocorrido durante o período da venda de títulos de Pernambuco, ou seja, durante o mês de julho – todos os senhores lembram aquelas duas famosas -, e que a Astra Corretora estava naquela cadeia de colocação dos títulos ocorrida nos dias 23 e 31. As ligações se deram nos dias 3, 4 e 5 de julho de 1996.

Perguntei se S. Exª se lembrava ou se sabia, ao que S. Exª me explicou que, inclusive, se tratava de ligações que foram feitas para o seu gabinete e que não tiveram retorno. Lógico que qualquer pessoa pode ligar para os nossos gabinetes e até para os nossos telefones particulares. Porém, em momento algum dispensei tratamento diferenciado aqui neste plenário, atitude que, inclusive, jamais teria a minha aceitação.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Está esclarecido, Senadora.

A Presidência quer fazer um registro: da mesma forma como o Senador Roberto Requião que, na qualidade de Relator, jamais pediu o fornecimento de um telefone, a Presidência teve o mesmo cuidado. Em nenhum instante dirigi-me à Subcomissão e poderia fazê-lo, a qualquer hora, para solicitar qualquer cruzamento de ligação.

Essa postura foi adotada para que prestigiássemos a Comissão. É evidente, não há como se evitar que, com tantas pessoas trabalhando, haja um vazamento.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Deferiu V. Exª para que todos os membros recebam a cópia de todos os cruzamentos?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Sim. Qualquer membro da Comissão tem o direito...

O SR. GILBERTO MIRANDA – Todos os Senadores têm o direito de receber uma cópia da Secretaria de todos os cruzamentos telefônicos para que possamos saber quem falou comigo.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Quanto a isso o Senador Relator já havia se manifestado favorável.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Miranda, na qualidade de Relator da Prefeitura de Goiânia.

O SR. MAURO MIRANDA – Sr. Presidente, fui relator da possível emissão dos títulos da Prefeitura de Goiânia. Nessa hora, quero pedir a esta Comissão e, especialmente, a esta Presidência e aos Relatores, para que pudessem dar conhecimento do relatório que apresentei às perguntas feitas pela CPI dos Precatórios.

Esta Comissão sugeriu que essas perguntas e respostas fossem sigilosas, confidenciais. Fiquei sabendo de outras que alguns Senadores tinham dado conhecimento e liguei para V. Exª e pedi autorização para dar publicidade ao meu Estado e a minha querida Goiânia sobre estas respostas. Disse-me V. Exª: "É mais aconselhável deixar para uma hora oportuna."

Nesse momento, quero pedir a autorização desta CPI para que dê ciência ao meu Estado e à ci-

dade de Goiânia do texto das minhas respostas encaminhado a esta CPI.

Segundo, para a melhoria desse processo, sugiro a ampliação das responsabilidades deliberativas dos Legislativos municipais ou estaduais, mediante mudanças de qualificação no **quorum** como forma de democratizar, valorizar e legitimar o conteúdo das reivindicações locais.

Terceiro, deixo registrado dois pontos: o primeiro, da seriedade que teve o Prefeito de Goiânia, do Partido dos Trabalhadores, e o Secretário da Fazenda, Sr. Caio Peixoto, não vendendo, ou não emitindo os títulos precatórios da cidade de Goiânia. Estavam em final de mandato, poderiam ter feito, aproveitado o dinheiro como fizeram outros Estados e municípios. Mas tiveram a seriedade e conduziram muito bem, não os vendendo. Quero registrar que, embora de partidos diferentes, a seriedade como se portou o ex-Prefeito Darci Accorsi na condução dos negócios municipais, bem como o Sr. Secretário da Fazenda, Sr. Cairo Peixoto.

Deixo registrado, também, o meu depoimento favorável, a seriedade com que têm sido conduzidos os trabalhos da CPI, buscando a verdade, conferindo transparências e investigações num procedimento exemplar que valoriza o Legislativo como instituição autenticamente representativa do povo.

Agradeço profundamente a oportunidade de ter comparecido e coloco-me à disposição desta CPI, do seu Relator e de todos os seus membros, até o último dia do seu funcionamento, para qualquer esclarecimento com relação ao caso de Goiânia que, felizmente, não aconteceu.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – A Presidência agradece.

Concedo a palavra ao nobre Senador Nabor Júnior.

O SR. NABOR JÚNIOR – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs e Srs. Senadores, para que seja devidamente entendida a extensão da minha participação do processo que autorizou o Estado de Santa Catarina a emitir títulos da dívida pública daquele Estado para o pagamento de precatórios transitados em julgado, teríamos que fazer uma alusão à tramitação desse processo no Senado.

O Banco Central encaminhou ao Senado Federal, no dia 08 de outubro de 1996, o Ofício nº 000/89, de 1996, no qual fazia o encaminhamento de solicitação do Governo do Estado de Santa Catarina para que pudesse emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado, cujos recursos seriam destinados à liquidação da sétima ou oitava parcela de precatórios judiciais, bem como dos complementos da primeira à sétima parcelas.

O ofício do Banco Central a que me reportei foi lido no Plenário no dia 09/10/96 e, no mesmo dia, encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos para ser analisado. Também no mesmo dia 09, foi requerido o regime de urgência para essa matéria. De acordo com determinação regimental, quando para a matéria é requerido o regime de urgência, susta-se sua tramitação nas comissões, e a matéria vem imediatamente para o plenário para ser votada na segunda sessão ordinária subseqüente. E foi o que aconteceu.

Como foi requerido o regime de urgência, o ofício do Banco Central com o pedido de Santa Catarina nem chegou ao conhecimento da Comissão de Assuntos Econômicos e foi imediatamente encaminhado pela assessoria da Mesa para a assessoria legislativa apresentar a minuta de parecer. No dia 15/10/95, a matéria, conforme havia sido deliberado pelo Plenário, veio para a Ordem do Dia, e nessa ocasião fui nomeado Relator de Plenário.

Tomei conhecimento desse processo no ato de minha designação para proceder à leitura do parecer. É evidente que encampei a minuta de parecer da assessoria legislativa. Quem teve oportunidade de examinar essa matéria, por uns quatro ou cinco dias, foi a assessoria legislativa e não o relator que recebeu o processo em plenário, com a minuta de parecer. No entanto, tive a precaução de acolher duas emendas de autoria dos nobres Senadores Sérgio Machado, Roberto Requião e Hugo Napoleão: a Emenda nº 1, de parecer favorável, e a Emenda nº 2.

Diz a emenda ao projeto a Resolução nº 100, que, depois de aprovado, se transformou no nº 77/96:

> "Inclua-se, onde couber, como dispositivos condicionantes da emissão das Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina, objeto da presente resolução, o seguinte:
>
> A emissão autorizada por esta resolução referentes aos complementos será efetivada no exato montante das despesas com o pagamento dos débitos judiciais apurados em sentença transitada em julgado, observando-se ainda o disposto no § 4º da Resolução nº 69, de 1995 do Senado Federal."

A outra emenda, também de autoria dos três Senadores a que me reportei, diz o seguinte:

"Inclua-se, onde couber, como dispositivos condicionantes da emissão das Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina, o seguinte:

A emissão dos títulos correspondentes aos precatórios judiciais, não transitados em julgado, fica condicionada à comprovação da decisão judicial final junto ao Banco Central, que autorizará o respectivo registro na Central de Custódia de Títulos Privados – Cetip – e instituirá controle das informações prestadas pelo Governo do Estado, encaminhando-as ao Senado Federal somente para conhecimento.

Quer dizer, com isso, com o acolhimento dessas duas emendas que foram inseridas no Projeto de Resolução do Senado Federal que tomou o número 76, de 1996, resguarda-se a responsabilidade não só do Relator, como do próprio Senado Federal, que condicionou a comprovação da existência de títulos precatórios transitados em julgado, para que o Governo de Santa Catarina pudesse utilizar-se daquela autorização.

E o Banco Central, pela outra emenda que foi aprovada também, só poderia registrar esses títulos e autorizar a sua colocação no mercado após o Governo de Santa Catarina comprovar também a existência desse precatório. Se isso não ocorrer, a responsabilidade, evidentemente, não é do Senado. É responsabilidade do Senado apoiar possíveis irregularidades no decorrer de todo o processo, e é o que estamos fazendo com a instalação desta CPI, que teve a oportunidade de ouvir as autoridades ligadas ao Governo de Santa Catarina, Secretário de Finanças e outras autoridades, assim como teve a oportunidade de recolher documentos que comprovam ou não a utilização indevida dessa autorização do Senado.

De modo que a minha participação foi essa. Já respondi ao questionário que o Sr. Relator me encaminhou e coloco-me à disposição dos ilustres Pares para qualquer esclarecimento adicional.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Requião.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Senador Nabor Júnior, sua dissertação retratou com fidelidade absoluta o ocorrido. Eu tinha desconfianças quanto à legitimidade do pleito de Santa Catarina, desconfianças despertadas por manifestações do Senador Vilson Kleinübing e do Senador Esperidião Amin. Tomei a cautela, a pedido e por sugestão do Senador Vilson Kleinübing, de transformar essa desconfiança numa emenda na resolução que resguardasse o Senado e esclarecesse de forma definitiva a responsabilidade do Banco Central nessa emissão. V. Exª, Senador pelo meu Partido, PMDB do Acre, acatou imediatamente as duas emendas propostas por mim, com assinatura dos Senadores Hugo Napoleão e Sérgio Machado.

Mesmo assim, Senador, o Banco Central ignorou a emenda e registrou os títulos sem uma comprovação cabal da existência dos precatórios. Este caso em que V. Exª foi Relator e o fato de ter acatado a emenda sugerida resguardam o Senado de qualquer responsabilidade pelo registro dos títulos. As emendas à resolução tornaram de clareza meridiana a cautela estabelecida pelo Senado da República. E, mais do que isso: a presença constante dos próprios assessores do Banco Central nos debates do Senado Federal evitam a hipótese remota e improvável de que a emenda tivesse passado despercebida.

O SR. JADER BARBALHO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Sobre a matéria?

O SR. JADER BARBALHO – Sobre a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. JADER BARBALHO – Eu gostaria de aproveitar, Sr. Presidente, a intervenção do Relator para cumprimentar o Senador Nabor Júnior que, em que pese o fato de ter recebido em plenário, acatou naquele momento.

A representação de Santa Catarina não pode ter queixa do Senado, porque houve o acolhimento dessas ponderações em relação ao assunto, e é bom que o Relator deixe bem clara a responsabilidade do Banco Central neste evento. Se o Banco Central não alertou o Senado, como deveria ter feito e, aliás, não o fez em qualquer dos casos, não assessorou o Senado no sentido de dizer o que era correto e o que não era correto, o que era legal e o que era ilegal. É omisso em quase todos os casos.

Neste caso, Sr. Presidente, e nós estaremos atentos ao relatório do Senador Roberto Requião, o Banco Central é conivente com o que ocorreu em Santa Catarina. Se em Santa Catarina houve crime, o Banco Central é conivente com o crime de Santa Catarina; se houve irregularidade, o Banco Central é conivente com a irregularidade, porque não alertou antes, e poderia dizer que não teve tempo, que não prestaram atenção. E depois, com essas emendas, como disse o Senador Nabor Júnior, claras, só podia

ser feito o registro do título. Portanto, os títulos só circularam porque o Banco Central não cumpriu o seu dever, Sr. Presidente.

Quero ressaltar isso, porque acho que é fundamental, nesse jogo de responsabilidades que a Comissão vai ter que apurar. Não vamos aqui, repito, apanhar Alagoas porque é pequenino, porque é um Estado frágil. Aí, condenamos Alagoas. Mas não vamos pegar Santa Catarina, porque há um tratamento especial, triturar Santa Catarina e, em relação a instituições e a outros Estados, dar tratamento diferenciado, Sr. Presidente.

Nesse caso, ficou claro, e aliás esta foi uma preocupação que começou com Goiânia, anteriormente a Santa Catarina: a preocupação de fazer com que o Banco Central tivesse o cuidado de conferir, de verificar se os precatórios haviam transitado em julgado, Sr. Presidente.

Levanto esta questão de ordem neste momento, no sentido de cumprimentar o Relator pelas observações que acaba de fazer e dizer que estaremos atentos em relação à responsabilidade, aos enquadramentos; na cadeia da felicidade, quem é quem; se apanha só tamborete ou se vai apanhar banco grande, porque o Banco Central foi eficaz para apanhar tamborete no processo. Deu uma resposta imediata em cima dos tamboretes, mas nós queremos ver em relação aos bancos que participaram da cadeia da felicidade, principalmente aqueles que ficaram como compradores finais, o que aconteceu nisso aí, Sr. Presidente.

Então, eu quero, nesta noite, mais uma vez, ressaltar isso, cumprimentar o Senador Nabor Júnior e cumprimentar os Senadores Roberto Requião, Sérgio Machado e Hugo Napoleão.

Como Líder do PMDB, quero fazer um registro ao Senador Gilberto Miranda: nós nos manifestamos de imediato favoravelmente, porque havia uma suspeição levantada pelo Senador Vilson Kleinübing. Havia uma suspeição levantada de que Santa Catarina não possuía esse montante de títulos, e eu disse a ele, como Líder, que assinei a urgência. Mantive a urgência, porque tinha dado para os outros Estados e os outros municípios, e não me sentia, portanto, à vontade em negar a urgência a um governo pertencente ao PMDB, mas aceitava a tese dessas emendas. Sabe o Senador Nabor Júnior que recomendei a ele que acolhesse essas emendas, no sentido inclusive de se precaver na condição de Relator, naquela situação de emergência. Mas aqui fica claro: o Senado pediu ao órgão de assessoramento; se o órgão de assessoramento tivesse cumprido o seu dever, talvez Santa Catarina não estivesse em pauta. Talvez Santa Catarina e o Senador Vilson Kleinübing, que é um dos representantes mais eficazes da área econômica do Governo, que tem mais intimidade com a área do Ministério da Fazenda, do Banco Central, do Planejamento, tivesse sido poupado de chegar aqui e dizer que o Estado dele teve um prejuízo se o Banco Central tivesse cumprido com o seu dever.

Era o registro que eu queria fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – A Presidência toma o registro como uma advertência ao Relator, a quem concede a palavra.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Sr. Presidente, só para precisar um pouco mais as circunstâncias. Em primeiro lugar, essa cautela do Senado foi suprapartidária. A perspectiva de a emissão dos títulos não ser legítima foi levantada por dois Senadores, principalmente pelo Senador Vilson Kleinübing, que é do PFL, acompanhado do Senador Esperidião Amin, do PPB. Mas é importante que se esclareça que o autor da emenda, que fui eu, é um Senador do PMDB que participou dos palanques da campanha do Governador Paulo Afonso Vieira. Essa proposta de emenda à resolução foi acatada pelo Senador Nabor Júnior, do PMDB do Acre. O Senado procedeu com isenção, e a cautela foi colocada de forma racional, limpa e suprapartidária.

Mas é preciso também que se destaque que, quando falamos em Banco Central ou, pelo menos, quando o Relator fala em Banco Central, ele está se referindo ao Dedip, um órgão do Banco Central – porque não posso deixar de reconhecer, nesse momento, principalmente em função das pessoas que assistem esta CPI fracionadamente, o belíssimo trabalho que os fiscais do Banco Central, por determinação da diretoria, estão fazendo. Eles estão fazendo um rastreamento desses títulos. Trata-se de um trabalho que tem dado suporte e, seguramente, dará uma consistência maior às conclusões desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Como em tudo, temos então Banco Central e Banco Central. O Banco Central que criticamos é o Banco Central que aprovava por meio de pareceres as autorizações submetidas ao Senado Federal. Espero só que a crítica que estamos fazendo seja fracionada, pelo menos até que responsabilidades maiores sejam apuradas. Talvez, no momento em que o Ministério Público tomar as providências para levantar um processo em relação à cadeia da felicidade, sejam apuradas no decorrer desse processo.

O SR. JADER BARBALHO – Senador Roberto Requião, gostaria de subscrever a observação de V. Exª. Quando faço a observação, não faço generalizada. O que faço é o reparo em relação a quem no Banco Central tinha responsabilidade e lamento que o Senador Vilson Kleinübing, Vice-Líder do Governo para a área econômica, tão familiarizado com essa área, não tenha sido levado em consideração no Executivo. Se S. Exª tivesse sido levado em consideração, Santa Catarina teria escapado. Mas ele não foi ouvido; ele não foi ouvido como Vice-Líder do Governo, que reclamou para nós. Nós colocamos a emenda e, se o pessoal do Banco Central estivesse atento, e o Vice-Líder do Governo para a área econômica tivesse sido prestigiado, seguramente o Estado de Santa Catarina teria sido poupado.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Reclamou para nós, Senador Jader Barbalho, e pessoalmente levou a sua preocupação à diretoria do Banco Central, que a ignorou.

O SR. JADER BARBALHO – Perfeito, e aí a coisa se agrava muito mais.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Presidente, fiz questão de ouvir com todo o respeito o relato do Senador Nabor Júnior. S. Exª praticamente repete com muita precisão aquilo que consta do questionário que ele também preencheu com igual exatidão.

Subscrevo as colocações feitas pelo Senador Roberto Requião no que toca à expectativa produzida pela Resolução nº 76/96, de que o Banco Central devesse atentar para o contido nas duas emendas.

Esse nosso roteiro se restringiria especificamente ao relatório do Senador Nabor Júnior, sobre o qual não tenho reparo algum a fazer. Mas, em função da citação do meu nome e do nome do Senador Vilson Kleinübing, gostaria de confirmar apenas duas informações. Eu estava afastado do Senado, em licença sem vencimentos, do dia 26 de agosto até o dia do Natal. A pessoa que me substituía no Senado, a então Senadora Sandra Ghidi, votou contra. Além de votar contra, S. Exª me propiciou três contatos telefônicos, uma vez que eu não estava em Brasília no dia 15 de outubro. Aos Senadores aos quais pude dirigir minha apreensão, fiz ver que não eram apenas preocupações que havia. Já havia ação judicial no Estado de Santa Catarina, em função da dúvida quanto à legitimidade da ordem de serviço e, por isso, esclareci meu ponto de vista aos Senadores aos quais pude dirigir a palavra. Estava licenciado e apenas ponderei que considerava que seria mais prudente o Senado, se fosse possível, não deliberar sobre a matéria em caráter de urgência, posto que havia dúvidas não apenas levantadas, mas dúvidas ajuizadas perante o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, não pelo meu partido, mas pelo Partido dos Trabalhadores. Dos três telefonemas que fiz, vou mencionar apenas o contato com o Senador Suplicy, para quem eu disse "essa dúvida nem é minha; essa dúvida é do seu partido". Não estou dizendo isso para cobrar, apenas para me referir.

Quanto ao Senador Vilson Kleinübing, por um dever de solidariedade e de lealdade, devo lembrar que ele não estava presente nesse dia.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Estava hospitalizado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Estava submetendo-se a um muito delicado tratamento de saúde. Hoje, vemos com alegria e alívio que tais resultados foram satisfatórios.

Quero ater-me ao roteiro de hoje e não desejo concluir sem dizer que também ficarei muito atento à interpretação que todos teremos que dar, na condição de membros da CPI, à falta de zelo da chefia do Dedip, que é quem promove o registro para a emissão. A emissão é autorizada no Departamento de Dívida Pública do Banco Central. Não é toda a estrutura do Banco Central que faz isso. Essa responsabilidade é do chefe do departamento, e teremos que conhecê-la.

Não quero antecipar um debate que hoje não teria nenhuma finalidade. Mas não é demais lembrar que houve um depoimento, considerado documento digno de fé pública, do Sr. Jairo da Cruz Ferreira, que considerou expressamente que, a seu juízo, à CPI, a seu relatório e, posteriormente, ao Ministério Público caberão tomar um rumo que não quero aqui antecipar. Ele considerou que se receberam documentos suficientes, em termo de fé pública, para permitir a sua convicção de que estavam satisfeitos por Santa Catarina com os dispositivos constantes das duas emendas que, em boa hora, o Senador Nabor Júnior aceitou.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Concedo a palavra ao Senador Gilberto Miranda.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Somente gostaria de deixar registrado, Sr. Presidente, que, efetivamente, apesar de a emenda ter sido assinada pelos três Srs. Senadores, teve um grande mérito, que realmente resguardou o Senado da República, a preocupação do Senador Jader Barbalho, Líder do PMDB. O Senador Jader Barbalho, no momento da

votação, saiu preocupado da sua cadeira de Líder e foi ao Senador que, naquele momento, presidia a sessão do Senado, querendo dar uma redação séria, dura, que não permitisse, de maneira nenhuma, que a emissão fosse feita sem a comprovação. O Senador Jader Barbalho preocupou-se, escreveu, desceu, falou com os subscritores das emendas e com o Relator, encaminhou e votou favoravelmente. Da minha parte, teve grande mérito realmente a colocação, a preocupação e todo o deslocamento do Senador Jader Barbalho para que isso acontecesse – e realmente convenceu.

Trata-se de um depoimento importante para esta CPI. Concedeu-se a urgência, mas ela foi secundária. Se o Banco Central tivesse seguido realmente o que estava na resolução do Senado, não estaríamos discutindo Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Está feito o registro.

O SR. GERALDO MELO - Sr. Presidente, desejo apenas fazer uma pergunta ao Senador Nabor Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. GERALDO MELO – A emenda incorporada por V. Exª à resolução refere-se ao Banco Central ou ao Dedip?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Ao Banco Central como instituição, não é?

O SR. NABOR JÚNIOR - Vou ler a Resolução...

O SR. GERALDO MELO - Não precisa ler a Resolução. Era apenas esse detalhe que eu queria esclarecer.

O SR. NABOR JÚNIOR - A Emenda nº 1 diz o seguinte: As emissões autorizadas por esta Resolução referente aos complementos serão efetivados no exato montante da despesa com o pagamento dos débitos judiciais apurados em sentenças transitadas em julgado, observando-se ainda o disposto no § 4º da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal.

Teria que fazer remissão à Resolução nº 69 do Senado Federal. A Emenda nº 2, que trata da emissão dos títulos, que é um convite aos precatórios judiciais não transitados em julgado, fica condicionada à comprovação da decisão judicial junto ao Banco Central, que autorizará ao respectivo registro uma Central de Custódia de Títulos Privados, Cetip, e estipular controle nas informações prestadas pelo Governo do Estado de Santa Catarina encaminhando ao Senado Federal somente para conhecimento.

O SR. GERALDO MELO - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Casildo Maldaner, o Senador Eduardo Suplicy havia pedido a palavra anteriormente. Em seguida, V. Exª terá a palavra.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, é apenas para registrar que de fato naquela tarde, tendo o Senador Esperidião Amin, de Santa Catarina, me alertado de que usei da palavra na reunião e fiz a colocação e a pergunta ao então Senador Nabor Júnior – isso deve estar registrado nas notas taquigráficas – onde me referi à preocupação do Senador Esperidião Amin, que, tendo conhecimento dos documentos anteriores, dele e do Senador Vilson Kleinübing, dizia que não tinha a lembrança e não registrava que fosse do seu conhecimento – essa era uma preocupação do PT em Santa Catarina – da existência dos títulos. Então, que isso fosse lembrado. Eu perguntei ao Relator. Está registrado na reunião. Portanto, o caráter até suprapartidário da preocupação citada pelo Senador Roberto Requião incluiu mais Partidos do que ele havia mencionado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Com a palavra o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER - Sr. Presidente, só para um esclarecimento adicional, e reforçar a posição que defendemos de resguardo da responsabilidade do Senado desse episódio. Tanto a emenda quanto a resolução fazem remissão ao art. 16, § 4º, da Resolução nº 69, de 1995, aprovada pelo Senado Federal.

O art. 16 diz o seguinte:

"Os pedidos de autorização para lançamento, oferta pública ou colocação no mercado de títulos da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverão ser encaminhados ao Senado Federal por intermédio do Banco Central do Brasil, devidamente instruídos, uma documentação prevista nos incisos I e IX do art. 13, devendo o parecer de que trata o inciso IX conter também informações sobre:

1º) A quantidade de títulos da espécie emitidos e o desempenho dos mesmos junto ao mercado secundário.

2º) O perfil do endividamento de entidade emissora após a efetivação da emissão de títulos pretendida.

3º) A observância dos limites fixados nesta resolução e o impacto da operação de crédito no mercado imobiliário.

O § 4º diz o seguinte:

"A utilização de recurso obtido por meio de colocação dos títulos que trata o § 2º (que se refere aos precatórios) outra finalidade que não de liquidação de precatórios judiciais pendentes de pagamento, implicará obrigatoriedade de a entidade emissora promover imediato resgate de tais títulos em prejuízos de outras sanções cabíveis."

A resolução também se reporta à Resolução nº 69 do Senado Federal, a qual diz que no caso do descumprimento da resolução que autorizou a emissão do título, não tendo sido os recursos devidamente utilizados, de acordo com aquela resolução, os títulos serão recolhidos imediatamente. Caberia, parece-me, ao Banco Central adotar esse procedimento.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Com a palavra o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER - Sr. Presidente e nobres colegas, como catarinense, eu também gostaria de deixar registrado o meu voto em louvor ao eminente Senador Nabor Júnior, do Acre. No lugar de V. Exª, Senador Nabor Júnior, eu faria a mesma coisa, pelo que aqui está sendo exposto. Inclusive, à época, eu me encontrava licenciado do Senado e que, se na ativa estivesse, talvez eu fosse o Relator dessa matéria. Naturalmente, eu seguiria – quem sabe – os mesmos passos que segue o eminente Senador Nabor Júnior, do Acre.

Vários outros Estados e outros Municípios tinham seguido os mesmos caminhos. A matéria já havia sido aprovada pela Assembléia Legislativa de Santa Catarina, seguia seu curso normal, embora uma minoria inconformada tenha recorrido ao Judiciário. É claro que era a minoria, porque, se a maioria resolvesse não aprovar, não subiria ao Senado. A matéria veio a esta Casa, que, pela previdência de alguns Senadores, acolheu as emendas, para fazer com que fosse registrado esse título só depois de devidamente comprovado. Quer dizer, ainda alertou o Banco Central, para que tomasse as devidas providências.

S. Exª se deixou equivocar até numa das emendas. Uma delas fala inclusive em precatórios ou títulos não transitados em julgado. Esses até não deviam, de forma alguma, ser registrados, se por acaso surgissem.

Quero deixar registrado aqui que se trata de reivindicação que percorreu todos os caminhos e chegou a esta Casa. Se eu estivesse na ativa – quem sabe -, talvez tivesse sido designado pelo mesmo Plenário para ser o Relator. Como era matéria em regime de urgência, não passou pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Quanto às formalidades, trata-se de um pedido que passou por todas as instâncias: o Estado pediu, passou por todos os caminhos, passou por aqui, inclusive com as precauções colocadas por V. Exª.

Faço este registro com muita sinceridade.

Eu não gostaria de prejulgar, de forma alguma. Tenho dito às vezes, como exemplo, que se alguém vai ao banco e pede financiamento para fazer uma casa, pede um valor "x", o banco vai verificar se ele pode ou não obter esse crédito. Se pede R$15 mil, o banco vai dizer, por exemplo, que só pode liberar R$12 mil. Foi o que fez o Banco Central, no caso. Vários Estados e vários Municípios pediram ao Banco Central.

Para finalizar, quero trazer minha solidariedade ao Senador Nabor Júnior, lembrando que nessa questão, inclusive, providências foram tomadas para evitar quaisquer dúvidas em relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Antes de dar a palavra a V. Exª, Senador Romeu Tuma, tenho que fazer um registro para o Plenário. Foram dez os Srs. Senadores Relatores. Nove compareceram e prestaram seus esclarecimentos. O último, Senador Jonas Pinheiro, no dia 28 de maio, encaminhou ao Presidente e ao Relator este ofício:

"Cumprimentando-os cordialmente, solicito especial atenção de Vossas Excelências, no sentido que seja adiado meu comparecimento para depor, na qualidade de testemunha junto à Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga denúncia de irregularidades na emissão de títulos públicos, considerando minha viagem aos Estados Unidos da América, como integrante da delegação do Sebrae, período de 28 de maio de 1997 a 6 de junho, que em muito deverá contribuir para melhor intercâmbio em negócios entre os dois países. Informo, ainda, que aproveitarei parte do tempo disponível na América para realização de exames clínicos.

Certo de poder contar com a compreensão e sensibilidade de Vossas Excelências, ponho-me inteiramente à disposição da douta Comissão para meu testemunho em outra data que vier a ser agendada."

A Presidência, com a anuência do eminente Senador Relator, aguarda o regresso do Senador Jonas Pinheiro.

Tem a palavra o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA - Sr. Presidente, Srs. Senadores, verificamos aqui que os relatórios dos Srs. Senadores não estão sendo investigados. Acredito que a CPI procura investigar aquilo que deu origem aos relatórios e aos pedidos de emissão de precatório e o uso final do dinheiro. Portanto, os relatórios não estão sendo investigados.

Pelo respeito, pelo carinho e pela amizade que tenho pelo Senador Carlos Wilson, entendi o seu sentimento e me solidarizo com a amargura que S. Exª sentiu em ter que se explicar. Fica muito claro, Senador Requião, Sr. Presidente, que a sociedade, hoje, tem certeza absoluta de que os relatórios foram feitos com zelo, com preocupação e com segurança no que diz respeito à aplicação do dinheiro público. E ficou claro nesse final, pela palavra do Senador Nabor Júnior.

Antes do início da reunião, conversei com V. Exª e com o Senador Geraldo Melo. As respostas do Senador Suplicy davam, no item 8, a possibilidade de cada um se explicar se houvesse necessidade e se sentisse que, durante as apurações da CPI, faltou algum dado no seu relatório com respeito à autorização da emissão de títulos.

E o Senador Nabor Júnior, dizia eu a V. Exª antes, era o que mais me preocupava, porque ele teve o tempo da reunião para elaborar o relatório, nem 24 horas nem um dia nem cinco nem dez. E S. Exª mostrou aqui, perante a opinião pública, o zelo com que o relatório foi elaborado, com a solidariedade do Senador Jader Barbalho e de todos os outros que assinaram as emendas, que tinham a preocupação de evitar que, realmente, o dinheiro público fosse jogado pela janela.

Sobre os outros órgãos que tinham determinadas responsabilidades, cada um já emitiu o seu parecer. Então, o requerimento do Senador Carlos Wilson diz aqui, no final, que todos nós devemos explicar as razões que nos levaram a votar favoravelmente aos relatórios, porque assim assumiríamos, solidariamente, a responsabilidade.

Acho que, na medida em que se vota o relatório, vota-se por convencimento, porque senão teria lá o "não" ou a abstenção ou teria consultado sobre algum detalhe. Acho que essa solidariedade diria até que é um endosso legal. Nenhum de nós poderá se isentar, amanhã, se houver algum tipo de fraude, que agora tenho certeza que não houve, na elaboração de nenhum dos relatórios, de responder solidariamente a este, porque está confirmado na Ata do Senado que votamos com o parecer do Relator. Portanto, não preciso me manifestar por escrito que sou solidário a cada relatório que votei aqui, porque votei consciente, votei dentro da dignidade com que o Relator apresentou seus argumentos, convencendo o Plenário a votar favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – V. Exª acha, portanto, que o requerimento perdeu o objeto.

O SR. ROMEU TUMA - Pediria a ele que retirasse, porque o Senador Jader já mostrou a ele a solidariedade de todos os membros dessa CPI, pelo constrangimento. E que, enfim, tem um resultado positivo e que a sociedade passe a saber como é que foram elaborados esses relatórios. É o pedido que faço ao Senador.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Geraldo Melo. Perdeu o objeto. Solidariedade de todos.

O SR. CARLOS WILSON - Não, a questão não é a retirada do documento. É que, na verdade, o requerimento foi apresentado porque é uma tentativa de se mostrar que existe uma co-responsabilidade quando se vota. Não é possível que um Senador vá ao plenário, vote uma determinada matéria e não saiba o que está votando. Na hora em que se votou esse relatório, houve a participação de 64 Senadores, inclusive do Relator, Senador Roberto Requião, então destaco isso com muita clareza, onde não vai da minha parte nenhuma tentativa de procrastinar ou de dificultar o trabalho do Relator Roberto Requião. E destaco também aí essa colocação que o Senador Tuma faz do apreço, do carinho e da amizade que temos. E tenho esse apreço, esse carinho pelos 80 Senadores nesta Casa. Ninguém pode tirar de mim o direito de estar constrangido em saber que elaborei um relatório, respaldado em informações do Banco Central, relatório este que foi acompanhado e assessorado pela Consultoria Técnica do Senado, pela qual tenho o maior respeito. Os jornais noticiam, deixando sempre dúvidas de como foi elaborado esse relatório.

Então, quero deixar muito clara essa divisão de responsabilidade. Na hora em que se vota um relatório em plenário, deixa de existir a figura do Relator e todos são responsáveis pelo que foi votado no plenário do Senado Federal. Eu atendo à ponderação. Longe de mim, eu que sou do baixo clero, pato novo nesta Casa...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Não apoiado.

O SR. CARLOS WILSON – ... chegar e deixar de atender a uma ponderação do Presidente Bernardo Cabral, do Vice-Presidente Geraldo Melo e do Senador Roberto Requião...

O SR. GERALDO MELO – Sou baixo clero, também.

O SR. CARLOS WILSON – ...e do meu amigo, Senador Romeu Tuma, e de outros Senadores como Nabor Júnior, Emilia Fernandes, – que não pediu para retirar – Jader Barbalho, Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Roberto Requião.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Sr. Presidente, creio que o Senador Carlos Wilson atingiu o seu objetivo, que é, de certa forma, mostrar e expor, com clareza, o mecanismo de decisão do Senado da República. Eu, particularmente, votei contra todos os pedidos de emissão de títulos, menos o de Pernambuco. Votei contra o de Santa Catarina e, sendo derrotado, mantive a emenda. Esta estabelecia condições que, não satisfeitas, impediriam a emissão dos títulos. No caso de Pernambuco, o motivo do meu convencimento e do meu voto foi exatamente semelhante ao convencimento e o voto do Senador Carlos Wilson. Eu estava errado, conforme V. Exªs perceberão pela forma firme com que redigi o relatório sobre Pernambuco. Mas eu votei na credibilidade pessoal que me inspirava e me inspira o Governador do Estado. Os títulos não eram regulares, estavam superestimados. Mas eu próprio, como o Senador Carlos Wilson, naquele momento, votei com a convicção de que tinha, baseado nos elementos que se me apresentavam e me satisfizeram.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Peço apenas ao eminente Senador Carlos Wilson que faça chegar às mãos da Presidência aqueles documentos que foram lidos para constarem dos Anais da CPI, que são uma manifestação muito importante. Há muito expediente aqui. É apenas para dar conhecimento aos Srs. Senadores.

O SR. GERALDO MELO – Sr. Presidente, eu queria registrar que, tendo ouvido atentamente a intervenção do Senador Roberto Requião, fico convencido de que as ponderações que fiz no início desta reunião sobre que a credibilidade de um Governador e a sua autoridade explicavam que os Senadores não saíssem por aí fazendo investigações em cada Estado para confirmar se aquela informação era verdadeira, que essa credibilidade era suficiente para justificar a posição dos Senadores em relação a eles. Estou muito satisfeito com os resultados da reunião de hoje.

O SR. ROMEU TUMA - Sr. Presidente, quero fazer rapidamente um comunicado à Casa.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Antes de V. Exª fazer as comunicações, peço a atenção da Casa para uma atitude do Senador Romeu Tuma. S. Exª, em ofício encaminhado a esta Presidência no dia 21 de maio, e que só hoje está sendo dado conhecimento ao Plenário, porque não houve reunião anterior, declara o seguinte:

> Por ocasião da minha recente viagem ao Paraguai, em cumprimento à Missão Oficial da CPI de Títulos Públicos, a Presidência da República daquele país, gentilmente, arcou com as despesas de minha estada em seu território. Diante desse fato, cientifico V. Exª de que restituí aos cofres do Senado Federal as diárias que me foram concedidas por esta Casa.
>
> Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Exª os meus protestos de alto estima e distinta consideração.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Sr. Presidente, o mesmo ofício mandei diretamente à Diretoria-Geral do Senado, determinando que estornassem da minha conta a quantia indevidamente creditada e sem que eu a requeresse.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O eminente Senador Romeu Tuma é um homem inquieto, não espera que a Presidência tenha o prazer de fazer o registro para realçar que o Relator teve comportamento idêntico e mais rápido, pedindo que fosse feito o estorno contábil.

O SR. ROMEU TUMA - Eu fiz um cheque para devolver, porque disseram que não se podia estornar.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O eminente Senador José Fogaça, no Rio Grande do Sul, pede que se dê conhecimento ao Plenário de um documento sobre o lastimável depoimento do Sr. Manoel Moreira Neto e as suas falaciosas colocações em torno das atividades da Factoring, feitas na reunião do dia 14 de maio da CPI, que foram repudiadas em nome das setecentas sociedades de fomento mercantil.

Pelo respeito que merece o eminente Senador José Fogaça, a Presidência determinará que se tire fotocópia do documento, para chegar ao conhecimento dos nobres Senadores.

O Vice-Governador do Estado de Santa Catarina – peço a atenção do Sr. Senador Casildo Maldaner – faz o seguinte ofício:

"No intuito de não deixar dúvidas quanto à recepção e à resposta do ofício do Banco Central, mais precisamente do Departamento da Dívida Pública daquela instituição federal, encaminho a V. Exªs, via fac-símile, esclarecimentos já prestados à CPI da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Promovidas as competentes GES – documento hábil e de caráter irrefutável -, posso afirmar que não existe anomalia alguma ou qualquer inconstância entre o recebimento e a expedição da resposta.

Cabe ainda esclarecer" – ele se refere ao ofício Dedip-Diare 96/826, do Banco Central – "que, de acordo com o sistema de controle de processo padrão do Protocolo Geral do Palácio do Governo, torna-se inadmissível que o Ofício nº 9824-96-0 pudesse ser expedido antes de 17 de outubro de 1996.

Resulta toda a evidência de que a data colocada no ofício é mero erro gráfico de digitação, não tendo força para alcançar nem a forma, nem o conteúdo.

José Augusto Russo, Vice-Governador, Secretário de Transporte do Estado."

Ele anexa os dois documentos. Está dada ciência aos eminentes Senadores.

O Sr. Wagner Batista Ramos dirige à Comissão Parlamentar de Inquérito dos Títulos Públicos um ofício que passo às mãos do eminente Senador Roberto Requião para ser apreciado.

O SR. EDUARDO SUPLICY - E quanto ao calendário futuro, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Em seguida fornecerei, porque o Senador Roberto Requião vai se reportar à data de amanhã e aos depoimentos que serão dados.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Todos os requerimentos foram votados e aprovados?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Todos foram aprovados, com adendo.

Falta apenas um, do eminente Senador Romeu Tuma.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Eu me reservo a fazer uma análise do ofício do Sr. Wagner Batista Ramos na próxima reunião da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Antes de V. Exª falar, concederei a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, desejo comunicar que tive uma reunião com a Procuradora-Chefe do Ministério Público de São Paulo, Drª Elizabeth Kablukow Bonora Peinado, que, em conjunto com quatro Senadores, colocou-se à disposição para analisar todos os documentos e imediatamente apresentar denúncia, se comprovada.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Isso é muito importante. Chamo a atenção dos Srs. Senadores.

O SR. ROMEU TUMA – Recebi ontem uma denúncia contra a JHL, denúncia que é uma preocupação grande do Senador Roberto Requião, em razão de vários cheques emitidos e da lavagem de dinheiro bem acentuada.

Trata-se de um prejuízo nas operações **day trade** e **swap** de 156 milhões; por essa razão, o Ministério Público houve por bem denunciá-los. Acredito que o juiz receberá essa denuncia, dando inicio a uma ação penal, em decorrência do trabalho da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Amanhã, está marcada a vinda do Governador Divaldo Suruagy, por solicitação do Governador.

Com a palavra o Senador Roberto Requião para se manifestar sobre essa matéria.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Sr. Presidente, apresentei hoje um relatório prévio sobre a questão dos títulos na fase da autorização. O relatório examina a preparação dos documentos nos Estados e Municípios que os emitiram para pagar precatórios até a sua passagem pelo Banco Central e pelo Senado.

É importante para este Relator que os documentos sejam submetidos ao contraditório. Embora eles tenham sido executados com o apoio de uma equipe competente e atenciosa, não nos atribuímos o poder da onisciência.

Os relatórios, apesar de consistentes e muito estudados, podem conter um ou outro erro. É fundamental, em qualquer processo, mesmo no que se deflagra em uma comissão parlamentar de inquérito, que as partes interessadas sejam ouvidas. O relatório, Sr. Presidente, deverá ser remetido, conforme decisão anterior da Comissão Parlamentar de Inquerito, a governadores, ao secretário da fazenda e prefeitos da época para que tenham a oportunidade de, a convite desta CPI, a ela comparecerem se estabelecendo o contraditório e suas críticas.

No entanto, quero ressaltar que governadores, no exercício do mandato, mesmo quando convocados, o que não é o caso, porque o que estamos fazendo neste momento é um convite, teriam a prerro-

gativa que têm diante de qualquer juiz, a prerrogativa que têm em juízo, de fixar a data e o local de sua oitiva.

Tenho certeza, no entanto, de que os governadores convocados que já manifestaram o desejo de comparecer e colaborar com esta CPI virão com naturalidade, a não ser que algum impedimento maior os atrapalhe no dia que o convite sugira. A sugestão para a oitiva de governadores e prefeitos é exatamente a partir da próxima terça-feira, um após o outro, na ordem dos relatórios que foram examinados hoje, na ordem de oitiva dos relatores. É um convite, o que não impede que algum Senador ou mesmo Relator, tendo dúvidas consistentes sobre algum fato, recusado o convite, venha a transformá-lo, com a aprovação da Comissão, em uma convocação.

Então, Sr. Presidente, o ofício que nossa secretaria deverá redigir deve ter este conteúdo: trata-se de um convite para que governadores e prefeitos colaborem nas datas sugeridas com esta Comissão Parlamentar de Inquérito, analisando os relatórios apresentados por este Relator na reunião de hoje, estabelecendo-se, dessa forma, o necessário e indispensável contraditório que deve ocorrer em qualquer processo.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Se nenhum dos Srs. Senadores quiser fazer uso da palavra, está encerrada a sessão com os agradecimentos da Presidência aos eminentes Senadores.

(Levanta-se a reunião às 21h59min)

28ª Reunião realizada em 4 de junho de 1997.

Às dezoito horas e vinte e oito minutos dos quatro dias do mês de junho do ano de mil novecentos e noventa e sete, na sala número dois da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Bernardo Cabral (Presidente), Geraldo Melo (Vice-Presidente), Roberto Requião (Relator), Casildo Maldaner, Eduardo Suplicy, Emília Fernandes, Esperidião Amin, Fernando Bezerra, Jáder Barbalho, José Agripino, José Serra, Romeu Tuma, Vilson Kleinubing, Carlos Wilson, Gilberto Miranda, José Eduardo Dutra e ainda os Senhores Senadores Júlio Campos, Pedro Simon, Teotônio Vilela Filho, José Alves, Renan Calheiros, Guilherme Palmeira, Edson Lobão, Ramez Tebet, Carlos Patrocínio e Lúcio Alcântara, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a "Apurar Irregularidades Relacionadas À Autorização, Emissão E Negociação De Títulos Públicos, Estaduais E Municipais, Nos Exercícios De 1995 E 1996. Havendo Número regimental, o Senhor Presidente, Senador Bernardo Cabral, declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, a Presidência informa que a presente Reunião destina-se a ouvir o Senhor Governador do Estado de Alagoas, Divaldo Suruagy. Após uma breve explanação do Senhor Governador, usaram da palavra no decorrer dos trabalhos, e por ordem de inscrição, os Senhores Senadores: Vilson Kleinubing, Eduardo Suplicy, Esperidião Amin, Jader Barbalho, Casildo Maldaner e José Agripino. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra os trabalhos, e, para constar, eu, Adriana Tavares Sobral, Secretária da Comissão, lavrei a presente que, lida e aprovada, irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas.

ANEXO À ATA DA 28ª REUNIÃO DE 1997 DA

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO,

Criada através do requerimento nº 1.101, de 1996-SF, destinada a "apurar irregularidades relacionadas à autorização, emissão e negociação de Títulos Públicos, Estaduais e Municipais, nos exercícios de 1995 e 1996", realizada em 4-6-97, que se publica com a devida autorização do senhor presidente da comissão.

Presidente: Senador **Bernardo Cabral**
Vice-presidente: Senador **Geraldo Melo**
Relator: Senador **Roberto Requião**
Expositor: Sr. **Divaldo Suruagy**

Íntegra de Acompanhamento Taquigráfico

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Havendo número regimental, declaro aberta a 28º reunião desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Indago do Plenário se é necessário a leitura da Ata da reunião anterior.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Então, podemos considerá-la aprovada.

Comunico que a presente reunião destina-se a ouvir o depoimento do Sr. Divaldo Suruagy, Governador do Estado de Alagoas, que espontaneamente resolveu comparecer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Peço ao Sr. Secretário que faça introduzir o Governador Divaldo Suruagy no plenário.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Gilberto Miranda, V. Exª tem a palavra.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sr. Presidente, na noite de ontem, tivemos algumas discussões com a Senadora Emilia Fernandes a respeito do uso indevido, por parte individual de membros da CPI, com relação ao cruzamento de telefonemas de Senadores e não Senadores.

Lembro a V. Exª que mandei Ofício GSGM nº22, de 1997, datado de 26 de março de 1997, dado como recebido e despachado por V. Exª no dia 8 de abril de 1997, ou seja, há dois meses.

Em um trecho desse meu ofício, pedi a V. Exª permissão para sugerir a remessa, aos membros da Comissão, de comunicado interno, onde fique expresso que, no âmbito das diversas investigações de quebra de sigilos telefônicos conduzidos por esta CPI, vier a constatar algum número de telefone de Senador da República, a informação oficial a ser prestada possa ser feita assinada pela Presidência e endereçada à imprensa e aos Senadores que, porventura, tiver o seu número telefônico mencionado, informando a origem do telefonema, seu destino, o horário, o tempo gasto, objetivando que esse tipo de informação não possa, de outra forma que a correta, ser explorada inconvenientemente.

Mandei esse ofício a V. Exª; V. Exª despachou...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senadora Emilia Fernandes, peço a atenção de V. Exª pois essa matéria diz respeito a uma providência atinente à atuação de V. Exª.

Senador Gilberto Miranda, peço a V. Exª que continue.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Há dois meses, no dia 4 de abril, mandei ofício a V. Exª; V. Exª despachou à Senadora Emília Fernandes, que preside a Subcomissão de Telefonema, no qual sugiro, e V. Exª acatou, que a Senadora e a V. Exª que, aparecendo o nome de qualquer um dos Srs. Senadores, seja oficializado à Presidência, ao Senador os telefonemas em que conste o nome dele, a data, a hora, o dia, o telefone, tudo.

Sr. Presidente, fomos, eu e o Senador Carlos Wilson, ontem, por parte da Senadora Emilia Fernandes, constrangidos a tentar lembrar, no dia 13 de agosto ou em qualquer outra data de 1996, se teríamos falado com o Sr. Jairo e o que teríamos dito.

Creio que nenhum Senador da República, nenhuma pessoa normal consegue lembrar o que falou há três meses com qualquer pessoa, salvo se a coisa for excessivamente importante.

Mandei ofício a V. Exª; V. Exª recebeu, despachou. Passados dois meses e nenhum Senador República recebeu a resposta.

Portanto, mando outro ofício a V. Exª hoje, Ofício nº 57/97, de 4 de junho, dois meses depois:

Sr. Presidente, esclareço que até a presente data não obtive resposta do Ofício nº 22/97, datado de 26 de março do corrente, no qual sugiro a V. Exª a remessa, aos membros da Subcomissão, de comunicação para que, havendo alguma informação, preste informações oficiais aos Senadores que tenham seus números telefônicos detectados, a fim de evitar a exploração inconveniente por parte da mídia.

Na ocasião do recebimento do expediente supracitado, o despacho de V. Exª determinou o encaminhamento do mesmo à Senadora Emilia Fernandes, a quem coube a tarefa de efetuar o exame do cruzamento de ligações.

Lamentavelmente, porém, até a presente data, nenhuma resposta recebi de V. Exª com relação à solicitação que formulei, em caráter de urgência, com o fim de encaminhá-la à imprensa, que, de forma irresponsável, veiculou notícias inverídicas sobre contatos telefônicos feitos ao meu gabinete.

De lamentar-se ainda o fato de as informações terem sido fornecidas à imprensa, sem critério e sem o prévio conhecimento dos Senadores.

Reiteramos os termos do ofício mencionado e aproveitamos o ensejo para renovar a V. Exª protestos de estima e consideração.

Sr. Presidente, não podem, pelo menos em respeito a todos os Srs. Senadores, os membros da Subcomissão fazer uso indevido da relação de cruzamento de telefonemas dos Srs. Senadores, enquanto que o Senador que tem direito, aquele cujo telefone foi usado dois meses depois, não possa ter sido oficiado, não tenha uma resposta e não saiba absolutamente nada, podendo vir a ser constrangido com perguntas do tipo em que hora do dia tal recebeu tal ou qual documento.

Então, Sr. Presidente, peço que V. Exª nos forneça, a todos nós Senadores, a relação de todos os telefonemas que cada um dos Srs. Senadores da República – os oitenta e um – receberam de qualquer um dos envolvidos e que nenhum Senador possa usá-la indevidamente.

Passo uma cópia a V. Exª e também à Senadora Emília Fernandes.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senadora Emilia Fernandes, V. Exª tem alguma informação a prestar?

A SRA. EMÍLIA FERNANDES – Sr. Presidente, o que tenho a esclarecer neste momento – e logicamente deveria consultar a assessoria – é que nós não temos nenhuma correspondência pendente na Subcomissão a ser respondida a quem quer que seja; a não ser que tenha havido algum extravio ou que não nos tenha sido repassada.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Vou transformar em diligência para que o Dr. Luiz Cláudio preste as informações diretas ao eminente Senador Gilberto Miranda e à Senadora Emília Fernandes.

O assunto já está há mais de dois meses e realmente foi despachado...

O SR. GILBERTO MIRANDA – Sr. Presidente, peço a palavra para concluir, tendo em vista que o Sr. Governador já está presente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Tem a palavra V. Exª para concluir.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Sr. Presidente, eu gostaria de concluir, dizendo a V. Exª que vou responsabilizar a Subcomissão que analisa os telefonemas por qualquer vazamento para a imprensa de qualquer telefonema de um Sr. Senador, mormente quando não tenha sido este participado antecipadamente de data e horário.

É inadmissível que dois meses depois de ser mandado à Comissão, de ser notificada a Subcomissão, estejam vazando informações, e aquele que está sendo citado não tenha tido ciência do fato. Então, repito que responsabilizarei todos os membros da Subcomissão responsável pela quebra do sigilo telefônico, solicitando a V. Exª que proíba qualquer um dos membros de usar essa relação de telefonemas aqui nesta Comissão enquanto todos os membros não tenham as mesmas informações. Esta CPI é a mesma para todos os seus membros, para todos os suplentes, para todos os Srs. Senadores da República.

Não podem os membros da Subcomissão usar indevidamente informações privilegiadas de que os Srs. Senadores não dispõem. Ontem aconteceu isso com o Senador Carlos Wilson e comigo, enquanto, de sua parte, o Senador Roberto Requião deixou claro que, em nenhum momento, até agora, como Relator, recebeu a cópia das informações que os membros têm e usam para fazer perguntas. Frise-se: o Relator, que é a pessoa mais importante no processo, não tem.

Então, eu pediria a V. Exª que deferisse de pronto, Sr. Presidente, o pleito e que seja proibido o uso indevido, enquanto todos os Srs. Senadores não tenham recebido uma cópia e, conseqüentemente, não sejam notificados dos telefonemas que foram cruzados.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Roberto Requião, tem a palavra V. Exª.

A SRA. EMÍLIA FERNANDES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Um momento e já concedo a palavra a V. Exª.

A SRA. EMÍLIA FERNANDES – Sr. Presidente, pela ordem. Eu gostaria de sugerir que este assunto fosse deixado para depois da audiência do Sr. Governador.

Entendo que há respostas, há ponderações; e faço questão de responder uma vez que o meu nome está sendo citado. Sugiro a V. Exª e ao Relator que deixemos o debate desta questão posterior à audiência do Governador. Porém, se quiser que seja travado neste momento do debate, estou disposta e tenho todos os esclarecimentos a dar.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – A sugestão de V. Exª foi aceita.

Eminente Governador Divaldo Suruagy, V. Exª está aqui como convidado para esta data porque...

Peço aos Srs. Senadores que, em atenção ao Governador do Estado, façam silêncio. Após a oitiva de S. Exª, daremos seqüência às discussões internas.

Foi V. Exª o primeiro Governador que se ofereceu a vir a esta CPI. De modo que é preciso considerar que nem a qualificação de V. Exª poderá ser realizada por esta CPI.

O fórum competente para julgá-lo num plano é o Superior Tribunal de Justiça e, no outro, no crime de responsabilidade, é a Assembléia Legislativa do seu Estado. O que queremos, sobretudo, o eminente Relator e a Comissão, é que V. Exª possa ter a oportunidade para, em prestando esses esclarecimentos, poder traçar o perfil da sua administração nesse sentido.

Vou advertir aos presentes: se houver alguma manifestação aqui que seja de desrespeito à Presidência, à Relatoria e ao depoente, a Presidência tomará as medidas necessárias para retirar a pessoa que não se comportar à altura.

Concedo a palavra ao eminente Governador Divaldo Suruagy para fazer uma breve exposição e, a seguir, ao eminente Relator Roberto Requião.

Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Exmº Senador Bernardo Cabral, Presidente desta Comissão Parla-

mentar de Inquérito; Exmº Desembargador Roberto Requião, Relator desta CPI; Exmºs Srs. Senadores integrantes da Comissão; Exmºs Srs. Deputados; demais autoridades aqui presentes, gostaria, antes de iniciar a nossa exposição, de entregar formalmente ao Presidente Bernardo Cabral e ao Relator Roberto Requião a quebra do meu sigilo bancário e dos meus dependentes, como também, a quebra do sigilo fiscal de toda a minha vida pública, nos últimos 13 anos, publicado no **Diário Oficial**.

Faço chegar às mãos do Presidente da Comissão e também solicitaria que fossem entregues os documentos idênticos ao Senador Roberto Requião, onde está quebrado o meu sigilo bancário e dos meus dependentes e o meu sigilo fiscal dos últimos 13 anos.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Muito bem. Estão formalizadas as comunicações do eminente Governador Divaldo Suruagy, da sua esposa Lúcia Bezerra Suruagy e da sua filha Patrícia Bezerra Suruagy.

Continua V. Exª com a palavra.

O SR. DIVALDO SURUAGY – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, assumi o Governo de Alagoas em janeiro de 1995. Encontramos um déficit de quase três meses em atraso. Esse déficit não era o motivo mais alarmante; não era a maior preocupação nossa. A maior preocupação era o déficit mensal de R$20 milhões, o que, projetando-se nos doze meses de 1995, evidenciava um déficit de R$240 milhões.

O quadro é notório. Todo o Brasil, político e administrativo, tomou conhecimento das dificuldades enfrentadas pela sociedade alagoana. Busquei soluções. A primeira delas foi ir ao Banco do Brasil, instituição maior do nosso País em termos bancários, e solicitei um empréstimo para tentar amenizar esse quadro. O Banco do Brasil nos fez um empréstimo de R$10 milhões, com juros de 6% a.m., o que corresponde a mais de 100% a.a.

Fui ao Banco do Nordeste, os juros foram mais escorchantes; a operação foi montada com juros de 8,2%, o que significa praticamente 200% a.a. Ficamos envolvidos em uma ciranda financeira. Tentamos, portanto, montar uma operação externa porque os juros internacionais estavam em uma média de 6%, 7% ou 8%. Mantive contatos com o Ministro Pedro Malan e com o Ministro Pedro Parente, quando iniciamos os entendimentos junto ao Tesouro Nacional, que, depois de exaustivos exames, autorizou essa operação junto ao Banco Central.

No Banco Central e no Tesouro Nacional, decorreram-se mais de nove meses, onde as mais altas autoridades da República todas elas interferiram usando o seu prestígio, solicitando agilidade na conclusão daquele processo. Tudo isso foi debalde.

Neste período, Alagoas passa a viver um estado de calamidade. A Justiça alagoana estava em greve, embora eufemisticamente afirmasse que estava paralisada. Na verdade, ficou em greve durante mais de seis meses. A Polícia Militar aquartelada. A Polícia Civil em greve. Os hospitais de urgência e de emergência também em greve: o Hospital de Pronto-Socorro, o Hospital de Doenças Tropicais, o Instituto de Medicina Legal, a Maternidade, todas essas unidades e o professorado estavam em greve.

Diante de um quadro de tal gravidade, o desespero provocou, inclusive, atentados terroristas à sede do Palácio do Governo. Por duas vezes, jogaram coquetéis **molotov** na sede do Governo de Alagoas. Em outra oportunidade, a agência de viagens de minha filha foi incendiada num ato evidente de terrorismo. O quadro era o mais dramático e angustiante possível.

Naquela oportunidade, o Secretário da Fazenda de então nos comunicou que dois representantes do Banco Divisa gostariam de ser recebidos pelo Governador e se eu poderia recebê-los. Marquei o encontro e tive o cuidado de convidar o Vice-Governador do Estado; o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Antônio Albuquerque; o Presidente do Tribunal de Contas, o Conselheiro Isnaldo Bulhões; o Secretário do Planejamento, Dr. Jorge Toledo; o Secretário da Fazenda, Dr. José Pereira de Sousa; o Consultor-Geral do Estado, Dr. Marcelo Teixeira; o Consultor-Geral Adjunto, Dr. Evilásio Feitosa; e o Líder do Governo, hoje Presidente da Assembléia, Deputado João Neto.

Esses dois representantes ou aparentes representantes do Banco Divisa afirmaram existir a possibilidade de Alagoas receber autorização do Banco Central para a colocação de títulos no mercado para ressarcimento de perda de receita, fruto de homologação da Justiça.

Pedi que formalizassem o processo. Esse processo foi formalizado e analisado, nos seus aspectos contratuais, pela Consultoria-Geral do Estado, pela Procuradoria-Geral do Estado, e, também, pelo Tribunal de Contas. Foi encaminhada uma lei à Assembléia Legislativa, que delegava poderes à Secretaria da Fazenda para elaboração dos documentos. E foi feito um contrato com o Banco Divisa para a confecção desses documentos.

Esse contrato, que se encontra no documento que será entregue formalmente ao Presidente Bernardo Cabral e ao Relator, Senador Roberto Requião, afirma peremptoriamente que o Banco Divisa prestará assistência técnico-financeira ao Estado de Alagoas no exame e elaboração de toda a documentação a ser apresentada ao Banco Central do Brasil, visando a análise do enquadramento do pleito nos limites estabelecidos para a contratação de operação de crédito, conforme Resolução nº 11, de 31 de janeiro de 1994, do Senado Federal, com vistas à realização de quatro emissões de Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Alagoas.

Há um detalhe que é bastante significativo e que merece ser ressaltado neste instante: o Banco Divisa afirma que só poderá prestar assistência técnico-financeira e acompanhar todo o processo do pleito de crédito junto ao Banco Central, deixando bem claro que no Senado da República ele não tinha a menor interferência.

Foi elaborada a documentação, submetida à apreciação do Banco Central, que recebeu o documento no dia 14 de novembro de 1995 – o Presidente Bernardo Cabral poderá reconhecer o protocolo firmado naquela oportunidade – e, no dia 07 de dezembro, o Banco Central encaminhou o parecer ao Senado da República. Em apenas 21 dias corridos e em 16 dias úteis, esse projeto foi totalmente aprovado e encaminhado ao julgamento do Senado.

Quero deixar bem claro que eu poderia usar argumentos de que esses títulos que não foram rolados; a data-base, segundo o Banco Central e a resolução do Senado, é dia 1º de novembro, e a Resolução nº 69 é de 14 de novembro, mas eu não vou usar esse argumento. Eu poderia dizer que o Banco Central autorizou a emissão de Letras para pagamento de reembolso a Unidades da Federação, mas eu não vou usar esse argumento, porque bem sei que, aqui no Senado Federal, a aprovação desse projeto de Alagoas foi uma demonstração de solidariedade da Casa a antigo colega e antigo companheiro que estava enfrentando dificuldades imensas para conduzir os destinos do seu Estado. Por isso eximo o Senado de qualquer implicação de todas as naturezas.

Nesta Casa, quando da aprovação desse projetc, na verdade, houve uma sessão de consagração à minha pessoa, em que todos os oradores externaram o seu apoio e a sua solidariedade, exaltaram a nossa figura de homem público que, durante 35 anos, exerceu os mais diversos cargos: de diarista de obras na Prefeitura de Maceió; de mensalista; de escriturário; de chefe de seção; de chefe de divisão; de diretor-geral da Prefeitura; de Secretário-Geral da Administração; de Secretário da Fazenda; de presidente de central de abastecimento; de Prefeito eleito de Maceió; de Deputado Estadual; Líder da Bancada da Maioria; Presidente da Casa; Governador de Alagoas; Deputado Federal; Governador de Alagoas; Senador da República, e novamente Governador de Alagoas. Em 35 anos de vida pública, não se encontra ato algum que venha a diminuir minha dignidade moral.

Por isso fiz questão de aqui comparecer, sem ser convidado, por livre e espontânea vontade. Para deixar bem claro que o Governador Divaldo Suruagy, assim como nenhum chefe de Estado, seja Presidente da República, seja um Governador ou um Ministro de Estado – e vejo diante de mim e ao meu lado vários Senadores que já governaram seus Estados – pode ser responsabilizado pela confecção da elaboração de documentos. Na maioria das vezes, as assinaturas são atos puramente ritualísticos, solenidades em salões nobres de palácios, onde o Governador não vai se deter no detalhe, no exame e na análise dos documentos que ali estão submetidos à assinatura.

Alagoas está vivendo uma das fases mais difíceis da sua história, mas Alagoas tem solução para os seus problemas. Alagoas é um Estado, Presidente Bernardo Cabral, que tem uma posição singular dentro do Nordeste. Temos a segunda produção de açúcar e álcool do Brasil; perdemos apenas para São Paulo. Temos a maior bacia leiteira do Nordeste; temos o pólo cloroquímico brasileiro; temos a maior reserva continental de gás do País; temos a segunda produção de grãos da Região; temos o pólo turístico; temos a maior plantação em área contínua de fumo de toda a América do Sul; e temos as maiores fábricas de beneficiamento de coco de toda a América Latina.

Tudo isso revela a pujança econômica do Estado. Alagoas está vivendo hoje um problema de caixa, um problema de decisão política. Alagoas precisa alongar a sua dívida, a exemplo do que já aconteceu com 17 Estados do Brasil.

Neste instante, gostaríamos de fazer uma reflexão mais ampla: o problema não está limitado a Alagoas, mas ampliado em nível de Nordeste e de Norte. Todas as medidas, legítimas e verdadeiras na sua essência e na sua metodologia, todas elas... a globalização, que é o modernismo de todo o processo de ordem econômica, está levando as regiões periféricas a situações de calamidade O programa de

privatização, legítimo no seu conteúdo, está levando as regiões periféricas a situações de bastante dificuldade.

Comentava há poucos minutos com o Senador Hugo Napoleão, entre a privatização da Rodovia Presidente Dutra e a de Teresina/Palmeirais, qual empresário vai ter dúvidas entre investir na Rodovia Presidente Dutra ou na rodovia que liga Palmeirais à capital do Estado do Piauí?

Que empresário que vai deixar de investir na Rio/Petrópolis para investir na Caruaru/Campina Grande? É evidente que todo o sistema econômico-financeiro, acertadamente e injustamente, está canalizado e dirigido para as regiões mais ricas do País, afetando, no seu conjunto, a economia das regiões que acabei de citar.

Não poderia ter dúvidas da análise do Banco Central. E não teria dúvidas pelo rigor com que o Banco Central analisou o empréstimo externo de Alagoas. Durante nove meses, os mais exaustivos debates foram ali proferidos, não só por mim e pelo Secretário da área econômica do meu governo, como por toda a Bancada Federal de Alagoas, excluídos dois Deputados. Os demais, e muitos aqui se encontram, estimularam e participaram desses debates. Insistentemente, defendíamos a tese da concretização daquele empréstimo externo. Portanto, não poderia ter dúvidas de que esse mesmo rigor nortearia a ação da aprovação das letras.

Quando chegou nesta Casa, a análise saiu do campo técnico-financeiro e, como esta Casa é política, passou a ter um forte componente político, daí eu ter afirmado que, na verdade, foi um gesto de solidariedade a um antigo colega, a um antigo companheiro de oito anos de convívio nesta Casa.

Quero, neste instante, prestar uma homenagem, com vênia do Presidente Bernardo Cabral e do Senador Roberto Requião, a uma das melhores figuras do Parlamento brasileiro, a uma das melhores figuras do Senado, que está tendo o seu nome exposto à sanha dos adversários do seu Estado porque foi Relator do processo de Alagoas, quero prestar uma homenagem, deixando a gratidão de Alagoas, a um dos melhores Parlamentares que esta Casa possui, que é o Senador Beni Veras.

Sr. Presidente, estávamos vivendo um estado de necessidade. V. Exª é um jurista de escol, bem sabe que no Direito Penal, no caso de um naufrágio, por exemplo, se houver só um salva-vidas, poderá haver uma luta entre as pessoas que estiverem no barco e o sobrevivente não será responsabilizado por crime de morte, porque no Direito Penal é reconhecido o estado de necessidade para casos dessa natureza.

Alagoas estava vivendo um estado de necessidade. Não quero discutir aqui os aspectos da formalização de precatórios, das conceituações práticas de precatórios. Poderia reabrir uma discussão a respeito da validade da emissão de títulos para reembolso de pagamentos já efetuados. Mas não pretendo discutir isso, Sr. Presidente. Pretendo apenas dar este depoimento e perguntar a todos os Senadores que já tiveram o privilégio e a responsabilidade de governar os seus Estados se, em situações idênticas à que estavam sendo vividas em Alagoas, não tomariam a posição de salvaguardar os interesses maiores da coletividade, evitando o caos que poderia ser implantado naquela comunidade.

Sr. Presidente, ditas estas palavras, coloco-me à disposição de V. Exª, do Senador Roberto Requião e de todos os que integram este eminente colegiado para esclarecer as dúvidas que surgirem. Posso tentar dirimi-las.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Concedo a palavra ao Relator, Senador Roberto Requião.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - Sr. Presidente, quero iniciar perguntando ao Governador Divaldo Suruagy se S. Exª pode identificar os dois representantes ou supostos representantes do Banco Maxi-Divisa, que procuraram o Governo de Alagoas, no momento inicial, para propor a emissão das letras.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Foram o Dr. Marcus Vinícius e o Dr. Wagner Ramos. Eles falavam em nome do Banco Divisa.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - Sr. Presidente, quero fazer a segunda pergunta ao Governador Divaldo Suruagy.

O Governo de Alagoas assinou um contrato de assessoramento com o Banco Divisa para realizar a emissão de títulos. O Banco Divisa, por sua vez, com a anuência do Governo de Alagoas, substabeleceu parte desse contrato a outras empresas – a Corretora Perfil e a Corretora Mercado. Esta última, por sua vez, substabeleceu parte do contrato para a Corretora Astra. Além disso, o Banco Divisa contratou o economista Marcus Vinícius para coordenar o trabalho de elaboração da documentação necessária para a emissão de títulos. O Dr. Marcus Vinícius declarou em juízo que trabalhou sob estrita orientação do Dr. Wagner Baptista Ramos. Portanto, quatro pessoas jurídicas – o Banco Divisa, a Perfil, a Mercado e a Astra – e duas pessoas físicas – Marcus

Vinícius e Wagner Ramos – aparecem como envolvidas no assessoramento do Governo de Alagoas.

A pergunta é a seguinte: V. Exª poderia dizer a esta CPI quem foi, de fato, que chefiou a equipe de assessores contratada pelo Governo de Alagoas para realizar a emissão das letras? Quais empresas e pessoas mencionadas trabalharam de fato na emissão dessas letras?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Governador Divaldo Suruagy, antes de V. Exª responder, quero registrar a presença do ex-Senador e atual Governador do Rio Grande do Norte, Garibaldi Alves, que está em visita de cortesia nesta Comissão.

Governador Divaldo Suruagy, V. Exª pode responder ao Relator.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Sr. Presidente, destacando a presença do eminente colega e prezado amigo, Governador Garibaldi Alves, que fez questão de participar desta reunião, eu responderia ao Senador Roberto Requião que é evidente que um Governador desconhece todos esses detalhes menores da elaboração de um documento, porque não é tarefa específica de um Governador acompanhar o desdobramento da designação dessas funções.

O único contato que mantive, juntamente com todas aquelas autoridades do Estado de Alagoas, foi com o Dr. Marcus Vinícius e com o Dr. Wagner. Eles diziam falar em nome do Banco Maxi-Divisa, que assinara aquele contrato cujos termos li para esta CPI. A partir daí, desconheço, **in totum**, qualquer detalhe, qualquer desdobramento que possa ter ocorrido no que diz respeito à elaboração não só dos documentos como da comercialização desses documentos.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Roberto Requião, V. Exª tem a palavra.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Sr. Presidente, a terceira pergunta é a seguinte: o relatório do Banco Central demonstra que, apesar do fracasso do lançamento das Letras Financeiras do Estado de Alagoas, o Estado pagou integralmente a taxa de sucesso ao Banco Divisa, e fez esse pagamento em Letras Financeiras do Tesouro de Alagoas. Eu gostaria que o Governador se manifestasse a respeito dessa contrariedade à própria Resolução do Banco Central e do Senado Federal, que autorizou a emissão de letras exclusivamente para pagar precatórios.

O SR. DIVALDO SURUAGY – Conforme tive oportunidade de já explicar, desconheço todos esses detalhes, porque não é tarefa específica de um Governador acompanhar esses pagamentos. Isso era competência da assessoria fazendária, de forma que desconheço os detalhes dessas operações.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Tem a palavra o Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Faço a quarta pergunta, Sr. Presidente: esta CPI teve acesso a uma carta enviada pelo Governador Divaldo Suruagy ao ex-Presidente Fernando Collor de Mello, na qual o Governador declara que o ex-Presidente não teve envolvimento nos documentos enviados ao Banco Central. É uma carta de 22 de novembro de 1996. Essa carta pode nos levar a crer, Governador Divaldo Suruagy, que realmente não existia nenhum documento que editasse o parcelamento dos títulos, que publicado viesse a formalizar a edição do parcelamento dos títulos.

O SR. DIVALDO SURUAGY – Senador Roberto Requião, tomei conhecimento dessa portaria por meio de uma reportagem do jornal **O Estado de S.Paulo**. Ao tomar conhecimento da portaria, solicitei explicações ao Secretário da Fazenda. O Banco Divisa tem a responsabilidade da elaboração desses documentos. Caberá ao Banco explicar a confecção desses documentos e ser responsabilizado ou não por eles, caso tenha culpabilidade.

Encaminhei carta ao ex-Presidente da República porque eu recebi um apelo de um parente de Sua Excelência, que não gostaria de ter o seu nome envolvido, pois já tinha sido palco de vários acontecimentos políticos. Na carta a que V. Exª teve acesso e da qual conhece o teor, apenas afirmei que não reconhecia a validade da carta, porque não tinha sido publicada no **Diário Oficial**. E, se essa carta... É muito fácil verificarmos: se uma portaria foi encaminhada pelo Banco Central ao Senado Federal, evidentemente que aquele Banco é quem deverá dar as explicações em torno desses documentos.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Pode prosseguir, Senador Roberto Requião.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Verificamos na CPI que a listagem dos precatórios pendentes não correspondia à realidade; era uma listagem adulterada. V. Exª poderia nos informar de quem foi a responsabilidade pela execução e apresentação dessa listagem?

O SR. DIVALDO SURUAGY - De acordo com o contrato com o Banco Divisa, era de responsabilidade do banco a confecção de todos esses documentos, que seriam submetidos à análise e apreciação do Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Tem a palavra o Senador Roberto Requião.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Tão logo o Senado Federal publicou a Resolução nº 71, de 1995, autorizando a emissão de títulos, V. Exª fez publicar o Decreto nº 36.804, que, contrariando as determinações da Constituição Federal e a resolução do Senado, destinou os recursos financeiros, obtidos e captados pela emissão de letras do Tesouro de Alagoas, para muitos outros fins, incluindo o pagamento de débitos com empreiteiras e com instituições financeiras.

Segundo o Tribunal de Justiça de Alagoas, nenhum dos precatórios pendentes foi quitado. Portanto, pende sobre o Governo de Alagoas a acusação de ter desviado integralmente as verbas das emissões dos títulos. Qual a consideração de V. Exª sobre isso?

O SR. DIVALDO SURUAGY - Pois não, Senador Roberto Requião. Farei chegar às mãos de V. Exª um documento – que já se encontra neste auditório e que será entregue à Relatoria – sobre o leilão público que solicitou aos prováveis portadores de precatórios do Estado que se habilitassem ao pagamento.

Segundo certidão da Procuradoria, ninguém se habilitou ao pagamento, excluindo uma empresa de transportes coletivos, a Progresso, que tinha sido desapropriada em 1977. Essa empresa, com muito exagero, poderia valer R$2 milhões ou R$3 milhões, incluído um terreno imenso, numa área que hoje está muito valorizada em Maceió, na via expressa.

O valor que está sendo pago por esse precatório, para que o Senador Roberto Requião tenha uma idéia exata, é mais alto do que todos os ônibus existentes em Maceió. Os proprietários da empresa recusaram-se a receber em papel, e não há nenhuma obrigação legal que determine que o credor deva fazê-lo. O Presidente do Tribunal, em sentença, autorizou que o Estado convertesse em dinheiro e efetuasse o pagamento. Estamos pagando esse precatório em dez prestações de R$2.700 milhões.

Não foi relacionado, Senador Roberto Requião, nenhum precatório, porque o argumento apresentado naquela oportunidade – e que foi o argumento usado para o pagamento do reembolso, que deu a flexibilidade emprestada a esse tipo de atitude – foi de que era possível o ressarcimento da perda da receita. O setor sucroalcooleiro era responsável por 56% da economia alagoana, quando deixei o Governo. Quando voltei ao Governo, ele era responsável apenas por 4%.

Então, houve uma queda violenta da receita tributária do Estado no setor mais dinâmico da economia alagoana. Por isso, não foi pago nenhum precatório, porque ninguém se habilitou, excluída essa empresa de transportes. Os recursos era do setor sucroalcooleiro, que estava recebendo, ressarcindo-se por não pagamento de imposto. Para que os Exmºs Srs. Senadores tenham uma idéia, a movimentação de carga tributária em uma safra é de aproximadamente R$60 milhões. Como já fazia nove anos, isso já corresponderia a um valor de R$540 milhões, para que se tenha uma idéia da grandeza da presença tributária do setor sucroalcooleiro na economia alagoana.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - Governador, a minha intenção é uma explicação sobre a emissão do decreto que contraria a resolução do Senado e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Deixei claro que estávamos vivendo um estado de necessidade, de calamidade pública e, naquele momento, a prioridade absoluta, a aplicação dos recursos do Estado era para retirar Alagoas daquele quadro caótico ou minimizar os efeitos negativos que o setor estava vivendo.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - Governador, no Governo, quais foram as pessoas que, em função dos seus cargos, colaboraram decididamente na negociação para emissão com o Banco Maxi-Divisa S.A. e na emissão propriamente dita em fase posterior. Quem se encarregou desse contatos na estrutura do Governo?

O SR. DIVALDO SURUAGY - Obviamente que foi o Secretário da Fazenda, porque era tarefa específica da Secretaria da Fazenda. Houve uma lei delegativa dando essa competência à Secretaria da Fazenda.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - Além do Secretário da Fazenda, que quadros do Governo se envolveram nessa emissão?

O SR. DIVALDO SURUAGY - Que eu saiba, o Secretário da Fazenda, que, evidentemente, podia ter sido auxiliado por algum dos seus funcionários, mas a configuração da responsabilidade administrativa está na pessoa do Secretário da Fazenda, que já prestou depoimento nesta CPI.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - Governador, o Estado de Alagoas está inviabilizado financeiramente. Está com o seu crédito no mercado financeiro definitivamente abalado. E tem abalada sua posição também diante do Governo Federal. Qual o caminho que V. Exª encontra para que Alagoas saia da situação em que se encontra?

O SR. DIVALDO SURUAGY - Senador Roberto Requião, essa pergunta é da maior valia, da maior oportunidade. Primeiro, poderíamos discutir – imagino que já tenha sido alvo de alguma análise ou preocupação por parte do Senado – a respeito da colocação desses títulos.

A data base, que foi 1º de novembro, anterior à proibição da Resolução nº 69, mas não vou discutir esse detalhe. Vou discutir as implicações do não pagamento desses títulos no mercado financeiro brasileiro, porque isso, obviamente, não ficará limitado ao Estado de Alagoas nem à Prefeitura de Osasco. Isso atingirá várias Prefeituras e, com certeza, os Estados de Santa Catarina e Pernambuco. Esses valores subirão a mais de R$1 bilhão, porque Alagoas foi quem pagou a menor taxa de comissão e que aplicou o menor volume de recurso dentre as unidades federativas.

Isso poderá levar a um clima bastante difícil a respeito dos títulos públicos de uma maneira geral. Mas esse é um assunto sobre o qual, imagino eu, o Senado irá se aprofundar.

Neste momento, quais as saídas para o Estado de Alagoas? Estamos negociando com o Governo Federal a conclusão de um programa de desligamento voluntário. Alagoas, ao instalar esse Programa de Desligamento Voluntário, conseguiu um número verdadeiramente espantoso.

Apenas no Executivo, cerca de 21 mil pessoas e uma fração aderiram ao programa. Incluindo os outros Poderes, cerca de 25 mil. Então, para se ter uma dimensão exata da grandeza dessa adesão, o Governo Federal, ao lançar um programa idêntico em todo o País, não conseguiu chegar nem a 12 mil pessoas.

Um dos menores Estados da Federação conseguiu, em poucos meses, a adesão de cerca de 25 mil pessoas. Então, estamos concluindo essa operação com a Caixa Econômica Federal, que é o agente financeiro desse programa de desligamento voluntário.

A Caixa Econômica Federal também está recebendo orientação do Tesouro Nacional para a compra das dívidas de ARO, a chamada Antecipação de Receita Orçamentária.

Estamos pleiteando o alongamento das dívidas, a exemplo do que foi feito com 17 Estados da federação brasileira, para 30 anos, com um percentual de até 15% da receita líquida. Para isso, estamos extinguindo seis Secretarias de Estado, vários órgãos da Administração Indireta que perderam suas finalidades, seus objetivos e tomamos uma série de medidas profundamente antipáticas, porém necessárias, visando o saneamento.

Isso é uma decisão política. Se o Presidente da República, com quem terei audiência amanhã, definir esses critérios, Alagoas terá seu problerna solucionado. E para caracterizar a isenção do Estado de Alagoas em torno deste assunto, certa feita, conversando com um grande Parlamentar, um ex-Governador de Estado, ele me trazia uma experiência vitoriosa que foi a sugestão de que o Ministério da Fazenda indicasse um dos seus técnicos para exercer a função de Secretário de Economia do Estado, estabelecendo um canal direto entre aquele Estado e o Governo Federal. Então, fiz uma proposta idêntica a essa ao Presidente da República, caracterizando que Alagoas não tem nada a esconder, que Alagoas não tem nada a temer, que não existe dolo nem má-fé na elaboração e na aplicação desses títulos, que não se conhece um caso de má-fé. O argumento que V. Exª usou é muito verdadeiro em termos jurídicos, mas também retrata e atesta que agimos com a maior limpidez possível, com a maior transparência possível, que não estamos querendo esconder nada de ninguém, porque a preocupação maior, o objetivo maior era o saneamento do centro financeiro do Estado de Alagoas.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Requião.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Sr. Presidente, as perguntas que eu queria fazer ao Governador eram essas. Mas quero esclarecer aos Srs. Senadores membros da Comissão que as resoluções do Senado Federal, assim como as leis, vigem a partir da data da sua publicação. A Resolução nº 69, que proibiu a rolagem dos títulos, foi publicada no dia 14 de dezembro de 1995. E a Resolução nº 71, que autorizou o Estado de Alagoas a emitir trezentos e um milhões, seiscentos e vinte e três mil e quatrocentos e quarenta reais, digo, quatrocentos e quarenta mil títulos, foi publicada no dia 15 de dezembro de 1995. Portanto, em função das datas de publicação das resoluções, a rolagem das dívidas de Alagoas está proibida.

As perguntas que eu tinha a fazer ao Governador eram essas e o esclarecimento que eu gostaria de prestar aos Srs. Senadores membros da Comissão também era esse.

O SR. DIVALDO SURUAGY – Apenas peço a compreensão do Senador Roberto Requião, para também deixar claro que S. Exª sabe que o Banco Central estabeleceu como data-base dia 1º de agosto.

Se realmente infringiu as normas legais, é claro que não foi um problema do Estado de Alagoas. Mas respeitamos a decisão e procuraremos buscar outras soluções.

Quero deixar claro que consta do documento do Banco Central e consta da Resolução nº 71 do Senado que a data-base era 1º de novembro de 1995.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Passa-se à lista de inscrição.

Pela ordem, há oradores inscritos. A Presidência vai dar a relação: pela ordem numérica, os Senadores:

1º – Vilson Kleinübing;

2º – Eduardo Suplicy;

3º – Esperidião Amin;

4º – Jader Barbalho;

5º – Casildo Maldaner; e

6º – José Agripino.

Senador Vilson Kleinübing, V. Exª tem a palavra.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Governador, não tive a oportunidade de conviver aqui no Senado com o Governador Divaldo Suruagy. Mas tenho por ele e por todos os homens públicos um grande respeito.

Queria aproveitar a presença do Governador aqui para dirimir algumas dúvidas e para fazer alguns questionamentos que são parte do nosso trabalho na CPI.

Esta CPI tem a obrigação, o dever e a missão de investigar. Se alguém deve ser punido, é evidente que não cabe à CPI essa punição; a CPI vai encaminhar ao Ministério Público, e as providências políticas que o caso requer as Assembléias Legislativas de cada Estado devem tomar. Assim estou entendendo esse processo desde o início e assim entendo até no meu Estado, porque o meu Estado também está envolvido nessa questao dos precatórios. Por isso queria fazer ao Governador algumas perguntas. A primeira: houve algum contato, pessoal, telefônico, entre os Governadores que estavam lançando títulos, para que seus bancos estaduais comprassem títulos um do outro?

O SR. DIVALDO SURUAGY - Não, não houve nenhum contato. Até me surpreendi ao saber que o Banco de Santa Catarina havia comprado Letras de Alagoas. Não houve, em momento algum, nenhum contato.

O único depoimento que posso dar a respeito, isso posteriormente, foi que o Governador Paulo Afonso nos disse que, ao tomar conhecimento que o Governador Divaldo Suruagy, que estava no seu terceiro mandato, e que o Governador Miguel Arraes, que estava no terceiro mandato, haviam feito essas operações, também ele havia participado dessas operações, tal a experiência que ele creditava a mim e ao Governador Miguel Arraes.

Essa pergunta também me faz recordar um fato. Durante aquele encontro do Banco Divisa, o referencial que era apontado como o sucesso da colocação dessas Letras era a cidade de Sao Paulo, que estava operando já há bastante tempo com esses títulos; então era referencial da eficiência da colocação desses títulos.

O SR. VILSON KLEINÜBING - É uma pena, Governador, porque, se tivesse havido esse contato entre os Governadores, seria possível que esses títulos fossem adquiridos sem prejuízos, porque a "cadeia da felicidade" ganhou muito dinheiro com esses títulos. Por exemplo, no caso de Santa Catarina, o banco do Estado, quando comprou os títulos de Alagoas, permitiu que empresas fantasmas ganhassem R$6 milhões em uma compra de aproximadamente R$25 milhões.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Senador, desconheço totalmente essa operação e foi uma surpresa para mim tomar conhecimento de que Santa Catarina havia comprado esses títulos.

Desconheço os detalhes de todas as operações. V. Exª, que teve a honra também de governar o Estado de Santa Catarina, bem sabe que um Governador não acompanha esses detalhes. Agora, realmente desconheço totalmente essas operações.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Com a palavra o Senador Vilson Kleinübing.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Hoje, conhecendo o processo como está sendo conhecido, a outra pergunta que gostaria de fazer é a seguinte. Houve, pelo menos aqui o mercado declarou e a CPI já levantou, no mínimo, um prejuízo de quase R$65 milhões com esses títulos no Estado de Alagoas. Quer dizer, as empresas que participaram desse processo, que estavam bem financeiramente, porque quem estava mal financeiramente era o Estado de Alagoas, essas empresas ganharam R$65 milhões na operaçao de compra e venda de títulos. Houve esse prejuízo enorme; houve documentos falsificados, como a lista dos próprios precatórios; houve documento falsificado do ex-Presidente da República, uma série de irregularidades nesse processo. A pergunta que queria fazer ao Governador Divaldo Suruagy é: alguém foi punido em Alagoas? Houve al-

gum inquérito? Alguma coisa foi feita sobre esse assunto?

O SR. DIVALDO SURUAGY – A Assembléia Legislativa, com apoio ostensivo da Bancada do Governo, recebeu solicitação por escrito para que o Líder do Governo levasse o ponto de vista do Governador, para dar todo o suporte indispensável à elaboração da Comissão Parlamentar de Inquérito. Ela ouviu as pessoas envolvidas e, nesse momento – de acordo com a nossa maneira de analisar o processo -, houve uma falha, tendo em vista que a CPI, antes de ouvir o Plenário da Assembléia e antes de ouvir todas as testemunhas que tinham sido arroladas, emitiu um ponto de vista de natureza puramente política, porque estava em jogo a Presidência da Assembléia. Alguns integrantes da Comissão participaram do processo de luta pela Presidência da Assembléia. Com a nova Assembléia, esse fato foi todo anulado. Evidentemente, as pessoas que contribuíram para a elaboração desses falsos documentos responderão junto ao Ministério Público. Inclusive, assim que tomei conhecimento do fato, Senador Vilson Kleinübing, tomei as seguintes atitudes: apoiei, ostensivamente, a autorização para a implantação da CPI na Assembléia; mandei um expediente ao Ministério Público, solicitando que abrisse um inquérito para apurar os fatos; mandei um expediente ao Ministro da Justiça, à época o Sr. Nelson Jobim, solicitando que S. Exª designasse um representante da Polícia Federal para acompanhar, também, o inquérito e encaminhei cópias de todos esses expedientes para o Banco Central.

Agi com a maior transparência possível. Não tinha o menor interesse que não o de revelar a verdade dos fatos. Repito: assumo a responsabilidade, mas não a culpabilidade. Por quê? Porque não houve dolo tampouco má-fé, e o meu Governo não tem nenhum compromisso com isso.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Governador Divaldo Suruagy, V. Exª mesmo falou que o Banco Maxi-Divisa era responsável pela emissão dos documentos e, para isso, inclusive, foi remunerado. Ao saber, hoje, que eles falsificaram documentos e fizeram um processo – e isso está claro – absolutamente falso, seu Governo tomou alguma medida judicial contra esse banco, inclusive para reaver os 12 milhões que foram pagos?

O SR. DIVALDO SURUAGY – A Procuradoria do Estado está aguardando a conclusão desta Comissão Parlamentar de Inquérito, e todas as medidas estão sendo tomadas e analisadas para que haja uma posição jurídica sobre o assunto.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Por último, Governador, gostaria de dizer o seguinte. Com todo o respeito a todos os seus anos de vida pública, não ficaria bem comigo mesmo se não dissesse isso. Eu não estava na sessão da Comissão de Assuntos Econômicos que aprovou o projeto de Alagoas, conforme V. Exª bem o sabe.

O SR. DIVALDO SURUAGY – É verdade.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Nós devíamos ter sido sempre contra a emissão de títulos. O que se deu? O Estado está pior, e quem comercializou os títulos está mais rico. Naquela sessão do Senado em que estávamos votando a sua resolução – em que V. Exª estava presente -, os Senadores da República Federativa do Brasil votavam uma resolução para autorizar o Estado a emitir títulos para pagar precatórios. V. Exª já sabia, naquele momento, que não iria pagar precatórios com aqueles títulos. Não sei se os seus colegas deveriam estar conscientes disso naquele momento.

Eram essas as perguntas e dúvidas, Senador Bernardo Cabral.

O SR. DIVALDO SURUAGY – Eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Um momento, por favor. Senador, a Presidência não pode aceitar esse raciocínio. V. Exª não fez uma informação contra o Governador...

O SR. VILSON KLEINÜBING – Em hipótese alguma. Disse apenas que votei para que aquele Estado emitisse títulos para pagar precatórios. E não foi isso o que aconteceu.

O SR. DIVALDO SURUAGY – Quero, mais uma vez, dar a explicação de que, naquele momento de dificuldades...

Gostaria de fazer uma pergunta a que V. Exª não é obrigado a responder; responda apenas dentro da sua consciência: se V. Exª estivesse no Governo de Santa Catarina, diante daquele quadro dramático que eu estava vivendo em Alagoas, em que a Justiça estava em greve, a Polícia Militar aquartelada, todos os hospitais em greve, o professorado em greve, qual seria a atitude de V. Exª? Apenas responda dentro da sua consciência.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – A Presidência não aceita a pergunta.

Senador Eduardo Suplicy, V. Exª tem a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Governador Divaldo Suruagy, V. Exª mencionou que, acompanhado do Vice-Governador e de diversas autoridades, recebeu os representantes do banco Maxi-Divisa, sendo eles Wagner Batista Ramos e Marcus Vinícius Boaventura Guimarães.

Gostaria de saber se, naquele momento, V. Exª soube que o Sr. Wagner Batista Ramos trabalhava na Prefeitura Municipal de São Paulo.

O SR. DIVALDO SURUAGY – Naquele momento, as informações que eu tinha era a de que ele era um representante do banco Divisa e um técnico em finanças.

Quando vim tomar conhecimento desse fato, já foi por intermédio da imprensa. Então, verifiquei que todos os precatórios, que todos os Estados estavam até dentro do sistema de computação. Pelo menos, isso saiu na televisão. Eu não tinha conhecimento desse fato naquele momento.

Até quero aproveitar a oportunidade para dizer o seguinte: o Dr. Wagner falou muito pouco naquele momento; quem mais explicou e falou sobre a operação foi o Dr. Marcus Vinícius.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Mas V. Exª mencionou que, em algumas ocasiões, foi dito que a experiência de emissão de títulos para pagar precatórios como uma forma de financiar a obtenção de recursos para um governo, como o de Alagoas e o de Pernambuco, advinha da experiência de São Paulo.

O SR. DIVALDO SURUAGY – O referencial era a cidade de São Paulo.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Certo. E isso muito antes da CPI.

Esse conhecimento de que a cidade de São Paulo estava utilizando tal mecanismo para obtenção de recursos para financiamento de pagamento de despesas veio por intermédio desses representantes do banco Maxi-Divisa, já no primeiro encontro ou em algum dos encontros posteriores?

O SR. DIVALDO SURUAGY – No primeiro encontro, como exemplo era apontada a cidade de São Paulo, que era o grande referencial.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Nesse encontro onde se mencionou tal referencial, foi explicado que, ainda que a finalidade da emissão de títulos fosse o pagamento de precatórios, poder-se-ia, pelo menos por algum tempo, dada a defasagem que ocorria, pagar outras despesas, que não o pagamento de precatórios, com os recursos arrecadados para aquela finalidade?

O SR. DIVALDO SURUAGY – A colocação era o ressarcimento da perda de receita, fruto de uma decisão homologada pela Justiça, a conceituação, a flexibilidade que se emprestava. O raciocínio era esse.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O depoente já havia esclarecido isso.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Mas é um ponto que me permitirei perguntar ao Governador Divaldo Suruagy, para que possa esclarecer bem.

A emissão dos títulos, conforme o Senador Vilson Kleinübing mencionou ainda há pouco, tinha por finalidade o pagamento de precatórios judiciais. Posteriormente, examinou-se que, na prática, o Governo do Estado de Alagoas, como V. Exª confirmou, utilizou tais recursos para outras despesas, que não o pagamento de precatórios.

Pergunto se já naquela oportunidade os Srs. Wagner Baptista Ramos e Marcus Vinícius Boaventura Guimarães, ao assinalar a experiência de São Paulo, haviam colocado que se poderia usar esse mecanismo para o pagamento de outras despesas, uma vez que havia uma prática nesse sentido já em experiência.

O SR. DIVALDO SURUAGY – Em momento algum foi citada a cidade de São Paulo nesse aspecto, a respeito do critério ou não do pagamento. Foi citada como exemplo de autorização aprovada pelo Banco Central para a emissão dos títulos.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, vou precisar reformular uma das questões que o Senador Roberto Requião colocou, porque acredito que precisa ser respondida com maior profundidade.

Por que motivo o Estado de Alagoas pagou integralmente a taxa de sucesso ao Banco Maxi-Divisa, se a maior parte dos títulos não foi colocada no mercado, mas transferida diretamente aos credores do Governo?

V. Exª, Governador Divaldo Suruagy, mencionou que não conheceu inteiramente os fatos na oportunidade, como Governador, dadas as suas responsabilidades, mas certamente teve a oportunidade, nesses três meses em que o assunto foi examinado a fundo, foi objeto de comissão parlamentar de inquérito tanto aqui quanto lá no Estado de Alagoas, de conhecer o assunto, acredito, em seus menores detalhes, até para que V. Exª pudesse aqui hoje comparecer. Eu gostaria de saber se V. Exª pode, à luz daquilo que foi apurado, responder com maiores detalhes. Uma coisa é o que V. Exª soube à época dos fatos, outra é a compreensão que tem, partindo de tudo o que foi apurado. Qual o trabalho desenvolvido pelo Banco com o pagamento em títulos, por exemplo, de 49 milhões 289 mil a empresas como a Construtora Sérvia, a Queiroz Galvão, a Serveng, entre outras?

O SR. DIVALDO SURUAGY – É interessante que se dê uma explicação um pouco mais longa à colocação que o Senador Eduardo Suplicy acaba de fazer. Esse números estão aqui, mas estou trabalhando apenas com a memória: cerca de 111 milhões foram transformados em dinheiro; isso entrou na conta única do Estado para pagamento de pessoal.

Os bancos receberam esses títulos como amortização dos débitos das operações de ARO. Foi um ótimo negócio para o Estado de Alagoas, porque se estávamos pagando juros de 200% ao ano, em quatro anos, iríamos pagar juros de 37% até o ano de 2001. Esses documentos chegarão às mãos do Senador Roberto Requião, a Procuradoria do Estado já os tem, e hoje à noite formalizará na Secretaria.

O Governo de Alagoas estava altamente preocupado por quê? Porque uma empresa de ônibus que, no máximo, com muito esforço, valeria R$2 milhões ou R$3 milhões, custou ao Estado R$27 milhões e com bloqueio de contas, por decisão da Justiça, junto ao Banco do Brasil.

Ora, se uma empresa, que valia R$2 milhões ou R$ 3 milhões, havia se transformado num débito de 27, avaliem empresas que tinham crédito de R$15 milhões ou R$20 milhões, isso se transformaria em R$80 milhões, R$90 milhões, R$100 milhões.

É bom que se diga que durante o ano de 1996, o Governo do Estado de Alagoas não ganhou uma questão sequer junto à Justiça.

Então, havia uma perspectiva e todos esses construtores estavam entrando com ação na Justiça, que levaria o precatório do Estado para R$200 milhões, R$300 milhões, R$400 milhões, para números verdadeiramente incríveis. Por quê? Porque R$2 milhões, R$3 milhões haviam se transformado em R$27 milhões. Quando eles fizeram a proposta que recebiam com o deságio de 0,5%, o menor deságio dessas operações efetuadas, evidentemente que, se era para perda de receita, se era para pagar débitos do Estado, legalmente reconhecidos, se estava na segunda instância – esse detalhe é altamente significativo -, o passo seguinte seria o precatório e, ao ser o precatório, teríamos aquele débito aumentado exageradamente, a exemplo do que tem acontecido com essa empresa de ônibus, então era muito melhor fazer um acordo que enfrentar a perspectiva de assumir um precatório correspondente a R$100 milhões ou cento e tantos milhões.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Eduardo Suplicy, V. Exª tem a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Governador, qual a razão da subcontratação das empresas Perfil, Mercado e Astra? Todos os contratos assinados também pela Secretaria de Alagoas, para colocação de títulos que, em grande parte, não existiam, havia a necessidade da contratação de quatro empresas, pagando taxas elevadíssimas, para, ao final, entregar os títulos às empreiteiras e aos fornecedores do Estado?

O SR. DIVALDO SURUAGY - Desconheço totalmente esses fatos, como já tive oportunidade de explicar. Como V. Exª bem sabe, o problema não está na primeira compra, está em quem comprou por último.

Conforme V. Exª colocou muito bem, vim a ter uma certa intimidade com o assunto em virtude da Comissão Parlamentar de Inquérito, que me levou ao raciocínio de que o problema está em quem faz a última comercialização.

À medida em que o Estado vende o título, a partir daí ele perde o comando dos títulos. É como um cheque. Se eu dou um cheque a alguém, não vou ficar acompanhando a tramitação daquele cheque. Então, aquele cheque poderá ser amortizado ou pago, dependendo da credibilidade ou não da pessoa que tenha assinado aquele documento.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Com relação à Construtora Servia, existe a alegação de que houve pagamento em dobro de R$7,885 milhões e de R$20 milhões pela execução da mesma obra, o espaço de celebração papal.

O primeiro teria sido pago pela Companhia de Habitação Popular de Alagoas, e o segundo pelo DER

Para a CPI, o simples fato de haver pago empreiteira com títulos que são destinados exclusivamente ao pagamento de precatórios já representa uma forte irregularidade, um descumprimento do disposto no art. 33 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Todavia, a possibilidade de haver sido paga a empreiteira de forma indevida, obviamente, agravaria o problema.

Gostaria que V. Exª, Governador Divaldo Suruagy, explicasse quais as obras realizadas pela Construtora Sérvia para que ela viesse receber o pagamento de quase R$8 milhões, em 18 de março de 1996, da Companhia de Habitação Popular de Alagoas e de R$20 milhões, em 20 de março de 1996, do Departamento de Estradas e Rodagens do Estado.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Se o Sr. Presidente permitisse, eu solicitaria que o Procurador-Geral do Estado me fizesse chegar às mãos esses do-

cumentos, os quais eu deixaria com a Mesa como resposta à pergunta do Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Está deferido.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Por gentileza, Dr. Marcelo Teixeira, o senhor poderia trazer os documentos que comprovam a aplicação de todos esses recursos? (Pausa.)

Na verdade, o Papódromo custou um pouco mais de R$600 mil. Tudo isso também é uma fantasia que foi criada em torno desses números e que permitiu exageros como os que estão sendo apresentados.

Então, está aqui o Procurador-Geral do Estado me trazendo os documentos – que entregarei nas mãos do Sr. Presidente – que comprovam a aplicação de todos esses recursos.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Eduardo Suplicy, V. Exª tem a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Há ainda um outro pagamento, da ordem de R$19.642 mil, à mesma empreiteira, Construtora Sérvia, em 02 de fevereiro de 1996.

Seriam importantes os esclarecimentos que o Sr. Governador pudesse dar sobre os três pagamentos.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Exatamente, eu solicitaria a minha pasta, por gentileza, onde estão os documentos do balanço geral de toda a rede financeira do Estado de Alagoas, feito pela Secretaria da Fazenda. Aqui estão as solicitações a respeito dos pagamentos acima de R$25 mil. Agora, entregarei ao Sr. Presidente os documentos correspondentes especificamente ao problema dos títulos.

Aqui justificou-se o popularmente chamado Papódromo, mas que, na verdade, aqui está como obra do Altar Monumento. Isso se deveu a uma visita do Papa João Paulo II à cidade de Maceió, oportunidade em que esta ficou evidentemente vaidosa, por se tratar do primeiro Papa que visitou Alagoas. Então, em relação a isso, sinto-me muito à vontade porque foi uma obra de realização do Governador que me antecedeu. Então, não tenho nada corn essa obra, apenas estou dando os valores exatos para que não fique pairando nenhuma dúvida. Estão aqui os documentos que o Senador Eduardo Suplicy acaba de solicitar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Eduardo Suplicy, V. Exª tem a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Fico pensando se o Papa João Paulo II ficasse sabendo de tudo o que ocorreu com o Papódromo ou sobre o pagamento deste.

Se bem entendi, Governador Divaldo Suruagy, V. Exª afirmou que a responsabilidade pela apresentação de um suposto decreto, onde consta a assinatura do ex-Presidente deposto, Fernando Collor, seria do Banco Divisa. É isso mesmo?

O SR. DIVALDO SURUAGY - Eu afirmei que a elaboração de todos os documentos confeccionados para a análise do Banco Central é de responsabilidade do Banco Divisa, como consta do contrato que ele assinou.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Imaginávamos nós que o Governo havia entregue o documento ao banco para que o mesmo pudesse instruir o processo que seria encaminhado ao Banco Central com a assinatura de V. Exª. Mas, V. Exª está afirmando que nenhuma autoridade do Governo, seja um secretário ou a sua assessoria -, entregou esse documento aos representantes do Banco Divisa?

O SR. DIVALDO SURUAGY – Não fiz essa afirmativa. Afirmei que o Banco Divisa, por força de um contrato que assinou com o Estado de Alagoas, é o responsável pela confecção de todos esses documentos. O único trabalho que tive foi o de encaminhar esse processo à análise e ao julgamento do Banco Central.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Teve V. Exª a preocupação de saber – seja junto aos seus assessores ou junto aos que interagiram com os responsáveis pelo Banco Maxi-Divisa – como surgiu aquela assinatura?

O SR. DIVALDO SURUAGY – Tive a oportunidade de afirmar que tomei conhecimento dessa portaria por meio de uma reportagem do Banco do Estado de São Paulo. Mas, o Secretário da Fazenda, em depoimento nesta Comissão, afirmou que a única maneira de dirimir a dúvida é fazer o exame grafológico. Evidentemente, fica a sugestão do Secretário da Fazenda com a Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. EDUARDO SUPLICY – É possível ser feito o exame grafológico porque existe o documento original?

O SR. DIVALDO SURUAGY – Esta pergunta não saberia responder a V. Exª. Sei que o exame grafológico é que define a veracidade ou não da assinatura. Naturalmente, esse assunto não foi colocado por mim, foi colocado pelo Secretário da Fazenda num depoimento que prestou a esta Casa.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, hoje, acredito que outros membros da Comissão

Parlamentar de Inquérito tiveram a oportunidade de conversar com o Deputado Federal de Alagoas, Vice-Governador que assumiu o governo, sucedeu durante o tempo em que foi candidato o ex-Governador Fernando Collor de Mello. O Deputado Federal Moacyr Andrade, presente a esta reunião, relatou um fato que avalio seja importante e, por isso mesmo, deve ser dirimido. Ele teria recebido a visita do Governador Divaldo Suruagy anteriormente à apreciação pelo Senado Federal desta decisão de autorização; portanto, ainda bem antes. Na ocasião, teria o Governador Divaldo Suruagy mostrado o documento ao Deputado Federal Moacyr Andrade – Vice-Governador que sucedeu o governador Fernando Collor de Mello, depois Presidente - e teria sugerido ao ex-Governador Moacyr Andrade que assinasse o decreto, que não havia sido efetivamente assinado à época.

Disse o Deputado Federal Moacyr Andrade que ele transmitiu ao Governador Divaldo Suruagy que não conviria assinar aquele documento. Pelo que pude entender, salvo incompreensão minha, esse seria o mesmo documento que, depois, surgiu com a assinatura do ex-Presidente e ex-Governador Fernando Collor de Mello. Foi esse o entendimento que o Deputado Moacyr Andrade me passou – foi o que tive mesmo. S. Exª confirma isso por gesto que faz.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Eduardo Suplicy, um momento.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Ele confirma pelo que me relatou.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – A Presidência não vai permitir que se faça um diálogo entre um Governador e um ex-Governador.

Peço que compreenda a posição da Presidência e formule outra pergunta.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Compreendo perfeitamente o rigor de V. Exª.

Eu gostaria que o Governador Divaldo Suruagy, no melhor de sua memória, confirme ou não esse encontro e diálogo com o Deputado Moacyr Andrade.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Governador Divaldo Suruagy, a Presidência sempre tomou esta medida. É um critério adotado pela Presidência. Portanto, por V. Exª estar aqui, não vou permitir que haja qualquer constrangimento a quem venha prestar esclarecimento.

Se V. Exª entender que há necessidade de prestar esse esclarecimento, a Presidência defere a pergunta. Senão, a indefere por considerá-la impertinente com a matéria.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Tenho o maior interesse em responder a essa pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Para que amanhã não se comente que a CPI causou constrangimento a quem veio aqui depor.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, se V. Exª me permite, quero dizer que conheci bem e convivi quatro anos com o Senador Divaldo Suruagy. Nós nos conhecemos muito bem. Tenho muito respeito pelo ex-Senador e hoje Governador Divaldo Suruagy. Aqui mantive com ele uma relação de respeito mútuo, de reciprocidade. Reconheço no então Senador e hoje Governador Divaldo Suruagy uma das pessoas que mais seriamente batalhou para que houvesse dignidade e seriedade no trato da coisa pública. Lembro-me dos pronunciamentos do então Senador Divaldo Suruagy, ao meu lado, e muitas vezes o aparteei, comentando com severidade os fatos que vivíamos à época, 1991/92, até porque ele aqui demonstrou ser uma das pessoas que melhor conhecia, de longa data e em profundidade, o comportamento do Governador Fernando Collor de Mello, e muitas vezes percebi que podia aprender com ele na análise dos fatos.

Hoje estou aqui, e certamente o Governador Divaldo Suruagy, que tantas vezes esteve junto comigo na CPI sobre o caso Paulo César Farias, sabe perfeitamente da intenção que tenho de cumprir com o meu dever e de formular perguntas que são pertinentes. Esta pergunta é muito pertinente à questão da CPI, porque trata da origem do documento que levou à autorização para a emissão dos títulos, conforme o que está no art. 33.

Se eu não formulasse a pergunta, o Governador Divaldo Suruagy, meu ex-colega no Senado Federal, estaria depois me perguntando: "Então você não me questionou tudo o que queria perguntar e precisava perguntar?" Daí a razão da minha pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Eduardo Suplicy, eu também convivi com o Senador Divaldo Suruagy, ambos fomos constituintes, como convivi com o Governador Moacyr Andrade na qualidade de Ministro e tenho pelos dois admiração e convívio.

O problema da pergunta é quando V. Exª vira para trás e declara que quem está na assistência está confirmando, está-se formando um constrangimento como se fosse uma acareação. Essa foi a idéia.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Essa não foi a minha intenção.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – A Presidência tem que zelar pelos trabalhos e vai zelar o tempo todo. V. Exª sabe que estou me portando aqui como magistrado. Não vou permitir que um depoente trate mal um Senador, mas devo zelar pelas perguntas.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – É sobre a matéria?

O SR. GILBERTO MIRANDA – Sim, Sr. Presidente.

O Secretário da Fazenda de Alagoas já esteve nesta Casa há mais de dois meses. Ele fez a sugestão a esta CPI, quando perguntado sobre o mesmo assunto, que fosse feito o exame grafotécnico.

Primeira pergunta: a CPI mandou fazer?

Pergunto ao Sr. Governador a origem, se tem ou se não tem, parece que cabe a pergunta do Senador Eduardo Suplicy. Mas, já à época, o Secretário da Fazenda, como não soube responder à pergunta, e sobre a veracidade do documento, deu uma sugestão a esta CPI. Estamos, então, levando o Governador a imaginar, a supor. Penso que, no mínimo, isso não leva a nada concreto. A CPI poderia mandar fazer o exame. Conseqüentemente, o Senador Suplicy estaria contente com a resposta.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Gilberto Miranda, a Presidência indagou, e o Governador Divaldo Suruagy faz questão de responder a essa pergunta.

O Senador Roberto Requião não está indiferente ao problema do exame grafológico, como também não está a Polícia Federal. Devo prestar esse esclarecimento.

Com a palavra V. Exª, Governador Divaldo Suruagy.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Gostaria de agradecer, profundamente sensibilizado, as palavras do Senador Eduardo Suplicy e do Presidente Bernardo Cabral. Sendo colegas de Senado, tenho pelo Senador Eduardo Suplicy o respeito e a admiração de um homem voltado exclusivamente para a causa pública.

Fico muito feliz com a pergunta que ele faz porque me permite dirimir publicamente essa colocação, que impertinentemente tem sido feita por alguns órgãos, que naturalmente receberam informações distorcidas do fato.

O Deputado citado sempre foi meu adversário político, sempre estivemos em campos opostos, mas tínhamos, um pelo outro, um respeito que eu imaginava fosse recíproco. Naquela oportunidade, foi vítima de uma cassação e sempre teve a deferência que sempre concedi aos meus adversários. Jamais teve um ato de hostilidade, nem ele nem nenhum dos seus familiares, por parte do então Governador Divaldo Suruagy, nos dois mandatos em que ele estava afastado do processo político. Inclusive, quando assumi o governo pela terceira vez, embora estivéssemos em campos opostos, sempre recebi do Deputado demonstrações de apreço, as quais também sempre correspondi.

O Deputado estava desejoso de colocar uma revenda de automóveis para um membro da sua família e precisava de uma certidão das inadimplências, de que ele não tinha nenhuma culpa, já que se trata de atos de governo. Muitas vezes, não são prestadas contas dentro do prazo devido. O Deputado havia me procurado. Imediatamente, determinei aos órgãos – a Companhia de Água e Saneamento, as companhias da área agrícola – que...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - É claro que isso não tern nada a ver com o fato; é uma questão de ordem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - É uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Tem V. Exª a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Respeito a posição de V. Exª de considerar a pergunta impertinente, mas considero que a resposta, no caso, é também impertinente.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Estou apenas narrando os fatos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - A pergunta foi outra. A pergunta foi sobre a portaria.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Exatamente. Vou chegar ao caso da portaria.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Os antecedentes são subjetivos e são comentários.

Invoco uma questão de ordem ao Presidente porque considero os antecedentes impertinentes, especialmente porque a participada não vai poder responder.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Desculpe. Eminente Senador Esperidião Amin, se a matéria continuar nesse ritmo, vou permitir que o Depu-

tado federal responda, porque não vou cercear a possibilidade de um esclarecimento. Isso a Mesa não vai permitir. Por esse motivo adverti, desde o começo, que não queria esse tipo de pergunta, para que não se transformasse na acareação de um assunto que não tem nada a ver com a matéria.

V. Exª continua com a palavra.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Aceito os argumentos do Senador Esperidião Amin, pois são altamente procedentes.

Então, esse documento... O fato de haver consultado se eu tinha conhecimento ou não da portaria, foi fruto do que acabei de explicar agora e que o Senador Esperidião Amin colocou com muita propriedade.

Como havia sido procurado pelo Deputado, senti-me muito à vontade para indagar se ele conhecia ou não aquela portaria. Esse foi o fato. Ele me informou que desconhecia a portaria. Um ano e meses depois foi que essa denúncia surgiu, o que naturalmente causou uma estranheza, porque, se o deputado tivesse feito essa denúncia, eu ficaria profundamente grato a ele, porque o assunto teria morrido no nascedouro. Essa portaria não teria nem caminhado; o processo não teria nem nascido.

A respeito da quebra das séries numéricas, estou aqui com várias portarias do então governador, que revelam as quebras dessas séries, e ficarão à disposição da Comissão. Mas, especificamente, vai ficar a palavra do deputado e a palavra do governador. Aqueles que acreditam no deputado vão achar que ele tem razão. Os que acreditam em mim vão achar que eu tenho razão. Fica muito difícil fazer uma ilação especificamente a respeito do assunto, mesmo porque, nos detalhes em que eu poderia aprofundar-me acertadamente, o Senador Esperidião Amin levantou uma questão de ordem que eu acato.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, no sentido de que possa a CPI realizar, então, esse exame grafotécnico, requeiro seja solicitado ao Governo de Alagoas o encaminhamento do original da portaria, o decreto, pelo ex-Governador do Estado de Alagoas, Fernando Collor de Mello, em decorrência do disposto no art. 33 citado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Presidente, o Senador Eduardo Suplicy me concedeu um aparte para um esclarecimento. Página 518 do relatório, do volume I. O último parágrafo do Item 1.2 nos informa que, independentemente da questão da autenticidade da assinatura do ex-Governador, cabe ressaltar que a Portaria nº 1.928-A não foi publicada. Consequentemente, ela não existe do ponto de vista legal, sendo apenas um documento apócrifo. Portanto, houve uma decisão do Relator de considerar dispensável o exame grafotécnico, mas nada impede que se retome a questão. Mas há uma decisão pelo menos constante do relatório que eu gostaria de oferecer como esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Veja V. Exª, Senador Esperidião Amin, que, ao responder ao Senador Gilberto Miranda, eu havia dito que o Senador Relator já havia tomado a providência quanto a isso.

Continua a palavra com o Senador Eduardo Suplicy. O requerimento de V. Exª já está sendo examinado pelo Relator.

O SR. EDUARDO SUPLICY – E como este relatório tem um caráter de pré-relatório, podendo todo esclarecimento e inclusive esta audiência contribuir para a confecção do relatório final, todo esclarecimento pode contribuir para dirimir dúvidas. Mas, finalmente, Governador Divaldo Suruagy, no relatório, também confeccionado pelo Senador Roberto Requião, há também uma seqüência, a partir da página 595, de beneficiários das operações realizadas com os títulos de Alagoas. Vou citar alguns apenas: Carmen Alonso de Javiel, R$5.481.000,00; Miguel Sosa, R$331.900,00; Benício Alonso Godoy, R$557.000,00; Incorporações e Participações Costa Patrocínio, R$114.000,00; Asempre Consultoria, R$312.000,00; Álvaro Luís Marques da Silva, R$206.000,00; Carlos Kherlakian, R$50.000,00; Elodye Lorenzetti Bez Chleba Melsohn, R$108.000,00; Emanuel Sampaio Fonseca, R$67.000,00; Hannover Comércio e Representação, R$151.000,00; Giovani Toffano, R$24.000,00; Irineu Moretti, R$40.000,00; Banco del Paraná, R$128.000,00; mais uma vez aparece Carmen Alonso de Javiel e Benício Alonso Godoy, R$2 milhões e meio, e assim por diante.

V. Exª nos fala das dificuldades enormes que o Estado de Alagoas tem tido, as dificuldades de pagamento de funcionários, o atendimento precário nas áreas da educação e saúde. Conheço o Estado de V. Exª e, nas regiões do interior, muitas cidades estão entre as mais pobres no Brasil.

Eu agradeceria se V. Exª pudesse fazer uma apreciação daquilo que, agora, a CPI detectou: se de um lado o Estado de Alagoas tem tais dificuldades, houve um número de pessoas – na casa das dezenas – e instituições que tiveram rentabilidade da ordem que foi aqui exemplificada. Apreciaria a sua análise desses fatos. Essa é a minha última pergunta.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Posso responder objetivamente a V. Exª. Desconheço todos esses detalhes. Confirmados, considero um absurdo. E, naturalmente, os responsáveis terão que pagar pelos erros que foram cometidos.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Esperidião Amin tem a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN -- Sr. Presidente, Srs. Senadores, não poderia iniciar esta minha – espero breve – intervenção, sem fazer uma referência de natureza pessoal. Para mim não é apenas constrangedor, não me faz bem pessoalmente, não me sinto bem questionando e tendo que procurar firmar um juízo a respeito de um assunto que integra o conjunto das nossas responsabilidades, tendo à frente do Governo de Alagoas um político com o qual tenho uma relação de admiração desde final de 75, começo de 76. Lá se vão quase 22 anos. De todos os Senadores de outros Estados, creio que ele é aquele que eu conheço há mais tempo pessoalmente. O nosso conhecimento se deu logo que assumi a cadeira que ocupo.

Esse constrangimento pretendo superar com questões muito objetivas. Sempre o respeitei, respeito a pessoa, o cidadão, o chefe de família e pretendo continuar a respeitar. Sei que as circunstâncias deste processo nos distanciaram, do ponto de vista de relacionamento pessoal, mas considero que isso é uma questão que cabe ao Governador Divaldo Suruagy e a mim próprio administrar com o tempo.

A minha primeira indagação é ao Governador do Estado, que pediu a oportunidade de vir aqui – e isso tem que ser considerado por todos nós. É uma atitude corajosa, devida e, a meu ver, conseqüente. Só me sinto à vontade para fazer perguntas se houver uma pergunta vestibular. Se o Governador Divaldo Suruagy teve a oportunidade de ler o relatório, ou a minuta de relatório, o relatório preliminar que o Relator da nossa CPI elaborou.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Eu gostaria de responder ao Senador Esperidião Amin, primeiro dizendo que, em momento algum, nada afetará o nosso relacionamento de amizade. Reconheço no Senador Esperidião Amin todos os atributos e todas as qualidades que um homem público deve possuir. Ao longo de vinte anos, as nossas vidas se cruzaram em várias oportunidades, nos mais diversos cargos.

Achei que as colocações feitas numa entrevista transmitida pela televisão tinham sido bastante ofensivas. Tive o cuidado de passar um telegrama para o amigo, manifestando a minha estranheza. O Senador Esperidião Amin, com elegância, respondeu-me destacando a sua posição política que caracteriza a sua vida pública.

Quero deixar bem claro que, em momento algum, nada afetará a nossa amizade. Invoquei o testemunho de que, ao longo de vinte anos, tivemos oportunidade de conviver ao ocupar os mais diversos cargos – Deputados Federais, Governadores e Senadores. E, em mornento algum, encontra-se algo que venha desabonar a conduta moral do Governador Divaldo Suruagy. Também não conheço nada que desabone a conduta moral do ex-Governador e hoje Senador Esperidião Amin.

O relatório me foi entregue; dele tomei conhecimento. Os argumentos que apresento são aqueles já expostos em respostas anteriores: eu desconhecia os detalhes da confecção dos documentos. V. Exª também foi Prefeito de Florianópolis, Secretário de Obras e Governador do Estado de Santa Catarina e bem sabe, tanto quanto eu, a respeito dos documentos que assinamos e que são elaborados pelos nossos assessores.

Participei de uma reunião do Mercosul, realizada na cidade de Fortaleza. Ali se encontravam seis Presidentes da República – os Presidentes do Brasil, da Argentina, do Uruguai, do Paraguai, da Bolívia e do Chile. Seis Chanceleres, seis Ministros da Fazenda, seis Ministros do Planejamento e seis Ministros da Agricultura também participaram daquela reunião, em que foram assinadas dezenas e dezenas de documentos. Evidentemente, os Presidentes não tiveram acesso aos detalhes daqueles documentos.

A resposta que dou ao Senador Esperidião Amin é a de que eu desconhecia os detalhes da elaboração desses documentos. Tomei uma decisão política e tive o cuidado de ouvir as pessoas mais representativas que formavam a minha equipe governamental. A decisão foi política. Quanto aos detalhes da elaboração da documentação, evidentemente, não assumo a culpabilidade. Assumo a responsabilidade da decisão política.

Como Chefe de Estado, quantas decisões V. Exª teve de assumir como as que assumi e estou assumindo neste instante? Não assumo e não reconheço a culpabilidade nesse processo. Sinto-me perfeitamente à vontade para fazer essa colocação, porque desconhecia totalmente os detalhes. Tive acesso a eles depois da ocorrência desses fatos. Lamento tudo isso. Deixei bem clara a minha posição perante o Colegiado Maior, que é o Senado da República.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Esperidião Amin, V. Exª continua com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Considero, portanto, que o Governador leu o relatório. Por isso, sinto-me habilitado para fazer cinco observações.

Primeiramente, quero fazer uma ponderação. O Governador Divaldo Suruagy nos trouxe a figura do estado de necessidade para justificar a postura política que S. Exª tomou como Governador do Estado. Essa é uma figura de Direito conhecida. Mas devo assinalar que hoje Alagoas pode estar vivendo o mesmo estado de necessidade. Não me parece, dentro desse raciocínio, que Alagoas tenha saído do estado de necessidade alegado.

Portanto, pessoalmente, sinto-me, acima de tudo, advertido que estamos de um possível e novo estado de necessidade, no momento em que estamos analisando as conseqüências da aplicação da Resolução nº 71, de 1995, que é, pelo seu próprio número, posterior à Resolução nº 69, de 1995, não apenas pela data da sua publicação, da sua existência jurídica, como também pela sua seriação.

Pela leitura do relatório, o ilustre Governador constatou que, aos olhos desta Comissão, a Portaria nº 1.928-A, além de inclinada de falsidade – não há uma sentença transitada em julgado de falsidade porque não houve o exame -, pelas circunstâncias que a imprensa já divulgou, não foi publicada; logo, não existiu. A lista de precatórios é sabidamente manipulada – isso consta do relatório. A taxa de sucesso foi paga sem que tivesse havido a comercialização. Finalmente, o deságio provocou aquela perda, aquele prejuízo referido pelo Senador Vilson Kleinübing, montando a uma cifra de R$65 milhões. De certa forma, estou complementando perguntas feitas.

Diante disso, o Governador teve oportunidade de conhecer fatos que pôde compilar num exercício feito pela CPI do Senado, porque também não conhecíamos os seus detalhes. Se o Governador não os conhecia, que foi quem propôs, imagine os Senadores que, num Colegiado, apreciaram esse e outros processos.

Que providências, a nível de Executivo, de Chefe de Estado, para cobrar responsabilidades o Governador Divaldo Suruagy tomou e quais as que nos pode comunicar?

O SR. DIVALDO SURUAGY - Primeiro, é bom que se justifique que saímos de um estado de calamidade para um parcial controle da situação, desde que se conclua o saneamento financeiro do Estado. Chegamos a dever oito folhas, o que é uma calamidade, um absurdo. Hoje, estamos devendo R$148 milhões, que correspondem a menos de quatro folhas, e algumas categorias estão com seus salários atrasados por um maior número de meses.

No montante, no global, o Estado de Alagoas está devendo R$148 milhões de atrasados. Ora, se a nossa folha é de aproximadamente R$40 milhões, isso é menos de quatro folhas, e estamos pagando, com um esforço imenso – porque ainda não conseguimos concretizar todas essas operações de saneamento -, a cada trinta dias, uma folha correspondente ao ano de 1997. Estamos esperando a conclusão do saneamento financeiro para que possamos terminar o pagamento do PDV, do desligamento voluntário. Pretendemos também transferir essas dívidas de antecipação de receita orçamentária para a Caixa Econômica e conseguir o seu alongamento para 30 anos.

Já saímos de um déficit de R$20 milhões para um superávit de R$3 milhões, que é muito pouco. Todos sabemos que investir em despesas de custeio e realizar um investimento de R$3 milhões é insignificante para um Estado, mas já nos dá um certo alívio, uma certa tranqüilidade. Com a conclusão do pagamento do precatório da empresa Progresso, de R$2,7 milhões, iremos para um superávit de R$5,7 milhões. Com o reinício do pagamento do setor sucroalcooleiro, numa proposta feita pelo setor, junto ao Ministro Pedro Parente, teremos mais R$3 milhões/mês. E estaremos em condições de ter um superávit de R$10 milhões, que nos tirará desse sufoco imenso que estamos vivendo, que estamos atravessando.

O que estávamos imaginando? Imaginávamos que era muito mais conveniente aos interesses do País a rolagem dessa dívida com o pagamento de 2%, a exemplo do que aconteceu com todos os Estados que fizeram, dentro do prazo da Resolução 69; e alguns Estados rolaram 100%. O que esperávamos? Que fosse feita a rolagem de 98%, e nós pagaríamos os 2%. Fomos surpreendidos com essa decisão. Não discuto a decisão; acato-a.

Espero que as autoridades econômicas e financeiras do País encontrem saídas, porque teremos um problema muito sério com os outros Estados, num montante acima de R$1 bilhão, R$1,4 bilhão. É uma importância altamente vultosa quando entrarem as ações de Pernambuco e as ações de Santa Catarina, que são valores bem maiores do que do Estado de Alagoas.

Eu estava imaginando que ia fazer a rolagem da dívida. Isso não aconteceu. Estamos com esse problema; temos 30 dias.

Estamos imaginando quais são as saídas, quais são as soluções. Estamos pensando nelas em toda a área. Vamos tentar encontrar, mesmo porque esse problema tem que ser solucionado, não pode ficar nesse impasse. Não o caso de Alagoas; estou falando em termos globais.

O caso das medidas a respeito da portaria. Eu fui o primeiro; respondendo a uma colocação feita pelo Senador Roberto Requião, tive a oportunidade de dizer que havia mandado uma carta – eu tive o cuidado, a dignidade – para um adversário político, um documento por escrito, reconhecendo que não havia validade naquele documento, porque não havia sido publicado no **Diário Oficial**.

Como Governador de Estado, bem sei que qualquer documento que não seja publicado no **Diário Oficial** não tem validade. Tive a dignidade de colocar isso por escrito – cópia que foi entregue a esta Comissão. O Roberto Requião fez uma pergunta, e eu tive oportunidade de explicar. Em momento algum, discuti a legalidade. Discuti a validade do documento. Ele não é válido porque, na minha opinião, não foi publicado no **Diário Oficial.**

Quem faz a análise desses documentos? Quem é o técnico financeiro que analisa esses documentos? O direito de pedir existe. Nós, Governadores – e aqui se encontram vários ex-Governadores – recebemos os pedidos mais absurdos. Quantas solicitações absurdas o Senador Roberto Requião não deve ter recebido no seu gabinete ou nas andanças pelo interior do Paraná? Quantas eu recebi, quantas V. Exª não deve ter recebido? Por quê? Porque, na imaginação popular, o eleitor acredita que podemos tudo, que temos condições de resolver tudo.

Ficou bem claro que a figura do estado de necessidade foi válida porque conseguimos chegar até onde chegamos hoje, diante desse quadro que acabei de traçar, dessa fotografia que acabei de oferecer para o Senador Esperidião Amin.

Temos condições de resolver o problema se tivermos o apoio do Governo Federal. Essa é uma decisão política – repito. Alagoas não pode ser penalizada. Os alagoanos terão de ter uma saída, uma solução para esse problema. Estamos cumprindo o nosso papel. Estamos fazendo a nossa parte. Estamos cortando na própria carne.

Um homem público como eu ser obrigado a tomar as medidas antipáticas e necessárias que fui obrigado a tomar, evidentemente que estou comprometido com os interesses maiores de Alagoas.

Quero deixar bem claro para o Senador Esperidião Amin que o Estado de Alagoas tem saída e no que diz respeito à responsabilidade de todos os implicados, estamos apenas aguardando. Está aqui o Procurador-Geral do Estado, que está me ouvindo, para que, assim que esteja concluído e que sejam tomadas as providências, nós entremos com uma ação na Justiça que seja de competência legal do Estado de Alagoas.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Deduzo das palavras do Governador Divaldo Suruagy que, até este momento, não foi tomada nenhuma providência judicial ou policial quanto a esses quatro tópicos que referi.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Senador Esperidião Amin, a colocação de V. Exª, que é verdadeira...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Quero saber se estou deduzindo certo ou errado.

O SR. DIVALDO SURUAGY – Está traduzindo certo, assim como está deduzindo que a CPI não tomou nenhuma providência legal até então, porque ela está esperando concluir os seus trabalhos. Aí é que está. Estamos aguardando a conclusão dos trabalhos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, satisfaço-me com a resposta inicial, porque a analogia não posso aceitar.

O SR. DIVALDO SURUAGY – Não...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Não é analogia.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Esperidião Amin tem a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Não existe analogia. O administrador público que não sabia de alguma coisa e ficou sabendo, ficou sabendo de uma irregularidade, não sei se tem que esperar; no meu conceito, não tem que esperar mais nada. A CPI é diferente. A CPI tem obrigação de fazer um relatório, submetê-lo à parte – acho que é uma atitude prudente -, para que a parte conteste. E o Ministério Público será cientificado – está na Constituição – após o relatório concluído. Como não há analogia...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Concluído e votado pelo Plenário.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - É, concluído. Considero-o dispensado. Só uma última pergunta a fazer, a respeito de uma afirmação do Sr. Marcos Vi-

nícius, constante do relatório, sobre os contatos que o Governador Divaldo Suruagy manteve com vistas a obter compradores para os títulos de Alagoas.

Eu gostaria, Governador, que descrevesse os contatos que teve e quais os resultados dos contatos em que houve a participação de V. Exª, participação do Governador, no sentido de sensibilizar possíveis compradores de títulos de Alagoas.

O SR. DIVALDO SURUAGY – Mas é uma alegria imensa, Senador, a oportunidade que V. Exª me proporciona de dar esta explicação. Nosso primeiro passo, quando recebemos a autorização dessas Letras, foi procurar o Banco do Brasil, para que ele fosse o gestor, o custodiante dessas operações. Por quê? Porque o Banco do Estado de Alagoas estava sob intervenção do Banco Central. Então, procurei o Banco do Brasil, procurei a Caixa Econômica, e o Presidente Cutolo me explicou que havia uma orientação – a exemplo do que me disse também o Presidente Byron, do Banco do Nordeste – do Tesouro Nacional de que os bancos oficiais só atuariam nos títulos do Governo Federal.

Portanto, primeiro esgotei todas as hipóteses dos maiores estabelecimentos de crédito do Brasil, em termos estatais. Não contente com isso, qual foi o primeiro banco que procurei? O maior banco da América Latina. Tive um contato com o Dr. Lázaro Brandão, na Cidade de Deus, em Osasco. Eu não estava procurando tamboretes, não estava procurando bancos menores, eu estava procurando os maiores bancos do País. Com muita alegria, tomei conhecimento de que o Senador Roberto Requião, ao interrogar um dos diretores do Bradesco, disse que ele não havia procurado, não havia feito operações com o Estado de Alagoas, porque não havia intermediários; ele havia sido procurado diretamente pelo Governador. Se a notícia procede, nãc sei. Mas fiquei bastante lisonjeado por essa afirmativa que atesta e confirma a lisura do Governador. Eu não estava procurando tamboretes, não. Eu estava procurando os maiores bancos do País.

A dificuldade de colocação fugiu ao controle do Estado de Alagoas. Por quê? Por uma razão muito simples. Porque o Estado de Alagoas tem pouca credibilidade financeira no cenário nacional. Houve um quadro caótico no mercado financeiro. A quebra do Banco Econômico, do Banco Nacional, do Banorte, do Banco Mercantil, não sei quantas financeiras tinham quebrado. O mercado ficou altamente sensível. Ora, todos sabemos que a queda do Ministro Cavallo provocou uma quebra na Bolsa de São Paulo. O mercado flutua em função de boatos ou de fatos administrativos, imagine um quadro dramático dessa natureza. Quem é que ia comprar títulos de Alagoas?

Acho que foi um esforço imenso que Alagoas fez para tentar colocar esse títulos, e, deixo o testemunho, procurei os maiores bancos do País. Não tive êxito, lamentavelmente. Por mim, teria operado com esses bancos.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Jader Barbalho.

O SR. JÁDER BARBALHO - Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de registrar o fato de que o Governador Divaldo Suruagy tomou a iniciativa de vir a essa comissão, esse gesto demonstra a sua boa-fé no tratamento desta questão.

Não quero, absolutamente, com esse registro, declarar que o parecer prévio do Senador Requião não faz observações pertinentes no que diz respeito à matéria constitucional, a aspectos de natureza legal e a aspectos de natureza formal que não teriam sido observados.

Mas o fato de o Governador desejar comparecer a uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que por si só constituiu um constrangimento, demonstra a boa-fé do Governador do Estado de Alagoas. Faço questão de registrar essa atitude nessa oportunidade.

Além disso, gostaria de registrar o fato de que o Governador, quando argumenta no que diz respeito à questão do estado de necessidade, do caos financeiro do seu Estado, não escondeu, desde o primeiro momento, através do decreto que publicou, que buscava soluções de natureza financeira para equacionar o caos, o que demonstra, portanto, também, boa-fé por parte do Governador.

Queria fazer uma única pergunta ao Governador, que se referiu aqui a todas as portas em que bateu na busca de recursos para enfrentar os problemas financeiros, que S. Exª pudesse registrar mais uma vez que taxas de juros ele obteve no mercado. Aqui se tem falado muito em taxa de sucesso, tem-se falado muito no que diz respeito à taxa de juro paga, e o Senador Roberto Requião registrou, à fls. 522: "A remuneração a título de taxa de sucesso foi fixada em 1,40% ao ano do montante total de cada uma das quatro emissões a serem efetuadas pelo Estado de Alagoas. Isto equivale a uma taxa de sucesso média de 4,4% sobre o montante de títulos emitidos."

Gostaria que o Governador Divaldo Suruagy fizesse um histórico de que taxa ele conseguiu no mercado para enfrentar os problemas financeiros de

Alagoas, para que pudéssemos fazer uma comparação com o contrato que S. Exª fez, no estado de necessidade que ele registrou, para conseguir obter esses recursos.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Agradeço as palavras gentis a respeito da nossa vida pública, traçadas pelo estimado amigo Jader Barbalho.

Recordo-me muito bem de que, quando era um jovem Deputado visitando a Assembléia do Pará, fui saudado também por um jovem parlamentar a quem antevíamos o sucesso de uma longa vida pública, pontilhada de êxitos, configurada na pessoa do Senador, ex-Ministro e ex-Governador Jader Barbalho.

Os juros que Alagoas enfrentou foram os mais escorchantes que qualquer Unidade da Federação poderia enfrentar. Eram juros de 8,2% ao mês. Isso dá quase 200% ao ano. Passamos 9 meses com o apoio das mais altas autoridades deste País, com o apoio da esmagadora maioria dos Deputados e da totalidade dos Senadores por Alagoas. Estão aqui presentes os Senadores Renan Calheiros e Guilherme Palmeiras. O Senador Teotonio Vilela Filho ausentou-se, porque irá viajar para os Estados Unidos; todavia, os primeiros testemunharão por S. Exª. Quantas visitas fizemos ao Tesouro, ao Banco Central, para tentarmos viabilizar uma operação externa que nos daria juros de 6% ao ano! Conseguimos todos os estabelecimentos de créditos. A cada obstáculo superado, era colocado um novo óbice. Se essa operação tivesse sido feita, teríamos solucionado os problemas de Alagoas. Dessa forma, não teríamos feito essa colocação de letras, porque uma mataria a outra. Pois bem! Em apenas 16 dias, tivemos uma operação aprovada, sem a presença de nenhuma autoridade política do Estado, muito menos de autoridade política desta Nação. Claro, eu estava acreditando no rigorismo do Banco Central. Se ele havia sido tão rigoroso durante 9 meses, estava também sendo bastante rigoroso ao aprovar aquela operação em apenas 16 dias. E olhem que não era uma operação de 150 milhões, mas de 300 milhões.

Então, deixo essas colocações à perplexidade e ao julgamento dos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Tem a palavra o Senador Casildo Maldaner, penúltimo orador inscrito.

O SR. CASILDO MALDANER – Talvez eu até possa ser um pouco suspeito, por ser catarinense. Já ouvi muitas referências feitas ao ilustre Governador das Alagoas, Divaldo Suruagy. Hoje, mais ainda, pela sua história, no relato que faz. Minhas referências provêm dos Senadores que representam aquele Estado nesta Casa e convivem neste ambiente, que sempre relatam sobre a sua boa-fé e a vontade de acertar no Estado das Alagoas.

Ao ouvir atentamente a sua exposição feita ao longo desta noite, quando respondeu a diversas interpelações, senti profundamente que o Governador das Alagoas reconhece, sinceramente, que há irregularidades, mas que não comunga com culpabilidade. Faço esse registro com muita sinceridade. S. Exª reconhece que há irregularidades, buscou os recursos imbuído de boa-fé, mas não compartilha com culpabilidade de forma nenhuma.

Nessa exposição do Governador Divaldo Suruagy, Sr. Presidente, percebi a sua vontade em acertar. Nós, do Senado, temos de ter uma partilha de responsabilidade nisso. Dentre os 27 Estados, 17 já acertaram a reconstituição de suas dívidas para com o Governo Federal por 30 anos.

Parece-me que nós, os representantes dos Estados nesta Casa, a par de qualquer responsabilidade, ou deixando de lado qualquer indício de irregularidade, temos de ter o compromisso de darmos tratamento isonômico a todos os Estados da Federação. Esse é o compromisso de nós, representantes dos Estados da Federação: o tratamento isonômico.

Gostaria, Sr. Presidente, de falar sobre as resoluções do Senado. Uma resolução que trata de uma data para outra, de um tempo a outro não pode, no meu entendimento, favorecer um ou outro, ou porque uma resolução nasceu num tempo diferente ou partiu de outra data.

Ainda nesta Casa, há poucos dias, votamos a rolagem de títulos públicos referentes a precatórios, se não estou equivocado, da Prefeitura de São Paulo, que tinham a mesma finalidade. Esta Comissão também tem apontado que as aplicações dos recursos não têm sido só para precatórios, mas para outras finalidades.

Então, parece-me que, se analisarmos o mérito, teremos de ser muito sinceros, equânimes, isonômicos e talvez até chegar a sugerir a alteração das resoluções, para que não se prejudique um Estado da Federação em detrimento de outro. Parece-me que devemos ter esse cuidado no tratamento para com os Estados da Federação, que deve ser isonômico.

Para concluir, Sr. Presidente, faria uma única pergunta ao eminente Governador Divaldo Suruagy.

Muito se levantou aqui sobre a divulgação, ou melhor, a publicação do documento; sobre se ele foi publicado, ou não, no Diário Oficial do Estado. Se não foi publicado, não tem validade.

Perguntaria ao eminente Governador de Alagoas: quando da apresentação desses documentos ao Banco Central, o órgão técnico do Banco Central que os avalia, antes que eles sejam encaminhados ao Senado, tem advertido, notado, pedido diligência em relação a isso? Perguntaria se, em relação a essa questão, que é tão falada, o Estado tem sido advertido, alertado pelo Banco Central quanto à não-publicação desse documento, que muito foi comentado na noite de hoje.

O SR. DIVALDO SURUAGY – Agradeço as palavras do nobre representante do Estado de Santa Catarina e destaco a sabedoria das colocações feitas.

Por que prejudicar o Estado por dez ou quinze dias do prazo? Por que 1993, e não 1994? Por que 1995, e não 1996? Levaram o Estado a um quadro de dificuldades em função de datas? Bem, esse é um detalhe.

O outro detalhe está diante do Presidente Bernardo Cabral: a portaria citada, entre os documentos relacionados pelo Banco Central.

Se o laudo técnico competente para a elaboração desses documentos inclui essa portaria na relação encaminhada e submetida à análise do Senado da República, obviamente se imagina ou se deduz que não foi feita nenhuma análise mais profunda sobre esse assunto. Se fosse feita a pergunta sobre se essa portaria tinha sido publicada: vamos analisar e admitir que qualquer um de nós, só para efeito de raciocínio, fosse um analista do Banco Central e verificasse que um documento quebra uma série numérica. Isso, por si só, já deveria chamar a atenção.

Depois, essa portaria é assinada por um Governador que chegou à Presidência da República, motivo de maior curiosidade para quem está analisando. Qual seria o passo seguinte? Verificar se tinha sido publicada no Diário Oficial. Não precisa ser nenhum analista econômico, basta ser uma pessoa de bom-senso, uma pessoa sensata para fazer essa afirmativa.

Penso que, mostrando essa portaria ao Presidente Bernardo Cabral, respondi à pergunta de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Com a palavra o Senador José Agripino, como último orador inscrito.

O SR. JOSÉ AGRIPINO - Sr. Presidente, Srs. Senadores, é evidente que esta Comissão Parlamentar de Inquérito não tem qualquer objetivo de incriminar nem de absolver pessoas no curso das inquirições. Tem o objetivo precípuo de esclarecer fatos.

Quero prestar um testemunho pessoal. Penso que, entre os Senadores aqui presentes, ninguém conhece melhor o político e o cidadão Divaldo Suruagy do que eu. Em 1982, fomos eleitos governadores de Estado. Privei da intimidade do Governador Divaldo Suruagy durante quatro anos.

Talvez não devesse dar tal testemunho porque isso poderia sugerir a alguns que estou tentando absolvê-lo, prestando o depoimento de que Divaldo Suruagy é um homem de hábitos de classe média, de patrimônio pessoal discreto, um cidadão correto a quem Alagoas deve muito, porque S. Exª foi duas vezes Governador, e não se pode esquecer de todo um passado, mas que está enfrentando no momento dificuldades sérias.

A mim cabe, neste momento, levantar a discussão no rumo do esclarecimento. Penso que o depoimento prestado pelo Governador Divaldo Suruagy deixa claro algo que sei. Fui duas vezes Governador e tenho um estilo absorvente, de estar atento a todos os fatos, talvez concentrador, que não é o estilo de Divaldo Suruagy, a quem conheço. S. Exª é delegador Posso dizer isso porque o conheço bem, S. Exª delega. Talvez esteja pagando um preço alto por toda sua vida pública limpa pelo fato de delegar.

Há um fato que é preciso esclarecer, que levanto em função da pergunta feita pelo Senador Jader Barbalho que, penso, não foi suficientemente aberta, exposta, para que aqui pudéssemos fazer um correto juízo de valor. A colocação do Senador Divaldo Suruagy está centrada no estado de necessidade, em que se feriu, rapidamente, taxas de juros, buscas de empréstimos para salvar o Estado em situação de pré-falência, entretanto, não ficou muito claro sob o seguinte fato, que é minha pergunta: o Governador Divaldo Suruagy louvou-se da necessidade para se salvar apenas com o lançamento dos títulos ou tentou à exaustão oportunidades anteriores? Buscando quem? Encontrando que dificuldades ou facilidades? Que bancos nacionais ou internacionais? Fez alguma tentativa anterior nesse sentido ou lançou mão apenas para se salvar, salvar sua imagem, a de seu Estado, a de seu povo, da perspectiva do lançamento de títulos? Essa é a primeira pergunta que faço. Gostaria de ter o esclarecimento devido para ir mais fundo nessa questão.

O SR. DIVALDO SURUAGY – Falar sobre o relacionamento político entre José Agripino e eu é realmente bastante difícil. Ele é desses amigos a quem chamamos de irmão. A pergunta de S. Exª é

muito objetiva. Alagoas possuía dois processos concomitantes no Banco Central: um era o empréstimo externo, onde, repito, usamos todas as autoridades políticas deste País – invoco aqui o testemunho dos Senadores Renan Calheiros e Guilherme Palmeira, do Deputado Olavo Calheiros, do Deputado Benedito de Lira, do Deputado Augusto Farias. As mais altas autoridades deste País interferiram, intercederam para que Alagoas tivesse concluído esse empréstimo externo. Isso durou nove meses.

Estávamos esgotados; o quadro tinha aquela dramaticidade que, no início da nossa fala, mencionei: a Justiça em greve, Polícia Militar aquartelada, todos os hospitais de urgência e emergência em greve, professorado em greve, atentados terroristas. Naquele momento, surgiu uma proposta que, confesso a V. Exªs, achei que era uma proposta sem grandes conseqüências, que era mais uma tentativa, mais um gesto que se fazia, mais uma procura. Pois bem, sem a interferência de nenhuma autoridade, em apenas 16 dias, tive isso aprovado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO – Por quem? Pelo Banco Central?

O SR. DIVALDO SURUAGY - Pelo Banco Central.

O SR. JOSÉ AGRIPINO - Que negou o empréstimo externo?

O SR. DIVALDO SURUAGY - Quando foi aprovado o empréstimo externo, Alagoas estava sob pedido de intervenção e, evidentemente, nenhum banco internacional queria emprestar a um Estado que estava sob intervenção. O pedido de intervenção foi conseqüência do fato de eu ter defendido a tese de que eu queria transferir o duodécimo sobre o arrecadado e o Tribunal de Justiça achava que era sobre o orçado. A questão era somente sob esse ângulo. O Supremo tinha uma jurisprudência firmada de que era sobre o orçado.

Apoiado na decisão do Supremo, foi então solicitado ao Presidente da República, que encontrou uma saída política para resolver aquele impasse.

Essa é a verdade dos fatos.

Ora, se o rigorismo do Banco Central determinava a aprovação daqueles títulos, eu não podia pôr dúvidas. Só vim tomar conhecimento daquela portaria – repito – em uma reportagem de **O Estado de S.Paulo**. E tive – digo mais uma vez – a dignidade de mandar uma carta a um adversário político excluindo-o da responsabilidade pelo fato de a portaria não ter sido publicada. Nunca discuti os aspectos morais da portaria. Discuti a validade da portaria. Se ela não foi publicada, obviamente todos nós que fomos Governadores ou que somos Senadores sabemos que uma portaria que não tenha sido publicada no **Diário Oficial** não tem validade.

Então, realmente, o estado de necessidade foi o determinante, para que pudéssemos tirar Alagoas daquele quadro caótico que estávamos enfrentando.

Hoje, está difícil. Mas, se fizermos esse saneamento, teremos condições de fazer com que Alagoas, dentro de poucos meses – três, quatro meses – restabeleça toda a sua economia. E, com aquele potencial econômico que ela tem, V. Exª, que bem a conhece, poderá dizer que Alagoas em pouco tempo retomará seu processo de desenvolvimento.

O Governador Garibaldi Alves, grande amigo nosso, acaba de nos dar a informação que não são apenas 17 Estados que rolaram suas dívidas. Vinte e um Estados já assinaram protocolo.

Ora, por que, então, não assinar o de Alagoas? É a pergunta que faço e farei amanhã ao Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Algum Senador deseja fazer uso da palavra?

A SRA. EMÍLIA FERNANDES - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senadora Emília Fernandes, V. Exª tem a palavra.

A SRA. EMÍLIA FERNANDES - Sr. Presidente, estamos ouvindo com muita atenção o Governador do Estado de Alagoas, a quem cumprimentamos. Não temos questionamentos. Todas as perguntas já foram feitas e os esclarecimentos prestados. Nós nos sentimos satisfeitos com a sua exposição.

Apenas gostaríamos, Sr. Presidente – e até para fins de registro -, de fazer um apelo para que a Telebrás, que tem o compromisso de nos passar as informações, de acordo com as decisões tomadas por esta Comissão, no-las repassassem, visto que até hoje não recebemos informações referentes à quebra de sigilo telefônico do Estado de Alagoas. Portanto, não temos as informações oficiais; temos alguns levantamentos de dados de telefones aos quais temos acesso – telefones oficiais da Secretaria do Governo do Estado. Todavia, não recebemos, até hoje, da Telebrás – e aproveitamos para fazer um apelo – os dados do Estado de Alagoas, embora tenhamos alguns levantamentos.

Era o registro que gostaríamos de fazer, haja vista que o nosso trabalho, de certa forma, encontra-se prejudicado até no sentido de poder formular alguns questionamentos, verificando alguns contatos que por acaso tenham ocorrido.

Por isso, diante da inexistência oficial dos dados, não temos nada a indagar.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senadora Emilia Fernandes, a Presidência pede que V. Exª formalize esse requerimento ao Dr. Luiz Cláudio, dizendo-lhe quais os dados, que a Presidência reiterará com a devida urgência.

Antes de dar a palavra ao Senador José Alves, o eminente Relator, Senador Roberto Requião, pede ao Governador Divaldo Suruagy que explique se esses 17 telefonemas, dados de Santa Catarina...

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – ...da Casa Civil do Governo de Santa Catarina para o Governo de Alagoas.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – ... têm relação com precatórios.

Se V. Exª não tiver condições de responder agora, a Presidência lhe dará uma fotocópia para que responda por escrito ao eminente Senador Roberto Requião.

O SR. DIVALDO SURUAGY – Eu ficaria muito agradecido se o Presidente me fornecesse uma cópia, uma vez que vou conferir as razões desses telefonemas. Então, eu gostaria de obter essas informações para oportunamente encaminhar a V. Exª as respostas.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Dr. Luiz Cláudio, tome as providências necessárias.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Sr. Presidente, eu gostaria ainda de observar que esse documento de quebra de sigilo telefônico demonstra que há uma quantidade também muito grande de telefonemas do celular pessoal do Sr. Pedro Neiva Filho, funcionário da Prefeitura de São Paulo, para o Palácio do Governo de Alagoas, bem como da Prefeitura de São Paulo para o Palácio do Governo de Alagoas, o que demonstra, sem a menor sombra de dúvida, um nexo entre o esquema de São Paulo e a emissão dos títulos de Alagoas.

O SR. DIVALDO SURUAGY – Evidentemente que desconheço esses telefonemas – e foi ótima essa oportunidade -, mas quero saber e vou mandar fazer a verificação junto à Companhia Telefônica de Alagoas sobre as pessoas que mantiveram esses contatos com essas autoridades.

Quero deixar claro que, em momento algum, podemos ter compromisso com o que está errado. Repito que o Governador Divaldo Suruagy não tem o menor compromisso com o erro. Então, assumimos as responsabilidade de levantar todas essas informações que mandarei, então. para esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O eminente Governador Divaldo Suruagy, com as fotocópias do documento encaminhado à Presidência, responderá diretamente ao eminente Senador Roberto Requião.

Senador José Alves, tem V. Exª a palavra.

O SR. JOSÉ ALVES – Sr. Presidente, o Estado de Sergipe é vizinho de Alagoas, separado deste apenas pelo Rio São Francisco. E eu, em Sergipe, compartilho da quase unanimidade do povo de Alagoas que, na última eleição, levou o Governador Divaldo Suruagy ao Governo pela terceira vez. Tenho prestado atenção ao seu depoimento na tarde de hoje e sinto, como nordestino, um constrangimento e começo a alinhar algumas posições. Por exemplo: o Produban até hoje, como é do nosso conhecimento, está de portas cerradas por um rombo de aproximadamente 200 milhões, quando o Governador Divaldo Suruagy assumiu o Governo. O Banespa, com um rombo de mais de 20 bilhões, continua de portas abertas funcionando e bem atendendo o povo de São Paulo e do Brasil. Para isso, o Governo Federal recebe a Fepasa em aeroportos, em pagamentos e, mais do que isso, faz uma rolagem da dívida do Estado de São Paulo de mais de 50 bilhões. Acho que ele está certo. Com o que não concordamos é que Estados como o de Alagoas e outros Estados menores da Federação sejam discriminados dessa forma.

Entendo – e o povo de Sergipe assim entende também – a postura e a probidade da vida pública do Governador Divaldo Suruagy. Ela é conhecida. Sabemos que, em absoluto, a criação dessa cadeia da felicidade que tem levado tantas pessoas a enricar não tenha a participação de V. Exª, Governador Divaldo Suruagy. Esse é o sentimento. Também sabemos e temos esse sentimento de que, no mínimo, o Banco Central é conivente com essa situação.

Sr. Presidente, faço ao Governador Divaldo Suruagy a indagação que tenho feito a mim próprio. Conhecemos a sua personalidade. Como V. Exª suporta esse quadro de greves no Judiciário, no Serviço Público, na Polícia Militar, greve em todo o Estado, demissão de 27 mil servidores?

O SR. DIVALDO SURUAGY – Senador José Alves, esse é o verdadeiro quadro de calamidade que tentei fotografar para esta Comissão. Isso tem me violentado. É como se eu estivesse negando todo o meu passado. Orgulho-me de nunca ter atrasado um dia sequer o pagamento do funcionalismo nos governos anteriores.

Dava-me ao luxo de anunciar, com um ano de antecedência, o dia exato do pagamento de cada

mês do ano subseqüente. Nunca atrasei um dia sequer. Bati todos os recordes em pavimentação de rodovias; pavimentei mais rodovias do que todos os Governadores de Alagoas juntos; bati todos os recordes em construção de casas populares, de unidades de saúde e escolas. Tudo isso, todo esse passado me credenciou à maior votação que o Brasil concedeu a um candidato a governador. Tive mais de 80% dos votos alagoanos. O que é mais ou tão importante quanto isso? Ganhei todas as urnas do Estado, fato inédito na política brasileira, porque o comum é sermos mais fortes numa região e menos forte noutra. Qual a leitura que podemos ter dessa magnífica votação? É que o alagoano entregou o seu destino a mim: "Suruagy, tome conta de mim." Evidentemente, o tomar conta de um Estado implica solidariedade, participação, presença econômica dos setores mais significativos e importantes que compõem aquele conjunto geográfico.

Tenho vivido um inferno administrativo, porque todo o meu passado está sendo negado nesses dois anos e meses. Tudo que construí, tudo que realizei, ao longo de 35 anos está sendo destruído. Não posso compartilhar com isso. É uma questão de honra para mim deixar esse Estado saneado, independentemente de cargos políticos ou não que eu venha a exercer no futuro, porque tenho um compromisso maior do que o compromisso com povo alagoano neste instante: é o compromisso com a minha consciência. A minha consciência está sendo aviltada. Quero corrigir os problemas de Alagoas. Quando corrigir os problemas de Alagoas, me sentirei plenamente atendido e satisfeito na minha vida de homem público. Não posso permitir que os alagoanos seja penalizados.

Quero agradecer as suas palavras, Senador José Alves. Quero agradecer a solidariedade implícita da Senadora Emília Fernandes. Lamento não ter tido o privilégio de conviver com ela nesta Casa. Seria uma honra muito grande para mim.

Quero dizer o seguinte aos Exmºs Srs. Senadores que fiz questão de aqui comparecer para mostrar ao Brasil que, neste instante, todos sabemos, os holofotes estão todos focalizados em nós e que o homem público tem que prestar contas de todos os seus atos, tem que tomar atitudes como tomei, quebrando o meu sigilo bancário, quebrando o meu sigilo fiscal durante treze anos.

É fundamental para este País que se volte a acreditar no homem público e que ele seja um símbolo de dignidade, de respeitabilidade, de credibilidade, porque uma Nação que não acredita nos seus líderes, tende à ruína. Por isso acredito no Brasil e em Alagoas, porque convivi com Senadores da estirpe daqueles que compõe esse Colegiado.

Tenho o privilégio muito grande de ter convivido de perto, ao longo de vinte ou trinta anos, com a maioria daqueles que aqui se encontram e ter a oportunidade de dizer; está aqui o Senador Pedro Simon, que nós dois juntos fomos Diretores da União Parlamentar Interestadual ou Parlamentar, S. Exª Deputado Estadual no Rio Grande do Sul e eu Deputado Estadual em Alagoas; ele já era o famoso Líder do MDB galvanizando todo o eleitorado com seu talento verbal, com seu espírito público. Depois, estive com S. Exª no Palácio do Governo, várias vezes em Ministérios, fomos colegas no Senado Federal, participamos de missões políticas da maior importância no Governo Itamar Franco.

Eu poderia invocar o testemunho do Senador Pedro Simon para dizer se, em algum momento, nesses trinta e cinco anos de vida pública juntos, sabe de algo que me diminua perante essa Nação. É por isso que fiz questão de aqui comparecer, independentemente de convite e muito menos de convocação para mostrar que o homem público não tem nada a esconder e nada a temer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Srs. Senadores, a Presidência agradece a presença de V. Exªs, dos eminentes Deputados Federais e do Governador Divaldo Suruagy.

A SRA. EMÍLIA FERNANDES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Tem V. Exª a palavra.

A SRA. EMÍLIA FERNANDES – Na conclusão da audiência com o Governador, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – V. Exª está dispensado.

Tem V. Ex.ª a palavra.

A SRA. EMÍLIA FERNANDES – Sr. Presidente, Srs. Senadores, para fins de registro nos Anais desta Comissão, eu gostaria de esclarecer o que segue.

Questionada que foi entregue uma correspondência inclusive a V. Exª pelo Senador Gilberto Miranda, cobrando a resposta de um Ofício nº 22, de 26 de março de 1997, como integrante da Subcomissão que trabalha a questão dos sigilos telefônicos, eu gostaria de esclarecer uns pontos.

Em primeiro lugar, recapitular alguma coisa que entendo ser de fundamental importância. A com-

posição dessa subcomissão é de três Srs. Senadores: Senador Esperidião Amin, Senador Agripino Maia e esta Senadora e por sete assessores autorizados por esta CPI. Diga-se de passagem que temos a presença desses assessores de forma assídua, como é o caso do assessor do Senador José Serra, do assessor do meu gabinete. Enfim, além dos processadores do Prodasen que fazem todo o trabalho de reconstrução desses relatórios.

Ultimamente, temos ainda um consultor que está assessorando a nossa Subcomissão na elaboração de um sub-relatório que pretendemos prestar contas a esta CPI e ao Senador Roberto Requião.

Portanto, considero, Sr. Presidente, que toda a correspondência que tem chegado a esta Comissão referente a sigilos telefônicos e todos os despachos para esta Senadora são uma deferência especial de V. Exª e também por ter esta Senadora sido a responsável pela formação de subcomissões.

De certa forma, hoje estão claramente definidos os trabalhos das subcomissões. O Senador Romeu Tuma, por exemplo, coordena o rastreamento das operações que envolvem o dinheiro dessas transações. A nossa subcomissão trabalha a quebra dos sigilos telefônicos e há uma outra subcomissão que trata dos cheques.

Portanto, esclareço o seguinte: em primeiro lugar, não temos motivo algum para tratar de maneira diferenciada ou de forma desrespeitosa qualquer Senhor Senador. Muito pelo contrário, temos trabalhado com a maior seriedade. A imprensa é testemunha de quanto nós evitamos divulgar antecipadamente os dados.

V. Exªs hoje presenciaram aqui um exemplo típico do que acabo de dizer. Eu conhecia os dados que o Senador Roberto Requião apontou para o Governador, mas, como não os conhecia oficialmente, deixei que o Relator tomasse a dianteira e fizesse as ponderações ao Governador. Portanto, eu tenho trabalhado com muita seriedade.

Resumindo, Sr. Presidente, podemos dizer que todas as correspondências que foram encaminhadas por V. Exª à nossa subcomissão foram respondidas e passaram por esta Comissão, onde há o protocolo do despacho e do envio aos respectivos remetentes.

Por outro lado, no que se refere ao Senador Gilberto Miranda, S. Exª enviou a esta Comissão – e posteriormente foram despachadas para a nossa subcomissão – duas correspondências. Uma é o Ofício nº 022, de 1997, datado de 26 de março de 1997, e a outra é o Ofício nº 24, de 1997, datado de 1º de abril.

Quando o Senador, de forma abrupta, nos passou o documento, nós o desconhecemos, porque a redação que nos chegou deste documento – que é do dia 26 – é totalmente diferente. Foi uma outra correspondência com o mesmo teor que o Senador enviou à subcomissão.

Então, quero dizer que essa correspondência chegou à subcomissão, assim como chegou a do dia 1º de abril como Ofício nº 024. As duas correspondências pediam esclarecimentos quanto a possíveis ligações do Sr. Fausto Solano para o Senador. Respondemos no dia 15 de abril. Só o fizemos depois de 15 dias, porque solicitamos ao Senado Federal uma relação oficial dos telefones dos Srs. Senadores – não dispúnhamos dela -, e esperamos estar de posse dessa relação oficial para fazer o comunicado. Respondemos. Pode-se verificar que nas Atas estão registradas as datas de quando despachamos.

> "Informamos que, a partir do cruzamento dos números telefônicos contidos em nosso banco de dados, até a presente data (15 de abril), com os números telefônicos do gabinete do solicitante, fornecidos pela direção do Senado, foi encontrada uma ligação para um dos números do gabinete do Senador, feita por um número localizado no Condomínio Royal Ibirapuera Parque, em São Paulo, no dia 11 de setembro, às 9 horas."

Então, respondemos o que nos competia responder.

Talvez o Senador se refira – mas isso não é de nossa competência – a uma sugestão que ele faz no terceiro parágrafo da sua correspondência à Presidência desta Comissão. Sugere que, ao constatar algum número de telefone de Senador, seja feito um comunicado oficial de V. Exª à imprensa, o que acho que não tem pertinência. Entendo que não era objeto do assunto de que estávamos tratando.

Mas quero deixar bem claro que as correspondências chegaram e foram respondidas, de acordo com as informações que tínhamos no nosso banco de dados.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O Dr. Luiz Cláudio tirará das notas taquigráficas esse registro da ilustre Senadora Emília Fernandes e o fará chegar, por correspondência, ao Senador Gilberto Miranda.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 21h28min.)

SECRETARIA GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.565-5, ADOTADA EM 28 DE MAIO DE 1997 E PUBLICADA NO DIA 30 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "ALTERA A LEGISLAÇÃO QUE REGE O SALÁRIO-EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO , REALIZADA EM 10 DE JUNHO DE 1997.

Aos dez dias do mês de junho do ano de mil novecentos e noventa e sete, às quinze horas , na sala número treze, Ala Senador Alexandre Costa, reúne-se a Comissão Mista acima especificada, presentes os Senhores Senador Ney Suassuna e os Senhores Deputados Cláudio Chaves, Elton Rohnelt, Djalma de Almeida César, Maurício Requião, Octávio Elísio, Neiva Moreira, Jairo Carneiro, Darcísio Perondi e Nilson Gibson. Deixam de comparecer, por motivos justificados, os demais membros da Comissão. Havendo número regimental e em obediência ao que preceitua o Regimento Comum do Congresso Nacional, assume a presidência, eventualmente, o Senhor Deputado Octávio Elísio, que declara abertos os trabalhos, e comunica que, em virtude de acordo de Lideranças, havia a indicação consensual dos nomes dos Senhores Deputado CLÁUDIO CHAVES e Senador ARTUR DA TÁVOLA para exercerem respectivamente, as funções de Presidente e Vice-Presidente. Sem restrições dos presentes sobre as indicações, foram ambos eleitos por aclamação. Assumindo a Presidência, o Senhor Deputado CLÁUDIO CHAVES designa o Senhor Senador NEY SUASSUNA para relatar a Matéria e em seguida convoca reunião para o dia onze de junho, às quatorze horas e trinta minutos. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente Deputado CLÁUDIO CHAVES encerra a reunião, e para constar, eu, Maria de Fátima Maia de Oliveira, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, e irá a publicação.

COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.507-20, DE 28 DE MAIO DE 1.997, QUE "DISPÕE SOBRE MEDIDAS DE FORTALECIMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Ata da 1ª Reunião, (instalação) realizada em 10/06/97.

Aos dez dias dias do mês de junho do ano de mil novecentos e noventa e sete, às onze horas, na sala nº 15, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, reúne-se a Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.507-20, de 28 de junho de 1.997, que " Dispõe sobre medidas de fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional, e dá outras providências'. Presentes os Senhores Parlamentares Bello Parga, Ney Suassuna, Francelino Pereira, Beni Veras, José Eduardo Dutra, Fernando Bezerra; Luiz Roberto Ponte e Edinho Bez. Por motivo justificado, deixaram de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente eventual, Senador Bello Parga, declara instalada a Comissão. A seguir comunica aos Senhores membros que, havendo acordo de Lideranças, foram indicados os nomes do Senhor Senador Ney Suassuna para Presidente e da Senhora Deputada Yeda Crusius para Vice-Presidente e submete para aprovação do plenário os nomes de Ss. Exas.. Não havendo objeção aos nomes indicados, declara ambos eleitos por aclamação. A seguir convida os eleitos para assumirem os seus respectivos cargos. Ao assumir a Presidência o Senhor Senador Ney Suassuna, agradece a confiança que os membros da Comissão depositaram no seu nome e designa o Senhor Deputado Manoel Castro para relatar a matéria. Nada mais havendo a tratar a Presidência declara encerrada a reunião. E, para constar, eu Joaquim Baldoino de Barros Neto, Secretário da Comissão, lavarei a presente ata que lida e aprovada será assinada pelo Presidente e irá à publicação.

ATOS DO DIRETOR GERAL DO SENADO FEDERAL

ATO DO DIRETOR GERAL
Nº 1.534, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 003.836/97-5,

RESOLVE aposentar, por invalidez, **RUDRIGO COSTA GUIMARÃES**, Técnico Legislativo, Área 7 - Especialidade Segurança, Nível II Padrão 30, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso I, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, inciso I, Parágrafo 1º, e 67 da Lei nº 8.112, de 1990, e artigos 34, § 2º, e 37 da Resolução SF nº 42, de 1993; bem assim com a vantagem prevista no artigo 1º da Resolução SF nº 74, de 1994, na forrma determinada pela Medida Provisória nº 1.480-30/97, de 16.05.97, com proventos integrais, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 13 de junho de 1997.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR GERAL
Nº 1.535, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 008.454/97-3,

RESOLVE aposentar, por invalidez, o servidor **JOEL ELIAS CHAVES**, Técnico Legislativo, Área 7, Especialidade Segurança, Nível II, Padrão 30, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso I, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, inciso I, § 1º, e 67 da Lei nº 8.112, de 1990; bem assim com as vantagens previstas nos artigos 34, § 2º, e 37 da Resolução SF nº 42, de 1993, e na Resolução nº 76, de 1995, com proventos integrais, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 13 de junho de 1997.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 3°, inciso IX, do Ato da Comissão Diretora n° 12, de 1995, e tendo em vista o disposto no art. 36, da Lei no. 8.112, de 1990,

R E S O L V E remover, de ofício, o servidor CARLOS ARTHUR PEREIRA, Técnico Legislativo, Área de Polícia, Segurança e Transporte, Especialidade Transporte, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, da Representação do Rio de Janeiro para o Senado Federal em Brasília.

Agaciel da Silva Maia
Diretor-Geral

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo n° 009.704/97-3,

R E S O L V E aposentar, voluntariamente, **FRANCISCA FERREIRA DE LIMA SOARES,** Técnico Legislativo, Área 2 - Especialidade Processo Legislativo, Nível II, Padrão 30, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea "c", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, inciso III, alínea "c", e 67 da Lei n° 8.112, de 1990; bem assim com as vantagens previstas nos artigos 34, § 2° e 37 da Resolução SF n° 42, de 1993 e no artigo 1° da Resolução SF n° 74, de 1994, com a transformação determinada pela Medida Provisória n° 1.480-30/97, publicada em 16.05.97, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 13 de junho de 1997.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 8026/97-1,

RESOLVE designar o servidor LUCIANO CANDIDO MARIZ, matrícula 3107, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 6 - Especialidade de Artesanato, para exercer a Função Comissionada de Contínuo, Símbolo FC-01, da Subsecretaria de Comissões, com efeitos financeiros a partir de 14 de maio de 1997.

Senado Federal, 13 de junho de 1997.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

MESA
Presidente
Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA

1º Vice-Presidente
Geraldo Melo – PSDB – RN

2º Vice-Presidente
Júnia Marise – Bloco – MG

1º Secretário
Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB

2º Secretário
Carlos Patrocínio – PFL – TO

3º Secretário
Flaviano Melo – PMDB – AC

4º Secretário
Lucídio Portella – PPB – PI

Suplentes de Secretário

1ª – Emília Fernandes – PTB – RS
2º – Lúdio Coelho – PSDB – MS
3º – Joel de Hollanda – PFL – PE
4ª – Marluce Pinto – PMDB – RR

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
Corregedor
(Reeleito em 2-4-97)
Romeu Tuma – PFL – SP

Corregedores – Substitutos
(Reeleitos em 2-4-97)

1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS
2º Senador Joel de Hollanda – PFL – PE
3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Designação: 16 e 23-11-95)
Nabor Júnior – PMDB – AC
Waldeck Ornelas – PFL – BA
Emília Fernandes – PTB – RS
José Ignácio Ferreira – PSDB – ES
Lauro Campos – Bloco – DF

LIDERANÇA DO GOVERNO
Líder
Elcio Alvares – PFL – ES

Vice-Líderes
José Roberto Arruda – PSDB – DF
Vilson Kleinübing – PFL – SC
Ramez Tebet – PMDB – MS

LIDERANÇA DO PFL
Líder
Hugo Napoleão

Vice-Líderes
Edison Lobão
Francelino Pereira
Gilberto Miranda
Romero Jucá
Romeu Tuma

LIDERANÇA DO PMDB
Líder
Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Nabor Júnior
Gerson Camata
Carlos Bezerra
Ney Suassuna
Gilvam Borges
Fernando Bezerra

LIDERANÇA DO PSDB

Líder
Sérgio Machado

Vice-Líderes
Osmar Dias
Jefferson Peres
José Ignácio Ferreira
Continho Jorge

LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO

Líder
José Eduardo Dutra

Vice-Líderes
Sebastião Rocha
Antônio Carlos Valadares
Roberto Freire

LIDERANÇA DO PPB

Líder
Epitácio Cafeteira

Vice-Líderes
Leomar Quintanilha
Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PTB

Líder
Valmir Campelo

Vice-Líder
Regina Assumpção

Atualizada em 2-4-97.

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Eleito em 19-4-95)

Presidente: Casildo Maldaner – PMDB – SC
Vice-Presidente: José Alves – PFL – SE
(Eleitos em 28-2-96)

Titulares	Suplentes
PMDB	
1. Casildo Maldaner	1. Onofre Quinan
2. Ramez Tebet	2. Gerson Camata
3. Nabor Júnior	3. Flaviano Melo
4. Ney Suassuna	4. Coutinho Jorge
PFL	
1. Elcio Alves	1. José Agripino
2. Francelino Pereira	2. Carlos Patrocínio
3. Waldeck Ornelas	3. Vilson Kleinübing
4. José Alves	4. José Bianco
PSDB	
1. Lúcio Alcântara	1. Jefferson Peres
2. (Vago)	2. José Ignácio Ferreira
PPB (Ex-PPR + Ex-PP)	
1. Epitácio Cafeteira	1. Lucídio Portella
2. Osmar Dias (PSDB)	
PTB	
1. Emília Fernandes	1. Arlindo Porto
PP	
	1. Antônio Carlos Valadares
PT	
1. Marina Silva	1. Lauro Campos
PDT	
1. (Vago)	1. Sebastião Rocha

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)

SECRETARIA -GERAL DA MESA

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: CLEIDE MARIA B. F. CRUZ

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários:
ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4251)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários:
EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários:
JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SERRA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO BEZERRA
(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	3-JOSÉ BIANCO	RO2231/32
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/31
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
ODACIR SOARES	RO-3218/20	6-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	7-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	8 JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65
PMDB			
GILVAM BORGES	AP-2151/52	1-JADER BARBALHO	PA-3041/43
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
PSDB			
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	1-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94
COUTINHO JORGE	PA-1026/1226	2-BENI VERAS	CE-3242/43
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
JOSÉ SERRA	SP-2351/52	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
OSMAR DIAS	PR-2124/25	5-SÉRGIO MACHADO	CE- 2281/85
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
EDUARDO SUPLICY - PT	SP-3213/15	1-ANTONIO CARLOS VALADARES - PSBT	SE-2201/02
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02	3- ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE- 2391/92	4- ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229
PPB			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06	1-EPITACIO CAFETEIRA	MA-1402/11
LEVY DIAS	MS-1128/1228	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77
PTB			
JOSÉ EDUARDO VIEIRA	PR-4059/60	1-VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255
FAX: 311-4344

Atualizada em: 10/06/97

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE:SENADOR ADEMIR ANDRADE
VICE-PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA
(29 TITULARES E 29 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	3-FREITAS NETO	PI-2131/37
BELLO PARGA	MA-3069/72	4-JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	5-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	6-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
ODACIR SOARES	RO-1031/1129	7-ROMEU TUMA	SP-2051/57
VAGO		8-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
VAGO		9-VAGO	
PMDB			
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
GILVAM BORGES	AP-2151/57	2- VAGO	
JOÃO FRANÇA	RR-3067/4078	3-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-JOSÉ SARNEY	AP-3429/31
MAURO MIRANDA	GO-2091/97	5-RENAN CALHEIROS	AL-2261/70
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	6-VAGO	
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	7-VAGO	
OTONIEL MACHADO	GO-2031/32	8-VAGO	
PSDB			
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	1-ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/37
OSMAR DIAS	PR-2124/25	2-BENI VERAS	CE-1149
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-SERGIO MACHADO	CE-2281/87
CARLOS WILSON	PE-2451/57	4-COUTINHO JORGE	PA-1026/1226
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/16	5-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/97
MARINA SILVA - PT	AC-2181/87	2-LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/47
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07	3-ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46	4-ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67
PPB			
ERNANDES AMORIM	RO-2051/57	1-EPITACIO CAFETERIA	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/76	2-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	1-EMILIA FERNANDES	RS-2331/37

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359
FAX: 311-3652

Atualizada em: 12/06/97

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL
VICE-PRESIDENTE: SENADOR RAMEZ TEBET
(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
JOSÉ BIANCO	R0-2231/37	3-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/79
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-FREITAS NETO	PI-2131/37
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-BELLO PARGA	MA-3069/72
ROMEU TUMA	SP-2051/52	7-ODACIR SOARES	RO-3218/20
PMDB			
IRIS REZENDE	G0-2031/37	1-JADER BARBALHO	PA-3051/53
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	4- CASILDO MALDANER	SC-2141/47
PEDRO SIMON	RS-3230/32	5-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467
RENAN CALHEIROS	AL-2261/2267	6-GILVAM BORGES	AP-2151/52
PSDB			
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	1-SERGIO MACHADO	CE-2284/87
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/24	2- JOSÉ SERRA	SP-2351/52
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	3-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/17
BENI VERAS	CE-3242/43	4-ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/36
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
ANTONIO C. VALADARES- PSB	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07
ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2241/47
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/97	3-MARINA SILVA - PT	AC-2181/87
PPB			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2073/74
PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/27	1-VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
FAX: 311- 4315

Atualizada em: 04/06/97

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

PRESIDENTE: SENADOR ARTUR DA TÁVOLA
VICE-PRESIDENTE: (VAGO)
(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/82
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/87	2-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/46
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32	4- FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05
VAGO		6-JONAS PINHEIRO	MT-2271/72
VAGO		7-WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
VAGO		8-VAGO	
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-ONOFRE QUINAN	G0-3148/49
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	3-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
GERSON CAMATA	ES-3203/04	4-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	5-RENAN CALHEIROS	AL-2261/2267
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	6-OTONIEL MACHADO	GO-2031/32
VAGO		7-VAGO	
PSDB			
ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/32	1-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	2-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/22
SERGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94	4-CARLOS WILSON	PE-2451/52
BENI VERAS	CE-3242/43	5-JOSÉ SERRA	SP-2351/52
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/72
MARINA SILVA - PT	AC-2181/82	2-ANTONIO C. VALADARES PSB	SE-2201/07
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46	3-VAGO	
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-4229/30	4-VAGO	
PPB			
LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-1123/1223
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-ERNANDES AMORIM	RO-2251/57
PTB			
EMILIA FERNANDES	RS-2331/32	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/22

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO:JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

FAX: 311-3121

Atualizada em: 12/06/97

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR JOÃO ROCHA
VICE-PRESIDENTE: CARLOS WILSON
(17 TITULARES E 09 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-ODACIR SOARES	RO-3218/19
JOSÉ ALVES	SE-4055/56	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17
JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65	3-VAGO	
JOÃO ROCHA	TO-4070//71		
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05		
PMDB			
ONOFRE QUINAN	GO-3148/50	1-GILVAM BORGES	AP-2151/57
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	2-JOÃO FRANÇA	RR-3067/4078
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
JADER BARBALHO	PA-2441/42		
VAGO			
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/24
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-COUTINHO JORGE	PA-1026/1226
JOSÉ SERRA	SP-2351/52		
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
EDUARDO SUPLICY - PT	SP-3213/15	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77
VAGO			
PPB			
EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-ERNANDES AMORIM	RO-2051/57
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348		

REUNIÕES: (HORÁRIO A SER FIXADO)
SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA Nº 06 ALA SENADOR NILO COELHO
TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254
FAX: 311-1060

Atualizada em: 17/04/97

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: SENADOR FREITAS NETO
(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
FREITAS NETO	PI-2131/2137	1- JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	2- JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3- GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/2047	4- WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/3132	5- JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/3199	6-ROMEU TUMA	SP-2051/57
VAGO *1		7-GILBERTO MIRANDA	AM-1166/3104
PMDB			
NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097	2-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
RENAN CALHEIROS	AL-2261/2270	2-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-VAGO	
OTONIEL MACHADO	GO-2031/32	5-JOSÉ SARNEY	AP-2351/52
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	6- VAGO	
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2017	2-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95	3-OSMAR DIAS	PR-2121/2127
JOSÉ SERRA	SP-2351/52	4-VAGO *1	MS-2381/2387
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/2397	1-VAGO	SP-3212/15
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/07	2-EDUARDO SUPLICY (PT)	DF-2341/47
VAGO *1		3- LAURO CAMPOS (PT)	
PPB			
LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-1123/1223
ERNANDES AMORIM	RO-2251/57	2- EPITACIO CAFETEIRA	MA-1411/4073
PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2327	1-EMILIA FERNANDES	RS-2331/37

OBS: *1 - FALTA INDICAÇÃO DA LIDERANÇA CONFORME NOVA PROPORCIONALIDADE DA ATUAL SESSÃO LEGISLATIVA.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: CELSO PARENTE
TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA Nº 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)
FAX: 311-3286

Atualizada em: 12/06/97

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SARNEY
VICE-PRESIDENTE: SENADOR ROMEU TUMA
(19 TITULARES E 19 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/79	2-BELLO PARGA	MA-3069/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	3-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
ROMEU TUMA	SP-2051/57	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32	6-VAGO	
PMDB			
JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
PEDRO SIMON	RS-3230/31	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
JADER BARBALHO	PA-3051/53	5-OTONIEL MACHADO	GO-2031/32
PSDB			
ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/36	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-OSMAR DIAS	PR-2121/27
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-EDUARDO SUPLICY - PT	SP-3215/16
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-3188/89	2-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02
ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/62	3-MARINA SILVA-PT	AC-2181/82
PPB			
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2171/72	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
PTB			
EMILIA FERNANDES	RS-2331/34	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2321

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: MARCOS SANTOS PARENTE FILHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496

SALA Nº 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367
FAX: 311-3546

Atualizada em: 12/06/97.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(SEÇÃO BRASILEIRA)
(Designação em 25-04-95)

Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN
Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER
Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO
Secretario-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA

SENADORES

Titulares	Suplentes
PMDB	
José Fogaça	Marluce Pinto (1)
Casildo Maldaner	Roberto Requião
PFL	
Vilson Kleinubing	Joel de Hollanda
Romero Jucá	Júlio Campos
PSDB	
Lúdio Coelho	Geraldo Melo
PPB	
Esperidião Amin	
PTB	
Emilia Fernandes	
PP	
Osmar Dias(2)	
PT	
	Benedita da Silva
	Eduardo Suplicy
	Lauro Campos

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar PFL/PTB	
Luciano Pizzatto	Antônio Ueno
Paulo Bornhausen	José Carlos Vieira
PMDB	
Paulo Ritzel	Elias Abrahão
Valdir Colatto	Rivaldo Macari
PSDB	
Franco Montoro	Yeda Crusius
PPB	
Fetter Júnior(3,4)	João Pizzolatti
PP	
Dilceu Sperafico	Augustinho Freitas
PT	
Miguel Rossetto	Luiz Mainardi

---

1 Pedro Simon substituído por Marluce Pinto, em 2-10-95
2 Filiado ao PSDB, em 22-6-95.
3 Rogério Silva substituído por Júlio Redecker, em 31-5-95.
4 Júlio Redecker substituído por Fetter Júnior, em 1-2-96

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N-2, Unidade de Apoio III. Praça dos Três Poderes. CEP 70165-900. Brasília, DF.

CD/ROM Legislação Brasileira

1997

Quarta edição

Co-edição SDINF/SSANL/PRODASEN

- Todas as normas de hierarquia superior a decreto-executivo editadas entre o ano de 1946 e 31 de janeiro de 1997.
- Para cada norma apresentada, é fornecida a lista de normas editadas posteriormente a ela e que a alteraram.
- Os textos integrais das normas editadas a partir de 1987 passaram a estar disponíveis nesta edição.
- As demais normas são apresentadas em documentos-resumo, acompanhadas de informações suficientes para que seja localizado o documento em uma coleção de leis.
- Esta quarta edição do CD-ROM Legislação Brasileira ainda inclui o banco de dados BBD (Biblioteca Brasileira de Direito), composto do acervo de informações jurídicas descritivas (doutrina) originadas das coleções de 17 bibliotecas que participam da Rede SABI de Bibliotecas.

Valor Unitário: R$ 65,00 (sessenta e cinco reais).
Despesas Postais: R$ 5,00 (cinco reais) para cada CD.

O pedido deverá ser acompanhado de original do recibo de depósito a crédito do FUNDASEN, Caixa Econômica Federal, Agência 0005, conta nº 950.056-8, operação 006.

Preencha o cupom abaixo e envie-nos hoje mesmo, juntamente com o original do recibo de depósito.

DESTINATÁRIO			
Nome:			
Endereço:			
CEP:	Cidade:	UF:	País:
Fones:		Fax:	
Quantidade solicitada:			

Solicite nosso catálogo pelos telefones: (061) 311-3575, 311-3576 e 311-3579.
Fax: (061) 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N-2, Unidade de Apoio III. Praça dos Três Poderes. CEP 70165-900. Brasília, DF.

Revista de Informação Legislativa

Nº 133 – jan./mar. 1997

Leia neste número:

Carlos Frederico Marés de Souza Filho – O Direito Constitucional e as lacunas da lei.
Semira Adler Vaisencher e Angela Simões de Farias – Júri popular: algumas possibilidades de condenação ou absolvição.
Cláudio Roberto C. B. Brandão – A importância da conceituação da antijuridicidade para a compreensão da essência do crime.
Osvaldo Rodrigues de Souza – Reflexões sobre os institutos da transposição e transformação de cargos públicos.
Ricardo Antônio Lucas Camargo – O direito ao desenvolvimento, a sociedade ocidental e a sociedade tribal no caso brasileiro.
Cármen Lúcia Antunes Rocha – Sobre a súmula vinculante.
Sérgio Sérvulo da Cunha – Conflito possessório e positivismo ético. O agente público em face da decisão legal.
Antônio Carlos Moraes Lessa – Instabilidade e mudanças: os condicionamentos históricos da política externa brasileira sob Geisel (1974-1979).
Marçal Justen Filho, Egon Bockmann Moreira e Eduardo Talamini – Sobre a hipoteca judiciária.
Maria Paula Dallari Bucci – Políticas públicas e direito administrativo.
Guilherme Silva Barbosa Fregapani – Formas alternativas de solução de conflitos e a Lei dos Juizados Especiais Cíveis.
Marcílio Toscano Franca Filho – A Alemanha e o Estado de Direito: apontamentos de teoria constitucional comparada.
Carlos David S. Aarão Reis – A matematização do Direito e as origens da Parte Geral do Direito Civil.
Jete Jane Fiorati – A Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar de 1982 e os organismos internacionais por ela criados.
Sílvio Dobrowolski – Crime de omissão de recolhimento de impostos e de contribuições: aspectos constitucionais.
Kátia Magalhães Arruda – A responsabilidade do juiz e a garantia de independência.
A. Machado Paupério – Os irracionais de nossa democracia III.
Fernando Braga – Conservadorismo, liberalismo e social-democracia: um estudo de direito político.
Álvaro Melo Filho – Resolução sobre passe: irracionalidades e injuridicidades.
Fabiano André de Souza Mendonça – Democracia e legalidade da tributação na Constituição Federal de 1988.
Fernando Cunha Júnior – Suspensão condicional do processo. Homicídio. Omissão de socorro.
Paulo José Leite Farias – Mutação constitucional judicial como mecanismo de adequação da Constituição Econômica à realidade econômica.
Maria Coeli Simões Pires – Reforma administrativa: reflexões sob a perspectiva político-filosófica.
Jarbas Maranhão – O Estadista Agamemnon Magalhães: a Lei Antitruste e a Conferência do Clube Militar.
Roberto Freitas Filho – A "flexibilização" da legalidade nas práticas conciliatórias na Justiça do Trabalho.
Nuria Belloso Martín – Comunidades Europeas, Unión Europea y Justicia Comunitaria.
Francisco Eugênio M. Arcanjo – Convenção sobre Diversidade Biológica e Projeto de Lei do Senado nº 306/95: soberania, propriedade e acesso aos recursos genéticos.
Vitor Rolf Laubé – A Previdência no âmbito municipal.
Claudia de Rezende M. de Araújo – Extrafiscalidade.

PARA FAZER SUA ASSINATURA DA RIL: Os pedidos deverão ser acompanhados de original do recibo de depósito a crédito do FUNCEGRAF, Caixa Econômica Federal, Agência 1386, conta nº 920.001-2, operação 006; ou junto ao Banco do Brasil, Agência 0452-9, conta nº 55.560.204-4.

Assinatura para o ano de 1997. Periodicidade trimestral. Números 133 a 136: R$ 40,00.

Preencha o cupom abaixo e envie-nos hoje mesmo, juntamente com o original do recibo de depósito.

DESTINATÁRIO			
Nome:			
Órgão:			
Unidade:			
Endereço:			
CEP:	**Cidade:**	**UF:**	**País:**
Fones:		**Fax:**	

Outras informações pelos fones: 311-3575/3576/3579. Fax: 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N-2, Unidade de Apoio III. Praça dos Três Poderes. CEP 70.165-900. Brasília, DF.
Fones: (061) 311-3575/3576/3579. Fax: (061) 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

Publicações

Solicite hoje mesmo nosso catálogo!

Agenda 21 (R$ 10,00). Relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em setembro de 1992.

A Vida do Barão do Rio Branco (R$ 20,00) – Luís Viana Filho. Obra social, política e diplomática de José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (R$ 5,00). Texto Constitucional de 5/out/1988 com as alterações introduzidas pelas ECs nº 1 a 15 e ECRs nº 1 a 6.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – Quadro Comparativo (R$15,00). Constituição de 1988, atualizada em 1995, comparada às Constituições de 1946 e 1967 e à EC nº 1 de 1969. Contém quadro comparativo, tabela de correspondência dos artigos comparados e índice.

Dados Biográficos dos Presidentes do Senado Federal (R$ 2,00). Principais fatos da vida administrativa, trabalhos publicados, condecorações, missões no exterior.

Direitos Humanos – Declarações de Direitos e Garantias (R$ 10,00) – José Vicente dos Santos (pesq. e índice). Dispositivos constitucionais que abordam os direitos e garantias fundamentais do homem, na Constituição de vários países, inclusive na Carta Magna do Brasil.

Estatuto da Criança e do Adolescente (R$ 4,00). Lei nº 8.069/90, de acordo com as alterações dadas pela Lei nº 8.241/91, legislação correlata e índice.

Guia das Eleições de 1996 e Suplemento (R$ 10,00). Guia: Leis nº 9.096/95 e 9.100/95, Resoluções do TSE nº 19.380/95, 19.382/95 e 19.406/95. Suplemento: Resoluções do TSE nº 19.509 e 19.516/96.

Legislação Eleitoral no Brasil (do século XVI a nossos dias) (R$ 60,00) – Nelson Jobim e Walter Costa Porto (orgs.). Compilação da legislação eleitoral brasileira, desde a época colonial a nossos dias.

Levantamento e Reedições de Medidas Provisórias (R$ 5,00) – Subsecretaria de Análise do Senado Federal. Registro das MPs editadas durante os 8 anos que se sucederam à criação deste dispositivo legal, tabela seqüencial de edições das MPs, assinalando critérios de edições anteriores, reedições com alteração de texto e de transformação em lei, catálogo temático das MPs e referências bibliográficas.

Licitações, Concessões e Permissões na Administração Pública (R$ 4,00). Leis nº 8.666/93, 8.883/94; 8.987/95, dispositivos da Constituição Federal sobre a matéria e legislação correlata. Índices temáticos das Leis nº 8.666/93 e 8.987/95

Meio Ambiente – Legislação (R$ 20,00). Dispositivos constitucionais, atos internacionais, Código Florestal, Código de Mineração, legislação federal e índice temático.

Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis e Legislação Complementar (R$ 4,00). Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais e legislação complementar

Coleção Memória Brasileira

– **A Constituinte perante a História (R$ 8,00).** História do sistema constitucional brasileiro, no período de 1822 a 1862. Estudos sobre a Constituinte brasileira de 1823. Coletânea de documentos representativos dos trabalhos legislativos da época.

Coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado

– **Teotônio Vilela (R$ 10,00).** Biografia do Senador da República Teotônio Vilela, seu perfil parlamentar, resumo de suas atividades públicas, discursos e projetos, literatura citada.

Coleção Estudos da Integração (em português e espanhol)

– **Volume 9 (R$ 3,00).** "O Atributo da Soberania", de Heber Arbuet Vignali.

– **Volume 10 (R$ 3,00)** "A Arbitragem nos Países do Mercosul", de Adriana Noemi Pucci.

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N-2, Unidade de Apoio III. Praça dos Três Poderes. CEP 70165-900. Brasília, DF.

Revista de Informação Legislativa

Periodicidade Trimestral

Assinatura para o ano de 1997
Números 133-136
R$ 40,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de original do recibo de depósito a crédito do FUNCEGRAF, Caixa Econômica Federal, Agência 1386, conta nº 920.001-2, operação 006; ou junto ao Banco do Brasil, Agência 0452-9, conta nº 55.560.204-4.

Preencha o cupom abaixo e envie-nos hoje mesmo, juntamente com o original do recibo de depósito.

DESTINATÁRIO			
Nome:			
Órgão:			
Unidade:			
Endereço:			
CEP:	**Cidade:**	**UF:**	**País:**
Telefones para contato:			

Outras informações pelos fones: 311-3575/3576/3579. Fax: 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N-2, Unidade de Apoio III. Praça dos Três Poderes. CEP 70.165-900. Brasília, DF.
Fones: (061) 311-3575/3576/3579. Fax: (061) 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

Publicações

Lançamentos

- História Institucional do Senado do Brasil (R$ 20,00) – Vamireh Chacon
  Estudo sobre o Poder Legislativo, em especial da Câmara Alta do Legislativo Brasileiro, contando toda a sua história, desde sua instituição no período do Primeiro Reinado.

- O Livro da Profecia (R$ 50,00) – Joaquim Campelo Marques (org.)
  Coletânea de artigos da lavra de diversos pensadores, artistas, cientistas, escritores, intelectuais brasileiros sobre o século XXI.

- Coleção Memória Brasileira
  - A Província (R$ 8,00) – Aureliano Cândido de Tavares Bastos
    Estudos sobre a descentralização político-administrativa do Brasil e sobre a questão do federalismo, realizados na época do Império.
  - Sistema Representativo (R$ 8,00) – José de Alencar
    Estudos sobre o governo representativo com fulcro na questão eleitoral, democracia e representação proporcional.

- Coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado
  - Clodomir Cardoso (R$ 10,00) – Luciano de Souza Dias (org.)
    Biografia do Senador da República Clodomir Cardoso, seu perfil parlamentar, resumo de suas atividades públicas, discursos e projetos.

- Coleção Estudos da Integração (em português e espanhol)
  - Volume 11 (R$ 3,00). "Análise Jurídico-Política do Mercosul", de Victor S. Antunes Correia.

- Constitution of the Federative Republic of Brazil – 1988 (R$ 5,00)
  Versão em língua inglesa da Constituição de 1988, contendo as ECs nº 1 a 15 e as ECRs nº 1 a 6.

Para maiores informações, solicite nosso catálogo.

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA
SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R$ 31,00
Porte de Correio	R$ 96,60
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R$ 127,60
Valor do número avulso	R$ 0,30
Porte avulso	R$ 0,80

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA
ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R$ 62,00
Porte de Correio	R$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R$ 255,20
Valor do número avulso	R$ 0,30
Porte avulso	R$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho**, **Ordem de Pagamento** pela **Caixa Econômica Federal - Agência 1386-2 PAB CEGRAF**, conta nº **920001-2**, **Banco do Brasil**, **Agência 0452-9 Central**, conta nº **55560204-4** ou recibo de depósito via **FAX (061) 2245450**, a favor do **FUNCEGRAF**.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº – BRASÍLIA DF – CEP 70165-900
CGC. 00.530.279/0005-49

Obs.: Nãc será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN.

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 Seção de Remessas Postais ou (061) 311-3803 Seção de Cobrança.

Tabela em vigor a partir de 3-3-97.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

EDIÇÃO DE HOJE: 280 PÁGINAS